instituto epagri sc

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

# SÍNTESE ANUAL

# DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1985-86

INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

INSTITUTO CEPA-SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO AGRICOLA-SNPA/MA

VOLUME 1

# SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS
1986

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina, 1985-86. Florianópolis, 1986.

v. 1

1. Agricultura - Santa Catarina.

I. Título.

CDU 631 (816.4)

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

# APRESENTAÇÃO

O INSTITUTO CEPA/SC publica a 10ª edição da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - volume 1.

Esta publicação, que apresenta o desempenho recente da agricultura catarinense e especula sobre possibilidades futuras no setor rural do Estado, será complementada com um segundo volume, analisando os componentes estruturais do setor primário, o que tradicionalmente ocorre no segundo semestre do ano.

Como inovação, cabe salientar a introdução de análise econômica do desempenho das principais atividades agrícolas e considerações sobre política agrícola e seus reflexos em Santa Catarina.

É, pois, com muita satisfação que apresento mais este trabalho do INSTITUTO CEPA/SC, ao tempo em que agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para sua edição.

ODACIR ZONTA

Secretário da Agricultura e do Abastecimento

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA – 1985-86

## ELABORAÇÃO

Econ. Luiz Marcelino Vieira – Gerente do Projeto
Eng.º Agrº Geraldo Buôgo

Engº Agrº Guido Boeing
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Engº Agrº José Maria Paul – M.SC.Encon.Rural
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição
Engº Agrº Simão Brugnago Neto
Engº Agrº Tabajara Marcondes

– Mel/Pesçado
– Política Agrícola em 1985/ Mandioca
– Batata-inglesa/Maçã/Tomate
– Banana
– Cana-de-açúcar/Uva
– Análise Econômica
– Avicultura/Bovinos de corte/ Suinocultura
– Alho/Arroz/Cebola
– Feijão/Milho/Soja
– Bovinos de leite/Trigo/Fumo

## REVISÃO

Engº Agrº José Maria Paul – Revisão Téc.
Prof. Joares A. Segalin – Revisão Ling.
Edit. Zelia Alves Silvestrini – Revisão/Plan. Edit.

PARTICIPAÇÃO (Bolsista – Convênio Instituto CEPA/SC – UFSC)
Marco Antonio Tomasoni

## COLABORAÇÃO

EMATER – SC / ACARESC
ACARPESC
EMPASC
FETAESC
FECOAGRO
DFA/SC
CACEX do Banco do Brasil
SUDEPE/PDP

CEASA/SC
CIDASC
IASC
CFP
IBGE/CGEA–SC
IBDF
COOPERBELO

## DATILOGRAFIA

Jocenir Miriam Cardoso de Sousa
Sidaura Lessa

## REPRODUÇÃO

Aldo Cesar Machado Cruz

SUMÁRIO


| | | p. |
|---|---|---|
| 1. | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. | A POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1985 | 11 |
| 3. | DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL | 31 |
| 3.1. | Alho | 33 |
| 3.2. | Arroz | 45 |
| 3.3. | Banana | 61 |
| 3.4. | Batata | 72 |
| 3.5. | Cana-de-açúcar | 89 |
| 3.6. | Cebola | 94 |
| 3.7. | Feijão | 109 |
| 3.8. | Fumo | 123 |
| 3.9. | Maçã | 131 |
| 3.10. | Mandioca | 155 |
| 3.11. | Milho | 171 |
| 3.12. | Soja | 194 |
| 3.13. | Tomate | 214 |
| 3.14. | Trigo | 226 |
| 3.15. | Uva | 236 |
| 4. | DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL | 245 |
| 4.1. | Avicultura | 247 |
| 4.2. | Bovinos de corte | 262 |
| 4.3. | Bovinos de leite | 286 |
| 4.4. | Mel de abelha | 295 |
| 4.5. | Pescado | 308 |
| 4.6. | Suinocultura | 334 |
| 5. | ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA | 359 |
| 6. | INFORMAÇÕES BÁSICAS | 373 |
| 7. | LISTA DE GRÁFICOS | 397 |
| 8. | LISTA DE MAPAS | 401 |
| 9. | LISTA DE TABELAS | 405 |
| 10. | BIBLIOGRAFIA | 421 |

## 1. INTRODUÇÃO

Com a presente publicação, o Instituto CEPA/SC começa a colocar à disposição do usuário a "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1985/86", que, procurando manter a estrutura adotada nos dois últimos anos, será dividida em dois volumes.

Neste primeiro, é feita inicialmente uma análise retrospectiva das medidas de políticas agrícolas implementadas no decorrer de 1985, suficiente para se ter uma noção de sua influência sobre a atividade primária no estado.

A seguir, os itens "Desempenho da Exploração Vegetal" e "Desempenho da Exploração Animal" mostram, num enfoque mais específico, a evolução da política agrícola, do mercado e da situação climática durante a safra em questão, em relação aos principais produtos agropecuários de Santa Catarina.

Como novidade, este volume apresenta uma análise econômica do desempenho dos produtos agropecuários analisados. Com ela, procura-se evidenciar o comportamento dos referidos produtos na última safra em termos dos ganhos ou perdas reais que proporcionaram aos agricultores.

Por fim, este volume I é complementado com outras informações úteis aos interessados na agropecuária catarinense.

O volume II, a ser publicado, terá um caráter mais informativo que analítico sobre infra-estrutura, recursos naturais, crédito agrícola, insumos e fatores, balanço de oferta e demanda e valor bruto da produção.

## 2. A POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1985

Alguns problemas que afligem os agricultores e os demais segmentos que formam o setor primário, e que vêm de anos anteriores, atravessaram 1985 sem solução definitiva. Apesar disso, o centro das preocupações e mesmo das ações do setor primário, modificou-se, oportunamente, segundo as necessidades mais prementes da agricultura. Assim, pode-se dividir o ano de 1985 em cinco fases: a primeira, que durou até o dia 15 de março, quando assumiu o novo Governo Federal; a segunda, encerrada no final de junho-início de julho, quando o governo estava praticamente fechando as compras oficiais da safra 1984/85; a terceira, encerrada no dia 20 de agosto, com a fixação dos preços-base para a safra 1985/86 (nesta fase foram anunciados os Valores Básicos de Custeio-VBC); a quarta, diz respeito à discussão com relação à implantação de uma nova política agrícola e a quinta, e última, iniciada em novembro, com a estiagem que, castigando o Centro-Sul do país, surpreendeu os agricultores catarinenses em pleno plantio.

Na primeira fase, fruto da ansiedade que povoava o espírito dos agricultores, as discussões concentraram-se basicamente em três assuntos: sugestões sobre como deveria atuar o novo governo na área agrícola; preocupação com a possível falta de recursos para financiar a comercialização da safra 1984/85, já que, em função do estabelecimento preços-base considerados bons e da situação econômica do país, especulava-se sobre a possibilidade de o governo vir a tornar-se (como de fato veio a ocorrer) o grande comprador da safra; e, por último, a preocupação com a necessidade de fortalecer o Ministério da Agricultura, no sentido de que ele deixasse de ser um mero executor das diretrizes emitidas pela área econômica.

O novo governo assumiu nesse clima e teve que centrar sua atenção na comercialização da safra 1984/85, cuja colheita então se processava numa conjuntura totalmente atípica, isto é, com os preços mínimos de alguns produtos igualando e mesmo superando as cotações de mercado. Essa conjuntura se estabeleceu em função da conjugação de diversos fatores exógenos - entre outros, a redução da economia dos EUA, o fortalecimento do dólar e o aumento da produtividade agrícola em praticamente todo o mun-

do - e de fatores endógenos - demanda reprimida, baixo poder aquisitivo e fixação de preços mínimos em níveis estimulantes. Acresça-se a isso o fato de que um percentual expressivo de agricultores, procurando não repetir o que consideravam um "erro" cometido na comercialização da safra 1983/84 - venda com prejuízo dos seus produtos no 2º semestre de 1984 - anteciparam a comercialização dos grãos que produziram. Com o estabelecimento dessa conjuntura, o setor privado (industrial, principalmente) inicialmente se retraiu, só comprando o suficiente para cobrir as suas necessidades imediatas e obrigando o governo a adquirir um volume de produtos sem precedentes na história agrícola do país. Além disso, os novos governantes, que também falavam em prioridade à agricultura, não podiam correr o risco de frustrar a expectativa que era grande em todo o meio produtor e deixar cair no vazio as promessas feitas. Assim, deve-se estar atento para o fato de que os produtos adquiridos pelo governo não representaram - como poderia eventualmente parecer - a absorção de um excedente.

Em termos de política agrícola, pode-se dizer que as compras efetuadas (ao redor de 7 milhões de toneladas de produtos, com um dispêndio de aproximadamente Cr$ 13,0 trilhões) decorreram basicamente da fixação, pelo governo anterior, de preços-base considerados estimulantes e com maior período de correção, que foi estendido de abril a junho. Já o novo governo, que se viu compelido a honrar os compromissos assumidos pelos antigos governantes do país, classificou essa obrigação como uma "bomba de efeito retardado".

Essa atitude, além de representar um certo revigoramento do Ministério da Agricultura e garantir certa credibilidade dos novos governantes junto aos produtores, fez emergir alguns problemas que estão a exigir maior atenção das autoridades. Dentre estes pode-se destacar, em primeiro lugar, o do armazenamento. Como se sabe, a rede armazenadora do país é bastante deficiente, não só a nível de propriedade, mas também a nível de grandes unidades armazenadoras, o que deixa o governo bastante dependente neste setor. A seguir, vale destacar o que se refere ao modo de o governo desovar os estoques adquiridos. Historicamente, o governo tem-se mostrado um mau comerciante, em geral criando problemas ao mercado no momento de vender os produtos adquiridos através dos mecanismos oficiais de comercialização.

Este ano não foi muito diferente, e ao modo adotado pelo governo para comercializar os estoques podem-se fazer, basicamente, duas ressalvas: em primeiro lugar, o governo, com o intuito de não deixar explodir os níveis inflacionários, iniciou muito cedo a venda dos produtos adquiridos, sem esperar a devida reorganização do mercado; e, a seguir, pode-se dizer que a forma escolhida (através de leilões das Bolsas de Mercadorias) para liberar os estoques, apesar de poder ser considerada uma das maneiras mais democráticas, permite que os leilões sejam, de certo modo, manipulados por grandes consumidores, da mesma maneira em que dificultam o acesso dos pequenos consumidores a esses estoques. Em relação a estes, entretanto, pode-se dizer que poderiam participar mais efetivamente dos leilões através de suas organizações associativas.

Em Santa Catarina, pelo fato de o estado apresentar peculiaridades muito próprias em termos de comercialização, as compras do Governo Federal podem ser resumidas da seguinte forma:

- arroz - a quantidade comprada foi pequena, uma vez que as necessidades do parque de beneficiamento estadual são superiores à produção catarinense;

- feijão - foi o produto que o governo mais comprou, já que o estado é grande e tradicional produtor e exportador;

- milho - foram insignificantes as compras, pois o consumo é maior que a produção estadual;

- soja - praticamente não houve compras em Santa Catarina.

Concomitantemente ao que acima foi explicitado, e já em função da safra 1985/86, as maiores atenções das autoridades e dos agricultores, na terceira fase, voltaram-se para a fixação das normas que deveriam orientar essa mesma safra. No período em questão, foram estabelecidos os novos Valores Básicos de Custeio, anunciados os recursos para custeio e investimento e, finalmente, fixados os preços-base.

Desse modo, a expectativa dos agricultores em agosto era grande, já que, tradicionalmente, é nesse mês que são fixa-

das as normas que devem vigorar na "safra de verão" seguinte. E neste último ano, a ansiedade dos agricultores era, de certo modo, maior, porque o goveno da "Nova República", através de declarações dos seus integrantes, criou expectativas de mudanças substanciais na política agrícola até então vigente. Além disso, a Política de Garantia de Preços Mínimos é a única medida de política agrícola que pode atingir indistintamente todos os produtores rurais, e era a primeira vez que isso ocorria depois da mudança de governo.

Pelas declarações das autoridades e pelo fato de os reajustes dos Valores Básicos de Custeio terem sido bastante superiores aos dos preços-base (tabelas 1 e 2), sentiu-se uma mudança de enfoque na política de crédito rural para a safra 1985/86, em relação à safra anterior. Ou seja, foi dada maior ênfase aos VBCs do que aos preços-base. Esse procedimento, muito criticado em anos anteriores, voltou, assim, a ser adotado. Isso talvez pelo fato de o governo, segundo foi referido anteriormente, ter sentido "explodir a bomba de efeito retardado", ou, talvez, pelo fato de o Ministério da Agricultura não ter conseguido um revigoramento tal que lhe garantisse força suficiente para poder fazer prevalecer muitos de seus pontos de vista no estabelecimento da política agrícola.

Toda essa situação propiciou condições à retomada da antiga discussão a respeito do que é mais importante para a agricultura de Santa Catarina: Valor Básico de Custeio ou Preço Mínimo?

Por definição, os Valores Básicos de Custeio, que determinam os níveis de financiamento, devem, teoricamente, cobrir o desembolso que o agricultor tem com a implantação da lavoura, enquanto os preços mínimos, também teoricamente, devem cobrir os custos. Na prática, entretanto, isso nem sempre ocorre. É também do conhecimento de quem estuda o crédito rural no Brasil que, entre outras coisas, somente uma pequena parcela dos produtores rurais do país se beneficia (ou se beneficiou) do Crédito Rural; o aumento da produção e da produtividade não acompanhou o aumento dos recursos destinados ao financiamento da agricultura; as culturas mais favorecidas pela política de crédito rural foram as chamadas "de exportação"; os produtos de "mercado interno" foram os que menos recursos receberam, em termos relativos,

através da política de crédito rural; etc...

Aos fatores acima lembrados, pode-se acrescentar, ainda, a concentração na distribuição dos recursos destinados ao crédito rural por cultura (em favor das "modernas"), por região (privilegiando o Centro-Sul do país) e por produtor (beneficiando os médios e grandes), fazendo com que a política referente ao crédito rural passasse a ser comandada por esses setores.

Em Santa Catarina, prevalecem os pequenos produtores. Estes produzem predominantemente produtos básicos de consumo interno e, especialmente na última safra colhida, obtiveram resultados considerados satisfatórios na comercialização da maioria dos produtos. Assim, particularmente para os pequenos agricultores, pode-se afirmar que, por maiores que fossem os elogios feitos aos Valores Básicos de Custeio, a definição das áreas a serem plantadas com cada cultura só ocorreu após a fixação dos preços-base. Isso porque estes, além de garantirem por antecipação uma determinada remuneração ao trabalho do agricultor no momento da colheita, representam um mecanismo de política agrícola que atinge a grande maioria dos produtores. Os Valores Básicos de Custeio, ao contrário, por só beneficiarem os que se utilizam do crédito rural para custeio, atingem uma minoria de produtores.

No que tange aos Valores Básicos de Custeio - que, como se viu, pouca influência têm sobre a decisão de plantio da maioria dos agricultores catarinenses - era pretensão das autoridades federais estimular, de modo especial, a produção de alimentos básicos, em detrimento das culturas de exportação. Por isso, foram estabelecidos reajustes diferentes para as diversas culturas.

Em relação aos recursos, o volume colocado à disposição dos produtores ascendeu a Cr$ 27,7 trilhões, sendo Cr$ 24,7 trilhões para custeio e Cr$ 3 trilhões para investimento. Esse total representou um reajuste de 282,3% em relação aos recursos da safra anterior e apresentou, como novidade, a alocação de recursos para investimento, fato que não ocorria há vários anos.

Todos os estudos e negociações para a fixação das normas e recursos para a safra 1985/86 e que culminaram no mês de

agosto com a divulgação dos preços-base revelaram, mais uma vez, as fortes divergências entre as áreas agrícola e econômica do Governo Federal. Assim, apesar de todo o empenho do Ministério da Agricultura no sentido de buscar subsídios junto aos agricultores - através de reuniões em todo o país - e, com isso, o fortalecimento de suas posições, percebeu-se, pelos preços-base estabelecidos, a predominância dos argumentos da área econômica (que desejava ver os preços mínimos ajudando a reduzir a expectativa inflacionária) sobre os da área agrícola.

Os preços-base estabelecidos, que se situaram entre a proposta do Ministério da Agricultura e a da área econômica, foram fixados, segundo fontes oficiais, levando em consideração a prioridade social e o poder aquisitivo do consumidor brasileiro. Além disso, entretanto, pode-se afirmar também que, ao fixá-los, o governo pretendia não ter que comprar, durante a comercialização da safra 1985/86, um grande volume de produtos.

As críticas feitas aos valores estabelecidos, o governo respondeu que eles superavam o custo operacional (tabela 3) e, em alguns casos, até o custo de produção. Além disso, as fontes oficiais lembravam, à época da fixação, que os produtores seriam beneficiados pela liberação de um maior volume de recursos para custeio, bem como pela ampliação nos limites de financiamento, que privilegiariam os pequenos e médios (tabela 4). Com isso, ainda segundo a interpretação oficial, os agricultores não precisariam recorrer ao crédito complementar pagando juros de mercado.

Quanto aos precos-base em si, pode-se dizer que, de modo geral, ficaram aquém das expectativas iniciais dos agricultores; porém, no momento da fixação, eram levemente superiores aos valores recebidos pelos produtores catarinenses, com exceção da soja. Assim, se, por um lado, eles não puderam ser considerados estimulantes, por outro, não chegaram a ser comprometedores.

A fase seguinte - embora tendo ocorrido concomitantemente com todas as outras durante o ano, merece destaque devido à inovação que representou - diz respeito à discussão para a elaboração e implantação de uma nova política agrícola. Sabe-se que, desde o início do atual Governo Federal, o Ministro da Agricultura procurou, por todos os meios, uma mudança de postu-

ra, com o objetivo de revigorar o seu ministério, de modo que ele deixasse de ser um mero executor das determinações emanadas da área econômica e passasse a ser o verdadeiro elaborador e executor de todas as ações voltadas ao setor primário.

Para levantar subsídios à implementação de uma nova política agrícola que, segundo orientação do Ministro da Agricultura, deveria ser definida "em função de um debate aberto e franco com toda a sociedade, de uma forma democrática, sem ter a preocupação de resolver apenas os problemas de curto prazo" e, conseqüentemente, garantir ao setor tranqüilidade e segurança suficientes para poder cumprir seus objetivos, foram promovidos os "Debates sobre a Política Agrícola da Nova República", durante o mês de outubro, em todas as regiões do país. Desses encontros - que colocaram os segmentos que formam o setor primário na obrigação de repensarem a agricultura em suas diversas peculiaridades - saíram subsídios que, segundo esperavam os participantes, deveriam ser os balizadores da nova Política Agrícola.

Paralelamente aos "Debates sobre a Política Agrícola da Nova República" foram divulgadas as diretrizes da "Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)", que, na concepção das autoridades federais, deveriam ser discutidas por toda a sociedade, englobando, fundamentalmente, os seguintes aspectos:

1- "Estudos das transformações substanciais que devem sofrer alguns dos principais instrumentos de política agrícola, tais como o crédito, os incentivos fiscais, a tributação, os preços mínimos, a política de comercialização e abastecimento e a política de comércio exterior de produtos agrícolas".

2- "Elaboração da estratégia de médio e longo prazos de desenvolvimento do setor agrícola, incluindo desde metas de produção, exportação e importação agrícolas, até perfil produtivo regional, tecnologia, emprego e relações agricultura/indústria".

3- "Revigoramento e reestruturação do Sistema de Planejamento agrícola, que terá como meta principal a aplicação da estratégia de desenvolvimento do setor agrícola, previamente definida e inserida no Plano Nacional de Desenvolvimento".

O referido documento, dentro dos aspectos acima cita-

dos, diz que a política agrícola deverá revigorar a atividade de planejamento do setor agrícola, estabelecer um novo sistema de financiamento para o setor, orientar a pesquisa agropecuária, adequar a extensão rural às peculiaridades regionais, desenvolver tecnologias e adequar a política de preços mínimos. Além disso, é previsto que devam receber atenção a armazenagem, a eletrificação rural, o cooperativismo, a irrigação, a assistência sócio-econômica das populações rurais, os contratos agrários, a abertura e a conservação de estradas, e a compatibilização entre as diversas políticas que afetam o setor rural. É previsto, ainda, que o Ministério da Agricultura contará com a co-participação e co-responsabilidade de diversos órgãos federais na formulação e implementação da política agrícola, bem como na integração de sua ação com a dos estados, municípios e da iniciativa privada.

Como se vê, as intenções são elogiáveis. Resta, entretanto, a pergunda: como o governo pretende implementá-las e em que prazo?

Considerando a atividade primária, aquela na qual os riscos (que são assumidos pelos agricultores, praticamente sem a garantia de um seguro) estão presentes com muito maior freqüência, devido principalmente à imponderabilidade dos fatores climáticos; considerando verdadeiro que a sazonalidade da produção tradicionalmente pressiona os preços dos produtos agrícolas para níveis que nem sempre agradam aos produtores; e, considerando ainda que, por essas e outras razões, os agricultores trabalham em constante insegurança, admite-se, e muitas vezes até se exige, que a ação do governo deva se fazer sentir mais forte e prontamente no setor primário.

Ocorre, porém, que a interferência do governo na vida econômica do país reflete, muitas vezes, os interesses dos grupos que governam, e inúmeras vezes não atendem às reivindicações dos que não partilham do poder, reivindicações essas, em geral, de algum conteúdo econômico. Assim, a política agrícola - considerando-a como um ramo da política econômica - é a concretização, no setor primário, dos desejos das pessoas ou grupos que controlam o governo. Não deixou, portanto, de ser alvissareiro o avanço proporcionado por esse tipo de ação do governo, já que, ao menos teoricamente, todos os segmentos que formam o setor

primário passam a ter condições de expressar seus pensamentos e de levar suas sugestões para a mudança da política.

Sabe-se, entretanto, que os encontros realizados devem representar apenas o início de uma caminhada que, segundo se espera, culminará com a efetivação de uma verdadeira política agrícola. Este processo deverá ser longo e no seu transcorrer deverá procurar eliminar uma série de obstáculos. Um dos primeiros a serem atacados, talvez, seja o ceticismo que dominou muitas pessoas, quer dos que participaram da fase de elaboração das propostas e dos encontros propriamente ditos, quer da grande maioria dos produtores.

Esse sentimento, que domina a grande maioria dos brasileiros, no setor agrícola encontra-se assentado sobre fortes razões, entre as quais podem ser citadas:

- muitas das intenções manifestadas pelo governo na sua "Política Nacional de Desenvolvimento Rural" e das proposições apresentadas nos "debates sobre a política agrícola na Nova República" são antigas freqüentadoras de documentos e encontros dessa natureza;

- no documento "Política Nacional de Desenvolvimento Rural" o governo enumera uma série de intenções - sem dúvida coincidentes com muitas reivindicações dos produtores - sem, no entanto, explicitar como pretende concretizá-las;

- os principais instrumentos de política agrícola, talvez com exceção dos preços mínimos, beneficiaram uma minoria de produtores, favorecendo, ao longo dos últimos anos, a concentração do capital;

- apesar do avanço que o atual processo de ouvir os produtores representa, ele ainda não lhes propiciou condições equitativas de participação;

- historicamente, as "prioridades" para a agricultura não saíram do papel e as eventuais "políticas agrícolas" não sobreviveram intactas a mais de uma gestão (ou mesmo a uma safra).

Apesar de todas as restrições que ainda podem ser fei-

tas ao procedimento atual, deve-se reconhecer que houve um progresso em relação ao que era adotado até março, quando as decisões eram tomadas sem qualquer participação dos interessados. Entretanto, muita coisa ainda deve ser feita. De um lado, o governo precisa alterar uma série de atitudes classificadas por muitos como "entulhos do autoritarismo" e aumentar a prática do diálogo, que deverá ser aberto e despido de quaisquer segundas intenções. De outro lado, os agricultores necessitam aprimorar suas formas de organização, de modo a poder não só acompanhar permanentemente as ações das autoridades, mas também efetuar as pressões necessárias nos momentos em que seus interesses estiverem sendo preteridos.

As sugestões levantadas nos cinco debates - Belém, Goiânia, Recife, São Paulo e Porto Alegre - foram compiladas na "Estratégia de Desenvolvimento Agropecuário e a Política Nacional", remetidas aos estados com 30 dias de prazo para apresentar emendas e deverão ser entregues ao Presidente da República, em sua forma definitiva, até o dia 15 de fevereiro, quando da esperada reforma ministerial.

Todo esse procedimento, para que seja levado a bom termo, precisaria ter continuidade, obedecendo a um planejamento que preveja todas as etapas a serem cumpridas. Historicamente, entretanto, as experiências brasileiras, em termos de planejamento, não podem ser tomadas como exemplo de algo levado a sério. Quando se restringe a análise ao setor agrícola, a situação piora, já que os produtores devem se nortear por "políticas" que são constantemente alteradas.

E essa preocupação voltou à baila quando, após os "Debates sobre a Política Agrícola da Nova República" e a divulgação das diretrizes da "Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)", em novembro, foi dada a conhecer a segunda e definitiva versão do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República". Nesta, "a política agrícola, decisiva no combate à inflação, deverá contar com a recuperação do crédito a taxas de juros compatíveis com sua rentabilidade, notadamente para financiar investimentos. A política de garantia de preços deverá explicitar-se em regras nítidas, determinando preços mínimos estáveis, em períodos plurianuais, particularmente para o mercado interno. Trata-se de conferir segurança à atividade agrícola,

regularidade no fornecimento e estabilidade tanto ao produtor como ao consumidor".

O trecho salientado, assim como o restante da parte dedicada à agricultura, enumera propósitos que, mesmo coincidindo, em boa parte, com as reivindicações dos agricultores, ainda deixam no ar uma interrogação: que tipo de planejamento as autoridades pretendem adotar para viabilizar os intentos explicitados?

Sabe-se que o sistema de planejamento para o setor agrícola foi sensivelmente desestruturado nos últimos anos. Por isso, não tem conseguido, de maneira articulada e globalizada, a nível de país, ser sensível às alterações por que passam não só o setor primário como toda a sociedade.

Assim, quando a agricultura está sendo repensada e o país atravessa um momento político em que todos os segmentos da sociedade procuram seus espaços, é imprescindível que os poderes constituídos, que têm a obrigação de formular e implementar uma nova política agrícola, passem a dar maior importância aos anseios da sociedade, de tal modo que os objetivos das instituições tenham relevância social.

A última grande preocupação a afligir os agricultores em 1985 foi a seca que, assolando o Centro-Sul do país no segundo semestre, atingiu o estado de forma contundente a partir de novembro, época em que, tradicionalmente, os agricultores catarinenses se encontram em pleno plantio. O seu agravamento trouxe seqüelas graves, seja pela interrupção dos plantios, seja pela perda de lavouras já semeadas e mesmo pela pressão exercida sobre os índices inflacionários, não só momentaneamente, mas também e provavelmente durante o ano de 1986, apesar da disposição do Ministro da Fazenda, que chegou a afirmar que "a economia brasileira não sofrerá choques agrícolas".

Em Santa Catarina, a situação foi se agravando até meados de dezembro, quando ocorreram chuvas generalizadas na maioria das regiões produtoras. Apesar dessas precipitações e das demais que se verificaram até o final do mês, a situação climática, ao finalizar o ano, ainda não estava normalizada. Em algumas regiões do estado, a situação foi bem amenizada, em ou-

tras foi parcialmente normalizada e em outras ainda continuava crítica. No Oeste do estado, as perdas do feijão, avaliadas, em fins de dezembro, em cerca de 70% do total do estado, eram irreversíveis e com possibilidades de serem ampliadas. Isto também era válido para o arroz, o fumo, a cebola, a batata, o tomate e as frutas (tabela 5). Já para o milho e a soja, com prejuízos bastante elevados, havia a possibilidade de recuperação parcial dos prejuízos em face dos replantios realizados.

As precipitações pluviométricas, na segunda quinzena de dezembro, foram esparsas e com distribuição irregular, de modo a não beneficiar por igual todas as regiões produtoras; entretanto, é inegável que o quadro climático melhorou nas últimas semanas do ano, possibilitando aos produtores de milho e de soja recobrarem as esperanças de recuperação de parte dos prejuízos após os replantios. Contudo, alguns deles não conseguiram realizar essas operações, o que tornava a situação preocupante.

Para enfrentar o problema do abastecimento e, assim, tentar reverter a expectativa inflacionária, bem como para enfrentar as demais conseqüências da seca que já eram graves, o Ministro da Fazenda aprovou, ao final de novembro, "ad referendum" do Conselho Monetário Nacional, o "Programa de Apoio aos Produtores prejudicados pela seca nas Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul". Em relação ao abastecimento, o "Programa" previa:

a) acrescer em mais um mês o período de correção dos preços-base dos produtos da safra 85/86, amparados pela PGPM;

b) rever o VBC a ser utilizado nos empréstimos de custeio de feijão e amendoim, safra das secas, assim como agilizar os estudos destinados à fixação dos preços-base daqueles produtos;

c) destinar recursos para a aquisição, no mês de dezembro/85, de até 10 mil toneladas de carne bovina, para absorver produto proveniente da antecipação de abate, motivado pela estiagem e permitir o início dos estoques reguladores de carne verde.

Em relação, ainda, ao abastecimento interno, a idéia é implementar uma política para 1986, basicamente alicerçada, conforme informações disponíveis até o momento, nos seguintes pontos:

a) levantamento preciso das perdas ocasionadas pela seca no Centro-Sul do país; os números atualmente (31-12-85) disponíveis já são bastante preocupantes e continuam aumentando na medida em que a situação climática não normaliza;

b) programa mensal de importação dos alimentos necessários, para tentar evitar os chamados "choques agrícolas" nos índices de inflação;

c) adequação da quantidade de alimentos importados à capacidade disponível de armazenamento, já que este setor é bastante deficiente;

d) adequação do sistema de transporte ao uso ágil dos estoques, que, em muitas regiões, é considerado precário.

Em reunião realizada no dia 11 de dezembro, o CONFAZ (Conselho de Política Fazendária) isentou de ICM a primeira operação referente aos produtos primários (óleo de soja, leite em pó, arroz, feijão, carne bovina e milho) que forem internalizados entre 1º de janeiro e 30 de junho de 1986, nos estados em que forem desembarcados, devendo todas as importações ser autorizadas pelo Conselho Interministerial de Preços. Esta resolução, ao mesmo tempo em que privilegia importadores, de certo modo prejudica os produtores que, além de já estarem com a sua produção reduzida, enfrentarão uma concorrência considerada desleal.

Para os produtores tentarem amenizar as conseqüências da seca, o "Programa" anteriormente citado especificava o seguinte:

a) prorrograr, para os produtores que firmarem empréstimo para replantio ou substituição de lavoura, por até um ano, 50% do saldo devedor dos créditos de custeio agrícola da safra 85/86, a partir do vencimento final da dívida, ficando o restante para pagamento na forma inicialmente pactuada, às mesmas condições previstas no instrumento de crédito e independentemente da análise do pedido de cobertura do PROAGRO;

b) conceder prorrogação, na forma da MCR 6-1-12, aos casos em que não for possível o plantio, replantio ou substituição de la-

vouras;

c) prorrogar as prestações de créditos de investimentos, vincendas no primeiro semestre de 1986, para até um ano após o vencimento final da dívida, obedecidas as condições originalmente pactuadas, mesmo sem a análise de cobertura do PROAGRO;

d) conceder crédito para o plantio, replantio ou substituição de lavouras de arroz, mandioca, milho, soja e sorgo da safra 85/86, durante o mês de dezembro/85, com adesão do PROAGRO, independentemente do calendário agrícola fixado para a respectiva região;

e) conceder crédito de manutenção, até 15.01.86, a mini e pequeno produtor, para aquisição de víveres, remédios, utensílios, roupas, etc, até o valor de Cr$ 3.600 mil, respeitado o limite de Cr$ 600 mil por pessoa (mutuário e dependentes), sem enquadramento do PROAGRO, observados os encargos financeiros do crédito rural, ajustando-se o esquema de pagamento às épocas das receitas esperadas;

f) imprimir maior celeridade no processamento dos pedidos de cobertura do PROAGRO, adotando prontas diligências para a realização das perícias, em adequada articulação com os órgãos de assistência técnica, com vistas, inclusive, a acelerar a decisão sobre o replantio;

g) admitir a realização de perícias por técnicos ou empresas de assistência técnica, mesmo que tenham elaborado o plano ou projeto;

h) relevar eventuais intempestividades nas comunicações de perdas, em casos plenamente justificáveis e constantes dos laudos periciais;

i) indenizar os recursos próprios dos produtores que não efetivaram o plantio, embora tenham contratado o financiamento, desde que comprovadas as despesas realizadas e tenha havido adesão ao PROAGRO;

j) destinar à amortização da dívida o valor da cobertura do PROAGRO relativo aos financiamentos prorrogados e, quando for o caso, das últimas parcelas do crédito, quer se trate de opera-

ções de custeio quer de investimento;

l) admitir o enquadramento no PROAGRO das operações de custeio da "safrinha" de milho e feijão no Paraná, contratadas nos meses de janeiro e fevereiro de 1986, desde que conjugadas com a assistência técnica.

Com o prosseguimento da seca, o Conselho Monetário Nacional, aprovou, ainda, as seguintes medidas adicionais para estimular a produção:

"a) admitir o incremento de 15% sobre os valores do VBC da safra 1985/86, e assegurar adiantamentos de 90% para os grandes produtores, e de 100% para os demais, nos empréstimos de custeio para os próximos plantios, observado o calendário agrícola fixado pela EMBRAPA/EMBRATER, através de comunicado específico; poderão ser contempladas, também, as operações já contratadas com base nas disposições do Voto CMN nº 562/85;

b) admitir a contratação de operações de custeio até 15 dias após a data limite de plantio fixada para cada produto (comunicado EMBRAPA/EMBRATER), uma vez comprovado pela assistência técnica ou pela fiscalização do agente financeiro que o produtor efetuou o plantio, replantio ou substituição de lavouras;

c) fixar em 100% o limite de cobertura do PROAGRO para as operações contratadas com base nas presentes disposições e no Voto CMN nº 562/85;

d) estabelecer em 2% o adicional do PROAGRO, independentemente do número de coberturas anteriores, sendo devido na forma do MCR 19.5.6; o pagamento do adicional ao agente financeiro ocorrerá, a critério do produtor, até a data do vencimento do empréstimo ou de eventual cobertura;

e) fixar a indenização do PROAGRO em valor correspondente ao saldo devedor da operação na data da efetivação da cobertura, acrescido dos eventuais recursos próprios corrigidos, efetuadas as deduções previstas no regulamento do Programa;

f) quando for constatada perda total em 30% (ou em maior percentual) da área financiada, consoante laudo pericial (preliminar

ou único), deve ser calculada a indenização proporcionalmente à parte perdida, independentemente da apuração das receitas da lavoura remanescente, aplicando-se o valor da cobertura na amortização do saldo devedor da operação, ou das últimas parcelas, quando se tratar de empréstimos prorrogados com base no Voto CMN nº 562/85; essa medida somente poderá ser adotada após comprovado, pelo órgão de assistência técnica ou pelo serviço de fiscalização do agente financeiro, que o produtor efetivou o replantio ou a substituição de lavcura na área integralmente afetada;

g) as condições das alíneas "a", "c", "d" e "e" estender-se-ão à denominada "safrinha" de milho no estado do Paraná e em outros estados da Região Centro-Sul, desde que o seu plantio seja recomendável e conjugado com assistência técnica;

h) as medidas especiais aqui propostas não poderão beneficiar produtores rurais que tenham praticado:
I - desvio de recursos para fins não consignados no orçamento;

II - alienação, abandono ou remoção indébita de garantias;

III - qualquer outra irregularidade grave".

Apesar da presteza com que as medidas acima mencionadas foram agilizadas, elas não chegaram a agradar de todo os agricultores, já que, segundo estes, uma de suas maiores preocupações - o custo do dinheiro - não foi alterado. Isto é, os créditos de emergência a serem concedidos observarão encargos financeiros plenos, sem qualquer subsídio.

A seca que assolou o Centro-Sul do país deixou patente, mais uma vez, toda a fragilidade de um setor essencial, que atende à mais básica das necessidades do ser humano. Assim, quando as adversidades climáticas se antepõem às atividades agrícolas na intensidade que ora se observa, todo o setor se ressente de uma política clara e duradoura que preveja, inclusive, a imponderabilidade dos fatores climáticos. Nestas circunstâncias, aos agricultores pouco resta fazer além de reclamar, medir os prejuízos e esperar que eles normalizem.

O ano de 1985, como se viu, além das já tradicionais renovações de intenções, em termos de dar prioridade à agricul-

tura, caracterizou-se pela maior oportunidade oferecida aos agricultores em termos de poderem sugerir e criticar. Houve muitos debates e declarações das autoridades reiterando a intenção de estabelecer uma nova política agrícola que realmente atendesse aos interesses dos produtores. Entretanto, apesar de todos os avanços que se concretizaram durante o ano em questão, permanece um certo ceticismo quanto à possibilidade de essas intenções se concretizarem, já que, como se sabe, historicamente, poucas políticas implementadas sobreviveram intactas a mais de uma gestão.

TABELA 1

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS SAFRAS 1984/85 E 1985/86

| PRODUTO | FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | | VALOR BÁSICO DE CUSTEIO Cr$ 1.000/ha | | REAJUSTE % |
|---|---|---|---|---|---|
| | De | Até | 1984/85 | 1985/86 | |
| Arroz irrigado | - | 3.000 | 597 | 2.035 | 240,87 |
| | 3.001 | 3.600 | 659 | 2.233 | 238,84 |
| | 3.601 | 4.200 | 729 | 2.453 | 236,48 |
| | 4.201 | 5.000 | 813 | 2.794 | 243,66 |
| | Acima de | 5.000 | 862 | 3.032 | 251,74 |
| Arroz sequeiro | - | 1.000 | 206 | 744 | 261,16 |
| | 1.001 | 1.300 | 274 | 997 | 263,86 |
| | 1.301 | 1.600 | 356 | 1.283 | 260,39 |
| | Acima de | 1.600 | 445 | 1.548 | 247,86 |
| Feijão | - | 400 | 127 | 387 | 204,72 |
| | 401 | 600 | 283 | 885 | 212,72 |
| | 601 | 800 | 345 | 1.070 | 210,14 |
| | 801 | 1.000 | 450 | 1.408 | 212,88 |
| | Acima de | 1.000 | 575 | 1.835 | 219,13 |
| Mandioca (1 ciclo) | - | 10.000 | 246 | 903 | 267,07 |
| | 10.001 | 15.000 | 293 | 1.081 | 268,94 |
| | 15.001 | 20.000 | 427 | 1.528 | 257,84 |
| | 20.001 | 25.000 | 476 | 1.708 | 258,82 |
| | Acima de | 25.000 | 561 | 2.005 | 257,39 |
| Mandioca (2 ciclos) | - | 10.000 | 381 | 1.378 | 261,67 |
| | 10.001 | 15.000 | 461 | 1.675 | 263,34 |
| | 15.001 | 20.000 | 640 | 2.262 | 253,43 |
| | 20.001 | 25.000 | 680 | 2.411 | 254,55 |
| | Acima de | 25.000 | 773 | 2.741 | 254,59 |
| Milho | - | 900 | 108 | 387 | 258,33 |
| | 901 | 1.300 | 154 | 563 | 265,58 |
| | 1.301 | 1.700 | 216 | 795 | 264,67 |
| | 1.701 | 2.100 | 265 | 979 | 269,43 |
| | 2.301 | 2.500 | 309 | 1.135 | 267,31 |
| | 2.501 | 3.000 | 370 | 1.354 | 265,94 |
| | 3.001 | 3.500 | 406 | 1.485 | 265,76 |
| | 3.501 | 4.000 | 472 | 1.725 | 265,46 |
| | 4.001 | 5.000 | 547 | 1.991 | 263,98 |
| | Acima de | 5.000 | 633 | 2.302 | 263,66 |
| Soja | - | 1.250 | 280 | 1.172 | 318,57 |
| | 1.251 | 1.500 | 304 | 1.263 | 315,46 |
| | 1.501 | 1.750 | 374 | 1.532 | 309,62 |
| | 1.751 | 2.000 | 407 | 1.662 | 308,35 |
| | 2.001 | 2.400 | 475 | 1.921 | 304,42 |
| | Acima de | 2.400 | 500 | 2.010 | 302,00 |

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção

TABELA 2

POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PREÇOS-BASE PARA OS PRODUTOS DA SAFRA DE VERÃO - 1985/86

| PRODUTO | UNIDADE | PREÇOS-BASE | | | | | INFLAÇÃO OFICIAL DO PERÍODO (%) AGO/84-AGO/85 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 1983/84 Cr$ | 1984/85 Cr$ | REAJUSTE % | 1985/86 Cr$ | REAJUSTE % | |
| Arroz Irrigado | 50 kg | 6.709 | 21.400 | 219,0 | 61.200 | 186,0 | |
| Arroz Sequeiro | 60 kg | 6.720 | 21.600 | 221,4 | 63.000 | 191,7 | |
| Feijão | 60 kg | 14.400 | 54.000 | 276,4 | 155.400 | 187,1 | 217,3 |
| Mandioca | t | 14.000 | 51.800 | 270,0 | 164.000 | 216,6 | |
| Milho | 60 kg | 3.700 | 13.000 | 251,4 | 37.200 | 186,1 | |
| Soja | 60 kg | 4.338 | 20.000 | 361,0 | 59.040 | 195,2 | |

Fonte: Ministério da Fazenda - Secretaria Especial de Assuntos Econômicos

TABELA 3

CUSTOS OPERACIONAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS
SAFRA 1985/86

| PRODUTO | UNIDADE | CUSTO OPERACIONAL* CFP (Cr$) | PREÇO-BASE (Cr$) | DIFERENÇA | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | em Cr$ | em % |
| Arroz Irrigado | 50 kg | 44.884 | 61.200 | 16.316 | 36,3 |
| Arroz Sequeiro | 60 kg | 51.736 | 63.000 | 11.264 | 21,8 |
| Feijão | 60 kg | 112.606 | 155.400 | 42.434 | 37,7 |
| Milho | 60 kg | 35.526 | 37.200 | 1.674 | 4,7 |
| Soja | 60 kg | 57.898 | 59.040 | 1.142 | 2,0 |

* COMPONENTES DO CUSTO OPERACIONAL

1. Custo Variável

1.1. Operação de Máquinas
1.2. Mão-de-obra variável
1.3. Insumos
- sementes
- fertilizantes
- defensivos
- outros insumos

1.4. Preparo do produto
- Transporte externo
- Secagem e outros custos variáveis

1.5. Encargos Financeiros

2. Custos Fixos

2.1. Depreciação
2.2. Mão-de-obra fixa
2.3. Outros custos fixos

Custo Operacional (1 + 2)

Fonte: Ministério da Agricultura - Companhia de Financiamento da Produção

TABELA 4

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO - PROPORCIONALIDADE EM RELAÇÃO AS DESPESAS DE CUSTEIO SAFRA 1985/86

| PRODUTO | PEQUENOS | MÉDIOS | (%) GRANDES |
|---|---|---|---|
| Arroz-Irrigado | 80 | 80 | 80 |
| Arroz-Sequeiro | 100 | 90 | 80 |
| Feijão | 100 | 90 | 90 |
| Mandioca | 100 | 90 | 90 |
| Milho | 100 | 90 | 80 |
| Soja | 60 | 60 | 50 |

Fonte: CFP

TABELA 5

PERDAS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE-SITUAÇÃO EM 31/12/85

| PRODUTO | PRODUÇÃO PREVISTA (t) | PERDAS ESTIMADAS (t) | % DE PERDAS | VALOR DAS PERDAS *** (em Cr$/mil) |
|---|---|---|---|---|
| Batata-semente | 24.000 | 4.800 | 20,0 | 24.000.000 |
| Batata-consumo | 145.600 | 29.120 | 20,0 | 29.120.000 |
| Cebola | 176.000 | 35.200 | 20,0 | 70.400.000 |
| Tomate | 41.850 | 500 | 1,2 | 500.000 |
| Maçã | 165.000 | 3.000** | 1,8 | 3.750.000** |
| Mandioca | 1.040.000 | - | - | - |
| Arroz-sequeiro | 80.250 | 24.075 | 30,0 | 43.335.000 |
| Arroz-irrigado | 407.000 | 8.140 | 2,0 | 14.652.000 |
| Milho | 2.377.137 | 594.284 | 25,0 | 594.284.000 |
| Feijão | 285.262 | 199.683 | 70,0 | 732.038.000 |
| Soja | 619.000 | 74.280 | 12,0 | 123.751.000 |
| Fumo | 162.750 | 19.530 | 12,0 | 230.707.830 |
| Frango | 422.700 | 38,04 | 0,009 | 28.530.000 |
| Suínos | 282.900 | 393,2 | 0,004 | 7.470.800 |
| Leite*(litro) | 71.500.000 | 6.649.500 | 9,3* | 10.332.546 |
| Carne bovina | 63.800 | 2.522 | 4,0 | 15.964.260 |
| Mel | 5.000 | 1.500 | 30,0 | 18.000.000 |
| Frutas de caroço | 5.000 | 1.000 | 20,0 | 1.500.000 |
| TOTAL | - | - | - | 1.948.335,436 |

*Prejuízos calculados sobre a produção esperada nos últimos 47 dias

**Perdas decorrrentes de granizo

***Calculadas considerando os preços mínimos para os produtos que estão enquadrados na PGPM. Para os outros foi considerado o preço de mercado.

Fonte: Instituto CEPA/SC - EMATER/ACARESC

# DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

## 3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

### 3.1. ALHO

Os produtores catarinenses de alho nas últimas safras têm-se comportado de forma cautelosa com relação à área de plantio. Após a "corrida do alho" em 1980/81, o recuo verificado na área cultivada ainda não foi recuperado, como pode ser observado na tabela 1.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80 A 1985/86 (*)

| SAFRA | ÁREA (ha) | ÍNDICE | PRODUÇÃO (t) | ÍNDICE | RENDIMENTO (kg/ha) | ÍNDICE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1979/80 | 1.299 | 100 | 4.724 | 100 | 3.637 | 100 |
| 1980/81 | 3.544 | 273 | 6.720 | 142 | 1.896 | 52 |
| 1981/82 | 2.490 | 192 | 7.905 | 167 | 3.175 | 87 |
| 1982/83 | 2.588 | 199 | 8.589 | 182 | 3.319 | 91 |
| 1983/84 | 2.568 | 198 | 9.724 | 206 | 3.803 | 105 |
| 1984/85 | 2.140 | 165 | 8.993 | 190 | 4.184 | 115 |
| 1985/86 | 2.450 | 189 | 11.000 | 233 | 4.490 | 123 |

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/85)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Nessas últimas safras, praticamente, permaneceram na atividade somente os alhicultores tradicionais, os quais garantiram o aumento da produtividade. As variações na área plantada têm ocorrido em função direta da política de importação, que, à exceção do ano de 1985, tem sido aplicada de maneira incorreta pelas autoridades competentes, verificando-se falhas freqüentes, tanto no volume como nas épocas das entradas dos alhos estrangeiros no país, tendo-se como reflexo um desestímulo à cultura.

Em SC, cerca de 25% dos alhos produzidos são dos tipos comuns, os quais são cultivados em pequenas áreas, sem emprego

de tecnologia, visando principalmente ao auto-consumo, sendo o excedente comercializado na própria região produtora. Já os alhos tardios são alhos do grupo chamado nobre, com características bem definidas quanto à conformação, coloração, número de dentes e de grande resistência à debulha. Atualmente, as principais cultivares são a Chonan, a Rôxo Pérola de Caçador e, ultimamente, a cultivar Quitéria, oriunda do RS, que é a mais tardia e de alto potencial produtivo.

O Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho - PLANALHO, embora tivesse ficado abandonado nos últimos anos, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da alhicultura nacional, notadamente do Sul do País. O Plano Nacional, quando em funcionamento, foi decisivo para a criação da Associação Nacional de Produtores de Alho - ANAPA, que até hoje vem representando com bastante desenvoltura os interesses dos alhicultores, principalmente quando das negociações para importação.

Pela relevância que este Plano já representou para a produção de alho no país, o Ministério da Agricultura resolveu revitalizá-lo, lançando o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho versão 1985/1990, com os seguintes objetivos:

a) assegurar a produção e o abastecimento nacionais de alho para o consumo "in natura" e industrial através da recuperação e expansão da área plantada;

b) reduzir progressivamente a participação do produto importado no abastecimento nacional;

c) assegurar o escoamento da produção;

d) estimular, municipalizar e apoiar a produção nacional de alho-semente para atendimento das áreas atuais, das áreas recuperáveis e das áreas a serem expandidas.

A produção brasileira na safra 1984/85 ficou avaliada em 43.626 t, inferior, portanto, à do ano passado, em 25%. Já para a safra 1985/86, cujos dados ainda não são definitivos, apesar de a área cultivada estar estimada em menos 597 ha, a produção esperada deverá situar-se um pouco acima da obtida em 84/85. Essa situação é explicada pela melhor performance das la-

vouras deste ano, principalmente em SC e no RS, conforme pode ser visto na tabela 2.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL - SAFRAS 1980/81 A 1985/86 (*)

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | ÍNDICE | PRODUÇÃO (t) | ÍNDICE | RENDIMENTO (kg/ha) | ÍNDICE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1980/81 | 12.352 | 100 | 40.303 | 100 | 3.263 | 100 |
| 1981/82 | 12.651 | 102 | 48.134 | 119 | 3.805 | 117 |
| 1982/83 | 18.356 | 149 | 63.941 | 159 | 3.505 | 107 |
| 1983/84 | 15.579 | 126 | 58.551 | 145 | 3.758 | 115 |
| 1984/85 | 11.835 | 96 | 43.626 | 108 | 3.686 | 113 |
| 1985/86 | 11.238 | 91 | 44.133 | 110 | 3.927 | 120 |

(*) Avaliação em dez/85

Fonte: Instituto CEPA/SC

O recuo da área cultivada nas duas últimas safras reflete bem o desestímulo dos produtores face à política de importações indiscriminadas. Por outro lado, nos últimos cinco anos, notou-se uma melhoria na produtividade média das lavouras.

A produção brasileira continua concentrada em três regiões. O Sudeste, representando 37% da produção global, o Centro-Oeste com 12% e a Região Sul que evoluiu de 39% para 43,5%, segundo as últimas avaliações da Fundação IBGE.

Os principais estados produtores e suas respectivas participações na produção brasileira estão representados na tabela 3.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO - SAFRA 1985/86 (*)

| ESTADO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) | % PARTICIP. S/PRODUÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| Santa Catarina | 2.450 | 11.000 | 4.490 | 24,92 |
| Minas Gerais | 2.702 | 10.819 | 4.004 | 24,51 |
| Rio Grande do Sul | 1.993 | 5.802 | 2.911 | 13,15 |
| Goiás | 860 | 4.980 | 5.791 | 11,28 |
| São Paulo | 754 | 3.515 | 4.662 | 7,97 |
| Paraná | 800 | 2.400 | 3.000 | 5,44 |
| Bahia | 704 | 1.905 | 2.706 | 4,32 |
| Espírito Santo | 375 | 1.869 | 4.984 | 4,24 |
| Ceará | 130 | 560 | 4.308 | 1,27 |
| Outros | 470 | 1.283 | 2.730 | 2,90 |
| TOTAL | 11.238 | 44.133 | 3.927 | 100,00 |

(*) Avaliação em novembro/85

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O estado de SC, que na última safra contribuiu com cerca de 19% sobre a produção bruta brasileira, na safra 1985/86 deverá participar com aproximadamente 25%. Esse resultado não se deve ao recuo da produção de Minas Gerais, mas principalmente ao aumento da produção e da produtividade médias das lavouras catarinenses. Desta forma, SC passa a ocupar o primeiro lugar entre os estados produtores de alho no Brasil.

Além de ser o maior produtor, Santa Catarina é, reconhecidamente, o estado que apresenta os alhos de melhor qualidade do mercado nacional. Suas cultivares nobres hoje concorrem em nível de igualdade com os melhores alhos procedentes da Argentina e da Espanha. Isto se deve à assimilação, por parte dos alhicultores catarinenses, das tecnologias geradas pelas pesquisas, a nível tanto institucional quanto particular, e repassadas aos produtores através da assistência técnica.

A produção de alhos tardios (nobres) se concentra na

região dos Campos de Curitibanos, onde cerca de 65% da área cultivada se situa no campo de ação da Cooperativa Agropecuária do Planalto de Curitibanos - COOPERPLAC.

A distribuição da cultura no estado se dá conforme a tabela 4.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1985/86 (*)

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | ÁREA DE CULTIVO (ha) | PRODUÇÃO ESPERADA (t) |
|---|---|---|
| Campos de Curitibanos | 1.610 | 8.000 |
| Col. do Rio do Peixe | 277 | 1.246 |
| Campos de Lages | 68 | 272 |
| Planalto de Canoinhas | 132 | 350 |
| Col.Serrana Catarinense | 114 | 407 |
| Col. Oeste Catarinense | 63 | 252 |
| Col. Alto Itajaí | 84 | 200 |
| Carbonífera | 42 | 126 |
| Litoral Sul Catarinense | 13 | 39 |
| Colonial de Blumenau | 21 | 63 |
| Florianópolis | 11 | 20 |
| Outras | 15 | 25 |
| TOTAL | 2.450 | 11.000 |

(*) Previsão em dezembro/85

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Da produção obtida em Santa Catarina, cerca de 52% dos alhos nobres são remetidos para os mercados fora do estado, principalmente para as praças de São Paulo e do Rio de Janeiro. O restante dos alhos nobres e comuns, afora as reservas de alhos-sementes para plantio da safra seguinte, é destinado ao consumo regional e às agroindústrias do estado.

O Balanço de Oferta e Demanda para a safra 1985/86,

foi estimado da seguinte maneira:

| PRODUÇÃO BRUTA (1) | PERDAS DIVERSAS (2) | RESERVAS P/SEMENTE | CONSUMO APARENTE (3) | INDÚS-TRIALIZA-ÇÃO | COMÉRCIO INTERES-TADUAL (4) |
|---|---|---|---|---|---|
| 11.000 | 1.630 | 1.800 | 800 | 1.000 | 5.500 |

OBS.: Previsão em dez/85

(1) considerou-se a produção esperada de alhos semi-curados (meia cura).
(2) foram consideradas as quebras de armazenagem na propriedade em torno de 15%.
(3) refere-se ao consumo interno num período de seis meses.
(4) refere-se à oferta líquida a ser escoada para outros estados.

Após dois anos sucessivos de recuo na área cultivada, a cultura, para a safra 1985/86, voltou a experimentar novo crescimento. Segundo os últimos levantamentos, a variação deverá ficar em torno de 14% em relação à área cultivada em 1984/85. Da mesma forma, a produção esperada é estimada em 22% sobre a da safra passada.

Essa recuperação da alhicultura catarinense se deveu aos resultados positivos obtidos na safra anterior com relação à qualidade dos alhos produzidos e aos preços da comercialização da produção. Por outro lado, no estabelecimento das lavouras, os elevados preços das sementes que oneraram demais os custos de produção inibiram o ingresso de muitos produtores não tradicionais na atividade. Se, de um lado, esse efeito é positivo, na medida em que somente os produtores experientes permanecem no cultivo do alho, por outro lado, os próprios alhicultores conhecedores do ramo se sentiram receosos em expandir seus cultivos, devido ao alto custo que representa o alho-planta. No custo de produção elaborado pelo Instituto CEPA no mês de agosto de 1985, o item "semente" representava 76% sobre o item "insumos", e 49% sobre o custo total da cultura, incluídos todos os custos variáveis e os fixos.

O melhor período para o estabelecimento das lavouras

de alhos tardios se situa entre a segunda quinzena de junho e a primeira de julho; entretanto, na safra 1985/86, foram grandes as dificuldades para ser observado o período ideal de plantio, face à deficiência hídrica nas regiões produtoras. A falta de chuvas durante a fase de plantio preocupou seriamente os produtores de alhos do Planalto de Curitibanos. Os bulbilhos plantados por último (meados de julho) sentiram dificuldades de germinação, embora não tivessem comprometido a cultura. Apesar disso, os plantios foram concluídos dentro do prazo normal.

Em fins de agosto, com a chegada das chuvas, as lavouras puderam recuperar o desenvolvimento vegetativo e já apresentavam perspectivas otimistas de produção. De qualquer forma, o ano transcorreu dentro de um regime de poucas chuvas, sem, no entanto, comprometer a produção de alhos em SC. Os alhos plantados mais tarde e os mais tardios (caso específico da cultivar Quitéria), poderiam alcançar maiores produtividades, caso tivesse chovido no período final de bulbificação. Mesmo assim, os resultados alcançados foram altamente animadores, obtendo-se a maior produção da história da alhicultura catarinense, apesar de que, em diversas safras anteriores, as áreas cultivadas tenham sido maiores do que a atual (ver tabela 1).

A qualidade do alho desta safra foi, sem dúvida, a melhor obtida desde a implantação do cultivo de alhos nobres no estado. Isso se deveu, além do favorecimento das condições climáticas, ao melhoramento do nível técnico dos atuais produtores de alhos nobres.

Os Valores Básicos de Custeio para a cultura do alho na safra 1985/86, anunciados em janeiro de 85 pela CFP, tiveram um reajuste de 302,7%. As faixas de produtividade aprovadas referiam-se à cultura a campo. Portanto, para enquadramento dos produtores nos VBC's, foi considerada a produção correspondente ao alho não curado. Outro critério observado foi o de considerar a média de produtividade das lavouras da região para efeito de enquadramento dos produtores iniciantes. Para os tradicionais alhicultores foi considerada a maior produtividade alcançada nas três últimas safras normais. Os financiamentos de custeio foram liberados dentro do limite de 60% do VBC para os pequenos produtores e de 40% para os médios e grandes produtores. As faixas de produtividade e os respectivos VBC aprovados para os alhos no-

bres foram as seguintes: VBC de Cr$ 4.950.000 para produtividades de até 3.500 kg/ha; VBC de Cr$ 5.912.000 para produtividades de 3.501 a 4.500 kg/ha; VBC de Cr$ 7.301.000 para produtividades de 4.501 a 5.500 kg/ha; VBC de Cr$ 8.512.000 para produtividades de 5.501 a 6.500 kg/ha e; VBC de Cr$ 9.320.000 para produtividades acima de 6.500 kg/ha.

Os preços-base para os alhos nobres da safra 1985/86, estabelecidos pela CFP, entraram em vigor a partir de agosto. Os valores divulgados foram os seguintes: alho nobre, padrão base (tamanho 4) curado - Cr$ 7.715/kg e meia cura, Cr$ 4.783/kg. Para os alhos comuns, os preços divulgados foram os seguintes: alho curado, Cr$ 4.667/kg e meia cura Cr$ 3.111/kg.

No estado de SC, somente os alhos nobres são beneficiados pela política de preços mínimos, já que os comuns ainda não alcançaram padrão de qualidade para que possam ser classificados dentro dos tipos exigidos para efeito de preços mínimos. A comercialização desses alhos é feita sem distinção de tamanhos de bulbos e acondicionados, via de regra, em réstias, para venda no mercado local ou mesmo regional.

Com a última correção sobre os preços-base, em novembro/85, os preços mínimos oficializados para os alhos nobres foram os seguintes: alho nobre, padrão base (tamanho 4) Cr$ 9.784/kg para tipo extra, Cr$ 9.230 para o especial e Cr$ 7.385 para o tipo comercial. Para os demais padrões do tipo especial, os valores fixados foram: tamanho 7 - Cr$ 12.737/kg; 6 - Cr$ 11.538/kg; 5 - Cr$ 10.614; 3 - Cr$ 7.845/kg; 2 - Cr$ 4.616/kg e tamanho 1 - Cr$ 3.230/kg.

Ao contrário dos outros anos, os volumes importados em 1985 foram rigorosamente observados, obedecidos os acordos estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, CACEX e representantes dos produtores de alho. Assim, as importações da Argentina no período de março a junho de 1985, segundo o Departamento de Produtos Agropecuários da CACEX, registraram no período de março a junho, um total de 10.460 t, sendo 9.000 t de alhos de mesa e 1.460 t de alhos industriais. Nos meses de julho e agosto, entraram no país 6.900 t de alhos oriundos da Espanha, sendo 6.000 t de alhos de mesa e 900 de alhos para a indústria.

A comercialização da safra 1984/85, cujo encerramento se deu em março de 1985, apesar dos transtornos gerados pelas importações superiores ao que estava previamente estabelecido, foi considerada satisfatória. Os produtores que se precipitaram no início da safra, receosos das tendências de mercado, não realizaram bons negócios com a venda do alho com palha na faixa de Cr$ 900 a Cr$ 1.300/kg. Os produtores que trabalharam com alho curado através de agentes particulares, receberam um preço em torno de Cr$ 3.000/kg. Já os associados da COOPERPLAC realizaram os melhores negócios, recebendo preços líquidos que variaram entre Cr$ 3.300 e Cr$ 3.500/kg. Esse mesmo alho foi colocado no mercado atacadista de SP numa faixa de Cr$ 53.000 a Cr$ 55.000/cx de 10 kg.

Embora a COOPERPLAC tenha realizado um esforço muito grande vendendo bem os alhos de seus associados, poucos foram os produtores que comercializaram a produção através daquela entidade.

As vendas de alhos em palha, avaliadas em torno de 1.200 toneladas, somadas às 330 mil cx de 10 kg, atingiram um volume de 4.500 toneladas de alhos nobres comercializados para fora do estado.

Da safra de 1984/85, contam como saldo positivo em favor da alhicultura catarinense os seguintes fatos:

- a repercussão nacional do movimento de protesto contra as importações indiscriminadas de alhos em detrimento da produção brasileira, cuja participação, tanto das classes produtoras como do governo do estado, foi altamente positiva;

- a dedicação dos produtores catarinenses, os quais produziram alhos de excelente qualidade capazes de competir no mercado nacional com os importados;

- a participação efetiva da COOPERPLAC na comercialização de parte da produção, com excelente desempenho, conquistando espaços no mercado e, desta forma, recuperando seu crédito frente aos associados e no mercado nacional.

Com relação à comercialização da safra 1985/86, o com-

portamento do mercado provocou uma antecipação das vendas.

A pouca disponibilidade de alhos de boa qualidade no mercado provocou o início da comercialização do produto catarinense mais cedo do que nos demais anos. No início de dezembro, foram feitas algumas remessas de alhos do estado, devidamente acondicionados, com destino a outras praças. Por outro lado, diversos compradores de outros estados negociaram o produto ainda em palha, ou simplesmente com a palha cortada, sem o devido beneficiamento.

De qualquer forma, desapareceu a preocupação das autoridades do governo quanto à possibilidade de alta desenfreada nos preços, em virtude do ingresso de alhos do Sul no mercado. Na verdade, houve um esforço por parte dos produtores de Curitibanos em procurar liberar mais cedo o alho para atendimento do mercado, exatamente para evitar medidas por parte da SEAP, no sentido de recomendar importações, caso os preços atingissem cotações muito elevadas.

Os preços, durante as primeiras semanas de dezembro, se situaram em torno de Cr$ 40.000 kg, evoluindo, posteriormente, para Cr$ 45.000/kg CIF-SP.

No final do mês, os alhos se apresentavam mais bem curados e as remessas para outros estados se intensificaram, normalizando o abastecimento. No ano de 1985, o total remetido para fora do estado, segundo levantamentos realizados junto às coletorias dos municípios produtores, alcançou o volume de 580 mil caixas de 10 kg, conforme demonstrado na tabela 5.

Na Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina-CEASA/SC, durante o ano de 1985 foram movimentados 11.899 kg dos quais 11.621 kg foram produzidos no estado, e os demais 268 kg constituíram-se, em sua maioria, de alhos nacionais repassados pelas CEASA's de outros estados, além dos alhos importados.

As ofertas mensais e os preços médios praticados no atacado e no varejo durante o ano de 1985 no entreposto da CEASA/SC estão na tabela 6.

TABELA 5

EVOLUÇÃO DO ESCOAMENTO DE ALHOS EM SANTA CATARINA PARA O MERCADO NACIONAL, PERÍODO DE 1979 A 1986

| SAFRA | ANO COMERCIAL | VOLUME COMERCIALIZADO (t) | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|
| 1978/79 | 1979 | 8 | Inclui os alhos |
| 1979/80 | 1980 | 153 | destinados ao co |
| 1980/81 | 1981 | 2.780 | mércio "in natu- |
| 1981/82 | 1982 | 3.200 | ra" e os destina |
| 1982/83 | 1983 | 3.500 | dos à industria- |
| 1983/84 | 1984 | 3.800 | lização |
| 1984/85 | 1985 | 5.800 | |
| 1985/86 (*) | 1986 | 6.500 | |

(*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC

TABELA 6

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC - 1985

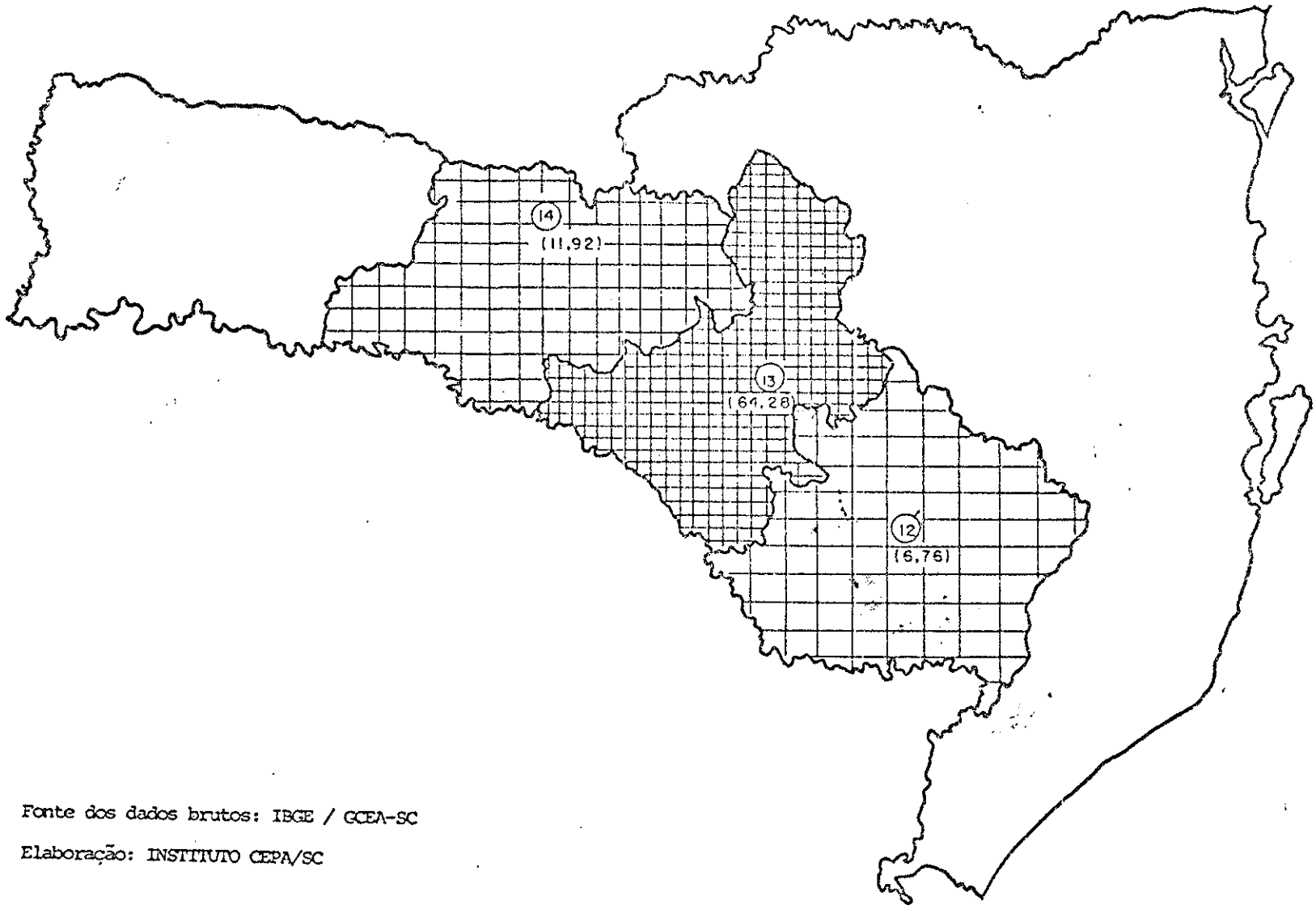
| MÊS | VOLUME OFERTADO (kg) | | | PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS - Cr$ 1 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Do Estado | Importado (*) | Total | Atacado | Varejo |
| Janeiro | 1.278 | - | 1.278 | 2.993 | 3.255 |
| Fevereiro | 1.883 | - | 1.883 | 3.444 | 3.615 |
| Março | 952 | - | 952 | 3.384 | 3.804 |
| Abril | 956 | - | 956 | 4.184 | 4.315 |
| Maio | 315 | - | 315 | 5.418 | 5.699 |
| Junho | 493 | - | 493 | 8.785 | 9.864 |
| Julho | 239 | - | 239 | 13.256 | 14.164 |
| Agosto | 996 | 158 | 1.154 | 13.256 | 15.309 |
| Setembro | 1.781 | - | 1.781 | 10.492 | 10.893 |
| Outubro | 678 | - | 678 | 9.094 | 10.540 |
| Novembro | 717 | 110 | 837 | 13.152 | 19.140 |
| Dezembro | 1.333 | - | 1.333 | 20.762 | 24.623 |
| TOTAL | 11.621 | 268 | 11.899 | - | - |

(*) Refere-se aos alhos importados de outros estados

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 3.2. ARROZ

A cultura do arroz ocupa o 5º lugar em valor bruto da produção das lavouras catarinenses, daí a sua grande importância para a economia primária do estado. Além da expressão econômica, socialmente, a cultura do arroz reveste-se de uma importância muito grande, uma vez que 90% dos produtores de arroz são pequenos agricultores - 25% possuem áreas com menos de 10 ha, 32% áreas de 10 a 20 ha e 33% entre 20 e 50 ha.

A evolução da área cultivada apresenta um quadro de crescimento nas lavouras irrigadas, e de leve recuperação nas áreas de arroz de sequeiro, uma vez que este sistema já apresentou áreas bem mais expressivas, conforme demonstrado na tabela 1.

Com relação à produção, obtiveram-se ganhos expressivos nas lavouras de arroz irrigado, ao contrário do que vem ocorrendo com o arroz de sequeiro, cujo sistema de produção nos últimos anos, não apresentou melhorias, ficando à mercê das condições climáticas - em anos de boas precipitações pluviométricas os resultados são bons e em anos de insuficiência hídrica a produtividade das lavouras baixa significativamente. Por outro lado, as produtividades crescentes das lavouras irrigadas têm contribuído para que os produtores catarinenses sejam estimulados a permanecerem na atividade e a investirem nessa cultura. O efeito da sistematização das várzeas no Sul do estado, acompanhado da semeadura dos grãos pré-germinados, é um exemplo disso. A introdução de novas cultivares pelo Instituto Riograndense do Arroz-IRGA e pela Empresa Catarinense de Pesquisa-EMPASC, também contribuíram definitivamente para o excelente desempenho da orizicultura catarinense nas últimas safras.

Atualmente, o estado de SC ocupa o sétimo lugar entre os estados maiores produtores de arroz do país (ver tabela 3).

Na safra 1984/85, foram produzidas, em SC, 446.366 toneladas de arroz, das quais 378,7 mil no sistema irrigado e 67,6 mil, no sistema de sequeiro, conforme pode ser visualizado na tabela 2 de distribuição da cultura no estado.

A safra 1984/85 apresentou, nas lavouras irrigadas, um

desempenho muito bom, suplantando as perspectivas iniciais. Contribuiu para esses resultados o Sul do Estado que, nas últimas safras, vem incorporando algumas áreas ao processo produtivo através da sistematização de várzeas. O destaque, entretanto, fica por conta do aumento de produtividade, cujos níveis, em muitas lavouras, já se igualam aos obtidos nas demais regiões produtoras. Hoje, as quatro microrregiões do Sul (Litoral de Laguna, Carbonífera, Litoral Sul e Colonial Sul Catarinense) representam 48% da área cultivada no estado com arroz irrigado, e 41% da produção neste sistema de cultivo.

As maiores produtividades do estado são obtidas no Alto Vale do Itajaí, cujo rendimento médio, na safra 1984/85, situou-se bem próximo da maior produtividade mundial, que é obtida no Japão (ver tabelas 2 e 5).

As cultivares mais utilizadas no estado são as BR IRGA 409 e 410, e as EMPASC 100, 101 e 102.

Apesar do excelente desempenho da cultura do arroz irrigado em SC, ainda não se esgotaram nem o potencial, nem as possibilidades de aumento da produção e da produtividade.

A necessidade aparente de sementes, em SC, está calculada em torno de 15.000 toneladas (arroz irrigado e de sequeiro); entretanto, o índice de utilização de sementes selecionadas, segundo o último Censo Agropecuário, atinge apenas 20,8% da área cultivada, ou seja, em torno de 2.960 toneladas. O restante da área é semeado com sementes do próprio agricultor ou comprado de terceiros, sem, contudo, a aprovação de um serviço técnico de fiscalização.

Ocorre que a produção catarinense de sementes fiscalizadas de arroz, pelos dados da CIDASC, alcançou, na última safra, apenas 138 toneladas. O déficit, bastante expressivo, é suprido com importações de outros estados, principalmente do RS, de onde vêm as cultivares criadas pelo Instituto Riograndense do Arroz.

Pelo que se pode observar, existe um grande potencial para produção de sementes no estado, ao mesmo tempo em que existe uma demanda muito grande a ser atendida. Neste particular, a

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA (ha) | ÍNDICE | PRODUÇÃO (t) | ÍNDICE | RENDIMENTO (kg/ha) | ÍNDICE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1979/80 | | | | | | |
| . Irrigado | 86.397 | 100 | 302.045 | 100 | 3.495 | 100 |
| . Sequeiro | 67.094 | 100 | 126.826 | 100 | 1.891 | 100 |
| 1980/81 | | | | | | |
| . Irrigado | 83.693 | 96,87 | 270.294 | 89,49 | 3.230 | 92,42 |
| . Sequeiro | 65.227 | 97,22 | 133,774 | 105 | 2.509 | 133 |
| 1981/82 | | | | | | |
| . Irrigado | 86.261 | 99,84 | 310.918 | 103 | 3.504 | 103 |
| . Sequeiro | 61.907 | 92,26 | 63.060 | 49,72 | 1.019 | 53,89 |
| 1982/83 | | | | | | |
| . Irrigado | 86.620 | 100 | 290.087 | 96,04 | 3.329 | 95,25 |
| . Sequeiro | 59.605 | 88,84 | 105.230 | 83,36 | 1.795 | 94,92 |
| 1983/84 | | | | | | |
| . Irrigado | 88.742 | 103 | 358.034 | 119 | 4.035 | 115 |
| . Sequeiro | 51.969 | 77,46 | 92.533 | 72,96 | 1.780 | 94,13 |
| 1984/85 | | | | | | |
| . Irrigado | 92.633 | 107,21 | 378.766 | 125,40 | 4.088 | 116,96 |
| . Sequeiro | 52.000 | 77,50 | 67.600 | 53,30 | 1.300 | 68,75 |
| 1985/86(*) | | | | | | |
| . Irrigado | 95.000 | 110 | 407.000 | 134,75 | 4.490 | 128,47 |
| . Sequeiro | 53.500 | 79,74 | 57.200 | 45,30 | 1.070 | 56,58 |

(*)Previsão em dez/85

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ARROZ OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SC - SAFRA 1984/85

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | ÁREA CULTIVADA (ha) | | PRODUÇÃO (t) | | RENDIMENTO (kg/ha) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Sequeiro | Irrigado | Sequeiro | Irrigado | Sequeiro | Irrigado |
| Colonial de Joinville | 780 | 17.615 | 1.360 | 71.741 | 1.744 | 4.080 |
| Litoral de Itajaí | 125 | 4.797 | 305 | 20.235 | 2.440 | 4.218 |
| Colonial de Blumenau | 1.046 | 15.472 | 1.810 | 78.584 | 1.730 | 5.079 |
| Col. Itajaí do Norte | 690 | 201 | 1.220 | 882 | 1.768 | 4.388 |
| Col. do Alto Itajaí | 3.360 | 6.416 | 5.768 | 40.131 | 1.717 | 6.266 |
| Florianópolis | 245 | 3.060 | 535 | 11.138 | 2.184 | 3.640 |
| Col. Serrana Catar. | 1.260 | 157 | 2.368 | 635 | 1.879 | 4.045 |
| Litoral de Laguna | 4 | 3.890 | 8 | 11.229 | 2.000 | 2.960 |
| Carbonífera | 2.205 | 8.025 | 3.688 | 25.948 | 1.673 | 3.429 |
| Lit. Sul Catarinense | 490 | 11.490 | 980 | 38.245 | 2.000 | 3.360 |
| Col. Sul Catarinense | 1.850 | 21.500 | 4.425 | 79.941 | 2.392 | 3.720 |
| Col. do Rio do Peixe | 7.920 | 20 | 9.782 | 30 | 1.235 | 1.500 |
| Planalto de Canoinhas | 8.950 | 10 | 9.649 | 27 | 1.078 | 2.700 |
| TOTAL | 52.000 | 92.653 | 67.600 | 378.766 | 1.300 | 4.088 |

Fonte: Fundação IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

pesquisa, em SC, tem-se voltado para a criação de novas cultivares, fato registrado no decorrer deste ano (outubro/85) com o lançamento das cultivares EMPASC-104 e da CICA-8, cujas características principais são: o elevado potencial de produção (nos experimentos a produtividade variou de 7.000 a 9.000 kg/ha); a elevada qualidade dos grãos para beneficiamento; a tolerância à toxidez de ferro e a resistência à bruzone. Estas cultivares aumentaram o leque de opções dos orizicultores catarinenses, embora a disponibilidade de sementes fiscalizadas ainda seja reduzida.

Além da pouca disponibilidade de sementes fiscalizadas, outros problemas afligem a orizicultura catarinense. A sistematização das várzeas inundadas certamente contribuiria, em muito, para a expansão da cultura no estado, apesar da limitação de fronteiras agrícolas. No entanto, os recursos para esse tipo de investimento ainda são muito escassos. De qualquer forma, a cultura de arroz irrigado é uma das poucas culturas, que, pela incorporação da tecnologia existente, vêm apresentando, nas últimas safras, ganhos de produtividade.

A produção catarinense, na safra 1984/85, representou 5% da produção brasileira; a participação dos principais estados produtores está representada na tabela 3.

TABELA 3
PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ - SAFRA 1984/85 (*)

| ESTADO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha | PARTIC.NA PRODUÇÃO (%) |
|---|---|---|---|---|
| Rio Grande do Sul | 720.969 | 3.207.046 | 4.448 | 35,63 |
| Maranhão | 642.068 | 622.877 | 970 | 6,92 |
| Goiás | 859.980 | 1.115.240 | 1.297 | 12,39 |
| Mato Grosso | 406.589 | 521.776 | 1.283 | 5,80 |
| Minas Gerais | 538.245 | 848.171 | 1.576 | 9,42 |
| Santa Catarina | 144.005 | 446.366 | 3.100 | 5,00 |
| São Paulo | 309.400 | 496.800 | 1.606 | 5,52 |
| Mato Grosso do Sul | 242.016 | 322.689 | 1.333 | 3,58 |
| Paraná | 200.000 | 296.000 | 1.480 | 3,29 |
| Piauí | 208.101 | 266.807 | 1.282 | 2,96 |
| Rondônia | 147.851 | 220.548 | 1.492 | 2,45 |
| Pará | 99.155 | 131.995 | 1.331 | 1,47 |
| Rio de Janeiro | 32.205 | 104.709 | 3.251 | 1,16 |
| Espírito Santo | 35.151 | 97.222 | 2.766 | 1,08 |
| Ceará | 37.147 | 89.420 | 2.407 | 0,93 |
| Bahia | 49.015 | 66.513 | 1.357 | 0,75 |
| Outros | 82.446 | 147.788 | 1.729 | 1,65 |
| TOTAL | 4.754.343 | 9.001.967 | 1.893 | 100,00 |

(*) Dados de nov/85
Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Embora na safra 1984/85 tivessem ocorrido perdas expressivas nos estados produtores do Nordeste, em face das cheias que assolaram aquela região, os dados da Fundação IBGE revelam uma quebra de apenas 0,22% sobre 1983/84.

A maior quebra verificada foi no estado do Maranhão, cuja produção caiu de 1.145.223 toneladas para 622.877 (-45%).

Ao contrário do que vem ocorrendo em SC, a produção brasileira nos últimos anos vem mantendo um comportamento declinante, conforme revelam os dados da Fundação IBGE, apresentados abaixo.

(em 1.000 t)

| SAFRA / PRODUTO | 1979/80 | 1980/81 | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 (*) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Arroz | 9.775,7 | 8.228,3 | 9.734,5 | 7.741,7 | 9.021,6 | 9.001,6 |

(*) Situação até nov/85

Tomando-se como base a produção de arroz da safra 1979/80, conclui-se que, enquanto a população cresce, a produção decresce. Essa inversão só é explicável pela retração do consumo, reflexo do baixo poder aquisitivo.

O consumo brasileiro, até 1984, estava estacionado por volta dos 9 a 9,5 milhões de toneladas. Face a essa situação, nos últimos anos o governo vem liberando importações para complementar a demanda ou para a formação de estoques estratégicos.

O estado de SC é auto-suficiente na produção de arroz; das 446 mil toneladas produzidas na última safra (84/85), cerca de 330 mil são destinadas ao atendimento da demanda interna - reservas para sementes e consumo humano, além das perdas. O restante, após beneficiado, é destinado ao mercado interestadual, onde se destaca o Rio de Janeiro como o maior centro consumidor do arroz macerado de SC.

Apesar de o estado ser auto-suficiente, o volume produzido em SC é insuficiente para atender às necessidades do parque de beneficiamento instalado, cuja capacidade está dimensio-

nada para aproximadamente 650 mil toneladas anuais.

No presente ano, boa parte do arroz em casca importado do RS foi adquirida dos estoques da CFP, através dos leilões realizados pela Bolsa de Cereais de SC.

Na safra 1984/85, a produção catarinense de arroz sofreu problemas de insuficiência hídrica para os plantios de sequeiro, e de excesso de chuvas para o arroz irrigado.

A estiagem de janeiro alterou o quadro de perspectivas de produção de arroz de sequeiro. A perspectiva inicial de 95.160 toneladas passou para 67.600, acusando uma perda de 27.560 toneladas, equivalente a 551 mil sacos de 50 kg. O arroz de sequeiro foi, sem dúvida, a cultura mais prejudicada pela estiagem de janeiro, em todo o estado.

Por outro lado, o arroz irrigado também sofreu revezes no Sul do estado por ocasião das enxurradas verificadas na segunda semana de fevereiro. Os levantamentos apontaram perdas da ordem de 7.400 toneladas, equivalentes a 148 mil sacas de 50 kg, por conta do alagamento de lavouras na Região Sul. A maioria das lavouras dessa região encontrava-se nas fases de floração e frutificação, e exatamente as plantas em floração é que sofreram as maiores perdas; entretanto, a expectativa de produção, antes daquela ocorrência climática, era de uma safra superior à dos anos anteriores, de modo que as quebras registradas foram compensadas, em parte, pela boa performance das lavouras que não foram inundadas.

No balanço final, em face dos efeitos climáticos, incluindo-se os cultivos de sequeiro e irrigado, as perdas ficaram em 9,9% em comparação com a safra anterior (83/84).

A comercialização da safra catarinense de 1984/85, a nível de produtor, se caracterizou pelo grande volume ofertado (pique de safra) e por preços abaixo do mínimo corrigido. Enquanto os preços mínimos foram definidos em Cr$ 42.050/sc para os grãos com rendimento 40X28, e em Cr$ 50.000/sc para os de rendimento 50X18, os preços recebidos pelos produtores, em abril, se situaram entre Cr$ 35.000 e Cr$ 38.000/sc de 50 kg para pagamento à vista, e entre Cr$ 38.000 e Cr$ 42.000 para paga-

mento em 30 dias. Já as cooperativas trabalhavam com adiantamento de Cr$ 40.000/sc, com o compromisso de reajustar os preços no encerramento do ano.

Com o final da colheita em maio, os engenhos que não formaram estoques do produto em casca, face aos elevados custos financeiros, começaram a se abastecer com grão do RS, cujos preços oscilavam entre Cr$ 47.000 e Cr$ 48.000 sc/50 kg, acrescidos das despesas de frete e ICM. Enquanto isso, o produto em casca de SC era cotado entre Cr$ 40.000 e Cr$ 46.000/sc para pagamento à vista, e entre Cr$ 46.000 e Cr$ 48.000/sc em 30 dias.

Daí para frente, os preços não reagiram muito até o mês de julho, conforme tabela 4.

TABELA 4

PREÇOS MENSAIS OBTIDOS PELO ARROZ EM CASCA E BENEFICIADO NO ESTADO - 1985

| MÊS | ARROZ EM CASCA(*) | ARROZ BENEFICIADO(**) | PREÇOS OFICIAIS DE GARANTIA |
|---|---|---|---|
| Jan | 36.000/37.000 | - | - |
| Fev | 35.000/35.000 | 65.000 | - |
| Mar | 34.000/36.000 | 60.000 | 37.500/44.400 |
| Abr | 35.000/38.000 | 64.000/68.000 | 42.050/50.000 |
| Maio | 42.000/46.000 | 68.000/75.000 | 42.050/50.000 |
| Jun | 46.000 | 75.000/77.000 | 42.050/50.000 |
| Jul | 48.000/50.000 | 77.000/90.000 | 42.050/50.000 |
| Ago | 65.000/70.000 | 95.000/105.000 | 42.050/50.000 |
| Set | 67.000/70.000 | 90.000/107.000 | 42.050/50.000 |
| Out | - | 100.000/120.000 | 42.050/50.000 |
| Nov | - | 126.000/135.000 | 42.050/50.000 |
| Dez | 110.000/120.000 | 140.000/145.000 | 42.050/50.000 |

(*) Arroz em casca ao produtor - saca de 50 kg

(*) Arroz macerado - Longo fino - tipo 2 - fardo de 30 kg CIF-RJ

Fonte: Instituto CEPA/SC

Uma boa notícia para os produtores de arroz de SC foi a divulgação, no mês de março/85, da portaria do Ministério da Agricultura, modificando as normas de classificação do arroz, que incluiu a maioria das cultivares produzidas no estado como grãos "Longo-finos", mais precisamente os grupos BR-IRGA e EMPASC. Isso representou melhores preços nas operações de AGF e EGF através da Companhia de Financiamento da Produção. Tal medida não deixou de ser um reconhecimento da qualidade do produto catarinense, anteriormente reconhecida apenas para o arroz do Rio Grande do Sul.

Na comercialização da safra 84/85, observou-se muita tranqüilidade no setor, em face das liberações dos estoques governamentais em poder da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços-SEAP, com preços abaixo dos que vinham sendo praticados no mercado. Essa medida teve como objetivo impedir a elevação dos preços e, desta forma, evitar maiores reflexos nos índices inflacionários.

A iniciativa de o governo utilizar os estoques formados pela CFP, para, através da COBAL, serem utilizados no Programa de Abastecimento Popular, contribuiu bastante para o retraimento do mercado e assim inibir a ascenção natural dos preços.

As notícias da importação de 400 mil toneladas do produto da Tailândia e o acordo de cavalheiros firmado entre o governo e os supermercados, também foram medidas decisivas para impedir que os preços assumissem níveis elevados, diante da perspectiva que vislumbrava a insuficiência da oferta interna e a recuperação da capacidade de compra da população, proporcionada pelo aquecimento da economia brasileira.

Durante a safra 1984/85, o governo foi o maior comprador de grãos, inclusive de arroz. É uma característica de mercado que se reflete quando os preços praticados estão abaixo dos estabelecidos pela Política de Preços Mínimos do Governo. As aquisições do governo nesta safra foram muito superiores ao volume adquirido nas safras passadas. Essa participação foi reconhecida pelo meio rural como abrangente e oportuna, uma vez que, os recursos liberados nas operações de compra da safra é que mantiveram o mercado calmo, proporcionando uma recuperação gra-

dativa dos preços nos vários segmentos.

Já existe um certo nível de conscientização nos meios produtores e beneficiadores de arroz, principalmente no RS, onde os mesmos estão se organizando para reduzir a vulnerabilidade do sistema de venda, pois, apesar do grande número de empresas vendedoras, quem dita os preços são os compradores. Os produtores gaúchos manifestaram a intenção de formar uma central de comercialização a ser gerenciada por produtores e indústrias.

Em meados do ano (julho), a comercialização, a nível nacional, transcorria num clima de mercado bastante tumultuado, devido às dificuldades do governo quanto às definições dos critérios para a desova dos estoques em mãos da CFP. Mesmo assim, se verificou alguma reação de alta no mercado do produto beneficiado, devido à ameaça do RS de paralisar suas vendas caso a SEAP persistisse com a política de venda subsidiada de seus estoques aos supermercados.

O movimento dos produtores gaúchos filiados à FEARROZ e ao SINDARROZ visou à suspensão das vendas do arroz beneficiado a preços inferiores a Cr$ 80.000/fardo de 30 kg - na época as cotações do produto se situavam na faixa de Cr$ 73.000/fardo - uma vez que as suas reivindicações não haviam sido atendidas. Eram duas as reivindicações básicas: a primeira, pleiteava a retirada do arroz da SEAP do mercado ou que seus preços fossem reajustados para níveis compatíveis com os custos de estocagem da matéria-prima; a segunda, tratava da prorrogação das remissões e dos prazos de contratação do EGF por 60 dias. Dentre os argumentos, foi salientada a dificuldade, na conjuntura de mercado da época, de as agroindústrias repassarem seus custos.

O mercado permaneceu conturbado, com os centros distribuidores praticamente sem estoques e temerosos de o fazerem até a data em que o governo anunciou a liberação dos seus. Após um longo período de indefinições e exaustivas discussões entre a CFP (MA) e a SEAP (MF), finalmente os estoques da CFP foram anunciados para a venda a partir de 17 de julho. Os preços anunciados ficaram abaixo dos preços corrigidos do produto em EGF, gerando daí muitas preocupações por parte dos tomadores de Empréstimos do Governo Federal-EGF, que se viam na iminência de não poder participar do mercado, pois os preços anunciados esta-

vam incompatíveis com os dos estoques financiados.

Os leilões começaram a ser realizados com grande procura por parte dos proprietários de engenhos. Praticamente todos os lotes colocados à venda foram vendidos. As vendas eram favoráveis pela necessidade do produto nos engenhos e pelas condições de preços anunciadas pelo governo. Como as normas impostas pela CFP estabeleciam que os preços de venda poderiam variar até um limite máximo de 10% sobre o preço de abertura do leilão, alguns lances, em algumas bolsas de cereais, foram suspensos.

Para eliminar o impasse gerado entre os preços dos leilões oficiais e os dos estoques financiados, o Ministério da Agricultura apresentou uma proposta que foi aprovada pelo Ministro da área econômica, adotando como parâmetro, para efeito de liquidação dos débitos de EGF, o preço médio de venda dos estoques do governo nas bolsas de cereais. Dessa forma, as remissões de EGF da última safra puderam ser quitadas nos mesmos níveis dos preços médios praticados nas bolsas por ocasião dos leilões oficiais. A diferença entre os preços reais devidos pelos mutuários e os praticados nas bolsas ficou sob responsabilidade do tesouro nacional.

Essa decisão, segundo alguns observadores de mercado, tornou bastante atrativa a liquidação dos débitos com o governo, para transformação do produto em estoques especulativos por parte de particulares. Essa foi apontada como a principal causa da elevação contínua dos preços durante um bom período do ano.

O mercado, que se encontrava sem grandes modificações durante um longo período, em decorrência da boa oferta proporcionada pelas liberações dos estoques da CFP e também pelo ingresso de arroz de particulares para liquidação de EGF, quebrou esse comportamento em meados de outubro. Mesmo com a paralisação dos leilões da CFP, o mercado continuou bem abastecido. Entretanto, as notícias da entrada do IRGA comprando arroz acima dos preços de mercado para a formação dos estoques da SEAP e do retorno da CFP aos leilões provocaram uma retração na oferta do produto. Como a CFP se encontrava ausente do mercado de grãos em casca e a SEAP não mais estava liberando seus estoques de arroz beneficiado à rede de supermercados, criou-se a necessidade de reposição de estoques e a conseqüente alta de preços. Essa ten-

dência de alta, pelas circunstâncias apontadas, foi em seguida neutralizada pelo retorno da SEAP ao mercado, distribuindo o produto beneficiado às principais redes de supermercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília, nos mesmos critérios anteriores, ou seja, com preços subsidiados, objetivando a contenção dos níveis da inflação.

O comportamento do mercado, desta época em diante (outubro), ficou na dependência do montante de arroz em mãos do governo. Contudo, já era sabido que os estoques oficiais eram insuficientes para poderem atuar como controladores de preços até a entrada da nova safra.

Dessa forma, em novembro, os preços do produto apresentaram evoluções compensadoras. O arroz macerado de SC, que no começo daquele mês esteve cotado em torno de Cr$ 120.000 a Cr$ 126.000/fardo de 30 kg, fechou, ao final de novembro, entre Cr$ 130.000 e Cr$ 135.000/fardo, CIF Rio de Janeiro. Neste mesmo mês, o governo começou a receber o produto importado da Tailândia.

Prevendo maiores dificuldades no Abastecimento, principalmente no início da safra seguinte (fevereiro/86), em face do atraso do plantio causado pela estiagem no Centro-sul, o governo autorizou a INTERBRÁS a trazer mais 250 mil toneladas além das 400 mil anunciadas anteriormente.

Ao final de 1985, o arroz beneficiado continuava sendo comercializado de forma tranqüila, com os preços evoluindo gradativamente.

No início de dezembro, o arroz macerado de SC era cotado, no RJ, entre Cr$ 135.000 e Cr$ 140.000 fardo de 30 kg com trinta dias de prazo, e, no fechamento do ano, as cotações se situaram na faixa de Cr$ 140.000 a Cr$ 145.000/fardo nas mesmas condições de pagamento.

As previsões indicavam que os preços do produto continuariam crescendo até o início efetivo da nova safra, previsto para fevereiro de 1986. Até lá, as variações de preços dependeriam muito do volume e da forma como o governo iria gerir os estoque do produto importado que continuava chegando ao país.

A dependência ao produto importado não é uma situação muito cômoda para efeito de abastecimento do país. Mas foi um fato concreto, uma vez que os estoques oficiais e os privados eram considerados insuficientes para encostarem na próxima safra.

Além disso, as estiagens no Centro-Sul, que retardaram os plantios da safra 1985/86, eliminaram a possibilidade de colheitas precoces em alguns estados, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais, as quais poderiam equilibrar as ofertas do início de ano.

Até meados de dezembro haviam chegado ao Brasil cerca de 80 mil toneladas do arroz comprado da Tailândia através da INTERBRÁS. Esse produto ainda não tinha sido liberado para venda, estando o início dessas operações previsto para princípios de janeiro/86.

Além dessa importação, algumas empresas privadas realizaram negócios com outros países. A COTRA havia importado cerca de 37 mil toneladas, das quais 4 mil já haviam sido leiloadas através da Bolsa de Cereais de São Paulo.

A Tailândia é um tradicional importador de arroz; no entanto, se situa em quinto lugar como produtor. O maior produtor mundial de arroz é a China, cuja produção representou 38,5% da produção mundial em 1984, conforme dados da FAO na tabela 5.

TABELA 5

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE ARROZ EM 1984

| PAÍS | ÁREA (ha) | RENDIM. (kg/ha) | PRODUÇÃO (1.000 t) | PARTICIP. NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%) |
|---|---|---|---|---|
| China | 34.346 | 5.271 | 181.028 | 38,52 |
| Índia | 42.800 | 2.126 | 91.000 | 19,37 |
| Indonésia | 9.700 | 2.866 | 37.500 | 7,98 |
| Bangladesh | 10.500 | 2.048 | 21.500 | 4,58 |
| Tailândia | 9.700 | 1.979 | 19.200 | 4,09 |
| Vietnam | 5.620 | 2.743 | 15.416 | 3,28 |
| Japão | 2.315 | 6.414 | 14.848 | 3,09 |
| Birmânia | 4.680 | 3.098 | 14.500 | 3,09 |
| Brasil | 5.356 | 1.685 | 9.023 | 1,92 |
| Filipinas | 3.330 | 2.486 | 8.280 | 1,76 |
| U.S.A. | 1.126 | 5.520 | 6.216 | 1,32 |
| TOTAL | 129.473 | 3.232 | 418.511 | 89,0 |
| TOTAL MUNDIAL | 147.519 | 3.186 | 469.959 | 100,0 |

Fonte: FAO (Anuário da Produção - 1984)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Com relação à safra 1985/86, o plantio foi iniciado em agosto/85, sendo o início da colheita previsto para janeiro/86. O desenvolvimento da safra transcorreu simultaneamente com o final da comercialização da safra anterior, no caso, da safra 1984/85.

No presente ano, a insuficiência de chuvas foi sentida dois meses antes do início das semeaduras, que tradicionalmente ocorre no mês de agosto, principalmente no Litoral Norte - município de Massaranduba. O objetivo desses plantios é o de permitir duas safras no mesmo ano agrícola.

Em anos normais, grande parte das lavouras estaria em desenvolvimento nesta época do ano; entretanto, na safra 1985/86, muito pouco pôde ser efetivado. Por outro lado, esta situação climática favoreceu sobremaneira a execução dos trabalhos de sistematização de várzeas, trazendo benefícios aos produtores que precisavam melhorar suas arrozeiras e mesmo àqueles que pretendiam incorporar novas áreas ao sistema produtivo.

Os novos preços básicos divulgados não satisfizeram as expectativas dos produtores catarinenses. Os valores divulgados, de Cr$ 61.200 e Cr$ 63.000/sc de 50 kg, para os grãos com rendimento de engenho "40 X 28" e "50 X 18", respectivamente, foram considerados insuficientes para cobrir os custos das lavouras, além de terem sido reajustados em 186% sobre os preços mínimos da safra anterior, enquanto a inflação no período de agosto/84 a agosto/85 atingiu um índice de 217%.

Mesmo assim, por ser o estado de Santa Catarina tradicional produtor de arroz e devido aos bons resultados econômicos obtidos pelos orizicultores na safra que havia sido encerrada, se esperava um incremento na área plantada em 1985.

Embora tenha chovido substancialmente no mês de setembro, fato que favoreceu as operações de preparo do solo e plantio no Litoral Norte e Região Colonial de Blumenau, o mesmo não aconteceu em outubro. A pouca incidência de chuvas nesse período retardou os plantios daquelas regiões. A procura de sementes fiscalizadas foi muito grande durante a época de plantio; no entanto, a disponibilidade desse insumo era restrita, apesar da intenção do governo estadual de distribuir 200 toneladas de se-

mentes através do programa "Troca-Troca".

No decorrer do mês de novembro, as chuvas foram muito escassas e as temperaturas muito elevadas, motivando a interrupção dos plantios por falta de águas nos valos e fontes de irrigação.

Nas lavouras de arroz de sequeiro o problema era bem mais sério com a paralisação do desenvolvimento das plantas, principalmente no Oeste, Alto Vale do Itajaí e Planalto Norte.

As precipitações pluviométricas ocorridas na primeira quinzena de dezembro foram abundantes nas regiões do Vale do Rio do Peixe, do Alto Uruguai e do Oeste Catarinense e de boa intensidade na Região de Campos Novos. Nas demais regiões do estado ocorreram chuvas localizadas e de volumes variáveis. Mesmo assim, os prejuízos das lavouras de sequeiro foram considerados irreversíveis.

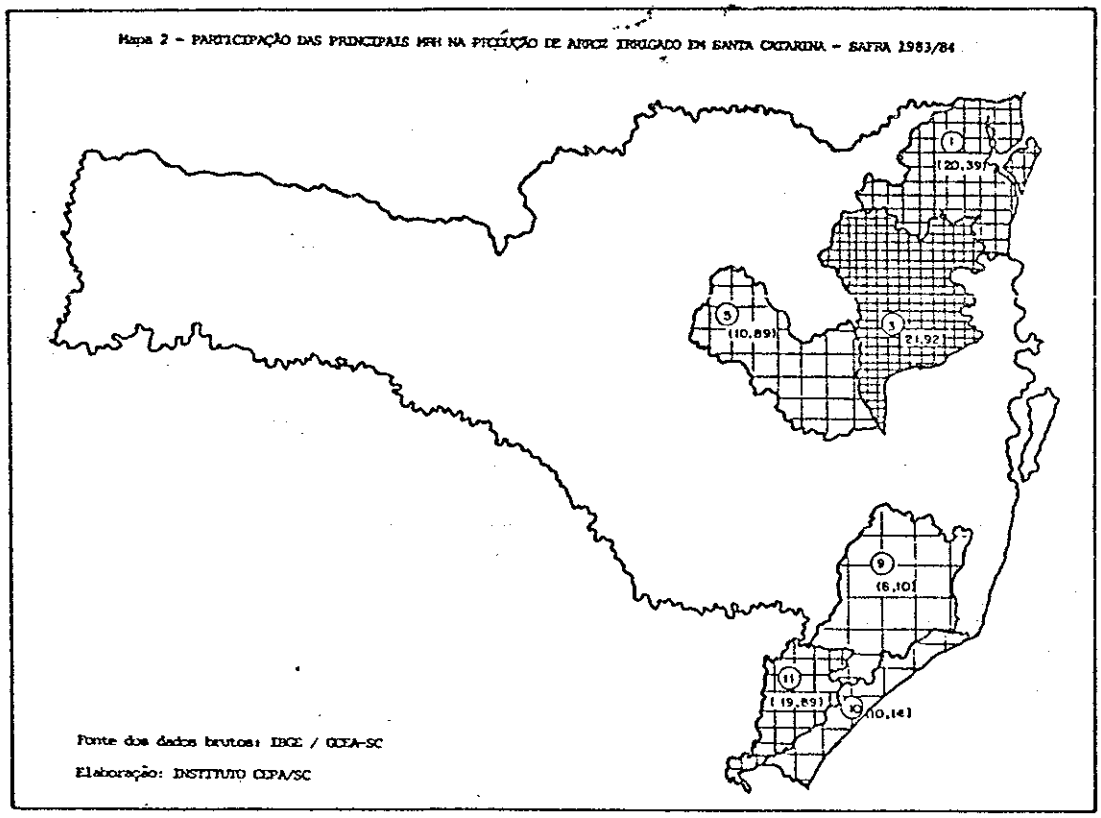
Nas lavouras irrigadas, as chuvas de dezembro foram insuficientes e afetaram, além das semeaduras, o controle de inços através do uso de herbicidas e a irrigação de grande parte das áreas que se encontrava em desenvolvimento. Dessa forma, a insuficiência hídrica voltou a agravar o quadro da orizicultura catarinense.

As lavouras de sequeiro, cuja expectativa de produção inicial era de 80.200 toneladas, ao encerrar o ano apresentavam uma situação bastante comprometedora para o abastecimento estadual. Os últimos levantamentos realizados pelo Instituto CEPA junto à EMATER/ACARESC, Cooperativas e outros órgãos ligados ao setor, indicavam uma quebra em torno de 50% sobre a produção esperada, ou seja, cerca de 36.200 toneladas, equivalentes a 724.000 sacas de 50 kg.

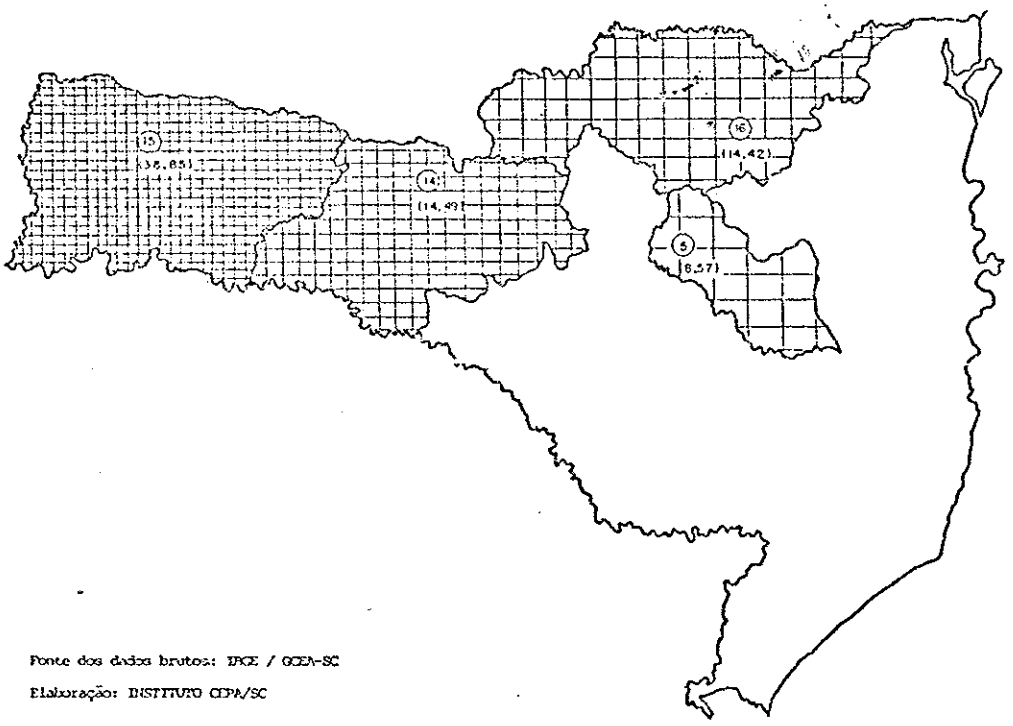
Quanto ao arroz irrigado, cuja situação ainda não indicava quebras significativas, os levantamentos revelaram em torno de 10% os prejuízos na região do Litoral Norte, e em torno de 5% nas demais regiões. Além da insuficiência hídrica, contribuíram para essas perdas as quedas de granizo no mês de dezembro e os ataques de bruzone, pelos quais foram mais atingidos os municípios de Massaranduba e de Guaramirim. Assim, a perda média

de arroz irrigado chegava a 6% da produção esperada, equivalendo a 24.150 toneladas.

Com o início da colheita do arroz referente à safra 1985/86, o produto em casca voltou a ser cotado no mercado catarinense. Na abertura da safra, em fins de dezembro, os preços mais praticados se situaram na faixa de Cr$ 110.000/sc de 50 kg; entretanto, devido à grande procura, foram realizados negócios com preços de até Cr$ 120.000/sc.



Mapa 3 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 3.3. BANANA

A banana é um fruto de origem tropical; exige calor constante e elevada umidade para seu perfeito desenvolvimento; no entanto, se adapta a vários tipos de clima, desde o tropical úmido ao subtropical seco.

A nível mundial, a principal região produtora desta cultura é a América Latina, responsável por cerca de 75% do abastecimento, sendo que o Continente Africano concorre com 20%, enquanto os outros 5% estão distribuídos entre a Tailândia e as Ilhas do Pacífico.

Seu comércio ocorre através de uma competição oligopólica, especificamente entre as empresas multinacionais United Brands, Standard Fruit e Del Monte, responsáveis por aproximadamente 70% do valor total do comércio internacional da banana, e por 89% do sistema de comercialização e distribuição.

Esta cultura representa excelente fonte de divisas para diversos países, tais como: Equador, com 14,6%; Costa Rica, com 16,2%; Filipinas, com 9,8%; Honduras, com 11,4%; Colômbia, com 12,6%; Panamá, com 10,5% e Guatemala, com 5,1%, perfazem 80,2% da produção colocada junto ao mercado internacional (tabela 4).

O Brasil destaca-se, a nível mundial, como o maior país produtor, com participação de 23%. No entanto, sua participação no mercado mundial, segundo dados da FAO, em 1983, foi de apenas 1,48%.

Essa baixa participação é justificada, segundo os especialistas, devido a vários fatores, tais como:

- negligência dos agricultores nos tratos culturais e fitossanitários;

- descuidos com o manejo do produto na colheita e pós-colheita;

- inadequada infra-estrutura de comercialização;

- reduzida participação dos bananicultores em associações de

classes e cooperativas;

- inobservância da legislação sobre padronização e classificação da fruta, assim como de um esquema eficiente de fiscalização das exportações, o que possibilita o envio de frutas impróprias para concorrer com a excelente qualidade e apresentação da banana equatoriana;

- falta de regularidade nos embarques, permitindo ao Equador se fazer presente no mercado platino disputando-o com o Brasil.

A produção nacional de banana (500.330 mil cachos na safra de 1984/85, conforme dados da Fundação IBGE), está bem distribuída pelos diversos estados, sendo que os maiores produtores são a Bahia, São Paulo, Ceará, Rondônia, Santa Catarina e Minas Gerais.

Em Santa Catarina, a exploração da cultura da banana se caracteriza pela utilização de cultivares do tipo "caturra" (também conhecida no estado como Banana d'Água), Nanica e Nanicão na região norte do estado; na Região Sul, as cultivares mais usadas são a Enxerto e a Branca de Santa Catarina, componentes do tipo "Prata" e também conhecidas como "Branca" ou "Maçã" (em alguns estados da Federação).

O crescimento da área cultivada com banana, a partir da safra 1980/81, deve-se à melhoria dos preços a nível de produtor, à introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e à utilização mais intensiva de tecnologias.

Há, no estado, 25.767 estabelecimentos rurais voltados à exploração da banana, com sua produção concentrada junto às MRH Colonial de Joinville, com 45,70% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor; segue, na segunda posição, a MRH Colonial Sul Catarinense, com 19,16% da produção, liderada pelo município de Jacinto Machado; e aparecem em seguida, pela ordem de importância, a MRH Colonial de Blumenau, com 9,16% e a MRH Carbonífera com 7,02%. Os restantes 18,96% da produção acham-se distribuídos pelas demais MRH do estado (ver mapa 04).

Segundo a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuá-

ria-EMPASC, através de pesquisa realizada a nível estadual[1], constatou-se que a cultura da banana ocupa as áreas menos nobres da unidade de produção, como encostas de morro e locais de menos fertilidade e que, inclusive, não lhe são dispensados maiores cuidados quanto à conservação do solo.

Constatou-se ainda que ..."nas regiões maiores produtoras, o bananal se constitui na principal atividade econômica de muitas propriedades, competindo com outras culturas pelas melhores áreas e merece melhores cuidados, tanto em relação à terra, como às práticas culturais, o que resulta em maior produção e produtividade"[2].

A EMPASC, em 1981, elaborou um Programa Estadual de Pesquisa da Banana, com sede na Estação Experimental de Itajaí, que, a partir de 1982, iniciou as pesquisas a nível de campo. Atualmente conta com três engenheiros agrônomos, dos quais dois se dedicam à pesquisa em torno de fitotecnia e um à fertilidade do solo e à nutrição de plantas.

No Sul do estado (Urussanga), dispõe de uma equipe de apoio composta de um técnico agrícola e um operário.

Na Estação Experimental de Itajaí, as equipes de apoio são deslocadas de outros programas, para dar cobertura às atividades de campo necessárias à pesquisa em bananicultura.

As linhas de pesquisa desse programa são desenvolvidas em torno de cultivares e de espaçamentos.

Em Jacinto Machado (Sul) e Guaramirim (Norte) são efetuadas pesquisas sobre introdução e avaliação de cultivares visando detectar a maior produtividade, qualidade e resistência à fusariose (mal do Panamá).

No Sul, as pesquisas são realizadas com as cultivares Branca, Enxerto de SC, Myssore e Padath (todas do grupo Branca)

---

(1) BUBLITZ E. O, et alli. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980, p. 42.

(2) Idem.

e no Norte, com as do grupo Caturra (Nanicão, Nanicão do pseudo caule roxo e Grand Naine) e as do grupo Branca.

A pesquisa com espaçamento visa detectar a distância entre plantas que permita uma maior produtividade, qualidade e escalonamento da produção (obtenção de maior quantidade na entressafra).

Em Siderópolis (Sul), esta pesquisa é realizada com a cultivar Enxerto de SC, e em Guaramirim, com Nanica e Nanicão.

Além dessas pesquisas, o Programa conta também com duas unidades de observação, situadas em Jacinto Machado e Corupá (Norte), as quais procuram comprovar a nível local os resultados de tecnologias já obtidas em outros locais, tradicionais produtores de banana. Desta forma, o programa permite obter conclusões práticas a respeito do manejo e condução dos bananais, permitindo-lhe, dentro de espaço de tempo menor do que a pesquisa requer, transferí-las à extensão rural e aos bananicultores.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA COLHIDA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA (t) | RENDIMENTO (kg/ha |
|---|---|---|---|
| 1978/79 | 18.366 | 226.269 | 12.320 |
| 1979/80 | 18.643 | 209.712 | 11.249 |
| 1980/81 | 21.484 | 241.488 | 11.240 |
| 1981/82 | 21.500 | 274.125 | 12.750 |
| 1982/83 | 21.550 | 258.070 | 11.975 |
| 1983/84 | 23.747 | 295.154 | 12.429 |
| 1984/85 | 25.044 | 315.222 | 12.588 |
| 1985/86 (*) | 25.500 | 320.790 | 12.580 |

(*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os dados de produção do IBGE para a safra 1983/84 - 272.000 t - mostraram um acréscimo de 23.154 t, alcançando 295.154 t em função do aumento da área produtiva e da produtividade dos bananais catarinenses.

A safra 1984/85 - segundo a mesma fonte - apresentou uma produção de 315.222 t, para uma área colhida de 25.044 ha, portanto superior em 1.297 ha à anterior, reativada provavelmente pela melhoria dos preços verificados a nível de produtor.

A cultura da banana apresentou, na safra 1983/84, um valor bruto da produção de 78,3 bilhões de cruzeiros (a preços de abril/85), participando com 0,99% do valor bruto da produção de lavoura e aparecendo em segunda posição no item frutas, perdendo apenas para a maçã. Sua contribuição no VBP da lavoura é equivalente ao somatório da participação das culturas do alho e da cana-de-açúcar.

Quanto ao consumo da banana, cerca de 8,3% do produto gerado são consumidos na propriedade, 8,2% são vendidos diretamente ao consumidor, 76,6% são entregues a intermediários e 6,7% são destinados às indústrias.

A produção da cultivar Nanicão no Norte do estado destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste Paranaense e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho.

A produção oriunda do Sul catarinense, também da mesma variedade, destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul, enquanto as bananas das cultivares Enxerto e Branca de Santa Catarina, aos mercados de São Paulo e Curitiba.

Devem ser mencionados alguns fatores importantes que interferem diretamente no processo produtivo e na comercialização da banana:

- a desorganização do produtor catarinense e, como conseqüência, da produção, implicando a má qualidade do produto colocado no mercado, não mostrando condições de competitividade com a banana oriunda de outros estados brasileiros, principalmente de São Paulo;

- a má condução e manejo dos bananais (família única da touceira - mãe, filha e neta; limpeza do bananal: capina, corte da planta mãe, eliminação de folhas secas, despistilagem, corte do coração, etc.);

- incidência de doenças nos bananais como mal de sigatoka e mal do Panamá, atacando as folhas, reduzindo a área fotossintética e, conseqüentemente, baixando a produtividade e a qualidade da produção;

- alta incidência de pragas: Moleque, Soneca ou Bróca (Cosmopolites sordides) - que atacam os rizomas; encontram-se, ainda, nos bananais, os Nematóides, provocando o tombamento das plantas com o cacho, atacando, além das folhas, as raízes, diminuindo, em conseqüência, a resistência ao peso e aos ventos;

- falta de uma melhor organização da estrutura de comercialização junto aos centros consumidores, possibilitando que a produção chegue até as zonas de consumo do interior do estado, dificultando, desta forma, a entrada do produto oriundo dos estados vizinhos;

- inexistência de uma maior agressividade junto ao mercado interestadual que deveria ser efetuada através da montagem de uma eficiente estrutura de transporte, embalagens, etc., fazendo com que o produto chegue ao local de destino em tempo hábil, facilitando uma melhor comercialização;

- necessidade de efetuar pesquisas quanto à condução e manejo do bananal, a fim de aumentar a oferta do produto na época de entressafra (agosto/setembro e outubro), pois o pique ocorre durante os meses de janeiro, fevereiro e março, época de muito calor e umidade, com maior incidência de doenças; coincide, também, com a safra de frutas de verão, como maçã, pêra, abacaxi, e, como conseqüência, há um menor consumo de banana, fazendo os preços declinarem;

- falta de uma política de real estímulo à bananicultura no estado.

Em 1984, foi comercializado, através de Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC, um volume de

2.714,2 t, distribuídas entre 1.441,6 t de banana Prata e 1.272,6 t de banana Caturra.

Em 1985, foram vendidas 4.547,58 t via CEASA/SC, mostrando um acréscimo nas vendas, em relação ao ano anterior, de 1.833,38 t (tabela 7).

Cabe salientar que, da banana consumida na Grande Florianópolis, apenas uma parcela passa pela CEASA/SC, sendo que um volume expressivo é comercializado no mercado paralelo - diretamente do produtor ou atacadista de origem para o varejista (quitandas, feirantes, etc.)

Os preços praticados a nível de produtor em 1985, conforme dados levantados junto às regiões produtoras, embora tenham ficado abaixo da inflação, foram considerados normais, oscilando levemente para baixo ao longo do ano, elevando-se um pouco mais na primavera, época em que começa a produção da banana branca, produto de maior aceitação para consumo "in natura".

Os preços da banana, a nível de atacado e varejo, verificados no período de 1983 a 1985, praticados na CEASA/SC, quando corrigidos a preços médios de outubro/85, apresentaram os seguintes índices de crescimento:

| ANO | ATACADO | | VAREJO | |
|---|---|---|---|---|
| | Branca | Caturra | Branca | Caturra |
| 1983 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1984 | 96 | 95 | 98 | 101 |
| 1985 | 110 | 66 | 117 | 77 |

Fica demonstrado, portanto, tomando-se o ano de 1983 como base, que os preços da banana tipo Caturra, seja a nível de atacado ou varejo, não acompanharam os aumentos das taxas de inflação nos anos de 1984 e 1985, sendo superiores à inflação em 1984 somente no varejo; por outro lado, a banana Branca mostrou, em 1984, tanto no atacado como no varejo, índices de crescimento inferiores aos da inflação, ocorrendo o inverso em 1985.

TABELA 2

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA NO BRASIL DE 1973 A 1984

| ANO | ÁREA COLHIDA (ha) | PRODUÇÃO (1.000 cachos) | RENDIMENTO (cachos/ha) |
|---|---|---|---|
| 1973 | 309.899 | 353.577 | 1.141 |
| 1974 | 310.125 | 352.761 | 1.137 |
| 1975 | 313.650 | 363.684 | 1.159 |
| 1976 | 311.541 | 381.763 | 1.225 |
| 1977 | 351.574 | 427.660 | 1.216 |
| 1978 | 328.287 | 416.025 | 1.267 |
| 1979 | 343.654 | 408.874 | 1.189 |
| 1980 | 371.274 | 448.046 | 1.206 |
| 1981 | 387.483 | 446.380 | 1.152 |
| 1982 | 396.906 | 459.325 | 1.157 |
| 1983 | 385.340 | 419.927 | 1.090 |
| 1984 | 441.003 | 500.330 | 1.135 |

Fonte: IBGE

TABELA 3

ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE BANANA, POR REGIÃO DO BRASIL E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO NA ÁREA E NA PRODUÇÃO EM 1984

| REGIÃO | ÁREA | | PRODUÇÃO | |
|---|---|---|---|---|
| | ha | % | 1.000 cachos | % |
| Norte | 66.611 | 15,1 | 66.000 | 13,2 |
| Nordeste | 136.609 | 31,0 | 190.238 | 38,0 |
| Sudeste | 136.447 | 30,9 | 138.435 | 27,7 |
| Sul | 38.007 | 8,6 | 52.225 | 10,4 |
| Centro-Oeste | 63.329 | 14,4 | 53.432 | 10,7 |
| BRASIL | 441.003 | 100,0 | 500.330 | 100,0 |

Fonte: IBGE

TABELA 4

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE BANANA, 1979 A 1983

(1.000 t)

| PAÍS EXPORTADOR | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | % DAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 |
| Equador | 1.386 | 1.437 | 1.230 | 1.261 | 909 | 20,79 | 18,10 | 17,60 | 14,60 |
| Costa Rica | 1.012 | 999 | 950 | 1.010 | 1.009 | 14,45 | 14,00 | 14,10 | 16,20 |
| Filipinas | 860 | 924 | 870 | 928 | 612 | 13,87 | 12,80 | 13,00 | 9,80 |
| Honduras | 887 | 860 | 820 | 915 | 714 | 12,44 | 12,10 | 12,80 | 11,40 |
| Colômbia | 633 | 670 | 795 | 804 | 786 | 9,69 | 11,70 | 11,20 | 12,60 |
| Panamá | 600 | 500 | 573 | 566 | 652 | 7,23 | 8,40 | 7,90 | 10,50 |
| Guatemala | 267 | 330 | 370 | 404 | 316 | 4,78 | 5,50 | 5,70 | 5,10 |
| China | 120 | 101 | 95 | 99 | 121 | 1,46 | 1,40 | 1,40 | 1,90 |
| Brasil | 128 | 67 | 67 | 59 | 92 | 0,97 | 1,00 | 0,80 | 1,50 |
| Jamaica | 69 | 55 | 18 | 21 | 24 | 0,80 | 0,30 | 0,30 | 0,40 |
| Outros Países | 1.179 | 969 | 994 | 1.082 | 991 | 14,20 | 14,70 | 15,20 | 16,00 |
| TOTAL MUNDIAL | 7.142 | 6.912 | 6.782 | 7.149 | 6.226 | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BANANA DE 1934/39, 1951/55, 1960/61, 1962, 1979 E DE 1980 A 1983

| PERÍODO OU ANO | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---|---|
| 1934/39 | 9,00 |
| 1951/55 | 7,20 |
| 1960/61 | 6,30 |
| 1962 | 5,60 |
| 1979 | 1,79 |
| 1980 | 0,90 |
| 1981 | 1,00 |
| 1982 | 0,85 |
| 1983 | 1,48 |

Fonte: FAO

TABELA 6

IMPORTAÇÃO MUNDIAL E CONSUMO "PER CAPITA" DE BANANA, 1979 A 1983

| PAÍSES | IMPORTAÇÃO (1.000 t) | | | | | CONSUMO "PER CAPITA" (kg/ano) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 |
| Alemanha Ocid. | 603 | 534 | 523 | 506 | 459 | 8,6 | 8,4 | 8,1 | 7,4 |
| França | 440 | 446 | 462 | 463 | 441 | 8,3 | 8,3 | 8,3 | 7,9 |
| Itália | 348 | 279 | 249 | 324 | 321 | 4,9 | 4,4 | 5,7 | 5,7 |
| Grã-Bretanha | 305 | 323 | 332 | 328 | 307 | 5,7 | 5,9 | 5,8 | 5,5 |
| Holanda | 126 | 114 | 109 | 98 | 93 | 7,6 | 7,3 | 6,6 | 6,2 |
| Bélgica | 90 | 87 | 84 | 87 | 72 | 7,9 | 7,6 | 7,9 | 6,5 |
| Áustria | 86 | 77 | 76 | 77 | 70 | 10,2 | 10,0 | 10,1 | 9,2 |
| Suécia | 74 | 70 | 72 | 72 | 67 | 8,4 | 8,6 | 8,6 | 8,0 |
| Suíça | 63 | 64 | 58 | 59 | 56 | 9,0 | 9,1 | 9,3 | 8,8 |
| Finlândia | 46 | 39 | 42 | 45 | 36 | 8,2 | 10,3 | 11,0 | 8,8 |
| Noruega | 37 | 31 | 33 | 36 | 33 | 7,5 | 8,1 | 8,8 | 8,1 |
| Dinamarca | 36 | 26 | 25 | 25 | 24 | 5,0 | 4,9 | 4,9 | 4,7 |
| Outros Países | 4.750 | 4.586 | 4.687 | 4.646 | 4.087 | - | - | - | - |
| TOTAL MUNDIAL | 7.004 | 6.676 | 6.752 | 6.766 | 6.066 | - | - | - | - |

Fonte: Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 7

VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA/SC, 1983 A 1985

(toneladas)

| MÊS | 1983 | | | 1984 | | | 1985 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Prata | Caturra | Total | Prata | Caturra | Total | Prata | Caturra | Total |
| Janeiro | 126,60 | 53,86 | 180,46 | 137,41 | 91,91 | 229,32 | 91,58 | 142,90 | 234,48 |
| Fevereiro | 125,54 | 54,16 | 176,69 | 133,49 | 138,61 | 272,10 | 81,74 | 279,33 | 361,07 |
| Março | 129,06 | 82,19 | 211,24 | 141,76 | 114,37 | 256,13 | 156,97 | 239,22 | 396,19 |
| Abril | 120,29 | 115,67 | 235,96 | 125,83 | 109,47 | 235,30 | 184,87 | 282,14 | 467,01 |
| Maio | 79,99 | 132,89 | 212,88 | 64,16 | 107,10 | 171,26 | 148,41 | 232,18 | 380,59 |
| Junho | 96,87 | 115,68 | 212,55 | 80,44 | 97,28 | 177,72 | 122,62 | 250,53 | 373,15 |
| Julho | 106,59 | 44,35 | 150,94 | 107,61 | 130,08 | 237,69 | 144,11 | 237,25 | 381,36 |
| Agosto | 133,33 | 158,56 | 291,89 | 90,70 | 107,06 | 197,76 | 143,44 | 250,38 | 393,82 |
| Setembro | 137,15 | 117,84 | 255,00 | 122,33 | 77,29 | 199,62 | 171,73 | 240,90 | 412,63 |
| Outubro | 150,19 | 100,09 | 250,00 | 165,96 | 78,86 | 244,82 | 195,80 | 198,81 | 394,61 |
| Novembro | 205,19 | 111,95 | 317,14 | 141,91 | 97,15 | 239,06 | 206,80 | 179,02 | 385,82 |
| Dezembro | 180,38 | 65,30 | 245,68 | 129,95 | 123,43 | 253,38 | 171,90 | 194,95 | 366,85 |
| TOTAL | 1.591,18 | 1.149,54 | 2.740,71 | 1.441,55 | 1.272,61 | 2.714,16 | 1.819,97 | 2.727,61 | 4.547,58 |

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 8

PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC DE 1983 A 1985

(a preços correntes - Cr$/kg)

| MÊS | 1983 | | | | 1984 | | | | 1985 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atacado | | Varejo | | Atacado | | Varejo | | Atacado | | Varejo | |
| | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra |
| Janeiro | 40,79 | 46,06 | 41,34 | 37,45 | 133,06 | 158,34 | 154,57 | 158,67 | 638 | 489 | 728 | 552 |
| Fevereiro | 51,16 | 47,09 | 50,50 | 51,78 | 178,09 | 171,78 | 191,51 | 190,20 | 770 | 507 | 1.014 | 594 |
| Março | 45,61 | 47,23 | 51,61 | 49,39 | 187,85 | 151,54 | 198,41 | 182,60 | 740 | 424 | 974 | 560 |
| Abril | 46,82 | 52,28 | 50,00 | 50,00 | 186,82 | 188,77 | 205,10 | 215,81 | 601 | 405 | 887 | 509 |
| Maio | 58,68 | 61,93 | 55,60 | 54,60 | 197,43 | 239,09 | 218,72 | 251,85 | 668 | 454 | 773 | 540 |
| Junho | 70,79 | 80,48 | 85,97 | 86,42 | 204,02 | 244,41 | 235,09 | 238,04 | 661 | 486 | 815 | 557 |
| Julho | 80,25 | 92,67 | 108,00 | 97,07 | 216,50 | 211,32 | 251,37 | 236,11 | 760 | 550 | 901 | 612 |
| Agosto | 83,48 | 95,29 | 104,12 | 100,00 | 208,40 | 284,78 | 272,13 | 300,00 | 894 | 623 | 1.000 | 751 |
| Setembro | 87,98 | 120,78 | 110,66 | 143,33 | 253,33 | 404,58 | 298,95 | 408,33 | 958 | 661 | 981 | 774 |
| Outubro | 112,74 | 170,41 | 136,44 | 160,00 | 280,00 | 507,00 | 341,00 | 493,00 | 965 | 830 | 1.000 | 893 |
| Novembro | 124,69 | 187,56 | 131,43 | 174,28 | 333,00 | 432,00 | 399,00 | 518,00 | 1.027 | 952 | 1.043 | 1.068 |
| Dezembro | 122,32 | 145,02 | 127,65 | 153,59 | 385,00 | 384,00 | 428,00 | 400,00 | 1.188 | 963 | 1.200 | 1.071 |

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 9

PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC DE 1983 A 1985

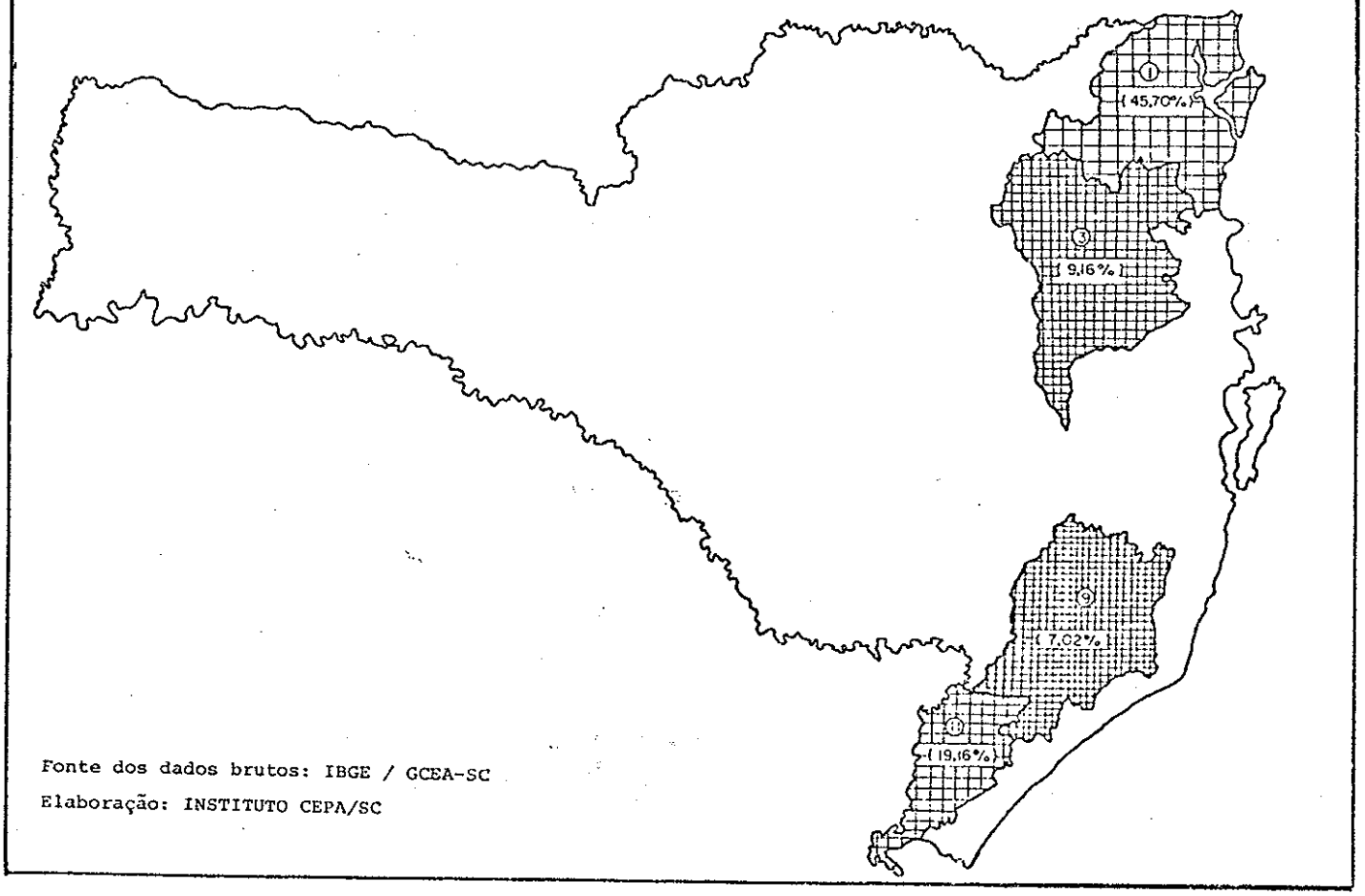
(a preços de out/85)

| MÊS | 1983 | | | | 1984 | | | | 1985 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Atacado | | Varejo | | Atacado | | Varejo | | Atacado | | Varejo | |
| | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra | Prata | Caturra |
| Janeiro | 970 | 1.095 | 983 | 890 | 1.010 | 1.202 | 1.174 | 1.205 | 1.459 | 1.118 | 1.664 | 1.262 |
| Fevereiro | 1.142 | 1.051 | 1.127 | 1.156 | 1.205 | 1.162 | 1.295 | 1.287 | 1.598 | 1.052 | 2.105 | 1.233 |
| Março | 925 | 958 | 1.047 | 1.002 | 1.156 | 932 | 1.221 | 1.123 | 1.363 | 781 | 1.794 | 1.031 |
| Abril | 870 | 971 | 929 | 929 | 1.055 | 1.066 | 1.158 | 1.219 | 1.032 | 696 | 1.523 | 874 |
| Maio | 1.021 | 1.078 | 968 | 950 | 1.024 | 1.240 | 1.135 | 1.307 | 1.064 | 723 | 1.232 | 861 |
| Junho | 1.098 | 1.248 | 1.333 | 1.349 | 969 | 1.161 | 1.116 | 1.130 | 977 | 718 | 1.205 | 823 |
| Julho | 1.098 | 1.268 | 1.478 | 1.328 | 941 | 910 | 1.082 | 1.016 | 1.031 | 746 | 1.222 | 830 |
| Agosto | 1.037 | 1.184 | 1.294 | 1.243 | 811 | 1.108 | 1.059 | 1.167 | 1.064 | 741 | 1.190 | 894 |
| Setembro | 969 | 1.330 | 1.219 | 1.579 | 892 | 1.425 | 1.053 | 1.438 | 1.045 | 721 | 1.070 | 844 |
| Outubro | 1.096 | 1.657 | 1.327 | 1.556 | 876 | 1.586 | 1.067 | 1.542 | 965 | 830 | 1.000 | 893 |
| Novembro | 1.118 | 1.682 | 1.179 | 1.563 | 948 | 1.239 | 1.136 | 1.475 | 893 | 828 | 907 | 929 |
| Dezembro | 1.020 | 1.209 | 1.064 | 1.281 | 992 | 989 | 1.102 | 1.030 | 913 | 740 | 922 | 823 |

Fonte dos dados básicos: tabela 8 e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 4 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA DE SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 3.4. BATATA

Devido à característica eminentemente minifundiária do estado, onde cerca de 88,9% das propriedades rurais situam-se num estrato de área de até 50 hectares, geralmente localizadas em áreas de topografia acidentada e englobando regiões de clima tipicamente temperado ou subtropical, a cultura da batata, em Santa Catarina, é uma atividade de pequenos e tradicionais produtores rurais.

Envolve, segundo o Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE, em torno de 37.000 agricultores, sendo possível o seu cultivo em todos os meses do ano e em todas as microrregiões, graças às particularidades de clima e solo, que o estado possui. Destacam-se, entretanto, como as mais importantes, quer pela existência de microclima mais propício à cultura quer pela proximidade de maiores centros consumidores ou pelo próprio hábito alimentar de seus ocupantes, as microrregiões dos Campos de Lages, de Florianópolis, dos Campos de Curitibanos, do Planalto de Canoinhas, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera e Colonial do Alto Itajaí.

Face a essas peculiaridades, a bataticultura é desenvolvida em duas safras bem distintas, ou seja, a safra das águas e a das secas.

A primeira, ou das águas, constitui-se na mais significativa, tanto em área plantada como em regiões que a cultivam. Nessa safra é possível a implantação de lavouras em todas as regiões do estado, sobressaindo-se, todavia, as de Campos de Lages, Carbonífera, Planalto de Canoinhas e Colonial Serrana Catarinense. O plantio estende-se de julho a dezembro, sendo que a colheita tem seu início em outubro e prolonga-se até maio do ano seguinte. A produção desse cultivo responde, normalmente, por 75% a 80% do volume total do estado em cada ano agrícola.

A segunda safra, englobando a das secas mais a de inverno, apresenta limitações quanto à sua área de abrangência, só sendo viável naquelas regiões livres de geadas ou cuja ocorrência se dá em pequena proporção. As regiões importantes desse cultivo são as de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense e Carbonífera. O plantio dessa safra inicia-se em janeiro e tem

seu término no mês de julho. A colheita prolonga-se de abril a outubro.

Apesar de todos esses fatores altamente positivos para o desenvolvimento dessa lide agrícola, nos últimos anos, contudo, as safras estacionaram, e em alguns anos até mesmo regrediram, conforme bem demonstra a tabela 1.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1975/76 | 17.984 | 141.065 | 7.844 |
| 1976/77 | 15.964 | 128.886 | 8.074 |
| 1977/78 | 16.555 | 115.977 | 7.006 |
| 1978/79 | 19.903 | 172.617 | 8.673 |
| 1979/80 | 20.114 | 142.876 | 7.103 |
| 1980/81 | 18.313 | 151.936 | 8.297 |
| 1981/82 | 19.064 | 160.819 | 8.436 |
| 1982/83 | 17.132 | 118.494 | 6.917 |
| 1983/84 | 17.241 | 160.692 | 9.320 |
| 1984/85 | 17.314 | 161.900 | 9.351 |
| 1985/86 | | | |
| . 1ª safra (1) | 14.000 | 116.480 | 8.320 |
| . 2ª safra (2) | 4.000 | 36.000 | 9.000 |

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dezembro/85)

(2) Estimativa: Instituto CEPA/SC - (dezembro/85)

Isso decorreu, na maioria dos casos, das dificuldades que os produtores normalmente encontram quando da venda de suas produções, haja vista a inexistência de uma boa estrutura de comercialização, a relativa perecibilidade do produto, as baixas cotações recebidas e as majorações exorbitantes, ocorridas nos últimos anos, dos diversos insumos e fatores de produção, não permitindo, assim, ao produtor, uma remuneração mais condizente com os altos investimentos exigidos pela atividade.

Dessa forma, não tem havido motivação por parte dos

agricultores em investir num segmento da agricultura cuja perspectiva atual de auferir bons lucros é quase inexistente, e com grande possibilidade de prejuízos, por ser a cultura da batata uma lavoura altamente susceptível a doenças e bastante vulnerável a fatores climáticos adversos. Por outro lado, acredita-se até que muitos dos tradicionais bataticultores catarinenses estejam abandonando essa cultura e investindo suas economias em atividades mais rentáveis, e onde a perspectiva de prejuízo seja menos acentuada.

Em vista do exposto, são desenvolvidos vários trabalhos relacionados à atividade, com o intuito de melhorar o atual quadro da bataticultura local.

Na área da pesquisa, por exemplo, são efetuados experimentos tendo como objetivos gerais evitar o deslocamento das áreas de produção de batata-semente e batata-consumo, reduzir os custos de produção de batata-consumo, manter os níveis de produtividade previstos nos sistemas de produção existentes e melhorar a qualidade e a produtividade de batata-semente nas regiões produtoras.

O serviço de extensão, por seu turno, presta assistência técnica a 2.000 pequenos bataticultores, orientando-os sobre novas práticas de cultivo e tecnologias de produção, além de manter o produtor constantemente informado sobre as tendências de mercado do tubérculo.

Apesar das medidas já postas em prática, faz-se necessária, ainda, a adoção de outras providências pelos órgãos competentes, a fim de melhor organizar a produção catarinense, assegurando, dessa forma, a auto-suficiência com pleno e regular abastecimento estadual de batatas e garantindo a continuidade desse importante segmento da agricultura local.

Na área federal também são envidados esforços no sentido de contornar certos entraves que, periodicamente, afetam a produção e a comercialização de batatas e que, via de regra, causam sérios problemas de abastecimento interno do produto, redundando em prejuízos ao produtor e ao consumidor final.

Dessa forma, e com o intuito de assegurar a auto-sufi-

ciência nacional de batatas, o Ministério da Agricultura, através da Secretaria Nacional da Produção Vegetal da SNAB, objetiva a reativação do antigo Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Batatas.

O referido Plano, que deverá ser desenvolvido no período de 1986 a 1990, e que tem por base primordial a recuperação e a expansão da bataticultura no país, propõe, como grandes objetivos:

- assegurar a produção e o abastecimento nacional de batatas para consumo "in natura" e industrial, através da recuperação e da expansão de áreas de produção;

- diminuir os custos de produção, incentivando a adoção de novas tecnologias poupadoras de insumo, tanto na produção de batata-semente como na produção de batata-consumo.

- desenvolver esforços para o incremento do consumo de batatas rústicas;

- organizar a produção nacional de batatas-semente mantendo restrição total e irreversível da importação para fins "diversos", permitindo somente a importação controlada de material para multiplicação.

Atualmente, a produção nacional está por volta de 2.000.000 t de batatas, correspondendo a 160.000 ha cultivados, assim distribuídos de acordo com as várias safras existentes no país: 52% da produção provêm da safra das águas, 30% da safra das secas e apenas 18% da safra de inverno.

Para que sejam atingidos os objetivos fixados, pressupondo um melhor abastecimento nacional do produto, o Plano Nacional sugere uma melhor distribuição percentual das várias safras do país - 21,2% de produção na safra das águas, 32,6% na safra das secas e 46,2% na safra de inverno - e projeta para o ano de 1990 uma produção bruta de 2.796.246 t do tubérculo, a ser obtida em 240.000 ha.

Na safra 1984/85, segundo informações do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE/SC,

o estado de Santa Catarina registrou uma produção bruta da ordem de 161.900 t do tubérculo. A área plantada foi de 17.314 ha e o rendimento médio obtido por hectare foi de 9.351 quilogramas.

No primeiro plantio, ou das águas, que se constitui no mais importante para o estado, a área cultivada alcançou 13.586 ha e a produção bruta foi de 131.396 t. O rendimento médio ficou em 9.671 kg/ha.

O segundo cultivo, ou das secas mais inverno, apresentou uma área de plantio de apenas 3.728 ha. A produção colhida foi de 30.504 t, representando, portanto, somente 18,84% do volume total de batatas obtido naquele ano agrícola. O rendimento médio alcançado foi de 8.182 kg/ha.

O baixo desempenho demonstrado pela atividade no cultivo das secas de inverno decorreu, sobretudo, de problemas relacionados à comercialização do tubérculo. Por ocasião do plantio dessa safra, as cotações recebidas pelos produtores situavam-se em níveis inferiores aos dos custos de produção, não havendo, portanto, por parte dos agricultores, estímulo para investir na cultura.

A distribuição da área implantada e da produção obtida, por microrregião produtora, em Santa Catarina, considerando-se os dois cultivos, nesse último ano agrícola, é mostrada na tabela 2.

Apesar de os valores obtidos nessa safra se constituírem entre os mais elevados já alcançados pela cultura no estado, no cômputo geral, contudo, constatou-se não ter havido praticamente nenhum incremento da atividade, se analisada em relação à safra precedente.

O excelente desempenho demonstrado pela cultura nesse ano agrícola decorreu, em primeiro lugar, dos bons preços recebidos pelos produtores no final do ano passado, trazendo-lhes novas esperanças de bons resultados financeiros e motivando-os, em certas regiões, a um aumento das áreas de plantio, sobretudo no cultivo das águas; em segundo lugar, da adoção de novas tecnologias de produção, e, por último, do clima favorável verificado durante praticamente todo o período de desenvolvimento da

TABELA 2

ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO PELA CULTURA DA BATATA, POR MRH DE SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

| REGIÃO PRODUTORA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| Colonial de Joinville | 75 | 900 | 12.000 |
| Litoral de Itajaí | 10 | 120 | 12.000 |
| Colonial de Blumenau | 189 | 1.250 | 6.614 |
| Colonial de Itajaí do Norte | 228 | 1.841 | 8.075 |
| Colonial do Alto Itajaí | 1.735 | 13.644 | 7.864 |
| Florianópolis | 887 | 3.523 | 3.972 |
| Colonial Serrana Catarinense | 2.055 | 19.318 | 9.400 |
| Litoral de Laguna | 5 | 40 | 8.000 |
| Carbonífera | 2.449 | 26.977 | 11.016 |
| Litoral Sul Catarinense | 20 | 232 | 11.600 |
| Colonial Sul Catarinense | 85 | 1.140 | 13.412 |
| Campos de Lages | 2.110 | 19.134 | 9.068 |
| Campos de Curitibanos | 835 | 7.551 | 9.043 |
| Colonial do Rio do Peixe | 2.051 | 20.479 | 9.985 |
| Colonial do Oeste Catarinense | 2.410 | 23.890 | 9.913 |
| Planalto de Canoinhas | 2.170 | 21.861 | 10.074 |
| TOTAL DO ESTADO | 17.314 | 161.900 | 9.351 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

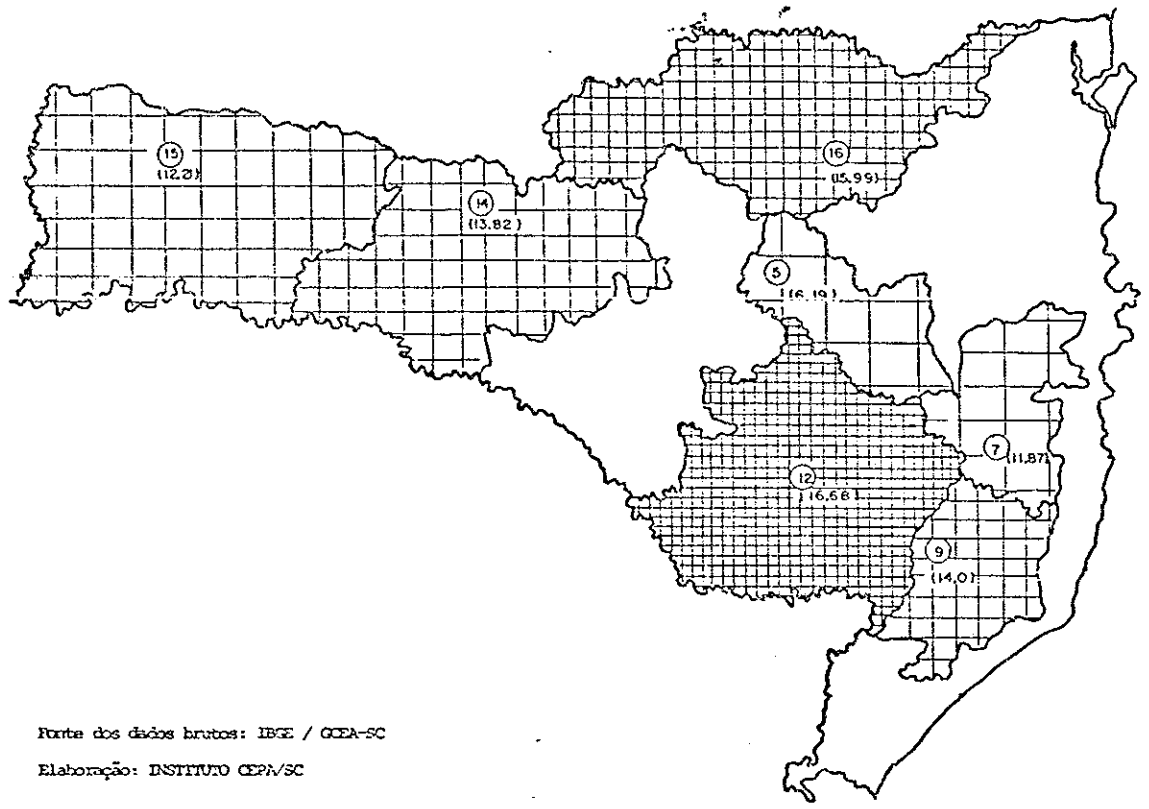
Elaboração: Instituto CEPA/SC

cultura.

Apesar dos problemas apontados, Santa Catarina ainda vem se destacando, nos últimos anos, como o quinto produtor brasileiro do tubérculo, tendo respondido, na última safra, por 8,18% da produção total do país.

Em termos nacionais, a cultura também não tem apresentado ganhos muito significativos nos últimos anos, a não ser pela melhoria da tecnologia empregada e que tem resultado em progressivos aumentos da produtividade média. A área cultivada, entretanto, tem mostrado sensíveis involuções em determinados períodos de comercialização problemática, interferindo na produção

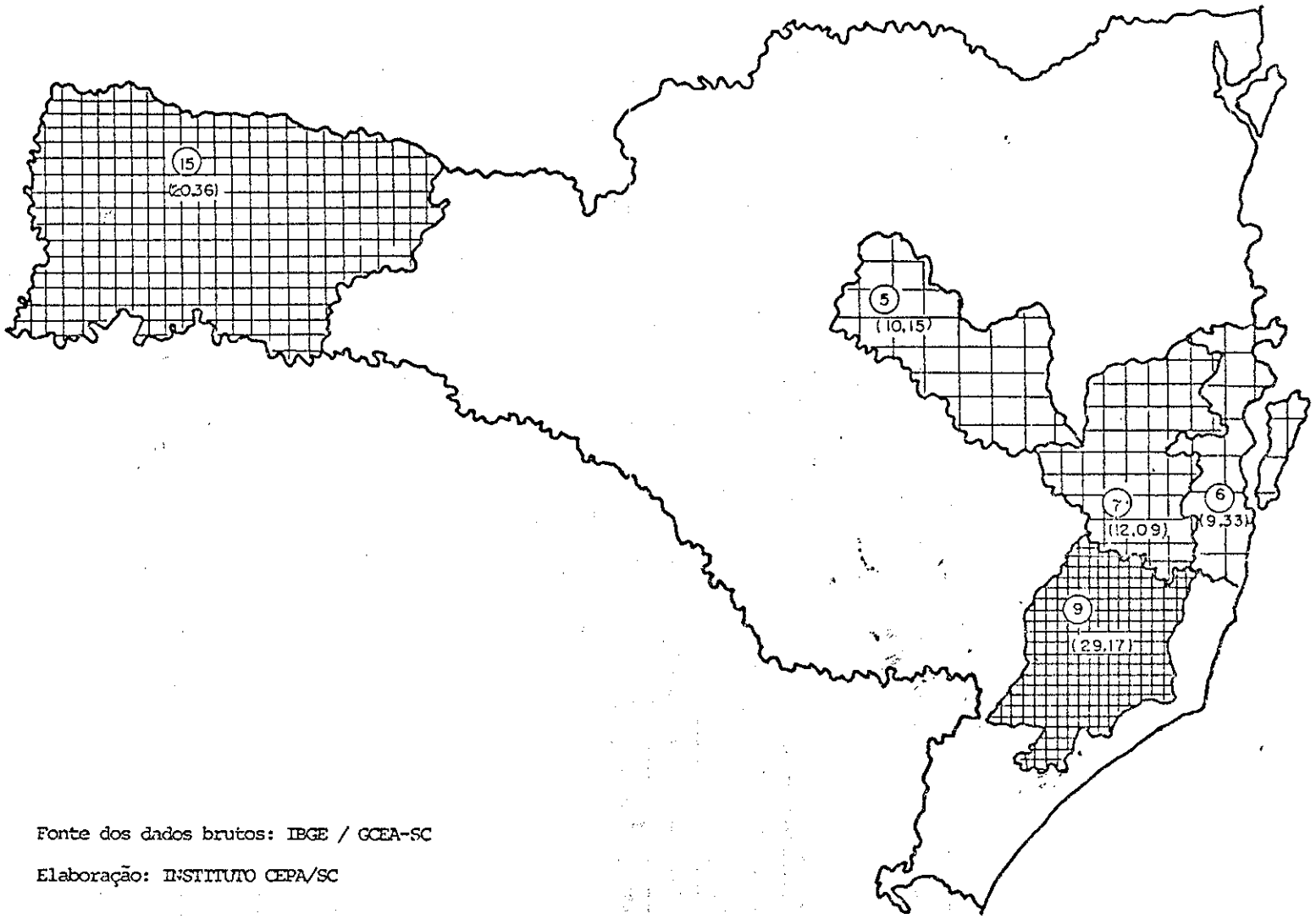
Mapa 5 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA-1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Mapa 6 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA-2a. SAFRA E1 SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

bruta, que tem oscilado de acordo com a maior ou menor intensidade de plantio. No geral, contudo, é permitido afirmar ter havido uma estabilização na produção brasileira do tubérculo.

Na tabela 3 é mostrado o desenvolvimento que a atividade logrou no país, em termos de área de plantio, produção e rendimento médios, nos últimos anos. De sua análise conclui-se serem corretas as afirmativas feitas anteriormente e se deduz a necessidade imperiosa de reativar programas visando à recuperação do setor.

TABELA 3

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA NO BRASIL, SAFRAS 1969/70 A 1984/85

| SAFRA | ÁREA COLHIDA (ha) | QUANTIDADE PRODUZIDA (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1969/70 | 214.157 | 1.573.551 | 7.348 |
| 1970/71 | 208.053 | 1.580.342 | 7.596 |
| 1971/72 | 202.434 | 1.589.403 | 7.851 |
| 1972/73 | 188.644 | 1.336.766 | 7.086 |
| 1973/74 | 192.312 | 1.672.498 | 8.697 |
| 1974/75 | 191.216 | 1.654.767 | 8.654 |
| 1975/76 | 199.641 | 1.897.518 | 9.505 |
| 1976/77 | 195.767 | 1.896.311 | 9.687 |
| 1977/78 | 211.315 | 2.013.882 | 9.530 |
| 1978/79 | 204.118 | 2.154.173 | 10.554 |
| 1979/80 | 181.084 | 1.939.537 | 10.711 |
| 1980/81 | 170.982 | 1.912.169 | 11.183 |
| 1981/82 | 182.504 | 2.154.775 | 11.807 |
| 1982/83 | 169.070 | 1.826.579 | 10.804 |
| 1983/84 | 172.465 | 2.172.055 | 12.594 |
| 1984/85 (*) | 156.164 | 1.979.354 | 12.675 |

(*) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: IBGE/CEPAGRO (novembro/85)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A atual safra nacional de batatas do ano agrícola 1984/85 está sendo avaliada em 1.979.354 t pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE. A área cultivada é prevista em 156.164 ha, e o rendimento médio esperado está por volta de 12.675 kg/ha.

Na maioria dos estados produtores o clima foi benéfico à cultura.

A colheita desta safra, em meados de novembro/85, achava-se concluída na Região Sul do país e em final de atividade nos demais estados da Federação.

Considerando-se os cultivos das águas, das secas e do inverno, os últimos informes da Fundação IBGE/CEPAGRO apontavam os seguintes valores, por estado produtor, para a safra 1984/85 (tabela 4).

TABELA 4

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS, SAFRA 1984/85 (1)

| ESTADO PRODUTOR | NÚMERO DE ORDEM | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t) | REND.MÉDIO OBTIDO/ESPERADO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|
| Minas Gerais | 1 | 30.510 | 536.935 | 17.599 |
| São Paulo | 3 | 25.098 | 481.296 | 19.177 |
| Paraná | 2 | 38.992 | 497.522 | 12.760 |
| Rio Grande do Sul | 4 | 41.630 | 264.728 | 6.359 |
| Santa Catarina | 5 | 17.314 | 161.900 | 9.351 |
| Distrito Federal | 6 | 525 | 11.043 | 21.034 |
| Espírito Santo | 7 | 653 | 7.699 | 11.790 |
| Outros | - | 1.442 | 18.231 | 12.643 |
| TOTAL DO BRASIL | | 156.164 | 1.979.354 | 12.675 |

(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: IBGE/CEPAGRO (novembro/85)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apesar de a atividade na última safra ter-se desenvolvido sem maiores percalços, com o clima sendo favorável e a produção alcançando valores extremamente significativos, a bataticultura, em Santa Catarina, não se constituiu em boa alternativa para o produtor rural, uma vez que a comercialização do tubérculo, por fatores já amplamente abordados anteriormente, mais uma vez, foi problemática, resultando em baixas cotações a nível de produtor.

Dessa forma, os preços praticados nas regiões produtoras, sobretudo no primeiro semestre do corrente ano, com raras exceções, quase sempre se mantiveram em patamar inferior ao do custo de produção do tubérculo.

A adoção de novas tecnologias de produção tem redundado, ultimamente, em aumentos progressivos da produtividade média, o que, aliado à drástica redução havida na demanda, motivada, principalmente, pela perda crescente do poder aquisitivo de grande parcela da população brasileira, concorreu para que houvesse, em especial no primeiro semestre, oferta abundante de batatas, superior à demanda, com repercussão negativa sobre seus preços médios, que não puderam ser corrigidos satisfatoriamente sem o risco de tumultuar ainda mais o mercado.

O excepcional resultado dessa última safra, se, por um lado, foi benéfico ao produtor rural (que, num primeiro momento, pôde vislumbrar maiores lucros com a atividade) e ao abastecimento interno, por outro, trouxe problemas de escoamento e comercialização (tendo em vista, sobretudo, que também nos demais estados das Regiões Sul e Sudeste do país e principalmente no Paraná, onde as produções conseguidas são sempre superiores às do estado catarinense, o clima também se comportou de forma favorável à cultura), e resultou em desestímulo à classe bataticultora local, uma vez que os preços praticados, a nível de produtor, na grande maioria dos casos, não cobriram os gastos efetuados.

Em meados de maio deste ano, por exemplo - época em que normalmente é pequeno o volume de produto em mãos dos agricultores - ainda existia, estocada na região do planalto serrano, expressiva quantidade do tubérculo, sem perspectiva de comercialização imediata e com cotação média da ordem de Cr$

15.000/sc de 50 kg, bem inferior, portanto, ao custo de produção, avaliado, na época, em Cr$ 27.600/sc de 50 kg.

Também o produtor de batata-semente viu-se prejudicado, face à retração havida na procura pelo insumo. Mesmo vendendo o produto a preços praticamente idênticos aos da safra precedente, não encontrava colocação para o insumo, havendo, em princípios de maio, naquela região, grande disponibilidade de batata-semente certificada.

Com um consumo per capita de 25 kg/hab/ano de batatas, bem superior, portanto, à média nacional, que se situa em 7,5 kg/hab/ano, e considerado um dos maiores do país, a demanda total estimada para Santa Catarina é da ordem de 100.000 t/ano. Concluiu-se, pois, ser o estado catarinense auto-suficiente em termos de produção dessa hortaliça, pressupondo, assim, a não necessidade de importação de batata de outras unidades da Federação para suprir a demanda interna. Isto, contudo, não ocorre, dada a amplitude das épocas de plantio e colheita, que, como se sabe, em Santa Catarina se estendem por todos os meses do ano.

Acresce-se a isso o fato de que muitos atacadistas que operam na CEASA/SC e em outros centros de venda no atacado, quando de suas compras, notadamente de frutas, em outras Centrais de Abastecimento do país, completam suas cargas com hortaliças, entre as quais se destacam o tomate e a batata. Dessa forma, são efetuadas importações do produto em todos os meses do ano.

Por outro lado, Santa Catarina também remete o produto à comercialização a outros centros do país, notadamente aos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

No corrente ano, até o mês de outubro, a participação catarinense - considerando-se aqui somente os volumes movimentados nas CEASA's do país e no entreposto atacadista da CEAGESP - alcançou, segundo o Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos, COBAL, cerca de 13.861,4 t de batatas. Os maiores compradores foram os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

A Central de Abastecimento do Estado de Santa Catari-

na, CEASA/SC, com sede no município de São José, responsável pelo abastecimento e disciplinamento de hortigranjeiros a nível de atacado na região da Grande Florianópolis, por sua vez, movimentou, durante o corrente ano, um total de 8.660,88 t de batatas.

Do volume em questão, cerca de 5.495,65 t se originaram do próprio estado, sendo o restante (3.165,23 t) constituído de repasses efetuados pelos estados do Paraná (2.451,28 t), São Paulo (704,95 t) e Rio Grande do Sul (9,00 t).

Os municípios que mais contribuíram para a formação do total ofertado pelo estado foram os de Águas Mornas, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Tubarão, Treze de Maio, Urubici, São Joaquim, Rancho Queimado e Anitápolis.

Na tabela 5 são mostrados os volumes ofertados mensalmente, durante o ano de 1985, na CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1984 e 1985.

TABELA 5
VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM 1985, E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO EM 1984 E 1985

| MÊS | VOLUME (t) | PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS - (Cr$/kg) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Produtor (1) | | Atacado (2) | | Varejo (2) | |
| | | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 |
| Jan | 798,33 | 120 | 300 | 166 | 388 | 202 | 470 |
| Fev | 645,28 | 160 | 300 | 213 | 368 | 243 | 393 |
| Mar | 576,47 | 170 | 350 | 224 | 432 | 267 | 541 |
| Abr | 768,47 | 190 | 330 | 256 | 390 | 294 | 544 |
| Maio | 673,09 | 200 | 330 | 266 | 393 | 295 | 539 |
| Jun | 759,39 | 200 | 650 | 262 | 757 | 298 | 918 |
| Jul | 743,82 | 200 | 750 | 254 | 942 | 294 | 1.050 |
| Ago | 659,93 | 195 | 1.600 | 260 | 1.888 | 303 | 2.174 |
| Set | 825,69 | 200 | 1.930 | 265 | 2.295 | 328 | 2.846 |
| Out | 752,04 | 220 | 1.300 | 285 | 1.989 | 345 | 2.257 |
| Nov | 677,42 | 300 | 1.000 | 380 | 1.630 | 463 | 1.771 |
| Dez | 780,95 | 300 | 1.000 | 387 | 1.493 | 463 | 1.821 |
| TOTAL | 8.660,88 | - | - | - | - | - | - |

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras
(2) Preços médios ponderados
Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em termos nacionais, a comercialização do tubérculo, neste último ano agrícola, também foi problemática para a classe produtora.

Devido à má distribuição das safras de batatas do país, houve oferta abundante do produto no primeiro semestre do ano, com repercussão negativa sobre seus preços médios, e escassez a partir de julho/85, forçando uma alta acentuada nas cotações e levando o governo, inclusive, a cogitar de uma eventual importação de batatas a fim de normalizar o abastecimento, hoje estimado em 94.000 t/mês, e forçar uma baixa dos preços em todos os níveis.

A menor oferta do produto, a partir de meados do segundo semestre deste ano, deveu-se à redução havida na área de plantio do tubérculo nos estados que fazem a safra de inverno, ou seja, São Paulo e Minas Gerais, principalmente, e também à menor área de cultivo da safra das secas em praticamente todos os estados brasileiros.

Segundo a Bolsa de Cereais de São Paulo, "a menor área de cultivo de batatas no país resultou da desmotivação reinante nos meios produtores, que nos últimos anos só se têm descapitalizado com a atividade. Acresce-se a isso a majoração excessiva do crédito agrícola, dos insumos e demais fatores de produção, aliada, ainda, à oferta de sementes nem sempre qualificadas e à falta de poder aquisitivo do produtor.

Com relação ao plantio das águas do ano agrícola 1985/86, cujas operações de implantação de campos já foram concluídas, os primeiros prognósticos da Fundação IBGE/GCEA para Santa Catarina apontavam uma área de plantio da ordem de 14.000 ha, com rendimento médio de 10.400 kg/ha e uma produção bruta em torno de 145.000 t de batata.

Na tabela 6 é mostrada a distribuição da área a ser plantada, bem como os volumes estimados para a colheita, anteriormente à estiagem, por microrregião produtora, no presente cultivo das águas, safra 1985/86, em Santa Catarina.

TABELA 6

ESTIMATIVAS DE PLANTIO E PRODUÇÃO DE BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRA DAS ÁGUAS - 1985/86

| MRH | ÁREA PREVISTA (ha) | PRODUÇÃO ESPERADA (t) |
|---|---|---|
| Colonial de Joinville | 60 | 720 |
| Litoral de Itajaí | 10 | 150 |
| Colonial de Blumenau | 135 | 1.100 |
| Colonial de Itajaí do Norte | 165 | 1.415 |
| Colonial do Alto Itajaí | 1.400 | 12.420 |
| Florianópolis | 210 | 2.070 |
| Colonial Ser. Catarinense | 1.675 | 16.060 |
| Litoral de Laguna | 5 | 40 |
| Carbonífera | 1.680 | 20.560 |
| Litoral Sul Catarinense | 10 | 120 |
| Colonial Sul Catarinense | 30 | 300 |
| Campos de Lages | 2.300 | 22.540 |
| Campos de Curitibanos | 605 | 5.720 |
| Colonial do Rio do Peixe | 1.953 | 24.775 |
| Colonial do Oeste Cat. | 1.872 | 19.300 |
| Planalto de Canoinhas | 1.890 | 18.310 |
| TOTAL | 14.000 | 145.600 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Devido, entretanto, à forte estiagem que assolou o estado nos meses de novembro e dezembro os valores de rendimento médio e de produção esperada sofreram reduções apesar de o escalonamento de plantio, segundo os últimos informes, não ter sido sobremaneira afetado.

Assim sendo, supondo efetivamente a implantação da área inicialmente prevista, é a seguinte a situação da cultura no estado catarinense, no presente ano agrícola, em fins de dezembro/85:

- Área implantada 14.000 ha
- Produção prevista 116.480 t
- Rendimento médio esperado 8.320 kg/ha

- Quebra de produção em virtude da estiagem 29.120 t
- Área em desenvolvimento vegetativo 2.030 ha
- Área em frutificação (formação de tubérculo) 3.500 ha
- Área em maturação 5.600 ha
- Área já colhida 2.870 ha
- Produção já obtida 25.000 t

A produção já colhida, resultante de campos implantados nos meses de julho e agosto próximos passados, é avaliada em torno de 25.000 t do tubérculo. As atividades de colheita desta safra deverão prosseguir, no entanto, até meados de maio do próximo ano.

As perspectivas para a safra nacional, neste primeiro plantio, ou das águas, do ano agrícola 1985/86, são de uma área de cultivo da ordem de 95.960 ha e de uma produção bruta ao redor de 1.130.900 t.

As perspectivas de área de plantio e de produção esperada, em primeira estimativa, a nível de Brasil, para a presente safra das águas, nos principais estados produtores do país, segundo informações da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, são mostradas na na tabela 7.

TABELA 7
PERSPECTIVA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BATATAS - PLANTIO DAS ÁGUAS - 1985/86

| ESTADO | PERSPECTIVA DE PLANTIO (ha) | PRODUÇÃO PREVISTA (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| Paraná | 25.000 | 320.000 | 12.800 |
| Minas Gerais | 15.308 | 261.090 | 17.056 |
| Rio Grande do Sul | 28.601 | 200.207 | 7.000 |
| São Paulo | 12.500 | 226.613 | 18.129 |
| Santa Catarina | 14.000 | 116.480 | 8.320 |
| Outros | 551 | 6.510 | 11.815 |
| TOTAL DO PAÍS | 95.960 | 1.130.900 | 11.785 |

Fotne: Fundação IBGE/CEPAGRO
Elaboração: Instituto CEPA/SC

A safra em questão, apesar dos problemas de estiagem verificados, sobretudo no estado de São Paulo, encontra-se dentro do previsto. O plantio, em fins de dezembro, achava-se praticamente concluído e a colheita, já iniciada na maioria dos estados, deverá ter prosseguimento até o segundo trimestre deste ano.

Cabe destacar, ainda, a produção de batata-semente certificada do estado que, segundo os últimos informes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-CIDASC, empresa responsável pela organização e fiscalização dos campos de produção, deverá atingir, na safra 1984/85, cerca de 45.772 t, ou seja, 1.525.733 cx/30 kg.

No cultivo de primeira época, ou das águas, foram cultivados 2.148 ha, que responderam com uma produção bruta de 22.772 t.

Já no segundo cultivo, ou das secas, a área plantada foi de 2.263 ha, e a produção, em fase final de certificação, é avaliada ao redor de 23.000 t do tubérculo.

As cultivares mais plantadas nessa última safra em Santa Catarina foram a RADOSA, a DELTA, a ACHAT e a BINTJE.

A produção catarinense de batata-semente é normalmente comercializada nos estados da Região Sul e Sudeste do país, com destaque para os estados do Paraná, de São Paulo e de Minas Gerais.

Para a safra 1985/86 - cultivo de primeira época - as primeiras estimativas apontam uma área de plantio em torno de 2.000 ha e produção de cerça de 20.000 t de batata-semente.

## 3.5. CANA-DE-AÇÚCAR

A cultura da cana-de-açúcar, além de propiciar para o abastecimento interno um produto de consumo popular, o açúcar, tem cumprido, para a economia nacional, o importante papel de carrear divisas através da exportação de seus subprodutos.

Mais recentemente, com a crise do petróleo de 1973 e com dificuldades do balanço de pagamento daí decorrentes, a cana-de-açúcar passou a ser utilizada como fonte energética, criando-se, em 1985, o Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL).

Constitui-se, junto com a soja e a laranja (produtos destinados à exportação), num produto que obteve substancial incremento na sua produção "per capita" nos últimos anos. A propósito, a produção "per capita" alcançou um incremento de 7,84% ao ano no período 1977/84, enquanto que a produção global de alimentos declinou 1,94% ao ano no mesmo período. Tal desempenho é reflexo das políticas governamentais de estímulo à cultura.

A produção nacional esperada na safra 1984/85, de acordo com as informações da Fundação IBGE, é de 241.251.734 toneladas.

O estado de São Paulo ocupa o 1º lugar na produção de cana, sendo responsável, na safra 1984/85, por 42,33% da área colhida e por 51,91% da produção brasileira. O estado de Santa Catarina ocupa a 16ª posição, tendo colhido na mesma safra em 22.883 hectares alcançando uma produção de 1.183.467 toneladas (ver tabela 1).

A safra 1984/85 transcorreu sem problemas de natureza operacional na Região Centro-Sul, visto que praticamente não ocorreram chuvas prolongadas durante o período.

A nível de Santa Catarina, além da destinação industrial, a cana tem grande aplicação na indústria caseira na produção de melado, açúcar mascavo e aguardente, bem como na utilização para a alimentação animal.

De todo modo, a produção de cana-de-açúcar para fins industriais se localiza na região litorânea onde se situam as

usinas de açúcar, os destiladores de álcool e os alambiques de aguardente.

Em termos de produção de cana a nível estadual destacam-se as microrregiões de Itajaí, Florianópolis e Serrana Catarinense, responsáveis, respectivamente, por 26,29%, 24,25% e 14,69% da produção catarinense (ver tabela 2).

Estima-se que aproximadamente 4.000 famílias se dediquem à sua exploração para fins econômicos. Já o Censo Agropecuário, realizado pela Fundação IBGE em 1980, informa que 44.177 estabelecimentos cultivam esse tipo de cultura.

As principais agroindústrias que operam com o produto no estado são: a Usina Tijucas, a Usina Adelaide (ambas pertencentes ao grupo USATI) e a Destilaria Chapecó.

A usina Tijucas colheu, na safra 1984/85, em 2.228,57 ha uma produção de 135.327,56 t, apresentando um rendimento de 60,72 t/ha. Adquiriu de fornecedores 9.980,21 t numa área colhida de 199,8 ha, com um rendimento de 50 t/ha.

A Usina Adelaide colheu, numa área de 2.859,9 ha, 126.469 t, obtendo um rendimento médio de 44,22 t/ha. Recebeu de fornecedores 1.046 t colhidas em 20,51 ha, o que revela um rendimento médio, nessas áreas de 51 t/ha.

A Destilaria Chapecó, numa área de 295,4 ha, colheu 20.800 t, com um rendimento médio de 70,41 t/ha.

Dados do IAA/PLANALÇÚCAR, de 1985, indicam que a produção catarinense de açúcar e álcool foi de 465.414 toneladas e de 6.409.700 litros, respectivamente.

Estão sediadas no município de Itajaí a Estação Experimental Regional de Santa Catarina e a Coordenadoria Regional Sul do Programa Nacional de Melhoramento de Cana-de-açúcar do Instituto do Açúcar e do Álcool. Essa estação tem por objetivos o estudo dos ecossistemas próprios para a cultura; a geração de novas tecnologias que ampliam a produtividade, e a racionalização do balanço energético da cultura. Atualmente são desenvolvidos projetos nas áreas de manejo varietal; produção de mudas;

TABELA 1

ÁREA DESTINADA À COLHEITA E PRODUÇÃO ESPERADA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL - 1985

| ESTADO | ÁREA DESTINADA À COLHEITA (ha) | PARTICIPAÇÃO (%) | PRODUÇÃO (t) | PARTICIPAÇÃO (%) | RENDIMENTO PREVISTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| Amazonas | 1.208 | 0,03 | 59.192 | 0,02 | 49,000 |
| Roraima | 70 | 0,02 | 1.610 | 0,01 | 23.000 |
| Pará | 3.982 | 0,10 | 210.393 | 0,09 | 52.836 |
| Maranhão | 23.697 | 0,62 | 1.108.747 | 0,46 | 46.768 |
| Piauí | 11.578 | 0,30 | 554.957 | 0,23 | 47.932 |
| Ceará | 44.731 | 1,17 | 1.881.335 | 0,78 | 42.059 |
| Rio Grande do Sul | 52.433 | 1,37 | 2.575.486 | 1,07 | 49.120 |
| Paraíba | 178.351 | 4,67 | 10.746.800 | 4,45 | 60.256 |
| Pernambuco | 400.000 | 10,47 | 20.000.000 | 8,29 | 50.000 |
| Alagoas | 457.500 | 11,97 | 21.300.493 | 8,83 | 46.558 |
| Sergipe | 27.183 | 0,71 | 1.494.603 | 0,62 | 54.983 |
| Bahia | 83.000 | 2,17 | 3.237.000 | 1,34 | 39.000 |
| Minas Gerais | 272.049 | 7,12 | 15.491.281 | 6,42 | 56.943 |
| Espírito Santo | 45.368 | 1,19 | 2.741.180 | 1,14 | 60.421 |
| Rio de Janeiro | 224.546 | 5,88 | 10.037.206 | 4,16 | 44.700 |
| São Paulo | 1.617.500 | 42,33 | 125.240.000 | 51,91 | 77.428 |
| Paraná | 150.000 | 3,93 | 11.250.000 | 4,66 | 75.000 |
| Santa Catarina (*) | 22.833 | 0,60 | 1.183.467 | 0,49 | 51.831 |
| Rio Grande do Sul | 32.087 | 0,84 | 971.292 | 0,40 | 30.271 |
| Mato Grosso do Sul | 50.650 | 1,33 | 3.170.806 | 1,31 | 62.606 |
| Mato Grosso | 31.891 | 0,83 | 1.866.236 | 0,77 | 58.519 |
| Goiás | 89.780 | 2.35 | 6.081.400 | 2,52 | 67.737 |
| Outros | 1.146 | 0,03 | 48.250 | 0,02 | 42.103 |
| BRASIL | 3.821.583 | 100,00 | 241.251.734 | 100,00 | 63.129 |

(*) Refere-se a dados de produção já obtida

Fonte: IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, dez/85)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

PRODUÇÃO CATARINENSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, POR MRH - SAFRA 1984/85

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | ÁREA PLANTADA (exist.em 31.12.82) | ÁREA COLHIDA (ha) | ÁREA NÃO COLHIDA | ÁREA PLANTADA (no ano) | RENDIM. MÉDIO-kg/ha)obtido | RENDIM. MÉDIO-kg/ha (esperado) | PRODUÇÃO OBTIDA | PRODUÇÃO ESPERADA (t) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Colonial de Joinville | 2.470 | 2.470 | - | 1.880 | 44.231 | - | 109.250 | - |
| Litoral de Itajaí | 4.675 | 4.675 | - | 3.680 | 66.561 | - | 311.175 | - |
| Colonial de Blumenau | 1.795 | 1.705 | 90 | - | 39.457 | 43.889 | 67.275 | 3.950 |
| Florianópolis | 4.713 | 4.603 | 110 | 2.530 | 62.373 | 88.500 | 287.105 | 9.735 |
| Serrana Catarinense | 3.195 | 3.145 | 50 | 1.075 | 55.303 | 56.900 | 173.927 | 2.845 |
| Litoral de Laguna | 142 | 142 | - | 10 | 34.366 | - | 4.880 | - |
| Carbonífera | 915 | 915 | - | 580 | 32.814 | - | 30.025 | - |
| Litoral Sul Catarinense | 341 | 341 | - | - | 23.460 | - | 8.000 | - |
| Colonial Sul Catarinense | 320 | 320 | - | 20 | 20.625 | - | 6.600 | - |
| Campos de Curitibanos | 33 | 13 | 20 | 17 | 20.000 | 20.000 | 260 | 400 |
| Colonial Rio do Peixe | 1.089 | 1.089 | - | 47 | 23.398 | - | 25.480 | - |
| Colonial Oeste Catar. | 3.795 | 3.415 | 380 | 1.840 | 46.703 | 49.474 | 159.490 | 18.800 |
| ESTADO | 23.483 | 22.833 | 650 | 11.679 | 51.831 | 54.969 | 1.183.467 | 35.730 |

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

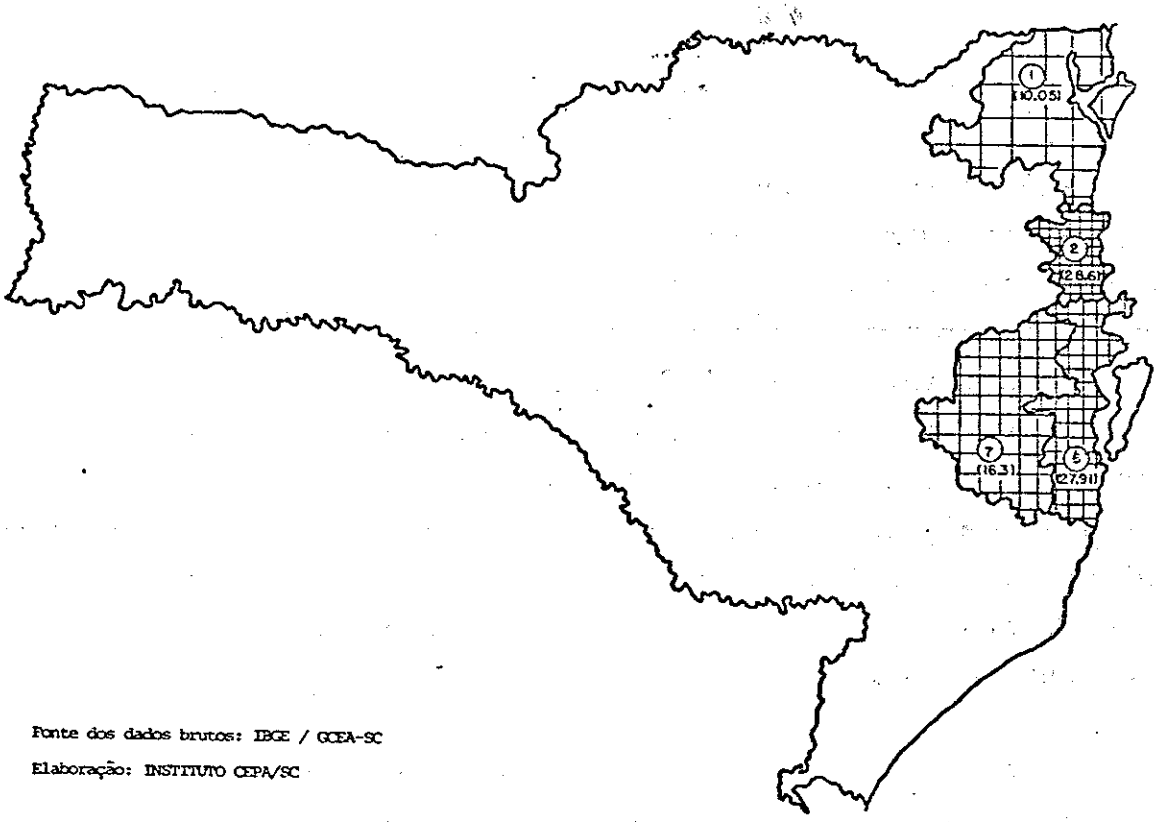
obtenção de novas variedades; drenagem e, consorciação com culturas alimentares.

Com relação à exportação, dados da Secretaria da Indústria e do Comércio indicam que foram exportados, no período de janeiro a setembro/85, 279.985,6 t de açúcar no valor FOB de US$ 36.309.271. No mesmo período de 1984, o volume exportado foi de 299.196,6 t no valor FOB de US$ 55.774.183. Verifica-se, observando o desempenho das exportações nos dois períodos, uma queda de -6,42% no volume e de -34,9% no valor, no período jan-set/85, indicando uma queda do produto, no mercado internacional, superior a 30%. Cabe salientar que toda a exportação catarinense é realizada pelo Instituto do Açúcar e do Álcool-IAA com açúcar cristalizado produzido pela USATI (Refinadora Catarinense SA).

As perspectivas da cultura estão na dependência de vários fatores, alguns dos quais são enumerados a seguir: 1) Cotação do açúcar no mercado internacional - a existência de grandes estoques tem mantido baixas nas cotações internacionais. Como conseqüência, o governo brasileiro tem alocado recursos para cobrir a diferença entre os preços pagos aos produtores e os de venda no exterior, de forma a cumprir os contratos firmados anteriormente. 2) A política a ser definida para o PROÁLCOOL, considerando a racionalização do programa de forma a buscar a sua competitividade com o petróleo. 3) A possibilidade de exportação de álcool para os Estados Unidos, dificultada pelas barreiras protecionistas em favor dos produtores americanos de álcool, especialmente de milho.

A nível de produção para fins industriais, a tendência verificada e aprofundada nos últimos anos tem sido a concentração, sendo que as agroindústrias vêm privilegiando a produção própria. Verifica-se, portanto, o afastamento da pequena propriedade da produção de cana com fins industriais. Esse fato contribui para o agravamento do êxodo rural.

Mapa 7 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 3.6. CEBOLA

A cultura da cebola em Santa Catarina, segundo o último censo agropecuário - 1980, envolve cerca de 20.097 famílias rurais, das quais 16.120 são proprietárias e as demais produzem em regime de arrendamento ou de parceria. Após decorridos cinco anos do último Censo, essa situação deve ter sofrido algumas modificações, mas não muito significativas.

A cebolicultura em Santa Catarina, nos últimos dez anos, apresentou expressivas evoluções na área cultivada e na produção de bulbos. A maior delas ocorreu na safra 1978/79, quando a área anteriormente cultivada saltou de pouco mais de cinco mil hectares para mais de 10 mil, enquanto a produção cresceu de aproximadamente 47 mil toneladas para mais de 103 mil, conforme demonstrado na tabela 1.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | ÍNDICE | PRODUÇÃO (t) | ÍNDICE | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1976/77 | 6.846 | 100 | 69.794 | 100 | 7.273 |
| 1977/78 | 5.724 | 84 | 47.129 | 95 | 8.234 |
| 1978/79 | 10.736 | 157 | 94.017 | 189 | 8.757 |
| 1979/80 | 12.307 | 180 | 103.605 | 208 | 8.428 |
| 1980/81 | 16.920 | 247 | 151.581 | 304 | 8.959 |
| 1981/82 | 11.380 | 166 | 113.602 | 228 | 9.983 |
| 1982/83 | 12.338 | 180 | 125.710 | 252 | 10.189 |
| 1983/84 | 12.157 | 178 | 111.116 | 223 | 9.140 |
| 1984/85 | 14.409 | 210 | 148.130 | 297 | 10.280 |
| 1985/86 (*) | 16.000 | 234 | 176.000 | 353 | 11.000 |

(*) Previsão em nov/85

Fonte: IBGE/GCEA-SC

O aumento da produção não se deu apenas pelo crescimento da área cultivada, mas também pela assimilação de tecnologias geradas através da pesquisa e transmitida aos cebolicultores

res pela extensão rural, resultando em ganhos crescentes de produtividade. Um importante trabalho neste sentido foi o lançamento da cultivar EMPASC 351 - Seleção Crioula, resultante de melhoramentos feitos com uma população cultivada há vários anos no estado.

Na safra 1984/85, foram cultivados no estado 14.409 ha, cuja produção atingiu um volume de 148.130 t brutas, representando um crescimento de 18,5% sobre a área cultivada em 1983/84, e de 33,3% sobre a produção obtida.

Esse crescimento da área cultivada no estado ultrapassou as metas do I Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas, o qual recomendava para SC uma área em torno de 12.000 ha. Por outro lado, o Plano Nacional não vinha sendo obedecido nas últimas safras por nenhuma unidade da Federação. Dessa forma, havia necessidade de uma reordenação na política de produção e de abastecimento de cebola no país. Visando atender a essa necessidade, o Ministério da Agricultura, através da Gerência de Olericultura e da Coordenadoria de Hortigranjeiros, se reuniu com representantes de todos os estados produtores de cebola para elaborar o Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebolas, versão 1986/1990.

Os objetivos do Plano são os seguintes:

a) regularizar o abastecimento nacional de cebolas para o consumo "in natura" e industrial, através da organização da produção nacional, mediante a sucessão solidária de safras das regiões e dos estados produtores;

b) organizar a produção nacional de sementes;

c) reduzir as perdas de bulbos entre a colheita e a comercialização.

Para alcançar esses objetivos são necessárias medidas e estratégias, as quais estão inseridas no Plano e caberá aos estados produtores colocá-las em execução a partir de 1986, com o apoio do Governo Federal.

Para SC ficou estabelecida a área de cultivo de 14.000 ha, representando uma expansão de 2.000 ha sobre a área

recomendada no Plano anterior.

O crescimento da produção de cebolas em SC na safra 1984/85, aliado à frustração da safra de outros estados, fez com que a participação catarinense na oferta nacional aumentasse significativamente. A participação do estado deverá crescer de 16% para aproximadamente 23% no ano de 1985, conforme a tabela 2.

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CEBOLA - SAFRA 1984/85 (*)

| ESTADO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) | PARTICIPAÇÃO % NA PRODUÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| Pernambuco (**) | 2.366 | 22.721 | 9.603 | 3,59 |
| Sergipe | 28 | 126 | 4.500 | 0,02 |
| Bahia (**) | 2.565 | 20.361 | 7.938 | 3,21 |
| São Paulo | 14.100 | 233.400 | 16.553 | 36,84 |
| Paraná | 4.590 | 27.635 | 6.021 | 4,36 |
| Santa Catarina | 14.409 | 148.130 | 10.280 | 23,38 |
| Rio Grande do Sul | 18.175 | 172.876 | 9.512 | 27,29 |
| Outros | 1.276 | 8.235 | 6.454 | 0,46 |
| TOTAL | 57.509 | 633.484 | 11.017 | 100,00 |

(*) Situação em nov/85
(**) Safras ainda não concluídas
Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO
Elaboração: Instituto CEPA/SC

A produção brasileira de 633.484 t na safra 1984/85 corresponde a uma redução em cerca de 11,8% sobre a safra anterior. Esse resultado se deve exclusivamente ao insucesso dos plantios no vale do São Francisco. Não fosse essa circunstância, haveria normalidade no abastecimento durante o ano de 1985, uma vez que a área inicialmente cultivada se situou próximo da tradicionalmente plantada.

Em época de safras normais, o Brasil se situa entre os nove países maiores produtores de cebola do mundo; entretanto,

sua produção representa apenas um quarto do volume produzido pela China, enquanto sua produtividade média corresponde aproximadamente a um quarto da do Japão, respectivamente os países de maior produção e produtividade de cebola, conforme tabela 3.

TABELA 3

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA - 1983

| PAÍS | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| China | 219.000 | 2.843.000 | 12.982 |
| Índia | 260.000 | 2.700.000 | 10.385 |
| URSS | 173.000 | 2.030.000 | 11.734 |
| U.S.A. | 48.000 | 1.689.000 | 34.965 |
| Japão | 29.000 | 1.200.000 | 41.379 |
| Turquia | 72.000 | 1.040.000 | 14.444 |
| Espanha | 31.000 | 957.000 | 30.871 |
| Egito | 17.000 | 660.000 | 38.824 |
| Brasil | 67.000 | 730.000 | 10.873 |
| Coréia | 15.000 | 542.000 | 37.273 |
| Itália | 20.000 | 522.000 | 25.677 |

Fonte: FAO Trade Yearbook - 1983

Enquanto a oferta brasileira na safra 1984/85 sofreu uma sensível redução, em Santa Catarina o volume da produção aumentou significativamente. O escoamento das 148 mil toneladas produzidas no estado foi realizado de forma mais lenta do que tradicionalmente ocorre.

A safra 1984/85 começou a ser colhida em novembro/84, com um relativo atraso em face das condições climáticas durante o ciclo da cultura. Contudo, essa situação não comprometeu a produção catarinense. O regime de chuvas, após a fase de transplante das mudas, foi bem distribuído até a fase de maturação dos bulbos, proporcionando um bom desenvolvimento das plantas e uma boa produção. A colheita foi encerrada em janeiro e transcorreu num clima de pouca umidade e de temperaturas favoráveis, proporcionando uma boa cura dos bulbos e resultando num produto de excelente qualidade, como há muito não se obtinha no estado.

A comercialização da safra não transcorreu dentro das previsões dos produtores. Os preços recebidos no início da safra foram considerados bons; entretanto, não apresentaram as reações de alta esperadas, mantendo-se estáveis de dezembro até o início de março. Nos meses de março e abril os produtores receberam preços baixos, contrariando as expectativas e a tendência tradicional do mercado. Em fins de maio, os preços voltaram a subir, quando todos os fatores indicavam uma difícil reação nos preços da cebola do Sul. Daí por diante as cotações atingiram níveis elevadíssimos, conforme demonstrado na tabela 9.

O aumento da oferta catarinense, aliado à excelente qualidade dos bulbos, contribuiu significativamente para as dificuldades de comercialização, na medida em que os produtores armazenaram na propriedade um maior volume de bulbos e por maior tempo. Afora isso, os bons preços do início da safra contribuíram para que os cebolicultores catarinenses acreditassem que a curto prazo os preços fossem aumentar substancialmente, e, dessa forma, segurassem ao máximo a produção.

Por sua vez, a produção gaúcha também superou as expectativas iniciais, não se verificando as quebras expressivas que foram anunciadas durante o desenvolvimento da cultura naquele estado. Dessa forma, somente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina produziram uma oferta líquida da ordem de 180 mil toneladas, suficientes para abastecer o país durante quatro meses. Acresçam-se a isso a produção do Paraná - próximo a 20 mil toneladas - e mais o remanescente da safra da "pêra paulista" que participou da oferta durante o mês de janeiro.

Embora as condições de mercado não tenham sido favoráveis à comercialização da maior parte da safra do Sul, a situação poderia ter sido mais grave, caso a produção dos estados de São Paulo, Pernambuco e Bahia tivessem sido normais. Ambas sofreram reveses em decorrência de condições climáticas adversas, que resultaram em menor oferta de bulbos por parte daqueles centros produtores, favorecendo a elevação dos preços do produto no final da safra sulina. De qualquer forma, os preços recebidos pelos produtores catarinenses, ainda que não fossem os desejados, se situaram acima dos custos de produção calculados ao longo da safra, conforme demonstrado na tabela 4.

TABELA 4

CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE CEBOLA - SAFRA 1984/85 E 1985/86

Cr$/kg

| MÊS | 1984 | | 1985 | |
|---|---|---|---|---|
| | Custo | Recebido | Custo | Recebido |
| Fevereiro | 103 | 190 | 326 | 500 |
| Abril | 144 | 550 | 369 | 450 |
| Junho | 192 | 700 | 558 | 1.900 |
| Agosto | 230 | - | 700 | - |
| Outubro | 285 | 280 | 820 | 1.850 |
| Dezembro | 313 | 400 | 927 | 1.500 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

A curva de elevação dos preços começou a se manifestar com intensidade no mês de junho pelos seguintes motivos: as remessas de cebolas do Sul foram sensivelmente reduzidas, a safra das cebolas de soqueira de São Paulo já havia ultrapassado o seu "pique" de ofertas, no vale do São Francisco (PE e BA) o quadro de frustração da safra se confirmara irreversível e, por último, os plantios de cebolas-claras de São Paulo (Monte Alto e São José do Rio Pardo) mostravam-se reduzidos em relação aos anos anteriores. De modo que se antevia uma escassez do produto para os meses seguintes.

O déficit de oferta se acentuou a partir de julho, quando praticamente todo o país ficou na dependência da safra de cebolas-claras de São Paulo e de pequenos volumes produzidos no Vale de São Francisco. O abastecimento nacional começou a se normalizar a partir do mês de outubro, quando as ofertas ficaram por conta dos remanescentes de cebolas-claras paulistas, da safra nova de Piedade/SP (região de Paranapiacaba), da safra do Norte do Paraná e da do Vale de São Francisco (PE e BA). Assim, o déficit de abastecimento de cebolas no país foi corrigido.

No Brasil, praticamente existe colheita de cebolas em todos os meses do ano, sendo que a época de distribuição da produção no mercado não coincide exatamente com o período de colheita. Nos estados do Sul (SC e RS), após a colheita, os bulbos são armazenados e remetidos ao mercado ao longo de cinco a seis

meses, dependendo das condições de mercado, do volume produzido e, principalmente, do estado fitossanitário dos bulbos. Na safra 1984/85, devido à grande produção catarinense, à pouca agilidade do mercado e à excelente qualidade dos bulbos produzidos no estado, o período de armazenagem foi mais prolongado do que nos anos anteriores.

O armazenamento foi iniciado em dezembro; no entanto, até o mês de junho, ainda foram efetuadas remessas para outros estados. Além disso, boa parte do abastecimento estadual durante os meses de julho e agosto foi efetuado com remanescentes da safra estadual, atestando a excelente qualidade dos bulbos produzidos na safra.

A nível nacional, a distribuição das colheitas ocorre conforme tabela 5.

Para a safra catarinense de 1985/86, os prognósticos iniciais revelavam uma intenção de plantio bem póxima da área cultivada na safra anterior.

No entanto, face a vários fatores circunstanciais, essa intenção acabou sendo alterada.

Assim, as estimativas oficiais, após os levantamentos a campo, indicam o plantio de uma área superior à cultivada em 1984/85 (ver tabela 1). Essa disposição decorreu de vários fatores, dos quais citamos como principais os seguintes:

a) grande disponibilidade de sementes na época do plantio, a preços relativamente baixos;

b) disparada dos preços da cebola a partir de maio;

c) elevado índice de aproveitamento de mudas das sementes, favorecido pelas condições climáticas na questão da fitossanidade.

As semeaduras foram iniciadas no mês de abril e intensificadas nos meses de maio, junho e julho. Os preços da semente situavam-se na faixa de Cr$ 90.000/kg para a cultivar baia periforme, Cr$ 100.000 kg para a jubileu e entre Cr$ 100.000 e Cr$ 120.000/kg para a cultivar crioula.

TABELA 5

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CEBOLA, SAFRA 1985/86 (*)

| ESTADO | PRINCIPAIS MUNICÍPIOS OU REGIÕES PRODUTORAS | PRODUÇÃO BRUTA ESTADUAL (t) | PERÍODO DE COLHEITAS (Meses) | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Jan | Fev | Mar | Abr | Maio | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
| Rio Grande do Sul | São José do Norte, Mostardas e Rio Grande | 172.876 | X | X | | | | | | | | | X | X |
| Santa Catarina | Alto Vale do Itajaí e Colonial Serrana Catarinense | 176.000 | X | | | | | | | | | | X | X |
| Paraná | Região Sul e Norte | 27.635 | X | | | | | | | | X | X | X | X |
| São Paulo (Soqueira) | Região de Piedade, Pilar do Sul e Ibiuna | 64.800 | | | | X | X | X | | | | | | |
| São Paulo (claras precoces) | Região do Monte Alto e São José do Rio Pardo | 86.620 | | | | | | X | X | X | X | X | | |
| São Paulo (Baia periforme) | Região de Piedade | 66.000 | | | | | | | | | X | X | X | X |
| Bahia | Vale do São Francisco | 22.000 | | | | X | X | X | X | X | X | X | | |
| Pernambuco | Vale do São Francisco | 23.652 | | | | X | X | X | X | X | X | X | | |
| Outros (MG, ES, SE) | - | 8.240 | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL | - | 647.823 | | | | | | | | | | | | |

(*) Situação em outubro/85

Fonte: Fundação IBGE/IEA-SP/SNAB-MA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O volume de crédito contratado nas agências financeiras, em 1985, superou o das safras anteriores, embora o número de contratos tenha permanecido semelhante. Esse procedimento foi justificado pelo número elevado de produtores que assumiram compromissos para serem saldados com os recursos a serem obtidos na comercialização da safra. Entretanto, os preços se comportaram aquém das expectativas, razão pela qual os recursos próprios foram insuficientes para cobrir o custeio desta safra.

Os transplantes de mudas começaram a ser intensificados a partir de julho, prosseguindo até meados daquele mês, quando começaram a se verificar atrasos no estabelecimento das lavouras por insuficiência de chuvas, permanecendo assim até fins de agosto. Daí para frente o clima se normalizou, permitindo que os transplantes fossem realizados. A falta de chuvas voltou a ser sentida somente no mês de novembro, prejudicando seriamente os transplantes tardios.

A estimativa, em outubro, permanecia em 16.000 ha, com produção esperada de 176.000 t; sua distribuição por microrregião homogênea do estado está representada na tabela 6.

Pela tabela anterior, a Microrregião Colonial do Alto Itajaí deverá ser responsável por 58,7% da produção estadual, seguida da Microrregião Colonial Serrana Catarinense, responsável por 29,3%.

Dentre os principais municípios produtores destacam-se Ituporanga, que produz em torno de 34% e Alfredo Wagner com cerca de 16% do volume de cebolas produzidas em Santa Catarina. Os principais municípios produtores estão relacionados na tabela 7.

Até a primeira semana de novembro as lavouras se desenvolviam bem, com boa distribuição de chuvas. A partir desta época, a insuficiência hídrica foi se pronunciando, causando prejuízos expressivos à cebolicultura, no tocante à redução da produtividade das lavouras. Se, de um lado, a estiagem favoreceu a colheita e a cura do produto, por outro, provocou a paralisação do crescimento dos bulbos, afetando principalmente as lavouras estabelecidas mais tarde - de meados de setembro em diante. Além disso, boa parte das lavouras foi colhida mais cedo, face à antecipação da maturação dos bulbos provocada pela falta de umi-

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86 (*)

| MRH | ÁREA (ha) | | PRODUÇÃO (t) | | RENDIMENTO (kg/ha) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86. | 1984/85 | 1985/86 |
| Litoral de Itajaí | 2 | 5 | 45 | 100 | 20.000 | 20.000 |
| Colonial de Blumenau | 245 | 330 | 2.450 | 3.300 | 10.000 | 10.000 |
| Col. de Itajaí Norte | 80 | 102 | 680 | 878 | 8.500 | 8.608 |
| Col. do Alto Itajaí | 7.300 | 8.619 | 82.080 | 103.342 | 11.260 | 12.000 |
| Florianópolis | 145 | 189 | 1.665 | 2.494 | 11.483 | 13.196 |
| Col. Serrana Catarinense | 4.780 | 4.890 | 47.120 | 51.680 | 9.856 | 10.509 |
| Litoral de Laguna | 11 | 16 | 66 | 101 | 6.000 | 6.313 |
| Carbonífera | 188 | 141 | 1.435 | 1.092 | 7.635 | 7.745 |
| Lit. Sul Catarinense | 123 | 135 | 934 | 1.210 | 8.000 | 8.963 |
| Col. Sul Catarinense | 25 | 25 | 175 | 235 | 8.000 | 9.400 |
| Campos de Lages | 240 | 95 | 1.420 | 610 | 5.917 | 6.421 |
| Campos de Curitibanos | 115 | 380 | 1.035 | 3.595 | 9.000 | 9.463 |
| Colonial do Rio do Peixe | 461 | 479 | 3.433 | 3.579 | 7.447 | 7.472 |
| Col. Oeste Catarinense | 301 | 320 | 2.265 | 2.412 | 7.523 | 7.538 |
| Planalto de Canoinhas | 393 | 274 | 3.282 | 2.084 | 8.351 | 7.606 |
| TOTAL | 14.409 | 16.000 | 148.130 | 176.000 | 10.288 | 11.000 |

(*) Previsão em outubro/85

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

TABELA 7

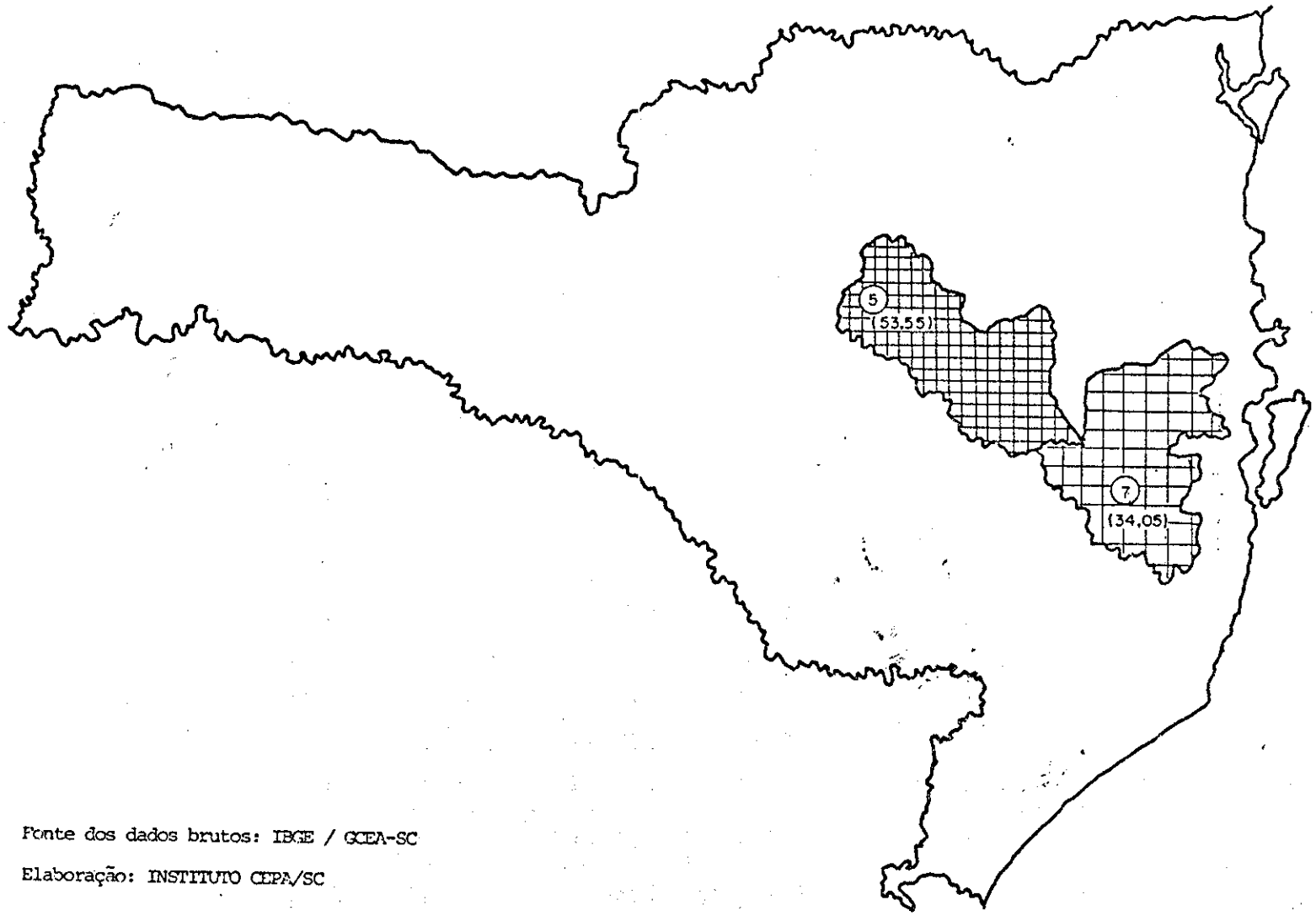
PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CEBOLA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86(*)

| MUNICÍPIOS | ÁREA (ha) | | PRODUÇÃO (t) | | RENDIMENTO (kg/ha) | | % SOBRE A PRODUÇÃO DA SAFRA 1985/86 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 | |
| Ituporanga | 3.600 | 4.300 | 45.000 | 60.200 | 12.500 | 14.000 | 34,2 |
| Alfredo Wagner | 2.800 | 2.800 | 28.000 | 28.000 | 10.000 | 10.000 | 15,9 |
| Aurora | 950 | 1.000 | 9.500 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 5,7 |
| Petrolândia | 650 | 1.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 5,7 |
| Leoberto Leal | 800 | 800 | 6.400 | 9.600 | 8.000 | 12.000 | 5,4 |
| Agrolândia | 450 | 650 | 4.500 | 6.500 | 10.000 | 10.000 | 3,7 |
| Atalanta | 400 | 500 | 4.000 | 5.000 | 10.000 | 10.000 | 2,8 |
| Imbuia | 300 | 450 | 2.700 | 4.950 | 9.000 | 11.000 | 2,8 |
| Rancho Queimado | 350 | 350 | 4.200 | 4.200 | 12.000 | 12.000 | 2,4 |
| Anitápolis | 300 | 300 | 3.000 | 3.000 | 10.000 | 10.000 | 1,7 |
| Vital Ramos | 220 | 300 | 2.200 | 3.000 | 10.000 | 10.000 | 1,7 |
| Angelina | 230 | 250 | 2.300 | 2.500 | 10.000 | 10.000 | 1,4 |
| Laurentino | 200 | 250 | 2.200 | 2.750 | 11.000 | 11.000 | 1,6 |
| Lontras | 180 | 250 | 2.160 | 3.000 | 12.000 | 12.000 | 1,7 |
| Curitibanos | 50 | 250 | 600 | 2.500 | 12.000 | 10.000 | 1,4 |
| TOTAL (15 municípios) | 11.480 | 13.450 | 123.260 | 155.200 | 10.736 | 11.539 | 88,0 |
| ESTADO | 14.409 | 16.000 | 148.130 | 176.000 | 10.288 | 11.095 | 100,0 |

(*) Dados de outubro/85

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Mapa 8 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRI NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

dade e pelas elevadas temperaturas da época. Entretanto, as lavouras colhidas nas condições acima foram grandemente beneficiadas no aspecto de qualidade para armazenagem. Dessa forma, as cebolas colhidas nesta safra apresentam excelentes características de "conservabilidade", de modo a se estimar menores perdas durante o processo de cura e armazenamento.

A oferta e a demanda da safra 1985/86, após as ocorrências climáticas citadas, ficaram calculadas da seguinte forma:

OFERTA E DEMANDA DA CEBOLA, SAFRA 1985/86

| | |
|---|---|
| Produção bruta (1): | 145.000 t |
| Perdas diversas (2): | 36.250 t |
| Consumo estadual (3): | 16.000 t |
| Oferta líquida (4): | 92.750 t |

(1) Estimativa de novembro, após as primeiras avaliação da estiagem.

(2) Incluídas perdas por descartes, cura e armazenagem.

(3) Considerou-se o consumo de 400 g/hab/mês.

(4) Compreende o volume a ser escoado para outros estados.

Fonte: Instituto CEPA/SC

O escoamento desta safra foi iniciado em outubro com as colheitas do Sul do estado e da região da Grande Florianópolis, cujas remessas eram destinadas, principalmente, para a CEASA/SC e os feirantes da região. O produto ainda não se encontrava curado e, por isso, era cotado abaixo do preço da cebola-clara de São Paulo. O produto catarinense era vendido no atacado entre Cr$ 50.000 e Cr$ 55.000/sc de 20 kg, enquanto a cebola paulista alcançava entre Cr$ 60.000 e Cr$ 70.000/sc.

O fluxo de escoamento da safra, por sua vez, foi estimado conforme tabela 8.

TABELA 8

ESTIMATIVA DO FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA CEBOLA, SAFRA 1985/86 (*)

| MÊS | VOLUME (t) | DISTRIBUIÇÃO (%) |
|---|---|---|
| Novembro | 1.855 | 2 |
| Dezembro | 9.275 | 10 |
| Janeiro | 13.913 | 15 |
| Fevereiro | 18.550 | 20 |
| Março | 23.187 | 25 |
| Abril | 18.550 | 20 |
| Maio | 7.420 | 8 |
| TOTAL | 92.750 | 100 |

No mês de novembro, o volume de oferta da produção estadual permitiu a redução das entradas de cebolas de outros estados. A safra teve início efetivo em meados daquele mês, quando começou a colheita no Alto Vale do Itajaí e na Região Colonial Serrana Catarinense.

O abastecimento, a nível nacional, começou a melhorar a partir de outubro. Com o surgimento das cebolas do Sul no mercado a partir da segunda quinzena de novembro, o déficit de ofertas foi corrigido e os preços começaram a declinar. Na tabela 9, pode-se observar esse comportamento a nível estadual.

No pique da colheita da safra catarinense (dezembro), o mercado esfriou devido ao grande volume de cebolas paulistas nos centros distribuidores; entretanto, ao final do ano, os preços começaram a reagir com tendências de se firmar. Essa tendência começou a ser sentida na medida em que começaram a diminuir os estoques de cebolas paulistas de Piedade/SP. Da mesma forma, o esgotamento dos estoques remanescentes do Nordeste (Vale do São Francisco) provocou uma maior procura das cebolas do Sul para atendimento daquela região. Por outro lado, o encerramento das ofertas de cebolas paulistas aconteceu mais cedo do que estava previsto, ou seja, não chegou ao mercado, em janeiro, em volume expressivo. Dessa forma, melhoravam as perspectivas de preços para os produtores catarinenses a partir de janeiro.

Um outro motivo que levou os produtores de Santa Catarina a alimentarem esperanças na melhoria dos preços foi a queda de safra do RS, o qual foi duramente castigado pela estiagem que assolou aquele estado. Assim, já era esperada uma menor pressão de oferta, com boas possibilidades de mercado, a partir de janeiro.

TABELA 9

PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS PELA CULTURA DA CEBOLA NOS SEGMENTOS DE MERCADO, 1985

| MÊS | PRODUTOR(*) | ATACADO(**) | VAREJO(**) |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 500 | - | - |
| Fevereiro | 500 | 638 | 751 |
| Março | 450 | 626 | 775 |
| Abril | 450 | 600 | 694 |
| Maio | 800 | 873 | 947 |
| Junho | 1.900 | 1.961 | 2.325 |
| Julho | 4.800 | 5.025 | 5.523 |
| Agosto | - | 6.289 | 7.384 |
| Setembro | - | 5.561 | 6.483 |
| Outubro | 1.850 | 3.778 | 5.257 |
| Novembro | 1.350 | 2.047 | 2.236 |
| Dezembro | - | 1.589 | 1.772 |

(*) Fonte: Instituto CEPA/SC
(**) Fonte: CEASA/SC

## 3.7. FEIJÃO

A produção catarinense de feijão das duas safras de 1984/85 alcançou, segundo o IBGE/GCEA-SC, o volume de 312.400 t, ou cerca de 12% da produção nacional, estimada em 2,57 milhões de toneladas. Com essa produção, nosso estado se situou como o 3º produtor nacional de feijão, ficando atrás, por ordem de importância, dos estados do Paraná e de São Paulo.

Embora a produção da safrinha não tenha correspondido às expectativas iniciais, o volume total de feijão colhido nas duas safras de 1984/85 foi o segundo maior obtido em Santa Catarina; o primeiro, 331.000 t, ocorreu na safra 1981/82.

No contexto da lavoura catarinense, o feijão, em 1985, permaneceu na 6ª posição, quando considerado o volume de produção, ficando atrás, por ordem de importância, do milho, da cana-de-açúcar, da mandioca, da soja, e do arroz. Com relação ao total da área cultivada, foi a terceira cultura em importância, perdendo apenas para o milho e para a soja.

Caracterizando-se como cultura típica de pequena propriedade e grande utilizadora de mão-de-obra familiar, a leguminosa, segundo o Censo Agropecuário de 1980, foi plantada, naquele ano, por 132.967 produtores dos quais cerca de 89% o cultivaram em propriedades cujas áreas totais eram inferiores a 50 ha. Esses mesmos agricultores foram responsáveis, na safra 1984/85, por cerca de 80% da produção estadual.

A utilização de tecnologia continua sendo bastante restrita. Dados do Censo de 1980 mostraram que em Santa Catarina a utilização de sementes melhoradas correspondeu, na safra 1979/80, a apenas 17,5% da área total plantada e que a adubação, em diversos níveis, foi efetuada em apenas 32,8% do total da área cultivada. No que se refere à forma de cultivo, aquele mesmo levantamento censitário apontou os seguintes percentuais: 51,0% da área plantada em cultivo simples; 43,0% em cultivo associado; e 6,0% em cultivo intercalado ou mixto.

Como ocorre em todos os estados do Sul do país, o feijão em Santa Catarina é cultivado em duas safras. A primeira safra, cujo plantio se desenvolve do final de agosto ao início de

dezembro, responde por aproximadamente 62% da área total cultivada. A segunda safra, ou safrinha, cujo plantio é efetuado nos meses de janeiro/fevereiro, responde pelos restantes 38,0%, e apresenta tradicionalmente rendimentos médios inferiores aos da primeira safra, por estar sujeita a problemas de ordem climática.

A área plantada com feijão no estado tem evoluído satisfatoriamente nos últimos anos. À exceção da primeira safra de 1983/84 - quando houve desmotivação pela quebra de safra 1982/83 - o plantio tem crescido sistematicamente. O maior problema da cultura têm sido as condições climáticas, que ao se mostrarem altamente desfavoráveis em alguns anos, proporcionam quedas violentas de produção. A evolução da cultura do feijão desde a safra 1979/80 pode ser visualizada na tabela 1.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1979/80 | | | |
| . Safra | 187.731 | 87.942 | 468 |
| . Safrinha | 88.280 | 32.030 | 363 |
| 1980/81 | | | |
| . Safra | 190.800 | 194.000 | 1.017 |
| . Safrinha | 100.300 | 52.250 | 521 |
| 1981/82 | | | |
| . Safra | 248.000 | 243.040 | 980 |
| . Safrinha | 125.000 | 78.000 | 624 |
| 1982/83 | | | |
| . Safra | 271.474 | 137.586 | 507 |
| . Safrinha | 150.613 | 24.842 | 165 |
| 1983/84 | | | |
| . Safra | 243.598 | 204.528 | 841 |
| . Safrinha | 155.000 | 105.833 | 683 |
| 1984/85 | | | |
| . Safra | 255.000 | 229.500 | 900 |
| . Safrinha | 159.619 | 82.902 | 550 |
| 1985/86 (1) | | | |
| . Safra | 265.000 | 111.080 | 420 |

(1) Estimativa IBGE/GCEA-SC, dezembro/85

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Na primeira safra, ou safra das águas, de 1984/85, o aumento de cultivo (3,4%) se deveu não só à fixação de um preço-base (Cr$ 54.200/sc), considerado estimulante, mas também aos bons resultados financeiros obtidos em 1984. Outro fator que, dentro daquele contexto, também influiu para a expansão da área cultivada, foi o de que o feijão, em face do curto ciclo, proporciona retorno aos produtores em mais breve prazo e num período (dez/jan) em que outras lavouras ainda se encontram, na maioria dos casos, na fase vegetativa.

A deficiência hídrica ocorrida na primeira quinzena de setembro/84 e última semana de outubro, bem como o excesso de chuvas da maior parte do mês de novembro, não chegaram a causar maiores problemas à cultura. Em face disso, a produção catarinense situou-se em 229.500 t e foi a segunda maior já conseguida a nível estadual.

Na segunda safra, ou safrinha, o plantio superou levemente (2,3%) a área cultivada em idêntico período de 1984. O aumento do cultivo ocorreu principalmente pela ocupação de algumas áreas que deixaram de ser semeadas com milho e soja. Além disso, a boa produtividade alcançada no Oeste, pelas lavouras da primeira safra, também influíram positivamente no plantio. No entanto, a produção, que fora inicialmente estimada em 108.000 t, caiu para 82.900 t (dado final) em face de problemas climáticos - estiagens em jan/fev, que atrasaram o plantio, chuvas excessivas em abril e início de maio e geadas nos primeiros dias de maio - que prejudicaram o rendimento, afetaram a qualidade da produção e causaram perdas totais em aproximadamente 8.950 hectares de lavouras.

A distribuição microrregional do plantio de feijão em Santa Catarina, durante a safra 1984/85, se deu da seguinte forma: na safra das águas o plantio concentrou-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 43,8% da área plantada; Planalto de Canoinhas e Campos de Curitibanos, com 16,4%, respectivamente; Colonial do Rio do Peixe, com 8,9%, Colonial do Alto Itajaí, com 5,2% e Campos de Lages, com 3,3% da área cultivada. Já na safrinha, os maiores cultivos ocorreram nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 68,6%, Colonial do Alto Itajaí, com 9,7% e Carbonífera, com 6,3% da área total plantada.

A nível nacional, a área plantada na primeira safra de 1984/85 (2.850 mil ha) apresentou um incremento de somente 1,0% em relação à do ano anterior. A única região cujo plantio se situou em níveis inferiores ao da safra 1983/84, foi a Sudeste, graças, principalmente, à queda de área - cerca de 23.000 ha - registrada em Minas Gerais. A produção, segundo o IBGE, alcançou 1.461,5 mil toneladas e foi levemente superior à do ano anterior (1.400 mil toneladas).

Na segunda safra, a área total cultivada, de 2.479 mil hectares, foi semelhante à da safra 1984/85. A produção, no entanto, ficou 8% abaixo da obtida no mesmo período do ano anterior, em face de os problemas climáticos terem reduzido as perspectivas de produção do Nordeste e do Sul. A única região que apresentou incremento na produção foi a Sudeste, graças principalmente ao bom desempenho da safra de São Paulo.

Em resumo, a produção de 2.557 mil toneladas obtidas nas duas safras de 1984/85 ficou levemente abaixo das 2.620 mil toneladas obtidas no ano anterior.

TABELA 2
ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO (1ª e 2ª safras), BRASIL, POR REGIÃO - SAFRAS 1983/84 E 1984/85

| REGIÕES DO BRASIL | 1ª SAFRA | | | | 2ª SAFRA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Área Colhida (1.000 ha) | | Produção Obtida (1.000 t) | | Área Colhida (1.000 ha) | | Produção Obtida (1.000 t) | |
| | 1983/84 | 1984/85 | 1983/84 | 1984/85 | 1983/84 | 1984/85 | 1983/84 | 1984/85 |
| Norte | | | | | 223,2 | 112,2 | 71,9 | 63,2 |
| Nordeste | 1.201,9 | 1.221,9 | 367,5 | 379,6 | 1.075,7 | 1.074,3 | 485,0 | 351,7 |
| Sudeste | 541,5 | 521,8 | 257,6 | 247,4 | 714,6 | 709,2 | 393,1 | 426,0 |
| Sul | 1.059,7 | 1.071,2 | 765,8 | 819,0 | 265,8 | 263,1 | 151,3 | 131,0 |
| Centro-Oeste | 23,7 | 35,4 | 11,7 | 15,5 | 300,2 | 315,7 | 119,1 | 134,3 |
| TOTAL BRASIL | 2.826,8 | 2.850,3 | 1.400,6 | 1.461,5 | 2.479,5 | 2.474,5 | 1.220,4 | 1.106,2 |

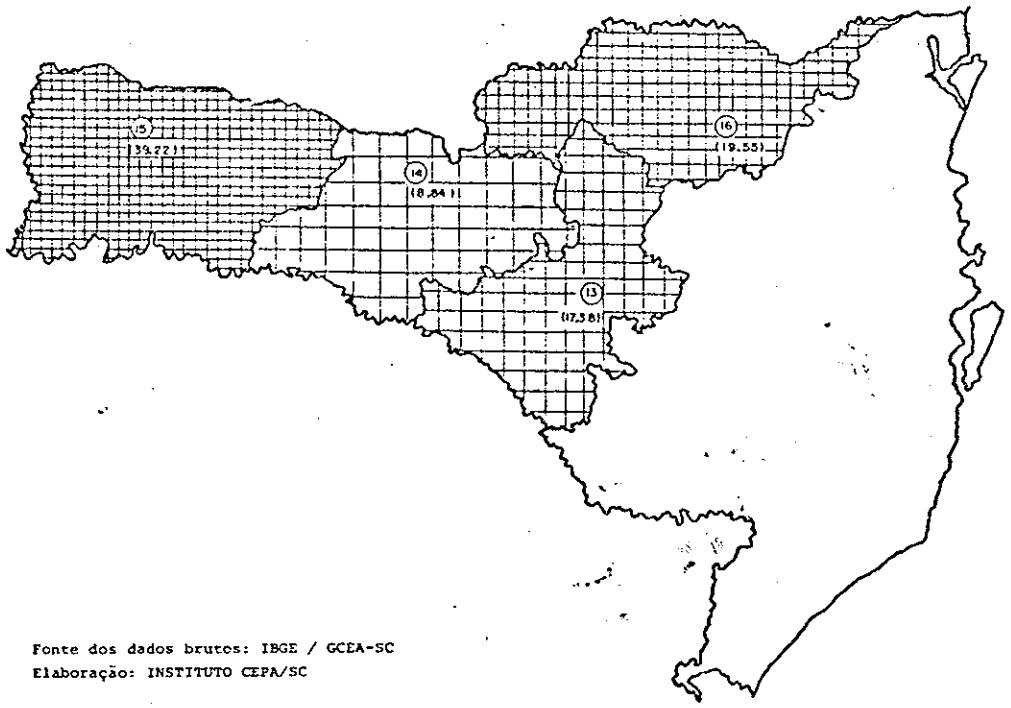
OBS.: Não estão computados os dados da 3ª safra ou safra de inverno, cultivada principalmente no estado de São Paulo.

(1) Estimativas do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - nov/85)

Fonte: IBGE/CEPAGRO

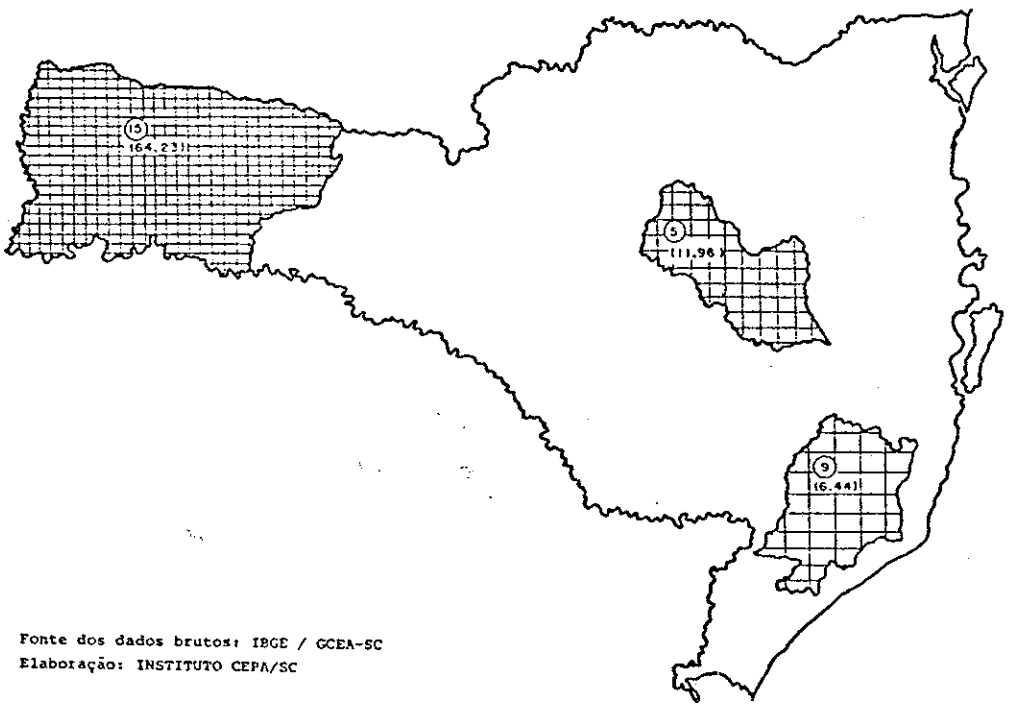
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 9 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-1a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 83/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Mapa 10 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO-2a. SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 83/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Com relação à safra 1985/86, plantio das águas, as estimativas do IBGE/GCEA apontavam, em outubro, para Santa Catarina, uma área de cultivo da ordem de 265.000 ha. O aumento da área plantada foi creditado não só ao fato de os pequenos produtores terem permanecido numa atividade que lhes foi satisfatória na safra anterior, como também à tendência demonstrada por alguns agricultores em substituir parcela da área cultivada com a soja por feijão. Por outro lado, muito embora o preço-base do feijão não tenha sido considerado satisfatório, ele se mostrou razoável quando comparado aos custos de produção. As perspectivas de produção, que em outubro mostravam um potencial da ordem de 238,5 mil toneladas, foram substancialmente reduzidas em decorrência das estiagens que assolaram todas as regiões do estado - com maior intensidade no Oeste e no Meio Oeste - durante todo o mês de novembro e os primeiros 12 dias de dezembro. Em face dos prejuízos causados pela falta de chuvas e pelas altas temperaturas, as expectativas, ao final do ano, eram de que a produção já tivesse caído para níveis bastante inferiores a 100.000 t.

A nível de Brasil, as estiagens que assolaram os principais estados produtores em outubro, novembro e parte de dezembro, não só acarretaram diminuição da área cultivada, como também influíram negativamente na produção da 1ª safra.

Embora, ao final do ano, o quadro da safra nacional ainda não estivesse plenamente definido, o entendimento era de que a estiagem tivesse anulado a perspectiva de crescimento inicialmente prevista (entre 2% e 3%) para o Centro-Sul e Sul da Bahia, cuja área deverá se situar em níveis inferiores ao 1,97 milhão de hectares cultivados na safra 1984/85. A produção dessa mesma região, que no ano passado se situou em 1.270 mil toneladas, deverá cair para níveis próximos a 700 mil toneladas, uma vez que somente a somatória das perdas do Paraná e Santa Catarina deverá superar as 400 mil toneladas. É bom salientar, entretanto, que nessas contas não está incluída a produção do MA, PI, CE e RN, cujos volumes, colhidos na primeira safra de 1984/85, atingiram 180.000 t.

O preço-base do feijão da primeira safra de 1984/85, que fora fixado em Cr$ 54.200/sc, atingiu, após corrigido pela variação da ORTN de agosto a dezembro/84, o valor de Cr$

81.960/sc. O valor estabelecido em agosto/84 foi considerado de satisfatório a bom, uma vez que superou os preços recebidos à época pelos produtores, e se situou acima dos custos de produção. Já o preço-base para a safrinha que, em fevereiro/85, foi fixado em Cr$ 90.000/sc, se transformou, em maio, num preço mínimo de Cr$ 140.760/sc.

No que se refere ao preço-base estabelecido para a primeira safra de 1985/86, Cr$ 155.040/sc, verificou-se que o mesmo apresentou um crescimento de apenas 186% em relação ao do ano anterior, contra uma inflação de 217,3% no mesmo período. Embora, por si só, esse reajuste parecesse ser desestimulante, na realidade, para o nosso estado, ele não chegou a ser comprometedor, uma vez que praticamente empatou com os custos de produção. O preço-base, após sofrer as correções, atingiu, em dezembro, o preço mínimo de Cr$ 221.674/sc.

TABELA 3

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) PARA A CULTURA DO FEIJÃO, SAFRINHA DE 1983/84 E 1984/85

| FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | VBC EM JAN/84 | VBC EM JAN/85 | PERCENTUAL DE AUMENTO NOMINAL |
|---|---|---|---|
| Até 400 | 53.000 | 175.000 | 230,2 |
| de 401 a 600 | 117.800 | 421.000 | 257,4 |
| de 601 a 800 | 131.800 | 477.000 | 261,9 |
| de 801 a 1.000 | 179.800 | 663.000 | 268,7 |
| Acima de 1.000 | 230.000 | 870.000 | 278,3 |

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os valores básicos de custeio para a safrinha apresentaram, quando comparados aos da safrinha 1983/84, um reajuste médio nominal da ordem 265,8%, contra um índice inflacionário de 223,0 no mesmo período. Os financiamentos foram liberados dentro de 80% do limite do VBC para os pequenos, e de 60% para os grandes e médios produtores.

TABELA 4

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA O FEIJÃO - SAFRA DAS ÁGUAS - 1985/86

(Cr$ 1,00/sc)

| FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | VBC 1984/85 | VBC 1985/86 | PERCENTUAL DE AUMENTO NOMINAL |
|---|---|---|---|
| Até 400 | 127.000 | 387.000 | 204,7 |
| de 401 a 600 | 283.000 | 885.000 | 212,7 |
| de 601 a 800 | 345.000 | 1.070.000 | 210,1 |
| de 801 a 1.000 | 450.000 | 1.408.000 | 212,9 |
| Acima de 1.001 | 575.000 | 1.835.000 | 219,1 |

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para a safra de 1985/86, o reajuste médio, embora tenha ficado abaixo do índice de inflação do período (226,8%), não chegou a constituir um empecilho ao plantio, uma vez que para o nosso estado - onde a produção advém, na maioria, das pequenas propriedades - o incentivo ao cultivo depende muito mais de bons preços, tanto do mínimo quanto dos de mercado, do que de bons níveis de VBC. Nessa safra, os mini e pequenos produtores fizeram jús ao adiantamento integral do VBC, e os médios e grandes, a 90%.

O abastecimento nacional apresentou-se razoavelmente tranqüilo durante todo o transcorrer do ano. A produção brasileira de quase 2,6 milhões de toneladas, quando somada a um estoque inicial de aproximadamente 120.000 t e também às 20 mil toneladas importadas ao final do ano passado, gerou uma oferta global para 1985 da ordem de 2,7 milhões de toneladas. Esse volume foi suficiente para cobrir a demanda total, estimada entre 2,4 e 2,5 milhões de toneladas e ainda gerar excedentes. Entretanto, embora os números globais tenham se mostrado bastante tranqüilizadores, ocorreram, para o feijão-carioca de qualidade superior, alguns sinais de escassez durante os meses de outubro e novembro, como decorrência de as estiagens terem atrasado o plantio das safras do Paraná e de São Paulo. Apesar disso, os períodos de escassez foram momentâneos, dado que naqueles meses ainda existiam alguns remanescentes da safra de inverno de São Paulo - que estavam retidos para especulação e que foram "deso-

vados" - além de se ter iniciado a entrada de feijão da safra do Paraná. Com relação ao feijão-preto, para o qual se previam dificuldades de oferta no início do quarto trimestre, o atendimento da procura foi satisfatório, uma vez que se notou um enfraquecimento bastante acentuado de demanda. É de salientar, também, que a tranqüilidade no abastecimento foi decorrente ainda do grande volume de feijão adquirido pelo governo - em 13/09 existiam 518 mil toneladas do produto em AGF e 132 mil em EGF - o qual foi sendo ofertado ao mercado durante todo o transcorrer do segundo semestre.

Não obstante as perspectivas de produção da primeira safra de 1985/86 se apresentassem bastante pessimistas, as expectativas quanto ao abastecimento nacional para 1986 não se mostravam, ao final do ano, muito desalentadoras. As previsões para os primeiros meses de 1986 eram de que a demanda poderia ser atendida a contento, não só porque a partir de abril já se iniciará a colheita da 2ª safra, como também por ainda existirem em mãos do governo (nov/85) cerca de 300 mil toneladas do produto da safra 1984/85. De qualquer modo, o equilíbrio entre a oferta e a demanda, durante todo o transcorrer de 1986, só será conseguido caso a produção da segunda safra venha a se situar em níveis significativamente superiores aos de 1985 (estimados em outubro/85 em 1,12 milhões de toneladas).

Em Santa Catarina, o volume de feijão produzido nas duas safras foi suficiente para atender a toda a demanda interna estadual e gerar excedentes da ordem de 170.000 t.

O fluxo de movimentação da produção catarinense, que normalmente apresenta uma grande participação dos intermediários, alterou-se substancialmente nesse ano, por ter a CFP adquirido grandes volumes da produção, devido às dificuldades de mercado. Com isso, a participação das cooperativas no processo de aquisição foi bastante mais intenso do que em anos de comercialização normal.

TABELA 5

DESTINO DA PRODUÇÃO CATARINENSE DE FEIJÃO, SEGUNDO OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1975 A 1980

(em percentual)

| DESTINO | 1975 | 1980 |
|---|---|---|
| Consumo no estabelecimento | 13,4 | 10,0 |
| Entregue às cooperativas | 13,4 | 21,3 |
| Entregue às indústrias | 1,1 | 1,6 |
| Entregue a intermediários | 67,0 | 62,4 |
| Venda direta a consumidor | 4,8 | 4,6 |
| S/declaração | 0,2 | 0,1 |

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1975 e 1980)

A nível de produtor catarinense, as cotações permaneceram estabilizadas ao redor de Cr$ 77.000/sc até meados de fevereiro, tanto para o feijão-preto quanto para o carioca. Esse valor equivaleu ao preço mínimo da época, descontadas as despesas com frete, sacaria, Funrural, beneficiamento e outras. No entanto, a partir da segunda quinzena de fevereiro, os preços esboçaram um leve movimento de alta, com algumas cooperativas e atacadistas chegando a ofertar até Cr$ 80.000/sc, assim permanecendo até abril, quando o produto das primeiras colheitas da safrinha foi cotado a cr$ 121.000/sc. Com o estabelecimento do novo preço-mínimo em maio (Cr$ 140.760/sc), os produtores passaram a receber Cr$ 135.000/sc pelo feijão tipo 3. Já para os tipos 4 e 5, cujos volumes foram bastante expressivos - em face dos problemas acarretados pelas chuvas e geadas - os preços recebidos situaram-se em Cr$ 121.000/sc e Cr$ 114.000/sc, respectivamente. O produto, que na classificação se mostrou fora do padrão, não encontrou colocação no mercado. No entanto, a existência de uma razoável quantidade desse tipo levou a que fossem feitas gestões junto à CFP, que resolveu autorizar a compra do produto a Cr$ 1.736/kg para o produto abaixo do padrão 1 e Cr$ 1.612/kg para o feijão abaixo do padrão 2.

Foi classificado como abaixo do padrão 1 o produto que apresentou até 20% de grãos avariados e não ultrapassou a 3% de ardidos e brotados. Como abaixo do padrão 2, o feijão que apresentou acima de 20% e menos de 25% de avariados e não ultrapas-

sou a 5% de ardidos e brotados.

Os valores acima descritos não se alteraram até fins de outubro, quando o produto passou a não ser mais cotado a nível de produtor, dado que já não existia mais remanescente da safrinha a ser comercializado. Nos primeiros 20 dias de dezembro, os preços para o produto das primeiras colheitas se situaram próximo ao mínimo para o feijão-preto e cerca de 17% acima do preço de garantia para o feijão-carioca. Nos últimos dias de dezembro, entretanto, os preços se elevaram substancialmente, em decorrência de as cotações no atacado interestadual terem apresentado grandes elevações.

As perspectivas para os primeiros meses de 1986 eram de que os preços se apresentariam em elevação.

O mercado nacional de feijão permenceu calmo durante todo o transcorrer do mês de janeiro, como decorrência do grande volume de oferta. Os preços no mercado atacadista de São Paulo permaneceram praticamente "colados" ao mínimo. No início de fevereiro as cotações melhoraram (principalmente para o caricoa), só que para níveis que não viabilizaram plenamente o pagamento dos preços mínimos aos produtores dos estados mais distantes dos grandes centros consumidores. Essa reação teve curta duração e foi causada não só pelas notícias de quebras na safra, motivadas pelas estiagens no Sul e pelos excessos de chuva no Sudeste do país, como também pelo enxugamento do mercado face ao grande volume de feijão adquirido pela CFP (AGF). Após as cotações terem se estabilizado durante a primeira quinzena de fevereiro, os preços do feijão-carioca, no atacado de São Paulo, apresentaram uma sensível elevação durante o carnaval, para, em seguida, voltarem a se estabilizar. A melhora das cotações, nesse período, foi creditada a uma menor oferta daquele tipo de produto proveniente do interior de São Paulo e de Minas Gerais - nesses dois estados houve muito feijão chuvado - e também pelo pequeno fluxo de feijão de Santa Catarina. Os preços do feijão-preto, que vinham se mostrando estáveis até fins de janeiro, apresentaram uma pequena elevação nos últimos dias daquele mês.

De março até meados de abril, os preços permaneceram praticamente estabilizados em face da oferta abundante - entradas de produto de Santa Catarina, Paraná e Bahia - do pouco in-

teresse de compras demonstrado pelos atacadistas e, no caso do feijão-preto, também pela continuidade de oferta de produto da CFP na Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio de Janeiro. Já a reação ocorrida a partir de meados de abril foi creditada ao aumento da demanda provocada pelo atendimento às vítimas das enchentes no Nordeste e ao fato de o produto sob EGF não ter sido ofertado no mercado, já que os preços não compensavam o transporte do produto no tempo. A elevação substancial de preços, que ocorreu em maio, foi devida principalmente ao reajuste do preço mínimo que passou de Cr$ 81.960/sc na primeira safra, para Cr$ 140.760/sc na segunda safra. Os preços no atacado de São Paulo, entretanto, continuaram incompatíveis com o preço mínimo. Em junho, apesar de o mercado ter apresentado uma leve melhora, as cotações no atacado continuaram a se mostrar incompatíveis com os preços de garantia do governo - fato que gerou uma movimentação intensa de vendas de feijão para a CFP.

A reação de preços ocorrida em início de julho foi creditada, no caso do feijão-carioca, à redução de oferta do produto tipo extra e à recomposição dos estoques dos atacadistas, fato que tradicionalmente acontece a cada início de mês. No caso do feijão-preto, a melhora das cotações ocorreu do aumento do interesse de compras dos atacadistas, na medida em que diminuíam os estoques em mãos da iniciativa privada. O aumento de preços foi sendo refreado no transcorrer do mês, na medida em que a CFP começou a leiloar seus estoques nas bolsas.

De meados de julho até inícios de outubro, o mercado se mostrou calmo e com preços relativamente estáveis - no período ocorreram oscilações provocadas por diversos fatores, que, no entanto, não chegaram a acarretar movimentos mais bruscos - graças, principalmente, à continuidade das ofertas da CFP nas bolsas.

Logo nos primeiros dias de outubro, as cotações do feijão-carioca extra apresentaram uma sensível elevação. As causas tidas como responsáveis pelo crescimento dos preços foram o término da safra de inverno do estado de São Paulo e a previsão de que a entrada do produto da nova safra deveria atrasar, em face das estiagens que afetaram alguns estados produtores. A alta dos preços do carioca extra puxaram as cotações do carioca de qualidade mediana (padrão CFP), que também apresentou elevações.

Nesse período, o mercado do feijão-preto se mostrou abastecido e com preços relativamente estáveis. Essa estabilidade decorreu, segundo analistas, do fato de o consumo ter caído sensivelmente, não só em face dos preços do próprio produto, mas, também, como fruto das elevações dos derivados de suínos, que complementam o consumo desse tipo de feijão.

Em novembro, as cotações do carioca de melhor qualidade iniciaram o mês com leve tendência de baixa, em face do aumento da oferta e da ocorrência de chuvas em São Paulo e no Norte do Paraná. Em meados do mês, no entanto, as cotações voltaram a reagir, como decorrência de as estiagens terem voltado a assolar os principais estados produtores, fato que gerou expectativas de escassez e que influiu também nos preços do carioca de qualidade inferior. O mercado de feijão-preto, que vinha se mostrando calmo, reagiu ao final de novembro, também como decorrência das expectativas de quebra da safra.

Nos primeiros vinte dias de dezembro, embora as estiagens continuassem a provocar quebra da safra nos estados do Sul e parte do Sudeste, as cotações não apresentaram grandes elevações, em face de a oferta ainda se ter mostrado relativamente boa. Entretanto, nos últimos dias de dezembro, os preços se elevaram substancialmente, na medida em que a quebra da safra ficou mais patente e os produtores e comerciantes começaram a segurar a produção com vistas a procurarem uma melhor remuneração para o produto.

A expectativa para os primeiros meses de 1986 eram de que os preços tenderiam a se elevar progressivamente, uma vez que, em face da quebra da safra, se esperava que a oferta viesse a ser bastante reduzida.

TABELA 6

PREÇO MENSAL DO FEIJÃO A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE E NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1985

(valor nominal em Cr$/sc de 60 kg)

| MÊS | PRODUTOR SC(1) | | ATACADO SP(2) | | PREÇO MÍNIMO |
|---|---|---|---|---|---|
| | Preto | Carioca | Preto | Carioca | |
| Janeiro | 78.600 | 77.000 | 88.020 | 84.800 | 81.960 |
| Fevereiro | 78.300 | 78.500 | 91.590 | 105.250 | 81.960 |
| Março | 79.400 | 78.800 | 97.130 | 107.630 | 81.960 |
| Abril | 78.500 | 75.700 | 106.250 | 115.630 | 81.960 |
| Maio | 135.000 | 135.000 | 142.610 | 139.570 | 140.760 |
| Junho | 135.000 | 135.000 | 150.830 | 155.140 | 140.760 |
| Julho | 135.000 | 135.000 | 166.300 | 173.700 | 140.760 |
| Agosto | 135.000 | 135.000 | 172.150 | 165.600 | 140.760 |
| Setembro | 135.000 | 135.000 | 170.000 | 172.250 | 140.760 |
| Outubro | 135.000 | 135.000 | 170.000 | 184.700 | 140.760 |
| Novembro | Aus. | Aus. | 205.300 | 224.500 | 140.760 |
| Dezembro | 243.000(3) | 313.300(3) | 266.670 | 307.780 | 221.674 |

(1) Os preços representam a média aritmética mensal em Chapecó.

(2) Média dos preços para o produto de Santa Catarina, incluído produto da safra velha.

(3) Média de preços do produto da safra 1985/86.

Fonte: Coopercentral e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 3.8. FUMO

A cultura do fumo é de extrema importância para a economia catarinense, sendo responsável, na safra 1983/84, por 6,77% do valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários, situando-se como o quarto produto mais importante.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1976/77 | 80.533 | 119.846 | 1.488 |
| 1977/78 | 90.527 | 130.299 | 1.439 |
| 1978/79 | 76.190 | 139.876 | 1.835 |
| 1979/80 | 76.642 | 127.401 | 1.662 |
| 1980/81 | 61.250 | 100.303 | 1.637 |
| 1981/82 | 71.384 | 132.130 | 1.851 |
| 1982/83 | 89.369 | 132.063 | 1.478 |
| 1983/84 | 91.319 | 152.231 | 1.667 |
| 1984/85 | 90.000 | 160.055 | 1.778 |
| 1985/86 (*) | 93.000 | 146.475 | 1.575 |

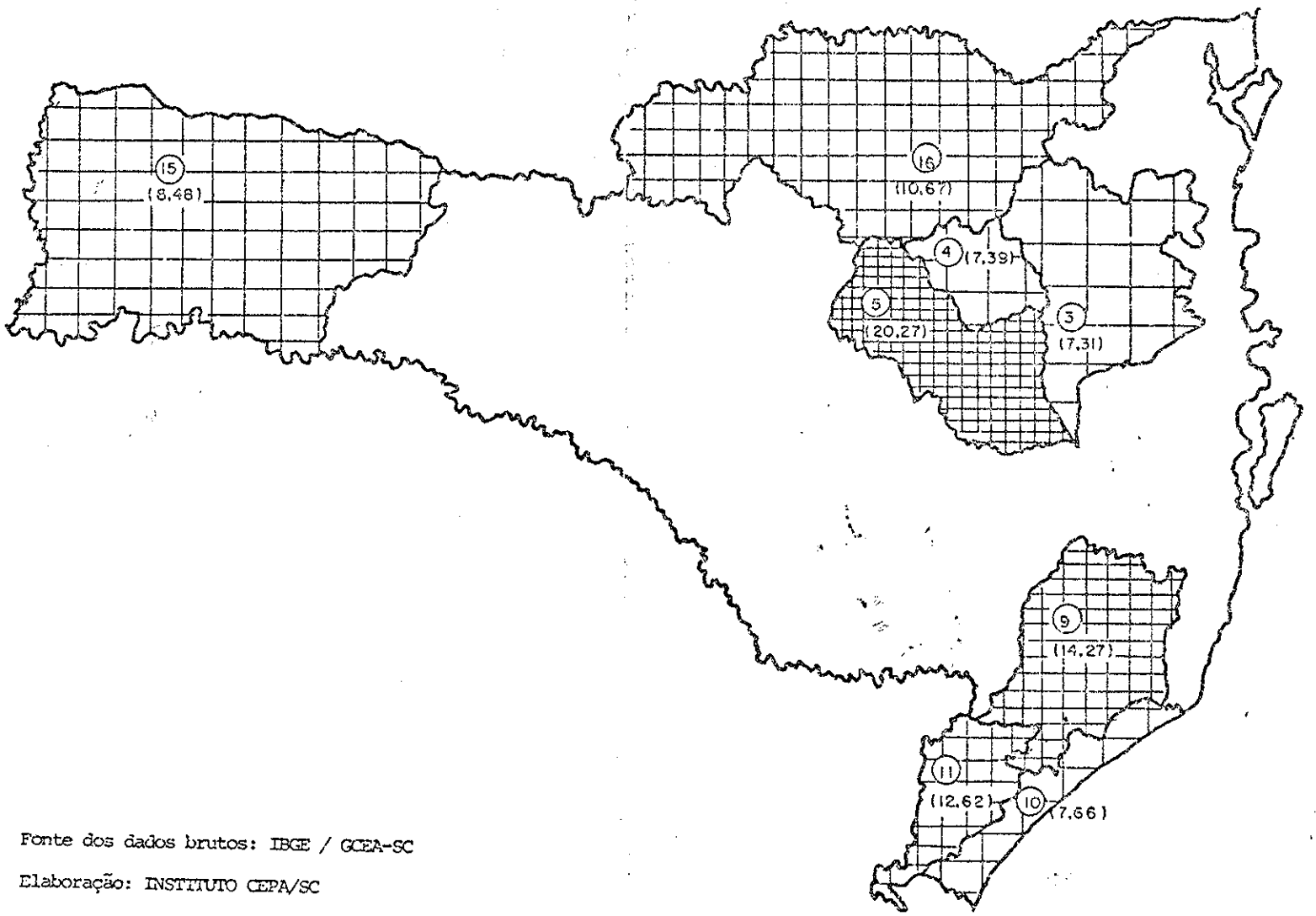
(*) Estimativa IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Esta grande importância decorre também do expressivo número de produtores que se dedicam à fumicultura (47.000), da importante alternativa de renda para as pequenas propriedades, da utilização intensiva de mão-de-obra familiar e do expressivo volume de dinheiro recolhido para o governo na forma de impostos.

Em relação ao tamanho das propriedades que cultivam fumo no estado, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Fumo, a área média nos três estados do Sul situa-se em aproximadamente 22 ha, sendo que a área média cultivada com fumo está em torno de 2,1 ha.

Mapa 11 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

O fumo é cultivado em todas as microrregiões do estado. Entretanto, em termos de área plantada, a cultura assume maior importância nas seguintes: Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Litoral Sul Catarinense, Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas e Colonial de Blumenau, cujas áreas plantadas representam aproximadamente 84% do total cultivado no estado.

Depois da colheita das folhas, existem duas formas de estas serem secadas. Na região Sul do estado, a secagem do produto é feita exclusivamente em estufas com calor controlado, permitindo a obtenção de um produto de melhor qualidade. Na região oeste, predomina a secagem à temperatura ambiente (galpão). Nas regiões do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, ocorre a secagem nas duas modalidades.

Os fumos cuja secagem é realizada em estufas, compreendem os tipos Amarelinho e Virgínia, enquanto os tipos Burley e Comum são secados em galpão.

A produção de fumo se caracteriza por uma estreita vinculação entre produtores e indústrias. As indústrias se responsabilizam pela compra total da safra de fumo do Sul do Brasil; independentemente de qualidade e quantidade, fornecem os insumos, geralmente entregues ao agricultor durante a comercialização da safra anterior, e avalizam junto à rede bancária para financiamento dos investimentos necessários e do custeio das lavouras, além de darem assistência técnica aos produtores.

A classificação do produto se dá em duas etapas: a pré-classificação e a classificação propriamente dita. A pré-classificação é feita na propriedade pelos produtores após a orientação dos instrutores das empresas fumageiras, enquanto a classificação propriamente dita - regulamentada pela Portaria Ministerial 875, de 22 de setembro de 1978 - é realizada nos postos de recebimento das empresas, quando da entrega do produto, sendo supervisionada por classificadores da CIDASC. A classificação considera, basicamente, a posição da folha no pé, a cor e a qualidade. Através das diversas combinações, chega-se a 48 classes diferentes.

As empresas que adquirem a matéria-prima e que possuem

unidades de beneficiamento em Santa Catarina fazem a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfardamento e expurgo. Os fardos são remetidos às fábricas de cigarros existentes no país, que podem ser próprias ou de terceiros.

Parcela significativa da produção, na forma de fumo cru, é adquirida pelas empresas que têm postos de compra em Santa Catarina e executam o beneficiamento no Rio Grande do Sul.

Outra grande parte da produção catarinense é exportada. Essa exportação se dá principalmente na forma de fumo em folha. Em 1984, foram exportadas 34.595 toneladas, equivalendo a um valor de Cr$ 93.525.703 FOB, volume inferior ao de 1983, com 34.964 toneladas, que corresponderam a US$ 102.680.111 FOB.

A produção de fumo de Santa Catarina na safra 1984/85, em termos de quantidade produzida, foi uma das melhores da história catarinense. As estimativas iniciais do IBGE/GCEA fixavam a produção em 153.000 toneladas; no entanto, em função do bom rendimento obtido, aquela atingiu 160.055 toneladas.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Fumo, a produção catarinense na safra 1984/85 foi de 136.000 toneladas[1] e se dividiu nos seguintes tipos: Virgínia, 94.000 toneladas; Amarelinho, 12.000 toneladas; Burley 29.000 toneladas e Comum 1.000 toneladas.

As condições climáticas favoráveis que prevaleceram durante praticamente todo o ciclo evolutivo da cultura propiciaram tanto a colheita de um produto de boa qualidade, quanto uma produtividade mais elevada que as últimas duas safras.

Em conseqüência da boa qualidade obtida pelos produtores, eles acabaram recebendo um reajuste superior aos 275% inicialmente fixados na negociação entre os produtores e as indústrias. Considerando-se também o aumento de produtividade, o reajuste dos produtores em relação à safra 1983/84 ficou próximo dos 300%.

---

(1) Difere do dado do IBGE/GCEA porque não contempla toda a produção do estado.

Devido ao bom resultado da safra 1984/85, a área plantada neste ano teve um leve incremento. Segundo as estimativas do IBGE/GCEA-SC, foram plantados 93.000 ha e a produção inicialmente esperada era de 162.720 toneladas.

Entretanto, desde o mês de outubro, as condições climáticas não foram muito favoráveis à cultura do fumo. Naquele mês, foi atingida por chuvas de granizo, provocando sensíveis perdas, especialmente nas lavouras localizadas na região sul do estado.

A partir do mês de novembro, as chuvas de granizo, aliadas ao longo período de estiagem, provocaram perdas ainda mais significativas nas lavouras de fumo, pois o segundo fenômeno ocorreu em praticamente todo o estado.

Segundo os dados do IBGE/GCEA-SC, as perdas, até o mês de dezembro, eram de 10% da produção inicialmente esperada, e os números foram revistos para 146.475 toneladas.

Apesar de as perdas, em termos quantitativos, atingirem 10%, considerando-se também o aspecto qualitativo, o resultado final da safra deverá registrar perdas mais significativas para os produtores. Como o fumo perde em qualidade, é classificado em classes inferiores às que poderia atingir; por conseqüência, o preço recebido pelos produtores também fica aquém do que poderiam receber, diminuindo a sua rentabilidade.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), no mês de dezembro, as perdas quantitativas e qualitativas já estavam próximas de 25%.

A expectativa dos produtores catarinenses era de que os preços estabelecidos na negociação com as indústrias atingissem níveis que minimizassem as perdas decorrentes das condições climáticas adversas.

No entanto, foi frustrada, pois enquanto esperavam um reajuste não inferior a 300%, na negociação com as indústrias acabou sendo estabelecido o percentual de 240% para os tipos Virgínia, Amarelinho e Burley, e 250% para o tipo Galpão Comum.

Quanto à produção nacional da safra 1984/85, apesar de, em relação à safra 1983/84, ter havido uma diminuição de 6,06% na área plantada, em função do bom rendimento obtido, especialmente nos estados da Região Sul, a produção deverá apresentar uma queda de apenas 1,15%.

TABELA 2

ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHAS - 1984 (*)

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| Ceará | 149 | 40 | 268 |
| Paraíba | 442 | 320 | 724 |
| Alagoas | 31.579 | 31.412 | 995 |
| Sergipe | 4.294 | 4.710 | 1.097 |
| Bahia | 20.697 | 15.232 | 736 |
| Minas Gerais | 6.408 | 4.268 | 666 |
| São Paulo | 1.015 | 533 | 525 |
| Paraná | 19.150 | 35.980 | 1.879 |
| Santa Catarina | 90.000 | 160.055 | 1.778 |
| Rio Grande do Sul | 90.566 | 154.838 | 1.710 |
| Mato Grosso | 47 | 19 | 404 |
| Goiás | 430 | 234 | 544 |
| Outras | 3.216 | 2.378 | 739 |
| BRASIL | 267.993 | 410.019 | 1.530 |

(*) Dados não definitivos

Fonte: IBGE/CEPAGRO (novembro/85)

Em função das condições climáticas adversas na Região Sul, a safra nacional 1985/86, apesar de poder apresentar um crescimento na área cultivada, deverá sofrer uma considerável queda, pois os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são responsáveis por aproximadamente 85% da produção brasileira.

Além de importante fonte de divisas para o país, o fumo tem sido uma importante fonte de arrecadação para os governos estadual e federal, conforme pode ser observado na tabela 3.

TABELA 3

COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO CIGARRO AO CONSUMIDOR NO BRASIL, 1982 A 1985

| DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO PREÇO DO CIGARRO | JAN/82 | 1983 | JAN/85 | JUL/85 |
|---|---|---|---|---|
| Fabricante | 17,44 | 14,91 | 16,85 | 19,85 |
| Impostos estaduais | 5,42 | 5,05 | 13,72 | 13,89 |
| Impostos federais | 67,90 | 70,8 | 60,30 | 57,13 |
| Varejista | 9,24 | 9,24 | 9,13 | 9,13 |
| CONSUMIDOR | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

Fonte: Sindicato das Indústrias do Fumo (SIFUMO)

O consumo de cigarros, que a partir de 1980 vinha apresentando queda, neste ano de 1985 apresentou uma reação, como pode ser visto na tabela 4. Essa reação pode ser atribuída principalmente ao rejuste no preço do cigarro, que, durante 1985, esteve abaixo do índice inflacionário, e também a uma sensível recuperação salarial de parte da população.

TABELA 4

CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978 A 1985

| ANO | BILHÕES DE UNIDADES |
|---|---|
| 1978 | 137,2 |
| 1979 | 137,4 |
| 1980 | 142,7 |
| 1981 | 134,9 |
| 1982 | 132,3 |
| 1983 | 129,2 |
| 1984 | 127,4 |
| 1985 (*) | 145,0 |

(*) Dado não definitivo

Fonte: Sindicato das Indústrias de Fumo

TABELA 5

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CIGARROS, POR CATEGORIA DE PREÇOS, 1981 A 1984

(participação %)

| CATEGORIA | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 |
|---|---|---|---|---|
| Superior | 23,3 | 19,3 | 16,6 | 15,5 |
| Média | 68,5 | 64,7 | 50,9 | 49,0 |
| Econômica | 8,2 | 16,0 | 32,5 | 35,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Apesar de os dados referentes a 1985 não estarem disponíveis, essa tendência de queda no consumo nos cigarros de categorias superior e média foi invertida e houve uma pequena recuperação em relação ao total consumido.

Quanto às exportações brasileiras, mesmo com as dificuldades enfrentadas em função de medidas protecionistas, e da diminuição no preço do fumo no mercado externo, o valor esteve bastante próximo de 1984, quando foram alcançados aproximadamente US$ 450 milhões.

A preocupação das indústrias tem sido centrada em obter boa qualidade no fumo a ser produzido, para competir no mercado internacional em condições favoráveis, e em não perder mercado, que tem sido bastante disputado por outros países.

## 3.9. MAÇÃ

Até o ano de 1970, a cultura da macieira, em Santa Catarina, era considerada praticamente sem nenhuma importância no contexto da produção agrícola do estado.

Os poucos pomares existentes eram, na sua maioria, constituídos por variedades de inferior qualidade, sem nenhum valor comercial, implantados empiricamente, em fundos de quintal e sem importância econômica.

A partir dessa data, contudo, graças à criação, em 1968, do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, e ainda com a possibilidade da aplicação de incentivos fiscais nessa área, a maleicultura catarinense tomou nova dimensão, com reflexos, inclusive, sobre os demais estados brasileiros.

Hoje é possível, por exemplo, ver-se a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativação comercial e de transporte, arrecadação governamental, desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras, e propiciando ao consumidor brasileiro a oportunidade de utilizá-la como alimento, rico em alternativa de qualidade, tanto para consumo "in natura" como para seus subprodutos industrializados, além de poupar ao país milhares de dólares em divisas, graças à substituição das importações.

O Projeto de Fruticultura de Clima Temperado de Santa Catarina - PROFIT, quando de sua implantação, abrangia um terço da área do estado e passou a ser desenvolvido nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e Campos de Curitibanos.

A evolução da cultura da macieira só foi possível pela criação do PROFIT e pelo clima privilegiado que o estado possui, propício a este cultivo, devendo-se ainda à persistência do produtor local que jamais pôs em dúvida a viabilidade desse segmento agrícola e à dedicação dos técnicos do serviço de extensão rural que sempre deram assistência a todos os agricultores interessados na implantação de pomares.

O desenvolvimento apresentado, em que pesem as difi-

culdades financeiras enfrentadas nestes anos de recessão pelos produtores particulares e associações de produtores, é patente, e os benefícios que já propiciou ao estado e ao Brasil são incontáveis.

A maleicultura catarinense é hoje uma realidade, por se tratar de uma cultura tecnicamente bem conduzida, apesar de recente no estado, e de exigir novas técnicas de produção que envolvem vultosos investimentos, não somente nas fases de implantação e produção, mas, sobretudo, no estabelecimento e posterior ampliação do parque de recebimento, classificação e, principalmente, de armazenagem frigorífica. O sucesso da atividade é evidente e irreversível, e as somas já investidas no setor fazem-no merecedor de uma maior atenção e preocupação por parte das autoridades governamentais, principalmente no que se refere à dotação de recursos para a implantação de infra-estrutura de recebimento de produto e armazenagem frigorífica e ampliação das unidades de frio já existentes no estado.

Prova disto são os resultados alcançados nos últimos anos, como mostra a tabela 1, com índices de crescimento excelentes, em se tratando de uma cultura permanente e que propicia retorno somente a médio prazo.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86

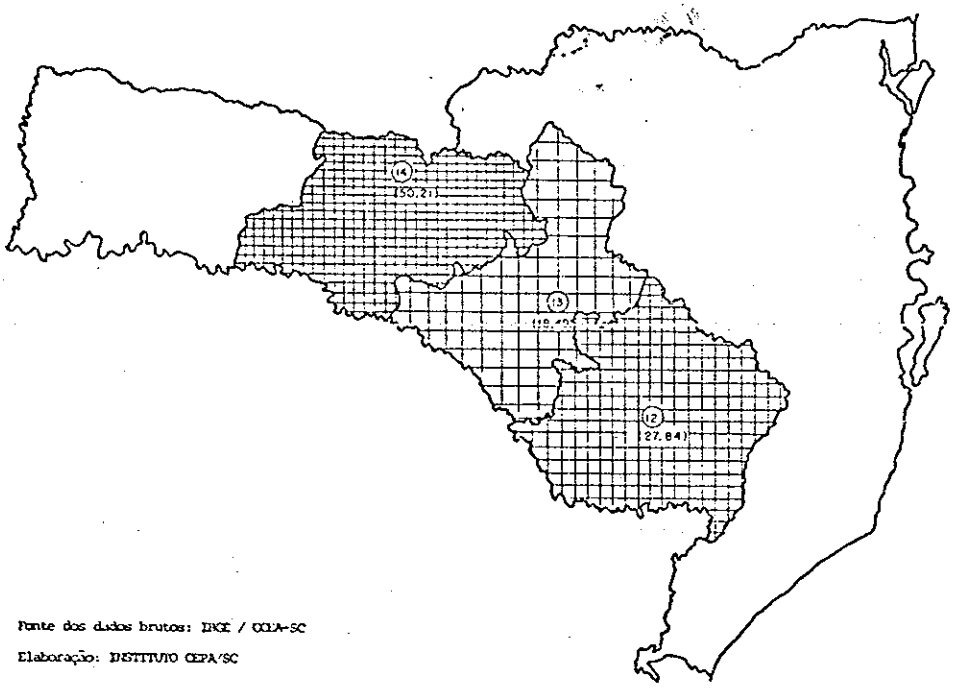
| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | ÁREA COLHIDA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA (t) | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|
| 1976/77 | 3.815 | 1.375 | 12.355 | 8.985 |
| 1977/78 | 5.287 | 1.965 | 10.854 | 5.524 |
| 1978/79 | 6.337 | 2.668 | 21.410 | 8.025 |
| 1979/80 | 7.154 | 3.815 | 28.225 | 7.398 |
| 1980/81 | 8.031 | 5.287 | 39.175 | 7.410 |
| 1981/82 | 9.036 | 6.337 | 76.664 | 12.098 |
| 1982/83 | 10.035 | 7.154 | 57.338 | 8.015 |
| 1983/84 | 10.808 | 8.031 | 108.609 | 13.524 |
| 1984/85 | 11.946 | 9.036 | 138.055 | 15.278 |
| 1985/86 (1) | 12.821 | 10.035 | 165.000 | 16.442 |

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 12 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / CCLA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Como demonstra a tabela anterior, a cultura da macieira em Santa Catarina tem apresentado resultados altamente marcantes, tanto em termos de área implantada quanto em produção obtida. Em apenas quinze anos a área cultivada passou de apenas 265 ha, em 1970, para cerca de 13.000 ha no ano agrícola de 1985. A produção bruta alcançada, por sua vez, evoluiu de 8.400 t na safra 1975/76, para 138.055 t na última safra, e com perspectiva de produção em torno de 160.000 t no atual ano agrícola.

Em termos de Brasil, a cultura somente passou a ter significado entre as produções agrícolas após a implantação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado em Santa Catarina. Até aquele período, a cultura da macieira era considerada de importância secundária, uma vez que a área implantada era de somente 2.000 ha, constituídos, em sua maioria, por cultivares sem importância comercial.

A aplicação de um projeto específico de fruticultura no estado catarinense e a adequação regional de modernas técnicas de cultivo incentivou, por extensão, o desenvolvimento da cultura não apenas no estado, mas também nos demais estados produtores do país, sobretudo nos do Rio Grande do Sul e Paraná, nas áreas de clima mais propício à atividade.

Passados apenas quinze anos do plantio dos primeiros pomares, por tecnicamente bem conduzida, a cultura passa a ter lugar de destaque entre as produções frutícolas do país, tendo alcançado, na última safra (1984/85), a expressiva área de cultivo de 27.168 ha implantados.

Nas tabelas 2 a 3 são mostradas as evoluções que a cultura da macieira apresentou, no Brasil, a partir do ano de 1970, considerando-se somente os plantios efetivados com cultivares de valor comercial e tecnicamente bem conduzidos. Mostram-se as implantações em cada ano agrícola e acumuladas, por estado produtor.

TABELA 2

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS NO BRASIL, DE 1970 A 1985 - PLANTIO NO PERÍODO - ha

| ANO | RS | SC | PR | SP | MG | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | - | 265 | - | - | - | 265 |
| 1971 | 106 | 290 | - | - | - | 396 |
| 1972 | 28 | 242 | - | - | - | 270 |
| 1973 | 90 | 578 | - | - | - | 668 |
| 1974 | 198 | 590 | 206 | - | - | 994 |
| 1975 | 124 | 703 | 174 | - | - | 1.001 |
| 1976 | 572 | 1.147 | 316 | - | - | 2.035 |
| 1977 | 556 | 1.472 | 490 | - | - | 2.518 |
| 1978 | 1.027 | 1.050 | 500 | - | 150 | 2.727 |
| 1979 | 484 | 817 | 570 | 2.000 | 7 | 3.878 |
| 1980 | 1.239 | 877 | 650 | 480 | 43 | 3.289 |
| 1981 | 985 | 1.005 | 744 | 120 | 20 | 2.874 |
| 1982 | 648 | 999 | 450 | 200 | - | 2.297 |
| 1983 | 492 | 773 | 174 | 200 | 60 | 1.699 |
| 1984 | 900 | 1.138 | 219 | - | - | 2.257 |
| 1985 | 500 (1) | 875 | 45 | - | - | 1.420 |
| TOTAL | 7.949 | 12.821 | 4.538 | 3.000 | 280 | 28.588 |

(1) Dado sujeito a confirmação

Fonte: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, Associação Catarinense dos Produtores de Maçã

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS NO BRASIL, DE 1970 A 1985 - PLANTIO ACUMULADO - ha

| ANO | RS | SC | PR | SP | MG | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | - | 265 | - | - | - | 265 |
| 1971 | 106 | 555 | - | - | - | 661 |
| 1972 | 134 | 797 | - | - | - | 931 |
| 1973 | 244 | 1.375 | - | - | - | 1.599 |
| 1974 | 422 | 1.965 | 206 | - | - | 2.593 |
| 1975 | 546 | 2.668 | 380 | - | - | 3.594 |
| 1976 | 1.118 | 3.815 | 696 | - | - | 5.629 |
| 1977 | 1.674 | 5.287 | 1.186 | - | - | 8.147 |
| 1978 | 2.701 | 6.337 | 1.686 | - | 150 | 10.874 |
| 1979 | 3.185 | 7.154 | 2.256 | 2.000 | 157 | 14.752 |
| 1980 | 4.424 | 8.031 | 2.906 | 2.480 | 200 | 18.041 |
| 1981 | 5.409 | 9.036 | 3.650 | 2.600 | 220 | 20.915 |
| 1982 | 6.057 | 10.035 | 4.100 | 2.800 | 220 | 23.212 |
| 1983 | 6.549 | 10.808 | 4.274 | 3.000 | 280 | 24.911 |
| 1984 | 7.449 | 11.946 | 4.493 | 3.000 | 280 | 27.168 |
| 1985 | 7.949 | 12.821 | 4.538 | 3.000 | 280 | 28.588 |
| TOTAL | 7.949 | 12.821 | 4.538 | 3.000 | 280 | 28.588 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, Associação Catarinense dos Produtores de Maçã

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A produção nacional bruta, por sua vez, acompanhando o ritmo de implantação dos pomares, também tem evoluído significativamente nos últimos anos, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor.

Em apenas dez anos, a oferta de maçãs do país cresceu em cerca de 840%, passando de somente 23.303 t em 1976, para a expressiva produção de 219.555 t no último ano agrícola.

Na tabela 4 são mostrados os volumes de maçãs colhidos no país, nos últimos anos, por estado produtor.

TABELA 4

CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS SAFRA DE 1976/77 A 1985/86

| SAFRA | ESTADO PRODUTOR | | | | | BRASIL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | RS | SC | PR | SP | MG | |
| 1976/77 | 1.953 | 12.355 | 250 | - | - | 14.558 |
| 1977/78 | 3.349 | 10.854 | 500 | - | - | 14.703 |
| 1978/79 | 5.600 | 21.410 | 700 | 11.000 | 240 | 38.950 |
| 1979/80 | 9.000 | 28.225 | 2.356 | 9.000 | 553 | 49.134 |
| 1980/81 | 13.500 | 39.175 | 4.000 | 11.600 | 947 | 69.222 |
| 1981/82 | 25.000 | 76.664 | 7.910 | 17.000 | 1.300 | 127.874 |
| 1982/83 | 21.000 | 57.338 | 8.000 | 13.200 | 1.100 | 100.638 |
| 1983/84 | 32.000 | 108.609 | 13.980 | 7.000 | 1.200 | 162.789 |
| 1984/85 | 55.000 | 138.055 | 17.300 | 8.000 | 1.200 | 219.555 |
| 1985/86(1) | 75.000 | 165.000 | 22.460 | 10.000 | 1.200 | 273.660 |

(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, CEPA/RS, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, Cooperativa Agrícola de Cotia

Elaboração: Instituto CEPA/SC

OBS.: Produções brutas estaduais

Segundo o Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maçã - MA/SNPA/G.HORT (1980 a 1984), esse excelente índice de crescimento demandou, pelas características da cultura, iniciativas, ações, enquadramentos e políticas nem sempre previstos e pré-estabelecidos, e resultou da necessidade de substituição

das importações brasileiras de maçã, cujos volumes e valores são parâmetros claros e evidentes, que sensibilizam e mostram sua dimensão de importância no abastecimento nacional.

Até há algum tempo, a produção nacional de frutas, principalmente de maçãs, era considerada insignificante em relação à necessidade de suprimento do mercado interno, sendo necessário importar anualmente grandes quantidades de fruta a fim de atender à demanda nacional, situando-se o Brasil entre os maiores importadores mundiais do produto.

Segundo dados da FAO, em 1970, quando foram importadas cerca de 108.000 t de maçã, já se absorvia de 5% a 6% do volume mundial dessa fruta, constituindo-se o Brasil no maior importador do Hemisfério Sul e no quarto a nível mundial.

A partir de 1979, com o aumento gradativo da produção interna, o volume anual de importação de maçãs começou a decrescer de forma significativa, e já em 1984 a oferta nacional superava o volume importado.

No último ano agrícola, a produção bruta brasileira alcançou o expressivo volume de 219.555 t, resultante da colheita de 20.915 ha da cultura já em idade produtiva. O volume importado, por sua vez, computados os valores até o mês de julho/85, indicava uma aquisição de somente 26.624 t de maçã.

Na tabela 5 apresentam-se alguns dados sobre as importações de maçã pelo país, bem como sobre a produção nacional e o consumo per capita brasileiro.

Torna-se necessário, todavia, definir objetivos mais amplos e duradouros para a maleicultura nacional. A substituição das importações pelo Brasil passa, agora, a ser uma meta intermediária de um setor que tem potencialidades e que pode responder, como o fez até o momento, aos estímulos que vier a receber, estabelecendo-se, assim, mais uma riqueza agrícola para o país.

TABELA 5

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS DE MAÇÃ, DE 1970 A 1985

| ANO | POPULAÇÃO BRASILEIRA (1.000 hab) | PRODUÇÃO NACIONAL (t) | VOLUME IMPORTADO (t) | VOLUME TOTAL (t) | CONSUMO NACIONAL (kg/hab(ano) | VALOR DO VOLUME IMPORTADO (US$ 1.000 CIF) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 93.139 | - | 108.994 | 108.994 | 1,2 | 26.915 |
| 1971 | 95.449 | - | 121.350 | 121.350 | 1,3 | 29.292 |
| 1972 | 97.816 | - | 131.116 | 131.116 | 1,3 | 29.207 |
| 1973 | 100.242 | 18.864 | 79.242 | 98.106 | 1,0 | 38.799 |
| 1974 | 102.728 | 22.973 | 183.195 | 206.168 | 2,0 | 61.761 |
| 1975 | 105.275 | 27.012 | 143.595 | 170.607 | 1,6 | 62.893 |
| 1976 | 107.886 | 23.303 | 189.396 | 212.699 | 2,0 | 78.845 |
| 1977 | 110.562 | 14.558 | 202.565 | 217.123 | 2,0 | 88.396 |
| 1978 | 113.304 | 14.703 | 190.217 | 204.920 | 1,8 | 97.758 |
| 1979 | 116.114 | 38.950 | 183.117 | 222.067 | 1,9 | 101.882 |
| 1980 | 119.099 | 49.134 | 135.410 | 184.544 | 1,5 | 77.206 |
| 1981 | 122.000 | 69.222 | 112.563 | 181.785 | 1,5 | 68.424 |
| 1982 | 125.000 | 127.874 | 127.631 | 255.505 | 2,0 | 67.148 |
| 1983 | 128.000 | 100.638 | 115.384 | 216.022 | 1,7 | 42.568 |
| 1984 | 131.000 | 162.789 | 89.733 | 252.522 | 1,9 | 29.655 |
| 1985 | 134.000 | 219.555 | 33.009 (1) | 252.564 | 1,9 | 9.380 |

(1) Situação de importação efetiva até 31/08/85

Fonte: CIEF/IBGE, GHORT/SEPOC/SNAB/MA, EMATER/SC-ACARESC, CACEX, Instituto CEPA/SC, Associação Brasileira dos Produtores de Maçã

Elaboração: Instituto CEPA/SC

É preciso que os órgãos federais continuem a alocar recursos e que sejam criadas linhas de crédito especiais para o setor, sobretudo para a ampliação do parque de armazenagem frigorífica, condizentes com a atividade e oportunas em períodos e valores, para não frustrar as perspectivas de produção e para que o produto possa alcançar o mercado em períodos apropriados.

Esta, aliás, tem sido uma constante reivindicação dos meios produtores, apreensivos com os contínuos aumentos dos custos de manutenção dos pomares e dos armazéns frigoríficos, e com os elevados custos de produção da atividade.

Caso não sejam definidas medidas urgentes neste sentido, vislumbram-se sérias dificuldades para o setor, nos próximos anos.

O país conta, hoje, com apenas 88.905 t de armazenagem a frio, específica para a maçã, das quais 70.000 t acham-se localizadas nas regiões produtoras de Santa Catarina. O estado do Rio Grande do Sul, que responde por cerca de 25% da produção brasileira, tem implantado somente 14.240 t de armazéns a frio.

Com os investimentos que estão sendo efetuados nessa área, Santa Catarina poderá contar, para a próxima safra, com mais 10.000 t, o que elevará para 80.000 t sua capacidade de frigorificação.

No Rio Grande do Sul, além dos armazéns específicos para a maçã, existem, ainda, armazéns frigoríficos com capacidade para 20.000 t, localizados em regiões não produtoras, que eventualmente poderão ser utilizados para a armazenagem da fruta.

Cabe lembrar que a produção bruta prevista para a próxima safra, a nível nacional, é da ordem de 273.660 t.

Na tabela 6 mostra-se a distribuição dos armazéns frigoríficos para a maçã, por estado produtor.

TABELA 6

DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS A FRIO PARA A MAÇÃ LOCALIZADOS NAS REGIÕES PRODUTORAS, SAFRA 1985/86

| ESTADO PRODUTOR | PRODUÇÃO PREVISTA (t) | CAPACIDADE FRIGORÍFICA |
|---|---|---|
| Santa Catarina | 165.000 | 70.000 |
| Rio Grande do Sul | 75.000 | 14.240 |
| Paraná | 22.460 | 4.665 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC, EMATER/PR-ACARPA, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As questões referentes à comercialização de maçã no país, são, também, por demais preocupantes, pois a par do progressivo aumento anual da produção nacional, cresceram, por outro lado, as pressões dos produtores argentinos no sentido de que sejam incrementadas as importações do produto daquele país.

A se manter o atual ritmo de crescimento da produção e consumo per capita, a auto-suficiência nacional, em termos de produção bruta, será atingida já em 1986.

É indispensável, portanto, que, juntamente com as políticas que se propõem ordenar a produção interna e as importações de maçã pelo país, sejam adotadas medidas que incrementem o consumo nacional, hoje estabilizado em 250.000 t/ano.

Os atuais 2 quilos de consumo per capita - baixíssimo, se considerado em relação ao de países como a Suíça, 66 kg, França, 61 kg, Canadá, 20 kg e Argentina, 11 kg - podem vir a multiplicar-se em função de uma oferta mais oportuna, de uma melhoria do poder aquisitivo da população ou de procedimentos que visem introduzir a maçã no hábito alimentar da população brasileira.

Nesse sentido, têm sido constantes as considerações e propostas apresentadas aos órgãos estaduais e federais envolvidos com a cultura, e que, no entender da classe produtora, são imprescindíveis para que a atividade continue a apresentar re-

sultados positivos.

Entre as considerações ultimamente levantadas, destacam-se:

- a produção nacional, pelo estágio alcançado (em termos de tecnologia, volume e produtividade), já em 1986 terá condições de cobrir o consumo interno, com o expressivo volume bruto de 273.660 t;

- esse estágio depende do desenvolvimento complementar à produção, através dos mecanismos de classificação, armazenagem e comercialização; esse desenvolvimento, todavia, poderá ser prejudicado, a perdurar, a falta de uma política de apoio ao setor, que se traduz na dificuldade de crédito, no exagerado ônus tributário e na indisciplina na importação do produto;

- a consolidação da maçã brasileira no mercado nacional, está diretamente vinculada ao aumento do consumo, por sua vez prejudicado pelo desconhecimento do produto pelo consumidor, decorrente da inadequada estrutura de comercialização e padronização da maçã no país.

Entre as propostas apresentadas ultimamente, visando a um melhor desempenho do setor, ressaltam-se:

- a elaboração, pelo Governo Federal, do II Programa Nacional da Maçã e o compromisso dos órgãos vinculados à sua execução em buscar a efetiva observância de seus postulados;

- instituir, junto à Secretaria Nacional de Abastecimento, do Ministério da Agricultura, uma Gerência da Maçã, a fim de tratar dos assuntos a ela pertinentes;

- incrementar e aprofundar o sistema de pesquisa relacionado à maçã, com a devida divulgação dos resultados obtidos pela experimentação;

- estudar e implantar um sistema apropriado de seguro agrícola para o cultivo da maçã, adequando o PROAGRO de forma a cobrir todos os recursos aplicados, devidamente corrigidos, desvinculando o seguro da obrigatoriedade do financiamento;

- ampliar as estações de aviso fitossanitário e dar apoio às já existentes no país;

- definir linhas de crédito, compatíveis em volumes e prazos, para custeio, beneficiamento e frigorificação;

- apoio das instituições técnicas, políticas e financeiras às entidades dos produtores, visando ao fortalecimento das associações regionais e nacionais, de forma a fazer dessas entidades o mecanismo de interlocução intra-setor e com os diferentes níveis de governo;

- inclusão, pelos órgãos do governo, da maçã nacional no programa governamental de merenda escolar;

- mais seriedade e bom senso, por parte das autoridades brasileiras, nas tratativas de comércio exterior que envolvam importações do produto, objetivando, assim, não beneficiar a maçã argentina em detrimento do produto nacional e impedindo importações no período de pique de colheita da safra brasileira.

Todos estes reclamos objetivam os pontos essenciais das considerações e a superação dos entraves referidos.

Apesar de certos fatores climáticos adversos, verificados no último ano agrícola, como a ocorrência de precipitação pluviométrica acima da média, no mês de outubro, em toda a região produtora - causando problemas de polinização, principalmente à cultivar Gala - e apesar da estiagem que castigou toda a região do planalto catarinense em fins de 84 e início do corrente ano (que, se por um lado não permitiu um normal desenvolvimento dos frutos e causou um atraso na colheita de cerca de 20 dias, por outro, criou condições fitossanitárias muito boas aos pomares), a colheita catarinense de maçãs da safra 1984/85 superou todas as expectativas iniciais que previam uma produção bruta da ordem de 130.000 t.

Conforme levantamento efetuado pelos técnicos do serviço de extensão rural em todos os municípios produtores do estado, a produção bruta da última safra atingiu o expressivo volume de 138.055,6 t, representando, portanto, um incremento, em relação à safra 1983/84, da ordem de 27,11%.

O rendimento médio obtido por hectare foi de 15.278 kg, correspondendo a 9.036 ha de macieiras já em idade produtiva.

Essa produção, que por si só já é muito expressiva, devido às características peculiares do cultivo, ao pequeno período de exploração da atividade no estado e aos graves problemas sempre enfrentados pelos maleicultores, torna-se ainda mais significativa se considerarmos que no último ano agrícola apenas 42,26%, ou seja, 5.287 ha, dos 11.946 ha cultivados com a frutífera no estado, encontravam-se em idade de plena produção. A área restante constituía-se de pomares em crescimento, em idade de produção inicial e de pomares em fase de formação, ainda improdutivos.

Do volume total de maçã colhido na última safra, cerca de 123.208,2 t foram comercializadas "in natura", 10.712,5 t destinaram-se à industrialização e 4.134,9 t foram perdidas nas fases de colheita e pós-colheita.

O montante de produto comercializado "in natura" foi ofertado por 978 produtores e movimentou recursos da ordem de Cr$ 153.887.041.000. Representou cerca de 89,25% da produção total do estado e foi vendido, a nível de propriedade, a um preço médio de Cr$ 1.249/kg.

À industrialização coube uma participação de 7,76% da produção catarinense, sendo comercializada por 545 produtores. O preço médio de venda foi de Cr$ 256/kg, e o valor total resultante dessas operações alcançou Cr$ 2.742.400.000.

Se considerarmos uma comercialização, no último ano agrícola, ao redor de 6,61 milhões de caixas de 20 quilos, ofertadas a um preço médio de Cr$ 50.000/cx, o valor que a maçã produzida na safra passada em Santa Catarina movimentou para o estado poderia ser estimado em torno de 308 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

Se a produção da última safra pode ser considerada como excelente, e se, por um lado, foi benéfica ao fruticultor que se viu, assim, recompensado por seus esforços, por outro, trouxe problemas de escoamento e de comercialização, pois além da pre-

sença constante de maçã argentina no mercado, a ineficiente estrutura de armazenamento frigorífico do país fez com que um grande volume de maçã tivesse que ser comercializado num curto espaço de tempo, forçando, assim, os preços para baixo.

Essa situação, aliás, tem-se agravado nos últimos períodos agrícolas e tende a tornar-se crítica nas safras futuras, pois, em termos de volume, em breve será atingida a auto-suficiência nacional.

Além dos entraves já mencionados e que dificultaram a comercialização dessa safra, a adoção pelo Governo Federal, das medidas de salvaguarda à maçã nacional, taxando o produto importado em 32%, ao invés de provocar a suspensão das importações no período de janeiro a março - reivindicada pelos produtores brasileiros - como mecanismo disciplinador das importações, tornou-se, também, totalmente ineficaz e não atendeu às necessidades de abastecimento interno e aos interesses dos fruticultores nacionais, conforme se propunha.

O produto importado continuou entrando no mercado brasileiro e, o que é pior, a preços competitivos com a maçã nacional, uma vez que os produtores argentinos reduziram seus preços para poder colocar seu produto no mercado. Quando do início da safra dos estados sulinos, a maçã argentina estava sendo cotada a US$ 9,00/cx de 20 kg, FOB, e a fruta era da safra passada. Em fins de março/85, o produto importado constituía-se de fruta nova, recém-colhida, e o preço FOB era de US$ 7,00/cx de 20 kg, o que punha o produto importado no mercado da CEAGESP a um preço de Cr$ 70.000/cx, próximo, portanto, da cotação da fruta nacional, havendo, dessa forma, ainda, uma demanda de mercado bastante significativa pela maçã importada, e trazendo dificuldades de escoamento à produção interna.

Em decorrência do exposto, da colheita de uma grande safra de maçãs no sul do país, e da insuficiente capacidade de frigorificação nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, o escoamento da safra catarinense foi severamente prejudicado, com o produto sendo cotado a preços irrisórios, face ao grande volume de maçã colocado no mercado.

Desde o início da safra verificou-se uma queda verti-

...

ginosa nos preços médios de comercialização do produto. O fato, normalmente previsível durante o pique de colheita, assumiu, entretanto, em fins de março, proporções insuportáveis. A cultivar Gala, pequena, tipo "extra", por exemplo, vendida no início da safra a preços que variavam entre Cr$ 55.000 e Cr$ 60.000/cx de 20 kg, foi cotada, naquele mês, a preços que oscilavam entre Cr$ 25.000 e Cr$ 30.000/cx de 20 kg, acusando, portanto, redução de até 60% na cotação do produto.

Urgem, pois, medidas concretas no sentido de dotar as regiões produtoras de um completo parque de recebimento, classificação e de armazéns frigoríficos, possibilitando, assim, maior escalonamento da oferta, com maçãs de qualidade superior, mantendo, dessa forma, uma constância de fruta nacional no mercado.

A CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, com sede no município de São José, responsável pelo disciplinamento e abastecimento de hortigranjeiros, a nível de atacado, na região da Grande Florianópolis, movimentou, durante o ano de 1985, um volume da ordem de 1.899.053 kg de maçã.

Ao produto nacional - de procedência, na sua quase totalidade, do próprio estado de Santa Catarina - coube uma participação bastante significativa, tendo contribuído com cerca de 1.774.678 kg, ou seja, 93,45% do total ofertado naquele entreposto de comercialização.

O volume restante, 124.375 kg, constituiu-se de produto importado, repassado pelas CEASAs do Rio Grande do Sul e do Paraná, e pela CEAGESP.

Os volumes de produto nacional e importado, movimentados mensalmente na CEASA/SC, em 1985, bem como os preços médios de comercialização a nível de atacado e varejo, são apresentados na tabela 7.

TABELA 7

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA, NO ATACADO E NO VAREJO DA CEASA/SC, 1985

| MÊS | VOLUME (kg) | | | PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr$/kg) | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Atacado | | Varejo | |
| | Nacional | Import. | Total | Nacional | Import. | Nacional | Import. |
| Janeiro | 44.000 | 18.060 | 62.060 | 2.389 | 4.383 | 2.777 | 4.813 |
| Fevereiro | 139.570 | 10.560 | 150.130 | 1.906 | 5.450 | 2.326 | 6.508 |
| Março | 272.720 | 5.820 | 278.540 | 1.553 | 6.960 | 1.900 | 7.577 |
| Abril | 334.460 | 2.200 | 336.660 | 1.207 | 6.234 | 1.630 | 7.283 |
| Maio | 304.260 | 2.740 | 307.000 | 1.302 | 5.078 | 1.573 | 6.785 |
| Junho | 143.550 | 5.360 | 148.910 | 1.996 | 5.078 | 2.231 | 6.785 |
| Julho | 108.740 | 4.420 | 113.160 | 2.424 | 5.140 | 2.735 | 7.038 |
| Agosto | 104.680 | 7.740 | 112.420 | 2.917 | 6.154 | 3.321 | 8.925 |
| Setembro | 94.488 | 9.500 | 103.988 | 3.938 | 6.962 | 4.639 | 10.200 |
| Outubro | 60.080 | 26.100 | 86.180 | 5.450 | 7.173 | 5.770 | 9.850 |
| Novembro | 76.440 | 18.180 | 94.620 | 6.419 | 8.640 | 7.500 | 11.340 |
| Dezembro | 91.690 | 13.695 | 105.385 | 7.458 | 10.870 | 8.096 | 14.588 |
| TOTAL | 1.774.678 | 124.375 | 1.899.053 | - | - | - | - |

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A análise da tabela anterior mostra claramente o avanço apresentado pela fruta nacional, que, a cada ano que passa, mais se consolida no mercado, pelo aumento da oferta e pelo expressivo diferencial de preços que apresenta em relação ao produto importado, ou pela melhor qualidade mostrada pela fruta brasileira, comparada à argentina.

Assim sendo, a sua presença no mercado passou a ser constante durante todos os meses do ano, e o gráfico nº 1 bem demonstra o que se acaba de explicitar.

Em termos nacionais, apesar das adversidades climáticas ocorridas, a última safra também apresentou resultados altamente favoráveis.

Foram colhidas 219.555 t de maçãs nos cinco estados produtores do país, em aproximadamente 21.000 ha de macieira já em idade produtiva - o que equivale, portanto, a 77% da área cultivada - dos quais somente 10.000 ha se encontram em plena produção. Isto representou um acréscimo, comparado ao volume obtido na safra 1983/84, da ordem de 34,87%.

A produção alcançada na safra 1984/85, por estado produtor, e sua participação relativa, em relação ao total produzido, são mostradas na tabela 8.

TABELA 8
PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS, SAFRA 1984/85

| ESTADO PRODUTOR | PRODUÇÃO OBTIDA (t) | PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) |
|---|---|---|
| Santa Catarina | 138.055 | 62,88 |
| Rio Grande do sul | 55.000 | 25,05 |
| Paraná | 17.300 | 7,88 |
| São Paulo (1) | 8.000 | 3,64 |
| Minas Gerais (1) | 1.200 | 0,55 |
| TOTAL | 219.555 | 100,00 |

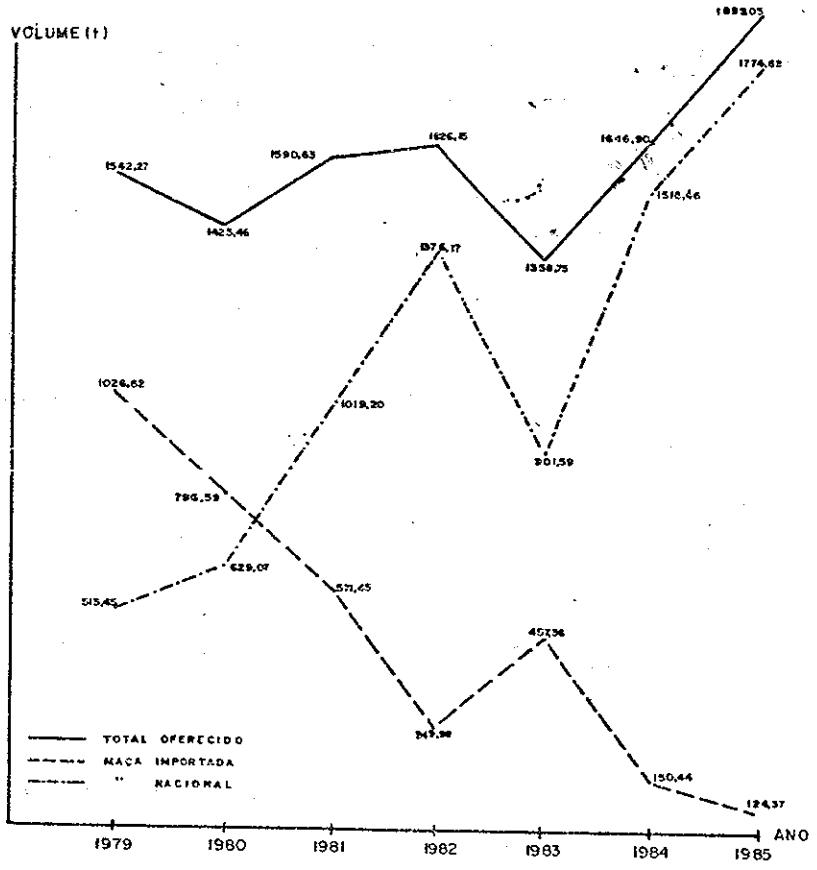
(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, EMATER/MG, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, Cooperativa Agrícola de Cotia

Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO Nº 1

VOLUME DA MAÇÃ NACIONAL, IMPORTADA E TOTAL COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1979 A 1985




Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC.

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" ficou em torno de 190.000 t de maçã.

A maçã nacional, da qual Santa Catarina deteve, na safra passada, 62,88% do volume ofertado, tem aumentado, anualmente, sua participação no abastecimento nacional, tanto em volume ofertado quanto em amplitude de tempo. Isto, em última análise, é reflexo da colocação no mercado, pelo fruticultor nacional, de um produto de excelente qualidade, competitivo com a maçã importada, e da adequação de equipamentos de seleção, classificação, embalagem e conservação do produto.

A análise dos gráficos nºs 2 e 3, onde são mostradas as produções brasileiras de maçã e os volumes do produto importado, nos últimos anos, pelo país, bem como a oferta do produto, a partir de 1981, no entreposto atacadista da CEAGESP, dá uma idéia clara do crescimento que a atividade vem apresentando e da sua importância no abastecimento nacional.

Por todos esses aspectos positivos já alcançados pelo produto nacional, é imprescindível, portanto, uma maior definição do padrão nacional de maçãs, com uma fiscalização mais efetiva da padronização, tanto a nível de expedição quanto de mercado, e ampliações progressivas do parque de armazenagem frigorífica, sempre que o aumento da produção nacional assim o exigir.

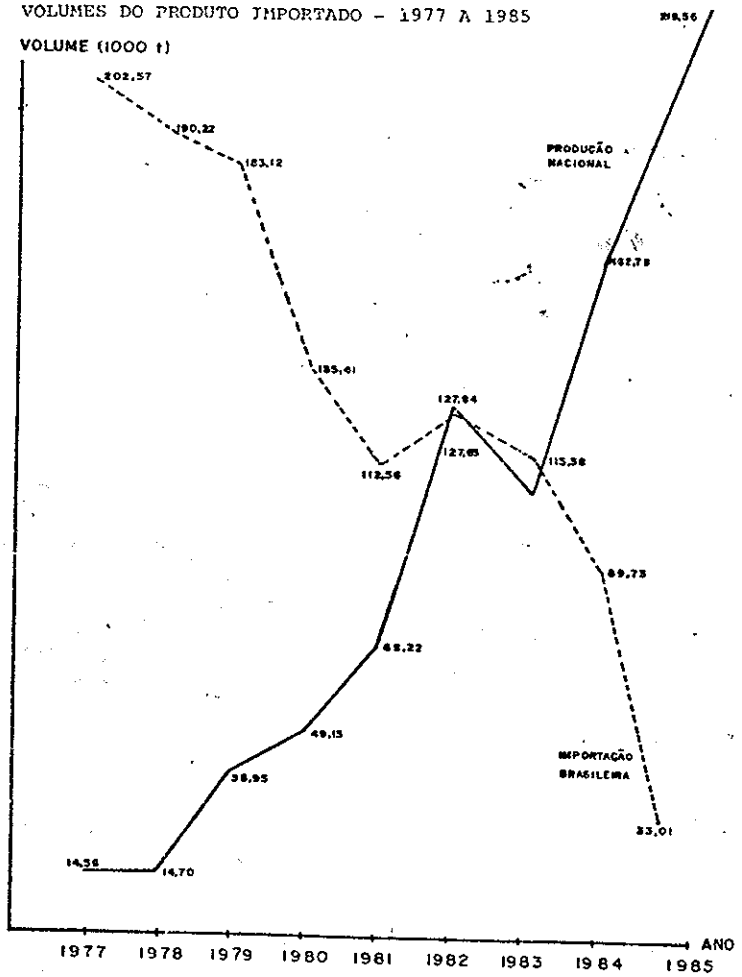
Para a safra 1985/86, os prognósticos dos técnicos que atuam no setor indicam, para Santa Catarina, uma produção bruta da ordem de 165.000 t do produto, a ser obtido em cerca de 10.036 ha de macieira já em idade produtiva.

É oportuno lembrar, todavia, que da área em questão, somente 6.337 ha, ou seja, 63,14%, acham-se em fase de plena produção, constituindo-se a área restante de pomares em crescimento, e portanto, em idade de produção inicial.

Se considerarmos a área efetivamente cultivada no estado, que com a implantação de 875 ha no corrente ano agrícola passou a ser de 12.821 ha, o percentual de pomares realmente em fase adulta passa a ser de apenas 49,43%.

GRÁFICO Nº 2

COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ E OS VOLUMES DO PRODUTO IMPORTADO - 1977 A 1985



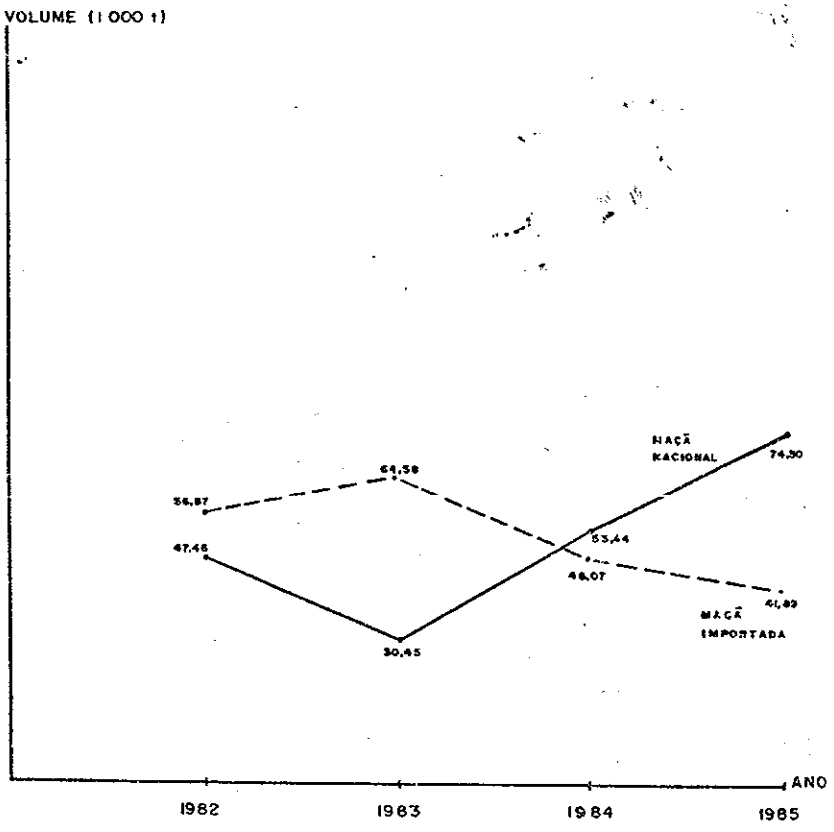

(1) Importações de janeiro a agosto/85

Fonte: CIEF/IBGE, GHORT/SEPCC/SNAB/MA, EMATER-SC/ACARESC, INSTITUTO CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO Nº 3

OFERTA DE MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA NO ENTREPOSTO ATACADISTA DA CEAGESP/SP - 1982 A 1985




(1985)- Situação até fins do mês de novembro

Fonte: Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de SP.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A atual situação dos pomares de macieira de Santa Catarina, em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo, é mostrada na tabela 9.

TABELA 9

ESTRATIFICAÇÃO DOS POMARES CATARINENSES EM RELAÇÃO À IDADE DAS PLANTAS, 1970 A 1985

| IDADE DE PLANTIO | CARACTERÍSTICAS | ÁREA OCUPADA (ha) | PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%) |
|---|---|---|---|
| Plantios efetuados até 1978 | Pomares adultos, em idade de plena produção | 6.337 | 49,43 |
| Plantios efetuados de 1979 a 1982 | Pomares em crescimento, em idade de produção inicial | 3.698 | 28,84 |
| Plantios efetuados de 1983 a 1985 | Pomares em fase de formação, ainda improdutivos. | 2.786 | 21,73 |
| TOTAIS | | 12.821 | 100,00 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

A evolução anual apresentada pela cultura da macieira, em Santa Catarina, a partir do ano de 1970, bem como o número de unidades produtoras existentes no estado, é mostrada na tabela 10.

TABELA 10

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DA MACIEIRA EM SANTA CATARINA, DE 1970 A 1985

| ANO | ÁREA PLANTADA (ha) | | NÚMERO DE UNIDADES PRODUTORAS |
|---|---|---|---|
| | No ano | Acumulada | |
| 1970 | 265 | 265 | - |
| 1971 | 290 | 555 | - |
| 1972 | 242 | 797 | - |
| 1973 | 578 | 1.375 | - |
| 1974 | 590 | 1.965 | - |
| 1975 | 703 | 2.668 | - |
| 1976 | 1.147 | 3.815 | 579 |
| 1977 | 1.472 | 5.287 | 910 |
| 1978 | 1.050 | 6.337 | 1.058 |
| 1979 | 817 | 7.154 | 1.186 |
| 1980 | 817 | 8.031 | 1.242 |
| 1981 | 1.005 | 9.036 | 1.290 |
| 1982 | 999 | 10.035 | 1.404 |
| 1983 | 773 | 10.808 | 1.469 |
| 1984 | 1.138 | 11.946 | 1.556 |
| 1985 | 875 | 12.821 | 1.610 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Com referência às condições de clima verificadas no corrente ano agrícola, cabe destacar não terem sido de todo benéficas à maleicultura catarinense.

Além da pouca chuva constatada nos meses de maio, junho, julho e agosto, em praticamente toda a região produtora, e da forte estiagem ocorrida em fins do ano, a qualidade do frio também não foi considerada das melhores para a cultura. O inverno não foi muito rigoroso e em muitos dias verificaram-se baixas temperaturas, seguidas de temperaturas muito elevadas, anulando, de certo modo, boa parte dos efeitos benéficos que o frio traria aos pomares.

Apesar disso, e em que pese o número de horas de frio acumuladas nesta safra situar-se abaixo da média de anos anteriores, mantêm-se, até o presente momento, as expectativas de uma colheita ao redor de 165.000 t do produto.

Essa produção, caso se confirme, representará um incremento, em relação à safra precedente, da ordem de 20%, e deverá ser creditada ao maior número de plantas em fase de produção, ao aumento de produtividade que os pomares mais antigos vêm apresentando, uma vez que atingiram idade de plena produção, e ao elevado nível tecnológico empregado na atividade em Santa Catarina.

Com os investimentos efetuados na área de armazenagem frigorífica, o estado passará a dispor, para a próxima safra, de uma capacidade de frigorificação já instalada, para a maçã, de aproximadamente 70.000 t, distribuídas em 31 unidades.

Destaca-se, contudo, que novos investimentos estão sendo realizados nessa área,o que poderá elevar para 80.000 t a disponibilidade de armazéns a frio do estado, possibilitando, assim, que cerca de 50% da produção prevista para o próximo ano possa vir a ser abrigada em condições de frio.

A distribuição da atual capacidade de armazéns frigoríficos, específicos para a maçã de Santa Catarina, por microrregião produtora, é mostrada na tabela 11.

TABELA 11

DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS PARA A MAÇÃ, POR MICRORREGIÃO PRODUTORA - SAFRA 1985/86

| MICRORREGIÃO PRODUTORA | CAPACIDADE FRIGORÍFICAS (t) |
|---|---|
| Colonial do Rio do Peixe | 52.005 |
| Campos de Lages | 15.555 |
| Campos de Curitibanos | 1.250 |
| Colonial do Oeste Catarinense | 1.200 |
| TOTAL DO ESTADO | 70.010 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), Companhia Catarinense de Armazenamento - COCAR

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em termos nacionais, as perspectivas de produção bruta para o ano agrícola 1985/86 estão indicando uma colheita da ordem de 273.660 t a serem obtidas em cerca de 23.000 ha de macieiras já em idade produtiva.

As estimativas de colheita desta safra, por estado produtor, bem como suas participações relativas, são mostradas na tabela 12.

TABELA 12

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRASIL, SAFRA 1985/86

| ESTADO PRODUTOR | PRODUÇÃO PREVISTA (t) | PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%) |
|---|---|---|
| Santa Catarina | 165.000 | 60,29 |
| Rio Grande do Sul | 75.000 | 27,41 |
| Paraná | 22.460 | 8,21 |
| São Paulo | 10.000 | 3,65 |
| Minas Gerais | 1.200 | 0,44 |

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), EMATER/RS-ASCAR, CEPA/RS, EMATER/PR-ACARPA, IEA/SP, EMATER/MG, Associação Gaúcha dos Produtores de Maçã, Cooperativa Agrícola de Cotia.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 3.10. MANDIOCA

A mandioca e seus subprodutos apresentam características e potencialidades marcantes, entre as quais pode-se destacar: tradição e uso no meio rural, facilidade de armazenamento a campo e possibilidade de substituir diversos subprodutos de outras culturas atualmente em uso. Por essas razões, além de outras, o valor da mandioca como cultura de subsistência é significativo em todo o estado.

Apesar de a maioria das lavouras ser implantada sem a utilização de tecnologias (tabela 1), a cultura, em Santa Catarina, ocupa a 5ª posição em termos de área - atrás do milho, da soja, do feijão e do arroz - e adquire importância social por estar presente em todo o território catarinense, envolvendo praticamente 90.000 produtores (86.719 em 1975 e 88.574 em 1980)[1].

TABELA 1
TECNOLOGIA UTILIZADA PELOS PRODUTORES DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1980

(%)

| TECNOLOGIA | PRODUTORES | PRODUÇÃO | ÁREA |
|---|---|---|---|
| - Só "sementes" selecionadas | 0,41 | 0,42 | 0,43 |
| - "Sementes" selecionadas e | 0,53 | 0,72 | 0,76 |
| . irrigação de defensivos e adubos | 0,0034 | 0,0084 | 0,0070 |
| . irrigação e adubação | 0,0023 | 0,0007 | - |
| . defensivos e adubação | 0,15 | 0,26 | 0,28 |
| . irrigação | 0,0011 | 0,0002 | - |
| . defensivos | 0,056 | 0,048 | 0,038 |
| . adubação | 0,37 | 0,40 | 0,42 |
| - Só "sementes" comuns | 79,98 | 71,48 | 70,16 |
| - "Sementes" comuns e | 19,07 | 27,38 | 28,65 |
| . irrigação, defensivos e adubação | 0,05 | 0,08 | 0,08 |
| . irrigação e defensivos | 0,0034 | 0,0041 | 0,0028 |
| . irrigação e adubação | 0,01 | 0,02 | 0,0113 |
| . defensivos e adubação | 1,90 | 3,96 | 4,48 |
| . irrigação | 0,02 | 0,02 | 0,02 |
| . defensivos | 1,41 | 1,58 | 1,63 |
| . adubação | 15,68 | 21,72 | 22,42 |

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário 1980)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

(1) CENSO AGROPECUÁRIO - 1975 - 1980 - Fundação IBGE.

Além do valor da mandioca como cultura de subsistência, vale destacar a importância que assume na Região sul e no Vale do Itajaí, onde o produto é destinado, em grande parte, às indústrias. Nessas regiões concentram-se, aproximadamente, 63,02% da área colhida em Santa Catarina. Do percentual acima, o Vale do Itajaí - considerando-se as microrregiões Colonial de Blumenau, Colonial do Itajaí do Norte e Colonial do Alto Itajaí - participa com cerca de 21,20% da área colhida, enquanto o Sul - compreendendo as microrregiões Carbonífera, Litoral de Laguna, Litoral Sul Catarinense e Colonial Sul Catarinense - contribui com 41,82%.

No Vale do Itajaí, onde um percentual significativo da mandioca é destinado às indústrias que extraem o amido e fabricam a fécula, a colheita é normalmente realizada ao final do segundo ciclo da cultura, com, aproximadamente, 40% da raiz produzida sendo entregue àqueles estabelecimentos. Nesse particular, merece especial atenção a situação da microrregião Colonial do Alto Itajaí, que entrega às indústrias cerca de 3/4 do produto colhido.

No sul do estado, a colheita é tradicionalmente realizada ao final do primeiro ciclo vegetativo e a produção destina-se, em grande parte, à fabricação de farinha (tabela 2).

É interessante ressaltar que principalmente nas regiões onde a raiz se destina predominantemente às indústrias, detectam-se períodos cíclicos de aumentos e redução de áreas, geralmente com duração de duas ou três safras.

Nas demais regiões - inclusive na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que respondeu, na safra 1984/85, por cerca de 19% da área colhida - o produto destina-se, principalmente, ao consumo no próprio estabelecimento.

Conforme dados da Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980), a cultura da mandioca é desenvolvida predominantemente (84,74%) por produtores que são proprietários das terras que cultivam, detendo 86,58% da área e 86,85% da produção. Entre 1975 e 1980, observou-se um leve recuo (de 86,72% para 84,74%) dos proprietários em relação ao total de produtores, com o conseqüente aumento dos arrendatários, parceiros e ocupantes.

TABELA 2

DESTINO DA MANDIOCA COLHIDA NAS MICRO-REGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980

(%)

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | CONSUMO NO ESTABELEC. | ENTREGA COOPERATIVA | ENTREGA INDÚSTRIA | VENDA INTERMEDIÁRIO | VENDA CONSUMIDOR | OUTROS (NÃO IDENTIFICADOS) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | 62,30 | 0,05 | 11,19 | 22,54 | 3,92 | - |
| Lit. de Itajaí | 24,73 | 0,13 | 32,43 | 38,87 | 3,84 | - |
| Col. de Blumenau | 73,98 | 0,83 | 19,23 | 2,79 | 2,98 | 0,19 |
| Col. Itajaí do Norte | 55,93 | 0,11 | 40,52 | 2,56 | 0,86 | 0,02 |
| Col. Alto Itajaí | 17,10 | 0,06 | 77,46 | 4,51 | 0,84 | 0,03 |
| Florianópolis | 55,56 | 0,07 | 12,69 | 22,28 | 9,38 | 0,02 |
| Col. Ser.Catarinense | 63,49 | - | 20,65 | 12,80 | 2,85 | 0,21 |
| Lit. de Laguna | 25,99 | - | 8,95 | 64,08 | 0,69 | 0,29 |
| Carbonífera | 31,91 | 0,92 | 43,17 | 21,34 | 2,61 | 0,05 |
| Lit.Sul Catarinense | 17,72 | - | 59,85 | 21,45 | 0,85 | 0,13 |
| Col.Sul Catarinense | 59,27 | - | 20,56 | 17,23 | 2,81 | 0,13 |
| Campos de Lages | 78,73 | - | 6,08 | 3,12 | 12,07 | - |
| Campos Curitibanos | 81,54 | - | 2,24 | 11,42 | 4,76 | 0,04 |
| Col.do Rio do Peixe | 97,23 | - | 0,14 | 0,83 | 1,33 | 0,47 |
| Col. Oeste Catarin. | 98,56 | 0,02 | - | 0,39 | 0,81 | 0,22 |
| Plan. de Canoinhas | 86,75 | 0,07 | 5,49 | 4,96 | 2,52 | 0,21 |
| SANTA CATARINA | 57,27 | 0,21 | 23,66 | 15,45 | 3,28 | 0,13 |

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

TABELA 3

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1974/75 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA COLHIDA (1) (ha) | PRODUÇÃO (1) (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1974/75 | 80.525 | 995.310 | 12.360 |
| 1975/76 | 80.846 | 1.303.973 | 16.129 |
| 1976/77 | 82.962 | 1.239.687 | 14.942 |
| 1977/78 | 77.528 | 1.208.159 | 15.583 |
| 1978/79 | 66.879 | 1.120.967 | 16.761 |
| 1979/80 | 71.013 | 1.002.841 | 14.122 |
| 1980/81 | 76.073 | 1.274.881 | 16.759 |
| 1981/82 | 79.033 | 1.141.097 | 14.438 |
| 1982/83 | 76.480 | 999.746 | 13.071 |
| 1983/84 | 83.102 | 1.090.968 | 13.128 |
| 1984/85 | 87.060 | 1.175.310 | 13.500 |
| 1985/86 (2) | 78.000 | 1.014.000 | 13.000 |

(1) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(2) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC (dez/85)

Fonte: IBGE/GCEA

Os produtores - que têm como atividade econômica principal de suas propriedades a agricultura (57%) e a pecuária (35%) - em sua grande maioria (81%), cultivam a mandioca de forma solteira. Essa forma de cultivo abrange mais de 80% da área e da produção da raiz.

Acima de 90% das propriedades onde a mandioca é cultivada possuem áreas inferiores a 50 ha. Esses estabelecimentos respondem por mais de 85% da área e da produção no estado. Nas propriedades situadas entre 20 e 50 ha concentram-se ao redor de 30% da área e da produção.

No que tange ao tamanho das lavouras, praticamente todos os produtores (acima de 99%) possuíam plantios inferiores a 10 ha. Ainda um percentual bastante elevado de produtores (70%) implantou lavouras inferiores a 1 ha. Esses produtores responderam por 28% da área e 30% da produção.

Em relação à utilização de tecnologia, pode-se dizer que as lavouras de mandioca são implantadas, em sua grande maioria (70% da área), utilizando manivas comuns, sem qualquer outro tipo de tecnologia. Outro percentual significativo de lavouras (28% da área) é também implantado com manivas comuns. Nestas últimas, porém, foi constatada a utilização de alguns tipos de tecnologia, com predominância de adubação, praticada em 22% da área cultivada. As outras tecnologias detectadas (defensivo, irrigação e diversas outras combinações, incluindo também a adubação) representam percentuais insignificantes. Assim, percebe-se que a quase totalidade (acima de 98%) das lavouras de mandioca foi implantada com manivas comuns, enquanto a utilização de manivas selecionadas ocorreu em menos de 2% da área cultivada.

No decorrer dos últimos cinco anos, observaram-se alterações nos números acima citados, principalmente em termos de tecnologia. Essas modificações são mais sensíveis em alguns locais onde a raiz se destina predominantemente às indústrias, embora a grande maioria das lavouras ainda continue a ser implantada de maneira tradicional.

## A SAFRA 1984/85

A safra 1984/85 transcorreu dentro de certa normalida-

de. Os problemas verificados, dignos de registro, foram: a falta de manivas, provocada pelas fortes geadas do final de agosto de 1984 e pela maior procura derivada da intenção de aumentar o plantio, foi apontada como fator limitante à expansão da área em alguns locais; as pequenas estiagens ocorridas em locais do Alto Vale do Itajaí e do sul do estado, em outubro de 1984 - que causaram um leve atraso nas operações de plantio; e o excesso de chuvas e temperaturas baixas durante alguns dias de novembro de 1984, em certos locais, que provocaram condições favoráveis ao surgimento de doenças e a um menor crescimento das plantas durante o período.

Na safra em questão foram cultivados 111.316 ha, dos quais 90.000 foram plantados em 1984.

Em 1985, foram colhidos 87.060 ha (Fundação IBGE/GCEA-SC nov/85). Esse total representou um acréscimo de 4,76% em relação aos 83.102 ha colhidos em 1984 e equivale a 72,99% da área total cultivada (tabela 4).

TABELA 4
ÁREA CULTIVADA COM MANDIOCA EM SANTA CATARINA
- SAFRAS DE 1981/82 A 1985/86

(ha)

| ÍTENS \ SAFRA | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 | 1985/86 |
|---|---|---|---|---|---|
| Área que permaneceu do ano anterior | 38.283 | 32.766 | 29.315 | 21.316 | 31.146 |
| Área plantada no ano | 73.516 | 73.029 | 79.522 | 90.000 | 78.318 |
| Área total cultivada no ano | 111.799 | 105.795 | 104.418 | 119.359 | 109.464 |
| Área colhida no ano | 79.033 | 76.480 | 83.102 | 88.213 | 78.000 (1) |
| Área que permanece para o segundo ano | 32.766 | 29.315 | 21.316 | 31.146 | 31.464 (1) |

(1) Estimativa de dezembro de 1985 da Fundação IBGE/GCEA-SC
Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

O aumento da área plantada em 1984 decorreu, fundamentalmente, dos preços estimulantes da raiz durante a colheita da

quele ano.

Em termos de distribuição das lavouras, observou-se a manutenção da área naquelas onde predomina o consumo no próprio estabelecimento e o aumento em praticamente todas aquelas onde o produto é entregue às indústrias (tabela 5).

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA DE MANDIOCA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | ÁREA CULTIVADA (ha) 31/12/84 | ÁREA COLHIDA EM 1985 (ha) | ÁREA PLANTADA EM 1985 (ha) | ÁREA REMANESCENTE EM 31/12/85 | | PRODUÇÃO NA SAFRA 1984/85 | | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Área (ha) | % (*) | t | % | |
| Colonial de Joinville | 3.655 | 3.655 | 3.250 | - | | 39.137 | 3,31 | 10.708 |
| Litoral de Itajaí | 876 | 439 | 475 | 437 | 49,89 | 5.288 | 0,45 | 12.046 |
| Colonial de Blumenau | 7.128 | 4.500 | 3.290 | 2.628 | 36,87 | 55.120 | 4,67 | 12.249 |
| Colonial de Itajaí do Norte | 5.700 | 1.800 | 2.300 | 3.900 | 68,42 | 28.795 | 2,44 | 15.997 |
| Colonial do Alto Itajaí | 23.360 | 12.400 | 8.340 | 10.960 | 46,92 | 203.446 | 17,23 | 16.407 |
| Florianópolis | 4.360 | 4.140 | 3.370 | 220 | 5,05 | 43.604 | 3,69 | 10.532 |
| Col. Serrana Catarinense | 4.735 | 3.975 | 2.875 | 760 | 16,05 | 52.066 | 4,41 | 13.098 |
| Litoral de Laguna | 5.338 | 4.088 | 4.950 | 1.250 | 23,42 | 47.012 | 3,98 | 11.500 |
| Carbonífera | 13.086 | 10.752 | 9.920 | 2.334 | 17,84 | 139.652 | 11,83 | 12.988 |
| Lit. Sul Catarinense | 22.400 | 19.900 | 19.250 | 2.500 | 11,16 | 242.421 | 20,52 | 12.182 |
| Col. Sul Catarinense | 2.520 | 2.150 | 2.000 | 370 | 14,68 | 25.856 | 2,19 | 12.026 |
| Campos de Lages | 25 | 25 | - | - | - | 250 | 0,02 | 10.000 |
| Campos de Curitibanos | 625 | 315 | 60 | 310 | 49,60 | 3.150 | 0,27 | 10.000 |
| Col. do Rio do Peixe | 2.362 | 1.375 | 907 | 987 | 41,79 | 17.536 | 1,49 | 12.753 |
| Col. do Oeste Catarinense | 16.730 | 15.140 | 14.820 | 1.590 | 9,50 | 229.490 | 19,44 | 15.158 |
| Planalto de Canoinhas | 6.459 | 3.559 | 2.511 | 2.900 | 44,90 | 47.952 | 4,06 | 13.473 |
| TOTAL | 119.359 | 88.213 | 78.318 | 31.146 | 26,09 | 1.180.775 | 100,00 | 13.385 |

(*) Área remanescente/área cultivada

Fonte: IBGE/GCEA-SC - estimativa dez/85

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Dos instrumentos de política agrícola, o preço mínimo é o que mais afeta a cultura da mandioca. Os valores fixados para a farinha e a fécula, apesar de apresentarem um aumento percentual superior ao da inflação do período, foram considerados baixos (tabela 6). Por isso, e também pelo fato de os preços de mercado dos derivados da mandioca não terem apresentado reajustes significativos durante boa parte do ano, o volume de EGF contratado em 1985 voltou a crescer em relação ao contratado em 1984 (tabela 7)

TABELA 6

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS DA FARINHA, FÉCULA E RAIZ DE MANDIOCA - SAFRAS 1981/82 A 1984/85

| PRODUTO | TIPO | UNIDADE | 1981/82 | 1982/83 | REAJUSTE % | 1983/84 | REAJUSTE % | 1984/85 | REAJUSTE % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Farinha | I | Cr$/50 kg | 1.105,00 | 2.147,50 | 90,34 | 6.788,00 | 216,08 | 33.200 | 389,09 |
| | II | Cr$/50 kg | 1.061,00 | 2.051,20 | 93,33 | 6.517,50 | 217,74 | 31.850 | 388,68 |
| | III | Cr$/50 kg | 1.000,00 | 1.943,50 | 94,35 | 6.142,50 | 216,05 | 30.050 | 389,21 |
| Fécula | | Cr$/kg | 27,00 | 51,46 | 90,59 | 148,63 | 188,83 | 726 | 388,46 |
| Raiz | | Cr$/kg | 4.813,62 | 9.507,25 | 97,51 | 26.242,00 | 176,02 | 121.000 | 361,09 |

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para a raiz, o preço-base (Cr$ 51.800/t) estava, no momento da fixação, bem abaixo dos preços de mercado (Cr$ 90.000 - Cr$ 100.000/t), embora pudesse ser considerado satisfatório, não fossem as condições totalmente atípicas do mercado.

TABELA 7

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1977 A 1985

| ANO | FARINHA | | FÉCULA | |
|---|---|---|---|---|
| | Total Classificado (t) | EGF | Total Classificado (t) | EGF |
| 1977 | 29.802 | 5.941 | 39.206 | 17.122 |
| 1978 | 45.184 | 21.269 | 60.016 | 21.438 |
| 1979 | 28.062 | 4.947 | 49.840 | 11.172 |
| 1980 | 21.972 | 3.730 | 30.689 | 6.507 |
| 1981 | 25.072 | 3.852 | 38.036 | 9.027 |
| 1982 | 27.963 | 11.716 | 54.976 | 19.378 |
| 1983 | 20.982 | 3.180 | 44.344 | 11.921 |
| 1984 | 18.015 | - | 31.078 | 4.299 |
| 1985 | | | | |

Fonte: CIDASC

Os Valores Básicos de Custeio para a safra 1984/85, apesar de em algumas faixas de produtividade serem superiores aos da inflação oficial em termos relativos, em números absolutos ficaram bem abaixo dos custos de produção da cultura.

O mercado da raiz e seus subprodutos, a nível nacional, iniciou o ano de 1985 de certo modo aquecido, devido à "escassez" de raiz que caracteritou a safra 1983/84. Entretanto, em função dos bons preços dessa safra, a área plantada com mandioca aumentou. Isto, juntamente com o final da prolongada seca no Nordeste, fez com que se registrasse, no início da colheita, uma situação de cautela, já que, em função dos fatores acima referidos, a expectativa era de queda nas cotações da raiz. Isto é, com o início da colheita em 1985, ficou ultrapassada o que muitos (principalmente industriais) classificaram de situação crítica.

Assim, pouco antes (março) do início da colheita no estado, os preços da raiz na Região Centro-Sul sofreram uma redução de 20% a 30%, em poucos dias. As cotações continuaram a cair, tendo-se registrado, posteriormente, em diversos locais, vendas de raiz na faixa do preço mínimo.

No estado, quando a colheita iniciou, os segmentos envolvidos com a cultura já dispunham de condições para melhor avaliar a safra. Assim é que algumas fontes chegaram a traduzir a situação referente à cultura da mandioca como de "normalidade".

Entretanto, essa "normalidade" não pôde ser entendida como uma situação sem problemas; pelo contrário. Assim, em meados de abril, mês em que se intensificam as operações de colheita, ainda não se verificava movimentação dos produtores igual à dos outros anos, no sentido de iniciar as operações de colheita. Ocorre que tanto produtores quanto industriais não davam o primeiro passo no sentido de iniciar a comercialização da raiz. O empecilho maior era a indefinição dos preços desta matéria-prima. Os agricultores, de um lado, efetuando seus cálculos com base nos preços mais elevados obtidos na última safra e na inflação do período, chegavam a valores considerados exagerados pelos industriais. Estes, por outro lado, considerando o comportamento dos preços da raiz e seus derivados em outras regiões produtoras, concluiam por valores bem inferiores aos dos produtores. Por isso, a definição do preço de abertura da raiz só ocorreu na segunda quinzena de abril.

Assim, a colheita em Santa Catarina começou com o preço da raiz situando-se na faixa de Cr$ 150.000/t e com a expecta

tiva generalizada de que ele iria diminuir no decorrer da safra, o que de fato aconteceu, conforme pode ser observado nos dados abaixo, que mostram a evolução dos preços/t da raiz na safra 1984/85.

- abril/85 Cr$ 150.000
- maio/85 Cr$ 140.000 - Cr$ 160.000
- junho/85 Cr$ 140.000 - Cr$ 160.000
- julho/85 Cr$ 120.000 - Cr$ 150.000
- agosto/85 Cr$ 120.000 - Cr$ 150.000
- setembro/85 Cr$ 120.000 - Cr$ 150.000

Esses preços, como era previsto, representaram uma queda relativa quando comparados com os preços praticados na safra 1983/84, o que causou certo descontentamento entre os agricultores. Observa-se, também (tabela 8), que os reajustes dos preços da raiz, nos últimos anos, só ultrapassaram os índices de inflação na safra 1983/84. Com o que, o reajuste acumulado somente nas últimas cinco safras ficou bem abaixo da inflação acumulada no mesmo período.

TABELA 8

PREÇOS MÉDIOS DA RAIZ DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1979/80 A 1984/85

| SAFRA | PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS (Cr$/t) | REAJUSTE (%) | | INFLAÇÃO OFICIAL (%) | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Anual | Acumulado | Anual | Acumulado |
| 1979/80 | 3.350 | - | - | - | - |
| 1980/81 | 3.906 | 16,60 | 16,60 | 110 | 110 |
| 1981/82 | 5.080 | 30,05 | 51,64 | 100 | 318 |
| 1982/83 | 11.150 | 119,49 | 232,83 | 143 | 915 |
| 1983/84 | 87.300 | 682,96 | 2.505,97 | 189 | 3.127 |
| 1984/85 | 142.500 | 63,23 | 4.153,73 | 218 | 10.137 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

O preço da fécula, após as elevações ocorridas até praticamente o início da safra no estado, apresentou uma queda rápida e grande no mês de abril - o preço caiu de aproximadamente

Cr$ 2.000/kg para Cr$ 1.300/kg. A cotação deste subproduto continuou nesse patamar até o final de setembro, quando começou a reagir. Em outubro, chegou a haver uma reunião entre feculeiros de Santa Catarina e de outros estados, na qual, entre outros assuntos, decidiu-se tentar tabelar os preços da fécula. Os preços fixados não foram observados por todos os industriais. De qualquer modo, o preço da fécula continuou em ascensão e, ao final no ano, girava em torno de Cr$ 3.000/kg, para pagamento à vista.

O mercado da farinha, a grosso modo, se comportou como o da fécula. Os preços da farinha mantiveram-se baixos e praticamente constantes desde o início da safra, até o mês de outubro, quando iniciou uma reação que se manteve até o final do ano.

Cálculos elaborados pelo Instituto CEPA/SC mostram que os custos de produção da raiz igualaram ou suplantaram os preços de mercado a partir de agosto (tabelas 9 e 10), mês em que a colheita se processa com toda a intensidade.

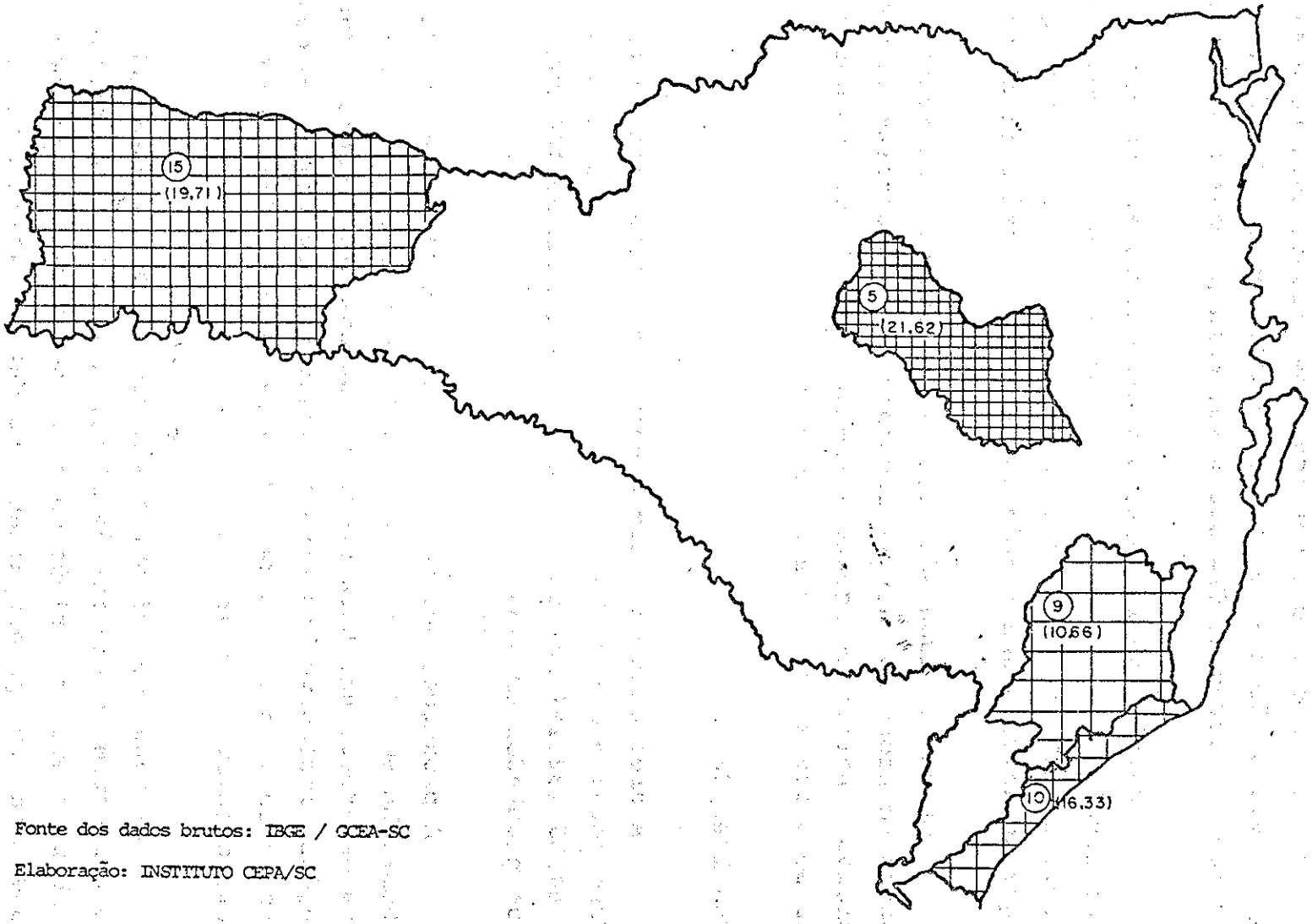
A SAFRA 1985/86

A área cultivada com mandioca no estado atinge 110.617 ha. Esse total é o resultado da soma da área remanescente da safra 1984/85 (32.299 ha) com os 78.318 ha (Fundação IBGE/GCEA-SC, dez/85) plantados em 1985.

A produção, segundo as primeiras estimativas da Fundação IBGE/GCEA-SC, deverá ser de 1.014.000 t para uma área a ser colhida de 78.000 ha. Esta previsão, no entanto, poderá sofrer alterações, inclusive bastante substanciais, em função do comportamento da seca no início de 1986 e da evolução dos preços da raiz até o início da colheita.

As condições climáticas adversas (seca) observadas no último trimestre do ano também afetaram a cultura da mandioca. Em outubro, houve um período de falta de chuvas que provocou o atraso do plantio, principalmente no Vale do Itajaí. Com as chuvas ocorridas no início de novembro, essa operação pôde ser concluída. Entretanto, com o prosseguimento da seca a partir de novembro, apesar das características da planta, começou-se a temer a ocorrência de quebra na produtividade das lavouras, principalmente daquelas implantadas mais tardiamente e com manivas de bai

Mapa 13 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

xa qualidade. Essa quebra, no entanto, ainda não havia sido quantificada ao final de dezembro.

O preço-base da raiz para a safra 1985/86 foi fixada em Cr$ 164.000/t e representou um reajuste de 216,6% sobre os Cr$ 51.800/t, fixados em agosto de 1984, e praticamente equivalente à inflação oficial do período (ago/84 - jul/85), que foi de 217,3%. O prazo de correção, inicialmente previsto para até abril/86, foi prorrogado para junho/86. Posteriormente, em função da continuação da seca, o período de correção foi estendido até julho/86.

A primeira reação dos produtores ao valor divulgado foi de frustração, já que ele ficou abaixo tanto do preço proposto pelos produtores de Santa Catarina (Cr$ 209.904/t) como do proposto pelo Ministério da Agricultura (Cr$ 187.000/t). Deve-se considerar, entretanto, que, no momento da fixação, ele era superior aos preços médios praticados durante a safra e que boa parte da frustração se deveu à grande expectativa que foi criada pelo novo Governo Federal em torno do estímulo à produção de alimentos básicos. Assim, se, por um lado, o preço-base não foi considerado estimulante, por outro, não chegou a ser comprometedor.

Já os Valores Básicos de Custeio (tabela 11), cuja importância para os produtores é bem menor que a dos preços mínimos, apresentaram reajustes bem superiores aos da inflação oficial e aos do preço-base.

Para o início da próxima colheita (abril/86), as previsões ao final de dezembro eram de que o preço da raiz atingiria um valor próximo a Cr$ 350.000/t. Entretanto, com a continuidade da seca, que, ao final de dezembro, já começava a afetar, em alguns locais, principalmente as lavouras mais novas em Santa Catarina, e com o aumento dos prejuízos nos demais estados produtores do Sul e Sudeste (o que deverá ocasionar uma redução na oferta de raiz na próxima safra) especulava-se sobre a possibilidade de o preço, na referida ocasião, ser superior.

A cultura da mandioca, a nível nacional, em 1985, mostrou sinais de recuperação. A colheita prevista (23.277.874 t - Fundação IBGE/CEPAGRO - nov/85) deverá ser aproximadamente 10% superior à verificada em 1984. Esse acréscimo se deveu à recuperação da produção nos estados do Nordeste (somente na Bahia hou-

TABELA 9

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo argiloso) - TRAÇÃO ANIMAL - RENDIMENTO MÉDICO PREVISTO (25.000 kg/ha) ÁREA MÉDIA CULTIVADA (3 ha)

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS DE PRODUÇÃO POR HECTARE | | | | | | | CUSTOS POR (t) | PREÇO MÉDIO RECEBIDO P/ PRODUTOR (por t) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | | Custos Fixos | Total dos Custos | | |
| | Isumos | Serviços Mecânicos | Serviços Manuais | Outros Custos Variáveis | Total | | | | |
| Mar/83 | 30.300 | 51.000 | 93.750 | 5.446 | 180.496 | 41.609 | 222.105 | 8.884 | 5.400 |
| Jun/83 | 36.850 | 63.750 | 103.125 | 7.696 | 211.421 | 53.084 | 264.505 | 10.580 | 9.000 |
| Set/83 | 56.300 | 102.000 | 125.000 | 13.168 | 296.468 | 67.509 | 363.977 | 14.559 | 14.000 |
| Nov/83 | 69.250 | 122.400 | 225.000 | 18.475 | 435.125 | 115.900 | 551.025 | 22.041 | 25.000 |
| Fev/84 | 93.675 | 144.500 | 265.625 | 21.600 | 525.400 | 128.400 | 653.800 | 26.152 | 30.000 |
| Abr/84 | 119.000 | 153.000 | 281.250 | 27.850 | 581.100 | 158,900 | 740.000 | 29.600 | 40.000 |
| Jun/84 | 143.750 | 153.000 | 281.250 | 52.850 | 630.850 | 264.940 | 895.790 | 35.831 | 80.000 |
| Ago/84 | 190.200 | 204.000 | 375.000 | 69.850 | 839.050 | 304.690 | 1.143.740 | 45.749 | 90.000 |
| Out/84 | 229.950 | 340.000 | 475.000 | 82.350 | 1.127.300 | 378.690 | 1.505.990 | 60.239 | 110.000 |
| Dez/84 | 274.300 | 340.000 | 525.000 | 82.350 | 1.221.650 | 383.090 | 1.604.740 | 64.189 | 110.000 |
| Fev/85 | 326.100 | 374.000 | 687.500 | 88.600 | 1.476.200 | 464.440 | 1.940.640 | 77.626 | 120.000 |
| Abr/85 | 380.500 | 493.000 | 687.500 | 107.350 | 1.668.350 | 568.940 | 2.237.290 | 89.491 | 150.000 |
| Jun/85 | 458.600 | 680.000 | 1.062.500 | 107.350 | 2.308.450 | 615.940 | 2.924.390 | 116.976 | 150.000 |
| Ago/85 | 537.400 | 765.000 | 1.125.000 | 129.470 | 2.556.870 | 645.940 | 3.202.810 | 128.112 | 130.000 |
| Out/85 | 679.000 | 1.020.000 | 1.562.500 | 141.970 | 3.403.470 | 840.440 | 4.243.910 | 169.756 | 150.000 |
| Dez/85 | 795.300 | 1.317.500 | 2.062.500 | 160.720 | 4.336.020 | 975.440 | 5.311.460 | 212.458 | 180.000 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 10

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo arenoso) - TRAÇÃO ANIMAL - RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO (18.000 kg/ha)
ÁREA MÉDIA CULTIVADA (4 ha)

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS DE PRODUÇÃO POR HECTARE | | | | | | | CUSTOS P/t | PREÇO MÉDIO RECEBIDO P/ PRODUTOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | | Custos Fixos | Total dos Custos | | |
| | Insumos | Serviços Mecânicos | Serviços Manuais | Outros Custos Variáveis | Total | | | | |
| Mar/83 | 31.430 | 24.000 | 62.400 | 4.113 | 121.943 | 32.792 | 154.735 | 8.596 | 5.400 |
| Jun/83 | 41.250 | 30.000 | 79.200 | 5.733 | 156.183 | 42.365 | 198.548 | 11.031 | 9.000 |
| Set/83 | 58.900 | 48.000 | 144.000 | 10.299 | 261.199 | 53.772 | 314.971 | 17.498 | 14.000 |
| Nov/83 | 76.970 | 57.600 | 201.600 | 13.830 | 350.000 | 90.650 | 440.650 | 24.480 | 25.000 |
| Fev/84 | 99.895 | 68.000 | 240.000 | 16.080 | 423.975 | 99.650 | 523.625 | 29.090 | 30.000 |
| Abr/84 | 124.690 | 72.000 | 240.000 | 20.580 | 457.270 | 124.525 | 581.795 | 32.321 | 40.000 |
| Jun/84 | 154.273 | 72.000 | 240.000 | 38.580 | 504.853 | 201.065 | 705.918 | 39.217 | 80.000 |
| Ago/84 | 203.127 | 96.000 | 288.000 | 53.300 | 640.427 | 231.503 | 871.930 | 48.440 | 90.000 |
| Out/84 | 224.546 | 160.000 | 288.000 | 62.300 | 734.846 | 285.502 | 1.020.348 | 56.686 | 110.000 |
| Dez/84 | 285.236 | 160.000 | 403.200 | 62.300 | 910.736 | 291.002 | 1.201.738 | 66.763 | 110.000 |
| Fev/85 | 341.770 | 176.000 | 528.000 | 66.800 | 1.112.570 | 361.440 | 1.474.010 | 81.889 | 120.000 |
| Abr/85 | 395.200 | 232.000 | 528.000 | 80.300 | 1.235.500 | 440.315 | 1.675.815 | 93.100 | 150.000 |
| Jun/85 | 486.000 | 320.000 | 816.000 | 80.300 | 1.702.300 | 481.065 | 2.183.365 | 121.298 | 150.000 |
| Ago/85 | 579.700 | 360.000 | 864.000 | 103.740 | 1.907.440 | 527.065 | 2.434.505 | 135.250 | 130.000 |
| Out/85 | 707.875 | 450.000 | 1.200.000 | 112.740 | 2.500.615 | 701.690 | 3.202.305 | 177.906 | 150.000 |
| Dez/85 | 784.500 | 620.000 | 1.680.000 | 126.240 | 3.210.740 | 800.690 | 4.011.430 | 222.857 | 180.000 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

ABELA 11

ALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A CULTURA DA MANDIOCA - SAFRA DE 1981/82 A 1984/85 - (1 ciclo)

| FAIXA DE PRODUTIVIDADE | 1981/82 (a) | 1982/83 (b) | REAJUSTE (%) (b/a) | 1983/84 (c) | REAJUSTE (%) (c/b) | 1984/85 (d) | REAJUSTE (%) (d/c) | 1985/86 (e) | REAJUSTE (%) (e/d) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Até 10.000 | 17.800 | 33.900 | 90,45 | 78.300 | 130,97 | 246.000 | 214,17 | 903.000 | 267,07 |
| 10.001 - 15.000 | 20.500 | 38.800 | 89,27 | 93.400 | 140,72 | 293.000 | 213,70 | 1.081.000 | 208,94 |
| 15.001 - 20.000 | 27.900 | 54.300 | 94,62 | 129.000 | 137,57 | 427.000 | 231,00 | 1.528.000 | 257,84 |
| 20.001 - 25.000 | 30.800 | 60.200 | 95,45 | 142.500 | 136,71 | 476.000 | 234,03 | 1.708.000 | 258,82 |
| Acima de 25.000 | 33.800 | 66.800 | 97,63 | 160.700 | 140,57 | 561.000 | 249,09 | 2.005.000 | 257,39 |

onte: CFP

ve um aumento superior a 1.500.000 t). Além disso houve um aumento apreciável na produção do Paraná, estado onde a recente implantação de um parque industrial, numa região onde são obtidas boas produtividades com a cultura, estimulou o aumento do plantio.

Santa Catarina, segundo a Fundação IBGE/CEPAGRO-nov/85, passou a ser o 7º produtor nacional, com uma participação de 4,64%, em termos de área, e 4,94% em termos de produção - contra 4,52% e 5,01%, respectivamente, verificados em 1984. Essa melhora na posição do estado deveu-se, secundariamente, ao pequeno aumento da produção interna e, principalmente, à grande quebra verificada no Maranhão, que passou de 2º produtor em 1984, com aproximadamente 1.800.000 t, para 8º produtor, com aproximadamente 1.020.000 t (tabela 12).

TABELA 12

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO NACIONAL DE MANDIOCA - NOVEMBRO DE 1985

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | ÁREA (ha) | | PRODUÇÃO (t) | | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| | Destinada à colheita | Participação (%) | Esperada | Participação (%) | |
| Bahia | 409.000 | 21,83 | 5.317.000 | 22,88 | 13.000 |
| Pará | 145.205 | 7,74 | 1.884.376 | 8,09 | 12.997 |
| Paraná | 90.000 | 4,80 | 1.800.000 | 7,73 | 20.000 |
| Pernambuco | 151.323 | 8,07 | 1.565.594 | 6,72 | 10.346 |
| Rio Grande do Sul | 127.601 | 6,80 | 1.515.830 | 6,51 | 11.879 |
| Minas Gerais | 89.105 | 4,75 | 1.135.656 | 4,88 | 12.745 |
| Santa Catarina | 87.060 | 4,64 | 1.149.192 | 4,94 | 13.200 |
| Maranhão | 165.320 | 8,82 | 1.020.687 | 4,38 | 6.174 |
| Piauí | 66.910 | 3,57 | 1.013.463 | 4,35 | 15.147 |
| Amazonas | 79.514 | 4,24 | 954.172 | 4,10 | 12.000 |
| São Paulo | 38.537 | 2,05 | 784.679 | 3,37 | 20.362 |
| Ceará | 95.535 | 5,09 | 764.591 | 3,28 | 8.003 |
| Rio Grande do Norte | 53.978 | 2,88 | 547.741 | 2,35 | 10.147 |
| Paraíba | 56.284 | 3,00 | 526.526 | 2,26 | 9.355 |
| Espírito Santo | 29.093 | 1,55 | 490.290 | 2,11 | 16.853 |
| Rondônia | 28.790 | 1,53 | 486.870 | 2,09 | 16.911 |
| Sergipe | 34.717 | 1,85 | 455.348 | 1,96 | 13.116 |
| Mato Grosso do Sul | 26.720 | 1,42 | 454.240 | 1,95 | 17.000 |
| Mato Grosso | 25.112 | 1,34 | 366.184 | 1,57 | 14.582 |
| Goiás | 23.930 | 1,28 | 340.840 | 1,46 | 14.243 |
| Acre | 16.265 | 0,87 | 283.867 | 1,22 | 17.453 |
| Rio de Janeiro | 12.689 | 0,68 | 193.523 | 0,83 | 15.251 |
| Alagoas | 16.584 | 0,88 | 156.818 | 0,67 | 9.456 |
| Amapá | 4.259 | 0,23 | 46.039 | 0,20 | 10.824 |
| Roraima | 1.388 | 0,07 | 19.218 | 0,08 | 13.846 |
| Distrito Federal | 390 | 0,02 | 5.070 | 0,02 | 13.000 |
| TOTAL | 1.875.309 | 100,00 | 23.277.874 | 100,00 | 12.413 |

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO (nov/85)

## 3.11. MILHO

A cultura do milho em Santa Catarina continua despontando como a mais representativa de todo o setor, não só em termos de área plantada e produção, como também na formação do Valor Bruto da Produção da lavoura.

É cultura predominantemente de pequena propriedade, sendo plantada por aproximadamente 179.000 agricultores, grande parcela dos quais a destina à criação de suínos. Do número total de produtores, aproximadamente 93.000 cultivam o milho na modalidade solteira, cerca de 52.000 o plantam em consórcio com outras culturas e 35.000 em outras formas associadas.

Segundo o Censo de 1980, cerca de 60,6% da produção se origina de propriedades com área total inferior a 10 ha; aproximadamente 27% de propriedades entre 10 e menos de 20 ha; 9,8% de imóveis entre 20 e menos de 50 ha; e somente 2,6% da produção advém de imóveis com área superior a 50 ha. Ainda, segundo aquele mesmo levantamento censitário, a utilização de sementes melhoradas abrange 77% da área total plantada (61,6% em 1975) e o uso de fertilizantes, nas diversas formas, foi efetuado em 54,1% do total da área semeada (26% em 1975).

Apesar de o milho ser uma cultura de importância fundamental para o setor agrícola catarinense, sua área de cultivo, embora crescendo levemente nos últimos anos, tem dado mostras de caminhar para uma relativa estabilidade. Entretanto, a produção que se tem mostrado bastante irregular - em decorrência de problemas climáticos - apresenta perspectivas de crescimento, uma vez que o rendimento médio, atualmente nas aproximidades dos 2.500 kg/ha, poderá sofrer acréscimos substanciais em futuro próximo, desde que sejam melhoradas as condições do solo e aumentada a utilização de práticas agrícolas mais aperfeiçoadas. Essa assertiva se baseia não só nas produtividades alcançadas nos experimentos, mas também na potencialidade das sementes que ora se encontram no mercado.

A evolução da cultura desde a safra 1976/77 até as estimativas para a safra 1985/86 pode ser visualizada na tabela 1.

TABELA 1

SÉRIE REAJUSTADA DA EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86

| SAFRAS | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIM.MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1976/77 | 825.977 | 2.076.506 | 2.514 |
| 1977/78 | 819.534 | 1.294.044 | 1.579 |
| 1978/79 | 837.482 | 1.327.409 | 1.585 |
| 1979/80 | 877.716 | 2.017.999 | 2.299 |
| 1980/81 | 905.836 | 2.264.590 | 2.500 |
| 1981/82 | 903.742 | 2.142.772 | 2.371 |
| 1982/83 | 901.629 | 1.686.948 | 1.871 |
| 1983/84 | 936.231 | 2.340.578 | 2.500 |
| 1984/85 | 942.149 | 2.159.049 | 2.292 |
| 1985/86 (1) | 951.000 | 1.842.000 | 1.937 |

(1) Previsão do IBGE/GCEA-SC (dez/85)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Na safra 1984/85, o plantio se manteve praticamente igual ao do ano anterior (somente 0,6% a mais). Não obstante os níveis do preço-base terem sido considerados de satisfatórios a bons, e embora os preços de mercado tivessem reagido nos últimos meses de 1984, os agricultores se sentiram mais motivados a expandir a área de cultivo do feijão - considerado mais rentável apesar dos riscos - do que a do milho. Por outro lado, a boa remuneração recebida pelos suinocultores e avicultores no transcorrer de 1984 foi um fator que colaborou para a sustentação dos níveis de plantio.

Apesar de a culturas ter enfrentado alguns empecilhos durante a fase de plantio - deficiência hídrica na primeira quinzena de setembro e na terceira dezena de outubro, além de excesso de chuvas em novembro - a normalização das condições climáticas, durante o transcorrer de dezembro, reforçou a expectativa de que a produção viesse a se situar entre 2,34 e 2,37 milhões de toneladas. No entanto, a forte estiagem que assolou as principais regiões produtoras durante o mês de janeiro e parte de fevereiro causou perdas substanciais à produção. Essa estiagem, além

de se ter refletido numa diminuição da produtividade das lavouras que foram semeadas entre meados de outubro e meados de novembro, acarretou perdas totais em parte da área plantada que, juntamente com as perdas proporcionadas pelas enchentes do extremo sul do estado, atingiu um montante estimado em 10.000 ha.

Por conseguinte, embora a área plantada tenha apresentado um leve crescimento (0,6%), quando comparada à da safra anterior, a produção de 1985 apresentou um decréscimo da ordem de 260,0 mil toneladas em relação à safra 1983/84.

Não obstante a safra catarinense ter sofrido uma perda de aproximadamente 9% em sua produção, quando comparada às estimativas iniciais, ainda assim Santa Catarina respondeu por cerca de 9,7% da produção nacional (estimada em 22,0 milhões de toneladas) e se manteve como o 5º produtor brasileiro de milho, ficando atrás, por ordem de importância, dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas e São Paulo.

No contexto estadual, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com aproximadamente 55,0% da produção, continuou despontando como a principal produtora em 1985. Seguiram-se, por ordem de importância, as microrregiões Colonial do Rio do Peixe, com cerca de 23,1%, a microrregião Campos de Curitibanos com 4,5%, a microrregião Planalto de Canoinhas com 4,2% e a microrregião Colonial do Alto Itajaí com 3,3% da produção estadual.

Segundo o IBGE(*), nos 11.798 mil hectares plantados com milho, a nível de Brasil, foi obtida, em 1984/85, uma produção de 22,0 milhões de toneladas. A redução de cultivo em aproximadamente 3% quando comparada à área semeada em 1983/84, foi explicada pelos baixos preços de mercado que vigoraram durante o período de colheita em 1984, e pela falta de perspectivas de preços mais remuneradores do que o mínimo em 1985. Foi explicada, além disso, por problemas relacionados com o crédito de custeio, com destaque para o atraso nas liberações das parcelas e pela substituição de áreas anteriormente cultivadas com milho, por algodão, principalmente nos estados do Paraná, São Paulo e Goiás.

---

(*) LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro, IBGE, set. 1985.

Apesar da queda na área de plantio e de as estiagens de novembro terem atrapalhado o plantio e o desenvolvimento vegetativo das lavouras, principalmente em Minas e São Paulo, e apesar de a falta de chuvas em jan/85 ter propiciado uma queda acentuada em Santa Catarina, a produção do Centro-Sul foi significativamente superior à de 1984. Em face disso e de o Norte/Nordeste ter repetido o bom desempenho de 1984, a safra nacional de 1984/85 apresentou um crescimento de aproximadamente 4% em relação à safra 1983/84.

A produção nacional de milho, nas últimas quatro safras, pode ser vista nas tabelas 2 e 3.

TABELA 2

PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, POR REGIÕES - SAFRA DE 1981/82 A 1984/85

(em 1.000 t)

| REGIÃO | SAFRA | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 (*) |
| Norte | 313,6 | 190,1 | 368,4 | 318,1 |
| Nordeste | 1.133,5 | 306,9 | 1.472,8 | 1.530,1 |
| Centro-Oeste | 2.472,2 | 2.282,4 | 2.306,6 | 2.432,3 |
| Sudeste | 6.740,1 | 6.082,6 | 5.713,7 | 6.204,7 |
| Sul | 11.206,0 | 9.881,0 | 11.312,6 | 11.521,4 |
| TOTAL | 21.865,4 | 18.743,0 | 21.174,1 | 22.006,6 |

(*) Estimativa IBGE/CEPACRO (novembro/85)

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

PRODUÇÃO DE MILHO NOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85

(em 1.000 t)

| PRODUTOR | SAFRA | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 (*) |
| Paraná | 5.430,0 | 5.018,9 | 5.400,0 | 5.803,7 |
| Rio G. do Sul | 3.147,2 | 3.174,8 | 3.567,4 | 3.558,6 |
| Santa Catarina | 2.628,8 (*) | 1.687,3 | 2.345,2 | 2.159,1 |
| São Paulo | 3.392,4 | 3.164,0 | 2.866,7 | 2.900,9 |
| Minas Gerais | 3.053,8 | 2.696,0 | 2.563,6 | 3.007,7 |
| Goiás | 1.922,1 | 1.722,9 | 1.721,3 | 1.690,8 |
| TOTAL | 19.574,3 | 17.463,9 | 18.464,2 | 19.120,8 |

(*) Dados não confirmados

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As estimativas do IBGE/GCEA de outubro/85 indicavam para a safra catarinense de 1985/86 um plantio de aproximadamente 951.000 ha e uma produção potencial da ordem de 2,37 milhões de toneladas. Esses números, comparados aos da safra 1984/85, representariam um crescimento de aproximadamente 1% na área e de 10% na produção. A diferença de crescimento apontada entre a área e a produção decorria da expectativa de que o rendimento médio estadual voltasse a se situar em 2.500 kg/ha contra os 2.292 kg/ha obtidos na semi-frustrada safra de 1984/85.

Embora o preço-base não tivesse sido considerado satisfatório e os preços de mercado se tivessem mantido quase que estabilizados durante o forte da colheita, as expectativas eram de que os produtores tradicionais cultivariam praticamente a mesma área do ano anterior. Por outro lado, a alta dependência da suinocultura ao milho e os bons preços praticados para os suínos durante 1985, estimularam os produtores ligados à atividade a plantarem o cereal. Além disso, o leve crescimento esperado na área de plantio era devido ainda à perspectiva de substituição de parcela de áreas anteriormente plantadas com soja por milho, já que os baixos preços praticados para a oleaginosa durante 1985, e as poucas possibilidades de melhoria das cotações para o ano de 1986, desestimulariam os sojicultores.

Os bolsões de estiagens ocorridos em agosto e outubro, embora tenham acarretado atraso no preparo do solo, no plantio e no desenvolvimento das lavouras, não chegaram a acarretar problemas à cultura. Do mesmo modo, a formação, no início de outubro, de geadas localizadas no Oeste, Meio Oeste e Planalto, também não causaram prejuízos. Já as estiagens que assolaram o estado durante o mês de novembro e princípios de dezembro, além de terem impedido o prosseguimento do plantio - naquele momento se estimava que somente 70% da área já se encontrava plantada - causaram perdas estimadas preliminarmente em cerca de 23% da produção. É bom salientar que as previsões de perdas refletiram uma expectativa do momento e que as mesmas somente poderão ser mais precisadas quando da época da colheita. Além disso, a melhoria das condições climáticas, a partir da segunda semana de dezembro, possibilitou o replantio das áreas perdidas, o plantio de parcela do restante da área prevista e a retomada do crescimento das lavouras que se encontravam com o crescimento paralisado, dando novo alento aos produtores.

Em vista disso, as expectativas ao final de dezembro eram de que, caso não ocorressem mais problemas de ordem climática, a produção estadual de milho, em 1986, poderia apresentar uma leve recuperação e se situar em níveis pouco superiores a 2,0 milhões de toneladas.

A nível de Brasil, as perspectivas de plàntio de milho se mostraram de início bastante alentadoras. Essa expectativa foi gerada inicialmente pelo pressuposto de que dentro da política do atual governo o milho foi um dos produtos menos penalizados, pois apesar de o preço-base não ter sido satisfatório, o acesso ao crédito favorecido melhorou; o Valor Básico de Custeio apresentou um reajuste médio de 267%; o acesso ao crédito passou de 80% do VBC para os pequenos e médios produtores na safra passada, para 100% e 90%, respectivamente, nesta safra; para os grandes, passou de 60% para 80%. Um outro fator relevante, e que se afigurava como o mais importante, era o desestímulo previsto para a soja e para o algodão, culturas que deveriam ceder área para o milho no Sul e no Sudeste do país.

No entanto, as estimativas que em setembro apontavam, para o Centro-Sul, um incremento de cultivo entre 5% e 7% em relação à safra passada, foram prejudicadas, em face de as estiagens que assolaram notadamente os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - que atrasaram a semeadura e prejudicaram as lavouras já semeadas - terem repercutido de forma desfavorável na intenção de plantio. De qualquer modo, as estimativas ao final de dezembro eram de que a área total a ser cultivada no Centro-Sul deveria se situar em níveis pouco superiores aos 9,0 milhões de hectares cultivados em 1984/85.

Como decorrência das estiagens, a produção do Centro-Sul, foi estimada, em dezembro, em aproximadamente 17,0 milhões de toneladas, contra os 20,2 milhões obtidos em 1985. Se o Norte/Nordeste - onde ainda não se têm estimativas pelo fato de o plantio se processar bem mais tardiamente do que no Centro-Sul - repetir a produção obtida na safra 1984/85 (1.881 mil t), a produção brasileira poderá apresentar um potencial próximo às 19,0 milhões de t.

Na segunda quinzena de agosto o governo fixou o preço-base do milho para a safra 1985/86 em Cr$ 37.200/sc, nível sensi

velmente inferior ao aguardado pelos produtores - que esperavam, no mínimo, o valor de Cr$ 41.700/sc proposto pelo Ministério da Agricultura, porém levemente acima dos preços recebidos pelos agricultores catarinenses naquele momento. O novo preço-base, quando comparado ao da safra 1984/85 (Cr$ 13.000/sc), apresentou um reajuste de 186%, contra uma inflação, no mesmo período, de 217%. Embora o valor fixado não tenha sido muito discrepante em relação aos custos de produção, ele praticamente não deixou margem de lucratividade ao produtor. Apesar de essa situação parecer razoável, na medida em que o preço-base cobriria praticamente os custos com a implantação das lavouras, persistiu a preocupação de que o preço mínimo se transformasse num depressor dos preços de mercado durante o forte da colheita. Isto porque, tradicionalmente, os preços do milho, quando de safras normais, permanecem estabilizados até agosto, quando termina a colheita no Centro-Sul do país. No entanto, fundamentado nas estiagens que assolaram alguns estados, o governo resolveu, como forma de incentivar o plantio, promover a prorrogação do período de correção dos preços-base de algumas culturas, entre elas o milho, de agosto até junho - na safra anterior era corrigido de agosto a abril. Essa decisão do governo deverá ter reflexos positivos para os produtores à época da colheita, uma vez que os preços não deverão se estabilizar antes de junho.

No que concerne aos Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1985/86, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em agosto, os novos valores de financiamento para as diversas faixas de produtividade, cujo aumento médio nominal apresentou um incremento de 265,0%, quando comparado aos VBCs do ano passado. Além de o reajuste ter sido bastante superior ao índice inflacionário do período, 226,8%, o acesso ao crédito favorecido melhorou em vista de terem aumentado os percentuais a serem financiados às diversas categorias de produtores. O acesso para os pequenos e médios produtores, que até a safra passada se restringia a 80% do VBC, passou para, respectivamente, 100% e 90% nesta safra. Para os grandes produtores passou de 60% para 80%. Esse fato, no entanto, não teve grande relevância para a cultura em Santa Catarina, uma vez que, para os pequenos produtores - a maioria no estado - os fatores que mais influenciam na intenção de plantio do milho são os preços mínimos estimulantes e preços de mercado remuneradores.

TABELA 4

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DO MILHO - SAFRAS DE 1983/84 A 1985/86

(Cr$ 1,00)

| FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | SAFRA | | | REAJUSTE % |
|---|---|---|---|---|
| | 1983/84 | 1984/85 (a) | 1985/86 (b) | (b/a) |
| Até 900 | 35.100 | 108.000 | 387.000 | 258,3 |
| 901 a 1.300 | 45.900 | 154.000 | 563.000 | 265,6 |
| 1.301 a 1.700 | 61.100 | 218.000 | 795.000 | 264,7 |
| 1.701 a 2.100 | 71.300 | 265.000 | 979.000 | 269,4 |
| 2.101 a 2.500 | 84.200 | 309.000 | 1.135.000 | 267,3 |
| 2.501 a 3.000 | 100.500 | 370.000 | 1.354.000 | 265,9 |
| 3.001 a 3.500 | 111.200 | 406.000 | 1.485.000 | 265,8 |
| 3.501 a 4.000 | 127.000 | 472.000 | 1.725.000 | 265,5 |
| 4.001 a 5.000 | 149.400 | 547.000 | 1.991.000 | 264,0 |
| Acima de 5.000 | 172.300 | 633.000 | 2.302.000 | 263,7 |

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

No que concerne à produção mundial de milho, o USDA, em sua estimativa de novembro, previu que o volume total do cereal a ser produzido na safra 1985/86 poderá alcançar 469,2 milhões de toneladas, ou cerca de 3,7% acima da obtida na safra anterior (452 milhões de t). Essa previsão de aumento foi fruto basicamente do crescimento da safra norte-americana, uma vez que a produção dos outros principais países produtores não deverá diferir muito do volume obtido em 1984/85.

As boas condições climáticas que reinaram nos Estados Unidos durante o período de desenvolvimento das lavouras daquele país, proporcionaram sucessivas revisões das estimativas para maior, tendo o USDA, em novembro, situado a produção nas proximidades das 221,4 milhões de toneladas, contra 200,0 milhões de toneladas estimadas à época do plantio.

TABELA 5

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO - SAFRAS DE 1981/82 A 1985/86

(em milhões de t)

| PAÍS \ SAFRA | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 | 1985/86 (*) |
|---|---|---|---|---|---|
| EUA | 208,3 | 213,3 | 105,8 | 194,5 | 211,4 |
| China | 59,0 | 60,0 | 68,2 | 67,7 | 66,0 |
| Brasil | 23,3 | 18,8 | 21,0 | 22,2 | 21,6 |
| CEE | 18,6 | 18,7 | 19,5 | 20,0 | 21,5 |
| URSS | 8,4 | 10,5 | 16,5 | 12,5 | 11,0 |
| Argentina | 9,7 | 11,0 | 9,5 | 12,0 | 12,1 |
| Outros | 110,7 | 111,9 | 108,6 | 123,3 | 115,7 |
| TOTAL | 438,0 | 444,2 | 349,1 | 452,2 | 469,2 |

(*) Previsão USDA (nov/85)

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Diante de uma safra americana recorde e em vista não só da previsão de uma evolução pouco favorável da demanda interna americana, mas também da perspectiva de que as exportações venham a ser inferiores às deste ano, o USDA prevê que ao final da temporada 1985/86 os estoques americanos de milho se situarão ao redor de 77 milhões de toneladas. Esses números, quando comparados aos estoques estimados para o final da temporada 1984/85, representam um crescimento da ordem de 121,0%.

TABELA 6

OFERTA E DEMANDA AMERICANAS DE MILHO - TEMPORADAS DE 1982/83 A 1985/86

(em milhões de t)

| DISCRIMINAÇÃO | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 | 1985/86 (*) |
|---|---|---|---|---|
| Oferta | | | | |
| . estoque inicial | 58,06 | 79,30 | 18,40 | 35,05 |
| . produção | 213,29 | 105,80 | 194,50 | 221,41 |
| Demanda | | | | |
| . consumo | 144,12 | 117,50 | 131,20 | 137,68 |
| . exportação | 47,47 | 47,60 | 46,70 | 41,30 |
| Estoque final | 79,30 | 20,00 | 35,03 | 77,50 |

(*) Previsão USDA (nov/85)

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os estoques mundiais, por sua vez, deverão ser, em 1986, 78,0% superiores aos do final da temporada 1984/85, como reflexo não só do aumento da produção global, como também da expectativa de que o volume total das exportações se mostre inferior ao da temporada finda.

TABELA 7

OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE MILHO - TEMPORADA DE 1983/84 A 1985/86

| DISCRIMINAÇÃO | 1983/84 | 1984/85 | 1985/86 |
|---|---|---|---|
| Oferta | | | |
| . estoque inicial | 96,8 | 35,2 | 50,9 |
| . produção | 349,5 | 452,2 | 477,5 |
| . importação | 66,1 | 73,2 | 75,1 |
| . consumo interno | 411,0 | 434,5 | 434,3 |
| . exportação | 66,1 | 73,0 | 70,0 |
| Estoque final | 34,3 | 52,9 | 94,1 |

Fonte: USDA (nov/85)

No que diz respeito ao abastecimento nacional, constatou-se tranqüilidade no atendimento da demanda até o final de setembro/85. No período mais crítico da entressafra, jan/fev, o suprimento da demanda se processou de modo muito mais tranqüilo do que na entressafra passada, não só porque o "carry-over" do final de 1984 foi superior a 2,0 milhões de toneladas, como também porque já começava a entrar milho novo no mercado - principalmente produto do Paraná - a partir de fevereiro.

A expectativa de que pudesse ocorrer queda na produção nacional em face das estiagens de janeiro na Região Sul - quebras que, à exceção de Santa Catarina, se mostravam de pequena monta - causou algumas preocupações quanto ao atendimento da demanda mais para o final do ano. No entanto, na medida em que a colheita foi se processando, os ânimos foram se acalmando, não só como decorrência da boa oferta que se delineava de março em diante, como ainda pelo grande volume de milho que foi adquirido pela CFP (cerca de 2,6 milhões de toneladas). A tranqüilidade dos

consumidores aumentou a partir de maio, quando a safra nacional demonstrou sinais de superar os 21,2 milhões de toneladas, até então estimadas. O montante previsto para a produção nacional, quando somado aos estoques de passagem do final do ano passado - mais de 2,0 milhões de toneladas - fazia prever uma oferta global superior a 24,0 milhões de toneladas. Como o consumo estava estimado em níveis próximos a 21,1 milhões de toneladas, se esperava que a demanda viesse a ser atendida com bastante folga até o início da nova safra.

TABELA 8

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DA CULTURA DO MILHO NO BRASIL - SAFRAS DE 1983/84 E 1984/85

(em 1.000 t)

| ESPECIFICAÇÃO | 1983/84 | 1984/85 |
|---|---|---|
| Estoque inicial | 823,5 | 2.121,0 |
| Produção | 21.177,5 | 22.056,6 |
| Importação | - | 200,0 |
| OFERTA TOTAL | 22.001,0 | 24.377,6 |
| Consumo interno | 19.700,0 | 21.100,0 |
| Exportação | 180,0 | - |
| DEMANDA TOTAL | 19.880,0 | 21.100,0 |
| ESTOQUE FINAL | 2.121,0 | 3.277,6 |

OBS.: Extraído da Revista Agroanalysis - out/85, pag. 23
Fonte: CFP e IBGE

Em outubro, entretanto, em decorrência do atraso previsto para a colheita da nova safra do Paraná e de São Paulo - face às estiagens que atrasaram o plantio e prejudicaram as lavouras já semeadas - as expectativas se reverteram. As explicações para essa virada centraram-se na perspectiva de que, sendo o consumo nacional mensal estimado em cerca de 1,8 milhões de toneladas e não ocorrendo entradas expressivas da safra nova durante os meses de janeiro, fevereiro e março, os estoques de passagem ao final de dezembro - calculados em pouco mais de 3,0 milhões de toneladas - poderiam ser insuficientes para atender ao consumo naqueles meses. Esse fato gerou, inclusive, uma acentuada procura por milho durante outubro e inícios de novembro, dan-

do a impressão de que havia efetivamente uma acentuada escassez de milho. O que parece ter de fato acontecido, foi que, como decorrência de os preços do milho se terem mostrado praticamente estabilizados até fins de setembro e de a CFP ter em seu poder um grande volume de milho, os consumidores, principalmente do Sudeste do país - que vinham fazendo compras somente em volumes que cobriram suas necessidades mais imediatas - foram tomados de surpresa e com seus estoques bastante reduzidos. Esse quadro, embora pareça ter sido superestimado, gerou os primeiros indicadores para que o governo se movimentasse no sentido de proceder a importações do produto. Já a partir de novembro, após a CFP ter aumentado suas ofertas de milho nacional nos leilões e ter colocado à venda os primeiros lotes de milho importado, para entrega em janeiro e fevereiro - foi autorizada a compra no mercado externo de 400 mil toneladas - a demanda foi satisfeita com relativa tranqüilidade até o final do ano. Ainda nesse período começou a aparecer, no mercado, milho que havia sido retido em mãos de especuladores durante a corrida de outubro e que, em face das expectativas de normalização do quadro de oferta, foi sendo desovado.

Ao final do ano, as expectativas eram de que o atendimento da demanda durante os primeiros três meses de 1986 dependeria, fundamentalmente, não só das disponibilidades de milho em mãos do governo - que já eram pequenas - mas, principalmente, de agilidade das importações das restantes 600 mil toneladas já autorizadas. Essa perspectiva se prendia ao fato de que a entressafra tenderia a se prolongar em face de as estiagens terem atrasado substancialmente o plantio e causado perdas de grande monta nas previsões da produção. Entretanto, o abastecimento, durante o restante do ano de 1986, estará na dependência do nível de recuperação das lavouras, das possibilidades de replantio das áreas mais atingidas, e do montante a ser plantado na safrinha do Paraná, bem como do desempenho da safra do Nordeste.

O abastecimento catarinense se processou de forma bastante normal até a entrada da safra. Além de os grande consumidores terem "virado" o ano de 1984 com bons níveis de estoques, as ofertas de produto, principalmente de milho paranaense, mostraram-se razoavelmente constantes.

Embora a safra catarinense tenha apresentado uma que-

bra de aproximadamente 200 mil toneladas em relação ao inicialmente esperado, o que repercutiu num déficit superior ao que normalmente ocorreria - cerca de 450.000 t - o mercado se mostrou tranqüilo até setembro, uma vez que as agroindústrias não só encontraram relativa facilidade de adquirir milho no Paraná - onde as ofertas eram abundantes - como também dispuseram de milho da CFP, leiloado através da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina, já a partir do final de julho. Portanto, embora a quebra da safra tivesse repercutido numa menor oferta de milho a nível de comércio interno, uma vez que os suinocultores retiveram na propriedade um percentual superior aos tradicionais 60% da produção, as indústrias não encontraram maiores dificuldades de compras até o final de setembro, em face dos fatores acima citados.

É de ressaltar que, em nosso estado, cerca de 60% da produção de milho são retidos na propriedade para auto-consumo e que a maior parte desse percentual se destina à alimentação do plantel de suínos. Do restante da produção estadual que vai ao comércio, bem como do milho que entra do Paraná, a maior parte é requerida pelas indústrias, que a transformarão em rações para aves. Com isso, fica patente que, em anos de produção normal, o segmento da suinocultura fica satisfatoriamente atendido com a própria produção estadual, e o segmento da avicultura, com agroindústrias consolidadas, tem capacidade de prover-se satisfatoriamente, quer no mercado interno estadual, quer no mercado do Paraná, ou em outras fontes.

A alta inesperada de preços em outubro, no entanto, embora não tenha pego as agroindústrias catarinenses totalmente desprevenidas, provocou apreensão quanto às reais disponibilidades de milho para o atendimento das necessidades até a entrada da nova safra. Naquele mês, e em parte de novembro, o interesse pelo produto leiloado pela CFP foi grande, em face não só do reduzido volume posto nos leilões e pela retração dos vendedores do Paraná, como também pela pouca disponibilidade de milho para comercialização no mercado interno catarinense.

Em dezembro, embora existisse pouco milho para comercialização no mercado catarinense, as expectativas eram de que, caso a CFP continuasse a ofertar milho na Bolsa durante os meses de janeiro e fevereiro, a demanda dos grandes consumidores pode

ria ser atendida a contento, dado que seus níveis de estoques - mais de 100 dias de consumo - pareciam ser suficientes para "engatar" com a colheita da safra 1985/86. Para os pequenos consumidores, entretanto, as expectativas eram de que o atendimento das necessidades nos primeiros meses de 1986 tenderia a ser bastante apertado. Já no que diz respeito ao restante desse ano, o quadro permanecia bastante indefinido, uma vez que seria necessário aguardar o desenrolar das condições climáticas para se ter uma melhor definição do potencial da safra.

A estimativa do Instituto CEPA/SC sobre a oferta/demanda catarinense de milho para 1985 foi a seguinte:

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE (t) |
|---|---|
| I - DEMANDA | 2.394.500 |
| 1. Consumo humano | 60.000 |
| 2. Consumo animal | 2.270.000 |
| 2.1. Suínos | 1.271.000 |
| 2.2. Frangos de corte | 646.000 |
| 2.3. Matrizes de pintos | 72.500 |
| 2.4. Matrizes de ovos | 15.000 |
| 2.5. Perus | 51.000 |
| 2.6. Outros animais | 154.500 |
| 3. Consumo industrial | 60.000 |
| 4. Sementes | 4.500 |
| II - PERDAS | 216.900 |
| III - NECESSIDADE TOTAL | 2.611.400 |
| IV - PRODUÇÃO | 2.159.000 |
| V - DÉFICIT | 452.400 |

No que diz respeito ao fluxo da produção interna de milho, se estima que ele se processe nas formas que seguem.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense, não obstante ser a maior consumidora do cereal, é também a maior produtora, gerando inclusive excedentes que são exportados para outras regiões do estado e também, em pequena escala, para o Rio Grande do Sul.

A microrregião do Vale do Rio do Peixe, além da pró -

pria produção, é tradicional compradora de milho produzido na microrregião Colonial do Oeste Catarinense e de produto do vizinho estado do Paraná. Essa microrregião, apesar de ser a segunda produtora de milho, possui 26% do rebanho suinícola e é responsável por mais de 60% do abate inspecionado de aves.

Nas microrregiões Planalto de Canoinhas e Campos de Curitibanos, que respondem em conjunto por cerca de 10,0% da produção estadual, a oferta é superior à demanda e gera excedentes que são comercializados para o Meio-Oeste e para o Vale do Itajaí.

As microrregiões litorâneas, além de consumirem a própria produção, abastecem-se em outras regiões e no estado do Paraná.

Os preços do milho no mercado internacional se mostraram fracos durante todo o transcorrer do ano como decorrência da conjugação de oferta abundante, estoques elevados e demanda retraída. O panorama que se delineia para o próximo período comercial é de que as cotações internacionais continuarão a se mostrar deprimidas.

O mercado nacional de milho se manteve calmo durante a maior parte de janeiro/85. A autorização de importação de 200 mil toneladas de milho e a realização das primeiras colheitas da safra nova fizeram com que ocorresse "devosa" dos estoques existentes em mãos das cooperativas, dos comerciantes e dos produtores, mantendo os preços praticamente estabilizados durante a primeira quinzena de janeiro. A partir de meados de janeiro, entretanto, com as notícias de que as estiagens estavam gerando prejuízos à safra, os preços ganharam maior impulso, sem no entanto disparar-em. De fevereiro até meados de março, com a certeza de suprimento garantido, o mercado voltou a apresentar pouca movimentação com as cotações se mostrando praticamente estabilizadas. Nesse período, os preços recebidos pelos produtores ficaram abaixo do preço-base corrigido na maioria dos estados produtores. A nível de atacado, os preços foram superiores ao mínimo somente nos estados do sul, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

TABELA 9

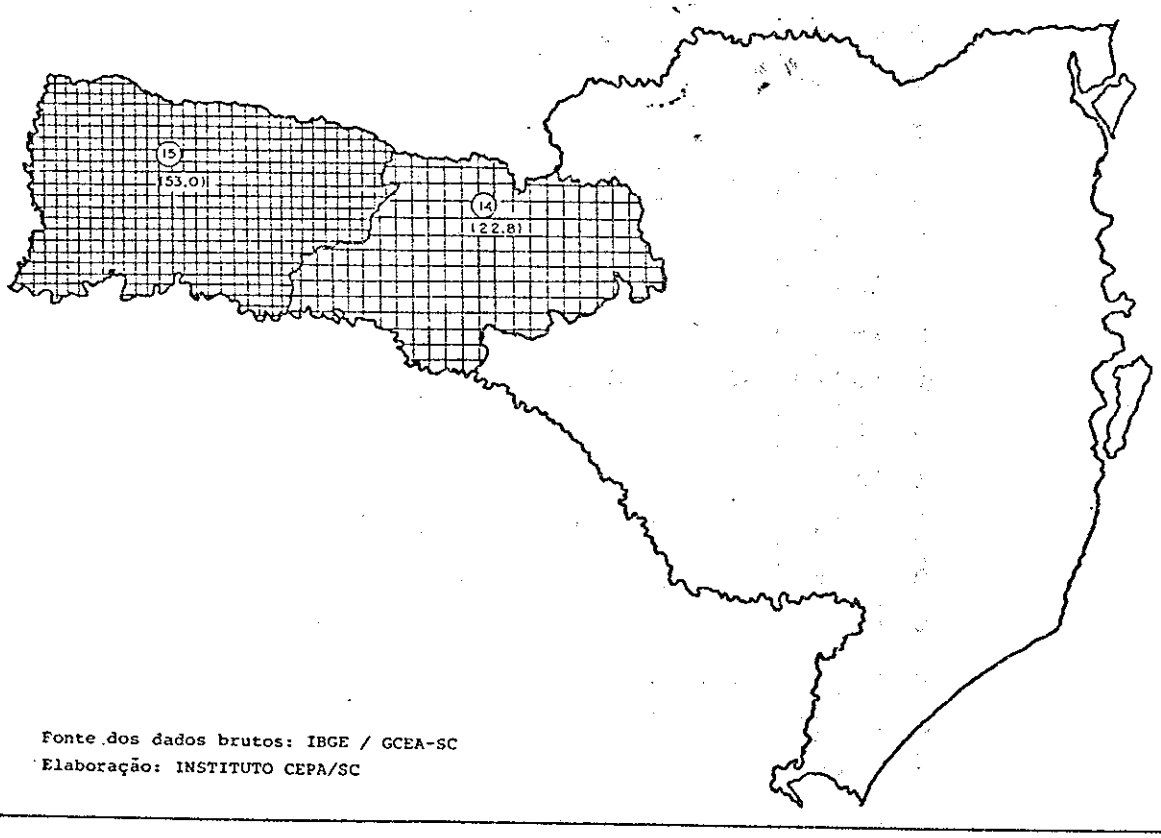
DESTINO DA PRODUÇÃO DE MILHO, NAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES PRODUTORAS DE SANTA CATARINA - 1980

(em percentagem da produção)

| MICRORREGIÕES | DESTINO DA PRODUÇÃO | | | | | | PARTICIPAÇÃO DAS DAS MICRORREGIÕES NA PRODUÇÃO ESTADUAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Consumo no Estabelecimento | Entrega a Cooperativas | Venda Direta a Indústria | Venda a Intermediários | Venda Direta a Consumidores | Total | |
| Col. Oeste Catarinense | 53,61 | 11,29 | 2,12 | 28,85 | 4,13 | 100,0 | 54,36 |
| Col. Rio do Peixe | 75,00 | 1,82 | 1,28 | 11,12 | 10,78 | 100,0 | 22,74 |
| Planalto de Canoinhas | 61,25 | 6,84 | 1,11 | 17,42 | 13,38 | 100,0 | 4,86 |
| Campos de Curitibanos | 30,19 | 9,89 | 1,61 | 51,49 | 6,82 | 100,0 | 4,59 |
| Colonial Alto Itajaí | 71,14 | 1,89 | 2,45 | 15,17 | 9,35 | 100,0 | 3,38 |
| Carbonífera | 67,06 | 0,33 | 2,51 | 20,73 | 9,37 | 100,0 | 1,89 |
| Outras | 62,47 | 0,39 | 3,22 | 25,39 | 8,53 | 100,0 | 8,18 |
| TOTAL ESTADUAL | 59,39 | 7,45 | 1,96 | 24,35 | 6,85 | 100,0 | 100,00 |

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

Mapa 14 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Na segunda quinzena de março, o mercado se mostrou mais ativo em decorrência de o excesso de chuvas ter atrapalhado a colheita da safra paulista no início do mês e, posteriormente, pela preferência dada à colheita da soja e do algodão. Como conseqüência, os consumidores de São Paulo, que haviam reduzido seus estoques, voltaram a comprar milho no Paraná e em Goiás, reativando a comercialização.

De abril até julho, os preços tenderam à estabilidade. As cotações no atacado dos principais estados produtores não viabilizaram, em muitos casos, o pagamento do preço mínimo ( Cr$ 30.360/sc) aos produtores. Em face disso, o governo, já a partir de abril, iniciou as compras através das operações de AGF, cujo volume chegou, em agosto, a 2,5 milhões de toneladas. Notou-se, nesse período, que as indústrias e os grandes consumidores permaneceram retraídos, efetuando compras somente com vistas ao consumo mais imediato.

A partir da segunda semana de julho até meados de agosto, o mercado apresentou uma maior movimentação, em face de a colheita do Centro-Sul se ter encaminhado para o final. A redução da oferta proporcionada pelo término da colheita e pelo enxugamento do mercado através das compras do governo, aliada à maior disposição dos grandes consumidores em aumentar paulatinamente seus estoques de garantia, foram os fatores que começaram a dar maior sustentação aos preços. As cotações naquele momento só não reagiram com maior intensidade face às notícias de que a CFP iniciaria a "desova" de seus estoques a preços pouco superiores ao mínimo. Já a partir da segunda dezena de agosto até princípios de outubro, as cotações permaneceram praticamente estabilizadas. Embora os leilões de milho promovidos pela CFP não tivessem pressionado as cotações para baixo, contribuíram sobremaneira para que a tendência altista arrefecesse e para que os preços se estabilizassem. Durante este período, os preços do milho no mercado paralelo foram pautados pelos dos leilões da CFP, com a comercialização privada tendo-se mantido bastante reduzida.

A relativa tranqüilidade que o mercado demonstrou até então, foi bruscamente revertida a partir da segunda semana de outubro. A escalada de preços, que se verificou desde esse momento, decorreu inicialmente pela ausência da CFP no mercado por uma semana e, posteriormente, pelas estiagens que se abateram

principalmente sobre o Norte do Paraná e São Paulo. As cotações do produto no mercado paralelo, que até meados de outubro vinham sendo norteadas pelos preços praticados nos pregões da CFP, começaram, a partir daí, a se mostrar superiores àqueles em decorrência de a procura se ter acentuado substancialmente. Entretanto, já nos primeiros dias de novembro, as cotações começaram a apresentar elevações mais moderadas. O aumento das quantidades ofertadas pela CFP e mais as chuvas que caíram nas regiões mais afetadas do Paraná e de São Paulo, fizeram com que a escalada das cotações arrefecesse. As indústrias de rações e moageiras, por sua vez, que ao serem surpreendidas pelas altas de outubro vinham pressionando a demanda, mostraram sinais de cautela nas compras, em face de terem aumentado seus estoques de garantia. Na segunda semana de novembro, a tendência altista foi totalmente quebrada e os preços deram sinais de recuo. A manutenção do volume de ofertas de milho nacional nos pregões da CFP e mais a realização das primeiras vendas do milho contratado no mercado externo, para entrega em janeiro, fizeram com que as cotações "afrouxassem".

No final de novembro, embora a CFP tivesse mantido suas ofertas em níveis altos, as cotações nas Bolsas voltaram a apresentar sinais de alta, como decorrência não só das expectativas de quebras na produção nacional e do atraso da nova safra, como também pela maior participação dos pequenos consumidores nos leilões, além da perspectiva de que os preços de abertura dos pregões da CFP seriam majorados no início de dezembro. No início desse mês, contudo, o mercado continuou calmo, como conseqüência da continuidade de ofertas da CFP e das notícias de que o governo deveria promover importações adicionais de milho. Na segunda semana do mês, porém, o mercado se mostrou firme e com preços em elevação. O prosseguimento das estiagens em quase todos os estados do Centro-Sul e a notícia de que a CFP sairia do mercado do dia 16/12 até o dia 09/01/86, gerou pressão compradora - principalmente dos pequenos consumidores - e causou a elevação das cotações. Na terceira semana de dezembro, os preços cresceram substancialmente. Esse aumento foi creditado à grande corrida dos compradores que procuraram assegurar estoques para o período em que a CFP estivesse fora do mercado, já que praticamente não existia oferta no mercado paralelo.

Para os primeiros meses de 1986, as expectativas eram

de que, caso a CFP se fizesse presente no mercado durante os meses de janeiro e fevereiro, os preços do milho, embora devessem continuar subindo, não apresentariam elevações excessivas.

O mercado estadual de milho se mostrou pouco movimentado no transcorrer do primeiro semestre de 1985. Nos dois primeiros meses do ano - meses mais críticos - o atendimento da demanda se mostrou tranqüilo. Embora as cotações tenham evoluído substancialmente na virada da primeira quinzena de janeiro, os preços se estabilizaram daí em diante, até sofrerem um leve enfraquecimento no transcorrer da terceira semana de fevereiro. Esse fato decorreu não só como reflexo do comportamento do mercado nacional, em especial do mercado paranaense, como também do pouco interesse de compras dos grandes consumidores que estavam bastante estocados. Em março, as cotações a nível de produtor, que já haviam experimentado um movimento ascendente nos últimos dias de fevereiro, procuraram uma maior acomodação aos níveis do preço-base corrigido. No atacado, os preços pedidos pelos vendedores foram pouco superiores àqueles pagos aos produtores, com o mercado tendo permanecido calmo por continuarem os compradores a se mostrar retraídos.

De abril até inícios de julho, o mercado interno estadual continuou com pouca movimentação. Embora os grandes consumidores se encontrassem com estoques bastante reduzidos, as compras permaneceram limitadas. A certeza de uma safra razoável, tanto em Santa Catarina como, principalmente, no Paraná, a expectativa de que os preços permaneceriam estabilizados ao redor do mínimo até julho e o alto custo do dinheiro, foram fatores que impediram uma maior agressividade dos compradores. Além disso, durante esse período já havia expectativa, por parte dos grandes consumidores, de que o governo viria a desaguar seus estoques tão logo os preços dessem sinal de reagir com maior intensidade.

Na segunda semana de julho, o mercado se mostrou mais movimentado, com os compradores aproximando seus preços aos pedidos pelos vendedores. Esse movimento foi creditado ao aumento dos preços do milho no Paraná e à retirada do ICM em Santa Catarina - a produção estadual destinada ao consumo animal foi isenta do ICM - fatores que favoreceram o retorno às compras internas. Esse fato gerou condições para que os vendedores elevassem substancialmente seus preços até um patamar que se mostrava ain-

da competitivo com os preços do produto paranaense. Nas duas últimas semanas de julho, os preços se estabilizaram, inicialmente como decorrência da expectativa quanto ao nível de preços que seriam praticados nos leilões da CFP e, posteriormente, por ter o pregão da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina apresentado um preço médio de Cr$ 33.787/sc.

De agosto até fins de setembro, o mercado se mostrou calmo, com os preços evoluindo lentamente. A continuidade da oferta de milho da CFP na Bolsa, o relativo baixo preço médio nos leilões e o aumento das cotas de importação de milho paranaense com deferimento de ICM, foram fatores que colaboraram para que o mercado catarinense se mostrasse tranqüilo. Já em outubro, entretanto, o mercadose mostrou em alta durante todo o transcorrer do mês. O interesse pelo produto da CFP foi grande em função não só do reduzido volume posto à venda nos pregões, como também pela pouca disponibilidade interna de milho para comercialização. Nem mesmo o aumento da oferta no último pregão do mês arrefeceu o interesse dos compradores.

Na primeira semana de novembro, apesar de as compras de milho da CFP terem ficado bem abaixo do volume total ofertado - o que parecia mostrar um certo arrefecimento da demanda - os preços no mercado paralelo continuaram a mostrar firmeza. Isso decorreu não só pela pouca disponibilidade interna de milho para comercialização em mãos das cooperativas e particulares, como, também, pelo fato de os compradores de menor porte não terem acesso à bolsa, ou mesmo não terem demonstrado interesse na aquisição, já que o produto leiloado estava depositado em praças muito distantes.

O recuo dos preços verificados nos pregões da Bolsa a partir da segunda semana de novembro, a agilidade demonstrada pela CFP na venda do produto estrangeiro, a tranqüilidade proporcionada pelas importações e pelo reinício do plantio das safras do Paraná e de São Paulo, fizeram com que os preços do milho no mercado catarinense apresentassem uma queda bastante expressiva no transcorrer do restante do mês. Além disso, a tranqüilidade dos consumidores - cujos estoques eram superiores a 100 dias de consumo - e a certeza de que ainda existia milho em mãos de particulares no Paraná, fizeram com que os grandes consumidores se mostrassem cautelosos nas compras.

Em dezembro, a elevação dos preços de fechamento dos pregões da CFP já no primeiro leilão do mês e a continuidade das estiagens se refletiram numa melhora das cotações no mercado paralelo no início do mês. A partir da segunda semana de dezembro, o mercado se aqueceu substancialmente, refletindo não só a tendência demonstrada a nível nacional, como também a influência do agravamento das quebras da safra estadual.

Para os primeiros meses de 1986, as perspectivas eram de que os preços se apresentariam firmes, sem no entanto dispararem. O razoável volume de estoques em mãos dos grandes consumidores, as perspectivas de que a CFP permaneceria oferecendo milho importado na Bolsa, e a provável entrada de pequenos remanescentes da safra de 1985, permitiram formular essa hipótese.

TABELA 10

PREÇOS MENSAIS DE MILHO, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO

(Valor nominal - Cr$ 1,00/saca 60 kg)

| MÊS | PRODUTOR CATAR. (*) | ATACADO CATAR. (**) | ATACADO PARANAENSE (***) | CHICAGO (US$/t) 1ª entrega |
|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 18.800/22.000 | 22.000/26.000 | 19.000/25.000 | 106,96 |
| Fevereiro | 23.000/24.000 | 26.000/27.500 | 24.000/27.500 | 106,10 |
| Março | 24.000/26.000 | 27.500/30.000 | 27.500/30.000 | 107,40 |
| Abril | 28.000/28.000 | 30.000/32.000 | 30.000/32.000 | 111,68 |
| Maio | 28.000/30.000 | 32.000/33.000 | 29.500/32.000 | 109,84 |
| Junho | 30.000/30.000 | 33.000/33.000 | 28.000/31.000 | 108,17 |
| Julho | 30.000/32.000 | 33.000/36.000 | 29.000/34.000 | 105,12 |
| Agosto | 32.000/35.000 | 36.000/39.000 | 32.000/35.000 | 90,79 |
| Setembro | 35.000/36.000 | 39.000/41.000 | 34.000/36.500 | 89,11 |
| Outubro | 36.000/55.000 | 41.000/65.000 | 36.000/62.000 | 88,50 |
| Novembro | 55.000/60.000 | 60.000/65.000 | 65.000/58.000 | 94,09 |
| Dezembro | 60.000/70.000 | 65.000/80.000 | 58.000/75.000 | 97,56 |

(*) Praça de Chapecó

(**) Preços pedidos pelos vendedores em Chapecó

(***) Atacado do Sudoeste e do Oeste do Paraná

Fonte: Coopercentral e Instituto CEPA/SC

TABELA 11

COMPORTAMENTO DO MILHO NACIONAL NOS LEILÕES DA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS DE SANTA CATARINA 1985

| DATA DOS LEILÕES | MILHO DEPOSITADO EM | QUANTIDADE OFERTADA (t) | QUANTIDADE VENDIDA (t) | PREÇO DE ABERTURA (Cr$/sc) | MÉDIA DO FECHAMENTO (Cr$/sc) |
|---|---|---|---|---|---|
| 25/07 | SC | 5.000 | 5.000 | 33.000 | 33.787 |
| 01/08 | SC | 5.000 | 5.000 | 33.000 | 34.212 |
| 08/08 | SC | 5.000 | 5.000 | 33.000 | 35.220 |
| 15/08 | PR | 10.000 | 10.000 | 33.000 | 34.802 |
| 22/08 | PR | 10.000 | 10.000 | 33.000 | 33.180 |
| 29/08 | PR | 10.000 | 10.000 | 33.000 | 33.000 |
| 05/09 | PR | 8.000 | 8.000 | 33.000 | 33.258 |
| 12/09 | PR | 8.000 | 8.000 | 33.000 | 33.887 |
| 19/09 | PR | 8.000 | 3.370 | 33.000 | 33.420 |
| 26/09 | PR | 5.000 | 2.130 | 33.000 | 34.453 |
| 07/10 | SC, PR | 3.000 | 3.000 | 33.000 | 37.622 |
| 14/10 | PR | 3.000 | 3.000 | 33.000 | 38.942 |
| 21/10 | PR, GO | 5.000 | 5.000 | 37.000 | 42.517 |
| 29/10 | PR, MS | 15.000 | 15.000 | 37.000 | 46.288 |
| 04/11 | PR, MT, MS | 25.000 | 18.050 | 37.000 | 43.157 |
| 11/11 | PR, MT, MS | 25.000 | 15.800 | 37.000 | 40.804 |
| 18/11 | PR, MT, MS | 21.000 | 11.000 | 37.000 | 37.939 |
| 25/11 | SC, PR,MT,MS | 25.207 | 14.319 | 37.000 | 46.659 |
| 02/12 | PR, MT | 10.000 | 9.300 | 37.000 | 47.673 |
| 09/12 | PR, MT | 15.000 | 12.830 | 40.500 | 47.926 |
| 16/12 | PR, MT, GO | 20.000 | 18.500 | 40.500 | 53.657 |

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

COMPARATIVO DO MILHO IMPORTADO NOS LEILÕES DA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS DE SANTA CATARINA 1985

| DATA DOS LEILÕES | QUANTIDADE OFERTADA (t) | QUANTIDADE VENDIDA (t) | PREÇO DE ABERTURA (Cr$/sc) | MÉDIA DE FECHAMENTO (Cr$/sc) |
|---|---|---|---|---|
| 12/09 | 2.000 | 464 | 24.000 | 24.000 |
| 19/09 | 2.000 | 1.223 | 24.000 | 24.000 |
| 26/09 | 2.000 | 796 | 24.000 | 24.000 |
| 07/10 | 2.000 | 1.643 | 24.000 | 24.000 |
| 14/10 | 2.000 | 1.507 | 24.000 | 24.000 |
| 21/10 | 1.592 | 1.592 | 24.000 | 25.831 |
| 29/10 | 1.400 | 1.400 | 27.000 | 33.917 |
| 11/11 | 10.000 | 9.574 | 60.000 | 60.000 |
| 18/11 | 10.000 | 6.028 | 60.000 | 60.000 |
| 25/11 | 10.000 | 10.000 | 60.000 | 60.000 |
| 02/12 | 15.000 | 15.000 | 60.000/63.000 | 62.010 |
| 09/12 | 5.000 | 5.000 | 63.000 | 68.220 |
| 16/12 | 4.000 | 4.000 | 63.000 | 73.560 |

OBS.: Até o leilão do dia 29/10 as vendas corresponderam a milho importado no início do ano.

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 3.12. SOJA

Dentre os produtos da lavoura catarinense, a soja, em 1985, manteve a quarta colocação em relação ao volume colhido, perdendo apenas para o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar. Em termos de área cultivada, foi suplantada somente pelo milho, que parmanece sendo o produto de maior expressão de todo o subsetor lavouras. A área plantada com a oleaginosa, que durante a década de 70 experimentou um crescimento bastante acentuado, declinou nos primeiros anos de 80, para atualmente se mostrar quase que estabilizada. O declínio de cultivo experimentado desde a safra 1980/81 até a safra 1982/83 decorreu, principalmente, da substituição da prática de consórcio milho/soja por milho ou feijão solteiros, cujos preços no período se mostraram bastante atrativos. O leve crescimento do plantio, na safra 1983/84, deveu-se ao incentivo proporcionado pelo espetacular aumento das cotações da soja no mercado internacional durante o segundo semestre de 1983 a às boas perspectivas de preços que à época se delineavam para a comercialização em 1984. Já a estabilidade verificada em 1984/85 foi, de certo modo, surpreendente, uma vez que se esperava um leve recuo de plantio em face do encarecimento do crédito de custeio e do baixo nível do VBC. O que, efetivamente, ocorreu, foi a disposição dos grandes e médios produtores em plantarem a mesma área de 1983/84, embora tenham compensado as dificuldades de crédito com uma menor utilização de insumos. A evolução da cultura da soja, desde 1976/77 até as previsões para 1985/86, pode ser vista na tabela 1.

TABELA 1
EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1976/77 | 350.642 | 476.365 | 1.359 |
| 1977/78 | 408.785 | 354.681 | 868 |
| 1978/79 | 504.570 | 433.863 | 860 |
| 1979/80 | 520.401 | 718.764 | 1.381 |
| 1980/81 | 483.880 | 648.000 | 1.339 |
| 1981/82 | 445.000 | 534.000 | 1.200 |
| 1982/83 | 404.300 | 405.400 | 1.003 |
| 1983/84 | 420.246 | 578.763 | 1.377 |
| 1984/85 | 420.130 | 563.882 | 1.342 |
| 1985/86 (*) | 410.000 | 517.000 | 1.260 |

(*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dezembro/85)
Fonte: IBGE/GCEA-SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

No contexto nacional, Santa Catarina, em 1985, respondeu por aproximadamente 3,1% da produção e permaneceu como o 8º produtor brasileiro de soja, sendo precedido, por ordem de importância, pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul,Mato Grosso, Goiás, São Paulo e Minas Gerais. A participação catarinense no global da safra brasileira tem caído nos últimos anos, não só em função da estabilização do cultivo em nosso estado, mas, principalmente, em decorrência do grande avanço de plantio que vem se verificando nos estados do Centro-Oeste.

A cultura da soja, a exemplo das demais lavouras temporárias, também é explorada por grande número de pequenos produtores. Dos 59.157[1] agricultores que plantaram a oleaginosa na safra 1979/80, cerca de 63% a cultivaram em propriedades com menos de 20 ha, e 29% em propriedades com área total entre 20 e menos de 50 ha. A produção, no entanto, concentra-se em grande parte nas propriedades maiores, onde, em 1980, somente 8% dos agricultores responderam por quase 50% do total da produção estadual.

Ainda segundo o Censo de 1980, do número total de agricultores, cerca de 22% cultivam a oleaginosa no sistema "solteiro", 71% no sistema consorciado com milho, e 7% de forma intercalada. Já no que se refere à área de plantio, os primeiros responderam por 45% do cultivo, os segundos por 49% e os últimos por 6% do total da área cultivada no estado.

A nível de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense continuou despontando como a maior produtora, e respondeu, na safra 1984/85, por aproximadamente 66% da produção estadual. Seguiram-se-lhe, em importância, as microrregiões Colonial do Rio do Peixe com 12,0%, Planalto de Canoinhas com 10,7% e Campos de Curitibanos com 9,9%. A microrregião Campos de Curitibanos, que na safra anterior se situara como a 3ª colocada a nível de estado, caiu para a 4ª posição em face de ter sofrido quebras mais acentuadas de produtividade em decorrência da estiagem de jan/fev de 85.

Apesar de alguns problemas de ordem climática - falta de chuvas em princípios de setembro e última dezena de outubro,

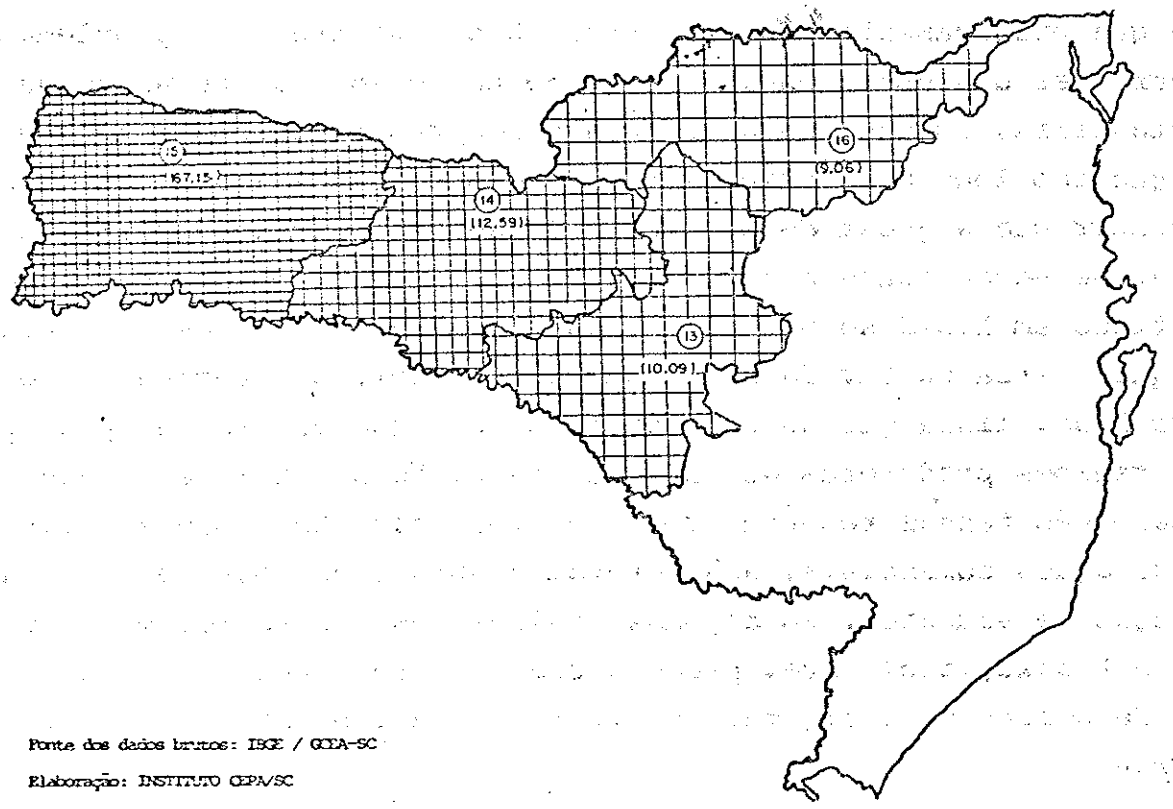
---

(1) CENSO AGROPECUÁRIO - Santa Catarina. Rio de Janeiro - IBGE, 1980.

e excesso de precipitações em novembro/84 - terem atrasado o preparo do solo e o plantio, a normalização das condições climáticas ao final de novembro e no transcorrer de dezembro geraram expectativas otimistas quanto ao desempenho da safra 1984/85. No entanto, as estiagens de janeiro/início de fevereiro - que em alguns pontos do estado persistiram por mais de 30 dias - causaram alguns reflexos negativos na produtividade de algumas lavouras. A escassez de chuvas, além de atingir a parcela de lavouras que se encontravam na fase de floração, causou também algum atraso no desenvolvimento vegetativo das plantas, dificultou a germinação das lavouras que foram semeadas em fins de dezembro e impossibilitou o plantio de um remanescente de áreas que seriam semeadas em inícios de janeiro. Por outro lado, ressalte-se que o fenômeno não atingiu com a mesma intensidade tôdas as regiões do estado e que, mesmo dentro das regiões mais afetadas, houve áreas que praticamente nada sofreram. Não obstante os problemas decorrentes das estiagens, a produção não chegou a acusar perdas substanciais, em face de a cultura ter apresentado uma boa recuperação tão logo as condições climáticas se normalizaram. É de se frisar que a queda de 2,6% em relação à produção da safra anterior se deveu quase que exclusivamente à redução de rendimento que ficou em 1.342 kg/ha - 1.377 kg/ha na safra 1983/84 -, uma vez que a área cultivada praticamente não sofreu alteração. Por outro lado, ainda que as constantes chuvas que caíram nas principais regiões produtoras durante grande parte de abril e início de maio não tenham repercutido desfavoravelmente sobre a produção de grãos comerciais, acarretaram alguns problemas sobre a produção de sementes. Em algumas regiões, esse fato foi mais sentido e trouxe, inclusive, preocupações quanto à real disponibilidade de sementes de algumas cultivares para o plantio da safra 1985/86.

Segundo a CIDASC, a produção de soja destinada à sementes alcançou, em 1984/85, um volume de 57.320 t, das quais 22.262 já haviam sido aprovadas até novembro. Esse volume foi suficiente para atender a toda a demanda estadual para a safra 1985/86 e para gerar excedentes que foram exportados para outros estados e também para o Paraguai. A necessidade total de semente para o plantio da safra 1985/86 foi estimada em aproximadamente 27.000 t, sendo que destas, cerca de 16.000 t (60%) se referiam a sementes fiscalizadas.

Mapa 15 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, cerca de 60% do total da área cultivada com soja utiliza sementes melhoradas, e aproximadamente 57% da área de plantio recebeu algum tipo de adubação.

A safra brasileira de soja, em 1985, se situou, segundo o IBGE/CEPAGRO de novembro/85, em 18.274 mil toneladas, constituindo-se na maior safra de todos os tempos. Segundo outras fontes, a produção alcançou níveis próximos a 17,5 milhões de toneladas. Embora a estiagem que assolou as regiões produtoras do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e parte do Paraná, durante o mês de janeiro, tenha causado perdas na produtividade das lavouras desses estados - perdas que foram amenizadas quando da regularização das chuvas de fevereiro em diante - esses prejuízos foram amplamente compensados não só pelo aumento da área cultivada nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, como também pela excelente produtividade alcançada nas demais regiões. A não ser na Região Sul, onde ocorreram problemas com a falta de chuvas, nas demais regiões o clima foi altamente favorável e proporcionou um ótimo rendimento às lavouras.

TABELA 2

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA, POR ESTADO - SAFRAS DE 1980/81 A 1984/85

(em 1.000 t)

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | SAFRA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1980/81 | 1981/82 | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 (1) |
| Paraná | 4.950,0 | 4.200,0 | 4.315,0 | 4.121,0 | 4.413,0 |
| Rio Grande do Sul | 6.088,3 | 4.220,6 | 5.268,9 | 5.415,0 | 5.711,1 |
| Mato Grosso do Sul | 1.346,0 | 1.537,3 | 1.801,0 | 2.003,0 | 2.554,9 |
| São Paulo | 1.032,0 | 993,3 | 966,0 | 871,0 | 960,0 |
| Goiás | 382,6 | 560,9 | 692,9 | 847,0 | 1.356,2 |
| Santa Catarina | 648,2 | 534,0 | 405,4 | 579,0 | 563,9 |
| Minas Gerais | 279,4 | 390,1 | 477,5 | 554,0 | 882,6 |
| Mato Grosso | 224,9 | 365,5 | 611,3 | 1.050,0 | 1.656,0 |
| Distrito Federal | 25,5 | 32,4 | 39,8 | 52,0 | 91,8 |
| Outros | 1,1 | 0,4 | 4,2 | 44,0 | 84,7 |
| TOTAL | 14.978,0 | 12.834,5 | 14.582,0 | 15.536,0 | 18.274,2 |

(1) Estimativa IBGE (nov/85)

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para a safra 1985/86, as estimativas do IBGE/GCEA de outubro apontavam, para Santa Catarina, um plantio de cerca de 410.000 ha e uma produção potencial de 574.000 t. Esses números, comparados aos da safra 1984/85, representavam um decréscimo pouco superior a 2,0% na área e um aumento de quase o mesmo percentual na produção. O decréscimo previsto na área de cultivo foi creditado aos resultados financeiros insatisfatórios auferidos pelos produtores de soja em 1985, à persistência de baixos preços internacionais para a oleaginosa e à política de crédito oficial, escasso para a atividade. Já a perspectiva de que a produção apresentaria um leve crescimento decorreu da expectativa de que, caso não ocorressem problemas climáticos - fato que tem acontecido com razoável freqüência nos últimos anos - a cultura viria a apresentar um rendimento superior ao de 1985, quando, em face das estiagens de janeiro, ocorreram pequenas quebras na produtividade. Um outro aspecto, que também foi levado em consideração, é o de que a redução de cultivo deveria correr por conta mais da soja consorciada, que tem um rendimento bastante inferior ao da média do estado.

Apesar de os bolsões de estiagens de meados de outubro terem causado transtornos aos trabalhos de preparo do solo e plantio, não chegaram, entretanto, a causar prejuízos à cultura. Por outro lado, as estiagens que assolaram o estado durante todo o mês de novembro, além de terem paralisado o plantio - estimado à época em cerca de 55% da área prevista - e estagnado o crescimento vegetativo, causaram perdas substanciais à produção. Já a relativa melhoria das condições climáticas a partir da segunda semana de dezembro, embora tenha proporcionado condições para que o plantio fosse reiniciado, não se mostrou totalmente favorável ao desenvolvimento da lavoura.

Em face disso, as estimativas, ao final de dezembro, eram de que a produção catarinense de soja, na safra 1985/86, deveria se situar em aproximadamente 517.000 t, apresentando uma quebra de aproximadamente 10%, quando comparada às previsões iniciais (574.000 t).

A nível nacional, os primeiros levantamentos realizados pelos órgãos oficiais sobre as intenções de plantio da safra 1985/86 se mostraram bastante pessimistas e apontavam para uma redução de cultivo entre 4% e 6% em relação à safra anterior.

As principais causas apontadas como responsáveis por essa tendência foram: o encarecimento dos custos de produção; os baixos preços obtidos na comercialização durante 1985; o adiantamente do VBC de apenas 50% e 60%, de acordo com o porte do produtor; recursos próprios reduzidos, e preço mínimo considerado baixo pelo setor. A expectativa de redução da área de cultivo e mais a pouca possibilidade de que o rendimento médio a nível nacional alcançaria a boa performance da safra anterior levaram os analistas e os órgãos de estatísticas agrícolas a preverem, em outubro, uma produção potencial próxima a 16,7 milhões de toneladas.

No entanto, as estiagens que assolaram principalmente os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul, acarretaram sensíveis prejuízos à cultura. Ao final de dezembro, as expectativas eram de que a produção brasileira poderia cair para uma faixa entre 13,5 e 14,5 milhões de toneladas. Essa perspectiva refletia não só as perdas já realizadas, mas também os prejuízos potenciais decorrentes do risco do atraso e da concentração dos plantios, os quais poderão atrasar a colheita e deixar as lavouras mais vulneráveis às intempéries.

TABELA 3

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA SOJA NO BRASIL - SAFRA DE 1972/73 A 1984/85

| SAFRA | ÁREA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1972/73 | 3.615 | 5.012 | 1.386 |
| 1973/74 | 5.143 | 7.877 | 1.532 |
| 1974/75 | 5.825 | 9.893 | 1.698 |
| 1975/76 | 6.417 | 11.227 | 1.750 |
| 1976/77 | 7.070 | 12.513 | 1.770 |
| 1977/78 | 7.782 | 9.541 | 1.226 |
| 1978/79 | 8.256 | 10.240 | 1.240 |
| 1979/80 | 8.774 | 15.156 | 1.727 |
| 1980/81 | 8.465 | 14.978 | 1.765 |
| 1981/82 | 8.202 | 12.835 | 1.564 |
| 1982/83 | 8.486 | 14.582 | 1.719 |
| 1983/84 | 9.456 | 15.483 | 1.645 |
| 1984/85(*) | 10.149 | 18.274 | 1.800 |

(*) Previsão de novembro do IBGE/CEPAGRO

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O preço-base para a safra 1984/85, que havia sido estabelecido, em agosto/84, em Cr$ 20.000/sc, alcançou um mínimo de Cr$ 46.740/sc após sofrer as correções até abril/85. Para a safra 1985/86, o preço-base foi estabelecido em Cr$ 59.040/sc. Estima-se que esse valor, após sofrer as correções das ORTNs de agosto/85 até abril/86, venha a se situar próximo a Cr$ 130.000/sc. O preço-base para essa safra foi considerado insatisfatório pela grande maioria dos produtores, uma vez que se situou bem abaixo dos custos de produção, cujos valores, no momento da fixação (agosto/85), eram de aproximadamente Cr$ 70.000/sc. Apesar de o preço-base, e por conseqüência o mínimo, não ter tido nos últimos anos maior importância sobre a intenção de plantio - uma vez que o mercado internacional era quem ditava os preços - neste ano, ele se apresentou como um indicador e influiu no interesse de plantio, pelo fato de o forte da comercialização dessa temporada se ter processado nas proximidades do preço de garantia - em algumas regiões do país os baixos preços no mercado, tanto interno quanto externo, fizeram com que a CFP tivesse de garantir a compra de quase 2,0 milhões de toneladas de soja.

O VBC, por sua vez, embora tenha apresentado uma correção média de 262,0% em relação à do ano passado, não chegou a ser favorável, uma vez que o reduzido acesso ao crédito fornecido - 60% do VBC para os pequenos e médios e 50% para os grandes produtores - anulou, de certa forma, a correção e fez com que os produtores tivessem de buscar recursos à taxa de mercado.

TABELA 4

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA AS SAFRAS DE 1983/84 A 1985/86

(Cr$/ha)

| PRODUTIVIDADE (kg/ha) | SAFRA 1983/84 | SAFRA 1984/85 (a) | SAFRA 1985/86 (b) | VARIAÇÃO (b/a) |
|---|---|---|---|---|
| Até 1.250 | 74.500 | 280.000 | 1.018.000 | 263,00 |
| 1.251 a 1.500 | 80.100 | 304.000 | 1.107.000 | 264,00 |
| 1.501 a 1.750 | 98.200 | 374.000 | 1.355.000 | 262,00 |
| 1.751 a 2.000 | 106.700 | 407.000 | 1.475.000 | 262,00 |
| 2.001 a 2.400 | 124.600 | 475.000 | 1.722.000 | 262,00 |
| Acima de 2.400 | 131.300 | 500.000 | 1.810.000 | 262,00 |

Fonte: CFP

A produção mundial de soja, na safra 1984/85, foi estimada pelo USDA em 90,91 milhões de toneladas. Esse número apresentou um crescimento de 13,8% em relação à safra anterior. O aumento da produção mundial, em 1984/85, decorreu não só do bom desempenho da safra americana, como também da boa produção registrada nos países da América Latina. Já para a safra 1985/86, o volume de produção que em novembro fora estimado em cerca de 98,39 milhões de toneladas, poderá cair para cerca de 95,7 milhões, como decorrência da acentuada queda prevista na produção brasileira.

A produção norte-americana de 1985/86, que inicialmente fora estimada em 51,7% milhões de toneladas, foi reavaliada sucessivamente pelo USDA e se situou, em nov/85, em 57,4 milhões de toneladas, ou seja, um acréscimo esperado de 13% em relação 50,64 milhões de toneladas obtidos em 1984/85. É de ressaltar, entretanto, que esses números poderão ser revistos, já que o final da colheita americana foi atrapalhado pelas nevascas.

TABELA 5

PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA - SAFRAS DE 1982/83 A 1985/86

(em milhões de t)

| SAFRAS / PAÍSES | 1982/83 | 1983/84 | 1984/85 | 1985/86 (*) |
|---|---|---|---|---|
| EUA | 60,68 | 42,60 | 50,64 | 57,94 |
| Brasil | 14,75 | 15,20 | 17,00 | 13,50 |
| Argentina | 3,57 | 6,20 | 6,50 | 7,20 |
| Paraguai | 0,50 | 0,60 | 0,75 | 0,70 |
| Outros | 15,63 | 15,30 | 16,02 | 16,44 |
| TOTAL | 95,13 | 79,90 | 90,91 | 95,78 |

(*) Estimativa coletada de diversas fontes

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Diante da estimativa da produção mundial, o USDA previu em novembro que, ao final da temporada 1985/86, os estoques finais de soja-grão, a nível mundial, poderão elevar-se para 24,55 milhões de toneladas - 16,3 milhões só nos Estados Unidos -

contra 16,78 milhões previstos para o final da temporada. Por outro lado, o USDA, ainda em suas estimativas de novembro, prevê que a demanda mundial por farelo deverá crescer em apenas 2% e a procura por óleo deverá permanecer praticamente a mesma de 1985.

TABELA 6

OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE SOJA E DERIVADOS - SAFRAS DE 1984/85 E 1985/86

(em 1.000 t)

| DISCRIMINAÇÃO | GRÃO | | FARELO | | ÓLEO | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 |
| Estoque inicial | 13,34 | 16,38 | 2,89 | 2,61 | 1,20 | 1,25 |
| Produção | 91,12 | 98,39 | 57,90 | 58,75 | 13,26 | 13,37 |
| Importação | 25,25 | 25,27 | 22,43 | 22,90 | 3,61 | 3,48 |
| Consumo | 88,45 | 89,75 | 58,30 | 59,27 | 13,16 | 13,24 |
| Exportação | 24,97 | 25,33 | 22,30 | 22,46 | 3,67 | 3,49 |
| ESTOQUE FINAL | 16,38 | 24,97 | 2,61 | 2,53 | 1,25 | 1,37 |

Fonte: Estimativas : USDA (nov/85)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

No que tange às exportações brasileiras do complexo soja, as estimativas da CACEX, em julho/85, eram de que a receita cambial, em 1985, deverá se situar próximo a 2,47 bilhões de dólares ou cerca de 4% inferior aos 2,56 bilhões de dólares alcançados em 1984.

TABELA 7

BRASIL - EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO SOJA

| PRODUTO | VOLUME (1.000 t) | | | VALOR (US$ 1.000) | | | PREÇO MÉDIO (US$/t) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 83 | 84 | 85* | 83 | 84 | 85* | 83 | 84 | 85* |
| Grão | 1.295 | 1.561 | 3.573 | 308,6 | 454,1 | 778,9 | 238,26 | 290,89 | 218,0 |
| Farelo | 8.492 | 7.587 | 7.950 | 1.793,2 | 1.460,2 | 1.081,2 | 211,14 | 192,46 | 136,0 |
| Óleo | 1.065 | 928 | 950 | 460,9 | 651,3 | 612,7 | 432,4 | 701,7 | 645,0 |
| TOTAL | 10.852 | 10.076 | 12.473 | 2.562,7 | 2.565,6 | 2.472,8 | - | - | - |

* Estimativa com base em dados até 31/07

Fonte: CACEX

Do quadro acima se percebe que, no global, embora se tenha verificado uma queda de preços no mercado internacional, o valor das exportações não caiu tão acentuadamente, em função do grande volume de grãos exportados. O farelo apresentou um desempenho bastante fraco em face das baixíssimas cotações internacionais desse ano. A evolução prevista para o óleo decorreu dos bons preços registrados durante o primeiro semestre de 1985.

O grande volume de exportações registrado tanto no caso do grão quanto no caso do óleo, durante os primeiros meses do ano, levou a CACEX a suspender temporariamente os registros de contratos de exportações de grãos e de óleo para maio, visando não só descongestionar os portos, como também conter a queda do valor dos prêmios que, no caso principalmente do grão, se mostravam altamente negativos. Já em meados de julho a CACEX suspendeu definitivamente as exportações dos dois produtos, dado que os registros de venda chegaram a níveis tão elevados - 3,75 milhões de toneladas de grãos e mais de 1,1 milhão de toneladas de óleo - que colocaram em risco a segurança do abastecimento interno de óleo. As exportações de farelo, no entanto, continuaram livres até a segunda quinzena de outubro, quando também foram suspensas. A suspensão foi explicada como forma de desaquecer os preços internos que aumentaram substancialmente no transcorrer de outubro. Naquela mesma ocasião, foram abertos os registros de exportações de todo o complexo para a temporada 1986. As regras estabelecidas foram: embarque, a partir de março/86, para farelo e grão a serem exportados pelos portos de Vitória, Santos e Paranaguá e, a partir de abril, pelos demais portos do Sul. As exportações de óleo poderão ser efetuadas a partir de abril/86, por todos os portos. Os registros serão aceitos para embarques previstos até setembro/86.

TABELA 8

COMPLEXO SOJA - ESTIMATIVA DO SUPRIMENTO BRASILEIRO EM 1985

(em 1.000 t)

| DISCRIMINAÇÃO | GRÃOS | ÓLEO | FARELO |
|---|---|---|---|
| Estoque inicial | 487 | 110 | 312 |
| Produção | 17.286 | 2.405 | 9.998 |
| Importação | 300 | 80 | - |
| Oferta Total | 18.073 | 2.599 | 10.310 |
| Moagem interna | 12.952 | - | - |
| Exportação | 3.534 | 950 | 7.900 |
| Sementes e outros | 1.000 | - | - |
| Consumo interno | - | 1.500 | 2.097 |
| Estoque final | 587 | 149 | 313 |
| Demanda Total | 18.073 | 2.599 | 10.310 |

OBS.: Suprimento para o ano civil de 1985

. Números com base nas estimativas da CFP de out/85

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apesar da boa safra desse ano (1985), o grande volume de exportações de grãos, principalmente durante o primeiro semestre, deixou o mercado interno bastante carente de ofertas no segundo semestre. Além disso, o grande volume de compras efetuados pelo Governo - aproximadamente 2,1 milhões de toneladas, e os baixos preços internacionais que vigoraram durante o segundo semestre de 1985, levaram as indústrias a buscarem o grão no mercado internacional num volume que seguramente ultrapassou as 300 mil toneladas (154.000 t em 1984). Em contrapartida, as importações de óleo que se situaram em pouco mais de 80 mil toneladas (145 mil no ano passado) não chegaram a alcançar o volume inicialmente previsto. Não só o consumo interno ficou abaixo das expectativas, como houve um grande volume de recompra de contratos de exportações.

A produção catarinense de soja tem sido tradicionalmente insuficiente para atender à demanda interna estadual, uma vez que a capacidade nominal de esmagamento instalada no estado é de aproximadamente 1,3 milhão de toneladas. Essa diferença entre o volume produzido e a capacidade instalada obriga as empresas a buscarem o grão no mercado de outros estados. Já os produ-

tos resultantes do esmagamento, além de atenderem parte do consumo interno estadual - estimado em aproximadamente 60.000 t de óleo e em cerca de 400 mil toneladas de farelo - são exportados preferencialmente para o mercado externo.

Apesar de não dispormos de dados mais apurados sobre as exportações catarinenses de soja, inserimos o quadro abaixo, com números fornecidos pela CACEX.

TABELA 9

EXPORTAÇÕES CATARINENSES DO COMPLEXO SOJA - 1983 E 1984

(em mil toneladas, em 1.000 dólares)

| PRODUTO | 1983 | | 1984 | |
|---|---|---|---|---|
| | Peso | US$/FOB | Peso | US$/FOB |
| Farelo do Soja | 1.122.411 | 227.547 | 852.670 | 172.792 |
| Óleo de Soja Bruto | 49.550 | 21.550 | 175.540 | 116.124 |
| Grãos | 35.000 | 10.332 | 207.000 | 60.568 |

Fonte: CACEX

No que se refere à movimentação da produção microrregional, se acredita que o fluxo deva ser aproximadamente o seguinte:

- Os grãos colhidos na microrregião Planalto de Canoinhas destinam-se principalmente às indústrias de Gaspar e Videira, e também, em menor parcela, às indústrias do Paraná.

- A produção das microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense destina-se às indústrias instaladas na região e ao município de Gaspar, sendo uma pequena parcela comercializada para o mercado do Paraná.

- A soja colhida na microrregião de Campos de Curitibanos é comercializada, principalmente, com as indústrias de Chapecó, Joaçaba, Videira e Gaspar.

TABELA 10

AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA EM SANTA CATARINA - PERCENTAGEM DO TOTAL PRODUZIDO - 1975 E 1980

| DISCRIMINAÇÃO | 1975 | 1980 |
|---|---|---|
| Consumo no estabelecimento | 2,6 | 1,8 |
| Entregue às cooperativas | 30,6 | 35,9 |
| Entregue às indústrias | 7,7 | 20,1 |
| Entregue a intermediários | 57,2 | 39,7 |
| Venda direta a consumidor | 1,8 | 1,8 |
| Sem declaração | 0,1 | 0,7 |

Fonte: IBGE (Censos Agropecuários de 1975 e 1980)

No mercado internacional, o declínio das cotações da soja-grão, que se verificava desde julho/84, se estendeu até início de 1985. Após uma leve recuperação em janeiro, as cotações voltaram a apresentar um desaquecimento bastante expressivo em fevereiro. De inícios de março até fins de abril, os preços se apresentaram mais firmes para, em seguida, se movimentarem em baixa até fins de outubro. Nos dois últimos meses do ano, as cotações apresentaram uma leve melhora, embora tenham permanecido em níveis inferiores aos do final de 1984.

As cotações do grão no mercado internacional, que desde princípios de dez/84 se haviam mantido em níveis inferiores a US$ 6,00/bushel (US$ 220,00/t), caíram para US$ 5,60/bushel no dia 04/01/85. Desse dia em diante ocorreu uma leve, porém gradual, recuperação até início de fevereiro, em face não só do reaquecimento da demanda por farelo - provocado pelo intenso frio que assolou a Europa - mas, também, como decorrência da revisão para menor das estimativas da safra americana de 51,7 milhões para 50,6 milhões de toneladas. Da primeira semana de fevereiro em diante, os preços do grão e do farelo voltaram a se apresentar declinantes. Os fatores que influenciaram a baixa foram a alta da cotação do dólar e a normalização das condições climáticas no Brasil, fato que gerou expectativa de obtenção de uma ótima safra de soja.

A reação das cotações em março e abril foi creditada aos bons preços do óleo e a uma maior procura por grão de parte

das indústrias americanas - nos Estados Unidos os produtores retraíram suas vendas por causa dos baixos preços de mercado.

Em maio, os preços internacionais começaram a se enfraquecer, como decorrência do alto valor do dólar, da baixa demanda por farelo e da pressão de venda da safra sul-americana. Essa tendência foi reforçada ainda pelas estimativas otimistas em relação ao plantio da safra norte-americana. Até meados de maio, o único fator positivo no mercado foi a boa procura internacional por óleo de soja.

Em junho, o mercado se mostrou grandemente influenciado pelo comportamento do clima nos Estados Unidos, tendo oscilado de acordo com as notícias do desenvolvimento da safra americana. Ainda nesse mesmo mês, as cotações foram pressionadas pela tendência de baixa do óleo de soja e pela grande pressão de venda dos países produtores da América do Sul.

Em julho e agosto, as cotações permaneceram fracas e oscilantes, tendo-se o mercado movido pela ação dos especuladores, os quais, por sua vez, se mostraram sensíveis aos boatos sobre o comportamento do clima nos Estados Unidos.

Em setembro e outubro, as cotações continuaram a se deteriorar em decorrência das sucessivas alterações para maior nas estimativas da produção norte-americana, da entrada da produção dos Estados Unidos no mercado, das perspectivas de aumento signifivativo nos estoques mundiais para o final da temporada 1985/86 e das notícias de que a produção de grãos da União Soviética deverá alcançar 190 milhões de toneladas (170 milhões na safra passada), o que provavelmente reduzirá a demanda externa de cereais daquele país, de 55 milhões para 35 milhões de toneladas. Nem mesmo a queda do dólar no mercado internacional e a relativa melhora da demanda por farelo tiveram força suficiente para reverter o quadro baixista das cotações.

Em novembro, as cotações iniciaram o mês apresentando uma leve tendência de melhoria, em face de a ocorrência de chuvas ter atrapalhado a colheita norte-americana e dificultado a movimentação dos portos daquele país e também por se ter o dólar enfraquecido. Já a partir de 13/11, as cotações voltaram a cair, inicialmente pela pressão vendedora dos especuladores e poste-

riormente pela discussão da lei agrícola americana. A tendência de queda se acentuou ao final de novembro, quando os preços no mercado internacional (US$ 4,84/bushel em 25/11/85) se mostraram os mais baixos dos últimos sete anos.

Já nos primeiros dias de dezembro, as cotações voltaram a apresentar sinais de melhora em função de notícias de quebra da safra americana - provocada por intempéries ao final da colheita - e das dificuldades de transporte causadas pela antecipação do inverno nos Estados Unidos. No restante do mês, os preços internacionais continuaram a mostrar firmeza, movidos não só pelos fatores acima, como, principalmente, pelas notícias de prejuízos acentuados na safra brasileira e também por uma leve melhora na demanda por farelo.

Apesar de esses fatores terem influído para que o mercado apresentasse uma boa recuperação durante o mês de dezembro, as expectativas ao final do ano eram de que os preços, em 1986, deveriam continuar baixos. Essa perspectiva decorria da previsão de que, embora a safra mundial de 1985/86 devesse apresentar uma quebra significativa em relação aos 98,4 milhões de toneladas previstos em inícios de novembro, os estoques mundiais ao final da temporada ainda deverão se mostrar altos.

As cotações do óleo no mercado internacional se apresentaram em elevação durante os quatro primeiros meses do ano. A alta das cotações foi decorrência da escassez do produto no mercado americano e do aumento da demanda mundial por óleos vegetais. Os preços internacionais, entretanto, não espelharam a realidade para as exportações brasileiras. A pressão vendedora do Brasil no mercado internacional acarretou, na época do pique de preços, em abril, um deságio, para o nosso produto, da ordem de 300 pontos (US$ 70,00/t). De maio em diante, os preços tenderam a cair, na medida em que a concorrência e a oferta de outros óleos vegetais, principalmente o de palma, começaram a aumentar no mercado internacional.

Os preços do farelo se mantiveram em queda durante os oito primeiros meses do ano, como decorrência, principalmente, da baixa demanda mundial. A partir de setembro, as cotações demonstraram um certo fortalecimento, não só pela relativa melhora da demanda, como também pela redução da oferta do produto sul-a-

mericano no mercado mundial. Essa tendência foi se acentuando a partir de outubro, não só em face de o Brasil se ter retirado do mercado, como também pela maior demanda européia provocada pela proximidade do inverno no hemisfério norte.

No mercado interno, a comercialização da soja-grão se mostrou fraca até a primeira quinzena de março. As incertezas quanto à produção brasileira - estiagem de janeiro - os baixos preços vigentes no mercado internacional, a falta de recursos financeiros para adiantamento aos produtores e mesmo as indefinições quanto aos rumos da política econômica, foram os principais fatores responsáveis pela retração tanto dos compradores quanto dos vendedores. Os preços ofertados aos produtores durante a primeira quinzena de março foram, pela primeira vez, nos últimos anos, inferiores ao preço mínimo do governo - (Cr$ 41.457/sc para março).

De meados de março até meados de junho, o mercado continuou com pouca movimentação, tendo os preços, a nível de produtor dos estados do Sudeste e do Sul, permanecido praticamente estabilizados ao redor do mínimo. No Centro-Oeste, os preços ofertados aos produtores permaneceram abaixo do mínimo, fato que proporcionou, pela primeira vez nos últimos anos, uma acentuada venda de soja ao governo (AGF) - a CFP adquiriu, durante todo o ano, aproximadamente 2,1 milhões de toneladas de soja. Os baixos preços do farelo, tanto no mercado interno quanto no mercado externo, o encarecimento dos fretes no momento do pique da safra e ainda as baixas cotações internacionais mantiveram os preços internos abaixo dos da paridade internacional até meados do ano.

O enfraquecimento dos preços internos - causado pelas baixas cotações registradas no mercado internacional - e o aumento nos custos de produção, com a retirada dos subsídios ao crédito agrícola, refletiram-se numa perda da rentabilidade financeira da cultura e levaram os agricultores brasileiros, entre eles os catarinenses, a se mobilizarem no sentido de buscar uma forma de amenizar o problema junto ao governo. Este, diante das pressões, resolveu atender a parte das reivindicações dos produtores, estendendo o preço do pagamento das parcelas de custeio por 60 dias, alocando recursos adicionais para os empréstimos à comercialização (EGF), aumentando os valores de referência para os empréstimos e alterando o quadro de remissões dos EGFs. Essas

medidas, entretanto, foram consideradas insatisfatórias pelos produtores que, posteriormente, conseguiram o parcelamento dos débitos para pagamento em até três anos.

A partir de meados de junho, os preços internos começaram a se elevar, não só por terem reagido os prêmios para exportação - o deságio que chegou a US$ 0,22/bushel caiu praticamente a zero - mas também pela retomada das compras por parte das indústrias. A retomada das compras pelos esmagadores ocorreu em face do pequeno volume de soja ainda disponível para comercialização - estimava-se, naquele momento, que apenas 20% da safra ainda se encontrava livre para comercialização - e também porque a prorrogação dos créditos de custeio por 60 dias e a prorrogação das remissões dos EGFs deram maior fôlego aos produtores para aguardarem uma possível recuperação dos preços.

A tendência de alta no mercado interno, cujos preços em julho já se mostravam superiores aos da paridade internacional, se acentuou a partir de agosto, não só por terem acabado as recompras de contratos de exportação e terem diminuído as ofertas internas, mas também por se terem situado em níveis bastante altos os preços dos leilões da CFP.

De setembro até inícios de novembro, as cotações internas foram grandemente influenciadas pelas licitações promovidas pela CFP. Nos dias que antecediam as vendas dos estoques governamentais, os compradores se mantiveram em compasso de espera, com o mercado se apresentando calmo. No entanto, tão logo a CFP promovia seus pregões, os preços voltaram a se aquecer, em face da grande procura que se verificou pelo produto governamental.

A partir de novembro até o final do ano, as cotações se mostraram mais estabilizadas. A liberação de soja-grão do governo para as cooperativas - 320 mil toneladas - e a importação de produto norte-americano a preços inferiores aos do mercado interno trouxeram a este mais tranqüilidade.

Os preços do óleo nesse mesmo mercado, apesar de se manterem em elevação durante os quatro primeiros meses do ano, tiveram suas altas contidas até abril pelo tabelamento imposto ao óleo bruto pelo CIP. Diante de cotações internas controladas

pelo governo e face aos bons preços externos, os negócios de exportação do óleo se mostraram bastante ativos. Para sustar o ímpeto das exportações, o governo, em abril, voltou a liberar os preços do óleo de soja bruto do controle do CIP. Com isso, as cotações internas reagiram, acusando um movimento acentuado de alta no final de abril/início de maio. Já em junho, os preços se mantiveram estabilizados, como decorrência não só do enfraquecimento dos preços internacionais, como também em face da suspensão temporária dos registro de exportações em maio. As cotações desse subproduto voltaram a crescer substancialmente em julho, devido às estimativas que indicavam a probabilidade da falta do produto no mercado interno ao final do ano. Essa previsão levou o governo a suspender definitivamente os contratos de exportações de óleo e a autorizar a recompra de contratos já negociados. Em vista disso, os preços voltaram a se acalmar em agosto e na maior parte de setembro. No entanto, com o reajuste de 14% autorizado pelo CIP em fins de setembro, as cotações cresceram em aproximadamente 10%, se estabilizando em outubro/novembro. No restante do ano, os preços se mantiveram calmos em face das importações promovidas pelo governo.

As cotações do farelo no mercado interno se mantiveram frouxas durante os primeiros seis meses do ano, como decorrência, principalmente, dos baixos níveis de preços que vigoraram no mercado internacional. Já a melhoria dos preços que se verificou entre julho e agosto foi fruto não só da diminuição do esmagamento interno como também de reativação do consumo proporcionada pelo aumento do criatório de aves. A firmeza demonstrada pelas cotações em outubro se deveu principalmente à melhoria das cotações internacionais. Já a relativa estabilidade de novembro e dezembro foi fruto da suspensão das exportações de farelo na penúltima semana de outubro. A suspensão das exportações foi explicada como forma de desaquecer os preços internos, que aumentaram substancialmente no transcorrer de outubro.

No mercado interno estadual, as cotações de soja e seus derivados, durante o ano de 1985, acompanharam as variações apresentadas pelo mercado dos estados do Sul e do Sudeste do país. É de se salientar, entretanto, que os níveis de preços do mercado catarinense, base Chapecó, são sempre levemente inferiores aos do mercado paranaense e paulista, dado que a formação dos preços do complexo são formados pela decomposição dos preços

de exportações e as localidades mais próximas aos portos pagam fretes menores.

TABELA 11

COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO - 1985

(1º entrega)

(US$/t)

| MÊS \ PRODUTO | GRÃO | FARELO | ÓLEO |
|---|---|---|---|
| Janeiro | 215,74 | 155,54 | 583,91 |
| Fevereiro | 214,30 | 146,40 | 618,30 |
| Março | 216,33 | 145,84 | 654,44 |
| Abril | 220,11 | 142,02 | 706,68 |
| Maio | 211,52 | 133,37 | 688,57 |
| Junho | 211,74 | 134,21 | 672,03 |
| Julho | 203,69 | 137,41 | 612,50 |
| Agosto | 190,77 | 135,82 | 508,17 |
| Setembro | 188,94 | 142,60 | 476,05 |
| Outubro | 185,44 | 154,50 | 438,75 |
| Novembro | 185,53 | 158,30 | 439,58 |
| Dezembro | 191,11 | 159,44 | 459,97 |

OBS.: As cotações representam a média aritmética mensal.

Fonte: COOPERCENTRAL

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - MERCADO NACIONAL - 1985

| MÊS | ATACADO CATARINENSE (Cr$/sc) | PRODUTOR CATARINENSE (Cr$/sc) | BOLSA DE CEREAIS DE S.PAULO | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Óleo refinado (Cr$/cx 20 ℓ) | Farelo (Cr$/kg) |
| Janeiro | 39.270 | 36.080 | 54.500 | 540 |
| Fevereiro | 40.000 | 38.520 | 58.420 | 593 |
| Março | 43.000 | 41.450 | 64.650 | 566 |
| Abril | 49.000 | 47.125 | 70.920 | 600 |
| Maio | 49.000 | 47.490 | 76.050 | 610 |
| Junho | 51.000 | 48.620 | 75.500 | 620 |
| Julho | 61.000 | 57.190 | 87.450 | 830 |
| Agosto | 66.000 | 62.600 | 83.970 | 890 |
| Setembro | 71.000 | 66.420 | 88.125 | 1.070 |
| Outubro | 87.000 | 81.715 | 97.500 | 1.435 |
| Novembro | 102.690 | 98.400 | 100.800 | 1.712 |
| Dezembro | 103.000 | 98.400 | 110.300 | 1.780 |

OBS.: a) Produtor e Atacado catarinense a nível de Chapecó

b) Média aritmética das cotações

Fonte: COOPERCENTRAL

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 3.13. TOMATE

Em Santa Catarina, devido às características de clima que o estado possui, é possível o cultivo do tomateiro em todas as microrregiões produtoras, e, em algumas, durante todos os meses do ano.

É uma atividade que congrega, segundo o Censo Agropecuário de 1980, cerca de 7.000 pequenos e tradicionais produtores rurais, que cultivam, em média, 0,2 ha por ano agrícola, e que enfrentam sérios problemas na venda de sua produção, devido à ineficiência do sistema de comércio existente no estado. Ficam, dessa forma, com um produto altamente perecível à mercê dos intermediários, o que torna muito inseguro o sucesso econômico do empreendimento agrícola.

A falta de uma adequada estrutura de comercialização e de melhores informações de mercado tem repercutido sobremaneira sobre a cotação do produto, a nível de propriedade rural, e talvez seja a maior responsável pelo pequeno ganho de área que a atividade apresentou nos últimos anos conforme pode ser observado na tabela 1, apesar das invejáveis condições de clima e solo aqui existentes e que permitem um cultivo contínuo, tendo em conta os diversos microclimas encontrados no estado.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1975/76 | 943 | 25.217 | 26.741 |
| 1976/77 | 926 | 22.917 | 24.748 |
| 1977/78 | 997 | 28.029 | 28.113 |
| 1978/79 | 1.100 | 32.930 | 29.936 |
| 1979/80 | 1.260 | 35.197 | 27.934 |
| 1980/81 | 1.389 | 41.004 | 29.520 |
| 1981/82 | 1.426 | 38.900 | 27.279 |
| 1982/83 | 1.545 | 33.694 | 21.808 |
| 1983/84 | 1.570 | 48.225 | 30.717 |
| 1984/85 | 1.354 | 42.049 | 31.055 |
| 1985/86 (1) | 1.350 | 41.850 | 31.000 |

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dez/85)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O pequeno incremento havido, tanto em área de cultivo como em produção obtida, deve ser atribuído a uma série de características próprias a esse tipo de atividade, entre as quais cabe destacar a própria perecibilidade do produto (exingindo, por conseguinte, comercialização quase que imediata), os altos custos de produção, as freqüentes oscilações de preços devidas à sazonalidade das produções, a baixa adoção, por parte dos agricultores, de novas tecnologias de cultivo e a alta incidência de doenças que afetam a cultura, tornando-a, assim, bastante difícil de ser conduzida economicamente.

Em decorrência do exposto, Santa Catarina é ainda dependente, em certas épocas do ano, da produção de outras unidades da Federação a fim de suprir a sua demanda interna, calculada em 2.000 t/mês. Essa dependência acentua-se nos meses de agosto/setembro/outubro e novembro, época em que a produção catarinense é quase nula, e se torna menos necessária nos demais meses do ano, quando ocorre um superávit em termos de produção. Mesmo assim, são efetuadas importações mensais, tendo em vista o não escalonamento correto de plantio e a ausência de um sistema de informação de preços que abranja as diversas microrregiões do estado. Acresce-se, também, o fato de que os atacadistas instalados, e que operam em maior volume com frutas, completam suas cargas nas diversas centrais de abastecimento do país, com hortaliças, entre as quais se inclui, em volume bastante significativo, o tomate.

Embora cultivado sem interrupção em todo o estado, há algumas regiões, no entanto, onde a atividade apresenta uma importância mais marcante, dado às características de clima mais propício, a uma melhor organização dos produtos, ou à proximidade de maiores centros consumidores. É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera, Florianópolis e Colonial de Joinville, que, juntas, respondem por mais de 70% da área normalmente implantada e da produção alcançada com tomate em Santa Catarina.

A colheita é processada durante todo o ano, com concentração nos meses de janeiro a março na região do Planalto Serrano, e nos meses de abril a julho no Litoral Catarinense.

Levando-se em conta, entretanto, as épocas de incremento de plantio, é possível estabelecer, para o estado, duas safras de tomate bem distintas, ou seja, a safra de verão e a safra de inverno.

Na primeira, ou de verão, é possível o cultivo do tomateiro em todas as microrregiões. As que mais se destacam, contudo, quer pela própria tradição dos agricultores quer por melhores características de clima, são as de Campos de Lages, Colonial Serrana Catarinense, Campos de Curitibanos, Carbonífera e Colonial de Joinville.

O seu início se dá no mês de julho e as operações de transplante de mudas prolongam-se até meados de janeiro do ano seguinte. A intensificação dessa safra ocorre nos meses de outubro, novembro e dezembro. A colheita estende-se de outubro a maio.

O segundo plantio, ou de inverno, face à época em que são implantados os cultivos, apresenta, no entanto, certas limitações quanto à sua abrangência, em termos de regiões que se dedicam à atividade, só sendo viável naquelas onde a ocorrência de geadas é praticamente impossível ou de pequenas proporções. São importantes produtoras de tomate de inverno as microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de Blumenau, Litoral de Itajaí e Colonial de Joinville. O plantio dessa safra estende-se de fevereiro a junho e a colheita ocorre de maio a fins de setembro ou meados de outubro.

Para efeito de análise estatística, entretanto, avalia-se o ano agrícola como um todo, não se fazendo distinção de safras.

Estimada preliminarmente em 1.480 ha de área de cultivo, 30.200 kg/ha de rendimento médio e uma produção bruta de 44.700 t, a safra catarinense de tomate, referente ao ano agrícola 1984/85, apresentou, como dados finais, levantados pela Fundação IBGE/GCEA-SC, uma área efetivamente implantada de 1.354 ha, onde foram produzidas 42.049 t do produto. O rendimento médio obtido foi de 31.055 kg/ha.

Se comparados à safra precedente, estes números mos-

tram-se inferiores em 13,76% e 12,81%, na área de plantio e na produção obtida, respectivamente.

Esse menor desempenho da atividade em relação ao ano agrícola 1983/84 e o não alcance da meta prevista para esta safra decorreu principalmente dos crônicos problemas de comercialização, normalmente enfrentados pelos produtores, ocasionando baixas cotações, notadamente nos três primeiros meses de 1985, e da estiagem que se verificou em alguns municípios em praticamente todo o primeiro semestre do corrente ano. Ressalta-se, contudo, analisando-se o desenvolvimento da cultura no estado como um todo, que, de um modo geral, o clima foi de certa forma favorável à atividade.

Na tabela 2, são mostradas as áreas implantadas e a produção bruta obtida por microrregião produtora, no ano agrícola 1984/85, em Santa Catarina.

TABELA 2

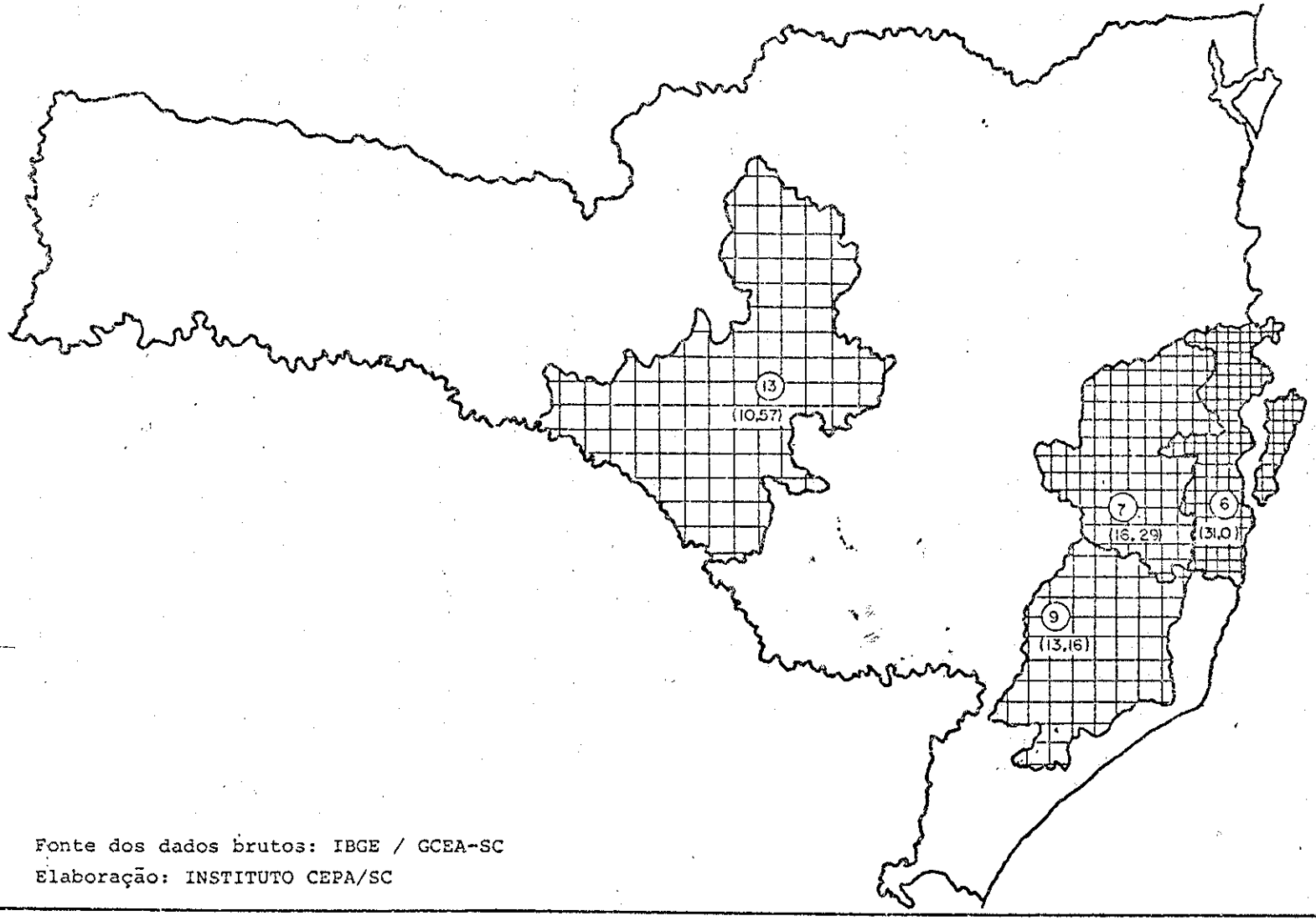
ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA COM TOMATES, POR MRH - SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

| MRH | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO OBTIDA (t) |
|---|---|---|
| Colonial de Joinville | 45 | 1.155 |
| Litoral de Itajaí | 35 | 830 |
| Colonial de Blumenau | 19 | 490 |
| Colonial do Alto Itajaí | 35 | 930 |
| Florianópolis | 379 | 14.952 |
| Colonial Serrana Catarinense | 256 | 7.355 |
| Carbonífera | 183 | 5.445 |
| Litoral Sul Catarinense | 27 | 654 |
| Colonial Sul Catarinense | 6 | 115 |
| Campos de Lages | 91 | 3.475 |
| Campos de Curitibanos | 91 | 2.850 |
| Colonial do Rio do Peixe | 105 | 2.715 |
| Planalto de Canoinhas | 82 | 1.083 |
| TOTAL | 1.354 | 42.049 |

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 16 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

No contexto nacional, a produção da safra 1984/85 está sendo avaliada pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias-CEPAGRO, da Fundação IBGE, em 1.944.521 t. A área de plantio está por volta de 53.838 ha e a produtividade média esperada é de 36.118 kg/ha.

Se comparados aos valores obtidos na safra anterior, os números ora previstos mostram-se superiores em 3,14% na área de plantio e em 6,86% na produção colhida.

A cultura encontra-se colhida na Região Sul do país e em estágios finais de maturação e colheita nos demais estados produtores.

O término da colheita desta safra é previsto para meados de dezembro vindouro.

A confirmar-se o último prognóstico da produção brasileira, o estado catarinense terá respondido por 2,16% da produção nacional e se terá destacado como o 11º produtor nacional dessa olerácea.

Os valores da produção nacional previstos para esta safra, por estado produtor, são mostrados na tabela 3.

Com um consumo per capita da ordem de 5,5 kg/hab/ano, em que pese ser a segunda hortaliça em importância econômica do país, a cultura do tomateiro não tem mostrado evoluções marcantes nas últimas safras, em termos de área implantada, quer por problemas de comercialização, quer de ordem climática. Fazem exceção, evidentemente, alguns estados brasileiros, onde a proximidade de maiores centros consumidores e de instalações de agroindústrias tem motivado um maior desenvolvimento da atividade.

Em assim sendo, no quinqüênio 1980/84, o desempenho apresentado pela cultura, em área de cultivo, foi de paneas 4,19%, passando de 50.103 ha em 1980 para 52.201 ha implantados em 1984. Na produção bruta colhida, o ganho foi mais significativo, evoluindo de 1.535.331 t em 1980 para 1.819.705 t em 1984, o que representa um aumento da ordem de 18,52%.

TABELA 3

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE - SAFRA 1984/85 (1)

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO PREVISTA/OBTIDA (t) | REND. ALCANÇADO/ESPERADO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| Amazonas | 130 | 1.820 | 14.000 |
| Roraima | 21 | 252 | 12.000 |
| Maranhão | 242 | 7.387 | 30.525 |
| Ceará | 1.295 | 41.045 | 31.695 |
| Rio Grande do Norte | 487 | 13.398 | 27.511 |
| Paraíba | 1.579 | 48.125 | 30.478 |
| Pernambuco | 9.198 | 261.430 | 28.422 |
| Sergipe | 235 | 4.026 | 17.132 |
| Bahia | 5.482 | 183.921 | 33.550 |
| Minas Gerais | 4.142 | 159.294 | 38.458 |
| Espírito Santo | 1.026 | 50.256 | 48.982 |
| Rio de Janeiro | 2.514 | 119.918 | 47.700 |
| São Paulo | 19.400 | 809.500 | 41.727 |
| Paraná | 1.028 | 42.268 | 41.117 |
| Santa Catarina | 1.354 | 42.049 | 31.055 |
| Rio Grande do Sul | 2.824 | 51.726 | 18.317 |
| Mato Grosso do Sul | 140 | 3.884 | 27.743 |
| Mato Grosso | 79 | 1.818 | 23.013 |
| Goiás | 2.060 | 86.520 | 42.000 |
| Distrito Federal | 252 | 13.356 | 53.000 |
| Outras | 350 | 2.528 | 7.223 |
| TOTAL BRASIL | 53.838 | 1.944.521 | 36.118 |

(1) Dados sujeitos a confirmação

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em termos mundiais, a cultura também não tem crescido de forma muito marcante nos últimos anos, apesar de se encontrar disseminada por todas as partes do globo.

Segundo dados da FAO, a produção bruta do ano de 1983 foi de 54.240.000 t, correspondentes a uma área cultivada de 2.447.000 ha e a um rendimento médio de 22.166 kg/ha.

Os principais países produtores - que em conjunto respondem por 70% da produção mundial - e os respectivos percentuais de participação no volume obtido em 1983, foram, por ordem decrescente: Estadoa Unidos (13,95%), União Soviética (13,37%), China (8,41%), Itália (8,39%), Turquia (6,82%), Egito (4,61%), Espanha (4,16%), Romênia (3,69%), Grécia (3,63%) e Brasil (2,93%).

A evolução mundial da cultura do tomate, nos anos de 1981 a 1983, segundo a FAO, é mostrada na tabela 4.

TABELA 4

SITUAÇÃO MUNDIAL DA CULTURA DO TOMATE, 1981 A 1983

| SAFRA AGRÍCOLA | ÁREA CULTIVADA (1.000 ha) | PRODUÇÃO (1.000 t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1981 | 2.384 | 51.579 | 21.636 |
| 1982 | 2.416 | 53.857 | 22.292 |
| 1983 | 2.447 | 54.240 | 22.166 |

Fonte: Anuário FAO de Producción - Vol. 37, 1983
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em que pese o volume bruto de tomate produzido na última safra ter sido muito superior ao consumo interno, o estado catarinense necessitou da oferta de outras unidades da Federação a fim de suprir sua demanda, hoje calculada em 24.000 t/ano. Esta constatação, aliás, verifica-se em todos os anos e decorre da amplitude das épocas de plantio e, conseqüentemente, de colheita do produto.

Em assim sendo, foram efetuadas importações de diver-

sos estados brasileiros, principalmente em meados do segundo semestre, quando a oferta catarinense caiu para valores inferiores ao seu consumo interno.

Segundo informações das Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina-CEASA/SC, aquele entreposto atacadista comercializou, durante o ano de 1985, um total de 4.398,09 t do produto, dos quais 934,53 t foram de tomate importado, repassados, em especial, pela CEAGESP (324,05 t) e pelas CEASA's do Paraná (510,83 t), e Espírito Santo (52,40 t).

O volume restante (3.463,56 t), correspondendo, pois, a 78,75% da transação global, constituiu-se de produto local, ofertado principalmente por municípios componentes das microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense e Campos de Lages.

Os volumes comercializados mensalmente durante o ano de 1985, na CEASA/SC - unidade de São José - bem como os preços médios de venda, a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1984 e 1985, são mostrados na tabela 5.

TABELA 5

VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, 1985 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO OBTIDOS, 1984 E 1985

| MÊS | VOLUME (t) | PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr$/kg) | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Produtor (1) | | Atacado (2) | | Varejo (2) | |
| | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 |
| Jan | 345,79 | 40 | 530 | 58 | 607 | 94 | 866 |
| Fev | 420,73 | 65 | 325 | 87 | 402 | 168 | 543 |
| Mar | 459,15 | 170 | 435 | 223 | 510 | 339 | 665 |
| Abr | 491,56 | 400 | 390 | 465 | 433 | 635 | 667 |
| Maio | 317,07 | 260 | 920 | 320 | 1.021 | 457 | 1.292 |
| Jun | 285,33 | 240 | 1.200 | 280 | 1.416 | 386 | 1.950 |
| Jul | 317,15 | 200 | 1.100 | 258 | 1.274 | 385 | 1.746 |
| Ago | 315,65 | 300 | 1.100 | 350 | 1.284 | 503 | 1.772 |
| Set | 395,75 | 330 | 1.300 | 389 | 1.530 | 505 | 1.930 |
| Out | 367,50 | 360 | 1.000 | 419 | 1.170 | 575 | 1.873 |
| Nov | 339,56 | 500 | 1.000 | 588 | 1.302 | 802 | 1.655 |
| Dez | 342,85 | 535 | 1.330 | 630 | 1.564 | 848 | 2.208 |
| TOTAL | 4.398,09 | - | - | - | - | - | - |

(1) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(2) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Parte da produção catarinense colhida na última safra, por outro lado, tendo em vista o acúmulo de oferta local e a oportunidade de melhores cotações, foi remetida a outras unidades da Federação, contribuindo, dessa forma, para o atendimento das necessidades de consumo de outros estados.

Segundo informações do Grupo de Acompanhamento Conjuntural de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL, a participação catarinense no total de tomate movimentado nas várias Centrais de Abastecimento do país e no Entreposto da CEAGESP, atingiu, até outubro/85, o significativos volume de 10.981,30 t.

Os estados compradores do produto foram, por ordem decrescente de volume, os de São Paulo, Rio Grande do sul, Pará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio de Janeiro.

Os principais ofertantes do tomate catarinense foram as microrregiões de Florianópolis, dos Campos de Lages, Carbonífera e Colonial Serrana Catarinense.

Com referência aos preços médios recebidos pelos produtores na última safra, é oportuno ressaltar que foram satisfatórios, situando-se, de um modo geral, em patamar bem superior aos custos de produção. Faz-se exceção aos preços praticados nos meses de fevereiro, março e abril, os quais, não fungindo à regra, situaram-se em níveis abaixo dos custos de condução das lavouras. No contexto geral dos preços, pode-se afirmar, contudo, que a tomaticultura, na última safra, foi economicamente viável, com as cotações médias evoluindo em percentuais superiores aos níveis inflacionários.

No que concerna à safra 1985/86, já em andamento em todas as regiões do estado, os últimos prognósticos da Fundação IBGE/GCEA-SC, apontavam uma área a ser cultivada da ordem de 1.350 ha. O rendimento médio esperado está por volta de 31.000 kg/ha e a produção bruta, por conseguinte, está sendo avaliada ao redor de 41.850 t.

A produção bruta esperada deverá ser substancialmente reduzida face à falta de chuvas que se verificou nos últimos meses. A prolongada estiagem que assolou o estado, além de ter im-

pedido a normal implantação dos campos e a execução dos necessários tratamentos fitossanitários, criou condições propícias ao aparecimento de doenças e acelerou a maturação dos frutos, depreciando-os comercialmente.

As quebras decorrentes de fatores climáticos adversos já são avaliadas em torno de 7.000 t de tomate, o que equivale a 17% da produção inicialmente prevista para o estado. Em algumas regiões, contudo, principalmente nas dos Campos de Lages e de Curitibanos, as perdas deverão alcançar percentuais bastante superiores, podendo ultrapssar 50% da produção esperada.

O plantio prossegue sem maiores entraves, estimando-se, em fins de dezembro, que cerca de 900 ha já tenham sido implantados.

A colheita, por outro lado, já teve início em alguns municípios e deverá ser incrementada a partir de início de 1986, quando praticamente todas as regiões do estado estarão colhendo o produto.

A área já colhida, em fins de dezembro/85, é estimada em 150 ha da cultura. A produção já obtida, ao redor de 5.000 t.

Os preços recebidos pelos produtores neste início de colheita da safra 1985/86 têm oscilado entre Cr$ 25.000 e Cr$ 40.000/cx de 22-25 kg, conforme a tipificação do produto, o local de comercialização e o mercado ao qual se destina, para um custo de produção, avaliado em fins de dezembro/85, em torno de Cr$ 25.000/cx de 22-25 kg.

Face à amplitude do plantio desta hortaliça em Santa Catarina, a colheita desta safra deverá prosseguir, ainda, até fins de setembro ou meados de outubro de 1986.

A nível nacional, a safra de tomate da Região Centro-Sul do país, referente ao ano agrícola 1985/86, está sendo estimada pela Fundação IBGE/CEPAGRO em 1.377.854 t.

A área a ser cultivada é da ordem de 33.582 ha.

Nas demais unidades da Federação do país acredita-se que os números deste cultivo se assemelhem aos do ano precedente, quando foram produzidos 563.932 t de tomate em 19.019 ha cultivados. A cultura encontra-se me fase de implantação e tratos culturais na maioria dos estados produtores.

## 3.14. TRIGO

A cultura do trigo em Santa Catarina não tem mais a importância de outros tempos. Até 1970, a cultura da soja desempenhava papel secundário em relação ao trigo. Esta era a cultura mais importante. O incremento vertiginoso da soja, a partir daquela época, inverteu os papéis, e atualmente a soja é a cultura principal, sendo o trigo uma cultura de menor expressão.

O trigo era cultivado, basicamente, em pequenas propriedades, como lavoura de subsistência. A partir de 1975, os principais produtores abandonaram o cultivo de trigo devido, principalmente, a freqüentes frustrações, aos desestímulos de mercado e ao fechamento dos moinhos coloniais.

A progressiva ingerência governamental, subsidiando os preços do grão aos moinhos e, por conseqüência, os da farinha, a nível de consumidor, além de ter estimulado o consumo desta em substituição, muitas vezes, a outros produtos básicos de produção interna, também desestimulou o plantio, principalmente por parte dos pequenos produtores que viram mais vantagens em comprar a farinha, a preço baixo, do que em correr o risco de produzir o próprio trigo. Por outro lado, o sistema de distribuição de cotas aos maiores moinhos (trigo subsidiado) inviabilizou o funcionamento dos moinhos coloniais, fato que contribuiu também para desestimular o cultivo do cereal nas pequenas propriedades.

Além disso, a ocorrência de fatores climáticos adversos e a relativa instabilidade da política oficial de preços e de financiamento à atividade colaboraram para que a produção apresentasse sensível declínio, tendo alcançado seu nível mais baixo na safra 1978/79, quando foram plantados 4.587 ha e colhidas somente 3.791 toneladas.

Atualmente, apesar de o estado contar com significativa parcela de áreas motomecanizadas, o cultivo do trigo tem-se mostrado insignificante e, mesmo assim, vem apresentando flutuações bastante acentuadas de um ano para outro. Essas flutuações na área plantada dependem de diversos fatores, entre os quais sobressaem as políticas de preços e de crédito (VBC) e, principalmente, o rendimento obtido na safra anterior. Esse último é o que se tem mostrado de maior peso, tanto que é normal esperar-se

crescimento da área plantada quando na safra anterior o rendimento das lavouras se mostrou favorável, e decréscimos acentuados em anos subseqüentes às safras frustradas.

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1976/77 A 1985/86

| SAFRA | ÁREA PLANTADA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1976/77 | 37.522 | 20.328 | 542 |
| 1977/78 | 11.620 | 4.278 | 368 |
| 1978/79 | 4.587 | 3.791 | 826 |
| 1979/80 | 34.749 | 18.864 | 543 |
| 1980/81 | 19.255 | 9.033 | 469 |
| 1981/82 | 8.953 | 8.606 | 961 |
| 1982/83 | 25.812 | 13.650 | 529 |
| 1983/84 | 17.319 | 9.881 | 570 |
| 1984/85 | 25.158 | 11.815 | 469 |
| 1985/86 (1) | 40.000 | 44.000 | 1.100 |

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os números finais da safra de 1984 situaram a produção em 11.815 toneladas em 25.158 ha cultivados, o que corresponde a uma produtividade de 469 kg/ha. Esse baixo rendimento foi provocado principalmente pelas fortes geadas ocorridas em praticamente todo o estado, em agosto daquele ano.

Na safra de 1985, segundo dados da Fundação IBGE/GCEA-SC, foram plantados 40.000 ha. O plantio se distribuiu nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe.

Apesar do baixo rendimento obtido em 1984, houve, em 1985 um incremento de 59,0% na área plantada, em relação àquele ano; isto se deveu a alguns fatores: bons valores básicos de custeio, reabertura dos moinhos coloniais, necessidade de cobrir

o solo durante o inverno, bom preço de aquisição do trigo e problemas enfrentados pelos agricultores na comercialização da soja.

As operações de colheita foram concluídas em dezembro, mas os números definitivos da safra só serão conhecidos em janeiro. As previsões do IBGE/GCEA-SC situam a produção em 44.000 toneladas. O rendimento esperado, de 1.100 kg/ha, é um dos maiores alcançados na história da triticultura catarinense.

Aquele rendimento se deve, basicamente, às condições climáticas que, com exceção do mês de agosto, quando houve um pequeno período de estiagem, causando alguma preocupação para os produtores, se apresentaram altamente favoráveis para a cultura.

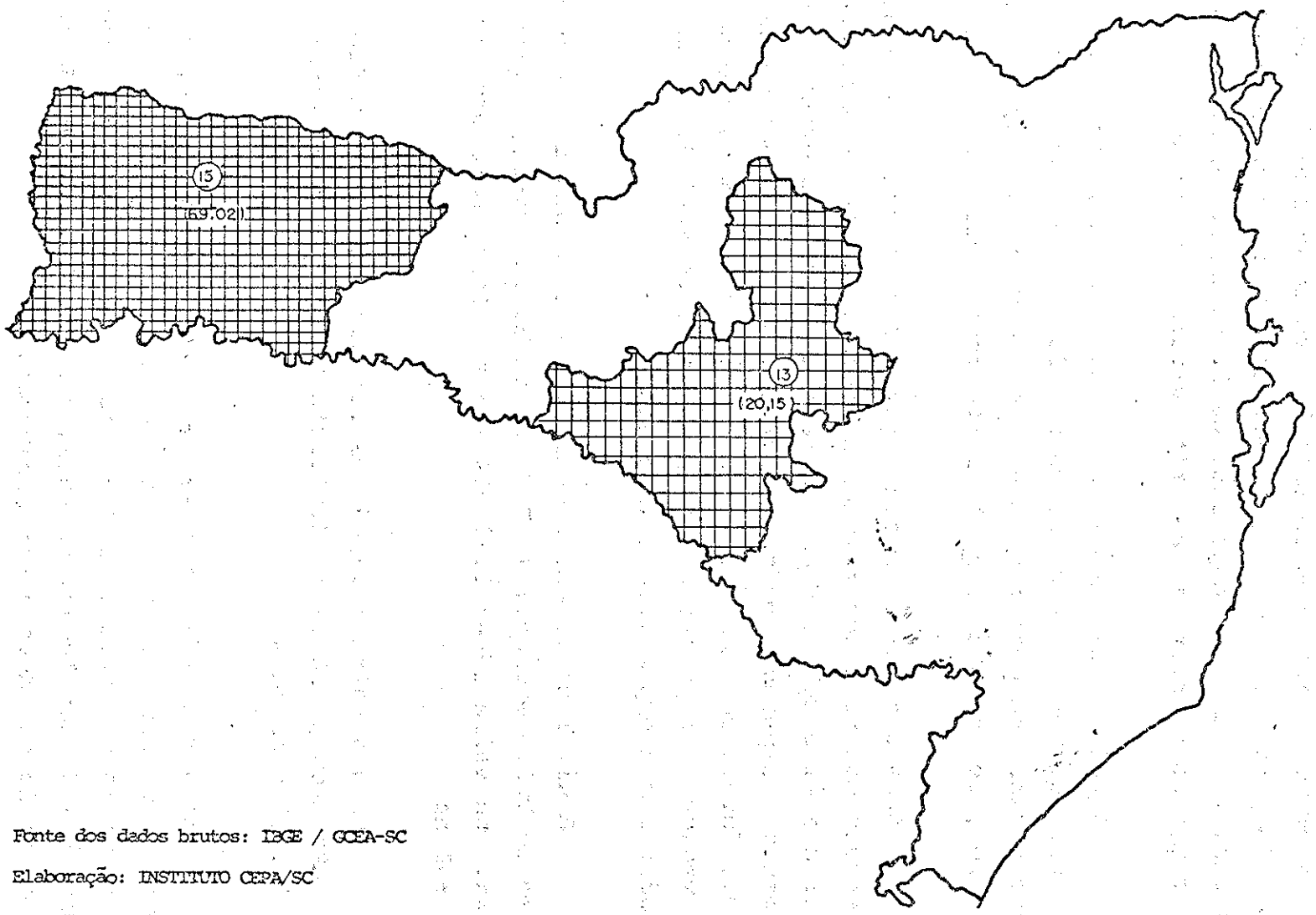
Após o final da safra catarinense, segundo avaliações dos envolvidos no setor tritícola, especialmente os produtores, em 1986 a área a ser plantada sofrerá um bom incremento. Esse incremento, esperado, pode ser atribuído ao resultado desta safra, mas deverá ser mais ou menos significativo em função de algumas medidas que poderá adotar o governo, no sentido de induzir os produtores a expandirem suas áreas.

A nível nacional, segundo o Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN) do Banco do Brasil, a produção atingiu, na safra 1984/85, 1.964.756 toneladas para uma área de 1.943.931 ha.

Para a safra 1985/86, os últimos números do CTRIN indicam uma área plantada de 2.605.312 ha e a produção esperada é de 4.311.100 toneladas.

Apesar de ainda não serem definitivos os dados, os resultados desta safra superaram todas as expectativas. As estimativas iniciais situavam a produção esperada em aproximadamente 2,5 milhões de toneladas, ou seja, mais de 1,8 milhões de toneladas aquém da que deverá ser alcançada.

Mapa 17 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 2

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TRIGO, POR ESTADO - SAFRA 1984/85 E 1985/86 (1)

| ESTADO | ÁREA (ha) | | PRODUÇÃO (t) | | RENDIMENTO (kg/ha) | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 | 1984/85 | 1985/86 |
| Paraná | 912.760 | 1.273.551 | 1.112.929 | 2.670.000 | 1.219 | 2.097 |
| São Paulo | 126.876 | 132.134 | 101.098 | 275.000 | 797 | 2.081 |
| Mato Grosso do Sul | 142.354 | 209.788 | 109.753 | 322.000 | 771 | 1.535 |
| Minas Gerais | 13.746 | 7.655 | 22.612 | 19.500 | 1.419 | 2.547 |
| GO/DF/BA/MT | 703 | 994 | 1.054 | 600 | 1.499 | 604 |
| Rio Grande do Sul | 722.334 | 941.190 | 605.495 | 980.000 | 838 | 1.041 |
| Santa Catarina (2) | 25.158 | 40.000 | 11.815 | 44.000 | 469 | 1.100 |
| TOTAL | 1.943.931 | 2.605.312 | 1.964.756 | 4.311.100 | 1.011 | 1.655 |

(1) Estimativa

(2) IBGE/GCEA-SC

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo Nacional (CTRIN)

Com exceção do Rio Grande do Sul, que nos meses de agosto e setembro sofreu altas precipitações, temperaturas elevadas e pouca luminosidade, nos demais estados, as condições climáticas se apresentaram extremamente favoráveis em praticamente todo desenvolvimento da cultura, sendo o principal fator da elevada produtividade brasileiras.

Até dezembro (dia 18), as compras efetuadas pelo CTRIN e o peso hectolítrico (ph) do trigo adquirido eram os seguintes:

| ESTADO | QUANTIDADE ADQUIRIDA (tonelada) | PESO HECTOLÍTRICO MÉDIO (ph) |
|---|---|---|
| Paraná | 2.627.763 | 80,19 |
| São Paulo | 273.234 | 80,6 |
| Mato Grosso do Sul | 317.345 | 80,91 |
| Minas Gerais | 18.876 | 80,01 |
| GO/DF/BA/MT | 653 | - |
| Rio Grande do Sul | 917.683 | 76,32 |
| Santa Catarina | 40.441 | 76,30 |
| TOTAL | 4.195.995 | 79,38 |

Fonte: CTRIN

O peso hectolítrico (ph) demonstra a qualidade do produto. Esse é o maior ph alcançado na história da triticultura brasileira, ficando bastante acima do padrão básico, que é o ph 78.

Além de aumentar a rentabilidade dos produtores, esse ph diminui a necessidade de importação pela menor exigência de mistura de trigo estrangeiro ao trigo nacional, normalmente de qualidade inferior.

Pelos dados da tabela 3, pode-se notar o comportamento da produção nacional de trigo nos últimos anos.

TABELA 3

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TRIGO, A NÍVEL DE BRASIL - 1974 A 1985

| ANO | ÁREA COLHIDA (1.000 ha) | PRODUÇÃO (1.000 t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1974 | 2.471 | 2.859 | 1.157 |
| 1975 | 2.932 | 1.788 | 610 |
| 1976 | 3.540 | 3.216 | 908 |
| 1977 | 3.153 | 2.066 | 655 |
| 1978 | 2.811 | 2.691 | 957 |
| 1979 | 3.831 | 2.927 | 764 |
| 1980 | 3.122 | 2.702 | 865 |
| 1981 | 1.920 | 2.210 | 1.151 |
| 1982 | 2.828 | 1.827 | 646 |
| 1983 | 1.879 | 2.237 | 1.191 |
| 1984 | 1.741 | 1.956 | 1.123 |
| 1985 (1) | 2.648 | 4.132 | 1.560 |

(1) Estimativa do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - out/85)

Fonte: IBGE

Pelos dados da tabela anterior nota-se que a área cultivada no país apresenta grandes oscilações. Essas oscilações estão estritamente vinculadas aos instrumentos de política agrícola utilizados. Para a safra de 1985, dois deles foram especialmente importantes: o Valor Básico de Custeio (VBC) e o preço de aquisição fixado.

Os Valores Básicos de Custeio para a safra de 1985/86 e a variação em relação a 1984/85 foram os seguintes, conforme tabela 4.

TABELA 4

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO - SAFRAS 1984/85 E 1985/86

| FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha) | VBC 1984 (Cr$/ha) | VBC 1985 (Cr$/ha) | VARIAÇÃO (%) |
|---|---|---|---|
| Até 600 | 105.200 | 522.000 | 396,2 |
| 601 - 800 | 139.800 | 672.000 | 380,7 |
| 801 - 1.000 | 166.800 | 811.000 | 386,2 |
| 1.001 - 1.200 | 193.800 | 913.000 | 371,1 |
| 1.201 - 1.400 | 239.500 | 1.130.000 | 371,8 |
| Acima de 1.401 | 274.200 | 1.205.000 | 339,5 |

Ponte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O reajuste médio dos VBCs, 374,25%, foi bastante superior à inflação em igual período (março/84-fevereiro/85) que ficou em 225,82%, sendo esse um dos fatores responsáveis pelo aumento de área plantada em relação a 1984.

Outro fator bastante importante foi o preço-base para a aquisição do trigo de produção nacional. Este foi fixado em Cr$ 66.000/sc de 60 kg, equivalente a US$ 248/tonelada, para vigorar a partir de 1º de abril, sendo corrigido no dia primeiro de cada mês, de acordo com a variação cambial, mais juros de 2% para janeiro e 3% para fevereiro. Esse preço representou um reajuste de 267% em relação a 1984.

Os preços recebidos pelos produtores até dezembro de 1985 constam da tabela 5.

TABELA 5

PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM 1985

| MÊS | Cr$/TONELADA ph 78 | VARIAÇÃO % MENSAL | VARIAÇÃO DAS ORTNs |
|---|---|---|---|
| Abril | 1.100.000 | - | - |
| Maio | 1.231.560 | 11,96 | 11,8 |
| Junho | 1.355.701 | 10,08 | 10,0 |
| Julho | 1.479.843 | 9,16 | 9,2 |
| Agosto | 1.594.057 | 7,72 | 7,6 |
| Setembro | 1.725.646 | 8,25 | 8,2 |
| Outubro | 1.932.965 | 12,01 | 9,1 |
| Novembro | 2.114.219 | 9,38 | 9,0 |
| Dezembro | 2.310.355 | 9,28 | 11,1 |

Fonte SUNAB

Os preços recebidos pelo governo pelo trigo vendido aos moinhos estão na tabela 6, e se constituíram no maior alvo de críticas de muitos envolvidos direta ou indiretamente com o setor tritícola.

TABELA 6

PREÇO RECEBIDO PELO GOVERNO PELO TRIGO EM GRÃO POSTO NO MOINHO - 1985

(Cr$/t métrica)

| PESO HECTOLÍTRICO | 04 FEV | 04 MAR | 16 SET | 25 NOV |
|---|---|---|---|---|
| 78 | 506.256 | 632.820 | 791.025 | 1.060.313 |
| 77 | 493.076 | 615.880 | 770.325 | 1.034.033 |
| 76 | 486.486 | 607.410 | 759.975 | 1.020.893 |
| 75 | 473.306 | 590.470 | 759.275 | 994.613 |
| 74 | 466.716 | 582.000 | 728.925 | 981.473 |
| 73 | 453.536 | 565.060 | 708.225 | 955.193 |
| 72 | 446.946 | 556.590 | 697.875 | 942.053 |
| 71 | 433.766 | 539.650 | 677.175 | 915.773 |
| 70 | 427.176 | 531.180 | 666.825 | 902.633 |
| 69 | 420.586 | 522.710 | 656.475 | 889.493 |
| 68 | 407.406 | 505.770 | 635.775 | 863.213 |
| 67 | 400.816 | 497.300 | 638.375 | 850.073 |
| 66 | 394.226 | 488.830 | 615.075 | 836.933 |
| 65 | 387.636 | 480.360 | 604.725 | 823.793 |

Fonte: SUNAB

O subsídio é a diferença entre o valor que o governo paga pelo trigo nacional e o importado, e o preço que recebe pela venda para os moinhos. Essa diferença se acentua na medida em que o governo tem uma série de outras despesas - transporte, armazenagem, conservação, prazos de pagamento, etc - entre a compra e o recebimento do dinheiro pelo produto vendido aos moinhos.

Em 1985, o governo fixou em 6,4 milhões de toneladas a previsão das necessidades de abastecimento de trigo em grão, sendo 1,4 milhão de toneladas correspondente à produção nacional comercializável, e 5,0 milhões de toneladas à do trigo a ser importado.

Para o próximo ano, a demanda deverá permanecer próxima de 1985; no entanto, haverá uma substancial diminuição na quantidade de trigo importado, em decorrência do aumento da produção brasileira que está estimada, para 1985, em 4,3 milhões de

toneladas, contra 1,94 milhão de toneladas produzidas em 1984.

Se, por um lado, ocorre uma economia de divisas, por outro, o gasto do governo é maior, pois o trigo nacional, a grosso modo, tem um preço superior ao importado, aumentando, desta forma, o subsídio.

A queda deste subsídio vem sendo "ensaiada" desde 1980, e embora o seu nível varie constantemente, a perspectiva de ser totalmente suprimido ainda não é muito efetiva.

TABELA 7

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DA FARINHA DE TRIGO - FOB MOINHOS - 1985

(Cr$)

| PRODUTO | PESO (kg) | 04 FEV | 04 MAR | 16 SET | 25 NOV | 22 DEZ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Farinha Comum | 50 | 36.311 | 45.316 | 58.412 | 74.290 | 80.233 |
| | 25 | 18.155 | 22.658 | 29.206 | 37.145 | 40.117 |
| | 05 | 3.862 | 4.820 | 6.213 | 7.502 | 8.102 |
| | 01 | 851 | 1.062 | 1.369 | 1.741 | 1.880 |
| Farinha Especial | 50 | 46.475 | 57.985 | 74.743 | 95.061 | 102.666 |
| | 25 | 23.238 | 29.000 | 37.381 | 47.542 | 51.345 |
| | 05 | 4.907 | 6.124 | 7.894 | 10.040 | 10.843 |
| | 01 | 1.072 | 1.338 | 1.725 | 2.194 | 2.370 |

Fonte: SUNAB

O preço da farinha, que, durante o ano de 1985, vinha sendo reajustado de acordo com o preço recebido pelo governo pelo trigo em grãos posto no moinho, sofreu, em dezembro, um reajuste de 8%, atribuído ao repasse dos custos industriais para a fabricação da farinha.

Quanto à produção mundial, para 1985 estima-se uma colheita de 513 milhões de toneladas, ligeiramente inferior às previsões iniciais e 1,54% abaixo da safra anterior, que registrou o volume recorde de 521 milhões de toneladas.

Em 1986, caso as condições climáticas nos principais países produtores continuem favoráveis, a produção mundial de trigo deverá recuperar os níveis de 1984.

## 3.15. UVA

A vinicultura é uma atividade, a nível de Brasil e em Santa Catarina, que se desenvolve predominantemente em pequenas unidades produtivas, com utilização de mão-de-obra familiar.

Merecem destaque, no que se refere à área ocupada com cultura, volume de produção e pessoal ocupado, os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Minas Gerais. Enquanto nos estados de São Paulo e Pernambuco o principal destino da produção é o consumo "in natura", nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a maior parte da produção é encaminhada para vinificação. Cabe ressaltar que a vinicultura encontra sua maior expressão econômica no estado do Rio Grande do Sul, responsável por 64,67% da produção nacional. Santa Catarina ocupa, no contexto nacional, a 3ª posição, sendo responsável por 12,02% da quantidade produzida no país (tabela 1).

De acordo com o Censo Agropecuário, em Santa Catarina existem 30.620 estabelecimentos que cultivam a videira. Destes, 83,45% possuem parreiras com área inferior a 1 hectare (tabela 2).

As condições climáticas favoráveis propiciaram uma colheita abundante na safra 1984/85, com uma produção de 82.430 toneladas, que superou as estimativas iniciais, apresentando um acréscimo de 13,74% em relação à produção da safra anterior. Com relação à safra 1985/86, os parreirais têm apresentado ótimas condições quanto aos aspectos fitossanitários. As estimativas preliminares indicam um volume de produção de 81.222 toneladas, dependendo do agravamento da estiagem. Em função desse aspecto, técnicos e líderes rurais estimam, no momento, uma quebra de até 20% no volume de produção (tabelas 3 e 4).

O cultivo da videira se concentra principalmente na microrregião Colonial do Rio do Peixe, responsável por 62,83% da área plantada e 66,82% da produção obtida no estado.

De acordo com informações colhidas junto à Delegacia Federal de Agricultura, existem 37 estabelecimentos industriais (cantinas) que recebem a uva. Tais estabelecimentos possuem uma

capacidade de estocagem, registrada no Ministério da Agricultura, de 46.969.907 litros.

Estão localizados nos municípios de Videira, Pinheiro Preto, Tangará, Caçador, Salto Veloso, Rio das Antas e Fraiburgo, na região do Vale do Rio do Peixe, e Urussanga na região sul do estado.

A região do Vale do Rio do Peixe contribui com 92,24% da industrialização e a região sul com os restantes 7,76%. Deve-se acrescentar que na região do Vale do Rio do Peixe toda uva industrializada é proveniente da própria região. Na região sul, aproximadamente 87% da uva industrializada é adquirida no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com a mesma fonte, em 1985, foram industrializados 33.759.637 kg de uva, sendo que a produção de vinhos de mesa foi de 24.362.850 litros. Destes, aproximadamente 10.504.525 litros se destinaram à comercialização em outros estados. Cabe destacar, ainda, a produção de sucos, sendo que para essa finalidade foram utilizados 2.633.654 kg de uva, com uma produção de 1.823.039 litros (tabelas 5, 6 e 7).

No que se refere à comercialização das variedades de uvas destinadas à industrialização, verificou-se, a partir da safra 1984/85, a fixação de preços-base corrigidos de acordo com a variação mensal das ORTN's (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

O preço-base estabelecido varia de acordo com a variedade da uva e o grau glucométrico apresentado pelo produto. Na safra 1984/85, o preço fixado para a uva comum (grupo IV), com 15 graus glucométricos, foi de Cr$ 210,00/quilo, preço que desagradou aos viticultores, pois reivindicavam Cr$ 324,00/quilo.

Para as uvas viníferas nobres (grupo I), tintas, o preço-base foi de Cr$ 483,00 e, para as brancas, foi de Cr$ 546,00/quilo. As uvas classificadas como viníferas superiores (grupo II), tintas, tiveram o preço fixado em Cr$ 357,00/quilo, enquanto as brancas receberam o preço-base de Cr$ 378,00. Para as uvas tintas classificadas como viníferas especiais (grupo III), o preço-base determinado foi de Cr$ 315,00/quilo, enquanto as brancas receberam o preço de Cr$ 336,00.

Com a correção mensal dos preços-base ocorreram também mudanças nos financiamentos e compras do governo. No sistema AGF (Aquisição do Governo Federal), o preço válido foi aquele em vigor no mês da entrega do produto, ou seja, janeiro, fevereiro ou março. Nos EGF (Empréstimos do Governo Federal), a contratação foi realizada mediante a comprovação do pagamento do preço-base corrigido até março, independentemente do mês de recebimento da uva por parte das cantinas.

Para a safra 1985/86, o Governo Federal, através da Companhia de Financiamento da Produção, fixou em Cr$ 850,00 o preço da uva comum do grupo IV com 15º glucométricos, destinada à indústria.

As uvas nobres produzidas em Santa Catarina estão situadas basicamente no grupo I, cujo preço-base foi estabelecido em Cr$ 1.666 para as tintas, em Cr$ 1.878 para as brancas I e em Cr$ 1.445 para as brancas II. Os preços-base das uvas dos demais grupos e graus glucométricos constam na tabela 8. Os preços serão corrigidos mensalmente, de acordo com a variação da ORTN, entre os meses de dezembro/85 e junho/86. Os preços mínimos dos derivados da uva serão fixados pela CFP na época de liberação dos financiamento de comercialização de tais produtos.

Com relação à comercialização da uva produzida na safra 1985/86, o Governo Federal estabeleceu ainda as seguintes providências:

1- a contratação do EGF só se efetivará mediante a comprovação do pagamento do preço mínimo correspondente ao mês da formalização do financiamento, independentemente do mês de recebimento da uva;

2- adicionalmente, as cantinas de vinho terão que comprovar, através da emissão do documento hábil, como a Nota Promissória Rural, a totalidade da uva recebida, para se habilitarem a crédito em instituições oficiais;

3- dilatar os prazos de amortização de EGF dos derivados da uva, com amortização de 15% em janeiro, fevereiro e março/87 e 10% em maio, junho, julho e agosto do mesmo ano, de forma a adequar os preços ao fluxo de comercialização dos derivados da uva.

Preços desestimulantes e à forma de recebimento a longo prazo por parte dos produtores que comercializam com a indústria, constituem as principais restrições para os vitivinicultores. O pagamento em parcelas, não corrigidas, faz com que o preço conferido seja corroído pela inflação.

A comercialização das variedades de uvas comuns para o consumo "in natura" tem servido para equilibrar a situação dos produtores. Levantamento efetuado por técnicos do Programa de Fruticultura de Clima Temperado, PROFIT, mostrou que o preço recebido pela uva comum destinada ao consumo "in natura" foi 40% superior às mesmas variedades destinadas à indústria. Embora a comercialização de uva "in natura" exija produto de melhor qualidade, maiores cuidados de colheita e embalagem adequada tem a vantagem de que as vendas são realizadas com menor prazo de recebimento dos recursos do que aquelas feitas com o setor industrial. As estimativas do Ministério da Agricultura avaliam em 13.504.525 kg a quantidade de uva produzida em outros estados.

Com relação às uvas viníferas, as principais dificuldades têm ocorrido na fase de comercialização. Os produtores ficam dependentes de poucas indústrias que têm condições de industrializar o produto. Em verdade, a sua industrialização exige um processo tecnológico diferenciado do usual e um tempo maior para maturação do vinho. Requer, portanto, maiores investimentos nas indústrias. Esta situação tem feito com que a CFP intervenha no mercado adquirindo os excedentes. Na safra 1984/85, por exemplo, a CFP adquiriu 1.378 t de uvas viníferas. Acompanhamento efetuado pela equipe técnica que atua no PROFIT mostra que na safra 1984/85 os produtores de uvas viníferas encaminharam para a indústria 91% da produção e que o preço médio recebido ficou 13,5% inferior ao preço mínimo estabelecido pela CFP, considerando o valor corrigido em fevereiro/85, com 15º GL.

Apesar das dificuldades nas áreas de produção, comercialização e industrialização, transparece como positiva a organização dos produtores, quer na atuação conjunta (sindicatos dos trabalhadores rurais da região vinícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina) por preços justos, quer investindo na agroindústria cooperativa. A propósito, a Cooperativa Agropecuária Videirense deverá transformar em suco concentrado cerca de 6.800.000 kg de uva.

A produção catarinense de vinho é consumida no estado, bem como comercializada nos estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A uva "in natura" é comercializada principalmente na região litorânea e nos grandes centros: Curitiba e São Paulo. O suco de uva, além de ser comercializado no estado, o é também nos estados do Paraná e São Paulo. Dados da Carteira de Crédito Exterior-CACEX, indicam que foram exportados, em 1984, 73.016 kg de vinho, no valor de US$ FOB 20.812.

TABELA 1

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1983/84

| ESTADO | ÁREA | | PRODUÇÃO | | RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha) |
|---|---|---|---|---|---|
| | (ha) | (%) | (ha) | (%) | |
| Pernambuco | 680 | 1,20 | 8.636 | 1,43 | 12.700 |
| Minas Gerais | 717 | 1,26 | 887 | 0,15 | 1.237 |
| São Paulo | 8.901 | 15,64 | 110.608 | 18,33 | 12.426 |
| Paraná | 2.190 | 3,85 | 19.675 | 3,26 | 8.984 |
| Santa Catarina | 5.630 | 9,89 | 72.522 | 12,02 | 12.881 |
| Rio G. do Sul | 38.631 | 67,87 | 390.245 | 64,67 | 10.102 |
| Outros | 167 | 0,29 | 830 | 0,14 | 4.970 |
| Brasil | 56.916 | 100,00 | 603.403 | 100,00 | 10.602 |

Fonte: Fundação IBGE
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRUPADOS POR ESTRATO DE ÁREA DE COLHEITA - SANTA CATARINA - 1980

| ESTRATO DE ÁREA | ÁREA DE COLHEITA colheita (ha) | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---|---|---|
| Menos de 1 | 25.552 | 83,45 |
| 1 a menos de 2 | 507 | 1,66 |
| 2 a menos de 5 | 386 | 1,26 |
| 5 a menos de 10 | 51 | 0,17 |
| 10 a menos de 20 | 11 | 0,03 |
| Acima de 20 | 2 | 13,43 |
| Sem declaração | 4.111 | - |
| TOTAL | 30.620 | 100,00 |

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário, 1980)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA EM SANTA CATARINA-SAFRAS DE 1977/78 A 1984/85

| SAFRA | ÁREA COLHIDA (ha) | PRODUÇÃO (t) | RENDIMENTO (kg/ha) |
|---|---|---|---|
| 1977/78 | 4.043 | 57.323 | 14.178 |
| 1978/79 | 4.946 | 65.104 | 13.163 |
| 1979/80 | 5.086 | 44.428 | 8.735 |
| 1980/81 | 5.255 | 75.383 | 14.345 |
| 1981/82 | 5.080 | 80.530 | 15.852 |
| 1982/83 | 5.322 | 54.747 | 10.287 |
| 1983/84 | 5.623 | 72.474 | 12.889 |
| 1984/85 | 5.838 | 82.430 | 14.120 |
| 1985/86 | 5.737 | 81.222 | 14.148 |

(*)Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | ÁREA EM PROD/ANO ANTERIOR | ÁREA (ha) | PARTIC. (%) | PROD. (t) | PARTIC. (%) | RENDIMENTO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Colonial de Blumenau | 18 | 35 | 0,60 | 312 | 0,38 | 8.914 |
| Colonial de Itajaí do Norte | 6 | 6 | 0,10 | 48 | 0,06 | 8.000 |
| Colonial do Alto Itajaí | 248 | 255 | 4,37 | 2.330 | 2,83 | 9.137 |
| Colonial Serrana Catarinense | 154 | 156 | 2,67 | 2.037 | 2,47 | 13.058 |
| Carbonífera | 326 | 301 | 5,16 | 4.990 | 6,05 | 16.578 |
| Litoral Sul Catarinense | - | - | 0,02 | 10 | 0,01 | 10.000 |
| Colonial Sul Catarinense | 54 | 54 | 0,92 | 452 | 0,55 | 8.370 |
| Campos de Lages | 49 | 49 | 0,84 | 516 | 0,63 | 10.531 |
| Campos de Curitibanos | 151 | 151 | 2,58 | 1.666 | 2,02 | 11.033 |
| Colonial do Rio do Peixe | 3.527 | 3.633 | 62,23 | 55.081 | 66,82 | 15,161 |
| Colonial do Oeste Catarinense | 997 | 1.096 | 18,77 | 13.968 | 16,94 | 12,745 |
| Planalto de Canoinhas | 99 | 101 | 1,73 | 1.020 | 1,24 | 10.099 |
| ESTADO | 5.629 | 5.838 | 100,00 | 82.430 | 100,00 | 14.120 |

Fonte: Fundação IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

PRODUÇÃO DE VINHOS EM SANTA CATARINA -1978 A 1985(*)

(1.000 litros)

| ANO | BRANCO | TINTO | ROSADO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| 1978 | 2.549 | 12.272 | 395 | 15.216 |
| 1979 | 2.117 | 16.697 | 919 | 19.733 |
| 1980 | 1.535 | 14.337 | 835 | 16.707 |
| 1981 | 3.635 | 16.516 | 928 | 21.079 |
| 1982 | 3.680 | 14.803 | 702 | 19.185 |
| 1983 | 2.614 | 8.462 | 1.471 | 12.547 |
| 1984 | 4.289 | 12.486 | 685 | 17.460 |
| 1985 | 6.423 | 17.206 | 733 | 24.362 |

(*) Os dados da tabela correspondem aos municípios da região de Videira e Urussanga.

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

TABELA 6

PRODUÇÃO DE SUCO DE UVA EM SANTA CATARINA - 1977 A 1985

| ANO | SUCO INTEGRAL (litro) | SUCO CONCENTRADO (kg) |
|---|---|---|
| 1977 | 2.525.296 | - |
| 1978 | 1.973.701 | - |
| 1979 | 2.810.994 | 104.560 |
| 1980 | 1.994.617 | - |
| 1981 | 2.112.701 | 41.600 |
| 1982 | 2.447.576 | - |
| 1983 | 1.556.032 | - |
| 1984 | 1.375.693 | - |
| 1985 | 1.823.039 | - |

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

TABELA 7

VARIEDADES DE UVAS INDUSTRIALIZADAS EM SANTA CATARINA-SAFRA 1984/85

| VARIEDADE | COMUNS | VINÍFERA |
|---|---|---|
| Bordeaux | 2.266.340 | - |
| Isabel | 19.543.789 | - |
| Couderc | 1.772.356 | - |
| Couderc 13 | 712.162 | - |
| Niagara | 5.809.411 | - |
| Niagara Rose | 22.944 | - |
| Seibel | 1.034.065 | - |
| Herbemont | 132.071 | - |
| Cerejeta | 17.216 | - |
| Jacques | 46.244 | - |
| Martha | 153.455 | - |
| Bailey | 58.636 | - |
| Concord | 18.745 | - |
| Goethe | 208.882 | - |
| Terci | 4.145 | - |
| Cabernet | - | 292.420 |
| Moscato | - | 396.841 |
| Barbera | - | 185.320 |
| Merlot | - | 449.755 |
| La Pacet | - | 172.287 |
| Trebiano | - | 52.601 |
| Petit Syrah | - | 337.770 |
| Pirovano Branco | - | 3.715 |
| Pinot Blanc | - | 20.224 |
| Semilon | - | 13.072 |
| Riesling | - | 16.200 |
| Peverella | - | 6.690 |
| Sauvignon Blanc | - | 4.600 |
| TOTAL | 31.800.452 | 1.951.495 |

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

TABELA 8

PREÇO-BASE DA UVA - SAFRA 1986 (*)

(Cr$/kg - base: dezembro/85)

| GRAU GLUCOMÉTRICO | GRUPO I | | | GRUPO II | | GRUPO III | | | GRUPO IV | GRUPO V |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Tintas | Branca I | Branca II | Tintas | Brancas | Tintas I | Tintas II | Brancas | Tintas/ Brancas | Tintas/ Brancas |
| 14 | 1.666,00 | 1.878,00 | 1.445,00 | 1.232,00 | 1.300,00 | 1.088,00 | 867,00 | 1.156,00 | 722,00 | 510,00 |
| 15 | 1.955,00 | 2.210,00 | 1.700,00 | 1.445,00 | 1.530,00 | 1.275,00 | 1.020,00 | 1.360,00 | 850,00 | 595,00 |
| 16 | 2.252,00 | 2.541,00 | 1.955,00 | 1.666,00 | 1.759,00 | 1.470,00 | 1.173,00 | 1.564,00 | 977,00 | 688,00 |
| 17 | 2.448,00 | 2.762,00 | 2.125,00 | 1.810,00 | 1.912,00 | 1.598,00 | 1.275,00 | 1.700,00 | 1.062,00 | 748,00 |
| 18 | 2.643,00 | 2.983,00 | 2.295,00 | 1.955,00 | 2.065,00 | 1.725,00 | 1.377,00 | 1.836,00 | 1.147,00 | 807,00 |
| 19 | 2.932,00 | 3.315,00 | 2.550,00 | 2.167,00 | 2.295,00 | 1.912,00 | 1.530,00 | 2.040,00 | 1.275,00 | 892,00 |
| 20 | 3.230,00 | 3.646,00 | 2.805,00 | 2.388,00 | 2.524,00 | 2.108,00 | 1.683,00 | 2.244,00 | 1.402,00 | 986,00 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | TINTAS | TINTAS | TINTAS I | TINTAS | TINTAS |
| | Cabernet Franc | Canaiolo | Aramon | Bordô/York | Bourdin |
| | Cabernet Sauvignon | Carmeniere | Carignane | Madeira ou | Clinton |
| | Gamay Beaujolais | Grenache | Cinsaut | Folha Figo | Cyntia |
| | Merlot | Lambrusco | Freisa | Concord | Landot |
| | Pinot Noir | Malbec | Grand Noir | Jacques | Oberlin |
| | | Nebiolo | Marzemina | Seibel(s) | Otelo |
| | BRANCAS I | Petite Syrah | Rubi Cabernet | Hebermont | Santiago |
| | Chardonnay | Sangiovese | Tannat | Isabel | Zoperina |
| | Gewurtztraminer | | | | |
| | Pinot Blanc | BRANCAS | TINTAS II | BRANCAS | BRANCAS |
| | Riesling Itálico | Aligoté | Barbera | Seyve Vil. | Bourdin(s) |
| | Sauvignon Blanc | Chenin Blanc | Bonarda | Couderc(s) | Goeethe |
| | Sylvaner | Malvasia | Sirah (falsa) | Dut Chess | Martha |
| | | Palomino | | IAC(s) | |
| | BRANCAS II | Peverella | BRANCAS | Niagara(s) | |
| | Semilon | Trebbiano | Moscato(s) | Seibel(s) | |
| | Prosecco | Vernaccia | Clairette | Baco Blanc | |
| | | | Verdea | | |
| | | | Verdisco | | |
| | | | Vermentino | | |

(*) Preços voltados para os estados de MG/PR/RS/SC/PE/BA e SP

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção - CFP

# DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

# 4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

## 4.1. AVICULTURA

A avicultura mundial está crescendo nos anos 80 a índices menores do que na década anterior, porém a taxas superiores às das carnes vermelhas. As causas determinantes dos índices menores centraram-se principalmente nas quedas do consumo das carnes em geral e no comprometimento do abastecimento de grãos, que impediram o avanço da atividade em muitos países de avicultura adiantada. Nos últimos cinco anos, apresentou a maior expansão em 1983; nos outros períodos, o crescimento teve um desempenho menor. Os números disponíveis para 1985 apontam para um moderado crescimento de 3,0%, devendo atingir aproximadamente 24,8 milhões de toneladas. Também existe a expectativa de que a produção mundial venha a manter, em 1986, a tendência de aumento, podendo chegar ao volume de 25,4 milhões de toneladas (tabela 1).

O comércio mundial de carne de aves entrou em declínio a partir de 1984. A tendência é de permanecer em baixa. A diminuição do ritmo econômico mundial incentivou o início da auto-suficiência em alguns mercados do Oriente Médio, reduzindo as importações. A Arábia Saudita, que foi um grande importador, buscou, nos últimos anos, aumentar a sua produção interna. A maioria dos países daquela região estão seguindo a mesma trilha. Esse fato tem levado os exportadores a diversificarem os produtos e os mercados, visando a atingir outros países que normalmente não importavam (tabela 2).

A maior movimentação do comércio mundial de carne de aves se dá nos limites da Comunidade Econômica Européia, onde as exportações significaram quase 48,0% do total transacionado no mundo. Pelas suas participações, vêm, logo a seguir, o Brasil com 17,0% e os Estados Unidos com 12,7%. Entre os países que compõem a Comunidade Econômica Européia, a França é o maior exportador (21,3%), facilitado por subsídios diretos à venda de frangos congelados. Os Estados Unidos, pela sua importância econômica, são o maior produtor e consumidor mundial. Sua participação no comércio mundial marca presença de vendas de aves em partes, sendo pouco agressivo nas transações de frangos inteiros. O Brasil tem marcado presença nas vendas de frango esquartejado. Essa es-

TABELA 1

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE DE AVES - 1980 A 1986

(1.000 TONELADAS)

| PAÍS | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (1) (b) | 1986 (2) | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1985) | VARIAÇÃO ANUAL (84/85) % (b-a) x 100 / a |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| E.U.A | 6.628 | 6.965 | 7.046 | 7.230 | 7.435 | 7.749 | 8.101 | 31,24 | + 4,22 |
| U.R.S.S. | 2.105 | 2.300 | 2.500 | 2.600 | 2.635 | 2.700 | 2.800 | 10,88 | + 2,47 |
| Itália | 953 | 950 | 973 | 963 | 932 | 922 | 930 | 3,72 | - 1,07 |
| França | 1.122 | 1.252 | 1.322 | 1.322 | 1.247 | 1.245 | 1.250 | 5,02 | - 0,16 |
| Japão | 1.145 | 1.131 | 1.210 | 1.279 | 1.330 | 1.373 | 1.398 | 5,53 | + 3,23 |
| Grã-Bretanha | 754 | 743 | 801 | 814 | 856 | 875 | 895 | 3,53 | + 2,22 |
| Espanha | 771 | 886 | 890 | 820 | 792 | 805 | 810 | 3,25 | + 1,64 |
| Brasil | 1.330 | 1.485 | 1.490 | 1.480 | 1.395 | 1.470 | 1.490 | 5,93 | + 5,38 |
| Canadá | 530 | 543 | 538 | 529 | 558 | 587 | 587 | 2,37 | + 5,20 |
| México | 476 | 522 | 564 | 506 | 646 | 681 | 628 | 2,75 | + 5,42 |
| Romênia | 377 | 381 | 382 | 392 | 485 | 450 | 485 | 1,81 | + 7,22 |
| Holanda | 376 | 399 | 410 | 385 | 410 | 419 | 426 | 1,69 | + 2,20 |
| Alemanha | 374 | 380 | 377 | 353 | 351 | 357 | 360 | 1,44 | + 1,71 |
| Hungria | 325 | 350 | 405 | 385 | 415 | 425 | 430 | 1,71 | + 2,41 |
| Polônia | 445 | 454 | 190 | 100 | 275 | 335 | 340 | 1,35 | + 21,82 |
| Argentina | 231 | 234 | 218 | 214 | 245 | 240 | 245 | 0,97 | - 2,04 |
| África do Sul | 342 | 361 | 374 | 412 | 480 | 495 | 515 | 2,00 | + 3,13 |
| Austrália | 313 | 303 | 277 | 295 | 297 | 340 | 352 | 1,37 | + 14,48 |
| Iuguslávia | 276 | 290 | 295 | 290 | 311 | 308 | 311 | 1,24 | - 0,96 |
| Venezuela | 232 | 264 | 304 | 360 | 360 | 360 | 360 | 1,45 | 0 |
| TOTAL | 19.103 | 20.213 | 20.566 | 20.731 | 21.455 | 22.136 | 22.708 | 89,23 | + 3,17 |
| TOTAL DEMAIS PAÍSES | 1.777 | 1.834 | 1.656 | 1.653 | 2.607 | 2.671 | 2.723 | 10,77 | + 2,45 |
| TOTAL MUNDIAL | 20.880 | 22.047 | 22.222 | 22.384 | 24.065 | 24.807 | 25.431 | 100,00 | + 3,08 |

(1) Dados preliminares

(2) Previsão

FONTE: USDA

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE DE AVES - 1982 A 1986

(1.000 TONELADAS)

| ANO / PAÍSES | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (1) (b) | 1986 (2) | PARTICIPAÇÃO MUNDIAL (1985)% | VARIAÇÃO ANUAL (1980) (b-a) x 100 / a |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| USA | 261 | 225 | 207 | 203 | 195 | 12,7 | - 1,9 |
| CEE (3) | 463 | 437 | 428 | 431 | 447 | 27,0 | 0,7 |
| Brasil | 302 | 289 | 281 | 271 | 251 | 17,0 | - 3,5 |
| França | 363 | 399 | 343 | 342 | 331 | 21,3 | - 0,3 |
| Hungria | 179 | 186 | 162 | 160 | 170 | 10,0 | - 1,2 |
| Outros | 171 | 148 | 183 | 192 | 183 | 12,0 | 5,0 |
| TOTAL | 1.739 | 1.684 | 1.604 | 1.599 | 1.577 | 100 | - 3,0 |

(1) Informações preliminares

(2) Estimativas

(3) Excluída a França

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

tratégia mercadológica tem serviço para amenizar as quedas nas receitas com as exportações do produto em carcaça (tabela 2).

Após solucionados os entraves para as exportações brasileiras nas áreas comerciais e de transportes, essa fatia do mercado entrou nos anos 80 consolidada, em razão do melhor preparo dos exportadores, da qualidade e da apresentação do frango brasileiro e dos incentivos governamentais decisivos. Esses subsídios tornaram-se importantes a partir de 1981, pois, de um lado, as exportações precisavam crescer para escoar os excedentes de retração interna do consumo, por outro, os preços internacionais entraram em declínio devido à maior oferta mundial, à concorrência internacional, ao aumento da produção e à perda do poder de compra nos principais países compradores. Mesmo com uma conjuntura desfavorável no mercado externo, a política de estímulo à atividade via facilidades governamentais para incremento das exportações foi sendo retirada a partir de 1981, com a finalidade de reduzir o déficit público e atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. Essas modificações consistiram na elevação gradual das taxas de juros das cartas de crédito, na retirada dos subsídios na aquisição de milho e na suspensão da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias. Com isso, a avicultura perdeu algumas de suas sustentações econômicas, pressionando a saída do mercado de muitos avicultores e empresários que não tinham absorvido bem tanto as modernas tecnologias como o processo de gerência avícola.

As modificações ocorridas no mercado mundial de carnes de frangos e as medidas fundamentais internas para essa área, nos anos de 84 e 85, inverteram as expectativas, e as exportações não foram animadoras tanto em volume como em valor. A maior oferta subsidiada do produto nos principais países exportadores causou um aviltamento nos preços internacionais de frangos. Neste caso, destacou-se a França, onde os processos de produção e comercialização foram altamente subsidiados, constituindo-se no principal obstáculo à melhoria das vendas brasileiras. Por outro lado, o fortalecimento do dólar e a queda nos preços do petróleo reduziram o poder de compra do Oriente Médio. Também os altos custos dos fretes marítimos, no Brasil, reduziram a nossa competitividade. Internamente, somaram-se à falta de financiamentos a extinção do crédito-prêmio do IPI e a taxação do ICM, que encareceram o frango brasileiro frente aos demais concorrentes.

Essas condições desfavoreceram ou beneficiaram os concorrentes brasileiros, prejudicaram de alguma maneira a manutenção de posições e impediram o fechamento de bons negócios. Com isso, alguns clientes se retraíram, esperando preços mais baixos ou mesmo uma revisão nos contratos já firmados. Devido a estes problemas, os industriais, após a batalha do ICM, onde conseguiram manter a alíquota, voltaram a reivindicar melhores condições para o segmento exportador, com vistas a melhorar a competitividade, e assim dar maior sustentação aos preços internos para o avicultor. Contudo, estas dificuldades serviram para as empresas brasileiras buscarem, desde o ano passado, alternativas no mercado internacional. Dos totais exportados nos anos de 84 e 85, cerca de 30% foram destinados ao Japão, Itália, Alemanha, Hong Kong, Ilhas Canárias etc. Com essa diversificação de compradores foi possível melhorar o desempenho das vendas, principalmente com a inclusão do frango em parte.

É bom ressaltar que as condições do mercado externo não foram de todo desfavoráveis. Nos meses de abril, maio e junho, a maior agilidade nos embarques foi decisiva para o reerguimento das cotações internas do frango. Mesmo com o volume e o preço caindo, em 1985, as exportações permitiram um escoamento de parcela significativa da produção nacional. No atual estágio em que se encontra a avicultura, de modo particular a catarinense, o mercado externo se constituiu na válvula de escape para os excedentes internos, na medida em que garantiu o direcionamento para o exterior de volumes próximos a 20% da produção nacional.

Os melhores desempenhos conseguidos pela avicultura brasileira se deram até 1980. De lá para cá manteve um ritmo menos acelerado, desenvolvendo-se apenas nos estados brasileiros tecnologicamente mais preparados e que tiveram o cuidado de organizar a produção. Com o comprometimento dos custos e a retração do consumo, cresceu quem tinha melhor controle do processo produtivo. Após 1980, tornou-se um empreendimento que exigiu contínuas remodelações, provocando a saída do mercado de muitos avicultores e industriais, fato mais sentido nos anos de 83 e 84. Mesmo com o retrocesso de produção avícola nacional, não restam dúvidas de que a avicultura no país absorveu tecnologias e equipamentos modernos e atualizou as práticas de manejo e controle sanitário. Isto permitiu um crescimento acelerado, que levou tanto produtores como o governo a criarem mecanismos comerciais, cre

ditícios e fiscais, visando à consolidação do produto no mercado interno e a fomentar as exportações com a finalidade de a avicultura contribuir na recuperação do déficit da balança de pagamentos. Com isso, a avicultura nacional firmou-se nos anos 80 como a terceira do mundo em produção e exportação.

A participação de carne de frango na demanda global, em relação a outras carnes, aumentou de forma preponderante nos últimos anos. O seu consumo tem potencial para ser aumentado, desde que a economia seja reativada e seus preços, no varejo, não se aproximem muito da carne bovina, sua principal concorrente. Conquanto o consumo por habitante/ano no Brasil tenha aumentado significativamente desde o surgimento da avicultura industrial, nos anos de 83 e 84 entrou em uma fase de desaquecimento, pois a diminuição da renda afetou os níveis de demanda. Em 1985 retomou o seu crescimento. A produção avícola catarinense, de uma participação de 14,5% do mercado interno e 45% das exportações no ano de 1980, atingiu, em 1985, 92% das vendas internas e 54% das externas, consolidando o estado como o mais importante produtor e o que maior fatia do mercado possui. O consumo catarinense de aves é um dos mais altos do Brasil, por ser esse um tipo de alimento muito consumido pelas populações rurais e por estar se constituindo em uma tradição alimentar (tabela 3).

No período 80/85, a produção que mais evoluiu foi a catarinense, pois as dificuldades da avicultura brasileira, frente à recessão econômica, não a atingiram de forma contundente por ser a mais organizada e a que mais facilmente se adaptou à nova realidade dos mercados. De 19,0% da produção brasileira em 1980, pulou para 28% em 1985. Nos mesmos cinco anos passa de 259 mil para 415 mil toneladas produzidas; enquanto a nacional cresce 9,6% no volume produzido, a catarinense cresce 40,5% no mesmo período (tabela 3).

A avicultura brasileira iniciou o ano de 1984 dependente dos níveis salariais da população, da disponibilidade de milho e das exportações, mas o desestímulo econômico de 1983 foi decisivo para a menor produção no 1º semestre de 1984. Os aumentos nos preços, nos primeiros seis meses do ano, evoluíram acima da inflação, mas temos de considerar que a reação começou a partir de janeiro de 1984 e os preços vinham muito dafasados, não recuperando os prejuízos, notadamente para os pequenos produto -

res e empresários. Porém, os resultados dos avicultores catarinenses foram superiores na medida em que tiveram insumos a preços mais favoráveis e participaram de uma fatia maior dos mercados interno e externo , o que permitiu uma certa recuperação econômica dos prejuízos de 1983.

A menor produção da avicultura brasileira em 1984 teve a compensação de um mercado bem mais ágil do que em 1983. O abastecimento de grãos, que era preocupação no 1º semestre, esteve garantido no segundo período do ano. Os preços dos insumos preocuparam no início e final do ano, porém os custos na maioria dos meses foram inferiores aos preços de mercado. A oferta de carne de frangos foi menor no 1º semestre do que no segundo, mas os altos preços das demais carnes, em boa parte do ano, facilitaram um certo reerguimento na demanda de frangos. Apesar de as exportações terem sido menores, em volume, do que as de 1983, a receita cambial cresceu, principalmente pela venda de frangos esposteJados.

O esvaziamento real dos salários, a queda no consumo, a estabilização do volume das exportações, a queda nos preços internacionais e a elevação interna dos custos foram as causas determinantes do recuo da produção brasileira de frangos, em 1984. Isto fica evidenciado pela análise das informações divulgadas pela Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte, onde se constata uma ociosidade do parque avícola nacional da ordem de 23,72%. Para confirmar esse dado, basta considerar que, de acordo com as informações de pintos alojados no ano passado por aquela Associação, a produção de carne de aves deveria ter atingido 1,78 milhão de toneladas e não 1,35 milhão de toneladas, como ocorreu.

Em linhas gerais, o fortalecimento do mercado interno pela melhor reposição salarial, pelas complicações no abastecimento de carne bovina e pelos razoáveis estoques de milho, foram os mais importantes fatores que determinaram o crescimento da avicultura brasileira, em 1985. Mas essa expansão da avicultura esteve fortemente condicionada ao mercado externo, cujos entraves observados em 1984, persistiram. Por outro lado, a perda do ritmo de alta da carne bovina nos primeiros sete meses do ano tornaram o mercado das carnes muito competitivo no varejo. Como se pode deparar, os fatores negativos foram de grande peso no

crescimento constatado na avicultura brasileira. No caso da avicultura catarinense, esses mesmos componentes exerceram uma influência menor na expansão da produção local. A tecnologia adotada, a diversificação na linha de frigorificação, a estrutura de custos e a organização da produção se constituíram nos fatores positivos que atuaram no sentido de que a atividade crescesse 7,2% (tabelas 4 e 5).

Nos três primeiros meses do ano, a oferta nacional de carne de aves determinou quedas reais sucessivas nos preços internos do produto. O processo inflacionário influiu na perda do poder de troca dos avicultores e industriais, uma vez que os principais insumos tiveram suas cotações majoradas conforme a inflação. Como a oferta foi maior do que a demanda aparente do período, os custos não puderam ser repassados integralmente para os consumidores. Com isso, ao final de março muitos avicultores começaram a adaptar a produção à realidade do mercado. Apenas em abril a produção foi menor, mantendo-se crescente nos meses seguintes. A produção de agosto deveria ter sido maior, mas o aumento no descarte de matrizes nos meses de abril e maio se refletiram em uma diminuição de incubação de aves ao final de maio e durante junho. Por outro lado, as primeiras ondas de frio que atingiram as Regiões Sul e Sudeste do país, acarretaram perdas na produtividade dos plantéis. Como a oferta se manteve firme nos demais meses, levou os avicultores a procederem articulações no sentido de reduzirem o alojamento de aves, com vistas a diminuirem a oferta para meados de 1986, mantendo a produção avícola mais bem ajustada à demanda aparente, avaliada ao redor de 120 mil toneladas mensais. Todavia, essa proposta esbarrou no aumento ocorrido no alojamento de matrizes, que passou de 9,0 para 11,0 milhões de aves, aumentando consideravelmente o potencial de produção. Mesmo com algumas dificuldades para diminuir os interesses conflitantes dos diferentes segmentos da avicultura brasileira, não restaram dúvidas de que a questão do crescimento da atividade, pelas conseqüências econômicas que implicará, deverá ser bem dosada para 1986.

As cotações do frango, de certa forma, se mantiveram firmes durante quase todo o mês de janeiro, devido, principalmente, à necessidade de uma reposição dos estoques a nível de varejo. Passado esse período de euforia, o mercado entrou em uma fase de esfriamento, pois o consumo sofreu uma nova retração após

TABELA 3

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNES DE AVES, BRASIL E SANTA CATARINA,- 1982 A 1985 (1.000 TONELADAS)

(1.000 TONELADAS)

| ANO / SITUAÇÃO | BRASIL | | | | SANTA CATARINA | | | | PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(*) | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(*) | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(*) |
| Produção | 1.604 | 1.584 | 1.440 | 1.483,0 | 367,0 | 375,0 | 409,0 | 415 | 23,0 | 24,0 | 28,0 | 28 |
| Exportação | 301,8 | 289,3 | 281,0 | 270,0 | 146,5 | 156,5 | 156,8 | 145,2 | 48,0 | 54,0 | 58 | 54 |
| Comerc. Nacional | 1.302,2 | 1.294,7 | 1.160,0 | 1.213,0 | 265,2 | 250,0 | 252,2 | 269,8 | 20,4 | 19,3 | 21,7 | 22,2 |
| Consumo . Interno | 1.302,2 | 1.294,7 | 1.160,0 | 1.213,0 | 111,0 | 102,0 | 106,0 | 112 | 8,3 | 7,7 | 8,8 | 9,2 |
| . Per Capita/kg/ano | 10,4 | 9,9 | 8,7 | 9,0 | 28,7 | 25,7 | 26,2 | 27,3 | - | - | - | - |

(*) Estimativa

Fonte: APINCO, Instituto CEPA/SC, FGV e IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 4

ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E ABATE DE CARNE DE FRANGOS NO BRASIL, DE 1982 a 1985.

| ANO / MÊS | ABATE (1.000 cab.) | | | | PRODUÇÃO DE CARNE (t) | | | | VARIAÇÃO % (b/a) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | |
| Janeiro | 90.584 | 98.385 | 77.008 | 91.586 | 124.644 | 132.942 | 105.962 | 126.022 | 18,93 |
| Fevereiro | 84.371 | 94.966 | 74.123 | 89.563 | 116.004 | 125.879 | 101.992 | 123.202 | 20,79 |
| Março | 84.596 | 90.573 | 74.413 | 89.851 | 116.609 | 122.386 | 102.393 | 123.635 | 20,74 |
| Abril | 88.872 | 89.401 | 71.648 | 84.954 | 122.258 | 114.158 | 98.587 | 116.557 | 18,22 |
| Maio | 89.717 | 80.622 | 80.864 | 87.617 | 123.450 | 124.583 | 111.269 | 119.363 | 7,00 |
| Junho | 90.392 | 91.023 | 82.300 | 85.458 | 124.379 | 124.986 | 113.243 | 116.613 | 2,00 |
| Julho | 92.392 | 90.181 | 84.164 | 83.059 | 127.131 | 126.799 | 115.809 | 115.704 | - 0,09 |
| Agosto | 93.286 | 91.031 | 83.797 | 81.294 | 128.361 | 125.904 | 115.305 | 113.237 | - 1,80 |
| Setembro | 92.106 | 90.519 | 85.797 | 88.292 | 126.738 | 126.809 | 118.056 | 121.490 | 2,91 |
| Outubro | 92.010 | 88.110 | 90.984 | 95.930 | 126.605 | 126.036 | 125.194 | 132.727 | 6,02 |
| Novembro | 92.453 | 84.371 | 87.147 | 96.436 | 127.215 | 121.475 | 119.914 | 132.695 | 10,66 |
| Dezembro | 92.117 | 85.314 | 93.161 | 102.552 | 126.753 | 117.392 | 128.190 | 141.112 | 10,08 |
| TOTAL | 1.082.590 | 1.083.596 | 995.406 | 1.076.592 | 1.490.062 | 1.489.875 | 1.355.914 | 1.482.507 | 9,34 |

Fonte dos Dados Básicos: APINCO

Fonte dos Dados Analisados: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

ABATE TOTAL DE AVES (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) EM SANTA CATARINA
1982 A 1985

(t)

| MÊS \ ANO | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (b) | VARIAÇÃO ANUAL (a/b) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 17.401,2 | 19.540,4 | 21.345,1 | 21.798,2 | 24.960,1 | + 14,51 |
| Fevereiro | 15.940,0 | 18.678,3 | 19.527,4 | 21.647,8 | 21.545,1 | - 0,47 |
| Março | 16.493,4 | 21.161,4 | 22.726,8 | 22.152,7 | 25.100,0 | 13,0 |
| Abril | 16.778,4 | 20.262,7 | 19.567,8 | 20.716,0 | 23.571,6 | 13,0 |
| Maio | 17.287,4 | 20.668,0 | 19.897,0 | 23.542,9 | 25.223,5 | 7,0 |
| Junho | 17.354,2 | 20.318,0 | 20.443,0 | 22.554,2 | 21.864,7 | - 3,0 |
| Julho | 18.473,2 | 20.991,0 | 19.580,0 | 22.641,0 | 23.805,5 | 5,2 |
| Agosto | 18.107,2 | 20.357,0 | 22.168,0 | 23.720,2 | 24.683,7 | 4,6 |
| Setembro | 18.371,3 | 19.730,0 | 21.114,0 | 21.176,4 | 23.631,4 | 11,6 |
| Outubro | 18.530,0 | 21.410,0 | 21.182,0 | 24.495,0 | 26.959,5 | 10,1 |
| Novembro | 18.952,9 | 21.394,0 | 19.200,0 | 23.399,0 | 24.226,3 | 3,5 |
| Dezembro | 19.603,4 | 25.388,0 | 21.966,0 | 23.000,0 | 24.500,0 | 6,5 |
| TOTAL | 213.292,6 | 245.898,8 | 248.717,1/ | 270.843,4 | 290.071,4 | 7,1 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 6

PREÇOS NOMINAIS E REAIS(*) RECEBIDOS PELOS AVICULTORES DE SANTA CATARINA - 1981 A 1986

(Cr$/kg)

| MÊS \ ANO | 1981 | | 1982 | | 1983 | | 1984 | | 1985 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | CORRENTE | REAL | CORRENTE | REAL | CORRENTE | REAL | CORRENTE | REAL | CORRENTE | REAL |
| Janeiro | 59,00 | 7.284 | 85,00 | 5.390 | 180,00 | 5.571 | 735,00 | 7.263 | 1.830,00 | 5.444 |
| Fevereiro | 57,60 | 6.555 | 95,00 | 5.638 | 185,00 | 5.375 | 950,00 | 8.362 | 1.850,00 | 4.996 |
| Março | 63,00 | 6.678 | 102,00 | 5.645 | 215,00 | 5.674 | 980,00 | 7.846 | 1.750,00 | 4.193 |
| Abril | 61,50 | 6.181 | 95,00 | 4.991 | 230,00 | 5.559 | 800,00 | 5.879 | 1.750,00 | 3.911 |
| Maio | 58,00 | 5.489 | 95,00 | 4.703 | 280,00 | 6.342 | 850,00 | 5.738 | 1.750,00 | 3.629 |
| Junho | 59,30 | 5,372 | 98,00 | 4.492 | 295,00 | 5.951 | 950,00 | 5.870 | 2.850,00 | 5.480 |
| Julho | 64,00 | 5.518 | 117,00 | 5.057 | 310,00 | 5.519 | 980,00 | 5.489 | 3.300,00 | 5.825 |
| Agosto | 80,00 | 6.462 | 113,00 | 4.616 | 356,00 | 5.756 | 1.200,00 | 6.076 | 3.510,00 | 5.435 |
| Setembro | 84,00 | 6.458 | 135,00 | 5.320 | 540,00 | 7.740 | 1.580,00 | 7.239 | 3.650,00 | 5.179 |
| Outubro | 84,00 | 6.189 | 135,00 | 5.077 | 530,00 | 6.708 | 1.750,00 | 7.122 | 4.050,00 | 5.270 |
| Novembro | 85,00 | 5.947 | 145,00 | 5.194 | 550,00 | 6.419 | 1.550,00 | 5.741 | 5.950,00 | 6.735 |
| Dezembro | 85,00 | 5.729 | 157,00 | 5.298 | 600,00 | 6.511 | 1.515,00 | 5.077 | 6.950,00 | - |
| TOTAL ANUAL | 70,03 | 6.109 | 114,33 | 5.103 | 355,92 | 6.241 | 1.153,00 | 6.306 | 3.266,00 | 5.487 |

(*) Corrigidos a preços de Dezembro de 1985 - IGP, Col.2 da Revista Conj. Econ. da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC

o período das festas natalinas e de ano novo.

Por outro lado, as exportações, sendo dificultadas pela forte concorrência no mercado externo e o fortalecimento do dólar - tornando o produto brasileiro mais caro - atuaram como fatores baixistas do mercado, desde o início de fevereiro. A partir dessa data, a estabilização dos preços da carne bovina e os estoques internos de carne de aves agiram também como co-responsáveis pela compressão das cotações do produto. Nos segmentos atacadistas, houve quedas semanais nos preços tanto do frango congelado como do produto resfriado, ao ponto de ficarem inferiores aos custos de reposição. Ao final de fevereiro, o mercado deu sinais de ativação, mas os principais indicadores baixistas persistiram. O que deve ter ocorrido foi uma pequena acomodação do mercado, pelo término das férias escolares, pelo rebaixamento dos estoques em mãos dos atacadistas e pela falsa impressão de que haveria menor alojamento de aves.

A partir desse momento o mercado caracterizou-se como fraco. A elevação dos estoques de carnes e a estabilidade dos preços da carne bovina comprimiram as cotações do frango. Dessa data até o final de março houve intensas acomodações das cotações do produto, ora com pequenos reajustes, ora com quedas significativas. Os pequenos reajustes ocorridos, no entanto, foram logo absorvidos ou por novas baixas ou por altas nos custos de produção. Além disso, o mercado não apresentou condições de suportar cotações melhores para o produto, pois os fatores negativos tiveram muito mais força ao impedirem uma remuneração compatível com os gastos.

A excessiva oferta, diante de uma demanda fortemente deprimida, determinou uma gradativa deterioração dos preços. Em abril, o mercado permaneceu pressionado por um volume de frangos superior à demanda aparente (consumo interno mais exportações). Mesmo com o final da quaresma e o término da semana santa, as reações nas cotações ocorridas em alguns centros consumidores foram muito pouco visíveis e praticamente não tiveram nenhuma influência a nível de produtor. Esse achatamento do mercado para os segmentos produtivos, via de regra, não redundou em maiores benefícios para os consumidores, uma vez que os varejistas, de uma maneira geral, aumentaram as margens de comercialização.

O enxugamento dos estoques permitiu uma maior movimentação nas vendas, em maio, com reflexos imediatos na majoração dos preços. Na primeira quinzena, o mercado manteve-se aquecido, voltando a sofrer um recuo na terceira semana do mês. Em um primeiro momento, as vendas foram estimuladas pelas comemorações do dia das mães. Como os estoques precisavam ser refeitos, os negócios permaneceram firmes por mais uma semana. Passado esse período, o mercado voltou às suas reais condições, pois esteve fortemente influenciado pelos baixos preços de carne bovina. Em junho, o mercado mostrou indícios de entrar em um quadro de euforia. Porém, a persistência de alguns entraves nas exportações e a grande oferta de carne bovina impediram uma revitalização do comércio de frangos mais consistente.

No primeiro semestre houve uma defasagem entre os custos de produção, que evoluíram mais rapidamente do que os preços de venda do produto. A maior agilidade dos embarques das exportações no 2º trimestre facilitaram o reerguimento interno das cotações do frango. Mesmo com o volume e os preços caindo, as exportações permitiram o escoamento de parcelas dos excedentes internos. A adequação de produção à demanda potencial também auxiliou na sustentação interna dos preços. Por outro lado, o controle de preços de alguns insumos, dos combustíveis e da energia elétrica se reverteram em benefício da atividade. De qualquer forma, o mercado do frango foi influenciado, no final do primeiro semestre, pelo aquecimento das vendas internas e por uma maior mobilidade nos embarques. O grande entrave foi, sem dúvida, a maior oferta de carne bovina a preços baixos.

Os aumentos do preço do frango em todos os níveis modificaram a situação a partir do final de junho e durante todo o mês de julho. Com as vendas bastante aquecidas, a atividade conseguiu repassar os custos para o consumidor final, pois os reajustes salariais mais adequados recompensaram, em parte, o poder de compra, que se refletiu nos níveis de demanda. As vendas e as cotações, ao reagirem, acompanharam os acontecimentos do mercado de carne bovina. A substituição da carne bovina por frango foi nítida em julho, com o produto adquirindo grande mobilidade a nível de varejo. Apenas a concorrência entre alguns conglomerados industriais dificultou uma melhor firmeza nas cotações, já que foram efetuadas promoções de vendas do produto congelado. Em linhas gerais, o mercado do frango, em julho, comportou-se fir-

me com o produto reagindo nos principais centros consumidores do país. Os fatores positivos estiveram relacionados com a melhoria do consumo, oferta mais equilibrada, embarque das exportações fluindo normalmente e preços internacionais mais estáveis. O único fator negativo foi a alta dos preços dos principais insumos que, em parte, sustou o otimismo dos avicultores.

Como o mercado vinha se mantendo firme havia mais de três meses, os avicultores foram estimulados a aumentar a produção, em agosto, com a finalidade de recuperar parte dos prejuízos registrados no primeiro semestre. Um dos fortes indícios desse procedimento foi a menor oferta de matrizes velhas, o que levou a crer em um melhor aproveitamento dos reprodutores nos incubatórios, com o objetivo de fazer frente ao aumento da procura de pintinhos. Em contrapartida, os industriais procuraram segurar um pouco mais as altas, com o objetivo de manter os níveis de consumo e não estimular muito a expansão da produção. Contudo, essa intenção foi de difícil concretização, já que a relativa estabilidade nos preços de alguns insumos e os bons preços de mercado, em agosto, contribuíram para que a reposição na avicultura se processasse de forma mais agressiva. O mercado permaneceu bastante firme, pois os altos preços do boi sustentaram as cotações do frango. As condições do mercado interno foram melhores do que as do externo. Ao final do mês, enquanto lá fora o valor obtido com as vendas atingiu um máximo de Cr$ 5,400/kg, internamente as cotações atingiram valores superiores a Cr$ 6,900/kg.

Ao iniciar setembro, o único fator negativo era o aumento substancial da oferta. Dos fatores positivos destacou-se, em primeiro lugar, a constatação de uma moderada expansão do consumo, em razão da maior competitividade dos preços do frango no varejo, frente às cotações das demais carnes. A seguir, vieram os preços de carne bovina, influindo no comportamento dos consumidores. Em menor escala, contribuiu a maior mobilidade nas exportações em virtude dos baixos estoques em mãos dos importadores. O tabelamento e o posterior acordo entre o governo, os segmentos envolvidos na produção e comercialização da carne bovina agilizaram mais as vendas de frango, os desacertos no abastecimento de carne bovina abriram espaços para o aumento de procura de carne substitutas. Ao final do mês, os preços nos três níveis de mercado, no geral, tiveram um comportamento estável. No varejo, os estoques em mãos das grandes cadeias de supermerca-

dos proporcionaram a formulação de vendas promocionais em algumas praças, o que, de certa forma, causou a falsa impressão de que as cotações do produto estariam entrando em um processo de baixa.

O mercado vinha se mantendo firme, mas em outubro entrou em um quadro de baixa, influenciado principalmente pelo aumento da produção de frangos, impedindo que os preços a nível de avicultor acompanhassem a curva dos custos de produção. Apenas as altas nos preços de carne bovina abriram espaços para que as cotações do frango assegurassem um mínimo de rentabilidade. No entanto, ao suprir o déficit de carne bovina, a avicultura contribuiu para minimizar as pressões altistas da entressafra de boi, por atender a uma parcela considerável de consumidores de baixa renda. Ao iniciar o mês, os estoques em mãos dos frigoríficos e de algumas grandes cadeias de supermercados se refletiram negativamente nas cotações do frango, a nível de produtor e atacado. Daí para frente, o mercado permaneceu em um quadro de baixa. Os aviltamentos de preços observados foram visíveis a nível de produtor e atacado; porém, as cotações para o segmento consumidor tiveram quedas bem menos significativas. Nesse período, houve muitas promoções de vendas, o que, de certa forma, beneficiou o escoamento de parte dos estoques. Por terem os preços despencado, as vendas apresentaram um comportamento crescente, constituindo-se no único fator positivo; pior teria sido se a baixa das cotações tivesse vindo junto com uma paralisação dos negócios. Os preços do frango, que vinham em baixa em todos os níveis, experimentaram esboços de reação do final do mês.

O mercado se manteve firme desde a segunda quinzena de outubro e os negócios permaneceram bastante agilizados até o final de novembro. A produção esteve prejudicada pelas adversidades climáticas, com a ocorrência de algumas perdas de monta. As altas temperaturas acarretaram um aumento nas taxas de mortalidade e diminuição dos níveis de produtividade que se traduziram em lucros cessantes. Em dezembro, devido ao grande volume ofertado, o mercado operou quase todo o tempo frouxo. Porém, os preços para todos os segmentos foram considerados remuneradores dos custos de produção.

Como se pode observar, a oferta se manteve crescente ao longo do ano, à exceção dos meses de julho e agosto, quando

a produção sofreu recuos muito moderados. As causas que os determinaram estiveram ligadas, em primeiro lugar, ao aumento dos descartes de matrizes nos meses de abril e maio, que se refletiram em uma diminuição da incubação de ovos ao final de maio e durante o mês de junho; em segundo lugar, as primeiras ondas de frio que atingiram as Regiões Sul e Sudeste do país acarretaram perdas na produtividade dos plantéis. Embora o volume e o valor obtidos com as exportações tenham sido desfavoráveis para a avicultura industrial brasileira, o mercado interno, fora o 1º trimestre e o início de outubro, comportou-se de forma estimulante para o aumento do alojamento de aves. Os mesmos fatores influíram no comportamento da avicultura catarinense, que participou com aproximadamente 28% de 1,48 milhão de toneladas produzidas no país.

TABELA 7

ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980 A 1985

| ANO | TOTAL ABATIDO (cabeças) | PRODUÇÃO (t) | ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO |
|---|---|---|---|
| 1980 | 136.025.376 | 197.749 | 100 |
| 1981 | 182.340.000 | 244.500 | 124 |
| 1982 | 216.359.800 | 354.773 | 179 |
| 1983 | 224.349.100 | 356.659 | 180 |
| 1984 | 244.813.362 | 369.913 | 187 |
| 1985 | 263.981.700 | 394.916 | 199 |

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 8

VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO, BRASIL E SANTA CATARINA - MÉDIA DE 1975 A 1977 E ANUAL DE 1978 A 1984

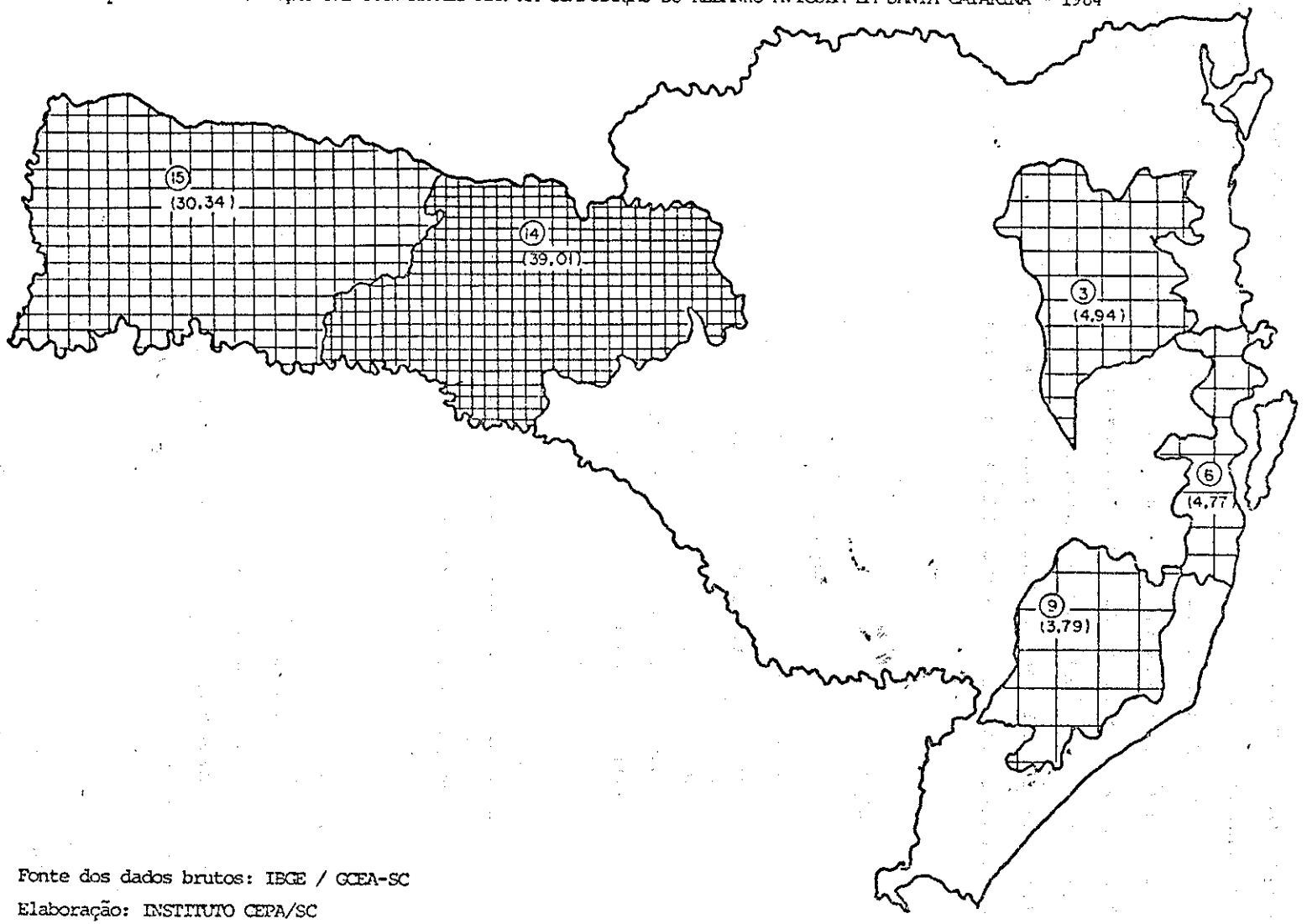
| ANO | EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t) | VALOR FOB (US$) | EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t) | VALOR FOB (US$) | PARTICIPAÇÃO DE SC NO TOTAL DO BRASIL (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1980 | 170.400 | 209.315.136,00 | 68.156 | 83.726.055,00 | 40 |
| 1981 | 290.000 | 350.900.000,00 | 100.159 | 121.192.390,00 | 35 |
| 1982 | 301.792 | 285.475.700,00 | 146.481 | 138.778.200,00 | 49 |
| 1983 | 269.301 | 242.144.937,00 | 167.575 | 140.260.275,00 | 57 |
| 1984 | 281.171 | 264.081.427,00 | 156.800 | 147.235.200,00 | 58 |
| 1985(*) | 270.000 | 235.170.000,00 | 145.200 | 127.050.000,00 | 54 |

(*) Preliminar

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 18 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM SANTA CATARINA - 1984




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

A produção mundial de carne bovina vem apresentando um comportamento estável desde 1981, principalmente nos países onde grandes contingentes de animais são estabulados. A oferta mundial sofreu uma queda, em 1982, de 2,13%, devido ao declínio da produção na CEE e na URSS. Em 1983, apresentou um moderado crescimento de 0,6%,com a produção crescendo nos USA, na URSS, na França, na Grã-Bretanha e na Itália. No ano de 1984, a produção mundial de carne bovina voltou a crescer pelo aumento da produção nos países que estabulam os plantéis, apesar de que os rebanhos extensivos estiveram em ciclo de baixa. Os dados preliminares para 1985 apontam para um moderado crescimento, devido aos incrementos que deverão ocorrer no Brasil, Argentina, URSS, Austrália e Nova Zelândia; mas as estimativas para 1986 apontam no sentido de um recuo na produção, principalmente pela diminuição dos rebanhos de bovinos de corte no âmbito de CEE (tabela 1).

O mercado internacional, que se manteve reduzido até 1979, reativou-se a partir de 1980. A maior movimentação no comércio mundial deu-se, basicamente, em cima do incremento das vendas dos EUA, Brasil, Canadá e França. O aumento do volume transacionado por esses países foi mais uma conseqüência da depressão do consumo interno do que dos excedentes exportáveis. No entanto, a maior oferta nos países importadores pressionou quedas significativas nas cotações internacionais de 1983 a 1985. Por outro lado, a elevação dos estoques na Comunidade Econômica Européia, bem como os subsídios oferecidos aos exportadores dos países componentes daquela organização, resultaram numa forte pressão baixista das cotações internacionais da carne bovina. A situação ficou mais agravada pela produção mundial ter crescido em 1985, quando a CEE, através de um programa de diminuição dos rebanhos de corte e leite, contribuiu para o aumento da oferta internacional de carne bovina (tabela 2).

A política da CEE exerceu a maior influência sobre o mercado mundial da carne bovina. Ao iniciar 1985, seus estoques eram cerca de 800 mil toneladas; ao final do ano estavam acima de 1,0 milhão de toneladas. Somente depois de atingirem níveis bem inferiores será possível reverter o atual quadro crítico das vendas internacionais, pois cessará grande parte dos subsídios para as exportações. A CEE concentrou os seus esforços de expor-

TABELA 1

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE BOVINA E VITELA - 1980 A 1986

(1.000 toneladas)

| PAÍS | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (1) (b) | 1986 (2) | PARTICIPAÇÃO (EM 1985) | VARIAÇÃO ANUAL-84/85 $\frac{(b-a)\ 100}{b}$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| E.U.A | 9.999 | 10.353 | 10.425 | 10.705 | 10.929 | 10.883 | 10.147 | 25,63 | - 0,42 |
| U.R.S.S. | 6.673 | 6.700 | 6.672 | 6.800 | 7.200 | 7.400 | 7.500 | 17,43 | + 2,78 |
| Argentina | 2.876 | 3.000 | 2.515 | 2.300 | 2.570 | 2.700 | 2.600 | 6,36 | + 5,06 |
| Brasil | 2.150 | 2.250 | 2.350 | 2.500 | 2.300 | 2.400 | 2.500 | 5,65 | + 4,35 |
| Austrália | 1.539 | 1.411 | 1.680 | 1.386 | 1.248 | 1.334 | 1.371 | 3,14 | + 6,89 |
| França | 1.831 | 1.840 | 1.741 | 1.760 | 1.936 | 1.830 | 1.654 | 4,31 | - 5,48 |
| Alemanha Ocid. | 1.564 | 1.535 | 1.470 | 1.460 | 1.609 | 1.655 | 1.620 | 3,90 | + 2,86 |
| Grã-Bretanha | 1.102 | 1.014 | 970 | 1.010 | 1.135 | 1.125 | 1.010 | 2,65 | - 0,88 |
| Canadá | 971 | 1.020 | 1.035 | 1.035 | 997 | 990 | 955 | 2,33 | - 0,70 |
| Itália | 1.148 | 1.130 | 1.085 | 1.130 | 1.182 | 1.205 | 1.170 | 2,84 | + 1,95 |
| México | 1.060 | 1.105 | 1.250 | 975 | 1.323 | 1.379 | 1.423 | 3,25 | + 4,23 |
| Polônia | 800 | 596 | 720 | 605 | 788 | 788 | 787 | 1,86 | 0 |
| África do Sul | 619 | 542 | 592 | 582 | 607 | 609 | 593 | 1,43 | + 0,33 |
| Nova Zelândia | 505 | 490 | 500 | 500 | 461 | 514 | 506 | 1,21 | +11,50 |
| Colômbia | 654 | 721 | 677 | 653 | 650 | 648 | 664 | 1,53 | - 0,31 |
| Tcheco-eslováquia | 436 | 413 | 428 | 410 | 450 | 435 | 430 | 1,02 | - 3,33 |
| Espanha | 422 | 415 | 425 | 410 | 385 | 416 | 420 | 0,98 | + 8,05 |
| Alemanha Oriental | 386 | 401 | 391 | 425 | 390 | 395 | 405 | 0,93 | + 1,28 |
| Uruguai | 336 | 407 | 385 | 418 | 295 | 253 | 276 | 0,60 | -14,24 |
| Iugoslávia | 335 | 323 | 330 | 342 | 350 | 335 | 320 | 0,79 | - 4,29 |
| TOTAL | 35.406 | 35.606 | 35.641 | 35.406 | 36.805 | 37.294 | 36.351 | 87,82 | + 1,33 |
| TOTAL DEMAIS PAÍSES | 5.159 | 5.119 | 4.280 | 4.747 | 5.165 | 5.173 | 5.130 | 12,18 | + 0,17 |
| TOTAL MUNDIAL | 40.565 | 40.785 | 39.921 | 40.153 | 41.970 | 42.467 | 41.481 | 100,00 | + 1,18 |

(1) Dados Preliminares

(2) Previsão

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE BOVINA - 1982 A 1986

(1.000 toneladas)

| PAÍSES \ ANO | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (1) (b) | 1986 (2) | PARTICIPAÇÃO MULDIAL (1985) % | VARIAÇÃO ANUAL (1985) % $\frac{b-a}{a} + 100$ |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| U.S.A | 115 | 125 | 152 | 158 | 172 | 3,4 | 4,0 |
| Canadá | 83 | 83 | 105 | 113 | 110 | 2,4 | 7,6 |
| Argentina | 522 | 415 | 250 | 220 | 200 | 4,7 | -12,0 |
| Brasil | 357 | 400 | 480 | 510 | 560 | 10,9 | 6,3 |
| C.E.E. | 1.551 | 1.690 | 1.849 | 1.942 | 1.926 | 41,7 | 5,0 |
| U.R.S.S | 32 | 25 | 27 | 30 | 35 | 0,7 | 11,1 |
| Austrália | 942 | 767 | 616 | 660 | 710 | 14,1 | 7,2 |
| Nova Zelândia | 366 | 372 | 288 | 356 | 355 | 7,6 | 23,6 |
| Leste Europeu | 279 | 251 | 290 | 317 | 328 | 6,8 | 9,3 |
| OUTROS PAÍSES | 420 | 497 | 376 | 357 | 361 | 7,7 | - 5,0 |
| TOTAL | 4.667 | 4.625 | 4.433 | 4.663 | 4.757 | 100,0 | 5,2 |

(1) Dados preliminares

(2) Previsão

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

tação nos países do Norte da África e Oriente Próximo; mais recentemente, foram adotados subsídios para recompor o comércio com o Extremo Oriente.

O Brasil vem exportando mais carne bovina nos últimos anos, após ter sido importador líquido em 1979. Isto verificou-se porque o país entrou no ciclo de produção crescente em 1980. A partir daquele ano, a política de arrocho salarial contribuiu para maiores excedentes. Em 1983, no entanto, começou a reversão do ciclo pecuário com menor produção, e as exportações continuaram se elevando, de forma mais nítida, porque havia excedentes devido à retração do consumo. O maior desempenho das exportações brasileiras deu-se basicamente devido à diminuição nas vendas argentinas, em alguns casos competindo com a CEE no Norte da África e no Extremo Oriente, e diminuição da oferta na Austrália. Com as quedas gradativas das cotações internacionais, de forma mais clara a partir de 1983, ficou evidente que a demanda mundial está estabilizada há vários anos, não restando dúvidas de que a expansão das exportações brasileiras se deu devido a problemas de ordem conjuntural nos principais países produtores.

A pecuária de corte no Brasil, que vinha desestimulada desde 1980, via preços desajustados dos custos de produção, entrou num período de descompressão a partir de 1983. O aviltamento real dos preços, nos anos de 81 e 82, desarticularam o processo produtivo do rebanho, devido ao aumento do abate de matrizes. Por outro lado, também o aumento paralelo nos preços dos animais de reposição, o crescimento das exportações, a formação de pequenos estoques reguladores e as adversidades climáticas, contribuíram para a bovinocultura de corte entrar em um novo ciclo altista. Porém, esse novo ciclo pecuário apresentou características diferenciadas dos anteriores, porque coexistiu com a recessão econômica brasileira. Por isso, os preços não alcançaram os picos das cotações do ciclo precedente, principalmente devido à diminuição do ritmo das exportações e ao consumo fortemente contido. Também, a persistência do abate de matrizes acima do recomendado, em muitos meses de 1984, indicou a possibilidade de o ciclo ter tido um período de duração mais curto.

De qualquer forma, o comportamento altista dos preços do boi gordo e da carne bovina, em 1984, ocorreu no sentido de

forçar o ajuste da oferta e da demanda. Essa defasagem é provocada pelo fato de os pecuaristas, incentivados pelos bons preços do boi nos picos de preços dos bovinos, investirem na pecuária. Porém, pela maneira extensiva como são produzidos, os bovinos, no geral, demoram de 4 a 5 anos para ficarem prontos para o abate; nessa oportunidade, a oferta excessiva do produto força uma baixa dos preços. A última fase altista começou em 1977, passou por uma alta generalizada em 1979 e terminou nos anos de 81 e 82 com os preços baixos. O atual ciclo altista começou em 83, e entrou em estabilidade até abril/84. A partir daquele mês, houve uma nova retomada no ritmo das altas que se prolongou, apenas acompanhando a inflação, até a entressafra daquele ano. A partir de outubro/84, os preços entraram em um quadro de estabilidade, perdendo valor real nos nove meses seguintes.

Ao acompanhar a curva do ciclo pecuário, a produção brasileira de carne bovina em equivalente carcaças totalizou, em 1982, o volume de 2,4 milhões de toneladas. A oferta nacional caiu 1% em 1983 e sofreu um recuo maior em 1984. As estimativas de 1983 indicavam uma produção superior a 2,4 milhões de toneladas, mas a continuidade dos fatores climáticos adversos, notadamente na Região Sul do país, reverteram as tendências. Em 1984, a oferta tendeu a girar ao redor de 2,2 milhões de toneladas, fato esperado, pois os preços do boi gordo e da carne bovina ao começarem a reagir, em 83, já estavam refletindo uma menor produção em 84. A produção nacional de carne bovina em equivalente carcaças foi avaliada em 2,3 milhões de toneladas para 1985. Mesmo com as adversidades climáticas nas principais regiões produtoras do país, essa estimativa não sofreu modificações, apenas houve um maior comprometimento do abastecimento na entressafra (tabela 3).

As estatísticas do rebanho bovino brasileiro devem ser vistas com muita cautela, devido à enorme extensão territorial, que impede levantamentos mais consistentes; mas, segundo a Fundação IBGE, a relação numérica entre os bovinos e a população tem se mantido nos últimos anos beirando a 1,0. Na Região Sul, os estoques de bovinos no período 1970/80 cresceram, sobretudo pela grande expansão do rebanho paranaense, decorrente do aumento da fronteira agrícola e da liberação de terras destinadas à cafeicultura. Mais recentemente, a soja e a cana-de-açúcar restringiram algumas áreas antes utilizadas pela pecuária no Paraná. O rebanho bovino gaúcho tem crescido a taxas inferiores às da popula

ção; o entrave esteve ligado ao aumento expressivo do cultivo da soja. Com isso, o rebanho, ao se concentrar em um espaço menor, ganhou em produtividade. No Sudeste brasileiro, a pecuária também perdeu espaço para as lavouras de soja e cana-de-açúcar. O grande crescimento urbano-industrial da região tem elevado sensivelmente os preços das terras, prejudicando a atividade pecuária. A Região Centro-Oeste tem sido o polo dinâmico da pecuária brasileira, por reunir extensas áreas contínuas e a preços mais acessíveis, além de uma razoável infra-estrutura de acesso a centros de consumo localizados nos estados industrializados do Sudeste. No Norte, observou-se, nos últimos anos, uma forte expansão da pecuária, através de projetos que gradativamente estão entrando em maturação. No entanto, o fato de a Amazônia ser uma região pouco conhecida, em termos científicos, e as grandes distâncias para a colocação do produto no mercado são as dificuldades que desafiam os pecuaristas. Finalmente, a região Nordeste tem demonstrado uma participação relativamente estável nos estoques de bovinos, pois as adversidades climáticas, com prolongadas estiagens, têm provocado apreciáveis dizimações dos plantéis.

Como vimos anteriormente, a produção de carne bovina tem apresentado avanços e recuos, em conseqüência ao caráter cíclico da pecuária e das políticas oficiais para o setor. O progresso da pecuária de corte, obtido no último lustro, se deu basicamente pela maior liberdade de mercado, com o governo quase sempre aceitando as implicações econômicas da oferta e demanda. Apesar dessa visível melhoria do desempenho da bovinocultura brasileira, os índices de produtividade ainda são considerados, em linhas gerais, muito baixos. "Todavia[1], o uso corrente da estimativa de uma taxa de desfrute ao redor de 12%/13% deve ser cotejada com a preferência para o abate de animais mais pesados, o que pode estar mascarando as potencialidades do rebanho. Por outro lado, a eficiência dessa atividade pode ser avaliada em termos de custos de produção, o que nos dá a exata dimensão dos níveis de produtividade de alguns importantes plantéis. Ainda em termos de produtividade, pode-se destacar a produção de carne por unidade de rebanho total, que serve para medir o desempenho dentro do próprio rebanho em uma projeção, envolvendo as demais

---

(1) WEDEKIN, I.M.F.T. Modernização e tendência da pecuária de corte no Brasil. São Paulo, AGROCERES, 1985. 27 p. (Cadernos Agroceres. Série Produção e Mercados, 2).

variáveis influentes. Torna-se evidente que os números daí resultantes mostram as diferenciações regionais, com o Sudeste apresentando os melhores resultados, embora, em linhas gerais, os índices absolutos sejam considerados razoáveis. No Centro Oeste, os dados são extremamente baixos, como reflexo do caráter extensivo e predominante dos criatórios, de forma a ter uma performance inferior à da Região Nordeste. Por sua vez, a pecuária sulina localiza-se em um patamar de produtividade aquém da média nacional, demonstrando os entraves da criação de raças européias nas condições locais".

A demanda interna de 1,9 e 2,0 milhões de toneladas, em 1985, indicou um consumo por habitante/ano de aproximadamente 14,5 kg, inferior em 45% aos 21,0 kg "per capita" calculado para 1977. Essa queda vertiginosa no consumo de carne bovina não teve conseqüências mais danosas para a pecuária de corte brasileira, porque nesse período a produção interna esteve em baixa e houve um razoável incremento nas exportações. Por outro lado, é bom destacar que nos anos 79, 80, 81 e 82, o mercado interno era considerado prioritário, sendo firmemente controlado pelo governo, com o objetivo de manter baixos os preços ao consumidor. Em 1979, entretanto, começaram a ocorrer mudanças políticas significativas, como a suspensão do controle dos preços no varejo, modificações na política de estocagem até a sua quase completa extinção e eliminação gradual dos subsídios fiscais e creditícios. Estas mudanças coincidiram com a recessão, que reduziu a renda média do brasileiro, e dificultando os interesses expancionistas dos produtores, pela queda do consumo que se verificou até meados de 1985. A maior oferta, a tendência da recuperação econômica brasileira, a melhoria dos salários e a estabilização dos preços por quase sete meses, permitiram a retomada do consumo da carne bovina, mas ainda em níveis inferiores aos registrados em 1977.

O crescimento nominal do rebanho catarinense foi maior, no período de 1970 a 1975 (19,52%), do que nos anos de 1975 a 1980. A partir de 1980, o rebanho se estabilizou. Os índices de produtividade caíram, como reflexo imediato do desestímulo, via preços mais baixos, nos anos de 81 e 82, bem como devido às adversidades climáticas de 1983, que causaram alta mortalidade, principalmente em vacas e animais novos. Assim como no resto do Brasil, em 1984 foi observada uma menor oferta de boi e carne bovi

na, também em Santa Catarina, que volta a se recuperar no ano seguinte. Ao acompanhar a curva descendente da produção nacional, o efetivo estadual permanece em um intervalo entre 2,6 e 2,8 milhões de cabeças, praticamente o mesmo contingente de animais levantado pelo Censo Agropecuário de 1980 (tabela 4).

Como o maior contingente de animais não é explorado de forma racional, os níveis de produtividade do rebanho estadual são baixos. O acompanhamento do rebanho, nos últimos sete anos, indica uma taxa de abate de aproximadamente 12,0% para o efetivo de corte e de 6,3% para o restante. Porém, para o exame desses índices de produtividade, deve ser considerada a divisão do rebanho quanto à sua exploração. A parcela mais significativa, representando 39,2% do efetivo total, é chamada de colonial, por ser geralmente destinada à subsistência familiar (leite e tração). As outras duas parcelas, economicamente mais exploradas, são separadas em corte e leite, mas, no geral, não apresentam padrões raciais muito definidos. Do rebanho total, 26,3% são classificados como gado de corte, e 14,5% estão presentes em propriedades que visam à venda de leite.

A bovinocultura de corte está espalhada por aproximadamente 196 mil estabelecimentos, na sua maioria pequenos, onde são criadas, em média, pouco mais de 11 cabeças por propriedade. A área destinada à pecuária, tanto de corte como de leite, soma aproximadamente 2,0 milhões de ha. As microrregiões típicas de pecuária bovina (Campos de Lages, Campos de Curitibanos e Campos de Canoinhas), com uma área de 1,46 milhões de ha, apresentam a menor população animal (0,5 UA/ha), enquanto que as microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial Oeste Catarinense, essencialmente agrícolas e minifundiárias, com uma área ao redor de 0,54 milhões de ha com pecuária, possuem a maior população de bovinos (1,34 UA/ha). Vale destacar que nas duas últimas microrregiões os plantéis locais têm evoluído, tanto em padrão racial como em produtividade, em níveis bem superiores àqueles considerados típicos de criatórios de bovinos. De qualquer forma, o rebanho, de um modo geral, não possui um padrão racial definido. Os chamados mestiços enquadram-se em 80% do rebanho, sendo animais resultantes de sucessivos cruzamentos entre exemplares das mais variadas raças. Os demais 20% formam a parcela de animais com características mais definidas, puros por cruzamento e/ou puros de origem.

TABELA 3

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE BOVINA NO BRASIL EM SANTA CATARINA - 1982 A 1984

(tonelada)

| ANOS / COMPORTAMENTO | BRASIL | | | | SANTA CATARINA | | | | PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1982 | 1983 | 1984* | 1985* | 1982 | 1983 | 1984* | 1985* | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
| 1. Produção | 2.400.000 | 2.350.000 | 2.300.000 | 2.300.000 | 46.040 | 37.655 | 37.990 | 52.914 | 1,92 | 1,60 | 1,65 | 2,3 |
| 2. Exportação | 398.000 | 500.000 | 600.000 | 400.000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 3. Importação Estadual | - | - | - | - | 16.617 | 18.459 | 16.170 | 13.228 | - | - | - | - |
| 4. Comercialização . Interna | 2.020.000 | 1.850.000 | 1.700.000 | 1.900.000 | 64.012 | 56.134 | 54.160 | 66.142 | 3,18 | 3,03 | 3,17 | 3,48 |
| 5. Consumo . Interno | 2.020.000 | 1.850.000 | 1.800.000 | 2.000.000 | 64.012 | 56.134 | 54.160 | - | - | - | - | - |
| . Per capita/kg | 16,15 | 14,43 | 13,0 | 14,5 | 16,60 | 14,23 | 13,71 | 16,1 | - | - | - | - |

(*) Estimativa

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 4

REBANHO BOVINO CATARINENSE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1950 A 1980

(cabeça)

| CENSO | INFORMANTES | MENOS DE 1 ANO | DE 1 A MENOS DE 2 ANOS | DE 2 ANOS E MAIS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1950 | 87.698 | 175.284 | 173.448 | 565.695 | 914.427 |
| 1960 | 132.576 | 163.464 | 212.583 | 825.946 | 1.201.993 |
| 1970 | 173.363 | 349.273 | 309.743 | 1.296.212 | 1.955.228 |
| 1975 | 179.280 | 413.657 | 314.639 | 1.508.534 | 2.236.830 |
| 1980 | 187.649 | 471.258 | 409.751 | 1.732.551 | 2.613.560 |

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira, período de 1950 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Do exposto sobre os níveis de produtividade do rebanho bovino catarinense, pode-se deduzir, facilmente, que são baixos. No entanto, relacionam-se com a deficiência alimentar no inverno a alta incidência de endo e ectoparasitas, algumas doenças infecto-contagiosas e da reprodução de modo especial, causando atraso no desenvolvimento e elevada mortalidade de bezerros. Por outro lado, as dificuldades da pequena propriedade em manter um touro de boa qualidade, a ação limitada da inseminação artificial, o manejo deficiente tanto na pequena como na grande propriedade e as instalações inadequadas, também contribuem para os baixos índices zootécnicos. Contudo, existem alguns criadores com nível tecnológico mais elevado, obtendo desfrutes de 25% a 30%, e com abates de bovinos aos 24 a 30 meses de idade.

A produção catarinense situou-se, no ano de 1984, ao redor de 38,0 mil toneladas, acusando apenas um leve crescimento, devido à desarticulação do processo produtivo, ocorrido nos anos de 81, 82 e 83. As importações foram avaliadas em 16,2 mil toneladas - 12,42% menores que em 1983 - reflexo imediato da diminuição da demanda, estimada em apenas 54,2 mil toneladas. De forma mais consistente, a produção volta a crescer em 1985; como reflexo imediato do início da recomposição do rebanho, ela atinge o patamar de 53,0 mil toneladas. Pelo seu lado, a demanda foi estimada em 66,0 mil toneladas, devido à retomada do crescimento de consumo. A oferta de animais prontos para o abate, no estado, teve um comportamento ascendente quando comparado com os baixos níveis dos anos de 83 e 84. O consumo, no geral, esteve somente contido nas primeiras altas de preços na entressafra. No entanto, na maioria dos meses, a grande oferta do produto impediu que os preços subissem acima da inflação, pois as cotações em termos nominais permaneceram estabilizadas desde outubro de 1984 (tabelas 5, 6 e 7).

Como pode ser observado, o estado tem-se caracterizado como importador líquido de carne bovina, pois a produção catarinense não é suficiente para atender até mesmo aos níveis baixos de consumo constatados em 1984. Nos anos de 1981 e 1982, essas importações começaram a declinar, notadamente pelo esforço de produzir na entressafra. Como esse programa teve suas metas prejudicadas, em 1983 as importações passaram de 26,0% para 33,0% de nossas necessidades; contudo, houve uma certa recuperação do programa, com as importações caindo para 30,0% e 20% do consumo

TABELA 5

REBANHO BOVINO BRASILEIRO E CATARINENSE, E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS DE 1940 A 1980

(cabeças)

| CENSO | BRASIL | SANTA CATARINA | PARTICIPAÇÃO DE SC NO BRASIL (%) |
|---|---|---|---|
| 1940 | 34.392.419 | 734.389 | 2,14 |
| 1950 | 44.600.159 | 914.377 | 2,05 |
| 1960 | 56.041.307 | 1.201.993 | 2,14 |
| 1970 | 78.562.250 | 1.955.228 | 2,49 |
| 1975 | 101.673.753 | 2.236.830 | 2,20 |
| 1980 | 117.755.923 | 2.613.560 | 2,22 |

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira, período de 1940 a 1980)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 6

ABATE TOTAL DE BOVINOS (SIF, NÃO SIF e AUTOCONSUMO)
SANTA CATARINA - 1981 A 1985

(em mil cabeças)

| ANO / MÊS | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (b) | VARIAÇÃO ANUAL % (a/b) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 26,9 | 24,4 | 25,2 | 20,8 | 21,9 | 5,29 |
| Fevereiro | 23,8 | 23,0 | 24,8 | 20,7 | 20,1 | - 2,90 |
| Março | 25,8 | 26,2 | 26,0 | 22,3 | 23,5 | 5,38 |
| Abril | 26,8 | 26,8 | 27,0 | 22,7 | 23,6 | 3,96 |
| Maio | 27,0 | 25,6 | 26,6 | 24,4 | 24,9 | 2,05 |
| Junho | 20,6 | 20,3 | 20,3 | 17,9 | 21,7 | 21,23 |
| Julho | 17,9 | 19,9 | 16,3 | 17,3 | 20,0 | 15,61 |
| Agosto | 18,3 | 19,8 | 15,9 | 19,4 | 19,4 | - |
| Setembro | 18,2 | 21,2 | 16,5 | 17,4 | 22,0 | 26,44 |
| Outubro | 18,3 | 21,4 | 17,6 | 17,4 | 26,0 | 49,43 |
| Novembro | 21,0 | 21,5 | 18,9 | 17,5 | 26,2 | 49,71 |
| Dezembro | 23,5 | 23,5 | 21,3 | 16,8 | 24,0 | 42,86 |
| TOTAL | 268,1 | 273,6 | 256,2 | 234,6 | 273,3 | 16,59 |

(*) Estimativa: Instituto CEPA/SC
Fonte: MA/DFA-SC(SERPA) e Instituto CEPA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 7

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA SANTA CATARINA - 1980 A 1985

| ANO | PRODUÇÃO EM CARCAÇAS (t) |
|---|---|
| 1980 | 41.749 |
| 1981 | 42.263 |
| 1982 | 46.046 |
| 1983 | 37.655 |
| 1984 | 37.990 |
| 1985 | 52.914 |

Fonte: MA/DFA-SC e Instituto CEPA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

previsto para os anos de 84 e 85, respectivamente. Esse déficit na demanda tem acarretado custos sociais elevados, porque torna o produto muito caro para os consumidores, nas principais cidades do estado.

A produção catarinense de carne bovina, medida pelos abates, começou, no primeiro trimestre do ano, a esboçar os primeiros sinais de que seria maior, em 1985. Apesar de os abates terem começado a crescer, era voz corrente entre aqueles que estavam comprando ou vendendo boi, ter sido a oferta bem superior ao que as indústrias puderam absorver. Isto prendeu-se ao fato de que, nos dois estados vizinhos, a oferta de carne se processou a preços mais baixos. Com isso, devido ao aumento da concorrência no fornecimento, as próprias indústrias locais optaram por adquirir o produto já frigorificado. Com isso, as cotações do boi permaneceram estabilizadas. Somente em março observou- se um comportamento frouxo do mercado, com os preços tendendo a serem praticados abaixo das intenções dos produtores. Nas principais regiões de origem, os criadores catarinenses forçaram as vendas do boi a Cr$ 54 mil a arroba, mas os compradores pagaram ao redor de Cr$ 48/50 mil a arroba. Com isso, o mercado atacadista teve maior flexibilidade, conseguindo preços abaixo das tabelas fixadas pelos frigoríficos.

O mercado, em abril, não sentiu reflexos muito positivos nos preços do boi gordo frente à liberação de recursos para estocagem de carne bovina. Mesmo porque, o montante e as regras a vigorar durante a armazenagem não ficaram muito claros. No entanto, essa resolução tornou o mercado do produto mais firme no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, sem redundar numa escalada de preços recebidos pelos criadores. Para os produtores catarinenses, em particular, ao iniciar o mês, o mercado encontrava-se bastante paralisado. Os estoques nos campos atingiram um volume estimado ao redor de 15.000 cabeças e, se não fossem desovados, perderiam peso com o declínio vegetativo das pastagens. Para facilitar o escoamento, o governo estadual prorrogou os prazos de recolhimento do ICM para 120 dias após a operação, para o gado adquirido no estado. Essas modificações provocaram maior firmeza dos preços recebidos pelo criador. Também refletiram um moderado recuo nos preços do atacado e do varejo e um certo efeito positivo nas vendas de carne.

A oferta de carne bovina em maio não diminuiu, como se acreditava ao final de abril. Por outro lado, as alterações nas normas para estocagem durante as fases de negociações entre o governo e as indsutrias, em determinado momento, não ficaram muito claras para o mercado, principalmente por serem conflitantes com os interesses dos criadores do Centro-Oeste, a maior região produtora do país. Esses fatores contribuíram para que os preços permanecessem contidos em todos os níveis, contrariando as previsões mais otimistas de que o mercado tendia a apresentar recuperação, em maio.

As adversidades climáticas do início do mês, no estado, não chegaram a prejudicar seriamente as pastagens, mas elas começaram a perder o seu valor nutritivo pelo declínio estacional do ciclo vegetativo. Em conseqüência disso, houve um maior incremento na oferta, com os preços permanecendo fortemente deprimidos em todos os segmentos do mercado. Para as tropas de melhor qualidade, no entanto, as cotações acusaram uma pequena melhora.

A produção catarinense de carne bovina cresceu de forma expressiva no primeiro semestre, mas o volume dos abates não espelhou a quantidade ofertada, já que os frigoríficos funcionaram como distribuidores, por adquirirem o produto mais barato nos dois estados vizinhos, com a finalidade de baixarem custos no item transporte. Apesar de o consumo ter reagido, a oferta foi maior do que a demanda; os preços, ao perderem o seu valor, evidenciaram uma perda de poder de troca dos criadores. Ao final de junho constatou-se uma ligeira diminuição da oferta em Santa Catarina, permitindo que os preços sofressem uma moderada alta, em todos os segmentos do mercado.

No geral, as vendas no varejo, durante os meses de maio e junho, foram consideradas aquecidas. A carne bovina, com os preços contidos há vários meses, tornou-se o produto mais barato, quando comparada às cotações e ao rendimento em cozinha das demais carnes. Apesar da demanda reativada, os preços não encontraram sustentação, devido à grande oferta do produto. Constatou-se, também, uma ligeira tendência do aumento da procura das carnes, ditas de primeira, em detrimento dos cortes de segunda, o que forçou a formação de estoques de dianteiro. Mesmo assim, o mercado do boi não teve grandes alterações no primeiro se

mestre do ano.

O grande volume de boi ofertado até o início da segunda quinzena de junho - em função da acentuada queda dos preços, que tornou mais vantajoso para o produtor vender o seu gado e investir o dinheiro no mercado financeiro - resultou em uma escassez momentânea do produto. Por outro lado, com a proximidade da entressafra, o mercado do boi gordo entrou em uma fase especulativa. A expectativa de diminuição da oferta provocou maior procura por parte dos frigoríficos. Esse fato também estimulou os pecuaristas a reterem animais, esperando aumentar os preços. A nível de produtor, esses fatores foram determinantes para a majoração das cotações do boi a partir do início de julho.

Os preços do boi perderam o impulso passados os primeiros 10 dias de julho. Ocorreu uma estabilização das cotações, com uma nítida tendência do mercado a operar frouxo. As notícias de liberação dos estoques governamentais, nos principais centros consumidores do país, sustaram, de certa forma, as intenções especulativas, que sempre ocorrem na entrada da entressafra. De outro lado, as altas acentuadas tiveram um efeito negativo no consumo, que vinha melhorando com a estabilidade dos preços há vários meses.

O mercado, ao começar agosto, encontrava-se fortemente aquecido. A alta dos preços do boi gordo levou os frigoríficos a limitarem as comrpas à faixa de Cr$ 120 mil a arroba, acima da qual tentaram não negociar, pela impossibilidade de repassarem custos. Apenas a partir da segunda quinzena os preços entraram em um quadro de relativa estabilidade. A tendência exageradamente altista das cotações do boi reverteu-se diante da expectativa de que o governo tomaria medidas com relação à importação e mesmo a um possível tabelamento da carne, no varejo. Outro fator que influenciou o comportamento dos preços foi a paralisação temporária de algumas unidades industriais no país. Todos esses fatores interagindo determinaram até mesmo pequenos declínios nas cotações. Os mesmos fatores influíram no mercado catarinense, com o agravante de a oferta ter-se reduzido, deslocando as compras dos frigoríficos para o Rio Grande do Sul, com conseqüente elevação dos custos.

As cotações em julho, agosto e setembro, crescendo aci

ma da inflação daqueles meses, levaram o governo a tomar medidas visando à contenção de preços e à garantia do abastecimento.

Esses atos, na prática, não atenderam aos fins propostos. A decisão do tabelamento da carne bovina recebeu a desaprovação unânime dos segmentos do mercado, à exceção dos consumidores. As notícias dos acertos para importação de 50 mil toneladas destinadas ao consumo interno também geraram conflitos em razão de posições a favor e contrárias à medida, dentro e fora do governo. O tabelamento despertou a prática do mercado negro nos principais centros consumidores, a retração da oferta e a desmotivação dos criadores que estão preparados para produzir na entressafra. Após o anúncio do tabelamento, o mercado permaneceu tumultuado, principalmente por ter sido anunciado quando os preços tendiam à estabilidade.

Com vistas a sanar o impasse surgido, que poderia acarretar um colapso no abastecimento, governo, produtores e industriais estabeleceram um acordo pelo qual o tabelamento não vigoraria, e ficaria descartada a hipótese de importação de carne bovina para a formação de um estoque de segurança. O acordo estabeleceu os preços a serem praticados pelos diferentes segmentos do mercado, e garantiu as cotações praticadas na última semana de agosto. Embora consideradas satisfatórias, as medidas adotadas não representaram uma solução para a crise da carne bovina, tampouco eliminaram as probabilidades de se importar o produto. O acordo garantiu o suprimento em setembro, mas o ponto de origem do problema, a falta de estoques, permaneceu. Nesse sentido, após o anúncio das medidas, já ocorriam especulações em prejuízo de uma grande maioria de pecuaristas que não dispunham de estoques. Dessa forma, o acordo estabelecido entre governo, industriais, pecuaristas e varejistas foi de difícil execução na prática, devido aos interesses conflitantes das partes, principalmente pelos interessados em uma eventual alta. Nos primeiros dias após o acordo, surgiram as primeiras contradições. De um lado estavam os frigoríficos, que afirmavam não conseguir comprar o boi pelos preços estabelecidos; no meio, os açougueiros e supermercados se defendendo por terem de repassar o ágio cobrado pelos industriais; de outro, os pecuaristas afirmando estarem cumprindo os parâmetros fixados. Na Região Sul do país, tanto produtores como industriais cumpriram, no geral, o acordo. Protestaram de forma veemente contra a decisão do governo de importar carne bo-

vina para o abastecimento interno, por considerá-la precipitada, e mesmo porque teriam condições de abastecer a Região Sudeste.

Para os produtores catarinenses, as medidas foram negativas, principalmente para os interesses daqueles que estavam com os bois nas pastagens. Muito poucos foram os que se beneficiaram das altas, pois a grande maioria não dispunha mais de animais para venda. No mercado local da carne bovina ocorreram algumas modificações. As cotações do produto, que vinham se mantendo próximas às praticadas nos principais estados produtores, e que antes do acordo estavam estabilizadas, reagiram acompanhando as cotações do centro do país. Mesmo porque, as aquisições de animais fora do estado sofrem um adicional de frete, pago, em última instância, pelos consumidores.

Como se pode constatar, o acordo estabelecido não foi cumprido como os consumidores esperavam. A comercialização, tanto do boi como da carne, atingiu patamares superiores aos definidos no acerto. Os produtores e os frigoríficos majoraram os preços. Os supermercados, com margens operacionais menores, no geral mantiveram as cotações da carne ao redor dos preços estipulados. Os açougueiros, nas principais praças brasileiras, alegando despesas mais altas, praticaram um patamar de preços bem maior do que o dos supermercados.

O mercado da carne bovina permaneceu fortemente aquecido em outubro, mantendo praticamente as mesmas características de setembro. Outro detalhe importante foi a evolução maior dos preços do traseiro, por atender uma fatia de consumidores de renda mais alta e mesmo porque as importações do dianteiro influíram no comportamento dos preços desse corte. Dessa forma, constatou-se que a carne bovina voltou a ser cotada em termos reais, no mesmo patamar dos preços de outubro de 1984. Essa recuperação, no entanto, não foi suficiente para reaver o que se perdeu nos últimos doze meses.

Nos primeiros dias de outubro, os preços do boi e da carne tiveram um comportamento estável. Para isto contribuíram a continuidade da distribuição dos estoques governamentais, a maior oferta de carne resfriada e a queda no consumo. Esse quadro deixou transparente o fato de que o próprio mercado se autoregulou, depois dos tumultos do tabelamento e do acordo firmado

com o governo, tabelamento este que, no geral, não foi cumprido. Outro fator, não menos importante, que contribuiu para a estabilidade do mercado, foram as notícias de importação para consumo, fato que não veio a se concretizar. Após alguns dias, os negó - cios operaram com possibilidades de alta, devido à necessidade tanto dos criadores como dos industriais, de repassarem os custos advindos dos aumentos dos combustíveis e das tarifas dos serviços públicos.

A partir do dia 23/10, o volume das negociações concretizadas acima dos patamares dos dias anteriores esboçaram uma nova tendência de alta. O abastecimento nacional, que estava se processando sem grandes alterações, entrou em uma fase tumultuada em razão da diminuição da oferta no Centro-Oeste, causada pela grande seca que assolou a região. Essa adversidade climática permitiu majorações nas cotações do boi e da carne nos estados vizinhos, facilitando inclusive aos frigoríficos catarinenses colocarem o produto no centro do país. A situação ficou mais clara ao final de outubro, pois mesmo com o pico da entressafra se aproximando do fim, a menor oferta foi determinante para o revigoramento dos preços.

As altas ocorridas no Paraná e Rio Grande do Sul se refletiram positivamente nos negócios com gado em Santa Catarina e permitiram, ao final de outubro, duas altas consecutivas nos preços da carne. A princípio, não se acreditava em uma reação expressiva dos preços, mas as cotações mais elevadas no Rio de Janeiro e São Paulo permitiram um escoamento dos excedentes locais para aqueles mercados, forçando uma aproximação nos patamares de preços, beneficiados pelo diferencial de ICM na comercialização interestadual. Também a oferta de boi de pastagem indo para o seu final e muitos produtores segurando a produção para venderem após o anúncio do novo salário mínimo criaram espaço para que as cotações do boi gordo fossem corrigidas para algo ao redor de Cr$ 150 mil a arroba.

A oferta de bois, por parte dos criadores catarinenses, se manteve firme e até mesmo crescente por aproximadamente dois meses. Apenas ao final de novembro os frigoríficos encontraram mais dificuldade nas aquisições dos animais, pois, com o final do escoamento dos animais de pastagens, houve uma certa redução no volume ofertado, sem, contudo, afetar o desempenho dos

abates. No Rio Grande do Sul, a oferta teve um comportamento muito bom para a época do ano, permitindo um abate maior do que no ano anterior e um maior volume exportado para Santa Catarina. Diante desse quadro, os criadores que dispunham de algum estoque forçaram as vendas a Cr$ 180 mil a arroba. Com isso, os frigoríficos locais concentraram as compras no Rio Grande do Sul, por preço que variou entre Cr$ 150 e Cr$ 160 mil a arroba.

Os preços do boi gordo, após permanecerem, por boa parte de outubro, com pouca variação, entraram, em novembro, em um novo quadro de alta. A colocação dos estoques remanescentes do governo sustou momentaneamente a alta dos preços nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro, com reflexos nas cotações da carne bovina em outros centros consumidores. Com a finalidade de segurar mais a expectativa altista, o governo autorizou a importação de 15.000 toneladas de carne bovina uruguaia. Mas, a lentidão das negociações e da distribuição facilitou a permanência da tendência de alta, com os preços, a partir da segunda quinzena, sendo majorados em todos os níveis. Por outro lado, até mesmo o próprio governo se viu obrigado a autorizar reajustes, pois a falta do produto em algumas praças estava esquentando em demasia o mercado, com muitos supermercados começando a não cumprir os acordos de preços estabelecidos para a cesta básica de consumo.

Com o agravamento da estiagem durante o mês de dezembro, as pastagens perderam muito das suas qualidades nutricionais. Como os criatórios, na sua maioria, se localizam nas pequenas propriedades, os criadores se valeram do que restou das culturas de verão das capineiras para alimentar os animais, pois se observou uma paralisação do ganho de peso. Nas regiões dos campos nativos, a situação foi menos grave. Com isso os produtores anteciparam as vendas, com a finalidade de diminuir a lotação dos pastos. Devido a essa pressão da oferta, como conseqüência das preocupações com a estiagem, os preços do boi tenderam à estabilidade com leves recuos.

Mesmo com o crescimento significativo dos abates e da oferta de gado, em 1985, as indústrias locais adquiriram parte do produto já frigorificado. Ao procederem dessa maneira, as empresas também funcionaram como distribuidores do produto. É de se destacar que ao longo do ano o aumento dos abates se deu pela maior parcela de participação dos frigoríficos de suínos, por

possuírem maior capacidade de industrialização. As vendas no varejo foram consideradas aquecidas desde janeiro até outubro. A carne bovina, com os preços contidos desde outubro/84 até julho/85, tornou-se um produto barato. Apesar da demanda reativada no período acima considerado, os preços não encontraram sustentação, devido à grande oferta do produto. Após a confirmação de que a entressafra seria mais longa, com o comprometimento da safra, os preços voltaram a se reaquecer. O aumento substancial dos preços, a partir de agosto, influiu negativamente nos níveis de consumo. No primeiro semestre, os preços ficaram por longo tempo inalterados, provocando uma retomada do consumo. Os piques de alta, que se verificaram desde aquele mês, deslocaram os consumidores para as carnes de custo mais baixo.

TABELA 8

PREÇOS NOMINAIS E REAIS* RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA ABATE - SANTA CATARINA - 1981 A 1985

(Cr$/kg de peso vivo)

| ANO / MÊS | 1981 | | 1982 | | 1983 | | 1984 | | 1985 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Preço Corrente | Preço Real | Preço Corrente | Preço Real | Preço Corrente | Preço Real | Preço Corrente | Preço Real | Preço Corrente | Preço Real |
| Janeiro | 54,00 | 6.667 | 76,66 | 4.861 | 140,00 | 4.333 | 680,00 | 6.719 | 1.670 | 4.968 |
| Fevereiro | 52,00 | 5.918 | 76,66 | 4.550 | 150,00 | 4.358 | 717,00 | 6.311 | 1.670 | 4.510 |
| Março | 53,00 | 5.618 | 76,66 | 4.243 | 166,67 | 4.399 | 667,00 | 5.340 | 1.670 | 4.002 |
| Abril | 53,00 | 5.327 | 78,33 | 4.115 | 196,67 | 4.753 | 667,00 | 4.902 | 1.735 | 3.876 |
| Maio | 52,30 | 4.949 | 82,33 | 4.075 | 216,67 | 4.908 | 800,00 | 5.401 | 1.735 | 3.598 |
| Junho | 52,90 | 4.792 | 86,66 | 3.972 | 286,67 | 5.783 | 935,00 | 5.777 | 1.800 | 3.461 |
| Julho | 62,80 | 5.414 | 114,00 | 4.927 | 316,67 | 5.638 | 1.670,00 | 9.354 | 3.000 | 5.296 |
| Agosto | 70,00 | 5.654 | 126,66 | 5.174 | 400,00 | 6.467 | 1.400,00 | 7.089 | 4.000 | 6.194 |
| Setembro | 72,60 | 5.582 | 135,00 | 5.320 | 533,33 | 7.645 | 1.670,00 | 7.652 | 4.385 | 6.151 |
| Outubro | 72,60 | 5.349 | 123,33 | 4.639 | 533,33 | 6.750 | 1.800,00 | 7.326 | 5.000 | 6.506 |
| Novembro | 75,00 | 5.247 | 127,00 | 4.549 | 550,00 | 6.419 | 1.735,00 | 6.426 | 6.000 | 6.792 |
| Dezembro | 78,34 | 5.280 | 130,00 | 4.387 | 633,33 | 6.872 | 1.670,00 | 5.596 | 5.600 | 5.600 |
| MÉDIA ANUAL | 62,38 | 5.441 | 102,77 | 4.587 | 343,61 | 6.025 | 1.201,00 | 6.568 | 3.185 | 5.351 |

(*) Corrigidos a preços de dezembro de 1985 (IGP - col.2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV)

Fonte: Dos Dados Básicos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 9

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO - SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 85%) - 1982 A 1985

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS | CUSTOS FIXOS | TOTAL DOS CUSTOS P/ANO | CUSTOS POR BEZERRO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alimentação | Sanidade | Mão-de-Obra | Outros Custos Variáveis | | | | |
| Março/82 | 806.160 | 60.185 | 215.343 | 14.700 | 1.096.388 | 308.368 | 1.404.756 | 12.715 |
| Junho/82 | 1.057.716 | 76.383 | 298.944 | 15.960 | 1.449.003 | 366.990 | 1.815.993 | 18.400 |
| Setembro/82 | 1.223.140 | 115.899 | 298.944 | 26.250 | 1.664.233 | 480.028 | 2.144.261 | 17.729 |
| Novembro/82 | 1.565.786 | 161.659 | 424.224 | 26.250 | 2.177.919 | 551.289 | 2.729.208 | 26.238 |
| Março/83 | 1.780.874 | 215.990 | 424.224 | 28.350 | 2.449.438 | 701.062 | 3.150.500 | 31.508 |
| Junho/83 | 2.207.580 | 269.096 | 625.968 | 39.900 | 3.142.544 | 865.512 | 4.008.056 | 37.688 |
| Setembro/83 | 3.315.070 | 515.173 | 625.968 | 69.300 | 4.525.511 | 1.205.470 | 5.730.981 | 46.234 |
| Novembro/83 | 4.393.160 | 609.415 | 1.028.160 | 96.600 | 6.127.335 | 1.529.190 | 7.656.525 | 59.258 |
| Fevereiro/84 | 5.422.992 | 807.707 | 1.028.160 | 130.200 | 7.389.059 | 2.395.654 | 9.784.714 | 71.511 |
| Abril/84 | 6.402.916 | 832.211 | 1.028.160 | 136.500 | 8.399.787 | 2.663.476 | 11.063.264 | 87.550 |
| Julho/84 | 8.819.910 | 1.275.315 | 1.749.168 | 170.100 | 12.014.493 | 3.663.849 | 15.678.342 | 138.662 |
| Agosto/84 | 10.100.145 | 1.821.180 | 1.749.168 | 243.600 | 13.914.093 | 4.481.063 | 18.395.157 | 135.174 |
| Outubro/84 | 12.351.597 | 1.878.440 | 1.749.168 | 336.000 | 15.315.205 | 6.335.988 | 22.651.193 | 143.925 |
| Fevereiro/85 | 17.797.086 | 3.057.280 | 2.998.080 | 350.700 | 24.203.146 | 8.122.601 | 32.325.747 | 285.902 |
| Abril/85 | 21.166.458 | 3.657.550 | 2.998.080 | 350.700 | 28.172.788 | 8.622.666 | 36.765.454 | 355.741 |
| Junho/85 | 26.055.299 | 1.628.440 | 5.996.160 | 388.500 | 34.068.399 | 9.644.733 | 43.715.132 | 440.205 |
| Agosto/85 | 32.070.715 | 2.120.778 | 5.996.160 | 735.000 | 40.922.653 | 20.401.096 | 61.323.749 | 498.809 |
| Outubro/85 | 39.293.025 | 2.379.830 | 5.996.160 | 903.000 | 48.572.015 | 27.446.655 | 76.018.670 | 623.417 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 1c

CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS - SANTA CATARINA - 1981 A 1985

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS | CUSTOS FIXOS | TOTAL DOS CUSTOS P/ANO | CUSTO POR Kg |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alimentação | Sanidade | Mão-de-Obra | Outros Custos Variáveis | | | | |
| Março/81 | | | | | | | | |
| Julho/81 | 757.430 | 88.400 | 152.352 | 36.450 | 1.034.632 | 465.096 | 1.499.728 | 55,55 |
| Outubro/81 | 848.658 | 108.160 | 152.352 | 49.005 | 1.158.175 | 571.959 | 1.730.134 | 64,00 |
| Dezembro/81 | 926.748 | 108.833 | 212.343 | 52.853 | 1.300.777 | 607.959 | 1.908.736 | 70,70 |
| Março/82 | 1.077.604 | 112.675 | 212.343 | 51.705 | 1.454.327 | 621.778 | 2.076.105 | 76,90 |
| Junho/82 | 1.252.724 | 141.685 | 298.944 | 56.025 | 1.749.378 | 695.622 | 2.445.000 | 90,55 |
| Setembro/82 | 1.529.294 | 159.910 | 298.944 | 85.725 | 2.073.873 | 939.023 | 3.012.896 | 112,00 |
| Novembro/82 | 1.888.588 | 161.725 | 424.224 | 85.725 | 2.560.262 | 1.025.593 | 3.585.855 | 132,81 |
| Março/83 | 2.133.405 | 230.210 | 424.224 | 101.250 | 2.889.089 | 1.284.722 | 4.173.811 | 154,59 |
| Junho/83 | 2.672.830 | 353.442 | 625.968 | 145.800 | 3.798.040 | 1.605.180 | 5.403.220 | 200,00 |
| Setembro/83 | 4.002.840 | 481.826 | 625.968 | 371.250 | 5.481.884 | 3.211.360 | 8.693.244 | 321,97 |
| Novembro/83 | 5.125.360 | 685.916 | 1.028.160 | 361.125 | 7.200.561 | 3.177.750 | 10.378.311 | 384,38 |
| Fevereiro/84 | 6.408.575 | 823.702 | 1.028.160 | 472.500 | 8.732.937 | 5.532.903 | 14.265.839 | 528,36 |
| Abril/84 | 7.682.025 | 879.740 | 1.028.160 | 472.500 | 10.062.425 | 5.796.711 | 15.859.136 | 587,38 |
| Junho/84 | 10.576.336 | 1.327.740 | 1.749.168 | 627.750 | 14.280.994 | 8.923.767 | 23.204.761 | 859,44 |
| Agosto/84 | 11.982.777 | 1.614.525 | 1.749.168 | 850.500 | 26.929.095 | 10.732.125 | 26.929.095 | 997,37 |
| Outubro/84 | 14.689.323 | 1.732.000 | 1.749.168 | 1.215.000 | 19.385.491 | 15.856.243 | 35.241.734 | 1.305,25 |
| Fevereiro/85 | 21.086.175 | 2.506.950 | 2.998.080 | 1.215.000 | 27.806.205 | 19.021.272 | 46.827.477 | 1.734,00 |
| Abril/85 | 25.087.396 | 2.975.270 | 2.998.080 | 1.215.000 | 32.275.746 | 20.399.153 | 52.674.899 | 1.951,00 |
| Junho/85 | 29.327.352 | 3.059.250 | 5.996.160 | 1.417.500 | 39.800.262 | 22.996.254 | 62.766.516 | 2.325,00 |
| Agosto/85 | 36.318.273 | 3.870.055 | 5.996.160 | 2.700.000 | 48.884.488 | 48.278.242 | 97.162.730 | 3.599,00 |
| Outubro/85 | 45.439.313 | 4.317.544 | 5.996.160 | 3.375.000 | 59.128.017 | 66.966.316 | 126.094.333 | 4.670,00 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 11

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIROS DE UM ANO - SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 55%)-1982 A 1985

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS | CUSTOS FIXOS | TOTAL DOS CUSTOS P/ANO | CUSTO POR BEZERRO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alimentação | Sanidade | Mão-de-Obra | Outros Custos Variáveis | | | | |
| Março/82 | 278.685 | 55.939 | 212.343 | 14.700 | 559.667 | 296.757 | 856.424 | 9.587 |
| Junho/82 | 340.216 | 71.163 | 298.944 | 15.960 | 726.283 | 352.043 | 1.078.326 | 15.712 |
| Setembro/82 | 462.370 | 80.520 | 298.944 | 36.750 | 878.584 | 607.690 | 1.486.274 | 15.581 |
| Novembro/82 | 581.944 | 79.885 | 424.224 | 26.250 | 1.112.303 | 526.092 | 1.638.395 | 21.014 |
| Março/83 | 615.188 | 116.050 | 424.224 | 28.350 | 1.183.812 | 657.586 | 1.841.398 | 25.264 |
| Junho/83 | 733.890 | 178.126 | 625.968 | 28.000 | 1.565.984 | 823.246 | 2.389.230 | 28.330 |
| Setembro/83 | 1.143.660 | 242.719 | 625.968 | 35.000 | 2.047.347 | 1.190.220 | 3.237.567 | 16.627 |
| Novembro/83 | 1.430.630 | 345.021 | 1.028.160 | 38.500 | 2.842.311 | 1.388.230 | 4.230.541 | 13.091 |
| Fecereiro/84 | 1.594.445 | 415.702 | 1.028.160 | 49.000 | 3.087.307 | 2.485.928 | 5.573.235 | 13.044 |
| Abril/84 | 1.911.045 | 443.118 | 1.028.160 | 59.500 | 3.441.823 | 2.714.610 | 6.156.434 | 24.873 |
| Junho/84 | 2.696.205 | 666.975 | 1.749.168 | 66.500 | 5.178.848 | 4.047.886 | 9.226.734 | 36.526 |
| Agosto/84 | 3.033.685 | 811.590 | 1.749.168 | 77.000 | 5.671.443 | 4.819.216 | 10.490.659 | 26.666 |
| Outubro/84 | 4.039.231 | 872.311 | 1.749.168 | 105.000 | 6.765.710 | 7.003.958 | 13.769.668 | 11.774 |
| Fevereiro/85 | 5.348.509 | 1.273.470 | 2.998.080 | 154.000 | 9.774.059 | 8.992.801 | 18.766.860 | 169.245 |
| Abril/85 | 6.431.299 | 1.511.250 | 2.998.080 | 154.000 | 11.094.629 | 9.740.988 | 20.835.617 | 243.129 |
| Junho/85 | 7.481.925 | 1.535.903 | 5.996.160 | 175.000 | 15.188.988 | 10.852.098 | 26.041.036 | 375.039 |
| Agosto/85 | 9.220.160 | 1.959.340 | 5.996.160 | 434.000 | 17.609.660 | 22.779.751 | 40.389.411 | 392.479 |
| Outubro/85 | 12.883.420 | 2.194.173 | 5.996.160 | 455.000 | 21.528.753 | 31.567.511 | 53.096.264 | 606.295 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

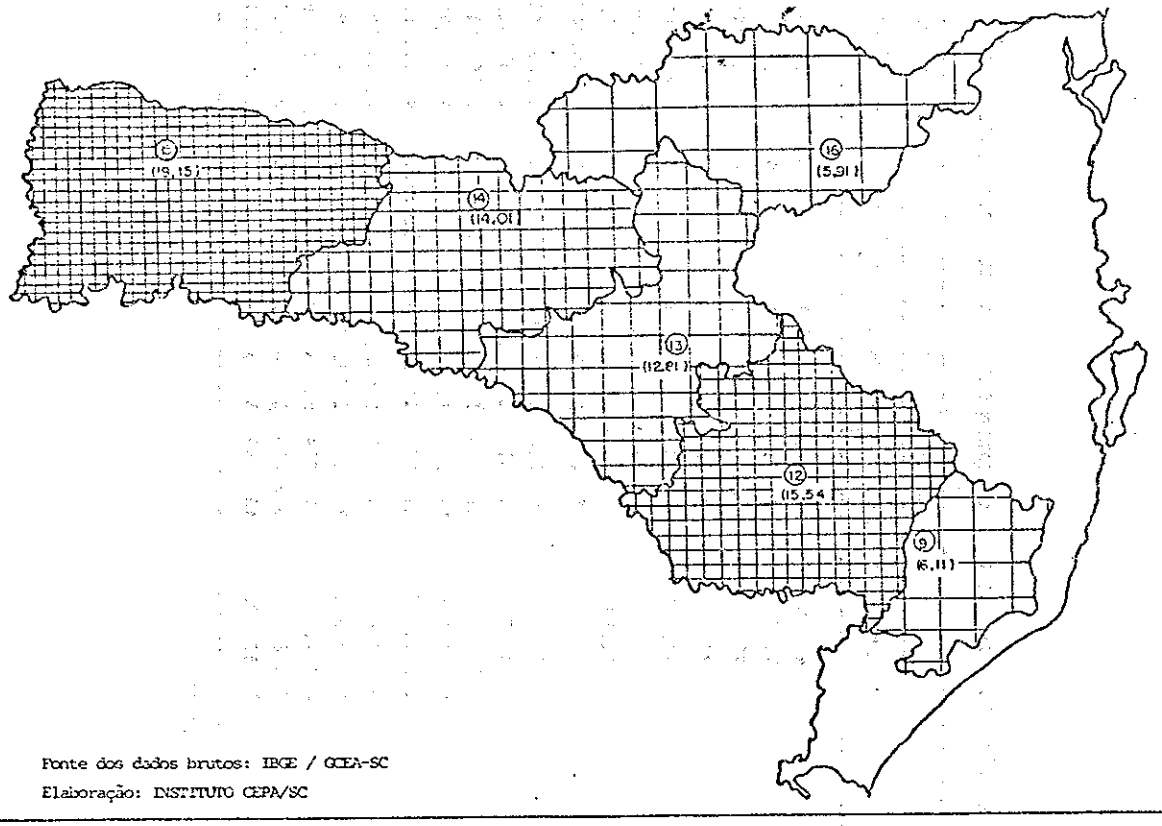
CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO - SANTA CATARINA - BUSALINO - 1982 A 1985

(Cr$ 1,00)

| MÊS/ANO | CUSTOS VARIÁVEIS | | | | TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS | CUSTOS FIXOS | TOTAL DOS CUSTOS P/ANO | CUSTO POR BEZERRO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alimentação | Sanidade | Mão-de-Obra | Outros Custos Variáveis | | | | |
| Março/82 | 143.681 | 20.120 | 212.343 | 9.450 | 385.594 | 342.146 | 727.740 | 4.663 |
| Junho/82 | 172.536 | 25.052 | 298.944 | 10.260 | 506.792 | 392.604 | 899.396 | 6.520 |
| Setembro/82 | 229.440 | 28.712 | 298.944 | 63.750 | 620.846 | 367.214 | 988.060 | 4.174 |
| Novembro/82 | 295.128 | 26.116 | 424.224 | 16.875 | 762.343 | 598.188 | 1.360.531 | 9.140 |
| Março/83 | 322.072 | 41.140 | 424.224 | 18.225 | 805.661 | 690.835 | 1.496.496 | 10.293 |
| Junho/83 | 379.510 | 42.162 | 625.968 | 25.650 | 1.073.290 | 924.322 | 1.997.612 | 12.955 |
| Setembro/83 | 571.581 | 76.191 | 625.968 | 44.550 | 1.318.290 | 1.172.540 | 2.490.830 | 9.451 |
| Novembro/83 | 712.386 | 76.401 | 1.028.160 | 62.100 | 1.879.047 | 1.346.530 | 3.225.577 | 9.868 |
| Fevereiro/84 | 891.475 | 96.308 | 1.028.160 | 83.700 | 2.009.643 | 2.223.410 | 4.233.053 | 11.800 |
| Abril/84 | 944.795 | 96.308 | 1.028.160 | 87.750 | 2.157.013 | 2.495.977 | 4.652.966 | 15.239 |
| Junho/84 | 1.371.603 | 122.534 | 1.749.168 | 109.350 | 3.352.655 | 3.601.141 | 6.953.796 | 34.397 |
| Agosto/84 | 1.534.165 | 188.240 | 1.749.168 | 156.600 | 3.628.173 | 4.346.025 | 7.974.193 | 22.803 |
| Outubro/84 | 2.045.277 | 199.520 | 1.749.168 | 216.000 | 4.209.965 | 6.084.973 | 10.294.938 | 22.066 |
| Fevereiro/85 | 2.762.073 | 275.120 | 2.998.080 | 225.450 | 6.260.723 | 7.873.762 | 14.134.485 | 68.220 |
| Abril/85 | 3.255.221 | 333.142 | 2.998.080 | 225.450 | 6.811.893 | 8.382.607 | 15.194.500 | 82.253 |
| Junho/85 | 4.224.645 | 273.554 | 5.996.160 | 249.750 | 10.744.109 | 9.495.596 | 20.239.705 | 136.653 |
| Agosto/85 | 5.158.720 | 393.280 | 5.996.160 | 472.500 | 12.020.660 | 20.808.906 | 32.829.566 | 185.728 |
| Outubro/85 | 7.050.520 | 434.092 | 5.996.160 | 580.500 | 14.061.272 | 27.281.416 | 41.342.688 | 241.636 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

Mapa 19 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO BOVINO EM SANTA CATARINA - 1984




Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA-SC

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 4.3. BOVINOS DE LEITE

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, o estado de Santa Catarina possuía naquele ano um rebanho bovino de 2.615,6 mil cabeças. A evolução deste rebanho nos últimos anos se deu de forma bastante lenta; em 1984, as últimas estimativas calculavam 2.790,6 mil cabeças.

Desse rebanho, uma parte bastante expressiva é mantida nas propriedades, visando à subsistência familiar, não havendo uma produção muito especializada de leite. Do rebanho total, aproximadamente 15% estão em propriedades que visam à venda de leite.

As microrregiões mais importantes, em termos de produção leiteira, são: Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Itajaí, Colonial de Blumenau, Carbonífera e Campos de Curitibanos, respondendo por aproximadamente 70% da produção estadual (tabela 1).

O valor bruto da produção leiteira catarinense representa aproximadamente 7,8% do total dos principais produtos agropecuários.

Segundo o IBGE, a produção catarinense nos últimos 3 anos vem crescendo gradativamente. Depois de 1980, apresentou quedas nos anos de 1981 e 1982, e a partir desse ano voltou a se recuperar.

Apesar disso, essa recuperação não é expressiva, pois embora a produção de 1984, de 540.383 mil litros de leite, seja 4% superior à de 1983, que atingiu 519.748 mil litros, esse incremento em relação ao ano de 1980 é bem mais modesto, alcançando apenas 1,2%.

Em 1984, não fosse o excesso de chuvas dificultar a atividade leiteira, a produção catarinense poderia ter atingido níveis melhores, pois houve uma sensísel melhora no rebanho leiteiro de algumas regiões, aumentando a produtividade média por animal ordenhado.

Os dados referentes à produção de 1985 ainda não estão disponíveis, mas, segundo técnicos do setor, a produção deve ter

TABELA 1

NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO DE LEITE POR MRH DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984

| MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA | 1982 | | | 1983 | | | 1984 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Vacas Ordenhadas (cabeças) | Leite Produzido (1.000 ℓ) | Leite/vaca/ano (litro) | Vacas Ordenhadas (cabeças) | Leite Produzido (1.000 ℓ) | Leite/vaca/ano (1.000 ℓ) | Vacas ordenhadas (cabeças) | Leite Produzido (1.000 ℓ) | Leite/vaca/ano (litros) |
| Colonial de Joinville | 20.040 | 25.367 | 1.266 | 19.336 | 22.286 | 1.153 | 19.749 | 23.464 | 1.188 |
| Litoral de Itajaí | 6.657 | 6.677 | 1.003 | 4.541 | 5.902 | 1.300 | 4.045 | 4.910 | 1.214 |
| Colonial de Blumenau | 44.476 | 53.926 | 1.212 | 42.842 | 52.385 | 1.223 | 43.325 | 54.414 | 1.256 |
| Colonial Itajaí do Norte | 18.037 | 23.920 | 1.326 | 16.030 | 21.412 | 1.336 | 16.150 | 21.435 | 1.327 |
| Colonial do Alto Itajaí | 47.740 | 56.417 | 1.182 | 44.090 | 54.620 | 1.239 | 43.510 | 57.507 | 1.322 |
| Florianópolis | 13.593 | 14.058 | 1.034 | 11.630 | 11.662 | 1.003 | 11.866 | 14.911 | 1.257 |
| Colonial Serrana Catarinense | 23.215 | 21.734 | 936 | 22.825 | 23.412 | 1.026 | 24.057 | 24.549 | 1.020 |
| Litoral de Laguna | 5.172 | 3.679 | 711 | 3.737 | 2.538 | 679 | 4.165 | 2.773 | 666 |
| Carbonífera | 34.434 | 29.741 | 864 | 32.711 | 31.260 | 956 | 34.540 | 32.608 | 944 |
| Litoral Sul Catarinense | 13.088 | 10.258 | 784 | 10.430 | 8.871 | 851 | 11.249 | 9.679 | 860 |
| Colonial Sul Catarinense | 8.075 | 7.011 | 868 | 8.690 | 7.878 | 907 | 9.165 | 8.391 | 916 |
| Campos de Lages | 37.270 | 25.093 | 673 | 36.170 | 27.386 | 757 | 38.565 | 24.871 | 645 |
| Campos de Curitibanos | 49.154 | 35.622 | 725 | 35.431 | 32.264 | 911 | 32.558 | 29.997 | 921 |
| Colonial Rio do Peixe | 65.393 | 75.578 | 1.156 | 65.346 | 83.630 | 1.280 | 67.007 | 92.518 | 1.381 |
| Colonial Oeste Catarinense | 100.786 | 98.149 | 974 | 101.380 | 109.852 | 1.084 | 102.764 | 112.365 | 1.093 |
| Planalto de Canoinhas | 22.925 | 22.950 | 1.001 | 22.438 | 24.389 | 1.087 | 23.943 | 25.990 | 1.085 |
| TOTAL DO ESTADO | 510.055 | 510.180 | 1.000 | 477.627 | 519.747 | 1.088 | 486.658 | 540.382 | 1.110 |

Fonte: IBGE

crescido sensivelmente em relação à de 1984.

É importante observar que a produção não é totalmente destinada ao consumo humano. Aproximadamente 45% das vacas ordenhadas alimentam terneiros que consomem em média 450 litros cada. Ou seja, em 1984 foram destinados aproximadamente 98.548 mil litros de leite a 218.996 mil terneiros, restanto 441.835 mil litros para consumo humano.

Além da alimentação de bezerros, boa parte da produção é consumida na propriedade tanto na forma "in natura", quanto na de derivados como creme de leite, manteiga, queijo e requeijão.

Quanto ao volume recebido pelas usinas para pasteurização e produção de derivados, os últimos anos vêm apresentando um substancial crescimento. Esse aumento se deve ao maior número de produtores que passaram a entregar leite, face à implantação de novas usinas de leite e postos de coleta e resfriamento, em diversos pontos do estado.

Apesar desse aumento no volume recebido pelas usinas, o volume de leite pasteurizado ainda está aquém da demanda catarinense, o que leva a concluir que existe um expressivo volume de leite "in natura" vendido diretamente para o consumidor.

Em 1984, foram recebidos, pelas usinas, 106.084,1 mil litros de leite, volume 4,55% superior aos 101.464,0 mil litros recebidos no ano de 1983.

No ano de 1985, o volume recebido pelas usinas teve um incremento bastante significativo em relação a 1984. Foram recebidos aproximadamente 129.602,2 mil litros, ou seja, um volume 22,2% superior ao do ano anterior.

Apesar desse incremento, a oferta do produto em 1985 teve comportamento mais ou menos semelhante ao dos anos anteriores. Houve uma grande instabilidade na oferta entre o período de verão e o de inverno. O maior volume recebido (novembro) foi de 61,9% superior ao menor (junho).

Nos três primeiros meses do ano de 1985, mesmo com uma pequena queda no mês de fevereiro, o volume recebido pelas usi-

nas se manteve próximo dos níveis do final de 1984.

A partir de abril, o volume recebido apresentou queda até o mês de junho. Em relação ao mês de março, o volume recebido em junho, que foi o menor de 1985, diminuiu 16,8%.

Ao contrário de anos anteriores, quando a recuperação ocorria a partir do mês de agosto, em 1985 essa recuperação começou a partir de julho e foi crescendo gradativamente até o mês de novembro.

A partir de novembro, o longo período de estiagem ocorrido em quase todo o estado prejudicou sensivelmente a produção leiteira. Naquele mês, o crescimento da produção não foi muito acentuado. O volume recebido teve um incremento de aproximadamente 2,7% em relação a outubro, quando normalmente seria próximo dos 6%.

Os maiores efeitos da estiagem ocorreram no mês de dezembro. A gravidade no quadro da bovinocultura de leite, que no mês anterior se resumia a apenas algumas regiões do estado, se generalizou, e a produção estadual decresceu gradativamente. Normalmente, o mês de dezembro é o pico máximo de recebimento das usinas; no entanto, deve ter havido uma queda de aproximadamente 10% em relação ao volume recebido em novembro.

Para 1986, a exemplo de anos anteriores, ainda não foram tomadas medidas que pudessem nortear os produtores a fazerem investimentos de médio e longo prazo na atividade.

Apesar do ano de 1985 ter sido marcado por intensas manifestações da classe produtora, a atitude do governo foi de apenas formar uma comissão para estudar mais detalhadamente a problemática do setor.

Ainda que a formação da comissão tenha criado expectativas otimistas em relação à possibilidade de se definirem medidas de estímulo à produção, suas tarefas se resumiram, praticamente, a discutir um reajuste no preço do leite.

Para 1986, a expectativa no mês de dezembro era de que os programas sociais de distribuição gratuita de leite para

TABELA 2

PRODUÇÃO LEITEIRA APARENTE E INDUSTRIALIZADA - SANTA CATARINA, 1971 A 1984

| ANO | PRODUÇÃO TOTAL APARENTE DE LEITE(*) (1.000 litros) | LEITE INDUSTRIALIZADO | |
|---|---|---|---|
| | | 1.000 litros | % sobre a Produção total |
| 1971 | 373.452 | 20.603 | 5,5 |
| 1972 | 371.594 | 30.948 | 8,3 |
| 1973 | 374.159 | 32.480 | 8,7 |
| 1974 | 379.666 | 32.059 | 8,4 |
| 1975 | 394.898 | 39.551 | 10,0 |
| 1976 | 409.350 | 73.245 | 17,9 |
| 1977 | 415.660 | 88.150 | 21,2 |
| 1978 | 385.558 | 93.219 | 24,2 |
| 1979 | 391.118 | 71.699 | 18,3 |
| 1980 | 414.586 | 83.676 | 20,2 |
| 1981 | 413.205 | 87.644 | 21,2 |
| 1982 | 406.894 | 96.249 | 23,7 |
| 1983 | 423.027 | 101.464 | 24,0 |
| 1984 | 441.834 | 106.084 | 24,0 |
| 1985 (**) | 486.017 | 129.602 | 26,7 |

(*) Destinada ao consumo humano

(**) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Fonte: Instituto CEPA/SC e MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA, 1984/85

| MÊS | RECEBIDO "IN NATURA" (1.000 ℓ) | | PASTEURIZADO 3,2% DE GORDURA (1.000 ℓ) | | APROVEITAMENTO CONDICIONAL E CONDENADO (1.000 ℓ) | | VENDIDO P/ OUTROS ESTADOS (1.000 ℓ) | | PRODUÇÃO DE QUEIJOS (1.000 ℓ) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 | 1984 | 1985 |
| Janeiro | 9.946,7 | 11.447,2 | 7.715,8 | 8.255,8 | 351,1 | 576,1 | 369,1 | 548,7 | 138,7 | 152,5 |
| Fevereiro | 8.946,1 | 9.410,5 | 7.203,5 | 7.315,9 | 295,6 | 401,3 | 317,6 | 1.045,9 | 96,2 | 112,2 |
| Março | 8.772,6 | 10.230,6 | 7.191,0 | 7.477,6 | 210,0 | 336,9 | 317,6 | 1.182,9 | 67,4 | 113,2 |
| Abril | 7.215,5 | 8.787,2 | 6.341,9 | 6.922,6 | 118,0 | 204,0 | 264,0 | 1.181,8 | 54,8 | 69,1 |
| Maio | 6.957,7 | 8.760,2 | 6.462,6 | 7.410,6 | 146,7 | 102,1 | 274,3 | 1.159,4 | 49,4 | 55,1 |
| Junho | 7.078,8 | 8.513,0 | 6.669,2 | 6.926,8 | 147,4 | 145,3 | 316,2 | 1.076,5 | 52,0 | 46,2 |
| Julho | 8.096,3 | 9.904,6 | 7.024,8 | 7.745,0 | 169,1 | 208,8 | 329,2 | 1.315,7 | 67,7 | 85,4 |
| Agosto | 7.986,0 | 11.353,1 | 6.683,0 | 8.335,8 | 171,3 | 247,4 | 398,2 | 1.801,4 | 63,6 | 99,3 |
| Setembro | 8.776,4 | 11.593,2 | 6.895,1 | 8.661,5 | 221,3 | 262,3 | 396,5 | 1.956,0 | 63,0 | 111,6 |
| Outubro | 10.126,8 | 13.415,5 | 7.469,0 | 9.506,7 | 426,1 | 338,3 | 434,4 | 2.245,9 | 117,0 | 163,2 |
| Novembro(*) | 10.720,2 | 13.782,7 | 7.440,1 | 9.700,0 | 419,8 | 400,0 | 995,4 | 2.300,0 | 180,5 | 180,0 |
| Dezembro(*) | 11.461,0 | 12.404,4 | 7.633,7 | 9.500,0 | 439,9 | 280,0 | 1.074,0 | 1.100,0 | 221,3 | 110,0 |
| TOTAL ANUAL | 106.084,1 | 129.602,2 | 84.729,7 | 97.758,3 | 3.116,3 | 3.502,5 | 5.486,5 | 16.914,2 | 1.171,4 | 1.297,8 |

(*) Estimativa - Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

crianças carentes viessem acompanhados de medidas de estímulo à produção, especialmente uma política de preços baseada nos custos de produção e com datas definidas de reajuste.

Um menor crescimento do custo de produção e uma correção mais racional são fatores importantes para o estado e o país alcançarem a auto-suficiência no leite.

Em Santa Catarina, o preço recebido pelos produtores em dezembro de 1985, de Cr$ 1.783/litro, posto na plataforma das usinas, teve um reajuste de 242,9% em relação a dezembro de 1984. No entanto, o custo de produção teve uma variação de aproximadamente 350% nesse mesmo período.

Esse tem sido um importante fator de desestímulo à produção de leite. A deste estado só não vem decrescendo em função da pouca especialização da atividade leiteira. Para os produtores mais especializados não tem sido compensadora a atividade, pois os elevados custos raramente são cobertos com o preço recebido pelo produto.

Do ponto de vista técnico, para que haja um incremento na produção e se evite a sazonalidade desta, podem ser adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

a) alimentação adequada o ano todo, a partir de áreas produtivas e rentáveis;

b) controle dos rebanhos em níveis aceitáveis de doenças infecto-contagiosas e parasitárias;

c) exploração do leite a partir de um plantel especializado e adaptado à região de exploração;

d) programação das parições das vacas;

e) programa de aproveitamento de animais (machos e fêmeas) de comprovado valor zootécnico, no rebanho leiteiro.

Quanto ao abastecimento interno, ainda que em Santa Catarina, salvo em alguns momentos da entressafra, não existam maiores problemas de abastecimento da população, deve-se conside

rar que esta aparente normalidade está mais ligada ao baixo poder aquisitivo da população que à oferta efetiva de leite para uma alimentação que satisfaça as mínimas exigências orgânicas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, o consumo mínimo de leite indicado é de 450 g/hab/dia. Através da tabela 4 nota-se que a produção catarinense é insuficiente para atender à população, pois, apesar da recuperação na disponibilidade de leite por habitante, ainda está muito longe de atender à demanda.

A nível nacional, segundo dados do Anuário FAO de Produção, o Brasil, em 1984, possuía um rebanho bovino de 132.801 mil cabeças, 2º do mundo, inferior apenas ao da Índia. Desse rebanho, foram ordenhadas aproximadamente 14.700 mil vacas, e a produção de leite atingiu cerca de 10,5 bilhões de litros.

Apesar de o rebanho brasileiro representar 10,4% do mundial, a produção leiteira do país é a décima do mundo e representa apenas 2,3% da produção mundial (tabela 5).

A exemplo do que ocorre em Santa Catarina, a produção nacional está muito aquém das necessidades indicadas pela Organização Mundial de Saúde. Utilizando os dados da FAO de 1980, nota-se que disponibilidade era ainda menor que a de Santa Catarina (tabela 6).

TABELA 4
CONSUMO "PER CAPITA" DE LEITE EM SANTA CATARINA -1980 A 1985

| ANO | CONSUMO APARENTE (1.000 ℓ) | ESTIMATIVAS DA POPULAÇÃO CATARINENSE (hab) | DISPONIBILIDADE DE LEITE (gr/hab/dia) |
|---|---|---|---|
| 1980 | 414.586 | 3.687.659 | 308 |
| 1981 | 413.205 | 3.771.000 | 300 |
| 1982 | 402.894 | 3.849.000 | 287 |
| 1983 | 423.028 | 3.929.000 | 295 |
| 1984 | 441.834 | 4.011.000 | 302 |
| 1985 | 486.017 | 4.096.000 | 325 |

(*) Estimativas do Instituto CEPA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

MAIORES PAÍSES DO MUNDO, PRODUTORES DE LEITE DE VACA EM 1980

| PAÍS | PRODUÇÃO (1.000 t) | PARTICIPAÇÃO DO TOTAL (%) |
|---|---|---|
| USSR | 97.200 | 21,7 |
| USA | 61.436 | 13,7 |
| FRANÇA | 33.300 | 7,4 |
| ALEMANHA OCIDENTAL | 26.141 | 5,8 |
| POLÔNIA | 16.744 | 3,7 |
| REINO UNIDO | 16.200 | 3,6 |
| ÍNDIA | 14.200 | 3,2 |
| HOLANDA | 12.752 | 2,8 |
| ITÁLIA | 10.700 | 2,4 |
| BRASIL | 10.500 | 2,3 |
| TOTAL MUNDIAL | 448.587 | 100,0 |

Fonte: Anuário FAO de Producion - 1984

TABELA 6

DISPONIBILIDADE MUNDIAL TEÓRICA DE LEITE EM 1980

| DISCRIMINAÇÃO | DISPONIBILIDADE DE LEITE (g/hab/dia) |
|---|---|
| Média Mundial | 265 |
| Países desenvolvidos | 835 |
| Países em desenvolvimento | 58 |
| América do Sul | 267 |
| Brasil | 242 |
| Santa Catarina | 308 |

Fonte: FAO 1980 - Producion Year Book, publicado no Informe Agropecuário nº 78 de jun/81 da EPAMIG

## 4.4. MEL DE ABELHA

Santa Catarina é o estado do Brasil que tem a maior densidade apícola do país (colméias por km²), sendo responsável pela maior produção de mel por área ocupada.

A execução da política apícola estadual é feita pelo Instituto de Apicultura de Santa Catarina-IASC, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, atuando como unidade coordenadora do desenvolvimento deste setor, congregando esforços junto ao setor público e à atividade privada na realização de pesquisa e de difusão da tecnologia, através de ingerência e trabalhos executados pelos vários departamentos, destacando-se os de Patologia Apícola, de Ensino e Treinamento, de Tecnologia dos Produtos das Abelhas e o de Biologia - Tecnologia e Pesquisa.

A exploração apícola está concentrada nas microrregiões homogêneas do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Alto Itajaí, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense.

Desenvolvida no estado por aproximadamente 8.500 apicultores, sendo 1.500 amadores, 500 profissionais industriais e 6.000 profissionais com exploração apícola secundária, atinge direta e indiretamente 42.000 propriedades agrícolas, estando incluídas aquelas que se utilizam dos serviços de polinização.

Segundo o IBGE, em 1980, havia no estado um total de 75.167 colméias pertencentes a apicultores profissionais, produzindo nas diversas microrregiões homogêneas.

Entretanto, ao se computar as colméias de propriedade de apicultores profissionais mais os amadores, verifica-se, conforme informações do Instituto de Apicultura de Santa Catarina, um total de 220.000 colméias, sendo 18.000 utilizadas para fins de polinização.

Visando incentivar a atividade apícola, o Governo Estadual, através da Secretaria da Agricultura, Associação de Apicultores e Sindicatos, vem realizando cursos e ministrando palestras, procurando conscientizar o apicultor da importância do ma-

nejo das colméias.

Segundo o IASC, Santa Catarina deverá encerrar o ano de 1985 com uma produção de mel de 4.500 toneladas, embora tenha havido, no período de agosto/setembro - fim de inverno e entrada primaveril - adversidades climáticas que dificultaram parcialmente a floração, propiciando uma queda, no volume produzido, da ordem de 30%.

Para 1986, informa a mesma fonte, eliminando-se a ocorrência de fatores climáticos, doenças e outros, a produção estadual deverá situar-se entre 4.500 e 5.000 toneladas (tabela 1).

TABELA 1

PRODUÇÃO CATARINENSE DE MEL DE ABELHA - 1980 A 1986

(tonelada)

| ANO | PRODUÇÃO |
|---|---|
| 1980 | 4.500 |
| 1981 | 4.500 |
| 1982 | 3.600 |
| 1983 | 4.200 |
| 1984 | 4.500 |
| 1985 | 4.500 |
| 1986 (*) | 5.000 |

(*) Estimativa

Fonte: IASC

Além da produção de mel e de outros produtos gerados pela ação das abelhas, elas são responsáveis diretas, no estado, pelo aumento de produtividade das frutíferas - realçando-se a cultura da maçã (50% a 80%)-, das cultivares de sementes, das forrageiras, preservação da natureza e do equilíbrio do meio ambiente, através do trabalho de polinização, repercutindo igualmente, no aumento da produção de mel, pela maior abundância do néctar.

Cabe salientar, conforme informações da APIMONDIA - Fe

deração Internacional das Associações de Apicultores, órgão que congrega todas as associações apícolas distribuídas pelas várias regiões do mundo - que a atividade apícola se tem mostrado, nos últimos anos, bastante receptiva, aumentando sensivelmente o número de apicultores atuantes e, como conseqüência, multiplicando-se o número de colméias, pois a ação das abelhas é importante não só como produtora de mel, própolis, geléia real, cera, como também para fins industriais, seja na preparação de adesivos, polidores, impermeabilizadores de artefatos elétricos, cosméticos, etc, seja através do contato direto da abelha, exercendo o processo de polinização.

A nível nacional, a exploração da atividade apícola está se intensificando de forma lenta e gradativa, tendo em vista a disseminação de abelhas de origem africana há aproximadamente 28 anos, através de enxames que, acidentalmente, escaparam das colônias mantidas em apiários localizados na Faculdade de Agronomia de Piracicaba/SP.

As abelhas foram introduzidas em terrotório brasileiro pelo professor Warnik Estevam Kerr. No entanto, tendo em vista a falta de conhecimento relativo à biologia e à tecnologia de manejo da espécie, o apicultor se viu em sérias dificuldades; para contornar a situação, foi compelido, em alguns estados, ao extermínio parcial das colméias.

Tendo em vista a extensão do problema, foram intensificados os trabalhos de pesquisa e manejo, onde muita coisa foi esclarecida sobre a abelha africana, permitindo que se ampliasse a assistência técnica através de treinamento ao apicultor, mediante cursos específicos para mão-de-obra especializada.

A situação ocorrida passou a exigir uma melhoria dos equipamentos utilizados pelos apicultores - houve uma intensificação nos trabalhos de pesquisa dos fabricantes, procurando elaborar projetos que atendessem às necessidades do momento, oferecendo indumentária, fumigadores, etc, de igual ou até de melhor qualidade que os fabricantes no exterior.

Após 28 anos do incidente, os apicultores brasileiros se mostram conscientes, capacitados, com conhecimentos técnicos, capazes de conviver o dia-a-dia com as abelhas africanizadas.

O Brasil possui condições de clima e de vegetação favoráveis à exploração da apicultura. É uma atividade que depende diretamente do meio ambiente, devendo haver disponibilidade de floradas e de matas.

A produção potencial do Brasil é de 250.000 toneladas/ano, desde que sejam explorados racionalmente todos os recursos naturais disponíveis.

Entretanto, no Brasil, a apicultura é encarada mais como produtora de mel, enquanto em países como a União Soviética, Estados Unidos, Hungria, Canadá e outros, é vista como produtora de alimentos.

É uma atividade que pode ser desenvolvida em qualquer tamanho de propriedade, ocupando um reduzido espaço físico, demandando pouca mão-de-obra, além de constituir-se numa excelente alternativa de fonte de renda para o apicultor, podendo ser explorada conjuntamente com os produtos agrícolas.

Exige pouco capital inicial e proporciona retorno rápido do investimento, com amortização total já no primeiro ano e, praticamente, restando toda receita líquida a partir do segundo ano, uma vez que, cobertos os gastos com a instalação, as despesas com a manutenção são mínimas.

A apicultura brasileira tem-se expandido pelas diversas regiões do país; cresceu sensivelmente o número de apicultores em quase todos os estados; fortaleceu-se o associativismo, desenvolveu-se criativamente a tecnologia de equipamentos; ampliou-se o campo da pesquisa e de análise do produto apícola gerado; começou a ganhar terreno a participação da apicultura racional na polinização de culturas agrícolas; intensificaram-se os trabalhos de apicultura migratória, cujas colméias são deslocadas para locais onde ocorrem as floradas, podendo estar situadas junto aos pomares, lavouras, hortaliças ou até mesmo às pastagens, resultando em maior rendimento das culturas através da fecundação das flores.

Todos os estados brasileiros possuem Associação Apícola, com linhas e planos de trabalho voltados para os interesses e o desenvolvimento da classe, havendo um perfeito entrosamento

entre as várias Associações, cujo trabalho, a nível nacional, é coordenado e dirigido pela Confederação Brasileira de Apicultura (CBA).

Segundo informações da Fundação IBGE, através do Anuário Estatístico do Brasil - 1984, a produção nacional de mel, em 1982, foi de 6.057 toneladas, destacando-se a Região Sul com 50,36% - sendo que o estado de Santa Catarina participou com 23,30%, seguida pela Região Nordeste, com 33,57%, ficando na terceira posição a Região Sudeste, com 15,43%.

Quanto à produção nacional de cera de abelha, segundo a mesma fonte, em 1982 foi de 562 toneladas - a Região Nordeste contribuiu em 53,06%, destacando-se os estados da Bahia (124 t ) e do Piauí (119 t), enquanto a Região Sul participou com 36,44%, salientando-se os estados do Rio Grande do Sul (79 t) e de Santa Catarina (73 t) - tabela 2.

TABELA 2

PRODUÇÃO NACIONAL DE MEL E CERA DE ABELHA - 1980 A 1982

(kg)

| REGIÃO | 1980 | | 1981 | | 1982 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Mel | Cera | Mel | Cera | Mel | Cera |
| Norte | 12.678 | 904 | 26.975 | - | 29.947 | 820 |
| Nordeste | 259.457 | 24.023 | 2.001.094 | 252.268 | 2.033.637 | 298.425 |
| Sudeste | 562.290 | 16.479 | 837.135 | 49.909 | 934.560 | 58.062 |
| Sul | 2.116.013 | 66.042 | 3.427.348 | 202.748 | 3.050.611 | 204.975 |
| Centro-Oeste | 7.758 | 334 | 7.945 | 234 | 8.449 | 161 |
| TOTAL | 2.958.196 | 107.782 | 6.300.497 | 505.159 | 6.057.204 | 562.443 |

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário do Brasil-1980 e Anuário Estatístico do Brasil-1984)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Conforme estimativas da Confederação Brasileira de Apicultores - CBA, através de levantamento feito pelas Asociações Apícolas de cada estado produtor, computando todo o mel produzido - fiscalizado e não fiscalizado, uma vez que a Fundação IBGE computa somente o mel fiscalizado - em 1983, o Brasil apresentou uma quantidade produzida de 24.000 toneladas, contando com 1.600.000 colméias em produção, conforme dados da tabela 3.

TABELA 3

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL, SEGUNDO A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTORES - 1973 A 1983

| ANO | Nº DE COLMÉIAS | PRODUÇÃO DE MEL (t) |
|---|---|---|
| 1975 | 420.000 | 5.490 |
| 1976 | 540.000 | 5.900 |
| 1977 | 840.000 | 10.000 |
| 1978 | 970.000 | 15.000 |
| 1979 | 1.080.000 | 18.000 |
| 1980 | 1.100.000 | 19.000 |
| 1981 | 1.340.000 | 20.000 |
| 1982 (*) | 1.400.000 | 22.000 |
| 1983 (*) | 1.600 | 24.000 |

(*) Estimativas

Fonte: Confederação Brasileira de Apicultores - CBA

A exploração da atividade apícola remonta a milênios.

Os povos egípcios já mantinham uma tradição neste tipo de trabalho, utilizando-se, inclusive, de sistema migratório, quando as colméias eram transportadas ao longo do rio Nilo para aproveitamento das florações existentes na região.

É uma atividade praticada por expressivo número de produtores profissionais e amadores. Em alguns países, tendo em vista a conscientização da importância da apicultura, há uma dedicação expressiva à pesquisa, identificando ser uma riquíssima fonte geradora de alimentos - através do mel, da geléia real, da própolis etc.- altamente vitamínicos, compostos de uma gama de nutrientes necessários e imprescindíveis para o bom funcionamento do organismo humano.

Outro aspecto descoberto é o papel que as abelhas exercem junto às atividades agrícolas e pecuárias, pelo "modus operandi", no desempenho da função polinizadora e, como conseqüência, aumentando sensivelmente o rendimento dos produtos agrícolas; em determinadas culturas, o índice alcançado poderá atingir até 80%.

Os maiores países produtores de mel de abelha, segundo a FAO, em 1982, por ordem de importância, são a União Soviética, com uma produção de 185.000 toneladas, seguida pela China, com 117.000 toneladas, os Estados Unidos, com 95.000 toneladas, sendo que o México se posiciona na quarta posição, com 63.000 toneladas; a produção total dos vinte países computados, segundo a mesma fonte, atingiu 910.643 toneladas (tabela 4).

Em Santa Catarina, a comercialização dos produtos apícolas é feita por quatro entrepostos e pela COOPERVALE, que vendem, além do mel, cera, própolis, geléia real, doces, etc.

O mercado do mel, no estado, até recentemente vinha se comportando de forma desorganizada, prejudicando, de um lado, o apicultor - por não encontrar mercado assegurado para colocação de sua produção; e do outro, o consumidor - sem ter definido locais de compra, bem como os esclarecimentos necessários sobre a qualidade do produto adquirido.

Entretanto, num esforço conjunto entre a Federação de Apicultores, Associações, Sindicatos, Órgãos de Assistência Técnica e Governo Estadual, buscou-se uma solução para o problema, através da realização de feiras do mel, palestras, e outros meios, além da divulgação efetuada pelos diversos veículos de comunicação (televisão, jornais, revistas, rádio, etc.), mostrando ao público a importância do mel como fonte nutritiva de alimento.

Quanto aos preços do mel, a nível de produtor, em 1985, mantiveram-se em Cr$ 5.000 por quilo, até junho, elevando-se, a partir daí, devido à especulação, pois informou-se que a safra do mel deveria cair em função da falta parcial de chuvas ocorridas nos meses de agosto e setembro em algumas regiões produtoras. Acompanhado de um consumo incentivado, o preço do produto variou no fim de novembro entre Cr$ 10.000 e Cr$ 15.000 por quilo, dependendo da qualidade.

A nível de consumidor, oscilaram entre cr$ 15.000, Cr$ 18.000 e Cr$ 20.000 por quilo, dependendo do local de venda (feiras, supermercados e outros), da embalagem, da qualidade e da origem do produto.

No mercado do Rio de Janeiro, o mel catarinense, em fins de novembro, estava sendo vendido a Cr$ 30.000/quilo.

Quanto ao destino do mel catarinense, cerca de 40% da produção são consumidos no mercado interno; 40% são vendidos para as praças do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Brasília e Minas Gerais; e os 20% restantes são colocados principalmente nos mercados dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Itália e Arábia Saudita.

Da produção total de mel estadual, cerca de 20% são canalizados para beneficiamento. Os 80% restantes são vendidos de forma clandestina, sem passar pelos serviços de Inspeção Federal, de recolhimento de tributos, pelos canais de distribuição, etc.

O beneficiamento industrial do mel, no estado, é feito através da COOPERVALE - Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí e mais três empresas privadas.

O mercado interno de mel catarinense e brasileiro é

formado por dois segmentos: Mercado informal - onde o produto é vendido sem a fiscalização das autoridades públicas, fugindo do controle de qualidade, e, como conseqüência, sem arrecadação de impostos. Nesse tipo de mercado, o mel é vendido a granel diretamente pelo produtor, ou através de feirantes e canais similares.

Mercado formal - nessa modalidade o mel vendido está sujeito ao serviço de inspeção e à arrecadação de impostos por parte de órgãos governamentais; o produto é processado em instalação industrial e vendido embalado em potes.

Cabe destaque para a Cooperativa Central Agrícola Vale Ltda. - COOPERVALE, sediada no Município de Itajaí. Através de sua Usina de Beneficiamento de leite e mel, localizada no Município de Palhoça, vem desenvolvendo os trabalhos de processamento e comercialização junto ao setor.

Possui atualmente cerca de 1.800 associados, que atuam diretamente na atividade apícola.

As atividades apícolas da COOPERVALE são feitas através de suas filiadas distribuídas junto às regiões do Alto Vale, Planalto, Região Norte, Região Sul e Serrana Catarinense.

Os trabalhos de processamento de mel realizados pela Cooperativa tiveram seu início em 1984, sendo industrialzado naquele ano um total de 90 toneladas de mel. As estimativas para 1985 são de industrializar 150 toneladas do produto, devendo atingir em 1986 em torno de 400 toneladas.

Dados da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil indicam que as exportações de mel brasileiro para o mercado internacional vêm decrescendo sensivelmente, principalmente a partir de 1981, sendo que em 1983, o volume vendido esteve próximo a zero. Em 1984, os sinais de recuperação ainda não se fizeram presentes; em 1985, de janeiro a outubro, houve uma pequena reação do mercado internacional, podendo até o final do ano atingir os níveis de vendas próximos do ano de 1981 (tabela 5).

Do volume total de mel exportado durante o período de 1974 a 1983, a região do Nordeste teve participação média, no total brasileiro, de 91%, conforme mostra a tabela 6.

TABELA 4

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MEL DE ABELHA - 1980 A 1982

(t)

| PAÍSES | 1980 | 1981 | 1982 |
|---|---|---|---|
| Mundo | 821.965 | 897.568 | 910.643 |
| Angola | 15.000(1) | 15.000(1) | 15.000(1) |
| Etiópia | 20.500(*) | 20.700(1) | 20.820(1) |
| Madagascar | 12.500(*) | 12.800(1) | 13.052(1) |
| Canadá | 29.235 | 34.769 | 31.885 |
| México | 65.245(*) | 62.000(*) | 63.860(1) |
| EUA | 84.400(*) | 99.800(*) | 95.000(1) |
| Argentina | 37.600 | 38.000 | 33.000(*) |
| China | 80.764(1) | 115.600(1) | 117.609(1) |
| Turquia | 25.170 | 30.041 | 27.553 |
| França | 10.063 | 12.500 | 25.000 |
| Alemanha Ocidental | 11.000 | 14.000 | 15.000 |
| Espanha | 12.513 | 14.501 | 10.800 |
| Austrália | 24.954 | 19.548 | 24.794 |
| URSS | 183.000 | 180.000 | 185.000(1) |
| Polônia | 8.906 | 12.189 | 28.000 |
| Romênia | 14.421 | 13.807 | 15.000(1) |
| Quênia | 10.000(*) | 10.500(1) | 11.000(1) |
| Tanzânia | 9.500(*) | 10.000(1) | 10.500(1) |
| Grécia | 13.345 | 11.935 | 12.195 |
| Hungria | 13.624 | 14.812 | 14.200(1) |

(1) Estimativas

(*) Dados não oficiais

Fonte: FAO

TABELA 5

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL DE ABELHA - 1974 A 1984

| ANO | QUANTIDADE-kg | VALOR-FOB-US$ |
|---|---|---|
| 1974 | 853.486 | 664.148 |
| 1975 | 3.205.862 | 1.836.159 |
| 1976 | 907.679 | 555.617 |
| 1977 | 1.427.701 | 878.716 |
| 1978 | 3.711.858 | 2.746.586 |
| 1979 | 1.812.247 | 1.654.568 |
| 1980 | 1.130.425 | 981.459 |
| 1981 | 781.237 | 627.596 |
| 1982 | 242.609 | 181.337 |
| 1983 | 932 | 5.278 |
| 1984 | 34.948 | 21.499 |
| 1985 | 560.921 | 391.082 |

(*) Situação até out./85

Fonte: CACEX do Banco do Brasil

As perspectivas de vendas do produto apícola brasileiro para o mercado internacional são promissoras, havendo, no entando, a conscientização da maioria dos produtores da necessidade de aperfeiçoamento e melhoramento dos métodos de processamento de produto, para que possa atender às exigências do mercado, tornando-o mais competitivo, tendo em vista a qualidade do mel de eucalipto colocado no mercado, oriundo da China e da Austrália, ou do mel de laranjeiras vindo da Espanha.

Uma das características do consumidor europeu é a preferência pelo mel cristalizado.

Os principais países importadores de mel brasileiro são mostrados na tabela 7.

Deve-se salientar que o maior entrave para a exportação do mel brasileiro para outros países são os baixos preços praticados nesses mercados, bastante inferiores aos verificados no mercado interno.

Segundo informações da Confederação Brasileira de Apicultores- CBA, o consumo per capita de mel no Brasil é pouco expressivo, ficando em torno de 100 gramas/hab/ano para as regiões Norte/Nordeste e de 200 gramas/hab/ano para as demais regiões. Um dos fatores responsáveis pelo baixo consumo são os altos preços do produto praticados no mercado interno, fazendo com que parcela acentuada da população brasileira utilize o mel mais para fins medicinais.

Outros fatores podem ser enumerados e que poderiam melhorar o processo de comercialização do produto:

- maior participação e organização dos agricultores em cooperativas próprias, associações, etc;

- melhoria da qualidade técnica do mel, através da higienização do produto, com aplicação de embalagens adequadas e práticas, possibilitando o transporte do produto;

- identificação do mel quanto à sua origem floral, facilitando as opções de escolha pelo consumidor;

TABELA 6

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL POR REGIÃO - 1974 A 1983

(kg)

| REGIÃO / ANO | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Norte | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 120 |
| Nordeste | 853.006 | 3.021.807 | 907.679 | 1.427.485 | 3.677.358 | 1.671.318 | 953.441 | 736.940 | 117.140 | - |
| Sudeste | - | 182.157 | - | - | 2.900 | 6.380 | - | 16.800 | 16.829 | 812 |
| Centro-Oeste | 480 | 1.898 | - | - | - | 39 | 17 | 418 | - | - |
| Sul | - | - | - | 216 | 31.600 | 134.510 | 176.967 | 27.115 | 108.640 | - |
| TOTAL | 853.486 | 3.205.862 | 907.679 | 1.427.701 | 3.711.858 | 1.812.247 | 1.130.425 | 781.273 | 242.609 | 932 |

Fonte: CACEX do Banco do Brasil

TABELA 7

PAÍSES IMPORTADORES DE MEL DE ABELHA DO BRASIL - 1974 A 1983

(kg)

| PAÍS / ANO | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Alemanha Ocidental | 70.120 | 102.853 | - | - | - | 177.824 | 211.767 | 80.741 | 75.000 | - |
| Austria | - | 25.020 | - | 216 | - | - | - | - | - | - |
| Bélgica-Luxemburgo | 20.160 | 39.200 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Bolívia | - | 1.860 | - | - | - | 39 | 17 | 418 | - | - |
| Chile | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 25 |
| Cingapura | - | - | - | - | - | - | 23.200 | - | - | - |
| Canadá | - | 27.317 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Espanha | - | - | - | - | - | 185.094 | - | - | - | - |
| Estados Unidos | 510.524 | 1.996.170 | 735.969 | 1.274.066 | 3.604.754 | 1.419.290 | 880.257 | 682.474 | 150.780 | - |
| França | 77.838 | 100.000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Iraque | - | - | - | - | 8.400 | - | - | - | - | 787 |
| Itália | 10.045 | 191.101 | - | 7.900 | - | - | - | - | - | - |
| Noruega | - | - | - | - | - | - | - | - | 9 | - |
| Países Baixos | 88.949 | - | - | - | - | - | - | 16.820 | 16.820 | - |
| Paraguai | 480 | 38 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Peru | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 120 |
| Reino Unido | 75.370 | 722.293 | 171.710 | 145.519 | 95.904 | 30.000 | 15.184 | - | - | - |
| Sri Lanka | - | - | - | - | 2.800 | - | - | - | - | - |
| Tanzânia | - | - | - | - | - | - | - | 820 | - | - |

Fonte: CACEX do Banco do Brasil

- realização de campanhas de esclarecimento junto à população, informando o valor nutritivo do mel como alimento e de uso para outros fins - medicinais, cosméticos, etc;

- alteração da legislação específica de forma a facilitar ao apicultor a venda de sua produção, eliminando-se as exigências que impedem o seu acesso direto ao mercado consumidor, evitando-se, assim, os mercados clandestinos e que o marginalizam.

Cabe frisar que o mercado brasileiro, também, é comprador de mel de abelha, oriundo principalmente dos mercados do Uruguai e da Argentina.

Em 1984, foram compradas, desses países, cerca de 350 toneladas - importações essas que fazem parte de acordos bilaterais.

Entretanto, os produtores brasileiros estão descontentes com tais procedimentos e não aceitam qualquer compra de outros países, pois acreditam serem desnecessários, uma vez que o consumo nacional ainda é considerado pequeno, suprido plenamente pela produção interna.

TABELA 8
IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1974 A 1983

| ANOS | US$ FOB | kg | P/MÉDIO |
|---|---|---|---|
| 1974 | 249.332 | 230.873 | 1,080 |
| 1975 | 39.067 | 41.658 | 0,938 |
| 1976 | 154.099 | 219.654 | 0,702 |
| 1977 | 546.067 | 700.469 | 0,780 |
| 1978 | 262.489 | 269.397 | 0,974 |
| 1979 | 239.956 | 211.615 | 1,134 |
| 1980 | 200.087 | 188.213 | 1,106 |
| 1981 | 240.561 | 264.160 | 0,911 |
| 1982 | 483.672 | 476.678 | 1,015 |
| 1983 | 468.636 | 452.700 | 1,035 |

Fonte: MF/CIEP

O estado catarinense possui uma extensão de 531 km de águas marinhas em condições favoráveis para a exploração da pesca, oferecendo a infra-estrutura necessária, tais como estradas (BR 101), redes de telefones e de energia elétrica, distribuídos nos 26 municípios litorâneos, produtores de pescado, além de uma estrutura de produção junto aos postos e locais de desembarque.

Sua estrutura de comercialização pesqueira está sendo implantada gradativamente, com trabalhos voltados para a organização do produtor artesanal.

O estado incentiva também a exploração racional dos mananciais de água doce, intensificando a exploração da piscicultura nos rios, açudes, lagos e represas, através da construção de viveiros para a distribuição de alevinos, ampliação dos trabalhos de assistência técnica ao piscicultor - em 1985 foram assistidos pela ACARPESC 8.000 piscicultores, abrangendo 110 municípios catarinenses - além de introduzir em algumas propriedades rurais a consorciação de vegetais com peixes.

Outro trabalho importante realizado junto ao pescador artesanal foi a criação, pelo Serviço de Extensão Pesqueira, dos Condomínios de Pesca, cujo objetivo é a adaptação da pesca em forma de grupos de pescadores, visando mais eficiência no processo de captura e comercialização do pescado, tendo como conseqüência obtenção de maior produtividade, maior poder de barganha na comercialização, além de maior facilidade de acesso para o pescador aos meios de produção.

Existem, atualmente, 11 Condomínios de Pesca, com 300 pescadores beneficiados.

Os municípios que têm condomínios de pesca são: Araranguá (1), Laguna (1), Biguaçú (2), Florianópolis (3), Imbituba (1), São João do Sul (1), Garuva (1) e Governador Celso Ramos (1).

Visando à preservação e à exploração racional das espécies, foi criado o "defeso", instituído pela SUDEPE mediante portaria, e que estipula um prazo de proibição de captura para a sardinha no período entre 20 de dezembro de 1985 e 31 de janeiro

de 1986 - época em que a mesma se encontra em ciclo de desova.

Cabe à Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina a realização dos trabalhos de controle da coleta do pescado desembarcado, sendo que em 1984, através de seu Anuário Estatístico, mostrou que o estado capturou 97.120 toneladas de pescado (tabela 1), destacando-se as espécies de sardinha verdadeira, participando com 32,1% do total produzido, seguindo a cavalinha, com 15,1%; a corvina, com 7,0%; o bonito gaiado, com 5,8%; a pescadinha, com 5,3%; a tainha, com 3,7%; o camarão sete barbas, com 3,3% e o cação, com 2,8%, perfazendo um total de 68,1%.

Em 1985 (até setembro), obteve-se uma quantidade de captura de 82.615 t, sendo 78.060 t do grupo dos peixes, contribuindo a espécie da sardinha verdadeira com 39.185 t, o grupo dos crustáceos com 4.015 t, ressaltando-se a participação dos camarões rosa, com 1.678 t e os sete barbas, com 1.584 t. O grupo dos moluscos e outros produziram 540 t. A comparação do ano de 1985 (82.615 t até setembro) com igual período de 1984 (72.903 t) verifica uma evolução de 13,22% no volume de pescado capturado, tendo como fator responsável o aumento do volume de desembarque das espécies da sardinha verdadeira, com 62,16% e do bonito gaiado, com 143,82%.

Comparada com o total do pescado desembarcado no período de janeiro a setembro de 1985, a sardinha participou com 47,42%, enquanto o bonito contribuiu com 10,30% (tabelas 2 e 3).

Ainda conforme os dados da tabela 3, observa-se que dos dezenove (19) produtos contemplados, apenas três (3) mostraram, em 1985 (jan/set), uma variação de crescimento positivo, quando em comparação com igual período de 1984.

Numa análise mais detalhada do comportamento das principais espécies pesqueiras no estado, em 1985, constatou-se, quanto à sardinha verdadeira, haver uma expectativa de produção de 150.000 toneladas/ano nas regiões Sudeste/Sul, podendo ocorrer oscilações nos desembarques nos estados, em função do deslocamento normal da espécie na região, podendo ora estar concentrada no litoral paulista, ora no litoral catarinense. Entretanto, a concentração da espécie no estado, normalmente aparece no período de janeiro a maio, embora haja captura durante todo o ano, sendo

TABELA 1

DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO EM SANTA CATARINA - 1980 A 1985

(tonelada)

| GRUPO | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 (*) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Peixes | 103.595 | 62.575 | 74.334 | 71.841 | 88.208 | 78.060 |
| Crustáceos | 9.997 | 7.278 | 7.668 | 7.004 | 8.437 | 4.015 |
| Moluscos e outros | 4.513 | 445 | 823 | 1.269 | 475 | 540 |
| TOTAL | 118.105 | 70.298 | 82.825 | 80.114 | 97.120 | 82.615 |

(*) Até setembro

Fonte: SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

EVOLUÇÃO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1985

(quilo)

| ESPÉCIE | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | TOTAL | PARTICIPAÇÃO (%) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Camarão rosa | 197.458 | 224.712 | 157.283 | 185.665 | 237.141 | 146.402 | 118.988 | 194.054 | 216.146 | 1.677.849 | 2,03 |
| Sardinha verdadeira | 47.683 | 7.846.238 | 6.834.749 | 4.965.482 | 4.389.935 | 8.993.316 | 4.602.751 | 618.116 | 886.618 | 39.184.888 | 47,42 |
| Bonito gaiado | 1.587.653 | 307.806 | 1.649.812 | 1.359.319 | 1.390.274 | 672.429 | 713.740 | 542.668 | 285.031 | 8.508.732 | 10,30 |
| Cavalinha | 66.488 | 459.427 | 238.412 | 2.922.118 | 3.433.042 | 28.558 | 94.685 | 18.382 | 1.300 | 7.262.412 | 8,79 |
| Corvina | 126.187 | 212.839 | 120.386 | 180.626 | 138.820 | 248.016 | 450.265 | 1.002.742 | 724.940 | 3.204.821 | 3,88 |
| Tainha | 26.865 | 78.858 | 79.997 | 93.864 | 1.492.494 | 271.907 | 95.567 | 47.798 | 32.775 | 2.220.125 | 2,68 |
| Camarão legítimo | 28.561 | 29.932 | 36.671 | 36.125 | 32.251 | 20.377 | 15.236 | 20.791 | 11.773 | 231.777 | 0,28 |
| Pescadinha | 110.851 | 37.954 | 34.491 | 13.853 | 10.370 | 7.555 | 10.354 | 10.521 | 7.175 | 243.124 | 0,30 |
| Camarão 7 barba | 146.645 | 45.633 | 101.350 | 277.068 | 331.427 | 132.021 | 94.007 | 159.469 | 196.152 | 1.483.772 | 1,80 |
| Cação | 174.637 | 135.231 | 109.116 | 273.703 | 171.552 | 99.061 | 88.530 | 129.243 | 121.895 | 1.302.968 | 1,58 |
| Camarão vermelho | 19.545 | - | - | - | - | 561 | 12.321 | 7.234 | 1.832 | 41.493 | 0,05 |
| Castanha | 3.017 | 10.706 | 15.315 | 43.543 | 10.086 | 87.685 | 87.149 | 246.477 | 734.474 | 1.238.452 | 1,50 |
| Abrótea | 16.396 | 15.944 | 16.899 | 26.791 | 25.750 | 326.498 | 438.631 | 209.726 | 120.249 | 1.196.884 | 1,45 |
| Anchova | 12.522 | 11.164 | 46.852 | 7.060 | 22.509 | 126.549 | 266.608 | 101.681 | 46.581 | 641.526 | 0,78 |
| Papaterra | 18.053 | 57.277 | 36.303 | 56.454 | 48.028 | 44.272 | 115.691 | 54.037 | 78.181 | 508.296 | 0,62 |
| Bagre | 80.003 | 47.493 | 57.698 | 40.129 | 30.598 | 41.200 | 38.412 | 33.919 | 25.665 | 395.117 | 0,48 |
| Linguado | 6.296 | 14.649 | 10.109 | 12.124 | 21.295 | 14.652 | 22.142 | 35.431 | 31.751 | 168.449 | 0,21 |
| Carapau | - | 40 | - | - | - | - | - | 2.740 | 46.420 | 49.200 | 0,05 |
| Chicharro | - | 19.980 | 15.000 | 344.972 | 478.629 | 64.348 | 372.088 | - | 4.940 | 1.299.957 | 1,58 |
| Outros | 660.803 | 758.729 | 866.640 | 1.582.902 | 1.237.386 | 1.884.946 | 2.075.515 | 1.398.658 | 1.289.306 | 11.754.884 | 14,22 |
| TOTAL | 3.329.662 | 10.314.612 | 10.427.083 | 12.421.798 | 13.501.587 | 13.210.353 | 9.712.740 | 4.833.687 | 4.863.204 | 82.614.726 | 100,00 |

Fonte: SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA, PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 1985 (Jan/set 1984=100)

(%)

| ESPÉCIE | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Camarão rosa | -114,29 | -75,65 | -128,57 | -75,46 | -17,13 | -35,64 | -29,91 | 300,54 | 239,59 | -33,83 |
| Sardinha verdadeira | - | 20,47 | 120,61 | 9,44 | -12,31 | 444,02 | 247,07 | 84,29 | -99,80 | 62,16 |
| Bonito gaiado | 389,09 | -201,52 | 412,44 | 213,17 | 607,38 | 4,22 | 149,27 | 5.575,85 | -20,46 | 143,82 |
| Cavalinha | 21,91 | -117,77 | -447,20 | 10.536,33 | 664,87 | -7.308,85 | -3.008,82 | -19.306,73 | -83.657,46 | -72,79 |
| Corvina | -203,79 | -53,87 | -140,67 | -5,66 | -61,62 | -31,55 | 30,05 | 419,00 | -37,77 | -2,35 |
| Tainha | -199,53 | 8,44 | -31,19 | -53,80 | 42,86 | -240,84 | 9,96 | -33,72 | -71,23 | -16,25 |
| Camarão legítimo | -156,36 | -63,83 | 9,19 | -17,37 | -85,80 | -75,06 | -1.101,15 | 20,83 | -95,95 | -123,44 |
| Pescadinha | 48,92 | -263,00 | -408,30 | -342,53 | -1.793,67 | -3.692,79 | -2.949,96 | -3.673,00 | -5.572,58 | -743,81 |
| Camarão sete barba | -6,86 | -308,60 | -47,81 | -148,51 | -135,34 | -55,02 | -47,25 | 100,88 | 9,46 | -72,74 |
| Cação | -59,28 | -64,70 | -11,31 | -20,41 | 7,50 | 32,03 | 52,34 | 277,67 | 58,18 | -4,06 |
| Camarão vermelho | 31,93 | - | - | - | - | -940,11 | 17,71 | -793,35 | -7.118,67 | -525,82 |
| Castanha | -251,67 | 9,64 | 2,51 | 98,34 | -422,06 | -52,74 | -63,70 | 6,78 | 23,78 | 2,39 |
| Abrótea | -239,09 | -172,65 | -130,56 | 22,49 | -53,73 | 72,28 | -11,53 | -144,42 | -125,49 | -38,84 |
| Anchova | -69,55 | 4,25 | 293,81 | -11,05 | -224,67 | -65,26 | 47,92 | -8,03 | -121,41 | -13,45 |
| Papaterra | -401,18 | -41,16 | -107,81 | -25,10 | -28,33 | -45,44 | 41,93 | -94,28 | -6,8 | -40,35 |
| Bagre | -189,68 | -88,28 | 10,28 | 51,25 | 49,52 | 154,54 | 67,23 | 71,32 | -101,30 | -34,33 |
| Linguado | -82,72 | 121,68 | -74,06 | -20,73 | 58,06 | -116,28 | -14,60 | 67,86 | 61,26 | -11,34 |
| Carapau | - | - | - | - | - | - | - | -30.243,54 | 502,86 | -2.020,14 |
| Chicharro | - | -1.398,94 | -959,07 | 558,85 | 243,10 | -654,63 | -26,90 | - | -1.801,42 | -35,53 |
| Outros | -103,09 | -173,86 | -19,87 | 72,23 | 19,74 | 71,88 | 86,49 | 36,22 | 15,91 | 17,53 |
| TOTAL | -8,92 | -13,74 | 41,38 | 56,91 | 38,31 | 50,13 | 14,44 | -59,87 | -53,75 | 13,32 |

Fonte: Tabela 2

Elaboração: Instituto CEPA/SC

que no litoral paulista essa concentração se dá nos meses de setembro e outubro.

Cabe salientar que junto à captura da sardinha poderá ocorrer, secundariamente, a captura de espécies como a cavalinha, carapaú, chicharro e outras, em quantidade até expressiva, dependendo da abundância ocasional dessas espécies, na área de atuação da frota.

Quanto aos camarões rosa, sete barbas e vermelho, o decréscimo no volume de desembarque é devido ao fato de não haver, por parte dos órgãos responsáveis, normas mais bem definidas e medidas mais seguras quanto ao estabelecimento da época de captura.

Em Santa Catarina, como em outros estados, a época do "defeso" estipulada pela SUDEPE nem sempre é cumprida - uma vez que não há uma fiscalização rígida junto ao pescador, seja na área artesanal, seja na área industrial.

Especificamente nesse estado, em 1985, a época de "defeso" determinada pela SUDEPE, devido à falta de fiscalização regular, foi precariamente cumprida, prejudicando, como se observa nos dados da captura da tabela 3, um decréscimo acentuado do camarão, dificultando, portanto, a formação de novos estoques, uma vez que seu ciclo biológico ficou seriamente afetado.

Na captura do camarão, feita através do arrasto, outras espécies, ocasionalmente, também são capturadas, como o linguado, a corvina, a pescadinha e outras, em maior ou menor abundância.

A pesca artesanal contribuiu, em 1985 (até setembro) com 17,26% no total de produtos pesqueiros desembarcados sob controle com o grupo dos crustáceos (camarão rosa, sete barbas e vermelho), participando com 19,22%.

Além do camarão, no setor artesanal têm participação expressiva as espécies abrótea, cação, pescadinha e corvina, além de outras espécies economicamente menos importantes.

Quanto ao comportamento da pesca, por setor (artesanal

e industrial), em 1985 (jan/set), o setor industrial participou com 82,74% da produção total, tendo na pesca da sardinha verdadeira, do camarão sete barbas e do bonito gaiado sua principal fonte de renda, enquanto na pesca artesanal, o grupo dos crustáceos, constituído principalmente pelos camarões sete barbas, rosa e legítimo, representou cerca de 60% do volume capturado nesse grupo.

Levantamento realizado pela SUDEPE constatou que, em 1983, havia, no estado, 95 empresas de pesca, distribuídas entre 35 indústrias e 60 armadores atuando nas áreas de congelamento, conservação, semi-conserva, resfriamento, produção de gelo e de farinha de peixe.

Estas empresas possuem um contingente de 91 barcos que operam com rede de cerco; 87 de arrasto; 22 de combinados e 7 traineiras, formando, no seu conjunto, 207 embarcações com capacidade acima de 20 toneladas.

Os recursos humanos envolvidos por estas indústrias somam, no total, 4.231 pessoas, distribuídas entre 1.380 pescadores que operam na área de captura, 2.217 na de processamento, 78 em armazenamento, 331 em comercialização e 225 operários considerados mão-de-obra temporária, atuando somente em época de maior movimentação.

Segundo a mesma fonte, essas empresas possuem a seguinte capacidade instalada de processamento de pescado:

| DISCRIMINAÇÃO | CAPACIDADE INSTALADA | UNIDADE |
|---|---|---|
| BENEFICIAMENTO | | |
| . Congelamento | 967,6 | t/dia |
| . Salga | 3.668,4 | t/dia |
| INDUSTRIALIZAÇÃO | | |
| . Conservação | 141,0 | t/dia |
| . Farinha | 40,0 | t/dia |
| . Óleo | 1.070,0 | litro/dia |
| . Gelo | 839,2 | t/dia |
| ARMAZENAMENTO | | |
| . Conserva | 4.200,4 | t |
| . Congelado | 11.166,0 | t |
| . Resfriado | 2.756,0 | t |
| . Salgado | 1.050,0 | t |
| . Gelo | 2.393,0 | t |
| . Outros | 1.835,0 | t |

Na pesca artesanal, o contingente de recursos humanos envolvidos na captura de produtos pesqueiros, segundo a Federação dos Pescadores de Santa Catarina, é de 25.311 pescadores profissionais, todos pertencentes ao quadro de associados das 19 colônias de pescadores implantadas ao longo do litoral.

De acordo com a ACARPESC, o subsetor tem disponível um contingente de 6.000 embarcações, com capacidade bruta para operar de 3 a 10 toneladas, distribuídos entre canoas sem motor, 2.737;canoas com motor, 957; baleeiras, 739; botes, 366; bateiras 1.190, e caiques, 11.

Segundo dados fornecidos pela Delegacia Federal e Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal (SERPA), em 1984 foram produzidas, na forma de produtos pesqueiros elaborados e pré-elaborados, resfriados, considerando-se, portanto,somente as indústrias de pesca inspecionadas, 53.804,9 t de congelados, 72.294,6 t de salgados, 5.251,1 t de enlatados 9.863,7 t, ficando para o item outros 2.939,9 t.

Comparado com 1984, nota-se, conforme tabela 4, que o

TABELA 4

PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADO EM SANTA CATARINA

| ANO | RESFRIADO | CONGELADO | SALGADO | ENLATADO | OUTROS |
|---|---|---|---|---|---|
| 1981 | 85.078,72 | 31.296,15 | 5.414,19 | 3.756,30 | 12.332,84 |
| 1982 | 90.102,37 | 38.319,47 | 3.767,88 | 4.897,23 | 14.275,90 |
| 1983 | 97.904,68 | 45.231,67 | 4.508,29 | 7.142,13 | 6.911,26 |
| 1984 | 53.804,90 | 72.294,58 | 5.251,08 | 9.863,73 | 2.939,92 |
| 1985 (*) | 38.939,27 | 39.002,62 | 4.668,33 | 4.996,12 | 884,08 |

(*) Até agosto

Fonte: DFA/SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA- 1984 E 1985

( a preços corrente em Cr$ 1.000)

| PESCA | ANO | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Industrial | 1984 | 649.886 | 2.752.372 | 1.410.554 | 1.659.674 | 3.670.136 | 3.988.762 | 4.395.268 | 2.810.172 | 3.239.698 | 5.177,339 | 6.614.976 | 3.859.338 | 40.228.175 |
| | 1985 | 2.881.384 | 5.289.327 | 8.543.135 | 9.976.046 | 14.497.380 | 12.157.675 | 10.023.888 | 7.949.539 | 10.235.376 | - | - | - | 81.553.750 |
| Artesanal | 1984 | 1.862.348 | 1.683.889 | 1.537.211 | 1.948.772 | 2.084.688 | 2.196.367 | 2.681.326 | 1.482.344 | 2.120.577 | 3.813.780 | 2.903.941 | 3.060.885 | 27.376.128 |
| | 1985 | 3.292.253 | 3.158.248 | 3.136.275 | 2.803.515 | 4.068.984 | 2.880.091 | 3.516.834 | 4.848.151 | 4.548.346 | - | - | - | 32.252.700 |

Fonte: SUDEPE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 6

VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1984 E 1985

(a preços corrigidos a out/85 - em Cr$ 1.000)

| PESCA | ANO | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | ABRIL | MAIO | JUNHO | JULHO | AGOSTO | SETEMBRO | OUTUBRO | NOVEMBRO | DEZEMBRO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Industrial | 1984 | 4.935.160 | 18.618.872 | 8.678.304 | 9.339.150 | 19.040.318 | 19.941.249 | 18.919.351 | 10.934.787 | 11.407.306 | 16.193.051 | 18.829.831 | 9.939.038 | 166.776.419 |
| | 1985 | 6.606.298 | 10.977.945 | 15.714.575 | 17.134.173 | 23.101.736 | 17.964.265 | 13.598.904 | 9.460.415 | 11.161.368 | - | - | - | 125.719.679 |
| Artesanal | 1984 | 14.142.445 | 11.390.946 | 9.457.549 | 11.005.720 | 10.815.167 | 10.429.785 | 11.541.719 | 5.768.010 | 7.466.766 | 11.928.277 | 8.266.201 | 7.882.763 | 120.095.346 |
| | 1985 | 7.527.375 | 6.554.910 | 5.768.986 | 4.815.125 | 6.483.972 | 4.255.642 | 4.771.111 | 5.769.582 | 4.959.833 | - | - | - | 50.906.536 |

Fonte: Tabela 4 e FGV (Revista Conjuntura Econômica - IGP/Col 2 - série mensal-1984 e 1985)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

volume de pescado movimentado pelas indústrias em 1983, no item resfriado, diminuiu 44.100 t; em contrapartida, o produto congelado cresceu 27.063 t; cresceu também o pescado salgado 744 t, e o elatado, 2.722 t.

No primeiro semestre de 1985, o comportamento da produção dos industrializados pesqueiros, conforme a mesma tabela, é considerado satisfatório.

Entre as espécies mais comercializadas em Santa Catarina, destacam-se aquelas de maior valor econômico como a sardinha, a anchova, o camarão, o cação, a tainha, a pescada e a corvina.

Em 1984, o valor bruto da produção pesqueira, gerado através da comercialização do produto "in natura", foi de 286.872 milhões de cruzeiros (a preços de out/85).

Em 1985, situação até setembro (considerando-se, também, a preços de outubro) o setor pesqueiro catarinense mostrou um montante de 176.626 milhões de cruzeiros, com o setor artesanal participando com 28,34%, enquanto o industrial contribuiu com 71,66%.

Comparado com igual período de 1984 (até setembro), verifica-se que o setor pesqueiro catarinense, a preços de out/85, identificou um decréscimo no valor da produção de -21,06%, tendo como principal responsável a baixa captura verificada nas principais espécies, e, como conseqüência, o baixo preço médio observado no mercado (tabela 6).

Na pesca industrial, a distribuição do pescado é feita das próprias indústrias para o mercado comprador, e deste para as cadeias e redes distribuidoras, iniciando um novo processo junto aos entrepostos de revenda, tais como mercados públicos, peixarias, supermercados, restaurantes, atingindo, assim, o consumidor final.

O papel do intermediário, na pesca industrial, é pouco expressivo, tendo em vista que as indústrias, em sua maioria, obtêm matéria-prima diretamente dos barcos, seja de frota própria, seja de terceiros.

Na pesca artesanal, a intermediação exerce forte influência no processo de comercialização, onerando sobremaneira o produto. O pescador recebe pelo seu produto capturado, em determinada situação, importâncias pouco expressivas em dinheiro, variando os níveis de preços de comunidade para comunidade, tendo em vista que, na maioria dos casos, assume o compromisso de entregar toda a produção ao comprador, recebendo, em troca, suprimentos para manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, bem como alimentação e remédios para sua família, ficando, portanto, na dependência total do intermediário.

Conforme dados do Serviço de Inspeção do Produto Animal, órgão vinculado à Delegacia Federal de Agricultura, os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul compraram, em 1984, na forma de produto resfriado, congelado, salgado, enlatado e outras modalidades, um total de 107,9 mil toneladas.

Em 1985 (janeiro a agosto), foi comercializado para os mesmos mercados um volume de 97,2 mil toneladas (tabela 7).

As vendas de produtos elaborados e pré-elaborados, oriundos da pesca para o mercado internacional, têm-se mantido estáveis durante o período de 1981 a 1984, sendo que, em 1984, acusaram uma baixa no volume comercializado de -27,10%, comparadas com as vendas de 1983, tendo em vista a retração nas compras pelos mercados americanos, argentinos e japoneses.

Em 1985 (jan/ago), as vendas do pescado de Santa Catarina para os consumidores internacionais têm-se mostrado favoráveis, com os americanos mostrando-se reanimados, acusando compras de 3.513,5 t, além de surgir um novo cliente no mercado, Porto Rico, adquirindo um volume total, no 1º semestre de 1985, de 6.493,8 t; também, marcando presença nas compras, porém, em menor escala, os consumidores do Canadá, da Espanha e de Portugal, sendo vendidas, no total, 10.631 toneladas (tabela 8).

No que se refere ao consumo interno de produtos pesqueiros do tipo resfriado, congelado, enlatado e outras modalidades, o consumidor catarinense, mais especificamente aquele que mantém domicílio na região litorânea, mostrou estar dando preferência pelos produtos oriundos do pescado e seus derivados, iden

TABELA 7

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1981 A 1985

(tonelada)

| ANO | RESFRIADO | CONGELADO | SALGADO | ENLATADO | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1981 | 29.871,05 | 21.842,61 | 5.673,35 | 3.752,16 | 5.793,99 | 66.933,16 |
| 1982 | 37.105,30 | 29.169,69 | 3.494,73 | 4.632,90 | 2.944,43 | 77.347,05 |
| 1983 | 37.261,60 | 31.366,62 | 4.323,47 | 7.529,79 | 2.129,86 | 82.611,34 |
| 1984 | 39.124,04 | 54.511,58 | 4.809,83 | 6.989,35 | 2.499,67 | 107.934,47 |
| 1985 (*) | 38.841,98 | 36.299,04 | 4.662,33 | 5.154,12 | 12.241,84 | 97.199,31 |

(*) até julho
Fonte: SUDEPE

TABELA 8

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERNACIONAL -1981 A 1985

(tonelada)

| ANO | ESTADOS UNIDOS | ARGENTINA | JAPÃO | PORTUGAL | PORTO RICO | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1981 | 6.184,12 | 2.959,93 | 24,58 | - | | 267,51 | 9.436,14 |
| 1982 | 5.351,20 | 1.951,45 | 100,41 | 475,10 | - | 36,10 | 7.914,26 |
| 1983 | 4.343,73 | 2.833,11 | 1.727,25 | 371,50 | - | 73,18 | 9.348,77 |
| 1984 | 2.463,63 | 261,45 | 641,45 | 330,00 | - | 3.658,82 | 7.355,35 |
| 1985 (*) | 3.513,49 | - | - | 525,00 | 6.493,84 | 98,47 | 10.630,80 |

(*) Até agosto
Fonte: DFA/SC (SERPA)

tificando-se, em 1984, um volume total de vendas, através das indústrias inspecionadas, de 27.920,3 t, enquanto que de janeiro a agosto de 1985 o volume consumido foi de 20.414,2 t (tabela 9).

Quanto ao volume total de pescado comercializado, ainda segundo a Delegacia Federal de Agricultura, considerando, portanto, somente as indústrias inspecionadas, conforme mostra a tabela 10, verifica-se, de 1981 até agosto de 1985, um comportamento de crescimento para a maioria dos itens considerados (resfriados, congelados, salgados e enlatados), evoluindo de 81.140,2 toneladas, em 1981, para 136.153,4 toneladas, em 1984, sendo que em 1985 (jun/ago), foram comercializadas 105.652,7 toneladas.

Para finalizar este enfoque sobre o setor pesqueiro catarinense, deve-se efetuar um curto comentário sobre a área do cooperativismo, ressaltando-se o papel exercido pela Cooperativa de Pesca Porto Belo-COOPERBELO, com sede no município de Porto Belo, criada com o objetivo de comercializar a produção do pescado obtida através de seus associados, além de fornecer os insumos básicos à pesca e os produtos necessários ao consumo familiar dos cooperados.

A COOPERBELO atua também, além de Porto Belo, nos municípios de Araranguá, Garopaba, Palhoça, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Itapema e Biguaçú, podendo, a longo prazo, abranger outros municípios do litoral e mesmo do interior do estado, contando atualmente com 253 associados.

A comercialização do pescado via cooperativa é desenvolvida em duas modalidades:

a) diretamente ao consumidor - através de feiras de pescado promovidas pela SAA e executadas pela ACARPESC e COOPERBELO junto aos municípios de Florianópolis, Tijucas, Blumenau, São José, Rio do Sul, Lages, São bento do Sul, Gaspar, Timbó, Indaial, Urubici, Ibirama, Trombudo Central, Taió, Pouso Redondo, Angelina e Anitápolis;

b) venda a intermediários - realizada principalmente nas praças de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1985, a Cooperativa vendeu um volume de 1.101 t,

sendo a corvina, o cação, o bagre, a anchova e a tainha, os produtos mais vendidos, representando cerca de 80% do volume comercializado.

Os preços praticados junto aos associados, em 1985, foram considerados satisfatórios, tendo em vista que toda a produção entregue na cooperativa foi comercializada, garantindo ao cooperado pagamento imediato.

A cooperativa possui a seguinte infra-estrutura de armazenamento e conservação do pescado:

| MUNICÍPIO | DISCRIMINAÇÃO | CAPACIDADE ESTÁTICA INSTALADA | UNIDADE |
|---|---|---|---|
| Porto Belo | Fábrica de gelo | 12 | t/dia |
| | Câmara p/peixe resf. | 40 | t |
| | Túnel de congelamento | 10 | t/dia |
| | Câmara p/peixe cong. | 40 | t |
| Garopaba | Posto de Recepção | 20 | t |
| | Câmara p/peixe resf. | 2 | t |

Para recepção e entrega do produto, a Cooperativa conta com três (3) caminhonetes F-4000 de carroceria isotérmica,com capacidade total para trasnporte de 7,5 t; dois (2) caminhões Mercedes-Benz frigoríficos, com capacidade para 24 toneladas; uma (1) Toyota com carroceria aberta, um (1) caminhão Volkswagen, modelo 990 com carroceria isotérmica, com capacidade para 5,5 t e um (1) Mercedes-Benz 608 D, com carroceria isotérmica com capacidade para 3,5 t.

Conforme informações do IBGE, através do seu Anuário Estatístico do Brasil de 1984, em 1983 foi capturado, a nível de Brasil, um volume total de pescado de 880.299 toneladas, sendo que a pesca oriunda do mar participou com 76,68%, ficando os restantes 23,62% para a captura de água doce (tabelas 12, 14 e 16).

A Região Sudeste aparece em primeira posição em quantidade desembarcada, com o volume de 295.904 t, seguindo-se a Re-

TABELA 9

MERCADO ESTADUAL DE PESCADO - 1981 A 1985

(tonelada)

| ANO | RESFRIADO | CONGELADO | SALGADO | ENLATADO | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1981 | 7.339,59 | 4.696,01 | 126,16 | 376,53 | 1.868,70 | 14.206,99 |
| 1982 | 9.491,18 | 7.083,59 | 51,99 | 288,28 | 3.116,97 | 20.032,01 |
| 1983 | 7.227,74 | 6.047,87 | 262,49 | 1.474,08 | 2.188,97 | 17.201,15 |
| 1984 | 11.568,69 | 12.794,62 | 603,27 | 809,89 | 2.143,87 | 27.920,34 |
| 1985 | 5.718,28 | 13.353,10 | 425,78 | 239,30 | 677,75 | 20.414,21 |

TABELA 10

VOLUME DE PESCADO COMERCIALIZADO ATRAVÉS DAS INDÚSTRIAS INSPECIONADAS NO ESTADO - 1980 A 1985

(tonelada)

| ANO | RESFRIADO | CONGELADO | SALGADO | ENLATADO | OUTROS | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1981 | 37.010,64 | 26.538,62 | 5.799,51 | 4.128,69 | 7.662,69 | 81.140,15 |
| 1982 | 46.696,48 | 36.253,28 | 3.546,72 | 4.921,18 | 6.061,40 | 97.379,06 |
| 1983 | 44.489,34 | 37.414,49 | 4.585,98 | 9.003,87 | 4.318,83 | 99.812,51 |
| 1984 | 51.440,76 | 66.952,09 | 5.413,74 | 7.974,68 | 4.372,09 | 136.153,36 |
| 1985 (*) | 44.560,26 | 49.649,15 | 5.088,11 | 5.393,42 | 961,71 | 105.652,65 |

(*) Até agosto

Fonte: DFA/SC (SERPA)

TABELA 11

VOLUME MENSAL DE PESCADO COMERCIALIZADO ATRAVÉS DA COOPERBELO EM 1985

| MÊS | VOLUME (kg) | % COMERCIALIZAÇÃO NO MÊS |
|---|---|---|
| Janeiro | 73.859 | 6,70 |
| Fevereiro | 116.846 | 10,60 |
| Março | 84.335 | 7,66 |
| Abril | 70.439 | 6,40 |
| Maio | 86.948 | 7,90 |
| Junho | 88.156 | 8,01 |
| Julho | 100.179 | 9,10 |
| Agosto | 148.427 | 13,48 |
| Setembro | 108.560 | 9,86 |
| Outubro | 84.645 | 7,69 |
| Novembro | 62.825 | 5,70 |
| Dezembro | 76.100 | 6,90 |
| TOTAL | 1.101.319 | 100,00 |

gião Sul com 224.652 t; a Nordeste com 194.133 t; a Norte com 155.000 t, e finalmente a Centro-Oeste com 10.610 t.

Com relação aos estados, em 1983 foram classificados por ordem de produção, identificados como os mais pesqueiros, o Rio de Janeiro, com 161.871 t (18,38%), seguido por Santa Catarina, com 140.033 t (15,91%), em terceiro lugar São Paulo com 120.962 t (13,74%); os demais estados aparecem com volume inferior.

Dentre as espécies que apresentaram maior participação no volume de pescado desembarcado, salientam-se - na pesca de mar: a sardinha, a corvina, a cavalinha, o cação, a tainha, o bagre, a pescada, a castanha, o camarão e o caranguejo; na pesca de água doce, destacam-se as espécies de cutimatã, a piramutaba, o jaraqui, o tambaqui, o surubim, o dourado, a traíra e o bagre.

No que se refere ao pescado desembarcado "in natura", também em 1983, o valor, corrigido a preços de outubro de 1985, foi de 3,4 trilhões de cruzeiros, sendo que o grupo dos peixes participou com 68,87%, o de crustáceos com 30,36%; os demais 0,77% ficaram para o grupo dos moluscos, quelônios e outros.

Quanto à pesca de mar, sua contribuição no valor bruto da produção foi de 76,02%, com a pesca oriunda da frota artesanal participando com 40%, e a da frota industrial com 36%. A maior participação da pesca artesanal, quando defrontada com o valor bruto da pesca industrial, é ocasionada principalmente pelo maior preço médio alcançado pela produção.

A participação da pesca de água doce no valor da produção foi, em 1983, de 24%, tendo na captura de frota artesanal seu principal responsável, contribuindo com 21,74% do valor total gerado (tabelas 13, 15 e 17).

Segundo a CACEX, do Banco do Brasil, em 1984, o Brasil exportou, na forma de peixes (peixes vivos, frescos, congelados, secos, em conserva, etc), crustáceos e moluscos (fresco, resfriado, congelado e em conserva) além de subprodutos (ovos, barbatanas de tubarão, bexigas e outros), um volume total de 46.790,1 toneladas, contra 58.736,4 toneladas vendidas em 1983.

TABELA 12

DESEMBARQUE DE PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983

(tonelada)

| REGIÃO | 1980 | | | | 1981 | | | | 1982 | | | | 1983 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total |
| Norte | 125.803 | 15.658 | 1.094 | 142.555 | 134.287 | 18.787 | 1.018 | 154.092 | 132.338 | 17.965 | 1.009 | 151.312 | 135.290 | 18.583 | 1.127 | 155.000 |
| Nordeste | 147.176 | 31.070 | 6.113 | 184.359 | 151.374 | 36.456 | 8.247 | 196.077 | 156.495 | 39.902 | 9.619 | 206.016 | 148.568 | 36.954 | 8.611 | 194.133 |
| Sudeste | 231.871 | 13.559 | 5.358 | 250.788 | 259.528 | 12.427 | 1.368 | 273.323 | 248.372 | 14.510 | 953 | 263.835 | 280.393 | 14.933 | 578 | 295.904 |
| Sul | 201.175 | 20.687 | 3.638 | 225.500 | 163.123 | 15.481 | 2.096 | 180.700 | 182.913 | 18.709 | 2.098 | 203.720 | 207.458 | 14.421 | 2.773 | 224.652 |
| Centro-Oeste | 6.748 | - | - | 6.748 | 9.167 | - | - | 9.167 | 8.518 | - | - | 8.518 | 10.606 | - | 4 | 10.610 |
| TOTAL (1) | 712.773 | 80.974 | 16.203 | 809.949 | 717.479 | 83.151 | 12.729 | 813.359 | 728.636 | 91.086 | 13.679 | 833.401 | 782.315 | 84.891 | 13.093 | 880.299 |

(1) Excluído o pescado não especificado

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1984 (pag. 503)

TABELA 13

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983

| REGIÃO | VALOR DA PRODUÇÃO (Cr$ 1.000.000) | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1980 | | | | 1981 | | | | 1982 | | | | 1983 | | | |
| | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total | Peixes | Crustáceos | Moluscos e outros | Total |
| NORTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 3.799 | 941 | 9 | 4.749 | 6.713 | 1.757 | 15 | 8.485 | 14.130 | 4.122 | 29 | 18.289 | 39.276 | 12.206 | 47 | 51.529 |
| .Valor Out/85 | 534.543 | 132.405 | 1.266 | 668.214 | 450.023 | 117.785 | 1.006 | 568.814 | 484.942 | 141.387 | 995 | 627.324 | 529.262 | 164.481 | 633 | 694.376 |
| NORDESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 6.456 | 4.826 | 117 | 11.399 | 11.261 | 9.220 | 226 | 20.707 | 22.275 | 18.783 | 452 | 41.510 | 56.532 | 37.881 | 952 | 95.365 |
| .Valor Out/85 | 908.400 | 679.049 | 16.463 | 1.603.912 | 754.911 | 618.087 | 15.150 | 1.388.148 | 764.046 | 644.268 | 15.504 | 1.423.818 | 761.794 | 510.464 | 12.829 | 1.285.087 |
| SUDESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 4.033 | 1.205 | 149 | 5.387 | 7.946 | 1.814 | 110 | 9.870 | 17.679 | 4.835 | 176 | 22.690 | 43.603 | 15.129 | 269 | 59.001 |
| .Valor Out/85 | 567.469 | 169.551 | 20.965 | 757.985 | 532.681 | 121.606 | 7.374 | 661.661 | 606.400 | 165.843 | 6.037 | 778.281 | 587.570 | 203.870 | 3.625 | 795.065 |
| SUL | | | | | | | | | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 3.031 | 1.587 | 89 | 4.707 | 5.054 | 1.816 | 97 | 6.967 | 11.833 | 6.366 | 193 | 18.894 | 30.417 | 11.022 | 662 | 42.101 |
| .Valor Out/85 | 426.481 | 223.301 | 12.523 | 662.305 | 338.808 | 121.740 | 6.503 | 467.051 | 405.879 | 235.577 | 6.620 | 648.076 | 409.883 | 148.526 | 8.921 | 567.330 |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 258 | - | - | 258 | 530 | - | - | 530 | 774 | - | - | 774 | 3.144 | - | 2 | 3.146 |
| .Valor Out/85 | 36.302 | - | - | 36.302 | 35.530 | - | - | 35.530 | 26.549 | - | - | 26.549 | 42.367 | - | 27 | 42.394 |
| TOTAL CORRENTE | 17.577 | 8.559 | 364 | 26.500 | 31.504 | 14.607 | 448 | 46.559 | 66.699 | 34.608 | 850 | 102.157 | 172.972 | 76.238 | 1.932 | 251.142 |
| TOTAL OUT/85 | 2.473.195 | 1.204.306 | 51.217 | 3.728.718 | 2.111.953 | 979.218 | 30.033 | 3.121.204 | 2.287.816 | 1.187.076 | 29.156 | 3.504.047 | 2.330.876 | 1.027.342 | 26.035 | 3.384.253 |

(1) Excluído o pescado não especificado

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1984 (pag 504)

TABELA 14

PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL, 1980 A 1983

(tonelada)

| REGIÃO | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal |
| Norte | 4.322 | 34.578 | 5.498 | 37.785 | 5.262 | 34.870 | 4.948 | 35.129 |
| Nordeste | 21.837 | 99.027 | 25.846 | 107.832 | 22.875 | 115.043 | 19.068 | 116.502 |
| Sudeste | 202.237 | 52.707 | 222.429 | 60.917 | 189.307 | 59.909 | 209.853 | 69.234 |
| Sul | 163.929 | 57.331 | 129.707 | 47.800 | 147.460 | 52.795 | 164.356 | 56.262 |
| Centro-Oeste | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL | 392.325 | 243.643 | 381.480 | 254.334 | 364.904 | 262.617 | 398.225 | 277.127 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1984 (pag.499 e 500).

TABELA 15

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983 -

(Cr$ 1.000.000)

| REGIÃO | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal |
| NORTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 631 | 898 | 1.253 | 1.825 | 3.155 | 3.137 | 9.845 | 8.929 |
| .Valor Out/85 | 88.786 | 126.354 | 63.998 | 122.344 | 108.218 | 107.601 | 132.666 | 120.322 |
| NORDESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 2.918 | 6.138 | 5.319 | 11.604 | 10.800 | 23.429 | 19.318 | 59.629 |
| .Valor Out/85 | 410.581 | 863.656 | 356.573 | 777.904 | 370.447 | 803.629 | 260.319 | 803.528 |
| SUDESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 4.019 | 1.173 | 7.254 | 2.460 | 14.098 | 6.261 | 36.259 | 15.837 |
| .Valor Out/85 | 565.499 | 165.049 | 486.291 | 164.913 | 483.570 | 214.756 | 488.607 | 213.411 |
| SUL | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 2.554 | 1.988 | 3.685 | 3.025 | 10.631 | 7.848 | 25.132 | 15.976 |
| .Valor Out/85 | 359.364 | 279.724 | 247.034 | 202.789 | 364.650 | 269.191 | 338.665 | 215.284 |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | - | - | - | - | - | - | - | - |
| .Valor Out/85 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| TOTAL CORRENTE | 10.122 | 10.197 | 17.511 | 18.914 | 38.684 | 40.675 | 90.554 | 100.371 |
| TOTAL OUT/85 | 1.424.230 | 1.434.783 | 1.173.896 | 1.267.949 | 1.326.884 | 1.395.177 | 1.220.256 | 1.352.544 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (pág.499 e 500)

TABELA 16

PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL
1980 A 1983 -

(tonelada)

| REGIÃO | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal |
| Norte | 21.786 | 82.189 | 20.251 | 90.559 | 18.775 | 92.406 | 23.675 | 91.253 |
| Nordeste | - | 64.974 | 375 | 64.597 | 64 | 68.072 | 160 | 58.443 |
| Sudeste | 752 | 5.823 | 1.665 | 6.236 | 2.055 | 12.565 | 2.355 | 14.466 |
| Sul | 513 | 3.927 | 15 | 4.463 | 22 | 3.946 | 89 | 4.310 |
| Centro-Oeste | 3.020 | 3.733 | 1.757 | 7.430 | 2.583 | 5.938 | 4.623 | 5.987 |
| TOTAL | 26.071 | 160.646 | 24.063 | 173.285 | 23.499 | 182.927 | 30.902 | 174.459 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - (pág.501 e 502)

TABELA 17

VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL
1980 A 1983 -

(Valor corrente - Cr$ 1.000.000)

| REGIÃO | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal | Industrial | Artesanal |
| NORTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 555 | 2.671 | 652 | 4.755 | 1.270 | 10.727 | 4.217 | 28.538 |
| .Valor Out/85 | 78.092 | 375.827 | 43.709 | 318.764 | 43.562 | 367.943 | 56.826 | 384.563 |
| NORDESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | - | 2.413 | 23 | 3.824 | 7 | 7.293 | 23 | 16.420 |
| .Valor Out/85 | - | 339.524 | 1.542 | 256.352 | 240 | 250.154 | 310 | 221.267 |
| SUDESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 27 | 308 | 114 | 533 | 259 | 2.071 | 655 | 6.250 |
| .Valor Out/85 | 3.799 | 43.338 | 7.642 | 35.731 | 8.884 | 71.037 | 8.826 | 84.222 |
| SUL | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 10 | 162 | - | 303 | 1 | 462 | 4 | 1.059 |
| .Valor Out/85 | 1.407 | 22.794 | - | 20.312 | 34 | 15.847 | 54 | 14.271 |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | |
| .Valor Corrente | 107 | 151 | 77 | 453 | 174 | 599 | 817 | 2.329 |
| .Valor Out/85 | 15.056 | 21.247 | 5.162 | 30.368 | 5.968 | 20.546 | 11.009 | 31.384 |
| TOTAL CORRENTE | 699 | 5.705 | 866 | 9.868 | 1.711 | 21.152 | 5.716 | 54.596 |
| TOTAL OUT/85 | 98.354 | 802.730 | 58.055 | 661.527 | 58.688 | 725.527 | 77.026 | 735.706 |

O principal fator responsável pela queda nas vendas, em 1984, quando defrontado com os dados de 1983, foi a diminuição das vendas do produto brasileiro ao mercado internacional em função da redução no desembarque de algumas espécies consideradas importantes como o atum, etc, acrescido da redução das compras da Nigéria, que, em 1984, adquiriu somente 250 t, contra 10.326,1 toneladas comercializadas em 1983 (tabela 18).

No que se refere às exportações do produto brasileiro, revelam bom comportamento, tendo conseguido, em 1984, o montante de 180 milhões de dólares, contra 139 milhões obtidos em 1983, observando-se um incremento no valor das vendas de 29,5% nesse mesmo ano. Esse incremento deveu-se, em princípio, ao maior volume exportado de crustáceos e produtos em conserva, cujos preços unitários eram superiores aos dos peixes que tiveram o seu volume exportado inferior ao do ano de 1983 (tabela 19).

Segundo informações da FAO, conforme tabela 20, em 1982 foi capturado, a nível mundial, um volume total de 76,69 milhões de toneladas de produtos pesqueiros, destacando-se, no rol dos principais países produtores, o Japão, ocupando a primeira posição com participação percentual de 14,93% (10.760 mil t), seguindo a União Soviética, com 12,98% (9.957 mil t), a China, com 6,42 (4.927 mil t), os Estados Unidos, com 5,20% (3.988 mil t), o Chile, com 4,79% (3.673 mil t), em quinta posição, enquanto o Perú, com 4,50%, (3.452 mil t) apareceu na sexta colocação.

Segue com volume de captura um pouco inferior a Noruega, com 3,24% (2.485 mil t), a Índia com 3,04% (2.335 mil t), a República da Coréia com 2,97% (2.281 mil t), ficando a décima posição para a Indonésia, com 2,63%, do total mundial de produtos pesqueiros capturados (2.020 t).

Cabe salientar que dentre os países produtores da América Latina, o Chile destacou-se como primeiro produtor, com 32,13%, enquanto o Perú, com 30,20% do volume capturado, foi o segundo. O Brasil apareceu na quarta posição na América Latina com 7,44% e 1,11% no contexto mundial (tabela 20).

Quanto ao comércio mundial de pescado, em 1982, segundo a mesma fonte, conforme tabela 21, o volume das importações de produtos pesqueiros dos países desenvolvidos (Estados Unidos,

TABELA 18

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1984

| TIPO DE PRODUTO / PAÍS | ALEMANHA OCIDENTAL | ARGENTINA | CHINA TAIWAN | EUA | HONG KONG | ITÁLIA | JAPÃO | PARAGUAI | PORTO RICO | TRINIDAD TOBAGO | DEMAIS PAÍSES | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Peixes vivos | 193,3 | 1,8 | - | 311,6 | 1,4 | 0,5 | 4,2 | - | - | 0,6 | 199,9 | 713,3 |
| Para Reprodução | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 6,2 | 0,2 |
| Para Ornamentação | 193,3 | 1,8 | - | 309,3 | 1,4 | 0,5 | 4,2 | - | - | 0,6 | 199,7 | 710,8 |
| Qualquer Outro | - | - | - | 2,3 | - | - | - | - | - | - | - | 2,3 |
| Peixe Fresco/refrig./ | | | | | | | | | | | | |
| Int./ Descab. | 0,7 | 43,8 | - | 534,7 | - | 1,7 | - | - | 192,0 | - | 6,2 | 779,1 |
| Castanta | - | - | - | 45,4 | - | - | - | - | - | - | - | 45,4 |
| Corvina | - | - | - | 6,8 | - | - | - | - | - | - | - | 6,8 |
| Qualquer Outro | 0,7 | 43,8 | - | 482,5 | - | 1,7 | - | - | 192,0 | - | 6,2 | 726,9 |
| Peixe Fresco/Refrig./ | | | | | | | | | | | | |
| Postas/Filés | 1,9 | 84,5 | - | 117,3 | - | - | - | - | - | - | 32,5 | 236,2 |
| Castanha | - | 84,5 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4,1 | 88,6 |
| Corvina | 1,9 | - | - | 71,4 | - | - | - | - | - | - | 28,4 | 101,7 |
| Qualquer Outro | - | - | - | 45,9 | - | - | - | - | - | - | - | 45,9 |
| Peixe Congelado/Int./ | | | | | | | | | | | | |
| Descab. | 20,1 | 3.354,6 | - | 1.676,7 | - | 560,7 | 1.269,9 | - | 5.564,3 | 14,4 | 894,8 | 12.352,5 |
| Atum | 18,9 | 1.031,0 | - | 2,0 | - | 461,1 | 1.221,3 | - | 5.215,5 | - | 578,3 | 8.528,1 |
| Castanha | - | 15,1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15,1 |
| Corvina | - | - | - | 32,6 | - | - | - | - | - | - | 35,2 | 67,8 |
| Dourada | - | - | - | 2,9 | - | - | - | - | - | - | - | 2,9 |
| Guaiuba | 0,2 | - | - | 78,5 | - | - | - | - | - | - | - | 78,7 |
| Merluza | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15,6 | 15,0 |
| Pargo | - | - | - | 274,0 | - | - | 5,6 | - | 105,5 | - | 23,2 | 408,3 |
| Pescada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 15,0 | 15,0 |
| Piramutaba | - | - | - | 763,0 | - | 9,8 | - | - | - | - | 125,0 | 897,8 |
| Sardinha | - | 1.171,7 | - | - | - | - | - | - | - | - | 12,6 | 1.184,3 |
| Tamatá | 0,1 | - | - | 193,1 | - | - | - | - | - | - | 10,8 | 204,0 |
| Qualquer Outro | 0,9 | 136,8 | - | 330,6 | - | 89,8 | 43,0 | - | 243,3 | 11,4 | 79,7 | 935,5 |
| Peixe Congelado Postas/ | | | | | | | | | | | | |
| Filés | 1,8 | - | - | 9.504,2 | - | - | 7,6 | - | 13,8 | - | 109,3 | 9.651,7 |
| Atum | - | - | - | - | - | - | - | - | 3,0 | - | - | 3,0 |
| Dourada | 1,1 | - | - | 210,2 | - | - | - | - | - | - | - | 211,3 |
| Guaiuba | - | - | - | 63,2 | - | - | - | - | - | - | - | 63,2 |
| Merluza | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 75,5 | 75,5 |
| Pargo | - | - | - | 5.573,0 | - | - | - | - | 10,8 | - | - | 5.583,8 |
| Pescada | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11,8 | 11,8 |
| Piramucaba | 0,8 | - | - | 3.449,5 | - | - | 7,6 | - | - | - | 6,6 | 3.464,5 |
| Qualquer Outro | 14,9 | - | - | 208,3 | - | - | - | - | - | - | 15,4 | 238,6 |
| Peixe Seco/Salgado/ | | | | | | | | | | | | |
| Salmoura | - | - | - | - | 0,8 | - | - | - | - | - | 17,9 | 18,7 |
| Bacalhau ("Gadus Mor | | | | | | | | | | | | |
| ruha") | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 17,9 | 17,9 |
| Qualquer Outro | - | - | - | - | 0,8 | - | - | - | - | - | - | 0,8 |
| Peixe em Conserva | - | - | - | 403,9 | - | - | - | 1.028,2 | - | - | 1.129,4 | 2.561,5 |
| Atum | - | - | - | 28,3 | - | - | - | 60,3 | - | - | 390,1 | 478,7 |
| Sardinha | - | - | - | 375,6 | - | - | - | 889,5 | - | - | 736,1 | 2.001,2 |
| Qualquer Outro | - | - | - | - | - | - | - | 78,4 | - | - | 3,2 | 81,6 |
| Crustáceo Fresco/Refrig. | 27,3 | - | - | 167,4 | - | - | 60,0 | - | - | - | 18,3 | 273,0 |
| Camarão | 4,9 | - | - | 159,7 | - | - | - | - | - | - | 3,4 | 168,0 |
| Lagosta | 22,4 | - | - | 0,2 | - | - | - | - | - | - | - | 22,6 |
| Caranguejo e Siri | - | - | - | 1,1 | - | - | - | - | - | - | 1,4 | 2,5 |
| Qualquer Outro | - | - | - | 6,4 | - | - | 60,0 | - | - | - | 13,5 | 79,9 |
| Crustáceo e Molusco | | | | | | | | | | | | |
| Congelado | 526,7 | 126,4 | - | 120.327,5 | 2,4 | 0,7 | 23.325,7 | - | 112,4 | 2.332,4 | 637,3 | 147.391,5 |
| Camarão | 77,8 | 120,0 | - | 65.558,8 | - | - | 23.047,8 | - | 112,4 | 2.332,4 | 355,4 | 91.604,6 |
| Lagosta | 448,9 | 6,4 | - | 50.782,0 | - | - | - | - | - | - | 279,4 | 51.516,7 |
| Caranguejo e Siri | - | - | - | - | - | - | 277,9 | - | - | - | - | 277,9 |
| Polvo, Calalamar Lula | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 2,2 | 2,2 |
| Qualquer Outro | - | - | - | 3.986,7 | 2,4 | 0,7 | - | - | - | - | 0,3 | 3.990,1 |
| Crustáceo em Conserva | - | - | - | 40,6 | - | - | - | - | 14,8 | - | 0,6 | 56,0 |
| Camarão | - | - | - | - | - | - | - | - | 14,8 | - | 0,6 | 15,4 |
| Caranguejo e Siri | - | - | - | 40,6 | - | - | - | - | - | - | - | 40,6 |
| Subprodutos | - | - | 636,7 | 37,8 | 2.949,5 | - | 502,5 | - | - | - | 1.746,3 | 5.872,8 |
| Ovas | - | - | 32,8 | 4,0 | - | - | - | - | - | - | - | 36,8 |
| Barbatanas de | | | | | | | | | | | | |
| Tubarão | - | - | - | - | 1.844,1 | - | 9,5 | - | - | - | 379,4 | 2.233,0 |
| Outros | - | - | - | - | 53,9 | - | - | - | - | - | - | 53,9 |
| Bexigas Natatórias | - | - | - | - | 492,3 | - | - | - | - | - | 328,4 | 820,7 |
| Desperdícios e | | | | | | | | | | | | |
| Resíduos | - | - | - | 31,3 | - | - | - | - | - | - | - | 31,3 |
| Ágar - Ágar | - | - | - | - | - | - | 36,4 | - | - | - | 0,1 | 36,5 |
| Algas dif. com. nas pos. 12.07/12.08 | - | - | - | - | - | - | 343,3 | - | - | - | - | 343,3 |
| Farinha de peixe Imp. p/ alim. Humana | - | - | 603,9 | - | 559,2 | - | 113,3 | - | - | - | 1.038,4 | 2.314,8 |
| Farinha de Crust. e Mol. Imp. p/ Alim. Humana | - | - | - | 2,5 | - | - | - | - | - | - | - | 2,5 |
| TOTAL | 786,8 | 2.611,1 | 636,7 | 133.121,7 | 2.954,1 | 563,6 | 25.169,9 | 1.028,2 | 5.897,3 | 2.344,4 | 4.792,5 | 179.906,3 |

FONTE: CACEX/ BANCO DO BRASIL

ELABORAÇÃO: CEXTE/PDP/SUDEP

TABELA 19

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1980 a 1984

(tonelada)

| ESPECIFICAÇÃO / ANO | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 |
|---|---|---|---|---|---|
| Peixes | 22.143,1 | 32.979,8 | 33.789,1 | 36.605,9 | 21.342,9 |
| Peixes vivos p/ ornament. reprod. outros. | 233,9 | 210,6 | 198,2 | 210,8 | 262,0 |
| Peixes cong. refr. etc. | 22.834,6 | 32.730,8 | 33.564,4 | 36.377,5 | 21.071,0 |
| Ovas frescas, refr. etc. | - | - | - | 3,3 | 5,7 |
| Peixes salg. em sal. secos defum. | 54,2 | 6,9 | 18,9 | 14,3 | 4,1 |
| Ovas salg/secas, defum. | - | - | - | - | - |
| Outros secos/sag. salm. | 20,4 | 31,5 | 7,6 | - | - |
| CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS | 11.225,4 | 12.032,9 | 11.939,4 | 10.642,5 | 15.508,6 |
| Camarões fresc.refr.cong | 7.497,8 | 8.836,2 | 9.155,7 | 8.983,7 | 12.270,2 |
| Lagosta fresc.resfri.cong. | 2.540,7 | 2.763,2 | 2.759,3 | 1.585,2 | 2.842,1 |
| Carang. e siris fresc. refrig. congelado | - | - | 5,3 | - | 94,9 |
| Polvo, calamar/lula,fresc; refrig. cong. | 81,9 | 123,0 | 9,3 | 0,6 | 8,0 |
| Marisco e moluscos frescos refrig. congelado | 1,0 | 120,6 | 0,2 | - | - |
| Qualquer outro fresc. refrig. congelado | 1.104,0 | 189,9 | 7,4 | 70,0 | 293,4 |
| Camarão seco salg. em salm. | - | - | 0,2 | - | - |
| Qualquer outro seco salg. em salm. | 0,0 | - | 2,0 | 3,0 | - |
| OUTROS PRODUTOS OU SUBPRODUTOS DA PESCA | 836,5 | 5.546,6 | 5.021,6 | 10.476,6 | 8.441,0 |
| Agar Agar | - | - | - | - | 4,0 |
| Algas imp. aliment. humana | - | - | - | - | 491,2 |
| Algas medicinais | - | - | - | 0,1 | - |
| Algas prop.p/ aliment. hum. | - | - | - | - | - |
| Algas não especificadas | 229,7 | 175,0 | 194,9 | 365,0 | - |
| Bexigas natatórias | 153,0 | 139,1 | - | 154,2 | 165,1 |
| Barbatanas | 97,1 | 97,2 | 114,7 | 117,3 | 130,2 |
| Óleos de baleia em bruto | 58,0 | - | - | - | - |
| Óleos de baleia refinado | 0,2 | - | - | - | - |
| Outros resid./desper./ peixes e conhas | 35,7 | 32,5 | - | 7,7 | 2,0 |
| Farinha de peixe imp./p/ alim. humana | 110,0 | 5.102,8 | 4.692,4 | 9.832,2 | 7.627,4 |
| Farinha de crustáceos | - | - | 19,6 | - | 16,4 |
| Outros | 152,8 | - | 0,0 | 0,1 | 4,7 |
| CONSERVAS E PREPARAÇÕES DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUS. | 2.309,0 | 2.839,1 | 729,5 | 1.011,4 | 1.497,7 |
| Atuns | 16,1 | 1,0 | 58,6 | 5,4 | 155,8 |
| Sardinhas | 2.059,0 | 2.646,1 | 485,4 | 922,9 | 1.283,9 |
| Camarões | 25,2 | 0,5 | 0,6 | - | 3,7 |
| Lagostas | 1,0 | - | - | - | - |
| Outras conser. e preparações de pescados | 206,7 | 191,5 | 184,9 | 83,1 | 54,3 |
| TOTAL | 37.513,0 | 53.398,4 | 51.479,6 | 58.736,4 | 46.790,1 |

FONTE: CACEX DO BANCO DO BRASIL

ELABORAÇÃO: GERÊNCIA DE ECONOMIA PESQUEIRA/PDP/SUDEPE

TABELA 20

CAPTURA MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, 1978-80, 1981 E 1982

(mil toneladas)

| DISCRIMINAÇÃO | 1978-80 (Média) | 1981 | 1982 |
|---|---|---|---|
| TOTAL MUNDIAL | 71.271 | 75.023 | 76.691 |
| Países em desenvolvimento | 33.750 | 36.253 | 37.590 |
| América Latina | 9.492 | 10.462 | 11.430 |
| Chile | 2.459 | 3.393 | 3.673 |
| Perú | 3.518 | 2.740 | 3.452 |
| México | 941 | 1.565 | 1.506 |
| Brasil | 826 | 829 | 850 |
| Equador | 632 | 686 | 637 |
| Argentina | 491 | 362 | 475 |
| África | 3.245 | 3.237 | 3.255 |
| Nigéria | 511 | 496 | 512 |
| Marrocos | 303 | 390 | 362 |
| Senegal | 257 | 207 | 235 |
| Oriente Próximo | 873 | 1.017 | 1.061 |
| Turquia | 340 | 470 | 515 |
| Extremo Oriente | 13.216 | 14.166 | 14.069 |
| Índia | 2.361 | 1.444 | 2.335 |
| República da Corea | 2.115 | 2.366 | 2.281 |
| Indonésia | 1.742 | 1.903 | 2.020 |
| Tailândia | 1.946 | 1.989 | 1.920 |
| Filipinas | 1.509 | 1.687 | 1.788 |
| Malásia | 706 | 804 | 683 |
| EPC da Ásia | 6.493 | 6.911 | 7.535 |
| China | 4.228 | 4.377 | 4.927 |
| Países desenvolvidos | 37.521 | 38.770 | 39.101 |
| América do Norte | 4.891 | 5.166 | 5.377 |
| Estados Unidos | 3.521 | 3.767 | 3.988 |
| Canadá | 1.370 | 1.399 | 1.389 |
| Europa Ocidental | 11.280 | 11.282 | 10.827 |
| CEE | 4.910 | 5.058 | 5.220 |
| Dinamarca | 1.835 | 1.852 | 1.907 |
| Reino Unido | 927 | 880 | 910 |
| Franca | 768 | 768 | 750 |
| Noruega | 2.553 | 2.552 | 2.485 |
| Islândia | 1.576 | 1.442 | 789 |
| Espanha | 1.281 | 1.257 | 1.351 |
| Europa Oriental e URSS | 10.292 | 10.779 | 11.241 |
| URSS | 9.147 | 9.546 | 9.957 |
| Polônia | 604 | 630 | 605 |
| Oceania | 222 | 254 | 277 |
| Outros Países desenvolv. | 10.836 | 11.289 | 11.408 |
| Japão | 10.185 | 10.657 | 10.760 |
| Sudáfrica | 625 | 607 | 624 |

TABELA 21

COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, 1978-80, 1981 E 1982

(em milhões de dolares)

| DISCRIMINAÇÃO | IMPORTAÇÃO | | | EXPORTAÇÃO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1978-80 (Média) | 1981 | 1982 | 1978-80 (Média) | 1981 | 1982 |
| TOTAL MUNDIAL | 14.453 | 16.308 | 16.405 | 13.584 | 15.707 | 15.205 |
| Países em desenvolvimento | 1.927 | 2.442 | 2.348 | 5.259 | 6.375 | 6.441 |
| América Latina | 392 | 492 | 410 | 1.761 | 2.130 | 2.237 |
| América Central | 45 | 56 | 48 | 571 | 698 | 699 |
| México | 28 | 34 | 29 | 440 | 538 | - |
| Caribe | 146 | 182 | 132 | 135 | 136 | 189 |
| América do Sul | 202 | 254 | 230 | 1.056 | 1.299 | 1.349 |
| Brasil | 89 | 68 | 77 | 125 | 154 | 150 |
| Chile | 1 | - | - | 251 | 325 | 388 |
| Perú | 1 | 3 | 1 | 284 | 271 | 289 |
| África | 524 | 675 | 492 | 339 | 471 | 469 |
| Nigéria | 309 | 440 | 298 | 3 | 5 | 5 |
| Oriente Próximo | 198 | 289 | 277 | 58 | 89 | 95 |
| Extremo Oriente | 758 | 927 | 1.095 | 2.624 | 3.107 | 3.102 |
| República da Corea | 47 | 58 | 57 | 704 | 835 | 732 |
| Índia | - | - | - | 276 | 315 | 355 |
| Tailândia | 18 | 22 | 28 | 325 | 397 | 465 |
| EPC da Ásia | - | - | 18 | 282 | 336 | 318 |
| Outros Países em desenvolv. | 55 | 59 | 56 | 195 | 242 | 220 |
| Países Desenvolvidos | 12.526 | 13.866 | 14.057 | 8.325 | 9.332 | 8.764 |
| América do Norte | 2.774 | 3.287 | 3.456 | 2.051 | 2.409 | 2.333 |
| Canadá | 262 | 299 | 281 | 1.064 | 1.267 | 1.299 |
| Estados Unidos | 2.512 | 2.988 | 3.175 | 987 | 1.142 | 1.034 |
| Europa Ocidental | 5.776 | 6.132 | 5.901 | 4.665 | 5.165 | 4.642 |
| CEE | 4.531 | 4.695 | 4.496 | 2.463 | 2.625 | 2.599 |
| Dinamarca | 274 | 305 | 298 | 863 | 940 | 901 |
| Franca | 980 | 1.043 | 1.036 | 260 | 304 | 298 |
| Alemanha Ocidental | 892 | 819 | 823 | 280 | 278 | 314 |
| Itália | 700 | 720 | 755 | 100 | 107 | 101 |
| Países Baixos | 362 | 330 | 310 | 476 | 512 | 504 |
| Reino Unido | 874 | 997 | 906 | 326 | 308 | 295 |
| Islândia | 1 | - | 2 | 604 | 713 | 509 |
| Noruega | 54 | 59 | 48 | 842 | 1.002 | 888 |
| Espanha | 400 | 481 | 526 | 352 | 440 | 293 |
| Europa Oriental e URSS | 352 | 315 | 323 | 372 | 345 | 364 |
| URSS | 62 | 76 | 71 | 280 | 243 | 218 |
| Oceania | 169 | 248 | 277 | 330 | 448 | 515 |
| Outros países desenvolv. | 3.456 | 3.884 | 4.100 | 907 | 965 | 910 |
| Japão | 3.392 | 3.737 | 3.974 | 793 | 863 | 801 |

Fonte: FAO

Canadá, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental, Itália, Países Baixos, Reino Unido, Islândia, Noruega, Espanha, Oceania, União Soviética, Japão e outros) foram positivos, quando comparados com 1981, apresentando um aumento de 1,4%, enquanto nos países em desenvolvimento (Chile, Perú, México, Brasil, Equador, Argentina, Nigéria, Marrocos, Senegal, Turquia, Índia, Coréia, Indonésia, Tailândia, Filipinas, Malásia, China e outros) diminuíram ligeiramente. Portanto, em termos de valor, o comércio mundial em 1982 foi praticamente igual ao verificado em 1981, tendo como fator responsável por esta falta de crescimento a diminuição do comércio de pescado para consumo humano.

No que se refere às exportações, nos países em desenvolvimento, aumentaram o comércio da farinha de peixe do Chile, Equador e Perú, embora tenha havido uma ligeira diminuição nas vendas de camarões e, com maior profundidade, as de atum.

As exportações nos países desenvolvidos apresentaram, em 1982, quando confrontadas com os dados de 1981, uma queda de 7%, com certo descenso em todos os países, salvo o Canadá e a Alemanha Ocidental, e fortes diminuições na Noruega e Islândia.

TABELA 22

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE FARINHA DE PEIXE[1]

(em mil toneladas)

| DISCRIMINAÇÃO | PRODUÇÃO | | | EXPORTAÇÃO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1978-80 (Média) | 1981 | 1982 | 1978-80 (Média) | 1981 | 1982 |
| TOTAL MUNDIAL | 4.938 | 4.984 | 5.161 | 2.256 | 2.168 | 2.699 |
| Países em desenvolv. | 1.703 | 1.852 | 2.089 | 1.169 | 1.155 | 1.696 |
| América Latina | 1.378 | 1.464 | 1.756 | 986 | 963 | 1.510 |
| África | 36 | 66 | 43 | 30 | 60 | 34 |
| Extremo Oriente | 274 | 301 | 268 | 153 | 132 | 152 |
| Oriente Próximo | 15 | 21 | 22 | - | - | - |
| Países desenvolvidos | 3.235 | 3.132 | 3.072 | 1.087 | 1.013 | 1.003 |
| América do Norte | 532 | 482 | 550 | 77 | 75 | 42 |
| Europa Ocidental | 1.048 | 962 | 835 | 915 | 846 | 815 |
| Europa Oriental | 82 | 76 | 66 | - | - | - |
| URSS | 523 | 554 | 600 | 21 | 12 | 9 |
| Outros países | 1.050 | 1.058 | 1.021 | 74 | 80 | 137 |

[1] Incluída solúveis de pescado em equivalente farinha

Fonte: FAO

A produção mundial de carne suína teve um comportamento crescente nos anos 70, motivado pelo bom desempenho econômico que a atividade mostrou naquela década. Nos anos 80, apenas em 1982 houve decréscimo tanto nos efetivos como na oferta de carne suína. Naquele ano, ocorriam decréscimos na Polônia; México, Alemanha Oriental e Checoslováquia. Entretanto, a diminuição nesses países foi compensada pelos acréscimos no volume ofertado nos USA, URSS e CEE, pois os estoques reduzidos de animais, em 1982, tornaram os preços mais favoráveis, ao ponto de estimularem um aumento de 4,5% na produção do ano seguinte. Nos anos de 84 e 85, a suinocultura mundial se expandiu mais moderadamente, em cerca de 2,3% anuais. Nos últimos dois anos, a melhoria das condições econômicas nos países ricos, ao darem um impulso no comércio mundial de carne suína e seus derivados, estimularam a expansão dos rebanhos e da produção, principalmente na CEE, na China, Japão e na Dinamarca.

A produção mundial de carne suína para 1985 foi estimada em cerca de 52,9 milhões de toneladas, com a China respondendo por grande parte desse aumento. Naquele país, a produção, avaliada em 15,5 milhões de toneladas, é aproximadamente 1 milhão superior à obtida em 1984. O fim dos controles estatais sobre o mercado suíno foram as razões para esse incremento. Na CEE, a produção suína também deverá ser maior, devido às boas perspectivas para as exportações da Dinamarca e dos Países Baixos. Na URSS, ocorreu um declínio tanto no rebanho como na produção, em virtude das dificuldades no abastecimento de cereais. Para os USA, as previsões apontam no sentido de a produção cair moderadamente, por terem os suinocultores americanos sofrido entraves financeiros. Com relação ao ano de 1986, as informações preliminares à disposição indicam que o rebanho suíno mundial deverá decrescer ao redor de 5,1 milhões de cabeças, sendo os USA, a China e a URSS os responsáveis por este recuo. Em contrapartida, com o aumento dos descartes de animais, é esperado, para 1986, um aumento da oferta mundial de carne suína (Tabela 1).

O comércio mundial de carne suína, a partir de 1982, apresentou mudanças significativas, crescendo as expectativas de sua ampliação. O grande salto dado nas exportações, em 1983, ocorreu como uma conseqüência imediata dos baixos estoques daquele

TABELA 1

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE SUÍNA - 1980 a 1985

(Em mil t)

| PAÍS | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 (a) | 1985 (1) (b) | 1986 (2) | PARTICIPAÇÃO EM 1985 % | VARIAÇÃO 1985 (b/a) % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| E.U.A | 7.537 | 7.200 | 6.454 | 6.843 | 6.719 | 6.709 | 6.558 | 12,67 | - 0,15 |
| U.R.S.S | 5.092 | 5.200 | 5.100 | 5.600 | 5.800 | 5.500 | 5.750 | 10,57 | - 3,45 |
| Alemanha Ocid. | 2.726 | 2.700 | 2.655 | 2.700 | 2.744 | 2.785 | 2.870 | 5,26 | 1,49 |
| Polonia | 1.768 | 1.430 | 1.455 | 1.235 | 1.313 | 1.444 | 1.499 | 2,73 | 9,98 |
| França | 1.691 | 1.742 | 1.607 | 1.610 | 1.625 | 1.640 | 1.635 | 3,25 | 0,92 |
| Alemanha Orie. | 1.253 | 1.355 | 1.251 | 1.220 | 1.242 | 1.262 | 1.267 | 2,37 | 1,61 |
| Japão | 1.476 | 1.396 | 1.430 | 1.450 | 1.430 | 1.485 | 1.470 | 2,38 | 3,84 |
| Grã-Bretanha | 947 | 960 | 1.001 | 1.037 | 950 | 995 | 1.020 | 1,88 | 4,74 |
| Holanda | 1.062 | 1.134 | 1.157 | 1.195 | 1.258 | 1.340 | 1.375 | 2,53 | 6,52 |
| Hungria | 920 | 932 | 974 | 1.033 | 1.162 | 1.084 | 1.084 | 2,05 | - 6,71 |
| Romênia | 977 | 925 | 820 | 875 | 860 | 840 | 840 | 1,58 | - 2,32 |
| Brasil (*) | 1.000 | 1.183 | 1.105 | 970 | 567 | 600 | 650 | 1,37 | 5,82 |
| Dinamarca | 971 | 980 | 970 | 990 | 1.040 | 1.120 | 1.147 | 2,11 | 7,70 |
| Itália | 981 | 990 | 995 | 1.005 | 1.098 | 1.105 | 1.110 | 2,08 | 0,64 |
| Tcheco-eslováquia | 854 | 858 | 782 | 777 | 850 | 840 | 830 | 1,58 | - 1,18 |
| Espanha | 986 | 1.050 | 1.075 | 1.273 | 1.181 | 1.180 | 1.180 | 2,23 | - 0,08 |
| Iuguslávia | 740 | 784 | 790 | 755 | 855 | 780 | 760 | 1,47 | - 8,77 |
| Canadá | 877 | 865 | 850 | 850 | 863 | 875 | 900 | 1,65 | 1,39 |
| Rep. da China | 8.700 | 11.884 | 12.718 | 13.161 | 14.450 | 15.510 | 15.840 | 29,28 | 7,33 |
| México | 905 | 1.088 | 1.200 | 1.075 | 942 | 864 | 915 | 1,63 | - 8,28 |
| TOTAL | 41.463 | 44.656 | 44.389 | 45.704 | 46.949 | 48.018 | 48.700 | 90,67 | 2,27 |
| TOTAL DEMAIS PAÍSES | 4.515 | 4.577 | 4.201 | 5.095 | 4.844 | 4.941 | 4.900 | 9,33 | 2,0 |
| TOTAL PAÍSES SELECIONADOS | 45.978 | 49.233 | 48.590 | 50.799 | 51.793 | 52.959 | 53.600 | 100,00 | 2,25 |

(1) Dados Preliminares

(2) Primeiras Estimativas

(*) Refere-se apenas aos abates sob Inspeção Federal

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

ano, nas mãos dos principais países importadores. Nos anos seguintes, embora mais moderados, os avanços nos negócios internacionais se deram, basicamente, em função da melhoria das condições econômicas dos países ricos. Nos últimos quatro anos, a maior fatia das transações se deu dentro da CEE, porém os subsídios dessa mesma comunidade permitiram uma expansão de suas exportações para os USA, URSS, Leste Europeu e para alguns países do terceiro mundo (Tabelas 2 e 3).

O efetivo suíno brasileiro vem em um processo de redução física desde 1975. As estimativas, para 1985, o situam no mesmo patamar de 1984. Com os desestímulos econômicos sentidos pela atividade antes de 84, a produção nacional e a produtividade dos plantéis tenderam a ser menores, perdendo o impulso ascendente do desempenho produtivo que a atividade teve até 1981, quando o rebanho obteve os melhores índices de produtividade. De qualquer forma, a produtividade da suinocultura brasileira deu um salto no lustro 75/80, amparada pelo crédito farto e por uma política agroindustrial e cooperativista. Se não fossem os problemas sanitários de 1978, as exigências sanitárias internacionais, as crises no abastecimento de grãos e a retração do consumo, a atividade entraria nos anos 80 economicamente estabilizada.

A recessão econômica, a maior competitividade com as demais carnes, principalmente a de aves, e a retração do consumo, forçaram quedas na produção de 6,6%, 5,9% e 7,7%, respectivamente, nos anos de 82, 83 e 84, com uma estabilização em 1985. Com um rebanho avaliado, no intervalo, entre 29,0 e 30,0 milhões de cabeças, mas com um efetivo com características industriais ao redor de 20,0 milhões de suínos, o Brasil foi responsável, em 1985, pela produção aproximada de 960 mil toneladas. Com este patamar, a produção suinícola brasileira retorna aos níveis obtidos em 1975, em um volume inferior à produção recorde de 1981. Como aproximadamente 30% do efetivo nacional não é criado dentro da tecnologia chamada industrial, esse expressivo contingente de animais influi nos níveis de produção da suinocultura brasileira, considerados dos mais baixos, apesar de o Brasil ser o sétimo maior produtor mundial de carne suína (Tabelas 4 e 5).

A atividade suinícola nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, considerados, ao lado de Santa Catarina e do Paraná, os maiores produtores, entraram, a partir de 1982,

TABELA 2

EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE SUÍNA - 1982 A 1986

(em mil t)

| ANO / PAÍSES | 1982 | 1983 | 1984 (a) | (1) 1985 (b) | (2) 1986 | PARTICIPAÇÃO (1985) % | VARIAÇÃO ANUAL (1985) $\frac{b-a}{a} \times 100$ % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| USA | 97 | 99 | 74 | 54 | 50 | 1,5 | - 27,0 |
| Canadá | 163 | 158 | 175 | 185 | 200 | 5,2 | 5,7 |
| CEE | 1.874 | 2.077 | 2.110 | 2.213 | 2.207 | 62,3 | 4,9 |
| A.Oriental | 210 | 210 | 210 | 210 | 210 | 5,9 | - |
| Hungria | 118 | 125 | 220 | 190 | 190 | 5,4 | - 13,6 |
| Polônia | 36 | 26 | 21 | 14 | 14 | 0,4 | - 33,3 |
| Romênia | 50 | 85 | 75 | 90 | 90 | 2,5 | 33,3 |
| China | 330 | 248 | 273 | 263 | 292 | 7,4 | - 3,7 |
| OUTROS PAÍSES | 100 | 258 | 281 | 334 | 277 | 9,4 | 18,9 |
| TOTAL | 2.978 | 3.286 | 3.439 | 3.553 | 3.530 | 100 | 3,3 |

(1) Dados Preliminares

(2) Estimativas

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

REBANHO MUNDIAL DE SUÍNOS - 1984 A 1986

(em milhões de cabeças)

| ANO / PAÍSES | 1984 | (1) 1985 | (2) 1986 |
|---|---|---|---|
| USA | 56,7 | 54,0 | 52,0 |
| Canadá | 10,7 | 10,9 | 10,8 |
| CEE | 79,2 | 79,6 | 80,1 |
| Leste Europeu | 73,3 | 73,5 | 73,3 |
| URSS | 78,7 | 77,8 | 76,5 |
| China | 298,5 | 306,8 | 303,6 |
| DEMAIS PAÍSES | 103,7 | 103,5 | 104,7 |
| TOTAL MUNDIAL | 700,8 | 706,1 | 701,0 |

(1) Dados Preliminares

(2) Estimativas

FOnte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 4

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE SUÍNA(*) EM EQUIVALENTES CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA 1982 A 1985

(em ton)

| ANO / COMPORTAMENTO | BRASIL | | | | SANTA CATARINA | | | | PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985(2) | 1982 | 1983 | 1984(**) | 1985 |
| 1. Produção(*) | 1.105.000 | 1.040.000 | 960.000 | 960.000 | 282.134 | 286.554 | 276.000 | 283.000 | 25,5 | 27,6 | 28,8 | 29,5 |
| 2. Comercialização Nacional | 1.105.000 | 1.040.000 | 960.000 | 960.000 | 205.393 | 209.774 | 200.000 | 205.176 | 18,6 | 20,2 | 20,8 | 21,4 |
| 3. Consumo | | | | | | | | | | | | |
| .Interno | 1.105.000 | 1.040.000 | 960.000 | 960.000 | 76.741 | 76.780 | 75.000 | 77.824 | 7,0 | 7,4 | 7,8 | 8,1 |
| .Per Capita/kg | 6,7 | 8,0 | 6,95 | 7,08 | 19,9 | 19,5 | 18,7 | 19,0 | - | - | - | - |

(*) Não estão considerados os componentes necessários para a fabricação dos embutidos, salgados e defumados. Se fossem incluídos, iriam mascarar o desempenho da produção.

(**) Estimativas Preliminares

Fonte: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS, SANTA CATARINA - 1982 a 1985

(Cr$ 1.000)

| MÊS/ANO | CUSTOS VARIÁVEIS | | | TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS | CUSTOS FIXOS | TOTAL DOS CUSTOS P/ANO | CUSTOS P/kg |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Alimentação | Sanidade | Outros Custos Variáveis | | | | |
| Março/82 | 1.689.500 | 49.590 | 424.549 | 2.163.639 | 211.875 | 2.375.514 | 119,55 |
| Junho/82 | 1.869.215 | 46.920 | 506.542 | 2.422.677 | 265.808 | 2.688.485 | 135,30 |
| Setembro/82 | 1.965.476 | 44.360 | 536.579 | 2.546.415 | 309.370 | 2.855.785 | 143,72 |
| Novembro/82 | 2.542.010 | 52.932 | 819.104 | 3.414.046 | 370.422 | 3.784.468 | 190,46 |
| Março/83 | 3.476.051 | 59.914 | 914.509 | 4.450.474 | 496.677 | 4.947.152 | 248,98 |
| Junho/83 | 5.354.360 | 71.122 | 1.261.470 | 6.686.960 | 553.692 | 7.240.650 | 364,40 |
| Setembro/83 | 10.465.000 | 92.490 | 2.020.780 | 12.578.300 | 712.857 | 13.291.100 | 668,90 |
| Novembro/83 | 13.647.400 | 95.830 | 3.023.970 | 16.767.200 | 873.001 | 17.640.200 | 887,78 |
| Fevereiro/84 | 15.015.169,00 | 167.770,00 | 3.434.865,54 | 18.617.804,54 | 1.312.394,60 | 19.930.199,15 | 1.003,03 |
| Abril/84 | 15.015.169,00 | 181.930,00 | 3.580.811,03 | 18.779.910,03 | 1.350.345,00 | 20.130.255,03 | 1.013,10 |
| Junho/84 | 15.861.334,00 | 387.307,00 | 4.027.386,00 | 20.276.027,00 | 1.684.507,00 | 21.960.534,00 | 1.105,21 |
| Agosto/84 | 99.895.121,00 | 499.387,00 | 4.727.247,00 | 25.121.755,00 | 2.136.963,00 | 27.258.718,00 | 1.371,85 |
| Outubro/84 | 28.019.626,00 | 582.472,00 | 5.993.314,00 | 34.595.412,00 | 2.938.798,00 | 37.534.211,00 | 1.888,99 |
| Fevereiro/85 | 42.976.552 | 1.052.550 | 9.704.111 | 53.733.213 | 4.760.155 | 58.493.367 | 2.944 |
| Abril/85 | 49.383.276 | 1.213.761 | 10.520.022 | 61.117.059 | 5.136.473 | 66.253.532 | 3.334 |
| Junho/85 | 16.151.850 | 324.330 | 3.595.354 | 20.071.534 | 1.337.840 | 21.409.374 | 3.467 |
| Agosto/85 | 19.150.105 | 356.370 | 4.653.468 | 24.159.943 | 1.573.442 | 25.733.385 | 4.167 |
| Outubro/85 | 28.602.145 | 496.400 | 5.680.300 | 34.778.845 | 1.977.866 | 36.756.711 | 5.953 |

Fonte: Instituto CEPA/SC

em um processo de liquidação de seus rebanhos, com maior intensidade a partir de setembro/83. O alto custo de produção naqueles estados, pelo encarecimento dos insumos e pelo agravamento da recessão econômica, levou grande parcela dos suinocultores ou a se desfazerem de parte das matrizes ou mesmo à desistência de muitos criadores. Com isso, as unidades frigoríficas daqueles estados operaram com grande ociosidade nos anos de 84 e 85. Como a produção suína fora mais duramente castigada pelos problemas econômicos vividos pela atividade até o final de 83, a oferta para abate foi pequena frente às necessidades de matéria-prima para abastecer as indústrias locais. Mesmo porque os industriais, naqueles estados, também foram prejudicados, e os reflexos disso causaram uma desarticulação dos processos de comercialização, que, em parte, beneficiaram o parque de frigorificação catarinense.

Apesar de o rebanho, na maioria dos estados, ter apresentado uma redução física nos anos de preços baixos, a exceção foi para Santa Catarina, onde o efetivo tem-se mantido praticamente estável. Com uma participação, no ano de 1975, de 9,0% sobre o efetivo nacional, o rebanho catarinense representou, em 1985, 12,5%, tornando-se referência pelos altos índices de produtividade. A produção catarinense em equivalente carcaças passou de 19,0% para 29,0% da produção nacional. No mesmo período, pela melhor qualidade tanto da carne como dos derivados, conquistou fatias consideráveis do mercado e consolidou-se como principal fornecedor, a nível nacional.

As avaliações para a produção catarinense de suínos, em 1985, apontaram para um potencial de produção ao redor de 4,1 milhões de cabeças, ou aproximadamente 29% da produção nacional esperada. Deste total, 3,5 milhões de cabeças foram abatidos nos grandes frigoríficos, 130 mil cabeças nos pequenos abatedouros e ao redor de 400 mil no consumo a nível de propriedade. No entanto, essas estimativas estão prejudicas, por estarem mascaradas por fatores ligados aos canais de comercialização. A aquisição de animais nos dois estados vizinhos, a diminuição das exportações de animais vivos, a manutenção de integrados no Rio Grande do Sul e o fato de uma grande empresa ter adquirido um percentual muito alto lá e no Paraná, são os principais componentes para a formulação de estimativas mais afirmativas. No entanto, mesmo excluindo o volume tanto dos suínos vivos exportados (volume de 150 mil cabeças conhecidas através dos relatórios fiscais) quan-

TABELA 6

SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO, CONFORME OS DADOS CENSITÁRIOS - 1940 A 1980

| GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO | SUÍNOS EXISTENTES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1975 | 1980 |
| BRASIL | 16.839.192 | 22.970.814 | 25.579.851 | 31.523.640 | 35.151.668 | 32.569.586 |
| Norte | 372.265 | 377.534 | 537.347 | 909.237 | 1.245.282 | 1.643.002 |
| Rondônia | - | 3.166 | 4.638 | 13.189 | 133.513 | 361.725 |
| Acre | 29.859 | 50.427 | 33.447 | 103.125 | 109.625 | 123.298 |
| Amazonas | 69.078 | 62.014 | 97.520 | 139.770 | 127.473 | 247.580 |
| Roraima | - | 7.268 | 9.684 | 21.451 | 22.543 | 40.749 |
| Pará | 273.328 | 251.277 | 385.106 | 603.659 | 804.355 | 1.055.479 |
| Amapá | - | 3.382 | 8.952 | 28.043 | 47.768 | 14.165 |
| Nordeste | 3.889.770 | 6.019.404 | 5.281.688 | 7.094.856 | 9.466.986 | 7.307.099 |
| Maranhão | 880.995 | 1.779.279 | 1.819.314 | 2.760.863 | 3.242.043 | 2.676.201 |
| Piauí | 577.390 | 811.766 | 473.967 | 1.194.526 | 1.861.079 | 1.240.255 |
| Ceará | 574.224 | 834.599 | 518.958 | 649.050 | 1.200.848 | 830.671 |
| Rio Grande do Norte | 113.402 | 130.679 | 108.944 | 61.243 | 124.666 | 91.691 |
| Paraíba | 215.920 | 296.226 | 212.751 | 154.977 | 243.239 | 187.463 |
| Pernambuco | 324.662 | 369.155 | 366.656 | 290.472 | 429.251 | 273.254 |
| Alagoas | 97.120 | 72.507 | 97.126 | 50.639 | 82.153 | 68.767 |
| Fernando de Noronha | - | - | - | 36 | 24 | 40 |
| Sergipe | 60.614 | 64.949 | 64.837 | 31.173 | 56.235 | 53.288 |
| Bahia | 1.045.443 | 1.661.244 | 1.619.135 | 1.901.877 | 2.197.448 | 1.745.469 |
| Sudeste | 6.006.422 | 7.408.144 | 6.494.409 | 5.797.048 | 6.401.784 | 5.815.732 |
| Minas Gerais | 2.574.415 | 3.773.867 | 3.521.158 | 3.277.723 | 3.629.614 | 3.211.514 |
| Espírito Santo | 421.458 | 594.108 | 456.702 | 489.469 | 522.366 | 432.240 |
| Rio de Janeiro | 339.411 | 369.357 | 230.677 | 172.572 | 260.038 | 281.300 |
| São Paulo | 2.671.138 | 2.670.812 | 2.285.872 | 1.857.284 | 2.049.766 | 1.690.678 |
| Sul | 5.770.714 | 7.843.918 | 11.578.962 | 15.211.991 | 15.006.998 | 14.950.414 |
| Paraná | 1.477.428 | 2.040.411 | 3.630.659 | 6.215.147 | 5.888.873 | 5.643.540 |
| Santa Catarina | 1.124.426 | 1.639.037 | 2.393.474 | 3.145.337 | 3.505.778 | 3.880.928 |
| Rio Grande do Sul | 3.168.860 | 4.164.470 | 5.554.829 | 5.851.507 | 5.612.347 | 5.419.946 |
| Centro-Oeste | 800.021 | 1.321.814 | 1.687.445 | 2.510.508 | 2.970.618 | 2.653.339 |
| Mato Grosso do Sul | 146.484 | 287.468 | 443.560 | 815.740 | 473.461 | 399.069 |
| Mato Grosso | 146.484 | 287.468 | 443.560 | 815.740 | 459.403 | 531.879 |
| Goiás | 653.537 | 1.034.346 | 1.240.381 | 1.680.381 | 2.015.394 | 1.691.411 |
| Distrito Federal | - | - | 3.504 | 14.381 | 22.360 | 30.980 |

Fonte: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

TABELA 7

TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DOS SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONFORME OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1940 A 1980

| GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO | TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO ANUAL DOS SUÍNOS EXISTENTES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1940/1950 | 1950/1960 | 1960/1970 | 1970/1975 | 1975/1980 |
| BRASIL | 3,15 | 1,08 | 2,11 | 2,20 | - 1,51 |
| Norte | 0,14 | 3,59 | 5,40 | 6,49 | 8,16 |
| Rondônia | - | 3,89 | 11,02 | 58,88 | 22,06 |
| Acre | 5,38 | - 4,02 | 11,92 | 1,23 | 2,33 |
| Amazonas | - 1,07 | 4,41 | 3,88 | - 1,83 | 14,28 |
| Roraima | - | 2,91 | 8,28 | 1,00 | 12,56 |
| Pará | - 8,84 | 4,36 | 4,60 | 5,91 | 5,58 |
| Amapá | - | 10,22 | 12,10 | 11,24 | -21,58 |
| Nordeste | 4,46 | - 1,30 | 3,00 | 5,94 | - 5,05 |
| Maranhão | 7,28 | 0,22 | 4,26 | 3,27 | - 4,20 |
| Piauí | 3,47 | - 5,24 | 9,68 | 9,27 | - 7,80 |
| Ceará | 3,81 | - 4,64 | 2,26 | 13,09 | - 7,11 |
| Rio Grande do Norte | 1,43 | - 1,80 | - 5,60 | 15,28 | - 5,98 |
| Paraíba | 3,21 | - 3,26 | - 3,12 | 9,43 | - 5,08 |
| Pernambuco | 1,27 | - 0,04 | - 2,30 | 9,59 | 0,60 |
| Alagoas | - 2,88 | 2,97 | - 6,31 | 10,16 | - 3,49 |
| Fernando de Noronha | - | - | - | - 7,79 | 10,76 |
| Sergipe | 0,69 | - 0,02 | - 7,06 | 12,52 | - 1,07 |
| Bahia | 4,74 | - 0,26 | 1,62 | 2,95 | - 4,50 |
| Sudeste | 2,12 | - 1,31 | - 1,13 | 2,19 | - 2,08 |
| Minas Gerais | 3,90 | - 0,69 | - 0,71 | 2,06 | - 2,42 |
| Espírito Santo | 3,49 | - 2,50 | 0,70 | 1,31 | - 3,72 |
| Rio de Janeiro | 0,85 | - 4,60 | - 2,86 | 6,55 | 1,58 |
| São Paulo | 0,00 | - 1,54 | - 2,05 | 1,99 | - 1,60 |
| Sul | 3,12 | 3,97 | 2,77 | - 0,27 | - 0,68 |
| Paraná | 3,28 | 5,93 | 5,52 | - 1,07 | - 0,85 |
| Santa Catarina | 3,84 | 3,86 | 2,77 | 2,19 | 2,89 |
| Rio Grande do Sul | 2,77 | 2,92 | 0,52 | - 0,83 | - 0,70 |
| Centro-Oeste | 5,15 | 2,47 | 4,05 | 3,42 | - 2,23 |
| Mato Grosso do Sul | 6,97 | 4,43 | 6,28 | 2,72 | - 3,36 |
| Mato Grosso | 6,97 | 4,43 | 6,28 | 2,72 | 2,97 |
| Goiás | 4,70 | 1,83 | 3,08 | 3,70 | - 3,44 |
| Distrito Federal | - | - | 15,17 | 9,23 | 6,74 |

Fonte: IBGE - Censos Econômicos de 1940 e 1950; Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980.

to o dos que foram comercializados sem pagar impostos, os números indicam que a suinocultura catarinense produziu cerca de 4,1 milhões de cabeças, acusando um avanço de 3,8% sobre 1984. Outro ponto, que revela a ocorrência do aumento da produção, foi a expansão de 6,5% do volume obtido sob inspeção federal, quando se considera o desempenho de 1984. Isto se deu, em primeiro lugar, pelas boas condições do mercado desde 1984. Secundariamente, as agroindústrias, na sua maioria, mantiveram em paralelo a frigorificação de aves em expansão, com utilização mais racional dos recursos aplicados.

Com relação ao rebanho suíno catarinense, em 1985, ele ainda sofreu os efeitos do desestímulo dos investimentos na atividade nos anos de 82 e 83, com conseqüente eliminação de matrizes e pouca renovação dos plantéis com animais mais produtivos. Em 1984, a sua recomposição foi lenta, processando-se às custas do próprio plantel dos criadores. A comercialização de reprodutores selecionados, embora se tenha mantido firme, nos anos de 84 e 85 não refletiu uma maior expansão do rebanho, mesmo porque a oferta foi menor. Assim, o rebanho se estabilizou no intervalo entre 3,5 e 3,6 milhões de cabeças e a produção atingiu 283 mil toneladas em equivalentes carcaças. Da mesma forma, o número de criadores, cuja atividade econômica principal é a suinocultura (os quais, em 1982 totalizaram cerca de 54 mil produtores), se reduziu para aproximadamente 45 mil, nos últimos anos. Em contrapartida, o número de produtores integrados passou de algo ao redor de 10 mil para próximo a 22 mil produtores, em 1985. Essa mudança na tendência expansionista do rebanho observada até 1982, causou profundas modificações na estrutura produtiva da suinocultura catarinense. As crises de preços do início dos anos 80 forçaram a saída de mercado de muitos criadores e levaram um grande contingente de tradicionais suinocultores a se associarem aos chamados sistemas integrados de produção. Com isso, no geral, o rebanho permaneceu em um quadro de estabilidade, o número de suinocultores diminuiu e os níveis de produtividade tenderam a ser proporcionalmente maiores, em razão do incorporamento dos produtores nas integrações (Tabelas 10 e 11).

O consumo nacional de carne suína em equivalente carcaças entrou em uma fase de declínio nos anos de 82,83,84. As características recessivas da economia até 1984 foram decisivas para a retração do consumo. O consumo catarinense por habitante/

TABELA 8

REBANHO SUÍNO(*), ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARCAÇA NO BRASIL, 1970, 1975 E 1980 A 1985

| DISCRIMINAÇÃO | 1970 | 1975 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Rebanho (milhões cab.) | 31,5 | 35,2 | 32,6 | 32,1 | 31,6 | 30,3 | 29,0 | 28,6 |
| Abates (milhões cab.) | 11,2 | 13,2 | 17,7 | 18,2 | 17,0 | 15,3 | 13,9 | 14,0 |
| Taxa de Abate (%) | 35,5 | 37,5 | 54,3 | 56,7 | 54,0 | 50,2 | 48,0 | 49,0 |
| Produção de carne (1.000 t) | 728 | 884 | 1.150 | 1.183 | 1.105 | 1.040 | 960 | 966 |

(*) Analisado a partir dos dados censitários, levantados nos meses de fevereiro de cada ano, onde não foram levados em consideração o comportamento conjuntural da produção. Estão cotejados com o acompanhamento da produção e do mercado nos respectivos anos estudados.

Fonte IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira 1940 a 1980)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 9

ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA - 1977 A 1986

| ANO | REBANHO (1.000 cab) | PRODUÇÃO (*) (.1000 cab) | TAXA DE ABATES (*) (%) | DESFRUTE (%) |
|---|---|---|---|---|
| 1977 | 3.242 | 2.643 | 81,5 | - |
| 1978 | 3.200 | 3.001 | 93,8 | 92,5 |
| 1979 | 3.400 | 3.352 | 98,6 | 104,5 |
| 1980 | 3.600 | 3.882 | 107,8 | 113,4 |
| 1981 | 3.600 | 4.175 | 116,8 | 116,7 |
| 1982 | 3.550 | 4.045 | 113,9 | 112,5 |
| 1983 | 3.600 | 4.277 | 118,8 | 118,8 |
| 1984 | 3.500 | 4.050 | 112,9 | 110,0 |
| 1985 | 3.600 | 4.100 | 114,0 | 116,6 |
| 1986 (**) | 3.800 | 4.300 | 114,0 | 118,4 |

(*) Abates SIF e não SIF, auto-consumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual

(**) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC(SERPA), CIDASC e Instituto CEPA/SC
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 10

SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, SANTA CATARINA - 1975 A 1985

(cabeça)

| ANO | PRODUÇÃO REGISTRADA | | PRODUÇÃO ESTIMADA | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Abate SIF | Comércio internacional de suínos | Auto-Consumo | Abate Não SIF | Total |
| 1975 | 1.335.400 | 700.000 | 369.000 | 118.000 | 2.522.000 |
| 1976 | 1.552.318 | 700.000 | 375.000 | 124.000 | 2.751.318 |
| 1977 | 1.499.592 | 633.162 | 380.000 | 130.000 | 2.642.754 |
| 1978 | 1.999.346 | 480.000 | 366.000 | 136.000 | 3.001.346 |
| 1979 | 2.297.505 | 520.000 | 392.000 | 142.000 | 3.351.505 |
| 1980 | 2.912.027 | 500.000 | 304.426 | 165.280 | 3.881.733 |
| 1981 | 3.045.446 | 650.000 | 308.255 | 172.160 | 4.175.861 |
| 1982 | 2.951.793 | 600.000 | 309.732 | 174.275 | 4.035.800 |
| 1983 | 3.494.641 | 350.000 | 299.171 | 133.104 | 4.276.916 |
| 1984 | 3.304.082 | 250.000 | 348.376 | 150.000 | 4.052.458 |
| 1985 | 3.519.341 | 150.000 | 400.000 | 132.816 | 4.202.157 |

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 11

ÍNDICE DOS DADOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984

| | 1982 | 1983 | 1984 |
|---|---|---|---|
| Número de integrados | 9.958 | 16.140 | 20.073 |
| Número de matrizes/integrados | 12,6 | 10,2 | 9,6 |
| Número de terminados/integrados | 179 | 143 | 121 |
| Peso médio vivo | 94,3 | 93,8 | 94,2 |
| Peso das carcaças | 69,2 | 67,3 | 69,8 |
| Taxa de desfrute | 160% | 154% | 145% |
| Taxa de mortalidade | 11,8% | 12,2% | 13,8% |
| Conversão alimentar | 3,26:1 | 3,13:1 | 3,18:1 |

Fonte: Agroindustrias
Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

ABATE TOTAL DE SUÍNOS (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO) - SANTA CATARINA 1981 A 1985

| MÊS \ ANO | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | VARIAÇÃO $\frac{(b-a \times 100)}{a}$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Janeiro | 273,5 | 256,7 | 282,7 | 267,7 | 319,4 | 19,31 |
| Fevereiro | 259,4 | 246,8 | 260,4 | 307,0 | 270,6 | - 11,86 |
| Março | 257,5 | 291,9 | 330,5 | 273,4 | 311,4 | 13,90 |
| Abril | 284,5 | 262,9 | 299,6 | 277,4 | 305,2 | 10,02 |
| Maio | 289,8 | 275,7 | 325,1 | 330,0 | 315,7 | - 4,33 |
| Junho | 314,5 | 282,0 | 340,5 | 316,0 | 305,2 | - 3,42 |
| Julho | 310,4 | 332,6 | 327,3 | 337,0 | 355,3 | 5,43 |
| Agosto | 338,4 | 305,1 | 371,4 | 353,4 | 371,4 | 5,09 |
| Setembro | 387,5 | 312,2 | 341,7 | 312,0 | 351,3 | 12,60 |
| Outubro | 296,9 | 299,3 | 354,8 | 345,9 | 370,2 | 3,96 |
| Novembro | 289,9 | 297,8 | 332,1 | 305,0 | 345,2 | 13,18 |
| Dezembro | 286,7 | 316,8 | 312,5 | 334,0 | 343,3 | 2,78 |
| TOTAL | 3.589,0 | 3.479,8 | 3.878,4 | 3.758,8 | 3.964,2 | 5,5 |

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)
Elaboração: Instituto CEPA/SC

ano, no período considerado, foi um dos mais altos do país, pois a carne suína e seus derivados são muito consumidos pela população rural. Durante 1985, o consumo voltou a reativar-se, como conseqüencia do crescimento econômico, da melhoria dos níveis salariais, e, em menor proporção, das dificuldades no abastecimento da carne bovina.

O comportamento do mercado de suínos e derivados facilitou uma certa recuperação econômica da suinocultura, em 1984. As vendas de reprodutores, embora menor em número naquele ano, a grande procura de animais selecionados, a reposição dos próprios plantéis e o abastecimento tranqüilo dos principais insumos indicavam, em 1985, um crescimento da oferta pela suinocultura catarinense. Mas a recuperação do efetivo não foi possível, uma vez que a desarticulação do rebanho dos anos passados impediu atingir os patamares anteriores a 1984.

Ao começar o ano, acreditava-se em uma menor disponibilidade de suínos vivos, fato que não veio a acontecer. A oferta, em janeiro, foi maior do que a expectativa dos frigoríficos. Também em fevereiro e maio a oferta apresentou-se dentro da mesma tendência. Os abates, porém, foram menores, em razão do menor número de dias trabalhados e, por estar em férias coletivas uma unidade industrial, as outras não forçaram as compras, devido à pouca mobilidade das vendas.

A impossibilidade de as indústrias repassarem os custos para os cunsumidores determinou uma menor agressividade, tanto na compra de matéria-prima como na venda dos produtos industrializados. Além disso, a oferta maior de suínos para a época do ano, os estoques das demais carnes permanecendo altos e o consumo ainda retraído foram os principais fatores que imobilizaram o comércio, e estagnaram os preços a nível de produtor. Contudo, nos segmentos mais à frente, houve algumas modificações no comportamento do mercado.

Os preços dos cortes nobres, como lombo, pernil, paleta e carré, não evoluíram ao ponto de sustentarem preços mais firmes para o suinocultor. Ao contrário, estiveram em baixa em algumas semanas. Como no ano passado, os maiores aumentos se deram nos subprodutos gordurosos, destacando-se, entre eles, a banha comestível. Como os preços do dianteiro bovino estiveram num

patamar inferior às cotações do pernil e da paleta industrial, as pequenas indústrias, que fabricam embutidos e frescais, passaram a empregar carne bovina. Essa modificação na demanda de cortes nobres de suínos explica a firmeza do mercado da banha, pois as citadas indústrias estão adquirindo a gordura para dar o sabor de carne suína aos seus produtos.

Por sua vez, merecem destaque as boas vendas dos embutidos, por atingirem uma fatia de consumidores de renda mais alta e pela demanda ter sido estimulada ao consumo desses subprodutos na forma fatiada. Aliás, neste particular, os embutidos, como presuntos, apresuntados, salames, etc., há mais de doze meses estão com suas cotações firmes, diante de um merdado crescente, devido à grande proliferação das chamadas casas de lanches rápidos. Nesse período, também se observou o crescimento da quantidade fabricada desses subprodutos, pois as indústrias se adequaram para aproveitar as boas perspectivas desse tipo de mercado.

As cotações do suíno vivo se mantêm estacionadas desde a segunda quinzena do mês de janeiro. As baixas que ocorreram em algumas semanas foram pequenas e logo os preços voltaram a reagir, permanecendo no mesmo patamar desde aquela data até o final de março.

Com isso, constatou-se uma certa intranqüilidade entre os produtores, pois o milho, nos três primeiros meses, subiu pela correção mensal da inflação, sem a contrapartida de evolução nos preços recebidos pelos suinocultores. Em todo caso, no período considerado, o ganho nominal da atividade não esteve afetado, pois os preços do milho, a nível de produtor, garantiram ainda uma relação de custos favorável para o suinocultor.

As cotações do suíno vivo voltaram a mostrar indícios de queda ao final do mês de março e princípio de abril. Diante disso, os produtores começaram a refazer as contas, pois com os reajustes nos preços dos insumos, o saldo não foi de todo favorável para o criador. Aos níveis de preços recebidos pelos suinocultores, a rentabilidade da atividade ficou comprometida, notadamente na maior região produtora do país (a do Sul), destacando-se o Paraná, onde as cotações do produto foram as mais baixas.

A retração do mercado consumidor e a maior oferta for

TABELA 13

RELAÇÃO DE PREÇOS MENSAIS DO MILHO/PREÇO DO SUÍNO PRATICADO NA REGIÃO SUL - 1985

(Cr$/kg)

| PRODUTO / MÊS | MILHO | | | SUÍNO | | | RELAÇÃO PREÇO DO MILHO/ PREÇO DO SUÍNO (1) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | RS | SC | PR | RS | SC | PR | RS | SC | PR |
| Janeiro | 359 | 362 | 312 | 2.729 | 2.620 | 2.540 | 7,7 | 7,4 | 8,1 |
| Fevereiro | 423 | 408 | 355 | 3.010 | 2.840 | 2.800 | 7,1 | 7,0 | 7,9 |
| Março | 432 | 434 | 425 | 3.022 | 2.690 | 2.770 | 7,0 | 6,2 | 6,5 |
| Abril | 483 | 460 | 470 | 2897 | 2.690 | 2.600 | 6,0 | 5,8 | 5,5 |
| Maio | 511 | 467 | 470 | 2.904 | 2.990 | 2.600 | 5,7 | 6,4 | 5,5 |
| Junho | 496 | 500 | 465 | 3.245 | 3.350 | 3.100 | 6,5 | 6,7 | 6,7 |
| Julho | 488 | 534 | 475 | 3.801 | 4.200 | 3.700 | 7,8 | 7,9 | 7,8 |
| Agosto | 537 | 584 | 514 | 4.861 | 5.400 | 5.100 | 9,0 | 9,2 | 9,9 |
| Setembro | 590 | 600 | 548 | 5.267 | 5.400 | 5.200 | 8,9 | 9,0 | 9,5 |
| Outubro | 649 | 834 | 588 | 5.681 | 6.150 | 5.400 | 8,7 | 7,4 | 9,2 |
| Novembro | 931 | 1.010 | 895 | 7.512 | 8.715 | 7.600 | 8,6 | 9,6 | 8,5 |
| Dezembro | 1.179 | 1.083 | 1.016 | 10.018 | 9.250 | 9.100 | 8,5 | 8,5 | 8,9 |

(1) Baseado na relação prática de um quilograma do suíno vivo para comprar 6,0 Kg de milho

Fonte: CEPA/RS, CEPA/PR e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

çaram baixas a nível de produtor e atacado, nos primeiros quinze dias do mês. Apesar da diminuição do ritmo dos abates com os feriados da semana santa, o mercado caracterizou-se como frouxo daí para frente. Nas duas últimas semanas, a maior oferta de cevados agravou o quadro desfavorável por que passou a atividade. O consumo retraído e os consumidores desviados para a carne bovina, por ser a opção preferencial e a preços mais baixos, dificultaram o sucesso das promoções de vendas a nível de varejo. Para os principais cortes - pernil, paleta, lombo e carré - as vendas foram contidas pelos baixos preços da carne bovina. A comercialização dos embutidos teve um comportamento um pouco mais ágil, por atingir um mercado mais específico.

Diante desse quadro, as cotações a nível de produtor permaneceram contidas em toda a Região Sul do país. Em Santa Catarina, os preços do suíno vivo tiveram uma leve tendência de nova queda, ao final do mês, mas algumas indústrias mantiveram as cotações. Com essa instabilidade nos preços, alguns produtores começaram a solicitar maior sustentação política e econômica para a atividade. Apesar disso, os suinocultores catarinenses não reclamaram da situação de forma muito contundente, pois a grande maioria deles ainda possuía estoques de milho e sabiam, como pequenos produtores que são, ser a suinocultura uma atividade agropecuária de características cíclicas.

Ao iniciar o mês de maio, a oferta de suínos teve um pequeno arrefecimento. A intensificação dos processos de colheita e as intensas chuvas que caíram no Meio e Extremo Oeste catarinense fizeram com que os criadores comercializassem menos animais. Esse pequeno recuo na oferta foi considerado benéfico aos produtores, pois, como os frigoríficos não forçaram as compras, os preços dos suínos vivos permaneceram estáveis. Na semana seguinte, a oferta voltou a aumentar. A diferença em relação às semanas anteriores esteve no fato de que os frigoríficos procuraram absorver a totalidade da produção ofertada, em razão de as mercadorias estarem rodando com mais facilidade. Nos últimos quinze dias do mês, a oferta manteve uma leve tendência de queda. Os produtores, na expectativa de alta das cotações, devem ter segurado um pouco a desova dos estoques.

O mercado atacadista, ao iniciar o mês, começou a reaquecer o comércio de carne suína e derivados. Isto foi o peque-

no indício de que os estoques mais baixos e a chegada dos primeiros dias frios começavam a movimentar as vendas. As cotações dos salgados, das gorduras, dos defumados e do pernil foram sendo majoradas quase que semanalmente. O destaque foi para os produtos industrializados - presuntos, salames, salsichões, etc. - que tiveram altas significativas, capazes de suportar preços mais remuneradores para os suinocultores. Os preços da carne e derivados, ao final do mês, continuavam firmes.

A oferta de suínos, no início de junho, foi levemente inferior. Essa pequena retração foi considerada normal, pois os produtores retiveram os animais, diante da expectativa de alta nas cotações do suíno vivo. Configurada a alta, a oferta mostrou-se firme. Como os preços no Paraná se encontravam em patamar inferior aos praticados em Santa Catarina, as indústrias locais deram uma certa preferência à matéria-prima disponível naquele estado, por terem o duplo benefício no preço e na quebra de transporte, pois as compras foram efetuadas com a pesagem na entrada do frigorífico. Essa atitude não prejudicou o escoamento normal da produção, pois as indústrias aumentaram os seus abates.

Ao iniciar o mês, o mercado tornou-se ágil, com os atacadistas e supermercados esquentando o comércio através da recomposição dos estoques, mantendo-se em alta pelo restante do período. Os salgados, defumados e os principais cortes tiveram as vendas fortemente aumentadas com a chegada das baixas temperaturas. As majorações, no entanto, ocorreram de forma mais significativa nos industrializados, com exceção de alguns frescais, cujas vendas não alcançaram o mesmo desempenho dos demais subprodutos. As gorduras, que vinham com os preços fortemente aquecidos, sofreram pequenas baixas. Os compradores para a industrialização, ao preferirem, por exigência dos consumidores, o dianteiro bovino ao pernil e à paleta, reduziram a demanda de gordura de origem suína. Com isso, as cotações de banha perderam o impulso dos meses anteriores, sem, contudo, afetar a expectativa de alta dos preços do suíno vivo. A estabilidade dos preços dos óleos vegetais também contribuiu para esse pequeno recuo nas cotações da banha. Ao final do mês, os preços da carne suína, dos subprodutos e dos industrializados registraram variações menos acentuadas, pois as altas ocorridas encontraram resistências para serem repassadas integralmente aos consumidores.

No geral, os frigoríficos conseguiram repassar os custos para todos os produtos e subprodutos, especialmente para os industrializados mais nobres. Esses fatores, mais a competitividade entre os frigoríficos, mantiveram firmes os preços recebidos pelos suinocultores, ocorrendo altas expressivas e algumas cotações estratégicas, com a finalidade de atrair maior número de fornecedores, já que o mercado apresentou boas perspectivas.

Nos primeiros quinze dias de julho, houve uma certa pressão das ofertas, para posteriormente se apresentarem bastante disputadas, com os suínos obtendo altas cotações para pagamentos à vista. A explicação encontrada para essa modificação nas formas de negociação esteve centrada no aumento da concorrência entre os frigoríficos, que não estavam momentaneamente supridos pelos suinocultores integrados. Os animais comercializados apresentaram um peso médio alto, constituindo-se em um forte indício de que os produtores estavam com disponibilidade de milho, e por isso seguraram o máximo possível os suínos para forçar preços mais altos, fato que veio a ocorrer com o acirramento da concorrência entre algumas indústrias.

Naquele mês, a euforia nos preços do boi e da carne bovina permitiram o aquecimento das cotações dos suínos vivos e seus derivados. Após o primeiro impacto dessa alta, o mercado para os produtos de origem suína tiveram suas vendas praticamente paralisadas. Isto teve como causa a retração dos consumidores, que foram afugentados pelas primeiras altas. Também os atacadistas e supermercados sustaram as compras momentaneamente, à espera de algum recuo nas cotações dos cortes nobres. Para os produtos industrializados, o mercado comportou-se firme, inclusive com as vendas melhorando para os frescais.

Passado o primeiro impacto das altas de todas as carnes, os consumidores voltaram a dar mobilidade ao mercado do pernil, paleta e lombo. Também o esfriamento do mercado da carne bovina não se refletiu negativamente nas cotações dos suínos e seus derivados. No atacado, as vendas foram consideradas boas, com destaque para os defumados e salgados. Os embutidos e os frescais tiveram suas vendas aquecidas e os preços majorados. Ao final do mês, a expectativa de alta da carne bovina puxou as cotações dos produtos e subprodutos de origem suína, inclusive as gorduras começaram a rodar melhor, já que vinham com o comércio

bastante paralisado.

Os preços a nível de produtor no Paraná, que estavam sempre em um patamar inferior aos praticados em Santa Catarina, foram majorados para valores próximos aos recebidos pelos criadores catarinenses, o que desestimulou, em parte, as indústrias a adquirirem o produto naquele estado. De uma maneira geral, os preços recebidos pelos criadores foram considerados satisfatórios. Mesmo com as altas ocorridas no milho e no farelo de soja, as cotações do mercado asseguraram uma rentabilidade satisfatória aos suinocultores, com bons níveis de produtividade.

Nos primeiros dias de agosto, havia uma falsa expectativa de que a oferta seria menor. Os produtores, diante do quadro de euforia dos preços, estavam segurando o máximo possível a produção. Esse fato, nas três primeiras semanas, teve uma influência significativa, devido à falta de transparência do mercado, com os principais compradores escondendo as informações. As aquisições de suínos pelos frigoríficos catarinenses no Paraná e Rio Grande do sul sofreram um retrocesso, pois as exportações daqueles estados se deslocaram para São Paulo, em razão dos preços mais altos lá praticados. Quando o mercado reconheceu a presença de maior oferta, a suposta competitividade na compra da matéria-prima desapareceu, e os preços recebidos pelos suinocultores entraram em uma fase de estabilidade.

Ao final de agosto, o mercado, após sucessivas semanas de alta, entrou em uma fase de relativa estabilidade. A retração da demanda, provocada pelos altos preços praticados a nível de consumidor, e o desaquecimento temporário dos preços da carne bovina seguraram o movimento altista das cotações dos suínos e seus derivados. No mercado atacadista, os salgados e defumados tiveram a comercialização praticamente paralisada. As gorduras sofreram leves recuos nas cotações. Os principais cortes - carré, lombo, pernil e paleta - tiveram os seus preços contidos e as vendas se processaram muito lentamente. Somente as vendas dos industrializados mais nobres, como presuntos, salames e frescais, permaneceram firmes. Essa reviravolta na tendência não preocupou os produtores e industriais, pois é normal o mercado sofrer algum tipo de acomodação na virada do mês.

A oferta de suínos teve um comportamento ascendente,

em setembro; a única diferença observada no comportamento da oferta foi o surgimento de um volume maior de animais com pesos muito próximos ao mínimo recomendado. A justificativa apresentada pelo mercado, para esse fato, centrou-se na fatia de perspectiva do produtor em razão da instabilidade dos preços durante o mês, levando muitos criadores a anteciparem as entregas, com finalidade de lucrarem no mercado financeiro.

O mercado, no princípio de setembro, operou bastante retraído. Os preços altos dos produtos e subprodutos foram apontados como os principais responsáveis. Porém, as notícicas, a confirmação e,posteriormente,a suspensão do tabelamento da carne foram importantes agentes na paralisação do mercado, determinando, inclusive, quedas nos preços no Paraná e estabilização nos demais estados produtores. Daí para frente,o mercado da carne suína e seus derivados entraram em uma fase de relativa estabilidade. O aumento da oferta de suínos segurou, em parte, qualquer expectativa altista. Mesmo assim, as vendas no varejo foram consideradas firmes, embora no atacado os negócios tenham reduzido o ritmo. Para os embutidos nobres, entretanto, os negócios permaneceram firmes, aliás uma constante desde o ano passado. Para o pernil, paleta e carré, o mercado comportou-se estável, mas para os salgados, defumados e gorduras, a tendência foi de baixa, mesmo porque a demanda desses itens é sazonal.

Os preços, a nível de criador, se mantiveram estáveis, com as cooperativas praticando a melhor cotação. Houve algumas pequenas reduções nos preços recebidos pelos suinocultores, em algumas empresas, dependendo da intensidade da oferta. Esse comportamento, no entanto, esteve mais relacionado com os desacertos no mercado do boi. Da mesma forma, as dificuldades de as indústrias repassarem novos aumentos ao segmento atacadista seguraram qualquer movimento altista.

A oferta de suínos tendeu a diminuir para algumas indústrias, em outubro. No restante do mês, a oferta permaneceu retraída, diante da expectativa de os preços permanecerem em alta, causando a falsa impressão de que a oferta estaria realmente decrescendo. Como as indústrias precisavam incrementar os abates, o acirramento da concorrência entre os principais compradores facilitou a prática de preços crescentes por três semanas consecutivas a nível de suinocultor. Porém, o estreitamento dos esto-

ques de milho nas mãos de alguns criadores e as preocupações advindas das majorações nas cotações de cereal, não permitiram que esses criadores especulassem. Devido a isto, nas entregas para algumas indústrias observou-se uma tendência de diminuição no peso dos animais comercializados.

No mercado, os industrializados continuaram com as vendas aquecidas, inclusive com as cotações reagindo para o item frescais.O pernil recomeçou a esboçar uma alta, mas que foi mascarada pelo retrocesso nas cotações da carcaça. As gorduras entraram em um processo de queda, tendo apontado como causa a autorização da importação de papada e toucinho da Hungria para o mercado carioca. Esse procedimento veio a prejudicar todo o processo de comercialização, principalmente quando o mercado vinha estável para a carne suína e com tendência de baixa para as gorduras.

Com a chegada dos meses mais quentes do ano, o consumo dos salgados, defumados e gordurosos diminuiu consideravelmente, determinando quedas nas suas cotações. Em contrapartida, a carne suína e seus derivados nobres entraram em um período de valorização, visto que lombo, pernil, paleta e carré são cortes de grande consumo no fim de ano. Daí em diante, nos mercados atacadistas e varejistas, as cotações da carne suína e seus derivados sofreram novas altas. A causa principal desse revigoramento das vendas centrou-se no abaixamento dos estoques e na abertura oferecida pela nova explosão nos preços da carne bovina.

A oferta de suínos se manteve firme em toda a Região Sul do país.

A única ressalva foi na segunda semana de novembro, quando se comportou levemente em baixa. A justificativa mais apontada esteve centrada na retenção por parte dos criadores à espera de preços mais altos. As compras dos frigoríficos locais se deslocaram quase que integralmente dos estados vizinhos, comprovando a recuperação da produção catarinense. Outro fator que contribuiu para a menor pressão de compra no Paraná foram os preços relativamente mais altos lá praticados.

As boas condições das vendas de produtos de origem suína estimularam o aumento dos abates. Isto influiu positivamen-

te no mercado do produtor, cujos preços, a nível de criador, se mantiveram fortemente aquecidos. Nesse quadro eufórico para a suinocultora, cujo mercado se encontrava revigorado há várias semanas, foi forte a influência dos fatores determinantes do reaquecimento da economia, a melhoria do poder aquisitivo e, em menor proporção, a entressafra do boi, pois a grande fatia de mercado para os derivados dos suínos são os subprodutos industrializados, que não competem com a carne bovina.

A oferta de suínos, em dezembro, não apresentou o mesmo comportamento dos meses anteriores, manifestou tendência de redução. O número de animais com baixo peso, e o de matrizes ofertado, foi grande, revelando, de um lado, a preocupação dos criadores com a estiagem e, de outro, com o abastecimento de milho. Ao nível de mercado atacadista, a euforia dos preços vinculou-se à grande procura da carne suína e seus derivados devido à reativação do consumo, o que permitiu a prática de preços crescentes. Ao final do mês, os principais industrializados entraram em uma fase de mercado calmo e os estoques de gordura e salgados sofreram um leve aumento, causado pela pouca mobilidade das vendas com a chegada dos feriados. Diante desse quadro, os preços recebidos pelos suinocultores permaneceram em alta, refletindo a disputa entre as unidades industriais na aquisição da matéria-prima.

A suinocultura, em 1985, apresentou um melhor desempenho, retornando aos níveis de produtividade obtidos em 1975, embora em um volume inferior ao "record" de 1982. Apesar de o rebanho ter-se comportado em processo de redução física, nos principais estados produtores, apenas em Santa Catarina o efetivo tem se mantido estável. O comportamento do mercado de suínos e derivados facilitou uma certa recuperação econômica da suinocultura, a partir de 1984. Mas a recuperação dos efetivos não foi possível, pois a desarticulação do rebanho em anos anteriores impediu se atingissem os patamares anteriores a 1984. Ao iniciar 1985, a estabilidade dos preços a nível de criador por quase quatro meses e a correção mensal das cotações do milho pela variação mensal das ORTN's determinaram uma perda econômica para os produtores. A recuperação ocorrida nos meses seguintes permitiu a recuperação do perdido, uma vez que, desde o início do inverno/85, o mercado de suínos e derivados, no geral, se manteve fortemente aquecido, garantindo, até o fim do ano, aumentos quase semanais nos preços recebidos pelos suinocultores.

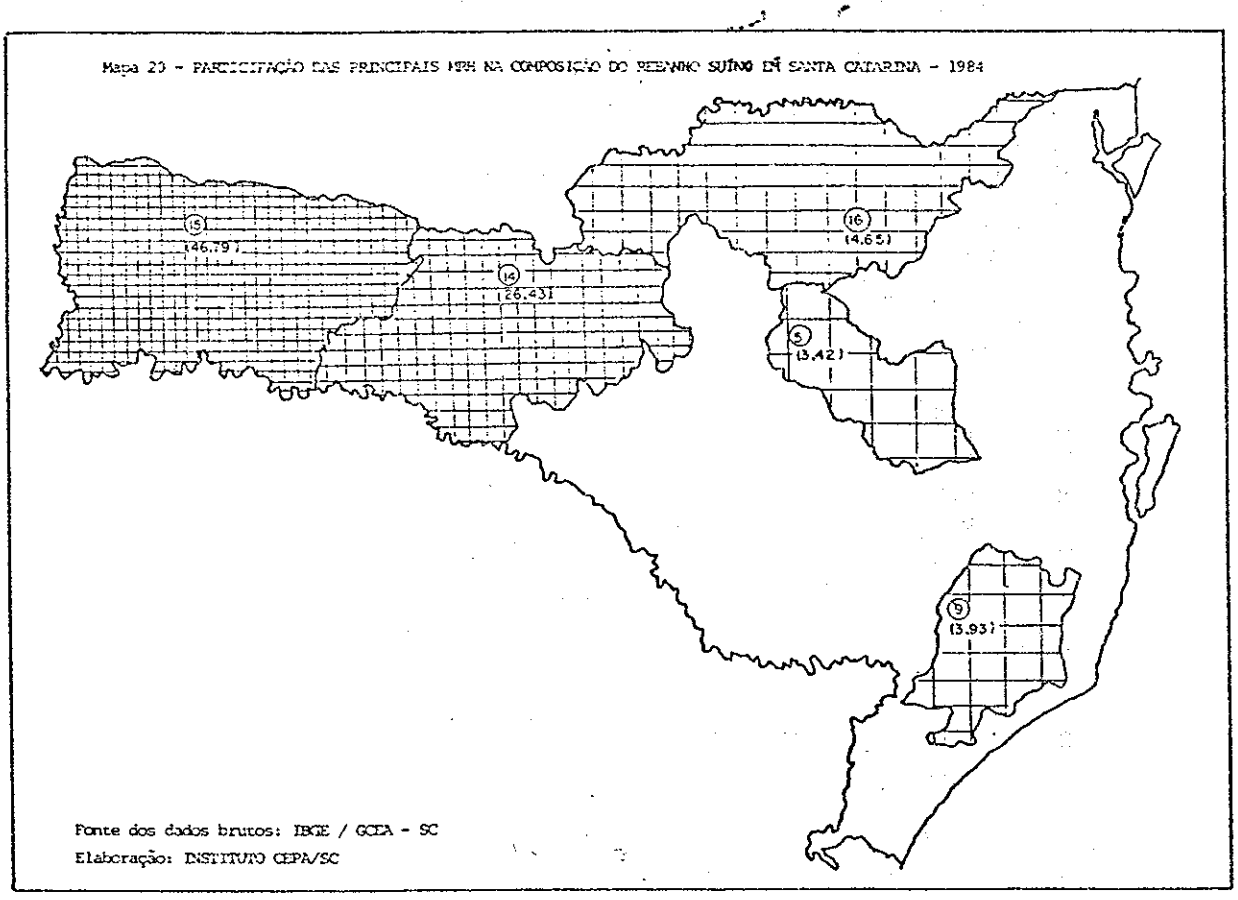
TABELA 14

PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1980 A 1985

| ANO / MÊS | 1980 | | 1981 | | 1982 | | 1983 | | 1984 | | 1985 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Preços Correntes | Preços Reais (*) | Preços Corrente | Preços Reais (*) | Preços Correntes | Preços Reais (*) | Preços Correntes | Preços Reais (*) | Preços Correntes | Preços Reais (*) | Preços Correntes | Preços Reais (*) |
| Janeiro | 37,52 | 9.771 | 48,49 | 5.986 | 102,20 | 6.481 | 226,00 | 6.994 | 1.000 | 9.881 | - | - |
| Fevereiro | 37,25 | 9.308 | 50,30 | 5.724 | 124,00 | 7.359 | 228,00 | 6.624 | 1.120 | 9.859 | 2.840 | 7.670 |
| Março | 38,10 | 8.953 | 55,25 | 5.856 | 122,80 | 6.797 | 237,00 | 6.255 | 1.040 | 8.326 | 2.690 | 6.446 |
| Abril | 36,30 | 8.051 | 65,28 | 6.561 | 125,00 | 6.567 | 244,00 | 5.897 | 1.150 | 8.451 | 2.690 | 6.012 |
| Maio | 37,33 | 7.782 | 58,40 | 5.527 | 133,70 | 6.618 | 247,00 | 5.595 | 1.210 | 8.168 | 2.990 | 6.200 |
| Junho | 36,70 | 7.227 | 57,46 | 5.205 | 142,00 | 6.509 | 268,00 | 5.406 | 1.220 | 7.538 | 3.350 | 6.441 |
| Julho | 37,85 | 6.873 | 55,30 | 4.768 | 160,00 | 6.915 | 320,00 | 5.697 | 1.300 | 7.281 | 4.200 | 7.414 |
| Agosto | 38,00 | 6.454 | 65,20 | 5.267 | 153,00 | 6.250 | 418,00 | 6.758 | 1.470 | 7.443 | 5.400 | 8.362 |
| Setembro | 38,35 | 6.206 | 65,34 | 5.023 | 156,00 | 6.148 | 607,00 | 8.701 | 1.730 | 7.926 | 5.400 | 7.662 |
| Outubro | 39,35 | 5.896 | 70,66 | 5.206 | 165,00 | 6.206 | 760,00 | 9.618 | 2.100 | 8.547 | 6.150 | 8.003 |
| Novembro | 40,85 | 5.692 | 77,78 | 5.441 | 181,00 | 6.483 | 710,00 | 8.287 | 2.100 | 7.778 | 8.715 | 9.865 |
| Dezembro | 48,80 | 6.420 | 89,30 | 6.019 | 188,00 | 6.344 | 710,00 | 7.704 | 2.100 | 7.037 | 9.280 | - |
| MÉDIA ANUAL | 38,91 | 7.124 | 63,23 | 5.516 | 146,06 | 6.519 | 414,61 | 7.270 | 1.462 | 7.996 | 4.882 | 8.202 |

(*) Corrigidos a preços de dezembro/85 através da FGV (Revista Conjuntura Econômica, col. 2 - vários anos)

Fonte: Acompanhamento CEPA/SC


Mapa 23 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM SANTA CATARINA - 1984
15
(46,79)
14
(26,43)
16
(4,65)
5
(3,42)
9
(3,93)
Fonte dos dados brutos: IBGE / GCEA - SC
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

# ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SC

# 5. ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA

A partir desta edição, passaremos a efetuar a análise econômica dos produtos normalmente abordados na "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina".

Nesta primeira análise econômica, acreditamos que possam ocorrer algumas pequenas falhas, tendo em conta que a metodologia aplicada ainda necessita de aperfeiçoamentos que ocorrerão normalmente com o passar das edições.

## 5.1. MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente, se abordará o Valor Bruto da Produção Agropecuária- VBP, que é representado pelos produtos tradicionalmente acompanhados pelo Instituto CEPA/SC. Os valores serão apresentados a preços correntes de 1985.

Foram utilizados os resultados finais da produção lavoureira - safra 1984/85 - fornecidos pela Fundação IBGE; para a área animal, os dados de produção foram obtidos junto à inspeção federal e, para as demais produções comercializadas ou consumidas na propriedade, acrescentaram-se as estimativas dos técnicos deste Instituto.

O Valor Bruto da Produção- VBP foi obtido multiplicando-se a produção de cada produto comercializado no mês, pelo seu respectivo preço. O VBP foi calculado de forma ponderada, levando-se em consideração o principal período de comercialização da produção(*). Mais precisamente, esta relação de trocas envolve

(*) Para melhor compreensão do cálculo do VBP, apresenta-se um exemplo:

PRODUÇÃO TOTAL DE SOJA: 563.882 t

| MESES DE MAIOR COMERCIALIZAÇÃO | COMERCIALIZAÇÃO | | | VBP |
|---|---|---|---|---|
| | % | Qtde. (t) | Preço Unitário (t) | |
| Março | 5 | 28.194 | 691.000 | 19.482.054.000 |
| Abril | 40 | 225.553 | 785.000 | 177.059.105.000 |
| Maio | 40 | 225.553 | 792.000 | 178.637.976.000 |
| Junho | 10 | 56.388 | 810.000 | 45.674.280.000 |
| Julho | 5 | 28.194 | 953.000 | 26.868.882.000 |
| TOTAL | 100 | 563.882 | 794.000 | 447.722.297.000 |

os preços recebidos pelo produtor e os custos de produção, compreendendo estes os custos fixos e os variáveis. Como existe uma defasagem entre o plantio e a comercialização, para se comparar as despesas e as receitas deve-se corrigir, no tempo, uma delas; sendo assim, optou-se pela atribuição de um "custo de oportunidade" para os custos variáveis, corrigindo estes valores conforme o comportamento das ORTNs por um período compreendido entre o plantio e a fase de comercialização de cada produto. Para a exploração animal foi considerado o período entre a aplicação do insumo e a época de comercialização. A este custo variável corrigido somou-se o custo fixo sem correção - já que sua liquidez é mínima a curto prazo - e obteve-se o custo total de produção corrigido. Da comparação entre o preço recebido sem correção com o custo de produção corrigido resultará a relação de trocas que, se superior à unidade, indicará ganhos e, se inferior a 1, mostrará perdas do produtor.

Para a comparação das safras se fez a relação percentual entre variação percentual do preço recebido e a variação percentual do custo de produção corrigido, obtendo-se valores positivos ou negativos conforme o comportamento econômico de cada safra. Convém esclarecer que o percentual negativo indicará somente um comportamento inferior da safra 84/85 em relação à de 83/84, não significando descapitalização do produtor, a qual é mostrada apenas pela relação de trocas.

## 5.2. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO - VBP

A análise da Tabela 1 evidencia a supremacia das atividades suinícolas e avícolas em Santa Catarina. A densidade econômica e o nível de produção destes produtos os tornaram as maiores rendas brutas estaduais. Se atentarmos para o complexo "criação", envolvendo a produção leiteira e a necessária alimentação representada principalmente pelo milho e por um certo percentual da produção da soja, concluiremos da grande importância que estas atividades representam para o estado, sem esquecer a forte agroindústria frigorífica estadual, que depende da matéria-prima. A bovinocultura de corte não tem a mesma representatividade, obrigando o estado a importar grande percentual de suas necessidades de consumo.

TABELA 1

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP)(*) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85

(a preços correntes)

| PRODUTO | VALOR EM Cr$ 1.000.000 | PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL |
|---|---|---|
| Suínos | 1.321.822,4 | 18,8 |
| Aves | 1.310.976,9 | 18,7 |
| Milho | 1.078.778,9 | 15,4 |
| Fumo | 611.484,7 | 8,7 |
| Leite | 547.029,7 | 7,8 |
| Feijão | 492.033,2 | 7,0 |
| Soja | 447.722,3 | 6,4 |
| Arroz | 332.538,8 | 4,7 |
| Bovinos (carne) | 191.711,5 | 2,7 |
| Mandioca | 171.212,4 | 2,4 |
| Maçã | 156.629,4 | 2,2 |
| Trigo | 98.996,0 | 1,4 |
| Banana | 71.287,8 | 1,0 |
| Cebola | 69.917,4 | 1,0 |
| Batata | 64.067,6 | 0,9 |
| Alho | 30.600,5 | 0,5 |
| Tomate | 26.730,0 | 0,4 |
| TOTAL | 7.023.539,5 | 100,0 |

(*) Dados preliminares

Fonte: Instituto CEPA/SC

Em termos de densidade econômica, é notória também a participação da cultura do fumo que, absorvendo mão-de-obra de forma significativa, torna o produto de elevado valor comercial.

Além do milho, os demais grãos apresentaram uma participação mediana, comandados pelo VBP do feijão e ultimados com o do trigo, que nesta última safra teve participação relevante.

Segue-se o grupo das frutíferas, representadas somente pelo valor bruto da produção da Maçã e da Banana, haja vista a menor importância, e o não acompanhamento do Instituto CEPA, das culturas da Uva, Pêssego, Nectarina, etc.

O grupo das oleriças é constituído pelas culturas de cebola, batata, alho e tomate, as quais, ocupando pequenas áreas e elevado volume de mão-de-obra, apresentam elevado valor agregado.

Finalmente, aparece isoladamente a mandioca, como cultura de raiz, apresentando razoável valor pela elevada produção e pelo baixo valor unitário.

Não foram considerados, por falta de dados que permitissem o cálculo do VBP, os seguintes produtos, de alguma forma importantes na economia agrícola catarinense: cana-de-açúcar, uva, mel de abelha, erva-mate e produção florestal.

## 5.3. COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES

Alguns produtos não puderam ser incluídos na presente análise pelo fato de não terem seus custos de produção determinados pelo Instituto CEPA/SC; assim, banana, cana-de-açúcar, fumo, uva, avicultura e mel de abelha não serão contemplados. A EMATER/ACARESC efetua somente os custos variáveis de produção da maçã, restringindo-se aos custos ocorridos após a implantação da cultura; desta forma, será feita a análise parcial do comportamento econômico da cultura.

A análise será efetuada com base nos dados da Tabela 2 e na descrição do comportamento de cada produto apresentado neste trabalho.

### 5.3.1. Alho

A cultura apresentou-se lucrativa em ambas as safras, com valores de troca superiores à unidade; isto, provavelmente, se explica por fatores como alta qualidade e boa produtividade resultantes da existência do Plano Nacional do Alho, dos traba - lhos de Pesquisa, Assistência Técnica e da dedicação do produtor. Aliada a estes fatores está a comercialização bem efetuada, como resultado também da organização do produtor em Associação Nacio nal, diminuindo a concorrência de alho importado.

A safra 1984/85 apresentou-se superior à anterior, ten do em vista uma evolução maior do preço recebido pelo produtor em relação ao crescimento dos custos de produção.

### 5.3.2. Arroz

A evolução dos preços do produto, em relação à safra 1983/84, foi bastante superior ao crescimento dos custos de pro- dução, fazendo com que a relação de trocas passasse de deficitá- ria para superavitária na safra 1984/85. Esta melhoria é eviden- ciada pelos 47,2% na variação positiva do comportamento econômi- co desta última safra. Provavelmente, os fatores que mais contri buíram para esta situação foram a elevação dos níveis de produti vidade, principalmente na Região Sul, diminuindo sensivelmente os custos unitários de produção e, em plano inferior, a melhoria dos preços recebidos pelo produtor como conseqüência da Portaria do Ministério da Agricultura enquadrando o arroz de Santa Catari na como grãos longo-finos nas operações de AGF. Ainda contribuiu para a melhoria dos preços no Sul a redução da oferta nacional, face à quebra da safra do Nordeste, provocando maior procura dos grãos produzidos no Sul.

### 5.3.3. Batata

A situação econômica dos bataticultores, na safra 83/84, parece ter sido satisfatória, mostrando uma relação de trocas entre preços recebidos e pagos pelo produtor superior à unidade. No entanto, na safra seguinte, esta relação descambou pa ra 0,91, mostrando que os preços recebidos não conseguiram su-

plantar nem mesmo os custos variáveis corrigidos. Esta situação é provocada pela elevação demasiada dos preços dos insumos e, conseqüentemente, dos custos de produção e o não acompanhamento dos preços do produto. A estabilização relativa do preço tem como principal fator a má distribuição das safras de batata no país, ocasionando oferta abundante no primeiro semestre e escassez a partir de julho; o baixo poder aquisitivo da população brasileira também contribui para tanto, não permitindo adquirir o produto quando os preços se elevam.

A perda relativa da safra 84/85 foi de 27%, indicando a descapitalização do produtor.

### 5.3.4. Cebola

Em ambas as safras ora analisadas, observa-se uma relação de trocas positiva e bastante acentuada na safra 1983/84. Os bons preços da cebola no início da safra, nominalmente estáveis até abril, quando termina o forte da comercialização por parte do produtor catarinense, implicaram numa diminuição de ganhos de 54,3% da safra 1984/85 em relação à safra anterior, diminuindo sensivelmente a lucratividade. Esta manutenção do preço foi provocada pela boa qualidade do produto catarinense que, juntamente com a cebola gaúcha, adentrou no mercado nacional em épocas sem a concorrência do produto de outros estados. Outro fator que motivou a alta da cebola do Sul no final da safra foi a queda da produção do Nordeste, em função dos excessos de chuva.

### 5.3.5. Feijão

A remuneração do produtor de feijão em Santa Catarina foi satisfatória, tanto nas safras 1983/84 como nas seguintes, apresentando relação de trocas sempre em torno de duas unidades. Na safra 1984/85, porém, houve uma diminuição de ganhos de 9,4% em relação à safra anterior, devido ao preço que não se manteve tão elevado como na safra 1983/84; isto ocorreu como conseqüência da boa oferta do produto, fazendo com que a Comissão de Financiamento da Produção- CFP adquirisse grande parte da produção a preços mínimos, já que os intermediários não fizeram grandes estoques devido ao alto custo do dinheiro e também à situação

não compradora do mercado atacadista.

### 5.3.6. Maçã

Apesar de só se poder estar analisando os custos variáveis, tendo em vista que a EMATER/ACARESC não determina os custos fixos, a cultura da maçã apresentou, em ambas as safras analisadas, valores bastante superiores à unidade na relação de trocas, o que indica, provavelmente, remuneração suficiente para cobrir também os custos fixos. Corroborando esta hipótese, estaria o aspecto de que o custo de implantação do pomar até o 3º ano, quando se inicia a produção, representa anualmente em torno de 12,5% das despesas de custeio.

A pequena elevação dos custos variáveis, como resultado provável de racionalização do uso de agro-tóxicos, e os melhores preços praticados na safra 84/85, fizeram com que os ganhos do produtor fossem 73,7% superiores aos verificados na safra anterior.

### 5.3.7. Mandioca

Oa baixos preços verificados para a raiz de mandioca na safra 1984/85, como decorrência dos baixos preços da fécula e da farinha, reflexo da volta à normalidade da produção do Nordeste, provocaram uma diminuição de 40,7% dos ganhos do produtor em relação à safra 1983/84. Mesmo assim, os custos médios de produção corrigidos foram inferiores aos preços recebidos, fazendo com que a relação de troca fosse superior à unidade, ainda que bastante inferior à relação do ano anterior, proporcionando ainda ganhos para a cultura.

### 5.3.8. Milho

Pela relação de trocas entre preços recebidos e preços pagos pelo produtor, com índices superiores à unidade, podem-se inferir ganhos para o agricultor em ambas as safras. A safra 1984/85 foi, economicamente, 15,4% superior à anterior, tanto pela diminuição dos custos de produção como pelo melhor preço do mi-

lho. Por sua vez, esta melhoria, provavelmente, foi ocasionada por vários fatores, tais como: - déficit de 450 mil t, em função de estiagens ocorridas no estado em inícios de 1985; aquisição de produção pela CFP; correção do preço mínimo até abril; aumento dos estoques de garantia dos consumidores e, finalmente, retirada do ICM em SC para o milho destinado ao consumo animal.

### 5.3.9. Soja

Há algum tempo não se verificava uma desçapitalização do produtor de soja como na safra 84/85, onde a relação de trocas caiu para 0,96, ficando a 22,7% do obtido na safra anterior. Isto foi provocado pelo baixo preço interno da soja em conseqüência aos baixos preços internacionais, por sua vez devidos à menor demanda de farelo, pelo alto valor do dólar americano e pela boa produção da safra norte-americana; cooperando para a baixa do preço no mercado interno observou-se o encarecimento do frete no pique da safra. No entanto, a comparação, na safra 84/85, entre os valores dos preços recebidos e os dos custos variáveis corrigidos, evidencia inferioridade destes últimos, indicando que, apesar da tendência, ainda não se atingiu o ponto crítico de produção, ou seja, os preços recebidos não cobrem nem sequer os custos variáveis.

### 5.3.10. Tomate

Apesar de uma elevação dos custos de produção em índices superiores aos da inflação, os preços recebidos pelos produtores na safra 84/85 superaram os da safra precedente em 29,2%. Nas duas safras analisadas, a relação de trocas entre preços recebidos e pagos pelos tomaticultores foi positiva, ultrapassando significativamente a unidade, considerada o ponto de equilíbrio de produção econômica.

### 5.3.11. Trigo

O comportamento econômico da cultura do trigo nas duas últimas safras foi bastante diferenciado e altamente favorável para a última safra, 146% superior à de 1983/84, tendo em vista

a frustração desta produção.

Apesar da normalidade e da boa produção relativa da safra 84/85, o índice de relação de trocas não atingiu a unidade, mostrando que o triticultor catarinense não está tendo lucros com a cultura; no entanto, a superioridade dos preços recebidos pelo produtor em relação aos custos variáveis corrigidos indicam a possibilidade de produção de trigo com cautela, haja vista a não obtenção do ponto crítico de produção econômica.

Vale a observação de que os custos de produção utilizados para o trigo são efetuados pela Organização das Cooperativas do Brasil - OCB - considerados um pouco elevados para a tecnologia aplicada e para o conseqüente rendimento físico obtido em Santa Catarina.

### 5.3.12. Leite

Não é novidade a notícia de que a produção leiteira, tanto a catarinense como a nacional, "vive aos trancos e barrancos" no aspecto econômico e, porque não dizer, também no aspecto físico, como conseqüência do econômico. Assim, tanto em 1984 como em 1985, a economicidade do leite ficou comprometida, com valores da relação de troca entre preços e custos inferiores à unidade. Uma pequena melhoria nos preços do produto diminuiu os prejuízos do produtor de leite em 5,1% em relação ao verificado no ano anterior. A superação dos custos variáveis corrigidos pelos preços recebidos ainda permite uma produção sem muitos estímulos.

### 5.3.13. Bovinos

Efetivamente, a recuperação da bovinocultura, em 1985, veio muito tarde, não se traduzindo em ganhos para o produtor catarinense. Somente no último trimestre é que se verificou uma melhoria dos preços do boi, mas neste período a produção local não é significativa. Os preços, em 1985, não foram suficientes para impedir uma deterioração dos ganhos de 25% em relação a 1984, que, por sua vez, também não foi propício para o bovinocultor. Para se ter uma idéia mais exata da situação, basta citar que, em termos reais, os preços recebidos pelo produtor em novembro de 1985

equivaliam aos de janeiro de 1984.

### 5.3.14. Suínos

A recuperação dos preços dos suínos, devido a vários fatores, entre os quais a elevação dos preços da carne bovina, que, por sua vez, puxou para cima os preços das demais carnes, além da modificação do mercado consumindo produtos industrializados em maior quantidade, fez com que a situação do suinocultor melhorasse em relação ao ano de 1985. Contribuiu também para isto o menor aumento relativo dos preços do milho, que influi sensivelmente na formação dos custos de produção. No entanto, a situação econômica da suinocultura ainda não pode ser considerada satisfatória, tendo em conta que os índices de relação de trocas entre preços recebidos e preços pagos pelo suinocultor são inferiores à unidade, indicando descapitalização do produtor, haja vista que os preços recebidos não sobrepujaram os custos variáveis corrigidos.

### 5.3.15. Conclusão

De uma maneira geral, o comportamento econômico da safra 84/85 para as lavouras e o ano de 1985 para os produtos animais, parecem ser positivos tendo em conta que, das 14 explorações analisadas, 8 tiveram desempenho favorável relativamente à safra anterior. Destaca-se, quanto ao crescimento relativo, a cultura do trigo pelo bom desempenho climático, o que não ocorreu na safra anterior. Sobressaem, também, tanto pelo desempenho como pela economicidade, a maçã, o tomate e o arroz.

O índice de relação de trocas apresentou-se positivo também para a maioria dos produtos. Chamam a atenção os produtos pecuários que, nos anos analisados, tiveram valores inferiores à unidade, ocorrendo o mesmo com o trigo. Passaram de superiores para inferiores à unidade as culturas da batata e da soja. Finalmente, o arroz passou de inferior para superior à unidade, indicando ganhos para o produtor.

TABELA 2

COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - SAFRAS 1983/84 E 1984/85 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO ENTRE ESTAS DUAS SAFRAS.

| PRODUTO | ESPECIFICAÇÃO | CUSTOS VARIÁVEIS C.V. % | VALORES EM Cr$/kg | | | | RELAÇÃO DE TROCAS COL. 5 / COL. 7 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Correntes | | Corrigidos | | |
| | | | Custo de Produção | Preço Recebido Col. 5 | Custos Variáveis | Custo de Produção Col. 7 | |
| ALHO | 83/84 | 90,4 | 405 | 1.300 | 1.098 | 1.137 | 1,14 |
| | 84/85 | 87,5 | 1.067 | 3.402 | 2.768 | 2.901 | 1,17 |
| | Var. % | - 3,2 | 163,5 | 161,7 | 152,1 | 155,1 | 2,6% |
| ARROZ | 83/84 | 81,3 | 108 | 179 | 171 | 191 | 0,94 |
| | 84/85 | 84,4 | 286 | 745 | 495 | 540 | 1,38 |
| | Var. % | 3,8 | 164,8 | 316,2 | 189,5 | 182,7 | 47,2% |
| BATATA | 83/84 | 90,8 | 90 | 155 | 117 | 125 | 1,24 |
| | 84/85 | 90,8 | 297 | 392 | 406 | 433 | 0,91 |
| | Var. % | - | 230,0 | 152,9 | 247,0 | 246,4 | - 27,0% |
| CEBOLA | 83/84 | 72,6 | 40 | 303 | 80 | 91 | 3,33 |
| | 84/85 | 67,1 | 144 | 472 | 263 | 310 | 1,52 |
| | Var. % | - | 260,0 | 55,8 | 228,8 | 240,7 | - 54,3% |
| FEIJÃO | 83/84 | 71,4 | 217 | 541 | 206 | 268 | 2,02 |
| | 84/85 | 72,1 | 679 | 1.575 | 671 | 861 | 1,83 |
| | Var. % | - | 212,9 | 191,1 | 225,7 | 221,3 | - 9,4% |
| MAÇÃ (somente custos variáveis) | 83/84 | 100,0 | 58 | 319 | 128 | 128 | 2,49 |
| | 84/85 | 100,0 | 119 | 1.170 | 270 | 270 | 4,33 |
| | Var. % | - | 105,2 | 266,4 | 110,9 | 110,9 | 73,7% |
| MANDIOCA | 83/84 | 82,2 | 16 | 87 | 34 | 37 | 2,35 |
| | 84/85 | 73,4 | 47 | 145 | 91 | 104 | 1,39 |
| | Var. % | - | 193,8 | 66,7 | 167,6 | 181,1 | - 40,7% |
| MILHO | 83/84 | 66,3 | 63 | 155 | 109 | 130 | 1,19 |
| | 84/85 | 75,6 | 164 | 505 | 327 | 367 | 1,38 |
| | Var. % | - | 160,3 | 225,8 | 200,0 | 182,3 | 15,4% |
| SOJA | 83/84 | 76,7 | 145 | 334 | 236 | 270 | 1,24 |
| | 84/85 | 84,4 | 411 | 794 | 766 | 830 | 0,96 |
| | Var. % | - | 183,4 | 137,7 | 224,6 | 207,4 | - 22,7% |
| TOMATE | 83/84 | 85,1 | 63 | 164 | 98 | 107 | 1,53 |
| | 84/85 | 85,1 | 210 | 594 | 269 | 300 | 1,98 |
| | Var. % | - | 233,3 | 262,2 | 174,5 | 180,4 | 29,2% |
| TRIGO | 83/84 | 69,3 | 1.166 | 660 | 1.502 | 1.860 | 0,35 |
| | 84/85 | 68,7 | 1.632 | 2.250 | 2.067 | 2.578 | 0,87 |
| | Var. % | - | 40,0 | 240,9 | 37,6 | 38,6 | 146,0% |
| LEITE | 1984 | 72,3 | 316 | 286 | 252 | 340 | 0,84 |
| | 1985 | 67,8 | 107,7 | 1.012 | 797 | 1.144 | 0,88 |
| | Var. % | - | 240,8 | 253,8 | 216,3 | 236,5 | 5,1% |
| BOVINOS | 1984 | 58,8 | 945 | 1.201 | 1.025 | 1.414 | 0,85 |
| | 1985 | 52,1 | 3.375 | 3.185 | 3.380 | 4.997 | 0,64 |
| | Var. % | - | 257,1 | 165,2 | 229,8 | 253,4 | - 25,0% |
| SUÍNOS | 1984 | 92,4 | 1.393 | 1.462 | 1.954 | 2.060 | 0,71 |
| | 1985 | 94,4 | 4.134 | 4.833 | 5.769 | 5.999 | 0,81 |
| | Var. % | - | 196,8 | 230,6 | 195,2 | 191,2 | 13,5% |

# INFORMAÇÕES BÁSICAS

TABELA 1

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1981/82

| PRODUTO / MRH | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 17.650 | 8.554 | 447 | 3.406 | - | 599 | 331 | 3.258 | 4.092 | - | 93 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.555 | 518 | 30 | 4.203 | - | 466 | 199 | 485 | 510 | - | 92 | - |
| Col. de Blumenau | 21 | 17.860 | 1.805 | 630 | 1.685 | 265 | 3.370 | 5.349 | 3.790 | 14.610 | 6 | 44 | - |
| Col. de Itajaí Norte | 5 | 901 | 76 | 95 | - | 44 | 4.126 | 5.208 | 2.950 | 7.540 | 200 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 98 | 10.528 | - | 2.195 | - | 5.750 | 29.966 | 16.447 | 16.805 | 28.180 | 314 | 51 | - |
| Florianópolis | 14 | 2.750 | 840 | 956 | 3.713 | 95 | 1.317 | 377 | 4.131 | 1.975 | - | 186 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 98 | 1.094 | 570 | 2.480 | 2.920 | 3.875 | 4.115 | 4.398 | 3.720 | 11.105 | - | 266 | - |
| Lit. de Laguna | 12 | 2.800 | 506 | 7 | 90 | 21 | 560 | 216 | 1.885 | 640 | - | - | - |
| Carbonífera | 48 | 7.585 | 1.836 | 2.847 | 851 | 170 | 11.570 | 10.460 | 8.332 | 17.900 | 40 | 202 | - |
| Lit. Sul Catarin. | 18 | 10.710 | 1.210 | 145 | 316 | 188 | 5.150 | 6.655 | 14.430 | 6.010 | 360 | 25 | - |
| Col. Sul Catarin. | 16 | 20.810 | 5.510 | 98 | 290 | 25 | 4.170 | 9.335 | 1.550 | 14.400 | - | 3 | - |
| Campos de Lages | 57 | 165 | - | 1.210 | - | 155 | 8.470 | 944 | - | 19.910 | 3.560 | 152 | - |
| Campos de Curitibanos | 2.651 | 3.760 | - | 1.220 | 12 | 96 | 32.600 | 636 | 315 | 57.740 | 42.180 | 100 | 350 |
| Col. do Rio do Peixe | 315 | 10.160 | - | 1.704 | 800 | 351 | 19.735 | 1.201 | 1.514 | 196.950 | 69.210 | 62 | 264 |
| Col. do Oeste Catarin. | 123 | 25.930 | - | 2.275 | 1.380 | 100 | 200.116 | 3.507 | 11.060 | 463.780 | 292.100 | 6 | 7.504 |
| Planalto de Canoinhas | 141 | 10.910 | 110 | 2.725 | - | 245 | 46.670 | 6.121 | 4.808 | 57.950 | 37.030 | 144 | 835 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1982/83

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 17.990 | 8.681 | 180 | 2.423 | - | 545 | 442 | 3.228 | 4.252 | - | 72 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.635 | 525 | - | 4.255 | - | 499 | 355 | 432 | 560 | - | 92 | - |
| Col. de Blumenau | 27 | 17.805 | 1.817 | 362 | 1.635 | 195 | 4.295 | 6.642 | 4.147 | 14.190 | 6 | 47 | - |
| Col. do Itajaí Norte | - | 855 | 16 | 220 | - | 62 | 4.380 | 5.800 | 2.800 | 7.540 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 85 | 9.694 | - | 1.560 | 6.340 | 6.340 | 36.270 | 17.073 | 14.325 | 27.350 | 245 | 23 | - |
| Florianópolis | 14 | 2.670 | 825 | 786 | 3.088 | 98 | 1.260 | 511 | 3.650 | 1.927 | - | 379 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 99 | 1.299 | 481 | 2.315 | 2.600 | 4.210 | 4.045 | 5.817 | 2.650 | 11.200 | - | 248 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 2.882 | 506 | 13 | 122 | 11 | 900 | 645 | 2.696 | 680 | - | 6 | - |
| Carbonífera | 43 | 7.720 | 1.827 | 2.591 | 888 | 245 | 14.067 | 13.669 | 8.591 | 17.460 | 20 | 209 | 50 |
| Lit. Sul Catarin. | 18 | 10.690 | 1.015 | 68 | 326 | 195 | 5.970 | 9.232 | 14.048 | 5.920 | 698 | 40 | 120 |
| Col. Sul Catarin. | 10 | 21.380 | 4.165 | 81 | 290 | 27 | 4.850 | 11.585 | 3.640 | 14.230 | 65 | 3 | 4 |
| Campos de Lages | 36 | 182 | - | 1.760 | - | 118 | 7.018 | 1.234 | - | 19.410 | 3.000 | 142 | - |
| Campos de Curitibanos | 1.792 | 3.326 | - | 1.170 | 12 | 90 | 36.600 | 934 | 330 | 55.370 | 35.980 | 109 | 3.066 |
| Col. do Rio do Peixe | 296 | 9.784 | - | 1.671 | 820 | 383 | 26.013 | 1.968 | 1.416 | 196.560 | 61.350 | 88 | 1.192 |
| Col. do Oeste Catarin. | 62 | 22.090 | - | 2.270 | 2.320 | 95 | 228.720 | 5.846 | 11.760 | 467.380 | 266.470 | 7 | 19.935 |
| Planalto de Canoinhas | 121 | 12.000 | 135 | 2.085 | - | 271 | 48.147 | 7.620 | 4.831 | 57.600 | 36.470 | 120 | 1.445 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 3

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

| MRH \ PRODUTOS | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA-DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 18.305 | 9.463 | 95 | 2.317 | - | 635 | 334 | 3.485 | 4.577 | - | 70 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.693 | 646 | 20 | 4.422 | - | 487 | 124 | 715 | 659 | - | 95 | - |
| Col. de Blumenau | 17 | 17.197 | 2.017 | 280 | 1.539 | 140 | 3.798 | 6.762 | 5.968 | 14.705 | - | 38 | - |
| Col. do Itajaí Norte | - | 885 | 18 | 240 | - | 60 | 3.710 | 6.829 | 4.650 | 8.325 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 76 | 9.708 | - | 1.495 | 5 | 6.270 | 27.780 | 18.919 | 22.620 | 28.265 | 165 | 62 | - |
| Florianópolis | 10 | 2.695 | 887 | 703 | 4.672 | 105 | 1.508 | 420 | 4.325 | 2.005 | - | 379 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 114 | 1.345 | 577 | 2.125 | 3.093 | 4.130 | 4.290 | 4.623 | 4.067 | 11.640 | - | 246 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 4.007 | 532 | 5 | 122 | 11 | 910 | 356 | 4.912 | 730 | - | 6 | - |
| Carbonífera | 30 | 8.347 | 2.071 | 2.512 | 918 | 226 | 13.250 | 12.866 | 10.922 | 17.835 | 6 | 210 | 40 |
| Lit. Sul Catarinense | 17 | 10.860 | 1.295 | 35 | 341 | 185 | 5.050 | 6.665 | 15.920 | 6.160 | 825 | 35 | 320 |
| Col. Sul Catarinense | 9 | 22.050 | 6.111 | 115 | 290 | 27 | 5.764 | 10.967 | 1.940 | 15.250 | 120 | 5 | 84 |
| Campos de Lages | 177 | 422 | - | 2.070 | - | 255 | 7.810 | 1.472 | 25 | 20.670 | 2.450 | 91 | 5 |
| Campos de Curitibanos | 1.584 | 3.195 | - | 995 | 33 | 125 | 40.170 | 1.051 | 625 | 59.230 | 36.330 | 114 | 2.212 |
| Col. do Rio do Peixe | 310 | 7.660 | - | 1.901 | 1.020 | 407 | 27.200 | 2.110 | 2.456 | 206.480 | 66.020 | 115 | 525 |
| Col. do Oeste Catarin. | 92 | 18.780 | - | 2.650 | 2.310 | 90 | 211.595 | 7.850 | 15.331 | 480.650 | 279.950 | 2 | 13.771 |
| Planalto de Canoinhas | 120 | 10.072 | 155 | 2.265 | - | 255 | 41.289 | 9.977 | 6.457 | 59.050 | 36.610 | 106 | 362 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 4

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

(ha)

| PRODUTOS / MRH | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA-DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 18.395 | 10.676 | 75 | 2.470 | - | 705 | 574 | 3.655 | 4.816 | - | 45 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.922 | 646 | 10 | 4.675 | 2 | 487 | 303 | 876 | 666 | - | 35 | - |
| Col. de Blumenau | 21 | 16.518 | 1.993 | 189 | 1.795 | 245 | 4.280 | 6.377 | 7.128 | 14.000 | - | 19 | - |
| Col. de Itajaí do Norte | - | 891 | 18 | 228 | - | 80 | 3.450 | 6.984 | 5.700 | 8.800 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 81 | 9.776 | - | 1.735 | - | 7.300 | 28.960 | 15.525 | 23.360 | 29.770 | 135 | 35 | - |
| Florianópolis | 10 | 3.305 | 991 | 887 | 4.713 | 145 | 1.435 | 539 | 4.360 | 2.062 | - | 379 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 114 | 1.417 | 577 | 2.055 | 3.195 | 4.780 | 4.800 | 5.382 | 4.735 | 11.635 | - | 256 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 3.894 | 532 | 5 | 142 | 11 | 960 | 682 | 5.338 | 440 | - | - | - |
| Carbonífera | 36 | 10.230 | 2.088 | 2.449 | 915 | 188 | 14.460 | 14.858 | 13.086 | 16.180 | - | 183 | 5 |
| Lit. Sul Catarinense | 18 | 11.980 | 1.315 | 20 | 341 | 123 | 5.180 | 9.643 | 22.400 | 5.770 | 1.180 | 27 | - |
| Col. Sul Catarinense | 5 | 23.350 | 6.111 | 85 | 320 | 25 | 5.834 | 10.659 | 2.520 | 15.010 | 300 | 6 | 84 |
| Campos de Lages | 172 | 365 | - | 2.110 | - | 240 | 8.390 | 900 | 25 | 19.040 | 2.380 | 91 | 40 |
| Campos de Curitibanos | 1.230 | 2.785 | - | 835 | 33 | 115 | 43.050 | 1.125 | 625 | 59.340 | 36.175 | 91 | 604 |
| Col. do Rio do Peixe | 251 | 7.940 | - | 2.051 | 1.089 | 461 | 29.245 | 2.234 | 2.362 | 207.200 | 66.980 | 105 | 1.333 |
| Col. do Oeste Catar. | 84 | 19.925 | - | 2.410 | 3.795 | 301 | 221.710 | 61618 | 16.730 | 488.260 | 275.650 | - | 11.974 |
| Planalto de Canoinhas | 123 | 8.960 | 185 | 2.170 | - | 393 | 42.958 | 7.597 | 6.459 | 59.180 | 37.500 | 82 | 825 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 5

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980

(hectare)

| PRODUTO / MRH | ARROZ | BANANA | BATATA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | 10.358 | 4.166 | 231 | 2.926 | 4 | 457 | 518 | 3.005 | 5.564 | - | 111 |
| Lit. de Itajaí | 3.403 | 392 | 13 | 2.818 | 4 | 403 | 320 | 868 | 717 | 1 | 18 |
| Col. de Blumenau | 12.364 | 1.932 | 222 | 4.558 | 234 | 2.984 | 7.099 | 6.331 | 13.809 | 241 | 68 |
| Col. de Itajaí Norte | 770 | 35 | 48 | 271 | 48 | 1.473 | 6.320 | 2.284 | 8.002 | 165 | - |
| Col. do Alto Itajaí | 7.765 | 13 | 1.229 | 1.000 | 5.964 | 7.732 | 18.981 | 11.898 | 27.967 | 709 | 57 |
| Florianópolis | 1.783 | 785 | 347 | 2.025 | 150 | 1.291 | 592 | 2.650 | 1.855 | - | 241 |
| Col. Serrana Catarin. | 1.311 | 570 | 1.509 | 2.022 | 3.417 | 3.440 | 5.114 | 3.558 | 10.623 | 25 | 130 |
| Lit. de Laguna | 1.755 | 352 | 5 | 376 | 9 | 817 | 431 | 3.628 | 684 | - | - |
| Carbonífera | 6.670 | 1.654 | 1.230 | 3.691 | 201 | 7.431 | 12.448 | 8.618 | 17.013 | 66 | 170 |
| Lit. Sul Catarinense | 9.424 | 562 | 27 | 513 | 168 | 2.431 | 7.451 | 11.189 | 5.754 | 325 | 46 |
| Col. do Sul Cararin. | 18.500 | 2.876 | 15 | 359 | 18 | 2.123 | 11.521 | 1.581 | 14.077 | 7 | 3 |
| Campos de Lages | 247 | - | 2.439 | 1 | 182 | 8.266 | 1.143 | 50 | 18.942 | 4.305 | 140 |
| Campos de Curitibanos | 3.366 | - | 706 | 7 | 80 | 24.661 | 1.185 | 142 | 56.439 | 42.464 | 85 |
| Col. do Rio do Peixe | 7.144 | 38 | 444 | 951 | 275 | 11.282 | 1.606 | 2.000 | 193.619 | 76.501 | 91 |
| Col. do Oeste Catarin. | 17.078 | 403 | 1.019 | 3.907 | 291 | 76.204 | 4.607 | 11.135 | 447.119 | 272.184 | 35 |
| Planalto de Canoinhas | 9.907 | 179 | 1.741 | 46 | 96 | 28.620 | 7.767 | 2.067 | 55.525 | 30.995 | 65 |
| Total | 111.852 | 13.957 | 11.233 | 25.478 | 11.148 | 179.621 | 87.110 | 71.013 | 887.716 | 427.996 | 1.260 |

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de SC - 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 6

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

(hectare)

| PRODUTO / MRH | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | 3 | 17.707 | 7.314 | 508 | 3.880 | - | 591 | 471 | 3.417 | 5.564 | - | 111 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.125 | 423 | 18 | 4.203 | - | 374 | 247 | 333 | 717 | - | 18 | - |
| Col. de Blumenau | 16 | 17.964 | 1.357 | 758 | 1.795 | 209 | 2.599 | 5.943 | 3.885 | 13.809 | 160 | 68 | - |
| Col. do Itajaí Norte | 5 | 1.138 | 13 | 162 | - | 39 | 1.665 | 5.658 | 1.860 | 8.002 | 222 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 118 | 11.423 | - | 2.885 | - | 6.150 | 8.446 | 17.187 | 11.874 | 27.967 | 1.335 | 57 | 36 |
| Florianópolis | 10 | 2.293 | 822 | 513 | 2.948 | 93 | 1.242 | 552 | 1.815 | 1.855 | - | 241 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 40 | 1.090 | 554 | 2.421 | 2.610 | 3.922 | 2.669 | 4.997 | 1.854 | 10.623 | 3 | 130 | - |
| Lit. da Laguna | 4 | 2.500 | 506 | 11 | 95 | 20 | 845 | 436 | 2.040 | 684 | - | - | - |
| Carbonífera | 38 | 7.439 | 1.686 | 2.221 | 1.823 | 208 | 9.949 | 10.178 | 8.442 | 17.013 | 58 | 170 | - |
| Lit. Sul Catarinense | 14 | 11.977 | 1.149 | 156 | 405 | 196 | 4.326 | 6.145 | 11.420 | 5.754 | 333 | 46 | 50 |
| Col. do Sul Catarin. | 4 | 20.205 | 6.510 | 71 | 530 | 5 | 4.287 | 9.677 | 1.389 | 14.077 | - | 3 | - |
| Campos de Lages | 121 | 410 | - | 1.447 | - | 510 | 5.840 | 980 | - | 18.942 | 4.200 | 140 | 130 |
| Campos de Curitibanos | 798 | 4.461 | - | 1.050 | 15 | 118 | 30.410 | 1.285 | 271 | 56.439 | 50.000 | 85 | 3.540 |
| Col. do Rio do Peixe | 25 | 11.427 | - | 2.453 | 1.178 | 386 | 13.242 | 1.580 | 1.415 | 193.619 | 79.080 | 91 | 1.705 |
| Col. do Oeste Catarin. | - | 26.772 | - | 3.315 | 3.150 | 45 | 115.559 | 3.127 | 6.775 | 447.119 | 351.180 | 35 | 22.421 |
| Plan. de Canoinhas | 93 | 12.590 | 180 | 1.834 | - | 347 | 36.315 | 8.179 | 4.205 | 55.525 | 33.830 | 65 | 2.767 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1979 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 7

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA | CANA-DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 17.094 | 6.930 | 199 | 3.454 | - | 634 | 339 | 3.188 | 5.360 | - | 88 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.250 | 423 | - | 4.203 | - | 417 | 163 | 493 | 741 | - | 10 | - |
| Col. de Blumenau | 16 | 16.463 | 1.552 | 567 | 1.225 | 350 | 3.364 | 4.702 | 4.300 | 14.273 | 50 | 37 | - |
| Col. do Itajaí do Norte | 5 | 1.025 | 16 | 116 | - | 135 | 1.940 | 3.931 | 1.945 | 8.060 | 195 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 98 | 10.852 | - | 2.130 | - | 8.857 | 14.915 | 15.036 | 13.450 | 29.390 | 748 | 52 | - |
| Col. de Florianópolis | 16 | 2.641 | 811 | 716 | 3.943 | 127 | 1.255 | 410 | 3.846 | 1.930 | 2 | 219 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 66 | 979 | 562 | 2.307 | 3.123 | 5.142 | 3.370 | 3.719 | 2.690 | 11.232 | 4 | 184 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 2.400 | 506 | 5 | 105 | 16 | 502 | 352 | 2.545 | 680 | - | 8 | - |
| Carbonífera | 48 | 8.317 | 1.836 | 2.647 | 828 | 270 | 10.186 | 8.723 | 9.430 | 17.790 | 48 | 212 | - |
| Lit. Sul Catarinense | 17 | 10.585 | 1.180 | 106 | 320 | 317 | 4.800 | 4.849 | 15.550 | 6.050 | 405 | 25 | 40 |
| Col. do Sul Catarin. | 8 | 18.700 | 5.510 | 42 | 15 | 7 | 4.320 | 7.547 | 1.985 | 14.700 | - | 3 | - |
| Campos de Lages | 57 | 410 | - | 1.340 | - | 585 | 6.610 | 651 | 120 | 19.870 | 3.560 | 133 | 30 |
| Campos de Curitibanos | 2.651 | 4.002 | - | 1.220 | 15 | 140 | 27.925 | 662 | 344 | 58.900 | 45.550 | 170 | 1.610 |
| Col. do Rio do Peixe | 292 | 10.825 | - | 1.852 | 778 | 378 | 16.234 | 907 | 1.116 | 197.530 | 72.420 | 115 | 226 |
| Col. do Oeste Catarin. | 123 | 25.265 | - | 2.835 | 150 | 173 | 144.032 | 3.057 | 9.430 | 461.740 | 324.200 | 35 | 8.984 |
| Planalto de Canoinhas | 139 | 12.068 | 115 | 2.245 | - | 375 | 42.240 | 6.241 | 5.641 | 57.680 | 36.700 | 75 | 1.480 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1980 e 1981)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 8

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

(hectare)

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 17.650 | 8.554 | 447 | 3.406 | - | 599 | 331 | 3.258 | 4.092 | - | 93 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.555 | 518 | 30 | 4.203 | - | 466 | 199 | 485 | 510 | - | 92 | - |
| Col. de Blumenau | 21 | 17.860 | 1.805 | 625 | 1.685 | 265 | 3.370 | 5.349 | 3.790 | 14.160 | 6 | 43 | - |
| Col. de Itajaí Norte | - | 901 | 76 | 95 | - | 44 | 4.126 | 5.208 | 2.950 | 7.540 | 200 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 67 | 10.328 | - | 2.120 | - | 5.750 | 29.966 | 16.447 | 16.805 | 28.180 | 314 | 51 | - |
| Col. de Florianópolis | 12 | 2.750 | 840 | 956 | 3.713 | 95 | 1.317 | 377 | 4.131 | 1.975 | - | 186 | - |
| Col. Serrana Catarinense | 98 | 1.094 | 570 | 2.470 | 2.920 | 3.875 | 4.115 | 4.398 | 3.720 | 11.105 | - | 266 | - |
| Lit. de Laguna | 12 | 2.800 | 506 | 7 | 90 | 21 | 560 | 216 | 1.885 | 640 | - | - | - |
| Carbonífera | 36 | 7.585 | 1.836 | 2.835 | 851 | 170 | 11.570 | 10.460 | 8.332 | 17.900 | 40 | 189 | - |
| Lit. Sul Catarin. | 18 | 10.710 | 1.210 | 145 | 316 | 188 | 5.150 | 6.655 | 14.430 | 6.010 | 360 | 25 | - |
| Col. do Sul Catarin. | 16 | 20.330 | 5.510 | 98 | 290 | 25 | 4.170 | 9.335 | 1.550 | 14.400 | - | 3 | - |
| Campos de Lages | 31 | 165 | - | 1.210 | - | 155 | 8.470 | 944 | - | 19.910 | 3.560 | 152 | - |
| Campos de Curitibanos | 1.686 | 2.960 | - | 1.220 | 12 | 96 | 32.600 | 636 | 315 | 57.740 | 42.180 | 100 | 350 |
| Col. do Rio do Peixe | 315 | 9.615 | - | 1.704 | 800 | 351 | 19.735 | 1.201 | 1.514 | 196.950 | 69.210 | 62 | 259 |
| Col. do Oeste Catarin. | 49 | 22.895 | - | 2.275 | 1.380 | 100 | 200.116 | 3.507 | 11.060 | 463.780 | 292.100 | 6 | 7.504 |
| Planalto de Canoinhas | 140 | 10.910 | 110 | 2.725 | - | 245 | 46.670 | 6.121 | 4.808 | 57.950 | 37.030 | 144 | 835 |

Fonte: IBGE (Produção Agricola Municipal, 1981 e 1982)

Elaboração:Instituto CEPA/SC

TABELA 9

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

(hectare)

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 17.618 | 8.681 | 180 | 2.423 | - | 535 | 442 | 3.228 | 2.532 | - | 69 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.635 | 525 | - | 4.255 | - | 369 | 355 | 432 | 560 | - | 87 | - |
| Col. de Blumenau | 27 | 17.805 | 1.817 | 222 | 1.635 | 195 | 2.557 | 6.642 | 4.147 | 13.585 | - | 42 | - |
| Col. de Itajaí Norte | - | 855 | 16 | 220 | - | 62 | 3.930 | 5.800 | 2.800 | 7.540 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 85 | 9.694 | - | 1.404 | 6.340 | 6.340 | 28.790 | 17.073 | 14.325 | 26.540 | 140 | 23 | - |
| Col. de Florianópolis | 14 | 2.274 | 825 | 524 | 3.088 | 98 | 1.222 | 511 | 3.650 | 1.927 | - | 375 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 99 | 1.299 | 481 | 2.258 | 2.600 | 4.210 | 3.837 | 5.817 | 2.650 | 10.700 | - | 248 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 2.810 | 506 | 13 | 122 | 11 | 880 | 645 | 2.696 | 680 | - | 6 | - |
| Carbonífera | 43 | 7.705 | 1.827 | 2.156 | 888 | 245 | 14.067 | 13.669 | 8.591 | 17.445 | 20 | 209 | 50 |
| Lit. Sul Catarinense | 18 | 10.690 | 1.015 | 68 | 326 | 195 | 5.790 | 9.232 | 14.048 | 4.020 | 640 | 40 | 120 |
| Col. do Sul Catarin. | 10 | 21.380 | 4.165 | 81 | 290 | 27 | 4.460 | 11.585 | 3.640 | 8.490 | 65 | 3 | 4 |
| Campos de Lages | 36 | 182 | - | 1.603 | - | 116 | 6.846 | 1.230 | - | 12.710 | 2.080 | 103 | - |
| Campos de Curitibanos | 1.792 | 3.316 | - | 1.170 | 12 | 90 | 35.700 | 934 | 330 | 44.770 | 35.790 | 109 | 2.966 |
| Col. do Rio do Peixe | 294 | 9.779 | - | 1.666 | 820 | 383 | 25.676 | 1.968 | 1.416 | 196.360 | 60.700 | 88 | 1.158 |
| Col. do Oeste Catarin. | 62 | 22.065 | - | 2.180 | 2.320 | 95 | 171.490 | 5.846 | 11.760 | 462.980 | 231.900 | 7 | 17.470 |
| Planalto de Canoinhas | 120 | 10.651 | 135 | 2.085 | - | 271 | 44.769 | 7.620 | 4.831 | 55.725 | 28.120 | 100 | 1.445 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1982 e 1983)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 10

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

(hectare)

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA-DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 18.275 | 9.463 | 95 | 2.317 | - | 625 | 334 | 3.485 | 4.577 | - | 70 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.693 | 646 | 20 | 4.422 | - | 483 | 124 | 395 | 659 | - | 95 | - |
| Col. de Blumenau | 17 | 17.247 | 2.017 | 214 | 1.514 | 140 | 3.798 | 6.762 | 3.885 | 14.705 | - | 38 | - |
| Col. de Itajaí do Norte | - | 885 | 18 | 240 | - | 60 | 3.710 | 6.829 | 3.050 | 8.325 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 76 | 9.708 | - | 1.495 | 5 | 6.225 | 27.195 | 18.919 | 14.410 | 28.215 | 165 | 62 | - |
| Col. de Florianópolis | 10 | 2.695 | 887 | 501 | 4.422 | 105 | 1.428 | 420 | 4.205 | 1.955 | - | 379 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 114 | 1.345 | 577 | 2.125 | 2.883 | 4.130 | 4.274 | 4.623 | 3.879 | 11.640 | - | 246 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 3.717 | 532 | 5 | 122 | 9 | 882 | 356 | 4.033 | 730 | - | 6 | - |
| Carbonífera | 30 | 8.347 | 2.071 | 2.510 | 918 | 201 | 12.918 | 12.866 | 9.276 | 17.835 | 6 | 210 | 40 |
| Lit. Sul Catarinense | 17 | 10.860 | 1.295 | 35 | 341 | 138 | 5.045 | 6.665 | 15.520 | 6.160 | 825 | 35 | 320 |
| Col. do Sul Catarin. | 9 | 22.050 | 6.111 | 115 | 290 | 27 | 5.764 | 10.967 | 1.770 | 15.250 | 90 | 5 | 84 |
| Campos de Lages | 170 | 422 | - | 2.070 | - | 245 | 7.810 | 1.472 | 25 | 20.670 | 2.450 | 91 | 5 |
| Campos de Curitibanos | 1.584 | 3.135 | - | 995 | 20 | 125 | 40.120 | 1.051 | 310 | 59.230 | 36.330 | 114 | 2.212 |
| Col. do Rio do Peixe | 310 | 7.620 | - | 1.901 | 890 | 407 | 26.955 | 2.110 | 1.431 | 206.480 | 66.020 | 115 | 525 |
| Col. do Oeste Catarin. | 92 | 18.270 | - | 2.650 | 2.310 | 90 | 211.595 | 7.850 | 13.870 | 480.650 | 279.950 | 2 | 13.686 |
| Planalto de Canoinhas | 120 | 10.012 | 130 | 2.265 | - | 255 | 41.289 | 9.977 | 8.558 | 59.050 | 36.610 | 106 | 362 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1983 e 1984)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 11

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

| MRH \ PRODUTOS | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 18.395 | 10.626 | 75 | 2.470 | - | 705 | 574 | 15 | 4.816 | - | 45 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 4.922 | 643 | 10 | 4.675 | 2 | 487 | 303 | 10 | 666 | - | 35 | - |
| Col. de Blumenau | 21 | 16.518 | 1.993 | 189 | 1.705 | 245 | 4.080 | 6.377 | 64 | 13.950 | - | 19 | - |
| Col. do Itajaí Norte | - | 891 | 18 | 228 | - | 80 | 3.450 | 6.984 | 88 | 8.800 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 81 | 9.776 | - | 1.685 | - | 7.290 | 26.880 | 15.525 | 535 | 29.750 | 135 | 35 | - |
| Florianópolis | 10 | 3.305 | 991 | 467 | 4.603 | 145 | 1.405 | 539 | 282 | 2.062 | - | 379 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 114 | 1.417 | 577 | 2.045 | 3.145 | 4.780 | 4.580 | 5.382 | 450 | 11.635 | - | 256 | - |
| Lit. de Laguna | 8 | 3.804 | 532 | 5 | 142 | 11 | 960 | 682 | 2 | 440 | - | - | - |
| Carbonífera | 36 | 9.772 | 2.088 | 2.439 | 915 | 188 | 14.450 | 14.858 | 892 | 16.180 | - | 183 | 5 |
| Lit. Sul Catarinense | 18 | 11.880 | 1.315 | 20 | 341 | 123 | 5.180 | 9.643 | 8 | 5.770 | 1.180 | 27 | - |
| Col. do Sul Catarin. | 5 | 23.350 | 6.111 | 85 | 320 | 25 | 5.834 | 10.659 | 20 | 15.010 | 300 | 6 | 84 |
| Campos de Lages | 168 | 365 | - | 2.110 | - | 240 | 8.390 | 900 | - | 19.040 | 2.380 | 91 | 40 |
| Campos de Curitibanos | 1.230 | 2.785 | - | 793 | 13 | 115 | 42.550 | 1.125 | 118 | 58.340 | 36.175 | 91 | 604 |
| Col. do Rio do Peixe | 251 | 7.940 | - | 2.051 | 1.089 | 461 | 28.715 | 2.234 | 97 | 207.100 | 66.810 | 105 | 1.333 |
| Col. Oeste Catarin. | 84 | 19.925 | - | 2.410 | 3.415 | 301 | 215.580 | 6.618 | 645 | 484.060 | 275.650 | - | 11.974 |
| Planalto de Canoinhas | 123 | 8.960 | 150 | 2.170 | - | 393 | 42.908 | 7.597 | 200 | 54.495 | 37.500 | 82 | 825 |

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC (Informações preliminares)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 12

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O CENSO DE 1980

| PRODUTO / MRH | ALHO (*) | ARROZ (CASCA) | BANANA | BATATA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO (*) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 33.982 | 55.191 | 1.976 | 110.941 | 9 | 272 | 655 | 34.446 | 9.052 | - | 585 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 12.393 | 5.313 | 99 | 180.409 | 4 | 219 | 347 | 14.074 | 1.012 | - | 145 | - |
| Col de Blumenau | - | 45.663 | 19.040 | 1.227 | 129.698 | 1.455 | 2.552 | 9.637 | 83.919 | 28.106 | 299 | 605 | - |
| Col de Itajaí - Norte | - | 1.295 | 213 | 293 | 6.733 | 325 | 1.327 | 8.289 | 34.196 | 15.801 | 189 | 9 | - |
| Col. Alto - Itajaí | 153 | 23.186 | 77 | 5.832 | 26.191 | 47.739 | 8.730 | 26.137 | 213.288 | 68.009 | 1.049 | 782 | 1 |
| Col. de Florianópolis | 5 | 4.534 | 5.729 | 2.826 | 132.966 | 915 | 896 | 802 | 30.035 | 3.491 | - | 3.995 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 3 | 1.414 | 3.562 | 8.016 | 98.041 | 21.067 | 2.864 | 7.526 | 43.309 | 20.976 | 34 | 2.683 | - |
| Lit. de Laguna | 6 | 6.372 | 2.661 | 31 | 8.485 | 45 | 599 | 686 | 43.564 | 748 | - | 30 | - |
| Carbonífera | 19 | 13.248 | 15.521 | 9.675 | 76.326 | 986 | 6.377 | 21.322 | 123.413 | 38.084 | 91 | 2.823 | 1 |
| Lit. Sul Catarinense | 1 | 22.519 | 3.553 | 422 | 12.550 | 1.201 | 1.618 | 12.692 | 127.652 | 7.955 | 608 | 216 | 15 |
| Col.do Sul Catarin. | 1 | 42.727 | 21.276 | 120 | 7.935 | 56 | 1.351 | 17.440 | 19.163 | 34.150 | 22 | 29 | 6 |
| Campos Lages | 40 | 280 | - | 18.331 | 20 | 1.057 | 4.637 | 1.474 | 509 | 36.923 | 6.554 | 5.529 | 111 |
| Campos Curitibanos | 2.147 | 3.137 | - | 7.309 | 118 | 333 | 12.158 | 1.448 | 1.309 | 92.758 | 61.792 | 1.784 | 1.752 |
| Col.do Rio do Peixe | 487 | 6.815 | 272 | 2.232 | 18.938 | 953 | 6.980 | 2.079 | 26.605 | 465.679 | 65.273 | 2.635 | 243 |
| Col.Oeste Catarin. | 131 | 18.824 | 2.899 | 6.981 | 88.400 | 750 | 56.367 | 4.670 | 180.948 | 1.097.207 | 342.417 | 539 | 4.568 |
| Plan.de Canoinhas | 19 | 11.055 | 1.683 | 15.038 | 607 | 327 | 20.576 | 11.756 | 26.403 | 98.048 | 51.101 | 384 | 1.275 |
| Total (SC) | 3.017 | 247.450 | 136.990 | 80.415 | 898.365 | 77.229 | 127.530 | 126.966 | 1.002.341 | 2:017.999 | 529.427 | 22.773 | 7.975 |

* Alho e Trigo - os dados de produção refere-se a safra 1980/81

Fonte: IBGE (Centro Agropecuário de SC - 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 13

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | 5 | 68.053 | 103.479 | 3.759 | 242.100 | - | 351 | 859 | 61.260 | 9.052 | - | 2.994 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 13.780 | 6.758 | 144 | 285.080 | - | 158 | 404 | 6.895 | 1.012 | - | 432 | - |
| Col. de Blumenau | 92 | 72.684 | 14.535 | 5.835 | 90.325 | 1.572 | 2.174 | 10.012 | 74.835 | 28.106 | 193 | 1.680 | - |
| Col. de Itajaí Norte | 30 | 2.733 | 60 | 934 | - | 320 | 1.395 | 8.558 | 39.020 | 15.801 | 349 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 442 | 38.925 | - | 17.904 | - | 56.889 | 8.502 | 27.177 | 237.480 | 68.009 | 2.259 | 1.066 | 23 |
| Col. de Florianópolis | 59 | 6.642 | 13.158 | 5.397 | 209.635 | 831 | 844 | 808 | 25.000 | 3.491 | - | 8.350 | - |
| Col. Serrana Catarinense | 118 | 2.175 | 8.364 | 20.528 | 155.080 | 32.285 | 2.120 | 8.057 | 35.130 | 20.976 | 4 | 3.450 | - |
| Lit. de Laguna | 18 | 7.435 | 8.058 | 72 | 2.275 | 148 | 487 | 741 | 25.140 | 748 | - | - | - |
| Carbonífera | 198 | 21.559 | 18.972 | 18.942 | 55.486 | 1.467 | 7.310 | 19.439 | 113.375 | 38.084 | 79 | 4.725 | - |
| Lit. Sul Catarinense | 52 | 35.170 | 11.178 | 1.640 | 11.810 | 1.481 | 3.089 | 11.938 | 134.000 | 7.955 | 637 | 935 | 45 |
| Col. do Sul Catarinense | 12 | 57.721 | 61.124 | 404 | 15.470 | 20 | 2.609 | 17.305 | 20.280 | 34.150 | - | 24 | - |
| Campos de Lages | 323 | 492 | - | 13.713 | - | 3.910 | 4.199 | 1.508 | - | 36.923 | 6.300 | 5.600 | 117 |
| Campos de Curitibanos | 3.033 | 7.287 | - | 8.889 | 600 | 786 | 18.891 | 2.008 | 5.315 | 92.758 | 72.052 | 2.475 | 3.774 |
| Col. do Rio do Peixe | 97 | 21.868 | - | 16.188 | 35.650 | 2.117 | 7.426 | 2.354 | 22.430 | 465.679 | 92.805 | 2.421 | 855 |
| Col. do Oeste Catarinense | - | 49.277 | - | 16.560 | 66.850 | 210 | 36.985 | 3.625 | 111.945 | 1097.207 | 482.382 | 140 | 11.535 |
| Planalto de Canoinhas | 195 | 23.067 | 2.448 | 11.967 | - | 1.569 | 23.432 | 12.608 | 83.090 | 98.048 | 61.704 | 885 | 2.515 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1979 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 14

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

(ha)

| MRH \ PRODUTOS | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 60.376 | 116.841 | 1.772 | 190.470 | - | 369 | 623 | 48.225 | 11.820 | - | 2.715 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 14.868 | 6.740 | - | 251.530 | - | 239 | 323 | 9.249 | 1.254 | - | 300 | - |
| Col. de Blumenau | 56 | 63.424 | 18.853 | 5.148 | 63.425 | 3.550 | 3.215 | 7.789 | 83.900 | 30.823 | 67 | 666 | - |
| Col. do Itajaí Norte | 20 | 2.605 | 85 | 592 | - | 1.295 | 1.573 | 6.320 | 41.640 | 14.701 | 327 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 330 | 36.083 | - | 14.548 | - | 82.949 | 16.911 | 23.693 | 311.100 | 74.733 | 1.196 | 1.187 | - |
| Col. de Florianópolis | 43 | 7.437 | 12.928 | 7.682 | 252.687 | 1.261 | 1.007 | 751 | 53.602 | 3.978 | 2 | 6.472 | - |
| Col. Serrana Catarinense | 161 | 1.974 | 8.432 | 23.025 | 182.298 | 46.183 | 2.795 | 5.857 | 48.240 | 25.792 | 6 | 5.201 | - |
| Litoral de Laguna | 28 | 6.565 | 8.058 | 32 | 2.815 | 115 | 316 | 620 | 32.625 | 558 | - | 96 | - |
| Carbonífera | 192 | 21.971 | 20.009 | 24.754 | 27.680 | 2.090 | 9.118 | 16.325 | 121.240 | 41.044 | 61 | 6.085 | - |
| Lit. Sul Catarinense | 56 | 29.783 | 10.684 | 876 | 9.450 | 2.366 | 4.773 | 8.570 | 202.600 | 13.084 | 818 | 355 | 20 |
| Col. do Sul Catarinense | 31 | 47.723 | 51.544 | 323 | 450 | 7 | 3.432 | 12.350 | 25.770 | 37.633 | - | 45 | - |
| Campos de Lages | 166 | 700 | - | 13.380 | - | 4.640 | 6.862 | 799 | 3.600 | 33.734 | 5.358 | 5.220 | 27 |
| Campos de Curitibanos | 4.437 | 7.103 | - | 8.980 | 375 | 1.054 | 24.813 | 968 | 3.560 | 95.238 | 81.417 | 8.205 | 2.889 |
| Col. do Rio do Peixe | 637 | 23.759 | - | 14.332 | 17.140 | 2.464 | 14.101 | 1.407 | 17.910 | 499.588 | 82.907 | 3.474 | 179 |
| Col. do Oeste Catarinense | 361 | 55.265 | - | 17.909 | 4.500 | 1.200 | 113.122 | 3.731 | 180.460 | 1.260.905 | 411.487 | 173 | 5.128 |
| Planalto de Canoinhas | 202 | 24.432 | 2.346 | 18.010 | - | 2.625 | 43.475 | 10.238 | 91.160 | 119.705 | 64.550 | 1.110 | 790 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1981)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 15

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 66.807 | 112.837 | 2.318 | 144.150 | - | 461 | 640 | 41.806 | 10.934 | - | 2.651 | - |
| Lit. de Itajaí | - | 17.273 | 8.270 | 360 | 279.080 | - | 258 | 391 | 6.510 | 715 | - | 2.760 | - |
| Col. de Blumenau | 72 | 72.669 | 21.480 | 5.516 | 80.325 | 2.710 | 2.730 | 9.892 | 57.035 | 36.354 | 7 | 597 | - |
| Col. de Itajaí Norte | - | 1.458 | 1.207 | 720 | - | 337 | 3.241 | 8.968 | 53.800 | 15.107 | 336 | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 226 | 32.424 | - | 16.716 | - | 59.110 | 29.431 | 30.808 | 315.135 | 72.160 | 508 | 1.270 | - |
| Col. de Florianópolis | 39 | 8.287 | 13.371 | 7.247 | 220.645 | 877 | 1.090 | 724 | 51.177 | 4.658 | - | 5.736 | - |
| Col. Serrana Catarinense | 283 | 1.784 | 8.610 | 21.616 | 182.370 | 39.747 | 3.664 | 7.994 | 46.280 | 26.255 | - | 7.255 | - |
| Lit. de Laguna | 45 | 11.060 | 8.058 | 47 | 2.100 | 164 | 406 | 448 | 22.620 | 615 | - | 168 | - |
| Carbonífera | 144 | 22.561 | 20.392 | 26.826 | 23.040 | 1.393 | 9.269 | 20.450 | 114.114 | 45.724 | 44 | 5.372 | - |
| Lit. Sul Catarinense | 48 | 33.385 | 10.838 | 1.352 | 9.300 | 1.640 | 4.538 | 13.442 | 178.540 | 14.716 | 825 | 675 | - |
| Col. do Sul Catarinense | 48 | 55.860 | 51.544 | 735 | 6.950 | 235 | 3.600 | 17.085 | 18.720 | 28.785 | - | 45 | - |
| Campos de Lages | 116 | 156 | - | 11.990 | - | 1.255 | 5.979 | 1.583 | - | 30.442 | 5.358 | 5.220 | - |
| Campos de Curitibanos | 5.235 | 3.087 | - | 10.646 | 240 | 722 | 25.980 | 879 | 3.475 | 85.220 | 55.447 | 4.430 | 525 |
| Col. do Rio do Peixe | 1.030 | 9.227 | - | 13.606 | 16.350 | 2.486 | 18.762 | 2.242 | 18.053 | 423.072 | 56.344 | 1.720 | 260 |
| Col. do Oeste Catarinense | 188 | 21.476 | - | 17.165 | 59.000 | 1.500 | 165.386 | 5.418 | 150.270 | 1.229.829 | 353.457 | 120 | 7.039 |
| Planalto de Canoinhas | 431 | 16.564 | 2.244 | 24.052 | - | 1.569 | 46.250 | 11.162 | 63.562 | 118.186 | 62.326 | 1.808 | 796 |

Fonte: Fundação IBGE (Produção Agrícola Municipal - 1982)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 16

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 59.298 | 120.717 | 1.234 | 103.685 | - | 310 | 871 | 33.656 | 9.866 | - | 2.267 | - |
| Litoral de Itajaí | - | 18.020 | 8.381 | 3.000 | 266.925 | - | 224 | 646 | 4.858 | 663 | - | 2.300 | - |
| Col. de Blumenau | 89 | 71.868 | 23.137 | 1.305 | 66.850 | 1.740 | 1.402 | 10.489 | 44.713 | 30.120 | - | 697 | - |
| Col. de Itajaí - Norte | - | 2.086 | 272 | 1.509 | - | 450 | 1.322 | 7.942 | 43.400 | 7.821 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 209 | 42.448 | - | 7.963 | - | 66.460 | 13.274 | 23.773 | 231.522 | 38.247 | 151 | 540 | - |
| Col. de Florianópolis | 45 | 6.967 | 11.994 | 3.225 | 148.699 | 919 | 837 | 927 | 32.550 | 4.680 | - | 5.016 | - |
| Col. Serrana Catarin. | 331 | 2.517 | 7.191 | 15.934 | 136.893 | 45.568 | 2.882 | 8.780 | 28.620 | 20.754 | - | 6.155 | - |
| Litoral de Laguna | 26 | 6.980 | 8.058 | 93 | 4.080 | 94 | 356 | 997 | 29,562 | 661 | - | 89 | - |
| Carbonífera | 168 | 18.396 | 16.303 | 17.823 | 21.060 | 1.911 | 6.097 | 21.486 | 107.070 | 31.276 | 6 | 5.260 | 60 |
| Lit. Sul Catarinense | 53 | 27.302 | 9.146 | 548 | 7.600 | 1.650 | 2.368 | 14.150 | 159.167 | 7.301 | 1.273 | 950 | 48 |
| Col. do Sul Catarin. | 30 | 57.427 | 38.267 | 968 | 6.010 | 235 | 2.269 | 17.097 | 39.880 | 21.476 | 143 | 45 | 3 |
| Campos de Lages | 121 | 239 | - | 17.034 | - | 770 | 3.729 | 1.516 | - | 13.245 | 3.570 | 3.060 | - |
| Campos de Curitibanos | 6.114 | 5.291 | - | 6.618 | 240 | 670 | 21.873 | 1.626 | 2.980 | 43.336 | 58.922 | 4.986 | 1.951 |
| Col. do Rio do Peixe | 1.014 | 16.459 | - | 11.760 | 16.130 | 2.679 | 14.550 | 3.296 | 18.900 | 353.338 | 40.575 | 1.871 | 688 |
| Col. do Oeste Catarin. | 170 | 42.544 | - | 14.392 | 60.630 | 950 | 64.537 | 6.564 | 181.480 | 1.014.446 | 260.594 | 150 | 10.111 |
| Planalto de Canoinhas | 284 | 17.771 | 2.754 | 12.092 | - | 1.660 | 26.773 | 11.903 | 63.803 | 89.718 | 40.163 | 1.098 | 795 |

Fonte: IBGE (Produção Agricola Municipal - 1983 - versão

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 17

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

(tonelada)

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA INGLESA | CANA DE AÇÚCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 74.268 | 134.878 | 565 | 98.145 | - | 454 | 567 | 36.620 | 10.124 | - | 1.675 | - |
| Lit. do Itajaí | - | 19.269 | 10.157 | 240 | 279.275 | - | 319 | 212 | 4.348 | 1.322 | - | 2.375 | - |
| Col. de Blumenau | 53 | 80.130 | 27.022 | 1.644 | 59.450 | 1.120 | 2.994 | 11.090 | 42.070 | 36.171 | - | 712 | - |
| Col. de Itajaí | - | 2.058 | 306 | 1.905 | - | 555 | 3.259 | 11.211 | 45.300 | 19.980 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 248 | 46.906 | - | 11.296 | 50 | 59.500 | 23.644 | 30.742 | 235.839 | 81.519 | 195 | 1.540 | - |
| Col. de Florianópolis | 39 | 9.118 | 14.076 | 4.263 | 272.555 | 975 | 1.266 | 724 | 38.229 | 5.155 | - | 14.952 | - |
| Col. Serrana Catarinense | 387 | 2.676 | 8.721 | 19.144 | 159.197 | 37.840 | 4.284 | 7.675 | 44.278 | 27.105 | - | 7.855 | - |
| Lit. de Laguna | 32 | 12.218 | 8.475 | 40 | 4.080 | 54 | 604 | 628 | 44.374 | 1.153 | - | 180 | - |
| Carbonífera | 113 | 25.500 | 20.715 | 27.659 | 21.660 | 1.526 | 11.098 | 21.632 | 116.330 | 44.577 | 14 | 6.345 | 24 |
| Lit. Sul Catarinense | 49 | 37.148 | 11.611 | 348 | 8.000 | 1.254 | 4.542 | 11.611 | 178.099 | 11.220 | 1.587 | 950 | 142 |
| Col. do Sul Catarinense | 31 | 75.450 | 56.542 | 1.315 | 5.950 | 255 | 4.458 | 19.136 | 21.250 | 43.706 | 162 | 90 | 61 |
| Campos de Lages | 657 | 662 | - | 21.120 | - | 1.465 | 6.007 | 2.411 | 250 | 43.495 | 4.410 | 2.195 | 4 |
| Campos de Curitibanos | 6.251 | 4.927 | - | 8.755 | 400 | 1.090 | 35.592 | 1.648 | 2.860 | 120.816 | 57.819 | 5.095 | 1.991 |
| Col. do Rio do Peixe | 1.159 | 13.405 | - | 18.027 | 16.215 | 2.942 | 23.161 | 3.325 | 16.785 | 534.560 | 72.891 | 2.900 | 463 |
| Col. do Oeste Catarinense | 403 | 35.945 | - | 22.766 | 51.510 | 900 | 148.194 | 12.860 | 215.039 | 1.245.241 | 388.661 | 40 | 6.820 |
| Planalto de Canoinhas | 302 | 13.377 | 2.652 | 22.286 | - | 1.640 | 40.563 | 16.178 | 48.697 | 119.576 | 53.030 | 1.365 | 376 |

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

TABELA 18

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85

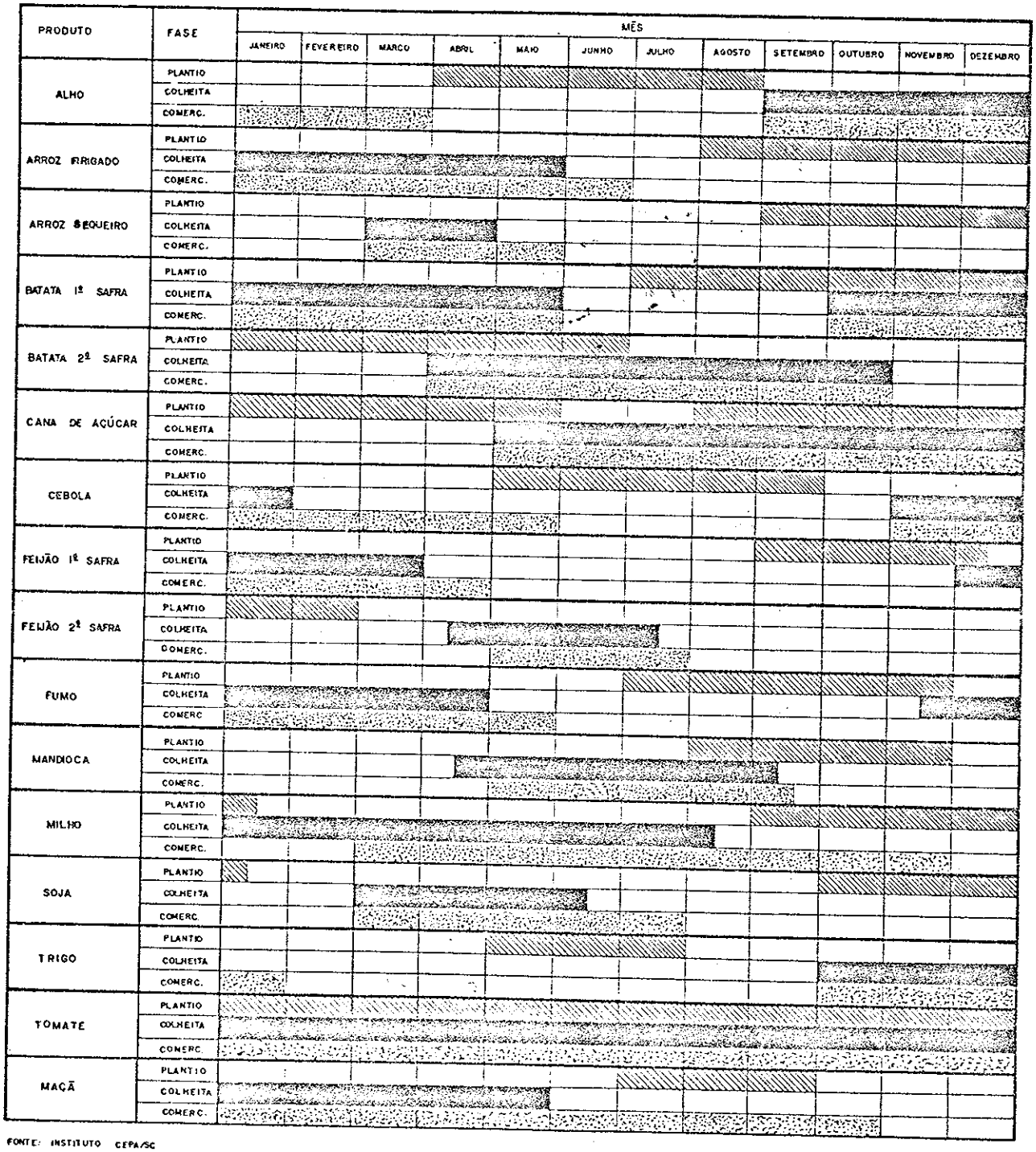
(t)

| MRH \ PRODUTO | ALHO | ARROZ | BANANA | BATATA | CANA DE AÇUCAR | CEBOLA | FEIJÃO | FUMO | MANDIOCA | MILHO | SOJA | TOMATE | TRIGO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Col. de Joinville | - | 73.101 | 148.393 | 900 | 105.750 | - | 519 | 1.063 | 39.137 | 10.021 | - | 1.155 | - |
| Litoral de Itajaí | - | 20.540 | 10.260 | 120 | 311.175 | 40 | 387 | 528 | 5.288 | 1.303 | - | 830 | - |
| Col. de Blumenau | 63 | 80.394 | 27.897 | 1.250 | 67.275 | 2.450 | 3.204 | 11.634 | 55.120 | 32.373 | - | 490 | - |
| Col. do Itajaí - Norte | - | 2.102 | 306 | 1.841 | - | 680 | 2.981 | 12.426 | 28.795 | 18.666 | - | - | - |
| Col. do Alto Itajaí | 243 | 45.899 | - | 13.644 | - | 82.080 | 21.688 | 28.203 | 203.446 | 72.203 | 243 | 930 | - |
| Florianópolis | 18 | 11.673 | 15.725 | 3.523 | 287.105 | 1.665 | 1.180 | 895 | 43.604 | 4.438 | - | 14.952 | - |
| Col.Serrana Catarin. | 330 | 3.003 | 8.721 | 19.318 | 173.927 | 47.120 | 4.268 | 9.120 | 52.066 | 25.140 | - | 7.355 | - |
| Lit. de Laguna | 24 | 11.237 | 8.475 | 40 | 4.880 | 66 | 642 | 1.075 | 47.012 | 687 | - | - | - |
| Carbonífera | 108 | 29.631 | 24.081 | 26.977 | 21.710 | 1.435 | 10.636 | 27.521 | 139.652 | 39.152 | - | 5.445 | 5 |
| Lit. Sul Catarinense | 39 | 39.225 | 11.756 | 232 | 8.000 | 984 | 4.038 | 17.973 | 242.421 | 11.184 | 1.812 | 654 | - |
| Col. Sul Catarinense | 15 | 84.366 | 56.551 | 1.140 | 6.600 | 175 | 4.731 | 17.645 | 25.856 | 38.511 | 504 | 115 | 76 |
| Campos de Lages | 668 | 568 | - | 19.134 | - | 1.420 | 5.053 | 1.577 | 250 | 32.569 | 3.780 | 3.475 | 2 |
| Campos de Curitibanos | 5.815 | 3.962 | - | 7.551 | 260 | 1.035 | 25.831 | 1.722 | 3.150 | 97.191 | 55.917 | 2.850 | 682 |
| Col. do Rio do Peixe | 995 | 9.812 | - | 20.479 | 21.530 | 3.433 | 23.459 | 3.972 | 17.536 | 499.166 | 67.803 | 2.715 | 1.339 |
| Col. do Oeste Catarin. | 336 | 21.172 | - | 23.890 | 74.025 | 2.265 | 166.800 | 10.012 | 229.490 | 1.185.943 | 373.482 | - | 9.087 |
| Planalto de Canoinhas | 334 | 9.676 | 3.060 | 21.861 | - | 3.282 | 36.736 | 14.689 | 47.952 | 90.502 | 60.341 | 1.083 | 663 |

Fonte: IBGE/GCEA-SC (dados preliminares)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## CALENDÁRIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA




FONTE: INSTITUTO CEPA/SC

COMPOSIÇÃO MUNICIPAL DAS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS DE SANTA CATARINA

1 (292)-COLONIAL DE JOINVILLE - Araquarí, Barra Velha, Corupá, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, São Francisco do Sul, Schroeder.

2 (293)-LITORAL DE ITAJAÍ - Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Navegantes, Penha, Piçarras.

3 (294)-COLONIAL DE BLUMENAU - Ascura, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Massaranduba, Pomerode, Presidente Nereu, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó, Vidal Ramos.

4 (295)-COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE - Dona Emma, Ibirama, Presidente Getúlio, Witmarsum.

5 (296)-COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ - Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central.

6 (297)-FLORIANÓPOLIS - Biguaçú, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Porto Belo, Santo Amaro da Imperatriz, São José, Tijucas.

7 (298)-COLONIAL SERRANA CATARINENSE - Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antonio Carlos, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista.

8 (299)-LITORAL DE LAGUNA - Imaruí, Imbituba, Laguna.

9 (300)-CARBONÍFERA - Armazém, Braço do Norte, Criciúma, Grão Pará, Gravatal, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Treze de Maio, Tubarão, Urussanga.

10 (301)-LITORAL SUL CATARINENSE - Araranguá, Içara, Jaguaruna, Maracajá, São João do Sul, Sombrio.

11 (302)-COLONIAL DO SUL CATARINENSE - Jacinto Machado, Meleiro, Nova Veneza, Praia Grande, Timbé do Sul, Turvo.

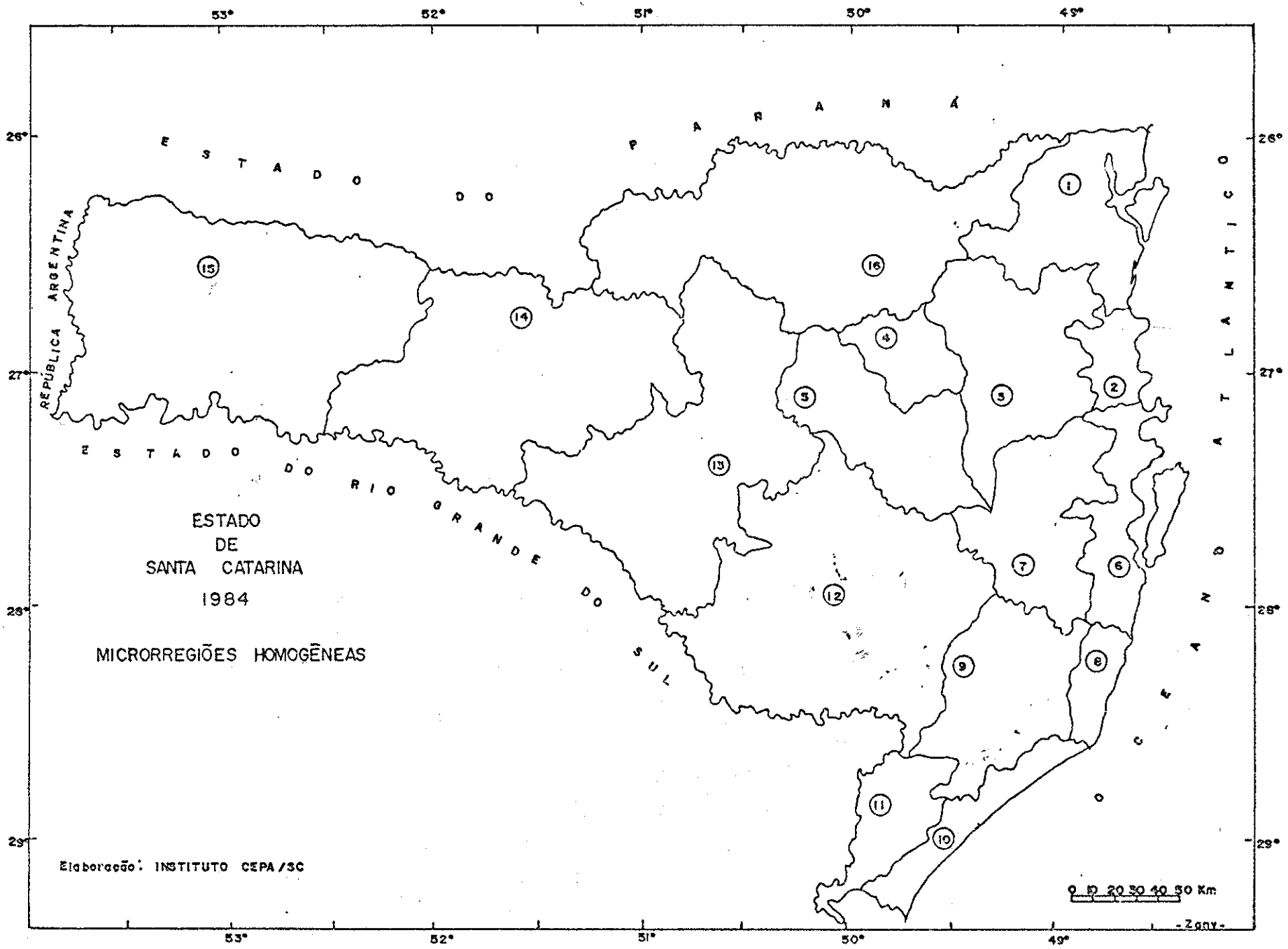
12 (303)-CAMPOS DE LAGES - Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Lages, São Joaquim, Urubici, Correia Pinto, Otacílio Costa.

13 (304)-CAMPOS DE CURITIBANOS - Anita Garibaldi, Campo Belo do Sul, Campos Novos, Curitibanos, Lebon Regis, Ponte Alta, Santa Cecília, São José do Cerrito.

14 (305)-COLONIAL DO RIO DO PEIXE - Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Capinzal, Catanduvas, Concórdia, Erval Velho, Fraiburgo, Herval D'Oeste, Ibicaré, Ipira, Ipumirim, Iraní, Itá, Jaborá, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Peritiba, Pinheiro Preto, Piratuba, Ponte Serrada, Presidente Castelo Branco, Rio das Antas, Salto Veloso, Seara, Tangará, Treze Tílias, Videira, Xavantina.

15 (306)-COLONIAL DO OESTE CATARINENSE - Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Anchieta, Caibi, Campo Erê, Caxambú do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modêlo, Mondaí, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelândia, São Carlos, São Domingos, São José de Cedro, São Lourenço D' Oeste, São Miguel D'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.

16 (307)-PLANALTO DE CANOINHAS - Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Matos Costa, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Três Barras.


53°
52°
51°
50°
49°
26°
27°
28°
29°
ESTADO DO PARANÁ
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
REPÚBLICA ARGENTINA
OCEANO ATLÂNTICO
ESTADO
DE
SANTA CATARINA
1984
MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS
Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC
0 10 20 30 40 50 Km
-Zany-

# LISTA DE GRÁFICOS

## 7. LISTA DE GRÁFICOS


p.

1. VOLUME DA MAÇÃ NACIONAL, IMPORTADA E TOTAL COMERCIALIZADO NA CEASA/SC - 1979 A 1985 ..... 148

2. COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃ E OS VOLUMES DO PRODUTO IMPORTADO - 1977 A 1985 ..... 150

3. OFERTA DE MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA NO ENTREPOSTO ATACADISTA DA CEAGESP/SP - 1982 A 1985 ..... 151

# LISTA DE MAPAS

## 8. LISTA DE MAPAS


p.

1. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 44
2. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 59
3. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 60
4. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 71
5. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA 1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ... 78
6. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ... 79
7. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 93
8. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 105
9. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 1ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 113
10. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO 2ª SAFRA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 113
11. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 124
12. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 133
13. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 165
14. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 187
15. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 197
16. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 218

17. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1983/84 ..... 229

18. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM SANTA CATARINA - 1984 ..... 261

19. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO BOVINO EM SANTA CATARINA - 1984 ..... 285

20. PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM SANTA CATARINA - 1984 ..... 357

# LISTA DE TABELAS

## 9. LISTA DE TABELAS


p.

A POLÍTICA AGRÍCOLA EM 1985 ..... 11

1. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) PARA OS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SAFRA 1984/85 E 1985/86 ..... 27

2. POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS - PREÇOS-BASE PARA OS PRODUTOS DA SAFRA DE VERÃO - 1985/86 ..... 28

3. CUSTOS OPERACIONAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS - SAFRA 1985/86 ..... 28

4. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO - PROPORCIONALIDADE EM RELAÇÃO AS DESPESAS DE CUSTEIO - SAFRA 1985/86 ..... 29

5. PERDAS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - SITUAÇÃO EM 31.12.85. ..... 29

ALHO ..... 33

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1979/80 A 1985/86 ..... 33

2. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL - SAFRA 1980/84 A 1985/86 ..... 35

3. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO - SAFRA 1985/86 ..... 36

4. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA - SAFRA 1985/86 ..... 37

5. EVOLUÇÃO DO ESCOAMENTO DE ALHOS EM SANTA CATARINA PARA O MERCADO NACIONAL, PERÍODO DE 1979 A 1986 ..... 43

6. VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS NO MERCADO DA CEASA/SC EM 1985 ..... 43

ARROZ ..... 45

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1979/80 A 1985/86 ..... 47

2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ARROZ OBSERVADOS NAS PRINCIPAIS MRH DE SC - SAFRA 1984/85 ..... 47

3. PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ - SAFRA 1984/85 48

4. PREÇOS MENSAIS OBTIDOS PELO ARROZ EM CASCA E BENEFICIADO NO ESTADO - 1985 ..... 51

5. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE ARROZ EM 1984 ..... 56

BANANA ..... 61

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1978/79 A 1985/86 ..... 64

2. ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA NO BRASIL DE 1973 A 1984 ..... 68

3. ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE BANANA, POR REGIÃO DO BRASIL E PARTICIPAÇÃO DE CADA REGIÃO NA ÁREA E NA PRODUÇÃO EM 1984 ..... 68

4. EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE BANANA - 1979 A 1983 ..... 68

5. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BANANA DE 1934/39, 1951/55, 1960/61, 1962, 1979 E DE 1980 A 1983 ..... 69

6. IMPORTAÇÃO MUNDIAL E CONSUMO "PER CAPITA" DE BANANA, 1979 A 1983 ..... 69

7. VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA/SC DE 1983A 1985 ..... 70

8. PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC DE 1983 A 1985 ..... 70

9. PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC DE 1983 A 1985 ..... 71

BATATA ..... 72

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86 ..... 73

2. ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO PELA CULTURA DA BATATA, POR MRH DE SANTA CATARINA- SAFRAS 1984/85 ..... 77

3. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA NO BRASIL, SAFRAS 1969/70 A 1984/86 ..... 80

4. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS - SAFRA 1984/85 ..... 81

5. VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM 1985, PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO, EM 1984 E 1985 ..... 84

6. ESTIMATIVAS DE PLANTIO E PRODUÇÃO DE BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRA DAS ÁGUAS - 1985/86 ..... 86

7. PERSPECTIVA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BATATAS - PLANTIO

DAS ÁGUAS - 1985/86 ..... 87

CANA-DE-AÇÚCAR ..... 89

1. ÁREA DESTINADA À COLHEITA E PRODUÇÃO ESPERADA DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL - 1985 ..... 91

2. PRODUÇÃO CATARINENSE DE CANA-DE-AÇÚCAR, POR MRH - SAFRA 1984/85 ..... 91

CEBOLA ..... 94

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1976/77 A 1985/86 ..... 94

2. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CEBOLA - SAFRA 1984/85 ..... 96

3. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CEBOLA - 1983 ..... 97

4. CUSTOS DE PRODUÇÃO X PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE CEBOLA - SAFRA 1984/85 E 1985/86 ..... 99

5. ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CEBOLA, SAFRA 1985/86 ..... 101

6. DISTRIBUIÇÃO MICRORREGIONAL DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86 ..... 103

7. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE CEBOLA DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1984/85 E 1985/86 ..... 104

8. ESTIMATIVA DO FLUXO DE ESCOAMENTO MENSAL DA CEBOLA, SAFRA 1985/86 ..... 107

9. PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS PELA CULTURA DA CEBOLA NOS SEGMENTOS DE MERCADO - 1985 ..... 108

FEIJÃO ..... 109

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1984/85 ..... 110

2. ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO (1ª E 2ª SAFRAS), BRASIL, POR REGIÃO - SAFRAS 1983/84 E 1984/85 ..... 112

3. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) PARA A CULTURA DO FEIJÃO, SAFRINHA DE 1983/84 E 1984/85 ..... 115

4. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA O FEIJÃO - SAFRA DAS ÁGUAS - 1985/86 ..... 116

5. DESTINO DA PRODUÇÃO CATARINENSE DE FEIJÃO, SEGUNDO DA-

DOS CENSITÁRIOS DE 1975 A 1980 ..... 118

6. PREÇO MENSAL DO FEIJÃO A NÍVEL DO PRODUTOR CATARINENSE E NO ATACADO DE SÃO PAULO - 1985 ..... 122

FUMO ..... 123

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86 ..... 123

2. ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHAS - 1984 ... 124

3. COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO CIGARRO AO CONSUMIDOR NO BRASIL, 1982 A 1985 ..... 129

4. CONSUMO DOMÉSTICO DE CIGARROS NO BRASIL, 1978 A 1985 .. 129

5. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE CIGARROS, POR CATEGORIA DE PREÇOS, 1981 A 1984 ..... 130

MAÇÃ ..... 131

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86 ..... 132

2. EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS NO BRASIL, DE 1970 A 1985 - PLANTIO NO PERÍODO-HA ..... 135

3. EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRAS NO BRASIL, DE 1970 A 1985 - PLANTIO ACUMULADO-HA ..... 135

4. CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86 ..... 136

5. EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E PRODUÇÕES BRASILEIRAS DE MAÇA, DE 1970 A 1985 ..... 138

6. DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS A FRIO PARA A MAÇÃ LOCALIZADAS NAS REGIÕES PRODUTORAS, SAFRA 1985/86 ..... 140

7. VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ NACIONAL E IMPORTADA, NO ATACADO E NO VAREJO DA CEASA/SC - 1985 146

8. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS - SAFRA 1984/85 ..... 147

9. ESTRATIFICAÇÃO DOS POMARES CATARINENSES EM RELAÇÃO À IDADE DAS PLANTAS, DE 1970 A 1985 ..... 152

10. EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DA MACIEIRA EM SANTA CATARINA, DE 1970 A 1985 ..... 152

11. DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS PARA A MAÇÃ, POR MICRORREGIÃO PRODUTORA - SAFRA 1985/86 ..... 154

12. ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRASIL - SAFRA 1985/86 ..... 154

MANDIOCA ..... 155

1. TECNOLOGIA UTILIZADA PELOS PRODUTORES DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1980 ..... 155

2. DESTINO DA MANDIOCA COLHIDA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - 1980 ..... 157

3. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1974/75 A 1985/86 ..... 157

4. ÁREA CULTIVADA COM MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1981/82 A 1985/86 ..... 159

5. DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 ..... 160

6. COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS, FÉCULA E RAIZ DE MANDIOCA - SAFRAS 1981/82 A 1984/85 ..... 161

7. VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA - 1977 A 1985 ..... 161

8. PREÇOS MÉDIOS DA RAIZ DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1979/80 A 1984/85 ..... 163

9. CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 CICLOS - SOLO ARGILOSO) - TRAÇÃO ANIMAL - RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO (25.000 kg/ha) ÁREA MÉDIA CULTIVADA (3 ha) ..... 167

10. CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 CICLOS - SOLO ARENOSO) TRAÇÃO ANIMAL - RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO (18.000 kg/ha) ÁREA MÉDIA CULTIVADA (4 ha) ..... 168

MILHO ..... 171

1. SÉRIE REAJUSTADA DA EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86 ..... 172

2. PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, POR REGIÕES - SAFRA DE 1981/82 A 1984/85 ..... 174

3. PRODUÇÃO DE MILHO NOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SAFRAS DE 1981/82 A 1984/85 ..... 174

4. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DO MILHO - SAFRAS DE 1983/84 A 1985/86 ..... 178

5. PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO - SAFRAS 1981/82 A 1985/86 . 179

6. OFERTA E DEMANDA AMERICANAS DE MILHO - TEMPORADAS DE 1982/83 A 1985/86 ..... 179

7. OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE MILHO - TEMPORADA DE 1983/84 A 1985/86 ..... 180

8. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DA CULTURA DO MILHO NO BRASIL - SAFRAS 1983/84 E 1984/85 ..... 181

9. DESTINO DA PRODUÇÃO DE MILHO, NAS PRINCIPAIS MICROR - REGIÕES PRODUTORAS DE SANTA CATARINA - 1980 ..... 186

10. PREÇOS MANSAIS DE MILHO, A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, ATACADO NO PARANÁ E NA BOLSA DE CHICAGO ..... 192

11. COMPORTAMENTO DO MILHO NACIONAL NOS LEILÕES DA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS DE SANTA CATARINA - 1985 .... 193

12. COMPARATIVO DO MILHO IMPORTADO NOS LEILÕES DA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS DE SANTA CATARINA - 1985 ..... 193

SOJA ..... 194

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRAS DE 1976/77 A 1985/86 ..... 194

2. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA, POR ESTADO - SAFRAS DE 1980/81 A 1984/85 ..... 198

3. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA SOJA NO BRASIL - SAFRA DE 1972/73 A 1984/85 ..... 200

4. VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA AS SAFRAS DE 1983/84 A 1985/86 ..... 201

5. PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA - SAFRAS DE 1982/83 A 1985/86 202

6. OFERTA E DEMANDA MUNDIAIS DE SOJA E DERIVADOS - SAFRAS DE 1984/85 E 1985/86 ..... 203

7. BRASIL - EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO SOJA ..... 203

8. COMPLEXO SOJA - ESTIMATIVA DE SUPRIMENTO BRASILEIRO EM 1985 ..... 205

9. EXPORTAÇÕES CATARINENSES DO COMPLEXO SOJA - 1983 E 1984 ..... 206

10. AGENTES DE COMERCIALIZAÇÃO DA SOJA EM SANTA CATARINA - PERCENTAGEM DO TOTAL PRODUZIDO - 1975 E 1980 ..... 207

11. COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - BOLSA DE CHICAGO - 1985 (1ª ENTREGA) ..... 213

12. COTAÇÕES MENSAIS DO COMPLEXO SOJA - MERCADO NACIONAL 1985 ..... 213

TOMATE ..... 214

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1975/76 A 1985/86 ..... 214

2. ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO OBTIDA COM TOMATES, POR MRH-SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 ..... 217

3. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE - SAFRA 1984/85 ..... 220

4. SITUAÇÃO MUNDIAL DA CULTURA DO TOMATE - 1981 E 1983 .. 221

5. VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, 1985 E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO OBTIDOS, 1984 E 1985 222

TRIGO ..... 226

1. EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1976/77 A 1985/86 ..... 227

2. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TRIGO, POR ESTADO - SAFRA 1984/85 E 1985/86 ..... 230

3. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TRIGO, A NÍVEL DE BRASIL - DE 1974 A 1985 ..... 232

4. VALOR BÁSICO DE CUSTEIO - SAFRA 1984/85 E 1985/86 .... 232

5. PREÇOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES EM 1985 .... 233

6. PREÇO RECEBIDO PELO GOVERNO PELO TRIGO EM GRÃO POSTO NO MOINHO - 1985 ..... 234

7. PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DA FARINHA DE TRIGO - FOB MOINHOS - 1985 ..... 235

UVA ..... 236

1. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - SAFRA 1983/84 ..... 240

2. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRUPADOS POR ESTRATO DE ÁREA DE COLHEITA - SANTA CATARINA - 1980 ..... 240

3. EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA EM SANTA CATARINA - SAFRA DE 1977/78 A 1984/85 ..... 241

4. DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 ..... 241

5. PRODUÇÃO DE VINHOS EM SANTA CATARINA - 1978 A 1985 ... 241

6. PRODUÇÃO DE SUCO DE UVA EM SANTA CATARINA - 1977 A 1985 ..... 242

7. VARIEDADES DE UVAS INDUSTRIALIZADAS EM SANTA CATARINA-SAFRA 1984/85 ..... 242

8. PREÇO-BASE DA UVA - SAFRA 1986 ..... 243

AVICULTURA ..... 247

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE DE AVES - 1980 A 1986 ..... 248

2. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE DE AVES - 1982 A 1986 .. 248

3. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNES DE AVES, BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1985 ..... 254

4. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO E ABATE DE CARNE DE FRANGOS NO BRASIL - 1982 A 1985 ..... 254

5. ABATE TOTAL DE AVES (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO) EM SANTA CATARINA - 1982 A 1985 ..... 255

6. PREÇOS NOMINAIS E REAIS RECEBIDOS PELOS AVICULTORES DE SANTA CATARINA - 1981 A 1986 ..... 255

7. ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA - 1980 A 1985 ..... 260

8. VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO, NO BRASIL E SANTA CATARINA - MÉDIA DE 1975 A 1977 E ANUAL DE 1978 A 1984 ..... 260

BOVINOS DE CORTE ..... 262

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE BOVINA E VITELA-1980 A 1986 ..... 263

2. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE BOVINA - 1982 A 1986 ... 263

3. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE BOVINA NO BRASIL E EM SANTA CATARINA - 1982 A 1984 ..... 269

4. REBANHO BOVINO CATARINENSE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS DADOS CENSITÁRIOS DE 1950 A 1980 ..... 269

5. REBANHO BOVINO BRASILEIRO E CATARINENSE, E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS DE 1940 A 1980 ..... 271

6. ABATE TOTAL DE BOVINOS (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO) - SANTA CATARINA - 1981 A 1985 ..... 271

7. PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA - SANTA CATARINA - 1980 A 1985 ..... 271

8. PREÇOS NOMINAIS E REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA ABATE - SANTA CATARINA, 1981 A 1985 ..... 280

9. CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO - SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 85%), 1982 A 1985 ..... 281

10. CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS - SANTA CATARINA 1981 A 1985 ..... 282

11. CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIROS DE UM ANO - SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 55%) - 1982 À 1985 ..... 283

12. CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO - SANTA CATARINA - BUBALINO - 1982 A 1985 ..... 284

BOVINOS DE LEITE ..... 286

1. NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E PRODUÇÃO DE LEITE POR MRH DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984 ..... 287

2. PRODUÇÃO LEITEIRA APARENTE E INDUSTRIALIZADA - SANTA CATARINA, 1971 A 1984 ..... 290

3. LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS - SANTA CATARINA, 1984/85 ..... 291

4. CONSUMO "PER CAPITA" DE LEITE EM SANTA CATARINA - 1980 A 1985 ..... 293

5. MAIORES PAÍSES DO MUNDO PRODUTORES DE LEITE DE VACA EM 1980 ..... 294

6. DISPONIBILIDADE MUNDIAL TEÓRICA DE LEITE EM 1980 ..... 294

MEL DE ABELHA ..... 295

1. PRODUÇÃO CATARINENSE DE MEL DE ABELHA - 1980 A 1986 .. 296

2. PRODUÇÃO NACIONAL DE MEL E CERA DE ABELHA - 1980 A 1982 ..... 299

3. PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MEL, SEGUNDO A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE APICULTORES 1973 A 1983 ..... 300

4. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE MEL DE ABELHA - 1980 A 1982 ..... 304

5. EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL DE ABELHA - 1974 A 1984 . 304

6. EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL POR REGIÃO - 1974 A 1983 306

7. PAÍSES IMPORTADORES DE MEL DE ABELHA DO BRASIL - 1974 A 1983 ..... 306

8. IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MEL NATURAL - 1974 A 1983 ... 307

PESCADO ..... 308

1. DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO EM SANTA CATARINA - 1980 A 1985 ..... 310

2. EVOLUÇÃO MENSAL DO PESCADO EM SANTA CATARINA - 1985 .. 311

3. EVOLUÇÃO PERCENTUAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA, PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO/85 ..... 312

4. PRODUÇÃO DE PESCADO INSPECIONADO EM SANTA CATARINA ... 316

5. VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1984 E 1985 ..... 317

6. VALOR BRUTO MENSAL DO PESCADO DESEMBARCADO EM SANTA CATARINA - 1984 E 1985 ..... 317

7. EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1981 A 1985 ..... 320

8. EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL - 1981 A 1985 ..... 320

9. MERCADO ESTADUAL DE PESCADO - 1981 A 1985 ..... 323

10. VOLUME DE PESCADO COMERCIALIZADO ATRAVÉS DAS INDÚSTRIAS INSPECIONADAS NO ESTADO - 1980 A 1985 ..... 323

11. VOLUME MENSAL DE PESCADO COMERCIALIZADO ATRAVÉS DA COOPERBELO EM 1985 ..... 323

12. DESEMBARQUE DE PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983 ..... 325

13. VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO, POR CLASSE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983 ..... 325

14. PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983 326

15. VALOR DA PRODUÇÃO DO PESCADO DE ÁGUAS MARINHAS, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL-1980 A 1983 ..... 326

16. PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 E 1983 ..... 327

17. VALOR DA PRODUÇÃO DE PESCADO DE ÁGUAS DO INTERIOR, POR TIPO DE PESCA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL - 1980 A 1983 ..... 327

18. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1984 329

19. EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1980 A 1984 ..... 330

20. CAPTURA MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1978-80, 1981 E 1982 ..... 331

21. COMÉRCIO MUNDIAL DE PRODUTOS PESQUEIROS - 1978-80,1981 E 1982 ..... 332

22. PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO MUNDIAIS DE FARINHA DE PEIXE ... 333

SUINOCULTURA ..... 334

1. PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE SUÍNA - 1980 A 1985 ..... 335

2. EXPORTAÇÕES MUNDIAIS DE CARNE SUÍNA - 1982 A 1986 .... 337

3. REBANHO MUNDIAL DE SUÍNOS - 1984 A 1986 ..... 337

4. PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE SUÍNA EM EQUIVALENTES CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA - 1982 A 1985 ..... 338

5. CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS, SANTA CATARINA - 1982 A 1985 ..... 339

6. SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO,CONFORME DADOS CENSITÁRIOS - 1940 A 1980 ..... 341

7. TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE INCREMENTO DOS SUÍNOS EXISTENTES NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO CONFORME DADOS CENSITÁRIOS - 1940 A 1980 ..... 342

8. REBANHO SUÍNO, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARCAÇA NO BRASIL - 1970, 1975 E 1980 A 1985 ..... 344

9. ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA - 1977 A 1986 ..... 344

10. SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, SANTA CATARINA - 1975 A 1985 ..... 344

11. ÍNDICE DOS DADOS TÉCNICOS DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS DE SANTA CATARINA - 1982 A 1984 ... 345

12. ABATE TOTAL DE SUÍNOS (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO), SANTA CATARINA - 1981 A 1985 ..... 345

13. RELAÇÃO DE PREÇOS MENSAIS DO MILHO/PREÇO DO SUÍNO PRATICADO NA REGIÃO SUL - 1985 ..... 348

14. PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA - 1980 A 1985 ..... 356

ANÁLISE ECONÔMICA DAS PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM SANTA CATARINA ..... 359

1. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - SANTA CATARINA - SAFRA 1984/85 ..... 363

2. COMPARATIVO ENTRE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA CATARINENSE - SAFRAS 1983/84 E 1984/85 - VARIAÇÃO PERCENTUAL DO COMPORTAMENTO ECONÔMICO ENTRE ESTAS DUAS SAFRAS ... 371

INFORMAÇÕES BÁSICAS ..... 373

1. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1981/82 ..... 375

2. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SC, SAFRA 1982/83 ..... 376

3. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84 ..... 377

4. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85 ..... 378

5. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, SEGUNDO O CENSO AGROPECUÁRIO DE 1980 ..... 379

6. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80 ..... 380

7. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81 ..... 381

8. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82 ..... 382

9. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83 ..... 383

10. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84 ..... 384

11. ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85 ..... 385

12. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O CENSO DE 1980 ..... 386

13. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80 ..... 387

14. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81 ..... 388

15. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82 ..... 389

16. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83 ..... 390

17. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84 ..... 391

18. PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1984/85 ..... 392

# BIBLIOGRAFIA

## 10. BIBLIOGRAFIA


ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.

_____. Rio de Janeiro, IBGE, 1984.

BOLETIM DE INFORMAÇÃO DO MERCADO EXTERNO. Brasília, SUDEPE, 1985(2).

CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.

_____; Santa Catarina, IBGE, 1980.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Índices econômicos; retrospectiva nova base. Rio de Janeiro, v.33, n.11, nov. 1979 (suplemento especial).

_____. Rio de Janeiro, FGV, v.39, n.12, dez. 1985.

CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1985, v.6, n.1, 2, 3, 4, 5, 6.

DESEMPENHO DA INDÚSTRIA PESQUEIRA. Brasília, SUDEPE, 1984.

ESTATÍSTICA DA PESCA. Brasília, SUDEPE, 1985.

PRODUÇÃO PESQUEIRA. Brasília, SUDEPE, 1980.

_____. Brasília, SUDEPE, 1981.

_____. Brasília, SUDEPE, 1982.

_____. Brasília, SUDEPE, 1983.

_____. Brasília, SUDEPE, 1984.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1985. 2 v.

INSTITUTO CEPA/SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

## CONSELHO DELIBERATIVO

| | |
|---|---|
| Secretário da Agricultura e do Abastecimento | Presidente |
| Delegado Federal da Agricultura em SC | Vice-Presidente |
| Secretário-Chefe do GAPLAN | Membro |
| Presidente da FETAESC | Membro |
| Presidente da FAESC | Membro |

## SECRETARIA EXECUTIVA

| | |
|---|---|
| Rubens Altmann | Secretário Executivo |
| Júlio Alberto Rodigheri | Secretário Executivo Adjunto |

## APOIO

Joares A. Segalin – Fil.
Zelia Alves Silvestrini – Edit.

## COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Engº Agrº José Maria Paul – COORDENADOR
Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva
Econ. Daniel Vilani
Engº Agrº Ilélio de Oliveira Filho
Engº Agrº Ingo Jordan
Econ. Jesiel De Marco Gomes
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Engº Agrº Luiz Toresan
Econ. Paulo Ceser Zoldan
Econ. Vitório Manoel Varaschin

## COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Engº Agrº Guido Boeing – COORDENADOR
Engº Agrº Geraldo Buôgo
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Eng.º Agrº Simão Brugnago Neto
Engº Agrº Tabajara Marcondes
Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição

## COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Est. Gilberto de Oliveira – COORDENADOR
Anal. Sist. Cláudio Cesar Reiter
Bibl. Édina Nami Régis
Econ. Francisco Assis de Brito
Téc. Agríc. Francisco Carlos Heiden
Téc. Agríc. Imenésio de Souza
Aux. Técnico Luiz Lima
Econ. Márcia Janice Freitas da Cunha
Aux. Técnico Paulo Cesar Arns
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni
Anal. Sist. Wilson Ricardo Thiel

## UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prof. Joares A. Segalin – COORDENADOR
Econ. Custódio Horácio da Silveira
Contador Ademir Ribeiro da Rocha
Alcemir Luiz Lessa
Aldo Cesar Machado Cruz
Amélia Docilio da Silva
Elisete Maria da Cunha
Fernando Vieira Machado
Janice Maria Waintuch
João Manoel Anderson
Jocenan Maria Cardoso
Jocenir Miriam Cardoso de Souza
José Jânio Kahl
José Souza Filho
Magali Fernandes Machado
Manoel de Aguiar Pereira
Manoel Rodrigues Júnior
Margarete Ramos Bento
Mauri Cardoso
Sidaura Lessa